



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A arquitetura industrial da Colônia Neu-Württemberg,
atual cidade de Panambi-RS-Brasil:
Um contributo à metodologia da reabilitação**

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade: Teoria e Prática de Projeto

Doutoranda **Fabiane van Ass Malheiros**

Orientadores da Investigação:

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Moraes.

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Pedro Pimenta Rodrigues.

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Beatriz de Medeiros Kother

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A arquitetura industrial da Colônia Neu-Württemberg,
atual cidade de Panambi-RS-Brasil:
Um contributo à metodologia da reabilitação**

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade: Teoria e Prática de Projeto

Doutoranda **Fabiane van Ass Malheiros**

Professores Orientadores da Investigação:

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Moraes,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Pedro Pimenta Rodrigues
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
Doutora Maria Beatriz de Medeiros Kother

Presidente do Juri:

Doutor Miguel Calado Batista-Bastos,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira,
Professora Catedrática,
Universidade de Évora.

Doutora Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali,
Professora Titular,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Moraes,
Professor Catedrático,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutor José Jorge Boueri Filho,
Professor Catedrático Convidado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

*Dedico este estudo à minha **Família**.
Meus **filhos** João Pedro e Marco Antônio
Meu **esposo** Eduardo.*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço a **Deus**, Ser Supremo de toda a existência.*

*À **minha família**, pelo apoio e carinho que me impulsionaram até aqui.*

*Aos **Mestres**, que acreditam no que fazem e orientam na busca de novos caminhos, comprometidos com a formação do caráter.*

Enfim, agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para que eu prosseguisse nesta caminhada.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

Esta investigação tem como objetivo principal estudar o processo de assentamento da Colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, RS, Brasil. Dois fatores foram considerados fundamentais neste processo: primeiro, o seu referencial arquitetônico com a identificação dos remanescentes da indústria, considerados patrimônio da cidade. Tendo esse referencial sido equacionado recorreu-se a uma metodologia de analogia. Tais referenciais foram analisados com base em estudos que possibilitaram a delimitação de alguns parâmetros, os quais contribuíram para a melhor interpretação e compreensão dos remanescentes; segundo, o traçado da Colônia nos seus diferentes momentos ou tempos de construção da cidade. Nesse sentido, tomou-se como referência não apenas o seu surgimento por meio da Empresa Colonizadora Hermann Meyer, mas, sobretudo, e como afirma Aldo Rossi, a partir da “construção da cidade ao longo do tempo, em que a cidade cresce sobre si mesma, adquirindo consciência e memória.” A instalação das primeiras indústrias definiu o caráter industrial da cidade, o que ocasionou importantes reflexos na sua expansão urbana. Nesse sentido, pretende-se responder aos objetivos desta investigação no âmbito da arquitetura da cidade, recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos. Busca-se, assim, por intermédio de estudos de casos, obter uma visão prospectiva do reuso de remanescentes de edificações industriais, subsídios que possam servir de estratégias para futuros projetos dos remanescentes industriais significativos da cidade de Panambi. Esta investigação direciona-se, ou tem por objetivo, construir uma metodologia que permita o reconhecimento ou a valorização de um patrimônio industrial, perspectivando novos usos na sua utilização, reafirmando, portanto, a sua preservação e o fortalecimento da memória coletiva da cidade.

Palavras-chave: Panambi. Arquitetura industrial. Processo de assentamento. Preservação. Recuperação. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

This research has as main objective to study the process of settlement of the Neu-Württemberg Colony, nowadays Panambi, RS, Brazil. Two factors were considered fundamental in this process; first, its architectonic reference with the identification of the remnants of the industry, considered city patrimony. Having this reference was equated using a methodology of analogy. These references were analyzed based on studies that allowed the delimitation of some parameters, which contributed to the better interpretation and understanding of the remnants; second, the layout of the colony in its different moments or times of construction of the city. In this sense, reference was made not only to its emergence through the Colonizing Company Hermann Meyer, but above all, and as Aldo Rossi affirms, from the "construction of the city over time, in which the city grows on itself "The installation of the first industries defined the industrial character of the city, which caused important reflections in its urban expansion. In this sense, it is intended to respond to the objectives of this research, through an investigation in the ambit of the city's architecture using qualitative and quantitative indicators. Thus, through case studies, a prospective view of the reuse of remnants of industrial buildings, which may serve as strategies for future projects of the significant industrial remnants of the city of Panambi, is sought. The purpose of this research is to construct a methodology that allows the recognition or valorization of an industrial patrimony with a view to new uses in its use, thus reaffirming its preservation and the strengthening of the collective memory of the city.

Key words: Panambi, industrial architecture, settlement process, preservation, recovery, cultural heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP	Apostolado Positivista do Brasil
CEP	Colégio Evangélico Panambi
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CODEPAC	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS
HIS	Habitação de Interesse Social
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAB	Art Déco Brasil
IECLB	Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IILA	Instituto Ítalo Latino Americano
INCOPAN	Indústria de Cosméticos Panambiense
IPD	Instituto de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPLAP	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba
IWKA	<i>Industriewerke Karlsruhe Augsburg</i>
LAMEM	Laboratório de Madeiras e Estruturas de Madeiras
MAHP	Museu e Arquivo Histórico de Panambi
PRR	Partido Republicano Riograndense
RDA	República Democrática da Alemanha
RFA	República Federal da Alemanha
RIBA	<i>Royal Institute of British Architects</i>
SEMAC	Secretaria Municipal da Ação Cultural
SOP	Secretaria de Obras Públicas do Município de Porto Alegre
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i>
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
TU	Universidade Técnica de Berlim
UBASA	Usinas Brasileiras de Açúcar S/A
UMRG	<i>Urban Morphology Research Group</i>
VDI	Associação Industrial Alemã
ZEIT	Zona Especial Institucional
ZKM	Centro de Arte e Tecnologia de Mídia
ZLB	<i>Zentral und Landesbibliothek Berlin</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Brasil com a localização Rio Grande do Sul e Panambi.....	3
Figura 2. Mapa dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul com a localização dos casos de estudos selecionados	4
Figura 3. Formas de posse de terra na Alemanha	17
Figura 4. Estrutura das comunidades.....	18
Figura 5. A <i>Ringstrasse</i> de Viena	21
Figura 6. Mapa do Império Alemão (1871-1914).....	22
Figura 7. O projeto de Stübben para a extensão da cidade de Colônia (1880)	24
Figura 8. Mapa da Alemanha da República de Weimar (1920-1933).....	26
Figura 9. Exemplos de edificações habitacionais	28
Figura 10. Vilas operárias da década de 1980	30
Figura 11. Cidade-jardim de Hellerau (1908).....	31
Figura 12. <i>Gartenstadt</i> de Manheim (1909) e de Margaretenhöhe, em Essen (1912)	32
Figura 13. <i>Zollverein</i> – união aduaneira estabelecida entre os Estados alemães	33
Figura 14. Diferentes tipos de moinhos	35
Figura 15. Ilustração de rodas de água – Moinho da fazenda Overmeyer Halverde perto de Hopsten (Renânia do Norte-Vestefália) com uma roda hidráulica inferior	35
Figura 16. Moinhos de água	36
Figura 17. Antiga estrutura da roda d'água em Ehrenkirchen, denominada “ <i>Eselsbrunnen</i> ”, em Ehrenstetter Grund	37
Figura 18. Moinhos (41) operando ao longo dos canais em Waldkirch (final do século XIX)	38
Figura 19. Usinas mais antigas instaladas na região de Baden-Württemberg	39
Figura 20. Antiga máquina a vapor (1893) e respectivo gerador (1906)	40
Figura 21. Sala da usina devidamente preservada	41
Figura 22. Museu da usina hidrelétrica de Untertürkheim	42
Figura 23. Cidades que pertencem à região de Baden-Württemberg	45
Figura 24. Localização da região Baden-Württemberg e os pontos ideais para economia da Alemanha e da União Europeia	46
Figura 25. Ponte de madeira em Beuron, considerada patrimônio histórico	48
Figura 26. Forjaria em Altensteig, convertida em museu	50
Figura 27. Moinho de Lahrens com adição de roda d'água (2013)	50
Figura 28. Moinho de óleo Michelau, concebido como museu técnico (1990)	51
Figura 29. Silo e processos de moagem Mahlgänge, Oberkochen, Scheerermühle	51
Figura 30. Moinho Langenbrettach, em Südostgiebel	52
Figura 31. Karlsruhe, antiga empresa Industrierwerke Karlsruhe Augsburg (IWKA)	53
Figura 32. Fábrica de bijuterias Ott-Pausersche, na cidade de Schwäbisch Gmünd	54
Figura 33. Projetos urbanísticos de Friedrich Heydtmann e de Wilhelm Arhons	69
Figura 34. Planta topográfica e orográfica de Porto Alegre (1896).....	72
Figura 35. Perspectiva formada pelo Castelinho, Observatório e Instituto Técnico-Profissional	73
Figura 36. Colégio Júlio de Castilhos e Instituto Eletrotécnico	74
Figura 37. <i>Cervejaria Bopp</i> , atual Shopping Total	76

Figura 38. Prédios da Receita Federal e dos Correios e Telégrafos, atuais Museu de Arte do RS e Memorial do RS.....	77
Figura 39. Hotel Magestic e Prédio Ely	77
Figura 40. Projetos do Banco do Comércio e da casa de Érico Veríssimo	78
Figura 41. Projeto de Theo Wiederspanh para uma casa de praia	79
Figura 42. Cabana provisória e um rancho encravado no meio da densa mata.....	82
Figura 43. Uma das últimas construções de tábuas fendidas no Alto Taquari	82
Figura 44. Imóvel enxaimel com reboco e com tijolos aparentes (1910)	83
Figura 45. Imigrantes alemães instalando-se em São Leopoldo/RS (século XIX)....	89
Figura 46. Mapa das estradas cujo entroncamento deu origem ao Povoado de <i>Hamburgerberg</i> – Novo Hamburgo, RS.....	92
Figura 47. Primeiro trecho da estrada de ferro	92
Figura 48. Estação de trem	93
Figura 49. Arquitetura das casas de colonos alemães vestfalianos na cidade de Teutônia, RS.....	94
Figura 50. Prédio do Instituto Bibliográfico de Leipzig.....	99
Figura 51. Enciclopédia Meyer's, parte do acervo do Museu e Arquivo Histórico de Panambi	100
Figura 52. Roteiro da viagem de estudos de Hermann Meyer pelo Brasil.....	101
Figura 53. Diagrama das colonizações de Meyer no Rio Grande do Sul	105
Figura 54. Colônias do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul (1901)	107
Figura 55. Planta da colônia Xingu.....	108
Figura 56. Planta da Colônia Boi Preto	109
Figura 57. Siedlung Siemensstadt, Berlim (1929)	115
Figura 58. Representação esquemática de uma hierarquia da forma urbana	122
Figura 59. O processo tipológico da escola italiana	124
Figura 60. <i>Urban Fringe Belt</i> aplicada à cidade de Alnwick (1969)	126
Figura 61. Fábrica Benyon & Bage – Shewsbury, Inglaterra (betão armado e ferro)	151
Figura 62. Mercado Ferreira Borges – Porto, Portugal (ferro, aço e vidro).....	151
Figura 63. Pavilhão do Vidro – Colônia, Alemanha (vidro, ferro e aço)	151
Figura 64. Palácio das Máquinas	152
Figura 65. Obras industriais de Albert Kahn	154
Figura 66. Esquema das camadas de transformação de um edifício	164
Figura 67. Esquema das camadas de transformação de um edifício utilizadas para análise dos casos de estudo	167
Figura 68. Mapa do processo de ocupação do território gaúcho pelos jesuítas (1626 a 1900) com a chegada de outras etnias	188
Figura 69. Plano de <i>la Ciudad de Resurrección</i> (Mendoza, Argentina, 1562)	189
Figura 70. Plano de São Miguel Arcanjo (1756)	190
Figura 71. Divisão do Estado do RS no século XIX.....	191
Figura 72. Planta do levantamento topográfico realizado pela Firma R. Ahrons & Cia, referente às linhas Stuttgart e Leipzig (1899)	199
Figura 73. Planta da medição de uma parte das terras destinadas à Colônia Neu-Württemberg (Engenheiro Silvestre Manoel da Silva, 1899).....	200
Figura 74. Núcleo Fundador – planta da primeira parte da Colônia Neu-Württemberg (1900).....	202
Figura 75. Recorte ampliado da planta do Núcleo Fundador da Colônia Neu-Württemberg (1900).....	203
Figura 76. Mapa para divulgação da Colônia Neu-Württemberg.....	204
Figura 77. Pontos de referência – Planta da <i>Stadtplatz Elsenau</i> (1901)	206
Figura 78. Planta <i>Stadtplatz Elsenau</i> , 1906.....	208

Figura 79. Imagem da <i>Stadtplatz Elsenau</i>	209
Figura 80. Planta do levantamento de medidas e marcação de lotes realizado por Manoel Itaquí (1903).....	210
Figura 81. Imagem da última página da caderneta de campo (original) assinada por Manoel Itaquí.....	212
Figura 82. Planta da Colônia Neu-Württemberg (1906) com a indicação da área destinada ao <i>Stadtplatz Elsenau</i> , na Linha Berlim	213
Figura 83. Imagem de <i>Langenbrettach</i> , região de Baden-Württemberg.....	214
Figura 84. Barracão do Imigrante	216
Figura 85. Capela e casa Pastoral (1903)	217
Figura 86. Imagem da escola, <i>Stadtplatzschule</i> (1903).....	219
Figura 87. Capela Batista (1906).....	219
Figura 88. Residência do diretor da Colônia Neu-Württemberg (1906).....	220
Figura 89. Fachadas da residência Faulhaber	221
Figura 90. Plantas baixas da residência Faulhaber	221
Figura 91. Imagens do interior da residência Faulhaber, com destaque para os detalhes em madeira, móveis e esquadrias.....	222
Figura 92. Residência localizada na Linha Brasil (1920).....	223
Figura 93. Imagem da técnica construtiva enxaimel e fachada residencial	224
Figura 94. Exemplo de uma planta baixa e estrutura de residência em madeira ...	225
Figura 95. Imagem da <i>Stadtplatz Elsenau</i> (1916)	226
Figura 96. Armazém Fischer & Franke (década de 1910 e 1990)	226
Figura 97. Cooperativa de Produção e Compra de Neu-Württemberg – a “ <i>Bezugsgenossenschaft</i> ”	227
Figura 98. Ilustração da <i>Meyers Konversations-Lexikon</i> de exemplares da arquitetura residencial da <i>Arbeiterwohnhäuser</i>	229
Figura 99. Ilustração da <i>Meyers Konversations-Lexikon</i>	230
Figura 100. Ilustração da <i>Meyers Konversations-Lexikon</i>	230
Figura 101. Aldeamento Altenhof de Krupp para trabalhadores em Essen-Rüttenscheid (1905).....	231
Figura 102. Projeto de igreja para 216 pessoas sentadas	232
Figura 103. Projeto para moradias	233
Figura 104. Capa e folha de rosto da coletânea de C. von Seyffarth	236
Figura 105. Vista das fachadas Sul e Oeste com plantas térreo e superior	237
Figura 106. Casas unifamiliares isoladas	238
Figura 107. Habitação popular em fita.....	238
Figura 108. <i>Moderne Bauforme</i> , revista de arquitetura do início do século XX.....	240
Figura 109. Prédio da subprefeitura da Colônia Neu-Württemberg (década de 1920).....	242
Figura 110. Estação Belizário (década de 1920).....	243
Figura 111. Plantas de <i>Stadtplatz Elsenau</i> e <i>Stadtplatz Neu-Württemberg</i>	244
Figura 112. Estabelecimentos comerciais da década de 1920.....	247
Figura 113. Salão Goldhardt (década de 1910).....	247
Figura 114. Praça Maurício Cardoso (década de 1930).....	249
Figura 115. Planta de projeto para jardinamento da Praça Maurício Cardoso	249
Figura 116. Vista lateral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)	250
Figura 117. Fábrica de Flandes Edmund Rahmeier	251
Figura 118. Área industrial e de serviços na parte inferior da imagem (final da década de 1920)	251
Figura 119. Ferraria Irmãos Kepler (década de 1920).....	252
Figura 120. Madeireira Knorr (década de 1930).....	253
Figura 121. Cartaz de divulgação e Guia da Exposição	255

Figura 122. Pequeno Guia Comercial (décadas de 1920 e 1930).....	255
Figura 123. Edificações residenciais urbanas da Vila Pindorama	258
Figura 124. Colégio Evangélico Panambi (1935)	259
Figura 125. Cine Ideal (sem data)	263
Figura 126. Igrejas Católica e Batista com janelas em arco quebrado e vitrais.....	264
Figura 127. Pequenas indústrias e oficinas das décadas de 1940 e 1950	265
Figura 128. Clube Grêmio Desportivo Panambi	266
Figura 129. Mapa do Município de Panambi (1958).....	269
Figura 130. Mapa de implantação da cidade – Expediente Urbano de Panambi (1958)	274
Figura 131. Passagens de pedestres nos principais pontos com alta declividade (década de 1960)	275
Figura 132. Mapa com os principais problemas a resolver	275
Figura 133. Mapa das atividades econômicas.....	276
Figura 134. Mapa das condições das construções.....	277
Figura 135. Mapa da cidade de Panambi (Plano Diretor, 1959).....	278
Figura 136. Mapas do Plano Diretor Urbano (1959 e 1993).....	280
Figura 137. Mapa do Plano Diretor Urbano que define as zonas urbana e rural....	282
Figura 138. Mapa das áreas e localização dos usos urbanos.....	284
Figura 139. Mapa com a localização das principais indústrias de Panambi.....	285
Figura 140. Tabela Regime Urbanístico	286
Figura 141. Mapa do Sistema Viário de Panambi	287
Figura 142. Mapa 1 do Plano Diretor – Macrozoneamento e sistema viário	290
Figura 143. Mapa 6 do Plano Diretor – Zoneamento Urbano e Sistema Viário	291
Figura 144. Mapa 7 do Plano Diretor – Edificações significativas	294
Figura 145. Mapa 7 do Plano Diretor – Edificações com interesse de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural.....	300
Figura 146. Edificações de Interesse de Preservação (mapa sem escala)	301
Figura 147. Mapa com a localização dos lotes 2 e 4 da Linha Italiana (1900)	302
Figura 148. Moinho Velho e residência dos imigrantes irmãos Waihrich (s/d)	303
Figura 149. Imagem externa e interna do Restaurante Moinho Velho	304
Figura 150. Imagens do Castelinho.....	305
Figura 151. Plantas baixas e fachadas do Castelinho.....	306
Figura 152. Casa comercial de Adolfo Kepler Senior (1920).....	308
Figura 153. Farmácia Hisserich e Posto Bancário (2014)	309
Figura 154. Planta baixa com delimitação dos diferentes usos.....	309
Figura 155. Vista frontal e lateral: da “Farmácia Hisserich” à loja de vestuário	310
Figura 156. Fachada Norte, “Café Bendito”.....	310
Figura 157. Núcleo inicial da Empresa Faulhaber (década de 1930)	311
Figura 158. Planta da Metalúrgica Faulhaber (1978)	312
Figura 159. Perspectiva da empresa Faulhaber.....	313
Figura 160. Entorno da Fábrica Faulhaber, como arroio Moinho e outras indústrias (década de 1950).....	314
Figura 161. Funcionários da Metalúrgica Faulhaber na produção de artefatos (década de 1940).....	314
Figura 162. Folder de propaganda dos produtos da Empresa Faulhaber (s/d)	315
Figura 163. Imagens externa e interna, com detalhe das janelas guilhotina	316
Figura 164. Imagens internas da marcenaria	316
Figura 165. Vista Oeste da Metalúrgica Faulhaber (década de 1970)	317
Figura 166. Planta do Núcleo Fundador (1900).....	321
Figura 167. Sobreposição dos mapas: Núcleo Fundador e Planta Cadastral do Município de Panambi	322

Figura 168. Planta da povoação de Neu-Württemberg (1901)	323
Figura 169. Sobreposição dos mapas: Núcleo Fundador e Planta Cadastral do Município de Panambi	324
Figura 170. Planta da <i>Stadtplatz Elsenau</i> (1906)	326
Figura 171. Sobreposição dos mapas: Planta da <i>Stadtplatz Elsenau</i> (1906) e Planta Cadastral do Município de Panambi	327
Figura 172. Esboço (croqui) elaborado para adequação à topografia (s.d.)	328
Figura 173. Sobreposição dos mapas: Esboço (croqui) alteração de traçado e Planta Cadastral do Município de Panambi	329
Figura 174. Planta do Plano Diretor (1959)	330
Figura 175. Sobreposição dos mapas: Planos Diretor de 1959 e 2008	331
Figura 176. Etapas de ocupação da área urbana do Município de Panambi	332
Figura 177. Atual núcleo urbano com as respectivas vias, parcelas e edificações	333
Figura 178. Principais estruturas urbanas da Colônia Neu-Württemberg	351
Figura 179. Vista aérea do conjunto de galpões do Sesc Pompeia (década de 1940), anterior à intervenção	368
Figura 180. Vista aérea atual do Sesc Pompeia após a intervenção	369
Figura 181. Fábrica de tambores (1938)	370
Figura 182. Fábrica Ibesa Gelomatic (1945)	371
Figura 183. Fábrica abandonada pouco antes da sua compra pelo Sesc (1970) ...	371
Figura 184. Planta baixa com indicação dos espaços do projeto	375
Figura 185. Planta com indicação do corte da elevação da rua interna	375
Figura 186. Planta com indicação do corte geral e do bloco esportiva com elevação	376
Figura 187. Equipe de Lina Bo Bardi no Sesc Pompeia	377
Figura 188. Maquete do projeto do Sesc Pompeia	377
Figura 189. Retirada do reboco e recuperação dos tijolos	378
Figura 190. Escavação para melhorar as fundações	378
Figura 191. Recuperação e escoramento do telhado	379
Figura 192. Pilares em concreto nas estruturas internas e externas	379
Figura 193. Condutores de águas pluviais (acima) e luminárias (abaixo)	379
Figura 194. Tijolos à vista ou tijolo-de-galinheiro	380
Figura 195. Sistema de refrigeração do teatro	380
Figura 196. Obras na rua interna com seixos rolados	380
Figura 197. Preservação dos paralelepípedos na rua central e entre os pavilhões	381
Figura 198. Construção do espelho d'água e o detalhe da lareira	382
Figura 199. Arquibancadas do teatro e fixação do mobiliário em madeira	382
Figura 200. Ateliês e oficinas de marcenaria, cerâmica, gravura, serigrafia e gráfica separadas por divisórias de concreto aparente	382
Figura 201. Cozinha, restaurante e choperia	383
Figura 202. Biblioteca e espaço reservado à leitura e recreação	383
Figura 203. Detalhe da construção da caixa d'água	385
Figura 204. Obras do conjunto esportivo	385
Figura 205. Atual visão geral das torres	386
Figura 206. Passarelas que interligam os dois prédios	386
Figura 207. Buracos no lugar das janelas, com treliças de madeira	387
Figura 208. Quadras esportivas	387
Figura 209. Piscina e bar no local	388
Figura 210. Construção de um canal aberto para escoamento das águas pluviais	388

Figura 211. <i>Deck</i> de madeira (“praia”) e os dois blocos unidos pelas passarelas.....	389
Figura 212. Parque do Engenho de Piracicaba antes da intervenção.....	391
Figura 213. Parque do Engenho de Piracicaba antes da intervenção.....	392
Figura 214. Parque do Engenho de Piracicaba atual.....	392
Figura 215. Pavilhão industrial do Teatro Erotídes de Campos após intervenção.....	392
Figura 216. Maquinaria do Engenho Central.....	394
Figura 217. Engenho Central nos anos finais do século XIX.....	394
Figura 218. Produção de açúcar no Engenho Central.....	395
Figura 219. Pavilhões tombados pelo CODEPAC.....	396
Figura 220. Entorno do Parque do Engenho.....	398
Figura 221. Antigo galpão fabril como depósito de tonéis gigantes.....	398
Figura 222. Pé direito de 18 metros de altura e vão central do pavilhão.....	398
Figura 223. Memória da origem da construção do pavilhão.....	399
Figura 224. Implantação geral (escala 1:1000).....	400
Figura 225. Planta térrea.....	400
Figura 226. Planta do corte AA.....	400
Figura 227. Planta do corte DD.....	401
Figura 228. Fachada Nordeste.....	401
Figura 229. Fachada Sudeste.....	401
Figura 230. Croqui da fachada.....	402
Figura 231. Croqui do corte.....	402
Figura 232. Croqui da praça.....	403
Figura 233. Distribuição dos espaços para circulação.....	403
Figura 234. Pavilhão antes da restauração (imagem interna e pé direito de 18m de altura).....	404
Figura 235. Pavilhão após a intervenção (destaque do grande número de janelas).....	404
Figura 236. Entrada principal do galpão com a face voltada para a praça.....	405
Figura 237. Escada externa de acesso ao palco.....	405
Figura 238. Nova estrutura do Teatro Erotídes de Campos.....	405
Figura 239. Estrutura do palco do Teatro Erotídes de Campos após a intervenção.....	406
Figura 240. Foyer e bilheteria delimitados pela parede de concreto.....	406
Figura 241. Construção das arquibancadas e colocação dos assentos.....	406
Figura 242. Laterais da edificação com aberturas junto à plateia.....	407
Figura 243. Restaurante do Teatro Erotídes de Campos.....	407
Figura 244. Sala de controle de áudio/vídeo e iluminação.....	408
Figura 245. Sala de dança do Teatro Erotídes de Campos.....	408
Figura 246. O Moinho Colognese antes da intervenção.....	410
Figura 247. Localização da cidade de Ilópolis, RS.....	410
Figura 248. Museu do Pão após a intervenção – vista dos novos prédios.....	411
Figura 249. Museu do Pão após a intervenção – vista aérea.....	411
Figura 250. Moinho Colognese abandonado – vista externa.....	414
Figura 251. Moinho Colognese abandonado – vista interna.....	414
Figura 252. O Caminho dos Moinhos.....	415
Figura 253. Implantação da proposta de intervenção do Museu do Pão.....	417
Figura 254. Corte transversal do Museu do Pão.....	418
Figura 255. Corte longitudinal do Museu do Pão.....	418
Figura 256. Elevações NE e NO.....	418
Figura 257. Elevações SO e SE.....	419

Figura 258. Croqui do Museu do Pão – vista posterior.....	421
Figura 259. Maquete do Museu do Pão	421
Figura 260. Restauração do Moinho Colognese	421
Figura 261. Restauração do Moinho Colognese – vista interna	422
Figura 262. Segundo pavimento Moinho Colognese após intervenção – vista interna.....	422
Figura 263. Bodega, café e padaria do Museu do Pão	422
Figura 264. Acessos ao Moinho do Pão	423
Figura 265. Estrutura do volume expositivo.....	423
Figura 266. Amarração do Museu e Oficina de Panificação.....	424
Figura 267. Pavimentos em concreto armado das duas edificações.....	424
Figura 268. Edificações de concreto no entorno do Museu do Pão	424
Figura 269. Novas edificações junto ao Moinho do Pão.....	425
Figura 270. Ligação entre os prédios por meio de uma passarela	425
Figura 271. O gradil da passarela de madeira.....	426
Figura 272. Programa expositivo	426
Figura 273. Oficina de Panificação	427
Figura 274. Estrutura e manutenção do Museu do Pão	427
Figura 275. Painéis de proteção do Museu do Pão.....	428
Figura 276. O auditório que tem acesso visual ao fundo do terreno	428
Figura 277. A transparência do volume expositivo integra o Museu do Pão	429
Figura 278. Pintura gravada em baixo relevo na lateral do volume expositivo	429
Figura 279. Nos painéis de madeira está gravada a palavra “pão” em vários idiomas	430
Figura 280. O pilar em “árvore”	430
Figura 281. Rodas dentadas na parte externo do Museu do Pão	431

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Matriz de análise de projeto de reuso.....	167
Quadro 2. Relação dos diferentes períodos de crescimento da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi	195
Quadro 3. Síntese tipológica do primeiro período	348
Quadro 4. Síntese tipológica do segundo período.....	349
Quadro 5. Síntese tipológica do terceiro período	350
Quadro 6. Síntese tipológica do quarto período	350
Quadro 7. Modelo da matriz para realizar a síntese dos parâmetros de reuso	367
Quadro 8. Matriz de Análise de projeto de reuso – Sesc Pompeia	390
Quadro 9. Matriz de Análise de projeto de reuso – Teatro Erotídes de Campos....	409
Quadro 10. Matriz de Análise de projeto de reuso – Museu do Pão	431
Quadro 11. Síntese dos casos de estudo.....	433
Quadro 12. Síntese dos parâmetros de reuso.....	439

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Valores do nível de transformação	168
Tabela 2. Funcionários da Administração da Colonizadora Meyer.....	242
Tabela 3. Atividades industriais e profissionais existentes na colônia entre 1910 e 1925	246
Tabela 4. Parâmetros para análise: primeiro período, de 1898 a 1915 – Assentamento urbano – A <i>Stadtplatz Elsenau</i>	335
Tabela 5. Parâmetros para análise: segundo período, de 1916 a 1938 – Crescimento e reorganização do traçado	337
Tabela 6. Parâmetros para análise: terceiro período, de 1939 a 1954 – Vila Pindorama à Emancipação	340
Tabela 7. Parâmetros para análise: quarto período, de 1954 a 2015 – Panambi “Cidade das Máquinas”	342
Tabela 8. Amostragem dos edifícios selecionados para os casos de estudo.....	364

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	1
1.2	OBJETIVOS E HIPÓTESES	1
1.3	ÂMBITO DISCIPLINAR	2
1.4	OBJETO DE ESTUDO E DELIMITAÇÕES TERRITORIAIS	3
1.5	METODOLOGIA	5
1.6	ESTRUTURA DA TESE	6
2	ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E CONTEXTO HISTÓRICO	9
2.1	ARQUITETURA NO URBANISMO OCIDENTAL DO SÉCULO XVIII AO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX: UM CONTEXTO HISTÓRICO	9
2.2	O URBANISMO NA ALEMANHA DO FINAL DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DO SÉCULO XX	15
2.2.1	O ideário urbanístico e a formação das cidades na Alemanha	27
2.2.2	As cidades industriais da Alemanha do século XIX	32
2.2.2.1	A região de Baden-Württemberg: indústria e legado	34
2.3	A PROPAGAÇÃO DAS IDEIAS E O IDEÁRIO GERMÂNICO NO SUL DO BRASIL	55
2.3.1	Arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul e a influência germânica	63
2.3.1.1	Rudolf Ahrons e seu contributo	71
2.3.2	A ocupação do território no Rio Grande do Sul	80
2.3.2.1	As colônias alemãs no Rio Grande do Sul: a iniciativa oficial e privada	85
2.3.3	Hermann Meyer e seus empreendimentos: o modelo de colonização no Rio Grande do Sul	95
2.3.3.1	As colônias de Hermann Meyer: Xingu, Boi Preto, Castilhos, Fortaleza e Neu-Württemberg	101
2.3.3.2	A Colônia Neu-Württemberg	111
2.4	MORFOLOGIA URBANA: CONCEITOS PARA A COMPREENSÃO DA CIDADE	113
2.4.1	Abordagem conceitual: lugar, território e arquitetura	113
2.4.2	Morfologia urbana: uma aproximação analítica	116
2.4.3	Desenho e ocupação do território: principais elementos, traçados e tipologias	129
2.5	PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL NECESSÁRIA	134
2.5.1	Construção teórica do conceito de restauro	134
2.5.2	A preservação e a questão urbana	142
2.5.3	A preservação do patrimônio industrial	147
2.5.4	Matriz de análise para reuso de edifícios industriais	163
2.6	REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 2	171
3	DE COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG A MUNICÍPIO DE PANAMBI: UMA CIDADE INDUSTRIAL	185

3.1	A BUSCA POR UMA NOVA <i>HEIMAT</i>	186
3.2	PRIMEIRO PERÍODO (1898-1915): A <i>STADTPLATZ ELSENAU</i> , O PRIMEIRO ASSENTAMENTO URBANO NA COLÔNIA DE NEU-WÜRTTEMBERG.....	194
3.2.1	O espaço urbano na <i>Stadtplaz Elsenau</i> configurando a nova <i>Heimat</i>	201
3.2.2	As primeiras propostas em Arquitetura na Colônia Neu-Württemberg	213
3.2.3	Referências alemãs na Colônia Neu-Württemberg	227
3.3	SEGUNDO PERÍODO (1916-1937): A REORGANIZAÇÃO DO TRAÇADO EM FUNÇÃO DA TOPOGRAFIA.....	241
3.4	TERCEIRO PERÍODO (1938-1954): DA VILA DE PINDORAMA À EMANCIPAÇÃO.....	260
3.5	QUARTO PERÍODO (1955-2008): PANAMBI “CIDADE DAS MÁQUINAS”: NOVAS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO.....	267
3.5.1	O traçado urbano, Planos Diretores e preservação	271
3.5.1.1	Plano Diretor de 1959.....	273
3.5.1.2	Plano Diretor de 1993.....	280
3.5.1.3	Plano Diretor de 2008.....	289
3.6	DE COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG À CIDADE DE PANAMBI: UMA HISTÓRIA QUE PERMANECE.....	296
3.6.1	Moinho Velho	301
3.6.2	Castelinho	304
3.6.3	Farmácia Hisserich	307
3.6.4	Metalúrgica Faulhaber	311
3.7	ANÁLISE TIPO-MORFOLÓGICA DA COLÔNIA NEU- WÜRTTEMBERG: CIDADE DE PANAMBI	317
3.7.1	Primeiro Período: Planta do Núcleo Fundador da colônia Neu- Württemberg (1898-1900)	320
3.7.2	Segundo Período: Planta da Povoação de Neu-Württemberg (1900-1906)	322
3.7.3	Terceiro Período: Planta da <i>Stadtpatz Elsenau</i> (1906)	325
3.7.4	Quarto Período: Planta Plano Diretor de 1959 e Planta Plano Diretor (2008)	330
3.8	REFERÊNCIAS DO 3º CAPÍTULO.....	354
4	CASOS DE ESTUDO: DO REUSO À REQUALIFICAÇÃO	363
4.1	SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO.....	363
4.2	METODOLOGIA DE ANÁLISE	365
4.3	ANÁLISE COMPARATIVA	368
4.3.1	Antiga Fábrica Nacional de Tambores – Sesc Pompeia: identificação da tipologia industrial original – imagem do local	368
4.3.1.1	O edifício anterior ao projeto de reuso.....	370
4.3.1.2	O projeto de intervenção	374
4.3.1.3	Síntese de análise	390

4.3.2	Parque do Engenho de Piracicaba – Teatro Erotídes de Campos: identificação da tipologia industrial original – imagem do local	391
4.3.2.1	O edifício anterior ao projeto de reuso.....	393
4.3.2.2	O projeto de intervenção	399
4.3.2.3	Síntese de análise	409
4.3.3	Engenho de Farinha – Museu do Pão: identificação da tipologia industrial original – imagem do local	410
4.3.3.1	O edifício anterior ao projeto de reuso.....	412
4.3.3.2	O projeto de intervenção	417
4.3.3.3	Síntese de análise	431
4.4	ANÁLISE COMPARATIVA	433
4.4.1	Os parâmetros, segundo os níveis de transformação	434
4.4.1.1	Função.....	434
4.4.1.2	Volumetria	434
4.4.1.3	Envolvente.....	435
4.4.1.4	Materiais (Externos).....	435
4.4.1.5	Imagem (externa)	435
4.4.1.6	Sistema construtivo	436
4.4.1.7	Configuração espacial	437
4.4.1.8	Materiais (internos) e Imagem (interna).....	437
4.4.1.9	Máquinas	438
4.4.2	Cinco pontos-chave dos projetos de reconversão.....	438
4.4.2.1	Função.....	440
4.4.2.2	Características arquitetônicas da pré-existência	441
4.4.2.3	Volumetria	442
4.4.2.4	Valor patrimonial.....	443
4.4.2.5	Nível de transformação.....	443
4.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	444
4.6	REFERÊNCIAS DO 4º CAPÍTULO.....	446
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	451
	REFERÊNCIAS.....	461
	OBRAS CONSULTADAS	481
	GLOSSÁRIO	483
	ANEXOS	485

1 INTRODUÇÃO

A importância de resgatar o passado com vistas à construção de uma consciência cultural constituiu fator decisivo para a escolha da problemática desta tese. No âmbito da Arquitetura como disciplina, e considerando o diálogo da obra arquitetônica e urbana com o passado, buscou-se abordagens que permitiram compreender o crescimento da cidade e dos seus elementos em nível patrimonial. A investigação partiu da importância de caracterizar tais elementos patrimoniais, uma vez que estão inseridos no núcleo inicial do assentamento urbano e, portanto, remetem à memória coletiva da cidade. A abordagem em nível da cidade e do seu patrimônio arquitetônico se deu com base na observação direta e qualitativa do objeto, na busca pela compreensão da realidade do lugar.

1.1 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O ponto de partida do presente estudo foi a constatação de exemplares da arquitetura industrial inseridos no contexto urbano da cidade contemporânea. Desta constatação inevitavelmente surgiu a necessidade de compreender a real importância desses exemplares para, na medida do possível, contribuir com a sua valorização no sentido de evitar a sua degradação e seu desaparecimento.

Considera-se, assim, que a principal justificativa para este estudo seja a possibilidade de despertar a consciência cultural e a ação coletiva da comunidade em prol do patrimônio arquitetônico da cidade. Os contributos desta tese expressam-se por meio da afirmação de que os remanescentes da colônia Neu-Württemberg se encontram desconhecidos pela comunidade e, por isso, expostos à degradação e até mesmo à sua extinção.

O estudo também se justifica pela sua contribuição no âmbito das investigações centradas na relação das cidades com seu patrimônio, alertando os seus gestores quanto à importância e necessidade de implementar ações e políticas públicas coerentes e eficazes para salvaguardar esse patrimônio.

1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

Definiu-se, nesse contexto, o propósito pragmático de contribuir com o despertar de um novo olhar sobre a cidade de Panambi e, conseqüentemente, potencializar a caracterização e a valorização do patrimônio arquitetônico e industrial

da cidade. Assim, o objetivo principal desta tese é **compreender o processo de assentamento da colônia Neu-Württemberg e seu referencial arquitetônico, identificando remanescentes da indústria que, por meio da investigação de casos de estudo, possam ser considerados patrimônio da cidade.**

A fim de atingir o objetivo principal, estabeleceu-se cinco objetivos específicos que têm o propósito de obter respostas às perguntas da tese, bem como mensurar a sua validade. São eles: 1) Inserir a colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, RS, Brasil, no contexto da arquitetura e do urbanismo ocidental, enfatizando a Alemanha, país de origem do colonizador Herrmann Meyer; 2) Analisar o assentamento da colônia Neu-Württemberg e identificar os referenciais arquitetônicos e urbanísticos; 3) Verificar o caso Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, considerando a sua evolução urbana e a ocorrência das atividades industriais; 4) Identificar os remanescentes industriais que se encontram na área central da cidade, passíveis de serem patrimônio cultural; 5) Investigar estudos de casos de reuso de instalações industriais, considerando os critérios metodológicos e as estratégias utilizadas para o reaproveitamento dessas áreas.

Para tanto, foram definidas três perguntas principais as quais serão esclarecidas ao longo desta investigação, devendo as respectivas respostas levar finalmente ao objetivo proposto. Considerando que a cidade de Panambi teve suas origens principalmente na colonização alemã, proporcionada pela Colonizadora Hermann Meyer, e que com ela muitas famílias de origem alemã se estabeleceram neste núcleo urbano, surgem as seguintes questões:

1. A arquitetura que surgiu na colônia Neu-Württemberg tem influências da arquitetura alemã do final do XIX e início do século XX?
2. A indústria que surgiu na colônia Neu-Württemberg gerou reflexos no desenho urbano e na paisagem local da cidade?
3. Os remanescentes da arquitetura industrial da colônia Neu-Württemberg possuem valor histórico, podendo ser considerados patrimônio da cidade de Panambi?

1.3 ÂMBITO DISCIPLINAR

As problemáticas levantadas anteriormente relacionam-se à arquitetura da cidade e ao seu patrimônio arquitetônico, e foram tratadas mediante a conjugação de diversas áreas disciplinares. Adotou-se, portanto, a interdisciplinaridade ou, mais precisamente, a conjugação de disciplinas numa abordagem estruturada em dois

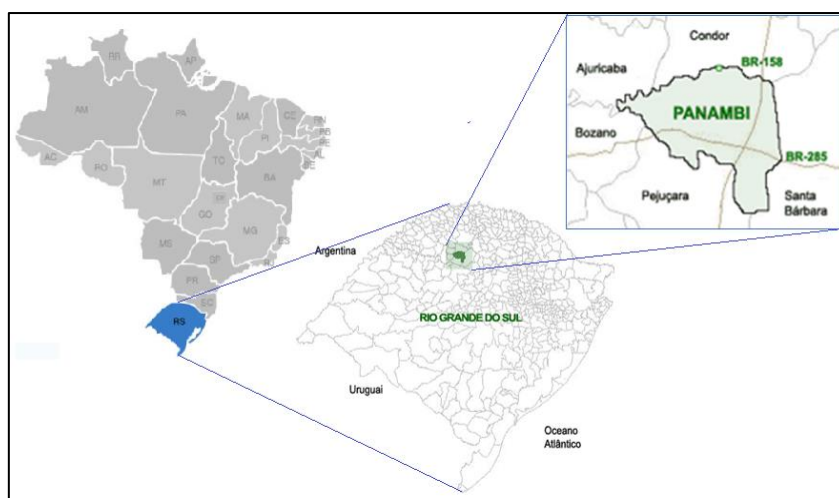
eixos: o primeiro convergiu para a leitura da cidade, das formas urbana e arquitetônica; o segundo visou a compreensão dos casos de reuso de remanescentes industriais, suas principais características, possibilidades e valorização patrimonial.

1.4 OBJETO DE ESTUDO E DELIMITAÇÕES TERRITORIAIS

Esta investigação desenvolveu-se com base em dois territórios distintos e analisa os objetos de estudo com diferentes escalas de aproximação. O primeiro refere-se à cidade de Panambi, antiga colônia Neu-Württemberg, que serviu de campo de observação dos acontecimentos históricos e do desenvolvimento da cidade. A evolução urbana partiu da ocupação do território por imigrantes portugueses e, principalmente, pautou-se na colonização alemã do final do século XIX. Constituiu-se, assim, numa cidade com várias indústrias que, com o tempo, devido aos processos de industrialização, se modificaram e implantaram novas necessidades tecnológicas. Como consequência, várias edificações e terrenos industriais foram abandonados na área central da cidade, originando espaços ociosos e degradados.

Panambi situa-se no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, na região Noroeste do Estado, a uma latitude 28°17'33" Sul e a uma longitude 53°30'06" Oeste, e a uma altitude de 418 metros. Possui área de 490,859 km² e uma população de 41.473 habitantes¹. De clima subtropical úmido, apresenta verões úmidos devido a massas tropicais instáveis (Figura 1).

Figura 1. Mapa do Brasil com a localização Rio Grande do Sul e Panambi



Fonte: Guia Digital (2018)².

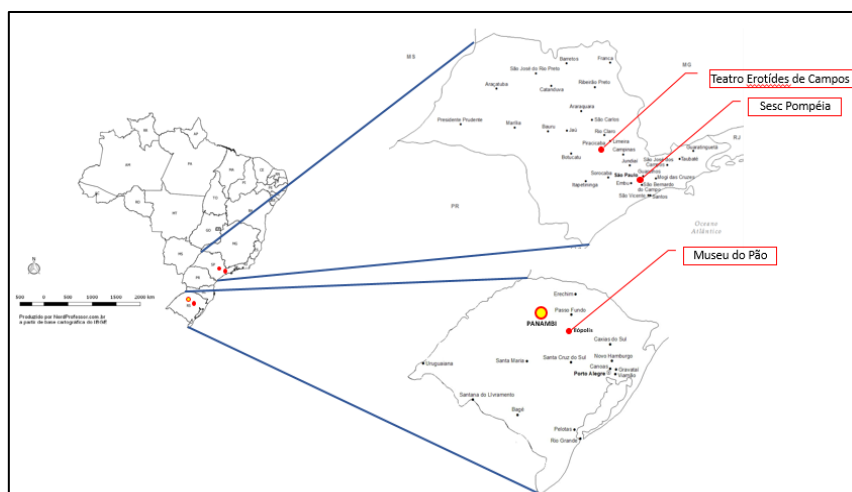
¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. *Censo demográfico*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panambi/panorama>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

² GUIA DIGITAL. *Mapas de Panambi, RS*. Disponível em: <<http://www.guiadigital.info>>. Acesso em: 25

O segundo território trata dos casos de estudos de reuso de remanescentes industriais. Foi necessário, para tanto, uma seleção de casos de estudos, cuja escolha considerou a temporalidade e a relação com a arquitetura industrial. Os casos selecionados foram estudados a partir de visitas *in locus*, tendo como apoio a investigação de documentação, bibliografias de referência e levantamentos fotográficos.

Os referidos casos selecionados se localizam em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Primeiro em São Paulo, o Estado brasileiro onde iniciou o desenvolvimento da indústria em grande escala. Existem vários exemplares de reuso de indústria nesse Estado, porém, procurou-se concentrar na capital e em cidades próximas. Foram selecionados: o **Sesc Pompéia**, na cidade de São Paulo que, além de ter sido idealizado por Lina Bo Bardi, é um ícone no âmbito nacional e internacional em termos de reuso de indústria; o **Teatro Erotídes de Campos**, em Piracicaba, SP, cidade de médio porte, estreitamente ligada à produção de açúcar, considerada uma das primeiras a se industrializar no país; e, por último, o **Museu do Pão**, localizado em Ilópolis, uma pequena cidade interiorana do Rio grande do Sul, que tem suas origens nas etnias alemã e italiana. Fator importante e comum a esses projetos é o fato de terem todos a participação do arquiteto Marcelo Ferraz, sócio fundador do escritório **Brasil Arquitetura**, em São Paulo. A Figura 2 ilustra a localização dos casos selecionados para o estudo em seus respectivos Estados e localidades, além de suas localizações em relação ao município de Panambi.

Figura 2. Mapa dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul com a localização dos casos de estudos selecionados



Fonte: NerdProfessor (2018)³

1.5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta tese incide uma investigação de fontes primárias e secundárias. Ela está dividida em três principais momentos. O primeiro que trata do estado da arte, indicou a necessidade de recorrer ao campo da história da arquitetura e urbanismo das cidades ocidentais do século XVIII ao início do século XX, assim como uma abordagem histórica tendo como foco a Alemanha em especial a região de Baden-Württemberg. Recorre-se a bibliografias de referência assim como a recolha de informações nas Biblioteca de Stuttgart (Württembergische Landesbibliothek Stuttgart) e na Biblioteca da Universidade de Leipzig (Universitätsbibliothek Leipzig) e a investigação de forma a dar subsídios e entendimento ao contexto da investigação.

Num segundo momento, que trata da cidade de Panambi recorreu-se a seu estudo dividindo-se em diferentes períodos destacados conforme os acontecimentos históricos e do crescimento da cidade. Nesse processo foi realizada a sistematização das principais edificações de cada período destacando a tipologia industrial do período da Colônia Neu-Württemberg. Para tal foram feitas buscas a bibliografias de referências além de recolha de material no Museu e Arquivo Histórico de Panambi, no DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na Prefeitura Municipal de Panambi.

O terceiro momento, que trata dos casos de estudo, recorreu-se a levantamentos arquitetônicos, fotográficos para registro do edifício, seguido de registro de interpretação. Além disso, realizou-se um levantamento de informações em busca dos elementos de projeto junto aos escritórios de arquitetura (escritório Brasil Arquitetura) e dos profissionais responsáveis pelas intervenções, nos casos de estudos selecionados, SESC Pompéia, Teatro Erotides de Campos e Museu do Pão. Como complemento à investigação bibliográfica buscou-se subsídios em arquivos fotográficos e históricos.

Quanto aos casos estudos foram selecionados os edifícios fabris, que foram objeto e intervenção e preservaram as suas identidades arquitetônicas, tais como: Antiga Fábrica Nacional de Tambores – **Sesc Pompeia** (São Paulo/SP); Parque do Engenho – **Teatro Erotides de Campos** (Piracicaba/SP), e o Moinho de Farinha – **Museu do Pão** (Ilópolis, RS).

A metodologia de análise destes projetos teve por base o recurso a uma estrutura transversal a partir de uma matriz (apresentada no item 2.), que considerou as etapas a partir de três momentos temporais: o edifício anterior ao projeto de reuso, o projeto de intervenção e a síntese de análise para, posteriormente, realizar uma análise comparativa dos três casos e verificar se os casos analisados seguiram seus objetivos iniciais de intervenção, bem como suas consequências em vários níveis de transformação.

O recurso despendido a este quadro analógico permitiu equacionar e aferir o significado dos níveis de transformação dos edificadados, a adequação às novas funções e os seus níveis de preservação *versus* à respectiva identidade e preservação da memória coletiva.

Por outro lado, o indispensável recurso ao significado dos assentamentos urbanos da referida colonização alemã, em virtude do sistema urbano que inclui as tipologias habitacionais, integra o sistema da Arquitetura Industrial que, também, não é alheio às políticas fundiárias.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

A tese organiza-se em quatro capítulos. O capítulo 1 – **Introdução**, traz os objetivos e hipóteses, o âmbito disciplinar em que a investigação foi desenvolvida, assim como o objeto de estudo e as delimitações territoriais, a estrutura da tese, e a metodologia. O capítulo 2 – **Enquadramento Conceitual e Contexto Histórico**, estabelece a relação entre os principais conceitos e o objeto de estudo, ou seja, entre a matéria-estudo e a área de estudo. O item 1, antes de considerar o urbanismo ocidental do século XVIII ao início do século XX, aborda brevemente o universo da cultura da Arquitetura da cidade ocidental e sua contribuição na construção urbana para melhor nos situar no contexto histórico, percorrendo um universo temporal até o início do século XX. Além de Rossi (2001), autores como Benevolo (2012), Boyer (1994), Morris (2015) e Argan (2014) contribuem para o enquadramento conceitual e o contexto histórico desta investigação.

O item 2 destaca a abordagem histórica, que tem como foco a Alemanha, país de origem de Hermann Meyer e dos imigrantes que se estabeleceram na colônia Neu-Württemberg. Cabali (2015) aborda o ideário urbanístico e a formação das cidades na Alemanha. Como o tema principal desta investigação versa sobre a cidade e a arquitetura industrial, foi necessária abarcar as cidades industriais da Alemanha, em

especial da região de Baden Württemberg, e verificar a origem da concepção do modelo em relação ao legado industrial como patrimônio, transportado.

O item 3 realiza uma contextualização histórica sobre a formação das cidades brasileiras até o período da República (conforme Quadro 2), enfatizando a ocupação do território do Rio Grande do Sul, bem como a propagação do ideário germânico e o surgimento das colônias alemãs, as oficiais e, principalmente, as de iniciativa privada, onde se enquadra a colônia Neu-Württemberg.

A abordagem à forma urbana, seus conceitos e aplicações é destaque no item 4, que possui as contribuições de Capel (2013) sobre a morfologia das cidades, análises morfológicas e tipológicas. Conta também, com imprescindíveis leituras de: Gregotti (1975), Rossi (1964 e 1969, 1977 e 2001), Moraes (2007) Jacobs (2011) e Lamas (2011) sobre as teorias morfológicas, a classificação das formas morfológicas dos assentamentos e os elementos morfológicos do espaço urbano. Todos esses conceitos foram tomados como base para a estruturação do item 7 do Capítulo 3 – Análise Tipo-Morfológica da Colônia Neu-Württemberg: Cidade de Panambi.

O arremate do segundo capítulo, o item 5 incide na temática sobre a “Preservação e Requalificação Urbana: uma Abordagem Conceitual Necessária.” Este item versa, primeiramente, sobre as principais teorias e o conceito de restauração, com base nas concepções de Quatremère de Quincy, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Max Dvorák, Alois Riegl, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi, buscando a conservação dos edifícios, monumentos e sítios históricos dentro de seus elementos primitivos arquitetônicos. Quanto ao patrimônio, tendo Choay (1999) e (2009) como epicentro, direciona-se o Patrimônio Industrial, seus conceitos e documentações, como a Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Unesco (1976), a Carta de Burra (1999) e Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003). E, para finalizar o primeiro capítulo, elabora-se a Matriz de Análise para Reuso de Edifícios Industriais, com base nos estudos de Brand (1994) sobre a teoria de “*layering*”, que serviu de base para realizar a análise dos estudos de casos selecionados no terceiro capítulo desta tese.

O capítulo 3 – **“De Colônia Neu-Württemberg a Município de Panambi: uma Cidade Industrial”** – aborda a cidade ao longo do tempo. Rossi (2001) afirma que a cidade é vista como uma grande obra, individualizável na forma e no espaço, mas que pode ser apreendida por meio dos seus trechos, dos seus diferentes momentos fundamentados pela História, pela memória que a cidade desenvolveu ao longo do tempo. Assim, a cidade de Panambi é analisada a partir de quatro principais períodos:

“O Assentamento Urbano: *A Stadtplatz Elsenau*” (1898-1915); “A reorganização do traçado” (1916-1937); “Vila de Pindorama e a Emancipação” (1938-1954); “Panambi, Cidade das Máquinas” (1955-2008). O estudo da cidade ao longo do tempo permitiu destacar as principais edificações industriais de cada período e de seu valor patrimonial.

E, finalmente, o capítulo 4 – “**Casos de Estudo: do Reuso à Requalificação**” aborda os casos de estudo, sua seleção, metodologia de análise e as análises descritivas e comparativas de cada caso. Ao longo desse capítulo são estabelecidas analogias entre os casos de estudos que, posteriormente, se confrontam com a realidade de Panambi e de seus elementos com o estatuto patrimonial sob vários aspectos problematizados nos capítulos anteriores.

O capítulo 5, “**Considerações finais**” são traçadas as linhas gerais de uma metodologia que trata desses elementos patrimoniais, dando, também, respostas às questões iniciais. Referem-se, ainda, outros contributos da tese e lançam-se pistas para novas investigações que emergem das problemáticas abordadas.

2 ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 ARQUITETURA NO URBANISMO OCIDENTAL DO SÉCULO XVIII AO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX: UM CONTEXTO HISTÓRICO

Para melhor entendimento do discurso da cidade dita ocidental cabe recorrer-se de forma breve, aos primeiros processos de assentamento urbano até o início do século XX, com o objetivo de sublinhar os momentos mais intensos da construção urbana.

Segundo Morris⁴, o homem apareceu na face da Terra há, talvez, 500.000 anos, e durante um tempo procurou abrigo no ambiente natural, sem modificá-lo de maneira profunda e permanente. A esta época os arqueólogos dão o nome de *Paleolítico* (pedra antiga), que compreende mais de 95% da aventura total do homem. Há cerca de 10.000 anos, os habitantes aprenderam a produzir o seu alimento, cultivando plantas, criando animais e organizando estabelecimentos estáveis. Surgiram, assim, as primeiras aldeias, geralmente nas proximidades dos locais de trabalho, como beiras de rios e de lagos. Essa época foi classificada como *Neolítica* (pedra nova) que, para muitos povos, se prolonga até o encontro com a colonização europeia.

O ambiente das sociedades neolíticas não era apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado em um projeto humano: terrenos cultivados para produzir e não apenas para se apropriar do alimento; abrigos para homens e animais domésticos; depósitos de alimentos produzidos para uma estação inteira ou para período mais longo; utensílios para o cultivo, a criação, a defesa, a ornamentação e o culto⁵.

De acordo com Benevolo, há cerca de 5.000 anos, algumas aldeias se transformaram em cidades⁶. As civilizações da Idade do Bronze adaptaram a paisagem às necessidades sociais, construindo ilhas artificiais de tijolos, escavando

⁴ MORRIS, Anthony Edwin James. *Historia de la forma urbana: desde sus Orígenes hasta la revolución industrial*. Barcelona, Espanha: Ed. Gustavo Gili, 2015, p. 13.

⁵ BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 16.

⁶ Os produtores de alimento são persuadidos ou obrigados a produzir um excedente a fim de manter uma população de especialistas: artesãos, mercadores, guerreiros e sacerdotes, que residem num estabelecimento mais complexo, a cidade, e daí controlam o campo. Esta organização social requer o invento da escrita; daí começa, de fato, a civilização e a história escrita, em contraposição à pré-história. Doravante, todos os acontecimentos históricos sucessivos dependem da quantidade e da distribuição deste excedente. Dentro deste período alguns estudiosos distinguiram algumas épocas, como a Idade do Bronze, na qual os metais usados para os instrumentos e as armas são raros e dispendiosos, sendo reservados, portanto, a uma classe dirigente restrita que absorve todo o excedente disponível, mas que, com seu consumo limitado, também limita o crescimento dos habitantes e da produção. (Id., *ibid.*, p. 9).

poços, canais de escoamento e cursos de água. As primeiras casas protegeram os habitantes do ambiente externo e proporcionam-lhes um clima controlado pelo homem. O desenvolvimento do núcleo urbano alargou a tentativa desse controle à criação e à expansão de um microclima. Nessas povoações neolíticas estava a primeira transformação do mundo segundo as necessidades do homem, a qual é tão antiga quanto ele próprio⁷. Benevolo complementa que a história urbana continuou evoluindo para a Idade do Ferro⁸. Nesse período, a civilização se desenvolveu mas escravizou e empobreceu os produtores diretos. Com isso, houve um colapso econômico, fazendo com que as pessoas migrassem para outros locais em busca da sobrevivência.

A evolução da história urbana é compreendida como um processo de adaptação contínua, em que a cidade lida com suas contingências de variadas formas, de acordo com as noções urbanísticas, econômicas e sociológicas paradigmáticas de cada momento⁹.

Rossi¹⁰ comenta que na estrutura de uma cidade existem alguns elementos de natureza particular que têm o poder de retardar ou acelerar o processo urbano. A cidade é vista como uma grande obra, individualizável na forma e no espaço, mas pode ser apreendida por meio dos seus trechos, dos seus diferentes momentos fundamentados pela História, pela memória que desenvolve ao longo do tempo.

Benevolo¹¹ menciona que a cidade se desenvolve no tempo, e que alcança uma disposição estável em um determinado momento. O crescimento da população não produz uma ampliação gradativa, mas a adição de uma colônia, vila ou bairro, com pessoas de costumes e culturas semelhantes.

Não só a estrutura da cidade muda com o tempo, mas a sua forma, sua estética e a sua imagem. Como um objeto estudado por arquitetos, planejadores e historiadores, a cidade é representada pela história de sua civilização, cada uma tem sua origem, costumes, tradições, e vai evoluindo com suas características distintas¹².

⁷ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Ed. Cosmos, 2001, p. 82.

⁸ Que se inicia por volta de 1.200 a.C. com a difusão de um instrumental metálico mais econômico, da escrita alfabética e da moeda cunhada, ampliando assim a classe dirigente e permitindo um novo aumento da população⁸. BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 10.

⁹ LIMA, Daniela Morelli de. *O espaço urbano de conjuntos habitacionais: uma visão sobre a região de Americana*, SP. Monografia (Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida) – São Carlos: EESC-USP, 2002. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/documentos/livraria/T13-OEspacoUrbanodeConjuntos.pdf>>. Acesso em: out. 2016, p. 19.

¹⁰ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 84.

¹¹ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 80.

¹² BOYER, M. Christine. *The City of Collective Memory: ist historical imagery and architectural entertainments*. Massachusetts: Institute of Technology, 1994, p. 31.

A filiação entre traçado urbano e os caminhos primitivos de sua evolução gerou a característica mais marcante da cidade: assentamento urbano, bairros, arruamento, praças, residências, arquiteturas oficiais e religiosas, os quais são criados a partir das culturas, costumes, tradições e mercado de trabalho, tornando-se marcantes pela forma como foram criados¹³.

Cada geração, no entanto, narra os acontecimentos históricos de acordo com sua época, e acrescenta ao patrimônio recebido do passado, novos elementos urbanísticos. As cidades principescas ocidentais (greco-romanas) se transformaram na *polis* e a economia hierárquica tradicional se tornou a nova economia monetária e o modelo para as demais civilizações ocidentais.

A conformação geográfica ditou o traçado dos caminhos, das estradas que dos vales remontavam pela menor pendência (via Sacra, Argiletus, vicus Patricius), os itinerários que as vias de comunicação extraurbanas seguiam, não um desenho urbano claro, mas uma estrutura vinculada ao terreno. Com isso, as condições do desenvolvimento da cidade permaneceram em toda a história do Foro, na sua forma, tornando-o tão diferente das cidades de nova fundação¹⁴.

A Grécia da Idade do Bronze, na periferia do mundo civil, numa região montanhosa, dividida entre um grande número de aldeias independentes. Com intenso comércio marítimo, porém, um colapso da economia do bronze, causado pelas invasões dos bárbaros pelo Norte, causaram fim do período e o início da Idade do Ferro.

O desenvolvimento subsequente tirou proveito das inovações típicas da nova economia: o ferro, o alfabeto, a moeda cunhada e a posição geográfica favorável ao tráfico marítimo. Depois disso, a Grécia e os pequenos povoados se desenvolveram, tornando-se cidades, com uma cultura científica, filosófica e mitológica, e um sistema econômico com projetos de edificações, servindo de modelo para as demais cidades que estavam surgindo na época¹⁵.

A antiga Roma instituiu espaços públicos da Idade Imperial, e a consequente passagem da casa-pátio republicana à formação das grandes *insulae*¹⁶ da plebe. Os

¹³ LIMA, Daniela Morelli de. Op. cit., 2002, p. 46.

¹⁴ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 176.

¹⁵ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, pp. 95; 127.

¹⁶ Em latim, *insulae* era um tipo de habitação existente na Antiga Roma, em português é “ínsulas”. As *insulae* são construções coletivas de muitos andares, que cobrem uma superfície de 300-400 m² e compreendem um grande número de cômodos iguais, que olham para o exterior com janelas e balcões. Os andares térreos são destinados às lojas (*tabernae*) ou a habitações mais nobres (que são igualmente chamadas de *domus*). Os andares superiores são divididos em apartamentos (*cenacula*) de vários tamanhos para as classes médias e inferiores. As *insulae* nasceram por volta do século IV

enormes lotes constituintes das *insulae* tinham uma concepção extraordinária da casa-quarteirão, antecipando os conceitos da moderna cidade capitalista e da sua divisão espacial.

O exemplo de Roma que cresceu de um pequeno burgo, tornou-se uma cidade imperial, que serviu como modelo para a maioria das cidades ocidentais. Segundo Benevolo¹⁷, Roma foi desenvolvida na era de Augusto, e celebrada pelos poetas Virgílio, Horácio, Ovídio, perdurando por toda a história do urbanismo e do futuro. Roma permaneceu no centro do mundo, mesmo depois de ter se tornado, na Idade Média, uma pobre aldeia e, na Era Moderna, uma cidade secundária¹⁸.

A arquitetura romana adotou alguns cânones da arquitetura grega, inaugurando a tratadística com Vitruvius. A arquitetura romana focou-se na urbanização, nas necessidades de uma população em crescimento. Assim, era frequente o uso de abóbadas e arcos que, em conjunto com um bom conhecimento dos materiais de construção, lhes permitiu obter edifícios únicos que não só impressionavam mas também executavam função pública¹⁹.

Esse discurso da cidade Romana é indissociável da história da cidade ocidental. Como exemplo pode-se citar a Vila Viçosa, em Portugal, que se desenvolveu entre as muralhas de um castelo, constituindo o limite preciso e também a paisagem²⁰. Destaca-se, também, a cidade de Veneza, que na visão de Berenson, a arte veneziana se explica completamente na própria cidade, pois “não há nada que os venezianos não procurassem acrescentar à grandeza do Estado, à sua glória, ao seu esplendor”²¹.

Argan²² descreve a história urbana e um lugar central na cultura das cidades ocidentais existentes e daquelas que estavam sendo formadas, tornando-se não somente uma necessidade urbanística, mas um estilo de civilização capaz de conhecer e dominar todo o ambiente físico de uma cidade. Evidenciou, também, a

a.C. para hospedar dentro dos muros sérvios uma população crescente, e se tornaram cada vez mais altas, até que Augusto estabeleceu o limite máximo de 21m, isto é, de 6 a 7 andares e, mais tarde, Trajano fixou o limite em 18m, isto é, de 5 a 6 andares. (BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 163).

¹⁷ Idem, ibidem, p. 137.

¹⁸ MORRIS, Anthony Edwin James. Op. cit., 2015, p. 57.

¹⁹ ANTUNES, Manuel Alberto Faria. *Ícone na arquitetura: reinvenção da imagem urbana: o seu efeito na dinâmica da cidade*. Vila Nova de Famalicão: Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, dezembro 2012, p. 44. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/367>>. Acesso em: dez. 2015.

²⁰ MORRIS, Anthony Edwin James. Op. cit., 2015, p. 275.

²¹ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, pp. 129; 142.

²² ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como uma história da cidade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014, pp. 117-119.

beleza e a verdade das coisas, definindo por antecipação o mundo ilimitado e mensurável percorrido pelos exploradores dos séculos seguintes até a atualidade.

Harouel²³ menciona que foi no Renascimento que houve a configuração da cidade ideal e foi criada a ideia de uma concepção intelectual total do espaço urbano a ser projetado. Desde o século XV o indivíduo buscava desenvolver desenhos complexos de polígonos regulares que constituíssem um modelo arquitetônico para o urbanismo. O uso da planificação urbana, no entanto, se limitava, no século XVI, à instituição de cidades novas com dimensões geralmente limitadas, atribuindo alguns princípios de ruas retilíneas, fachadas para edifícios, praças e ruas com ligações entre diversas partes da cidade.

No século XVII começou a surgir a sociedade moderna como se conhece hoje. Foi o tempo da criação de um “Estado moderno” com estrutura política, econômica e culturalmente autônoma, firmando-se por meio das monarquias absolutas²⁴. Naquele século, em muitas cidades europeias, como Londres, Paris ou Versailles, ocorreu a formação de novas periferias, descontínuas e misturadas com o campo. De fato, as antigas fortificações foram derrubadas, e em seu lugar foi traçada uma coroa de avenidas arborizadas que melhoraram o espaço urbano²⁵.

No século XVII, ideais urbanos de nobres políticos, religiosos, artistas, médicos e arquitetos se preocupavam em buscar melhorias de ordem pública, como leis urbanas, exigências de salubridade (circulação de ar, largura das ruas, higiene e estética urbanas, fachadas de edifícios, praças, etc.)²⁶. Somente no século XVIII é que a planificação urbana foi utilizada para remodelar as cidades. Desenvolveram-se naquele século vários planos urbanos que fixaram os alinhamentos e previram as expansões e o embelezamento das cidades ocidentais como, por exemplo, Paris, Marselha, Versalhes, Limoges, Berlim, entre outras grandes cidades europeias.

De acordo com Benevolo²⁷, outras transformações históricas da arte e da civilização contribuíram para a transição histórica e o desenvolvimento da produção com os métodos científicos, as quais, mais tarde, caracterizaram a civilização industrial. Harouel²⁸ salienta que a população quadruplicou após 1850, especialmente devido aos progressos científicos e técnicos obtidos na metade do século XVIII. As cidades ocidentais desencadearam o progresso, o aumento da produtividade do

²³ HAROUEL, J. L. *História do urbanismo*. Campinas, SP: Papirus, 1990, p. 49.

²⁴ ANTUNES, Manuel Alberto Faria. Op. cit., 2012, p. 53.

²⁵ MORRIS, Anthony Edwin James. Op. cit., 2015, p. 177.

²⁶ HAROUEL, J. L. Op. cit., 1990, pp. 61-68.

²⁷ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 10.

²⁸ HAROUEL, J. L. Op. cit., 1990, p. 101.

trabalho nas indústrias que estavam surgindo na época e, conseqüentemente, houve crescimento da população urbana.

O ritmo e a forma adquiridos com a expansão da superfície urbanizada, além das escolhas operativas feitas na disciplina do urbanismo – isto é, o uso de projetos de diferentes tipos de ocupação do espaço físico – assinalam um momento de transição e de ruptura importante em relação ao que já tinha sido realizado nos últimos anos do século XVIII²⁹.

Benevolo³⁰ complementa que no final do século XVIII até o início do século XX, a Revolução Industrial se expandiu no curso dos acontecimentos, começando com as cidades europeias e, mais tarde, chegando às demais cidades ocidentais, aumentando o crescimento da população e trazendo mudanças nos conceitos do urbanismo para estas cidades.

Calabi³¹ entende que o urbanismo controla o crescimento e as transformações espaciais dos assentamentos urbanos, propondo a solução dos conflitos sociais e aperfeiçoando um projeto de organização técnica da cidade e de regulamentação do uso do solo, segundo uma divisão lógica dos setores públicos e privados.

Em meados do século XIX, os contextos econômico, político e social da Europa favoreceram o urbanismo. Mas foi no ambiente germânico que se desenvolveu o conceito *Der Städtebau*, entendido literalmente como “a construção de cidades”. O urbanismo ocorreu na Alemanha de modo tardio, durante a Revolução Industrial. Para compreender, portanto, as ideias sobre o urbanismo difundido e aplicado na Alemanha, é necessário estudar a urbanística germânica, entendida como a efervescente produção intelectual em torno das questões relativas à construção de cidades – *Der Städtebau* – ocorrida nas regiões onde atualmente se encontram a Alemanha e a Áustria. Entre os anos de 1871 e 1914, estes territórios eram ocupados pelos impérios alemão e austro-húngaro³².

Entende-se, contudo, que a cidade cresce, transmuta e se adapta ao longo do tempo, reconstruindo-se constantemente sobre si mesma, tendo em si a impressão das necessidades humanas de cada época, nos diversos tempos da civilização. Cabe salientar a importância da obra de Camillo Sitte, pois traduz os principais cânones da

²⁹ CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 14.

³⁰ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 551.

³¹ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. XXI.

³² LERSCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, pp. 15; 18. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/225015.pdf>>. Acesso em jun.2017.

teoria clássica da arquitetura. Em sua obra, Sitte considera que a técnica não deve ser deixada de lado, mas compor de forma harmoniosa na criação de espaços urbanos. Principalmente no caso deste estudo, considera-se que a obra de Sitte tenha servido de referência a muitos engenheiros e arquitetos luso-brasileiros que tiveram sua formação na Europa, no final do século XIX e, principalmente, do século XX, em especial Rudolf Ahrons, autor do primeiro traçado da colônia Neu-Württemberg, que será destacado no item 2.3 deste capítulo. O item que segue dedica-se especificamente ao urbanismo da Alemanha, e procura resgatar a formação das principais cidades, trazendo referências ao modelo de assentamento implantado na colônia Neu-Württemberg, assim como de seu patrimônio e legado industrial.

2.2 O URBANISMO NA ALEMANHA DO FINAL DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DO SÉCULO XX

A partir da metade do século III d.C., a crise do Império Romano, comum a toda Europa, e as sucessivas invasões foram nefastas para as cidades já estabelecidas. A divisão do Império em oriente (Bizâncio) e ocidente (Roma) levou à hegemonia de Bizâncio, em boa parte do Mediterrâneo. Como a maioria dos assentamentos urbanos era desprovida de defesas ou tinha perímetros incompletos, para conter os avanços, foi necessário improvisar lenços de muralha com materiais do próprio assentamento, em muitos casos desmanchando os equipamentos urbanos romanos. A decadência foi de tal magnitude que, no século V d.C., alguns povos já romanizados tiveram o encargo de defender as fronteiras, o que possibilitou o avanço de outros grupos fugidos dos hunos e mongóis³³.

Gradativamente, foi se estabelecendo uma sociedade ruralizada, cujo sistema econômico de autoconsumo estruturou o feudalismo. A rede urbana desestruturou-se e as cidades reduziram-se tanto em relação às funções como em extensão. De modo geral, o campo ficou dividido em grandes propriedades (em média de 5.000 hectares), em cujo centro localizavam-se a residência do proprietário, a abadia e o castelo. Espalhados estavam os aldeamentos (*cour* em francês, *hof* na Alemanha, *manor* na Inglaterra) formados por edificações de apoio à produção, como estábulos e celeiros,

³³ ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, pp. 133-134. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: jun. 2017.

as casas dos trabalhadores e a casa do administrador, responsável junto ao proprietário³⁴.

Em toda a Europa, a presença germânica deixou significativas mudanças. A arquitetura popular beneficiou-se com a introdução de novas técnicas, como o *enxaimel*, e a paisagem ficou marcada pela presença de encaves de segurança, como castelos e mosteiros. De acordo com Weimer³⁵, o domínio de 300 anos dos germanos na Península Ibérica teria sido menosprezado, em parte, porque essas contribuições foram identificadas como romanas e, também, pelo delicado assunto da conversão ao arianismo (do bispo herético Arius). Outro assunto pouco estudado é o domínio bizantino na costa andaluza e algarviana e suas incidências na cultura urbana.

Weimer³⁶ descreve a cultura espacial dos diferentes grupos germânicos. Cada um deles tinha um tipo de ocupação territorial e uma tradição de aldeamento que determinou as futuras características regionais e a morfologia das cidades, seja pela fundação de novos assentamentos, muitos deles perto de túmulos ou locais de martírio de santos cristãos, ou pela reocupação dos castros e cidades romanas. É importante descrever esses tipos de ocupação porque quando os aglomerados se estenderam, os arranjos iniciais tornaram-se matrizes de assentamentos mais complexos, caracterizados pela presença da Igreja como edifício principal, ocupando local preponderante.

No século XVII, porém, várias cidades foram criadas para acolher o fluxo de protestantes perseguidos pela política dos Estados católicos. Com a revogação do Decreto de Nantes³⁷, o margrave³⁸ de Bayreuth fundou a nova cidade de Erlangen, não muito distante de Nuremberg, a qual cresceu devido à intensa atividade econômica. Destaca-se, também, a cidade de Berlim, cidade de origem medieval que,

³⁴ Id., *ibid.*, p. 134.

³⁵ WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 84.

³⁶ Id., *ibid.*, pp. 84-85.

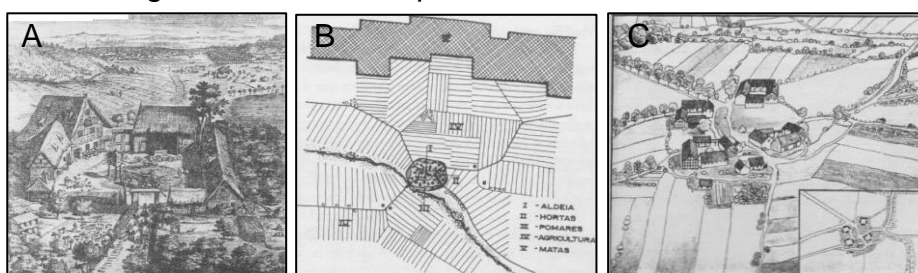
³⁷ O Édito de Nantes, ou Decreto de Nantes, foi um documento histórico assinado em Nantes a 30 de abril de 1598 pelo rei da França, Henrique IV. O Decreto autorizava a liberdade de culto, com certos limites, aos protestantes calvinistas. A promulgação deste édito colocou fim às guerras religiosas na França, que assolaram o país durante o século XVI. Henrique IV, também protestante, tinha se convertido ao catolicismo para poder subir ao trono. (DECRETO DE NANTES. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_Nantes>. Acesso em: 16 ago. 2018).

³⁸ A denominação de “Marca” e, conseqüentemente, de Margraviado (*Markgraf* = *Mark* + *Graf* = “Conde de Marca”) aplicava-se, em geral, a territórios localizados nas fronteiras do Império (VIEIRA, Clarice Menezes. *A formação do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 13. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/174993945/A-Formacao-Do-Estado-e-Do-Mercado-Nacionais-Alemaes-Uma-Perspectiva-Historica>>. Acesso em: 16 ago. 2018).

em 1646, recebeu do Grande Eleitor, o passeio de *Unter den Linden*, que constituiu o eixo de expansão da aglomeração³⁹.

A forma de posse da terra na Alemanha foi variada, sendo que na maior parte dos estados onde os camponeses eram livres, a propriedade se limitava a uma pequena nesga de terra dentro de aldeias⁴⁰, que nada mais comportava que a casa e uma pequena horta e que era chamada de *Hof* (sítio) (Figura 3A). A subsistência era conseguida por meio de trabalho suplementar, como trabalho assalariado em outra propriedade rural, artesanato e produções exercidas em entressafras no inverno⁴¹.

Figura 3. Formas de posse de terra na Alemanha



Legenda: (A) *Hof* (sítio), modelo de pequena nesga de terra dentro de uma aldeia, que mais tarde se tornaria cidade e passaria a fazer parte da Alemanha; (B) Esquema de uma aldeia germânica⁴²; (C) Um *Weiler* franco composto de quatro sítios.

Fonte: Radig (1955)⁴³.

A forma física como se estruturaram essas comunidades era o agrupamento das casas em aldeias. As casas ficavam próximas umas das outras, mas não eram geminadas. Cada uma mantinha a sua individualidade. Em geral, cada propriedade tinha, aos fundos, uma pequena horta e um pomar, onde eram cultivados legumes, folhas comestíveis e árvores frutíferas (Figura 3B). Cada casa com sua horta e pomar era denominada de *Hof* (sítio). As origens desse tipo de aldeamento certamente remontam ao início da civilização germânica. Cabe destacar que a forma mais simples de aldeamento é o *Weiler* (um conjunto de dois, três ou mais sítios – Figura 3C)⁴⁴.

Se um *Weiler* cresce irregularmente, há uma *Haufendorf* (Figura 4A), que é a forma mais comum de aldeia no *Hunsrück*⁴⁵. Se, porém, o *Weiler* se desenvolve ao

³⁹ HAROUEL, J. L. Op. cit., 1990, p. 96.

⁴⁰ O termo "aldeia" tem um sentido ambíguo. Por um lado, significa o pequeno aglomerado urbano onde moravam os agricultores. Por outro, significa o conjunto de terras agrícolas, pastagens e florestas sob jurisdição do conglomerado urbano (WEIMER, Günter. Op. cit., 2005).

⁴¹ Id., ibid., pp. 37-38.

⁴² Id., ibid., pp. 37-39.

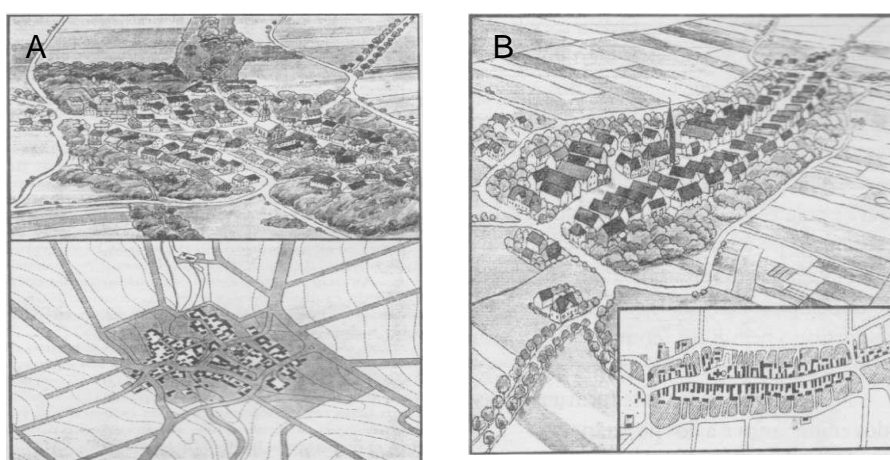
⁴³ RADIG, Werner. *Die Siedlungstypen in Deutschland und ihre frühgeschichtlichen Wurzeln*. Berlin: Henschelverlag, 1955, p. 86.

⁴⁴ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 41.

⁴⁵ O Hunsrück é uma serra de montanhas baixas, localizada no Estado da Renânia-Palatinado, no sudoeste da Alemanha. É cercado pelos vales do rio *Moselle*, ao norte; do rio *Nahe*, ao sul; e do Rio

longo de uma rua, com casas em ambos os lados, se forma a *Strassendorf* (Figura 4B), comumente encontrada na Vestfália. E, quando a rua se alarga no meio da aldeia, formando um logradouro (no seu sentido original quer dizer *passagem pública para o gado*), desenvolve a *Angerdorf*. Um tipo especial de *Angerdorf* é o *Rundling*, em que a rua apenas dá acesso à aldeia e termina numa devesa (do latim, *defensa*, significando *terreno cercado*)⁴⁶. Os sítios cercavam a divisa onde o gado era deixado à noite. Esta é a forma mais comum de aldeamento a leste do Elba, onde fica a Pomerânia⁴⁷.

Figura 4. Estrutura das comunidades



Legenda: (A) Uma *Haufendorf* surge de um crescimento espontâneo de um *Weiler*. (B) Uma *Strassendorf* surge quando as casas são construídas ao longo de uma rua.

Fonte: Radig (1955)⁴⁸.

No início do século XIX, o território germânico estava dividido em reinos, grão-ducados, ducados e principados, e fazia parte da Confederação denominada Sacro Império Romano Germânico. Este Império foi formado a partir do século VIII, com a união dos territórios da Europa Central, mas ainda sem continuidade, estabelecendo-se, de fato, com Oto I, no século X. Incluía, no momento de maior extensão, por volta do século XII, o que hoje são a Alemanha, a Áustria, a Eslovênia, a República Checa, os Países Baixos, a Suíça e partes da Polônia, França e Itália. Considerado na história dos povos de língua alemã como o *I Reich*, este Império foi dissolvido em 1806⁴⁹.

Reno, ao leste. Muitos montes não passam de 400m de altura, porém, há vários picos mais elevados, cada qual com nome próprio. Por exemplo, o monte *Hochwald*, o pico *Idarwald*, o *Soonwald* e o *Binger Wald*. O mais elevado de todos é o pico *Erbeskopf*, com 816m de altura. (HUNSRÜCK. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hunsr%C3%BCck>>. Acesso em: 16 ago. 2018).

⁴⁶ HAUSHOFER, Heinz. *Die Agrarwirtschaft in der Bundesrepublik Deutschland*. München: B.L.V., 1974, pp. 27-31.

⁴⁷ RADIG, Werner. Op. cit., 1955, pp. 95-96.

⁴⁸ Id., *ibid.*, pp. 83; 100.

⁴⁹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 33.

A origem do território alemão somente ocorreu com o fim do domínio francês, depois das guerras napoleônicas de 1813 a 1815. Com a derrota de Napoleão, procurou-se, em primeira instância, apagar todas as conquistas da Revolução Francesa, fortalecendo a nobreza e o poder real. A enorme divisão política do território havia trazido à tona toda a fragilidade do poder militar diante da agressão externa. Em consequência, foi feita a primeira tentativa de união administrativa dos territórios que viriam formar a Alemanha, na Confederação Alemã, que se concretizou no Congresso de Viena⁵⁰.

O maior país depois da Áustria a integrar a Confederação Germânica foi a Prússia, que ficou sob seus domínios até completar a unificação alemã, num regime de servidão feudal⁵¹. Com a derrota de Napoleão, no entanto, os nobres dos países europeus e da recém-iniciada Alemanha, começaram a explorar as camadas mais baixas da população (os camponeses) com leis e tributos altos, tendo muitos de vender suas terras por preços muitos baixos para manter o sustento da família.

Na Alemanha, e em particular no Estado prussiano, após a adoção do Código Geral, de 1794, somente o parecer do rei poderia, em primeira instância, originar um direito inequívoco de compra da propriedade dos terrenos e imóveis para a construção de grandes obras públicas (ferrovias, diques, minas)⁵².

O processo de construção de uma nação alemã, no entanto, está inserido na historiografia das revoluções contra o Absolutismo e na luta a favor da transformação dos reinos em Estados Nacionais. Em 1834, a união alfandegária ou aliança aduaneira, chamada *Zollverein*⁵³, promoveu a liberdade alfandegária entre as fronteiras internas dos 39 Estados alemães, facilitando o comércio e estimulando a economia⁵⁴.

⁵⁰ WEIMER, Günter. Op. cit, 2005, p. 32.

⁵¹ Id., ibid., p. 34.

⁵² Id., ibid., p. 117.

⁵³ *Zollverein* [Ger. = união aduaneira], na história alemã, consiste na união aduaneira estabelecida para abolir as barreiras alfandegárias que estavam inibindo o comércio entre os numerosos estados da Confederação Alemã. Em 1818, a Prússia aboliu os costumes internos e formou um *Zollverein* no norte da Alemanha que, em 1834, se tornou o *Zollverein* alemão depois de se fundir com dois sindicatos semelhantes, o *Zollverein* sul-alemão e o Sindicato Central da Alemanha, ambos fundados em 1828. A Constituição (1867) do novo *Zollverein* prevê um conselho federal de costumes (*Zollbundesrat*), composto por representantes dos vários governantes e por um parlamento aduaneiro eleito (*Zollparlament*). Em 1871, as leis e regulamentos do *Zollverein* passaram para a legislação do recém-criado Império Alemão. A Alsácia-Lorena entrou na área aduaneira imperial em 1872, e as cidades hanseáticas juntaram-se em 1888. O *Zollverein* promoveu a unificação econômica da Alemanha. (COLUMBIA ENCYCLOPEDIA. *A Columbia Electronic Encyclopedia*. Columbia University Press, Copyright © 2004. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Columbia-Encyclopedia>>. Acesso em: 16 ago. 2018).

⁵⁴ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 33-34.

A iniciativa também tinha como meta diminuir a dependência de produtos estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses. Em consequência, o processo de industrialização dava os seus primeiros passos. Um fato fundamental ocorreu na instalação da Assembleia Constituinte de 1848, quando, segundo Wagner⁵⁵, cerca de 650 representantes do povo alemão se reuniram na *Paulskirche*, em Frankfurt, para discussão e redação de uma Constituição. A força dominante da Assembleia era adepta de uma monarquia constitucional. Mesmo aprovando um texto democrático, que conjugava o velho com o novo, a tentativa revolucionária foi marcada por muitos levantes populares que pretendiam impor a nova Constituição.

Na metade do século XIX, com a Revolução Industrial na lavoura (introdução de maquinário e fertilizante químicos), piorou ainda mais a situação dos camponeses. A produção fabril passou a competir e superou o trabalho artesanal, que era uma das formas de aquisição de rendimento suplementar para o camponês⁵⁶. Nesse período, as entidades locais do Estado prussiano se encontravam em condições de tomar iniciativas de desapropriação, alinhamento e recomposição fundiária, intervindo, também, sobre os impostos dessas áreas e imóveis, os quais deveriam permitir a realização de instalações hidráulicas, de esgotos e de limpeza urbana a cargo dos proprietários próximos⁵⁷.

Nos *Länder*⁵⁸ alemães, e especificamente no Estado prussiano, o processo de industrialização favoreceu o crescimento urbano, planejado com o consenso da indústria siderúrgica e dos transportes ferroviários, acelerado principalmente em Berlim que, em função de seu crescimento físico, se transformou em uma espécie de referência para toda a Europa⁵⁹. A Áustria, sob o reinado de Francisco José, realizou o projeto para a *Ringstrasse* de Viena, em 1857, urbanizando o terreno livre entre a cidade medieval e a periferia barroca. Para tanto, foi necessária a demolição das antigas muralhas (Figura 5)⁶⁰.

⁵⁵ WAGNER, Wilhelm J. *Neuer grosser Bildatlas der deutschen Geschichte*. Gütersloh: München, 1999, p. 202.

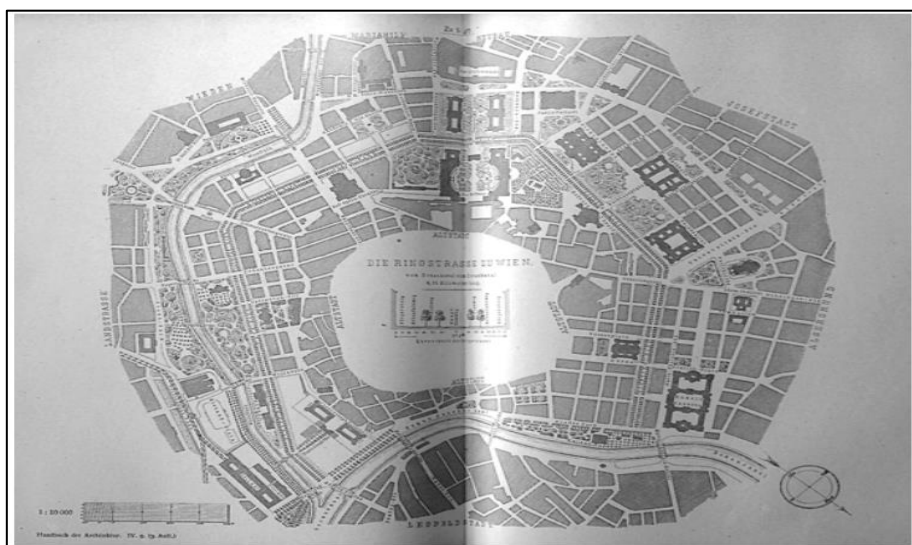
⁵⁶ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 36.

⁵⁷ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 122.

⁵⁸ *Länder* – entidades regionais na Alemanha.

⁵⁹ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 16.

⁶⁰ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit., 2012, p. 607.

Figura 5. A *Ringstrasse* de Viena

Fonte: Stübben (1924)⁶¹

Sem conquistas, a Assembleia Constituinte foi dissolvida, sendo restabelecido, em 1850, o que outrora já havia sido chamado de Liga Alemã, constituída pela união dos Estados soberanos⁶². Em 1874, todavia, com a *Gesetz über die Enteignung von Grundeigenthum* (Lei sobre a Desapropriação da Propriedade Fundiária), e a partir de 1876, com a aprovação de norma administrativa, a desapropriação foi regulada de maneira unitária nos diversos *Länder*⁶³.

De acordo com Lersch⁶⁴, o processo de industrialização fortaleceu não apenas o poderio econômico dos Estados, especialmente da Prússia, mas também a economia, elevando a consciência política da burguesia liberal. O contexto formado por um espírito nacionalista, pelas conquistas territoriais empreendidas e pela política do chanceler Otto von Bismarck resultou em um acordo de príncipes, levando, em 1871, à proclamação de Guilherme I (1797-1888) como rei e Imperador da Prússia, instituindo-se, assim, o II Império Alemão, conhecido como *II Reich*.

A sociedade agrária da Alemanha transformou-se, por volta de 1870, em uma fervente sociedade industrial, cujo crescimento econômico era baseado, principalmente, na indústria pesada, fato que contribuiu para a rápida proliferação da rede ferroviária. A aquisição das colônias sob a regência de Bismarck, nos anos de 1884 e 1885, teve o efeito colateral de estimular a autoconfiança nacional. O alvo

⁶¹ STÜBBEN, Joseph. Der Städtebau. In: *Handbuch der Architektur*. 4. Teil: Entwerfen, Anlage und Einrichtung der Gebäude. 9. Halbband. Leipzig: J.M. Gebhardt's Verlag, 1924, p. 472.

⁶² LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 19.

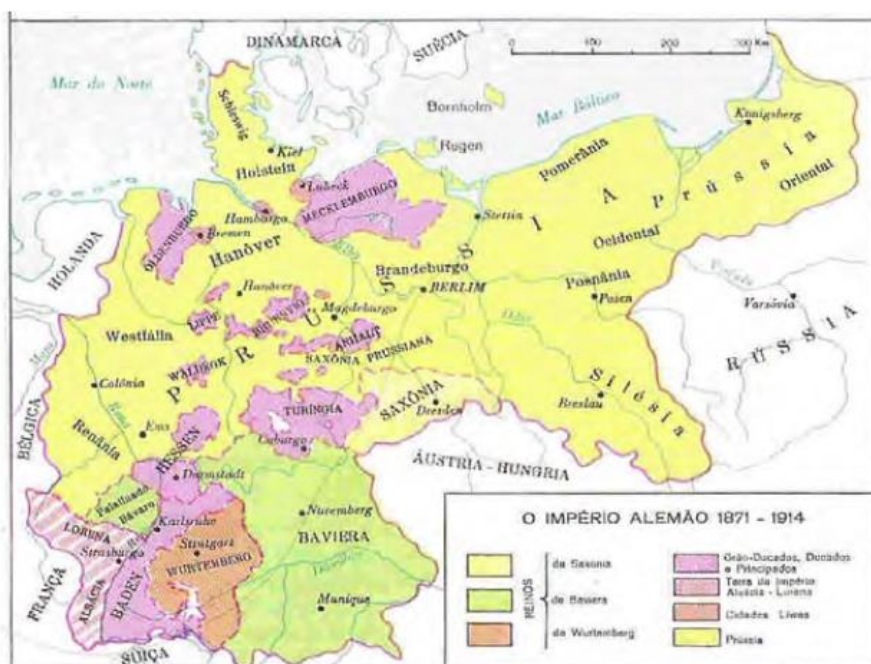
⁶³ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 117.

⁶⁴ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 19.

principal, no entanto, era a expansão do mercado para a nação em plena industrialização, que procurava adquirir uma posição econômica no mercado mundial que correspondesse à própria potência política⁶⁵.

A formação do Estado Nacional acelerou o processo de industrialização da Alemanha. A Segunda Revolução Industrial, como é chamada quando relacionada com a ocorrida na Inglaterra, aconteceu tardiamente em função do sistema político descentralizado e, sobretudo, devido à persistência de relações de herança feudal em muitas regiões. O Estado, constituído em Versailles, estava longe de ser unitário. Na Alemanha de Bismarck havia, ainda, pequenas monarquias: o território foi constituído predominantemente pelo reino da Prússia, além dos reinos da Saxônia, da Baviera e de Württemberg, além de 11 grão-ducados, sete principados, três cidades-livres (Bremen, Hamburg e Lübeck) e pela nova Terra do Império Alsácia-Lorena⁶⁶. Este mapa assim se manteve por quase meio século (1871-1914)⁶⁷ (Figura 6).

Figura 6. Mapa do Império Alemão (1871-1914)



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (1960)⁶⁸.

⁶⁵ GRIENEISEN, Vera. *As origens de quatro arquitetos imigrantes alemães e sua obra habitacional no Rio Grande do Sul, no início do século XX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, p. 51. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85915>>. Acesso em: ago. 2017.

⁶⁶ SCHEUCH, Manfred. *Historischer Atlas Deutschland: vom Frankenreich bis zur Wiedervereinigung*. Wien: Weltbild, 2008, p. 107.

⁶⁷ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 21-22.

⁶⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Atlas Histórico Escolar. A Alemanha da República de Weimar (1920-1933)*. Rio de Janeiro: Fename, 1960, p. 110.

A política do *II Reich* foi pautada pelo nacionalismo e militarismo, regime que assegurou a unificação da Alemanha. O sistema constitucional instituiu o Conselho Federal (*Bundesrat*), com a representação dos Estados Federados – dentre os quais a Prússia era influência predominante – e o Parlamento (*Reichstag*), eleito por sufrágio direto masculino, atribuindo certa característica democrática ao sistema. Sob a forte mão de Bismarck foram realizadas reformas administrativas, criou-se uma moeda comum para todo o Estado e instituiu-se um banco central. Além disso, foram promulgados um Código Civil e um Comercial, comuns a toda a Alemanha⁶⁹.

Devido ao expressivo desenvolvimento urbano na Alemanha houve a necessidade de institucionalizar uma normativa urbanística autônoma em cada um dos diversos *Länder*. Enquanto isso, a definição de zonas industriais permanecia de competência do Império (1869) até a aprovação da primeira lei prussiana sobre o alinhamento (1875), considerada uma verdadeira lei urbanística, aplicável tanto nas áreas já urbanizadas como naquelas a serem urbanizadas. Com essa lei foi autorizada uma subdivisão em zonas com destinação clara de uso e um regulamento para edificações que, juntos, estabeleciam um plano definido ao longo do tempo, cuja responsabilidade recaía sobre as autoridades estatais. Mas o município pode proceder ao reagrupamento (*Umlegung*) e à redistribuição das áreas em função do crescimento urbano, do desenho das ruas e praças e das quadras a serem urbanizadas de maneira mais regular⁷⁰.

Este projeto é considerado por Sutcliffe⁷¹ como um projeto de extensão que serviu de exemplo para diversas cidades alemãs. A demolição das antigas muralhas estava diretamente relacionada à necessidade de criação de áreas verdes e de circulação. A organização de áreas verdes, inclusive, era vista como uma das maneiras de melhorar as condições de higiene urbana. A solução proposta para a capital austríaca, com o desmantelamento das fortificações, foi seguida ao longo dos anos de 1870, em Mannheim, Mainz, Colônia, Strassburg, Augsburg e Würzburg (na Alemanha). A pobreza das funções urbanas em relação àquelas de uma grande capital, porém, terminaram por estabelecer a dualidade entre a cidade velha, com características aristocrático-burguesas, e a cidade nova, da periferia proletária⁷².

⁶⁹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 22.

⁷⁰ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 121.

⁷¹ SUTCLIFFE, Antony. El nacimiento de una disciplina. In: DETHIER, Jean; GUIHEUX, Alain (Orgs.). *Visiones Urbanas – Europa 1870-1993: la ciudad del artista - La ciudad del arquitecto*. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Sociedad Editorial Electa España, 1994, p. 121.

⁷² CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, pp. 71-72.

produção nas indústrias ocorreu paralelamente à melhoria da produção agrícola e, portanto, a uma diminuição de mão de obra rural⁷⁶.

De acordo com Grieneisen⁷⁷, as indústrias que mais se desenvolveram foram a química, a elétrica, a ótica e a de motores. Carl Benz foi o primeiro a produzir carros em maior quantidade. As invenções mais revolucionárias foram o fertilizador artificial, desenvolvido por Justus von Liebig; a tinta de anilina, desenvolvida por August von Hoffmann; e o primeiro motor a gasolina, criado por Gottlieb Daimler. Força, luz e calor entraram nas moradias e nas fábricas a partir da invenção do dínamo, por Werner von Siemens, que fundou, em 1866, a engenharia elétrica. A implantação da iluminação pública substituiu a profissão do guarda da cidade durante a noite, embelezou e deu segurança aos passeios noturnos, que passaram a ser realizados pela população.

Kopp apresenta dados estatísticos resultantes do êxodo rural e da concentração urbana causados pela Revolução Industrial no território germânico:

Naquele que constituiria o território da futura Alemanha após a unificação de 1871, viviam cerca de 15 milhões de habitantes em 1816, número que aumentaria para 68 milhões em 1914. Outro dado diz respeito à parcela que vivia nas cidades, que em 1871 constituía 36% da população, enquanto em 1914 chegaria a 60% do seu total. É importante observar que, em 1851, existiam na futura Alemanha apenas cinco cidades com mais de 100.000 habitantes, enquanto às vésperas da I Guerra Mundial já haveria 48 cidades desse porte. [...] O afluxo das populações em direção às cidades atrás do emprego industrial causou a superpopulação das habitações e a construção de novas em função da reprodução da força de trabalho, [...] ⁷⁸.

Segundo Weimer⁷⁹, a Revolução Industrial contribuiu para o desenvolvimento da Alemanha logo depois da Confederação Germânica, que promoveu a unificação administrativa e política do território e, por outro lado, abriu as portas para a constituição de um mercado capitalista. O livre trânsito de mercadorias independente de fronteiras foi o fator decisivo para a afirmação dos empresários estabelecidos no triângulo, que tem um dos lados formado pelo *Ruhr* (entre Essen e Dortmund).

Para Lersch⁸⁰, as iniciativas industriais, a expansão ferroviária e a colaboração dos bancos foram fundamentais para a dinamização desse contexto. As ferrovias tornaram-se instrumentos importantes para a industrialização, pois transportavam a matéria prima e a distribuíam nas áreas periféricas. Por conseguinte, determinaram

⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 13.

⁷⁷ GRIENEISEN, Vera. Op. cit., 2013, p. 53.

⁷⁸ KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Trad. de Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel/Ed. da USP, 1990, p. 29.

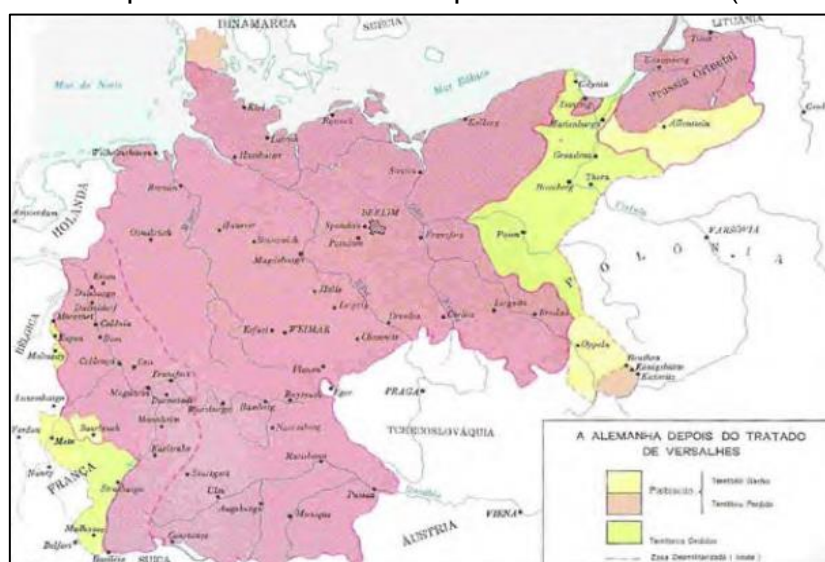
⁷⁹ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 44.

⁸⁰ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 25.

profundas alterações na estrutura das grandes cidades dos países que passavam por este processo. A expansão das áreas urbanas foi uma das consequências da industrialização, visto que os principais centros de trocas econômicas internacionais mudaram de papel, escala e características físicas, e as muralhas do antigo regime não suportaram mais receber a população imigrada.

Após a I Guerra Mundial, as perdas alemãs definidas pelo Tratado de Versailles desenharam um novo mapa. A região da Posnânia foi cedida para a Polônia e a Alsácia-Lorena para a França. Foi criado o Corredor de Danzig, que separou a Prússia Oriental da Alemanha Central (Figura 8). O regime político neste período foi definido pela Constituição da República de Weimar, declarada em 1920⁸¹.

Figura 8. Mapa da Alemanha da República de Weimar (1920-1933)



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (1960)⁸².

Este mapa manteve-se até o início das conquistas de Hitler, que assumiu o poder a partir de 1933. O território alemão ainda foi redesenhado após a II Guerra Mundial, perdendo áreas e dividindo-se em lados Oriental (República Democrática da Alemanha – RDA), de regime socialista, e Ocidental (República Federal da Alemanha – RFA). Em 1990, o Tratado de Unificação transformou a Alemanha no país que se conhece atualmente⁸³.

Este breve histórico dissertou sobre a consolidação do território alemão, desde as primeiras formas de aldeamentos até a formação dos *Länders*. Tratou, sobretudo, do seu desenvolvimento industrial tardio e do surgimento das principais redes

⁸¹ Id., *ibid.*, p. 23.

⁸² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Op. cit., 1960, p. 110.

⁸³ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 24.

ferroviárias que definiram os novos traçados, priorizando a circulação e a nova configuração das cidades. A abordagem revela a sua importância ao perceber a influência das primeiras formas urbanas de aldeamento surgidas no Brasil em decorrência da imigração e colonização alemã, baseadas no novo ideário urbanístico a seguir constituído.

2.2.1 O ideário urbanístico e a formação das cidades na Alemanha

Entre as diversas manifestações e correntes de pensamento sobre a cidade, surgidas na Europa no final do século XIX, o urbanismo alemão destacou-se pelos seus princípios e pioneirismo com o qual tratou os desafios apresentados pela cidade industrial. Neste contexto, busca-se compreender o ideário da construção de cidades desenvolvido pela Alemanha nos anos 1871 e 1933, que correspondem, respectivamente, à formação do II Império Alemão e à República de Weimar⁸⁴.

Calabi⁸⁵ refere-se ao urbanismo alemão como uma disciplina que procurava tratar, por um lado, do controle da ampliação da cidade e, por outro, da organização da cidade já existente, por meio de uma série de instrumentos analíticos, de projetos e de normas que ainda hoje são utilizados, em parte, na prática urbana corrente deste país. Nesta época, foram definidas as grandes “questões” do urbanismo, bem como os seus setores, como capital, fontes de financiamento e gestão, por meio dos quais a cidade do século XIX foi projetada e construída.

Segundo Ladd⁸⁶, os primeiros experimentos de *zoning* (zoneamento) ocorreram em consequência dos esforços da municipalidade alemã para melhorar as condições de moradia, regulando, entre outros aspectos, a densidade habitacional. Pretendiam, com isso, a divisão funcional da cidade e não o seu uso como instrumento de controle do uso da terra. Lersch⁸⁷ menciona que a discussão tipológica se dividia entre a edificação unifamiliar, solta no lote ou geminada, não superior a dois pavimentos, e as edificações em altura, que permitiam densidades habitacionais mais altas. Os dois tipos eram chamados de edifícios *Offene Bebauung* (abertos) e de edifícios *Geschlossene Bebauung* (fechados), respectivamente (Figura 9).

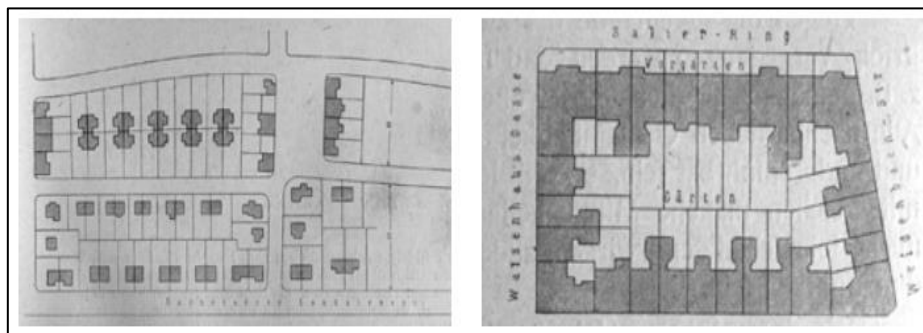
⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 19.

⁸⁵ CALABI, Donatella. *Op. cit.*, 2015, p. 3.

⁸⁶ LADD, Brian. *Urban planning and civic order in Germany (1860-1914)*. London: Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1990, p. 189.

⁸⁷ LERSCH, Inês Martina. *Op. cit.*, 2014, p. 24.

Figura 9. Exemplos de edificações habitacionais



Legenda: Edificações abertas (*Offene Bebauung*), em Mainz, à esquerda; edificações fechadas (*Geschlossene Bebauung*), em Colônia, à direita.

Fonte: Stübgen (1934); Salomon (1913)⁸⁸.

Alguns estudiosos da Alemanha destacavam, por meio de manuais⁸⁹, uma série de propostas formuladas para orientar um crescimento equilibrado das cidades naquele país. De acordo com Calabi⁹⁰:

Os manuais – que nascem para servir como instrumentos de consulta para profissionais e técnicos municipais, para os que possuem um problema de atuação prática de urbanismo e de aplicação das normas jurídicas – examinaram a questão da renda fundiária. Alguns examinaram temas gerais, como a expansão física da cidade, a propriedade do solo, a edificação residencial para diversas classes de renda, o trânsito, o plano, o zoneamento funcional e tipológico. Outros examinaram questões particulares, específicas e setoriais, como habitação ou transportes. Seus enunciados são muitas vezes de uma clareza elementar: "são dois os escopos perseguidos por um plano de ampliação urbana: criar habitações e facilitar o trânsito", diz Baumeister, em 1876.

Considera-se óbvio que o principal problema do urbanismo fosse o crescimento da cidade. Tratou-se, então, de gerir tal crescimento, pondo à disposição um número maior de habitações e regulamentando o trânsito trazido pela nova dimensão. A Alemanha alcançou concretamente um nível de modernidade urbanística maior que qualquer outro país. A expansão ferroviária que a acompanhou foi o motor da iniciativa industrial; a colaboração dos bancos foi decisiva; o aumento da população foi análogo ao de outros países europeus, porém, as passagens de uma região para outra ou de um setor para outro se tornaram particularmente velozes. A estrutura urbana modificou-se de forma radical: novas e grandes cidades cresceram em ritmo acelerado e outras foram praticamente abandonadas⁹¹.

⁸⁸ STÜBBEN, Joseph. Op. cit., 1924, p. 37; SALOMON, Hermann. Gartenstädte. In: BRIX, Joseph; GENZMER, Felix (Hrsg.). *Städtebauliche Vorträge aus dem Seminar für Städtebau an der Königlichen Technischen Hochschule zu Berlin*. Berlin: Verlag von Wilhelm Ernst & Sohn, 1913, p. 35. Disponível em: <<http://www.margarethe-krupp-stiftung.de>>. Acesso em: ago. 2017.

⁸⁹ Isto é, sob a forma de sugestões operativas.

⁹⁰ Id., ibid., p. 43.

⁹¹ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 44.

O urbanismo não teria se desenvolvido em passo tão rápido se não houvesse o pressuposto de uma herança administrativa de origem pré-industrial. Já bem antes, os *Länder* (entidades regionais) tinham o poder de desenvolver novas vias em torno de áreas edificadas, mesmo que estivessem fora do perímetro de atuação municipal. De fato, por inexistir um Estado nacional, eram as autoridades que representavam os Estados territoriais, mais do que as cidades, e intervinham na expansão urbana. Em 1871, com a constituição do *Reich* e a política unificadora de Bismarck, foi instaurado um regime constitucional com inovações jurídicas que introduziu reformas liberais em uma situação de crise econômica, de desenvolvimento industrial e de medo dos fomentos socialistas. Muitas das maiores cidades da Alemanha foram reconstruídas como capitais para mais de 200 Estados saídos da guerra. O urbanismo alemão refletiu esse contexto: uma ideologia burguesa progressista, confiante nas possibilidades de resolução da técnica e na sua imparcialidade em relação aos conflitos sociais⁹².

Com a lei tradicional dos solos, todo o terreno na jurisdição direta de uma cidade pertencia ao município e podia ser alugado (ou concedido) aos usuários. Sob o governo absolutista, a propriedade passou a ser do Estado. Na prática, as áreas construídas não foram tocadas, mas nas áreas de novo desenvolvimento não foi difícil reservar os terrenos necessários para as vias ou edifícios públicos – uma vantagem concreta e um estímulo para realizar um amplo planejamento de algumas cidades. A administração pública foi a protagonista em todas as propostas urbanísticas, uma autoridade que possuía o controle de equidade, com a presunção de uma justiça ilimitada porque estava acima das partes⁹³.

Foi nos primeiros anos do século XX que em toda a Europa foram publicados manuais dedicados especificamente ao aspecto emergente da cultura urbanística da época, representado pela estética urbana⁹⁴. Devido à industrialização foram necessários investimentos na construção de vilas operárias, que partiram da iniciativa de algumas grandes indústrias que reinvestiam o lucro da fábrica na edificação de habitações para os próprios empregados, permitindo que estes morassem nas proximidades do local de trabalho⁹⁵.

Na Alemanha, a ideia da cidade-jardim inspirou a política urbanística antes da guerra. As outras iniciativas de baixa densidade foram realizadas no quadro nacional

⁹² Id., *ibid.*, p. 44.

⁹³ Id., *ibid.*, p. 45.

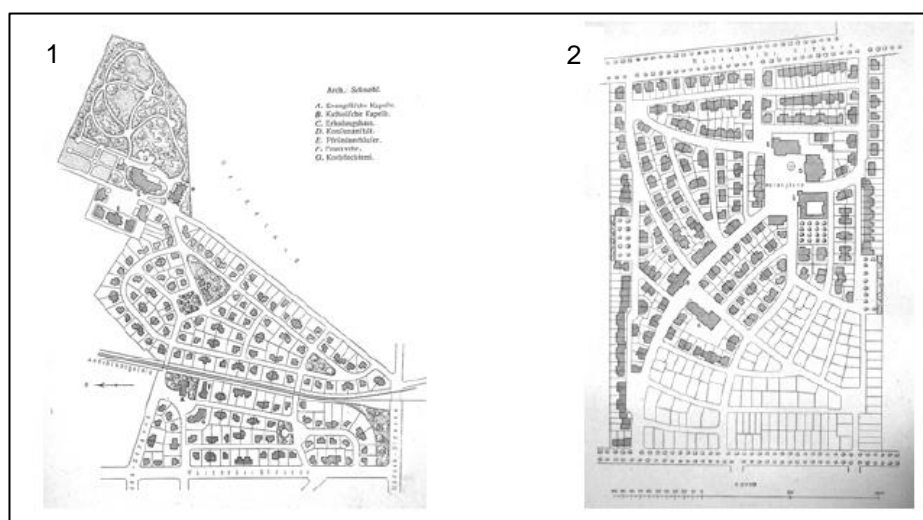
⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 100.

⁹⁵ LERSCH, Inês Martina. *Op. cit.*, 2014, p. 67.

das sociedades imobiliárias de interesse público, e constituíram o núcleo essencial das entidades alemãs ativas em matéria de habitação popular. O objetivo da descentralização certamente não foi o de colocar as grandes cidades em debate, mas limitar o anel da especulação para construir no seu exterior, em terrenos de menor custo⁹⁶.

Na década de 1980, a empresa Krupp, em Essen, constituiu, para a época, a concentração mais ampla de casas já realizada por iniciativa de um industrial europeu, além de outras, como a Solvay-Werke, ambas citadas por Stübben (Figura 10). Em 1910, as colônias Krupp chegaram a abrigar cerca de 46 mil pessoas. Verificam-se momentos distintos na tipologia das habitações, sendo que o primeiro se dá entre 1870 e 1875, com a construção de longos edifícios de três andares. Em um segundo momento, por volta de 1894, experimentou-se a construção de casas unifamiliares, seguindo alguns exemplos ingleses. Em 1907, passou-se à construção de edifícios de vários andares, em virtude de exigências da fábrica, cujo fato refletiu em uma economia na aquisição de terrenos. As colônias eram dotadas de serviços de nível considerado elevado para a época, como hospitais, bombeiros, estruturas de lazer, cultura e formação profissional, além de comércio, a tradicional praça do mercado e áreas verdes⁹⁷.

Figura 10. Vilas operárias da década de 1980



Legenda: (1) Krupp Altenhof, em Essen; (2) Solvay-Werke.

Fonte: Stübben (1924)⁹⁸.

⁹⁶ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, pp. 58-59.

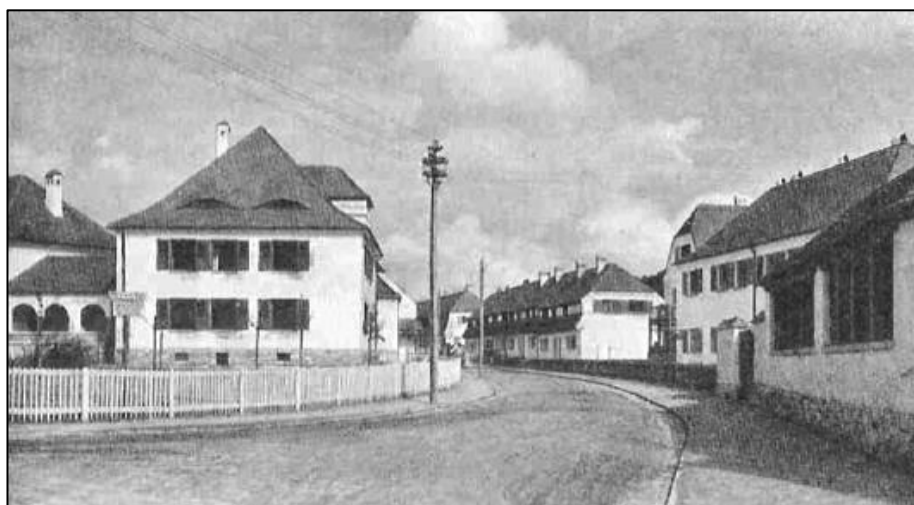
⁹⁷ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 70.

⁹⁸ STÜBBEN, Joseph. Op. cit., 1924, p. 37.

Outra política urbanística adotada na Alemanha cresceu com muita força por meio do movimento das cidades-jardins (*Gartenstädte*). A cidade-jardim era um conjunto de habitações projetadas sobre terrenos baratos de propriedade da sociedade (Estado, comunidade, sindicato, etc.), de modo a evitar a especulação de terrenos ou o aumento de seus valores. Essa proposta social e econômica trouxe o jardim à nova cidade – próprio para os menos abastados – justificando a sua denominação⁹⁹.

A Associação Alemã de Cidades-Jardim (*Deutsche Gartenstadtgesellschaft*) foi fundada em 1902 por um grupo de intelectuais berlinenses de tendência socialista, com o intuito de lutar em favor da melhora das condições de moradia. Em 1904, no Congresso sobre Habitação, realizado em Frankfurt, “esta entidade defendeu uma reforma baseada no princípio da descentralização planejada em torno de grandes cidades”¹⁰⁰. No contexto germânico, uma das iniciativas que se destaca é a cidade-jardim de Hellerau, próxima a Dresden, datada de 1908 (Figura 11).

Figura 11. Cidade-jardim de Hellerau (1908)



Fonte: Salomon (1913)¹⁰¹.

Servem, também, de exemplo, as cidades-jardim de Mannheim e de Margaretenhöhe. Esta última foi mais um empreendimento da Krupp, em Essen. Como se pode observar, o traçado orgânico predominava, mas também podiam ser encontradas propostas com princípios bastante geométricos¹⁰² (Figura 12).

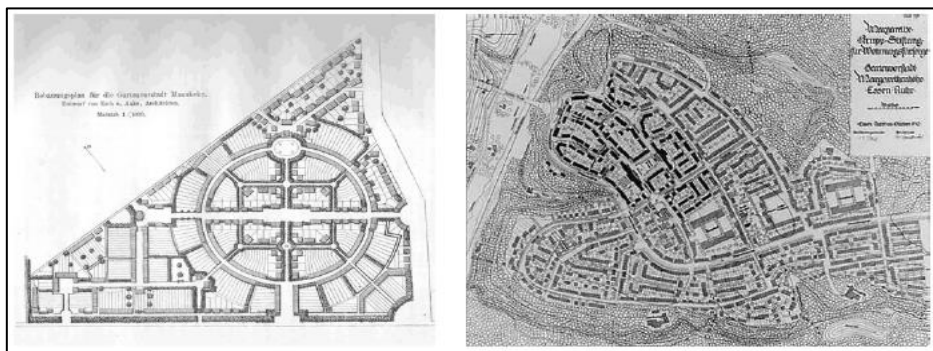
⁹⁹ SALOMON, Hermann. Op. cit., 1913, p. 8.

¹⁰⁰ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 54.

¹⁰¹ SALOMON, Hermann. Op. cit., 1913, p. 30.

¹⁰² LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 89.

Figura 12. *Gartenstadt* de Manheim (1909) e de Margaretenhöhe, em Essen (1912)



Fonte: Salomon (1913)¹⁰³.

Pode-se observar, portanto, que a sistematização dos princípios do urbanismo germânico e sua publicação em manuais teve grande contribuição tanto para as características da cultura urbanística germânica, como para o zoneamento urbano, planos e estrutura sanitária.

2.2.2 As cidades industriais da Alemanha do século XIX

A industrialização na Alemanha aconteceu a partir da segunda metade do século XIX, atrás de outros países da Europa, como França e Inglaterra, que estavam mais adiantados nessa questão. Até a primeira metade do século XIX, a Alemanha ainda mantinha forte presença da produção artesanal e uma população tradicionalmente agrícola. Entre os anos 1815 a 1871, a Alemanha era uma Confederação composta por 39 unidades políticas independentes (Estados, reinos, ducados, principados e cidades-Estado). Somente a partir de 1861, sob o comando de Otto Von Bismarck, chanceler da Prússia, o Estado mais poderoso da Confederação Germânica, iniciou o processo de unificação política.

Apesar do processo industrial alemão ter sido tardio em relação à Inglaterra e França, a Alemanha pré-industrial não se caracterizou pelo subdesenvolvimento. Segundo Calabi, “o processo de industrialização, após 1850, foi repentino e muito rápido, um fenômeno único na história econômica mundial, pela sua dimensão e pelo ritmo (1848-1910)”¹⁰⁴. Já havia sinais de portos, cidades comerciais e bancos alemães que eram fortes atores na economia europeia.

Com a constituição do *Reich* e a política unificadora de Bismarck, foi instaurado um regime constitucional com inovações jurídicas que introduziu reformas liberais em

¹⁰³ SALOMON, Hermann. Op. cit., 1913, p. 12.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 44.

uma situação de crise econômica, de desenvolvimento industrial e de medo dos fermentos socialistas. O processo de unificação econômica, no entanto, já havia começado com a criação do *Zollverein* (Figura 13), o que estimulou desde aquela época o comércio e, portanto, o desenvolvimento industrial da Alemanha¹⁰⁵.

A partir da unificação política foi possível instituir uma moeda única, bem como padronizar as leis e constituir um amplo mercado interno, que ampliou as possibilidades de acumulação de capitais. Assim, “os principais centros de trocas econômicas internacionais mudam de papel, escala e características, e a população emigrada não pode mais ser recebida no interior das muralhas do antigo regime”¹⁰⁶.

Figura 13. *Zollverein* – união aduaneira estabelecida entre os Estados alemães



Fonte: Unificação Alemã (2017)¹⁰⁷.

Apesar da significativa importância do desenvolvimento industrial, econômico e social das principais cidades alemãs, é indispensável analisar a região de Baden-Württemberg, uma vez que dessa região veio a maioria dos imigrantes que se estabeleceu na colônia Neu-Württemberg, região Sul do Brasil e que é objeto desta investigação.

É importante salientar ainda, que o desenvolvimento da Alemanha possivelmente tenha dado condições para que Herrmann Meyer investisse seu capital em um novo negócio, a “colonização” no sul do Brasil. Porém as condições de

¹⁰⁵ Id., *ibid.*, p. 44.

¹⁰⁶ CALABI, Donatella. Op. cit., 2015, p. 16.

¹⁰⁷ UNIFICAÇÃO ALEMÃ. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=51393&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: jul. 2017.

infraestrutura e urbanismo para que a “colônia” se desenvolvesse eram as mínimas necessárias. Inclui-se nessa infraestrutura mínima a capela, a escola e o moinho, primeiro indício da indústria na Colônia Neu-Württemberg. Dessa forma, torna-se necessária uma abordagem sobre o seu desenvolvimento e, também, do seu legado industrial.

2.2.2.1 A região de Baden-Württemberg: indústria e legado

O Estado de Baden-Württemberg foi criado no período imediatamente pós-guerra em função de uma circunstância histórica única. A data que marca a sua origem é o dia 25 de abril de 1952, sendo o único Estado alemão estabelecido mediante a legitimação ocorrida em referendo popular. Nos últimos 50 anos, a região localizada no Sudoeste do país alcançou, com muito trabalho, lugar de destaque no cenário político, econômico e cultural da Alemanha. Os Estados antecessores, como Baden e Württemberg, e as regiões governadas pelos *Hohenzollern*, possuem longa e respeitável história. Em sua configuração atual, o Estado usufrui dessa multiplicidade histórica, bem como da positiva “tensão” existente entre as diferentes regiões que o compõem¹⁰⁸.

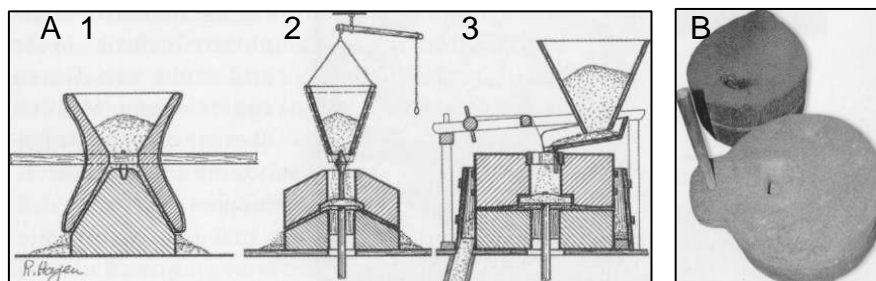
Por essa razão, é interessante destacar alguns aspectos que contribuíram para a formação do Estado de Baden-Württemberg, região muito próspera, e que favoreceu o seu desenvolvimento em relação a outras regiões da Alemanha. Sua origem, no entanto, vem de muitas cidades antigas que contribuíram com sua história, desenvolvimento cultural, patrimonial e industrial. Essa origem traz os moinhos como principal fonte de geração de energia e beneficiamento de produtos agrícolas.

A história dos moinhos começa basicamente junto com a história da humanidade e está intimamente ligada ao cultivo das culturas e à transformação (moeção) de alimentos (Figura 14A). No início, os moinhos da Europa Central não moíam apenas grãos mas também frutas. Alguns grãos, porém, tinham que ser esmagados com uma pedra de fricção (Figura 14B) que se encontrava na frente do moinho, pois era impossível fazer a moagem sem a pedra. A propagação de pedras de fricção nasceu na segunda metade do século XIV, o que é comprovado por muitos

¹⁰⁸ SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Apoio: Brasil/Alemanha, abr./2009, p. 8.

achados arqueológicos da época do Bronze, principalmente de pedregulhos, e podem ser vistos em muitos museus da cidade de Templin (Brandemburgo), Alemanha¹⁰⁹.

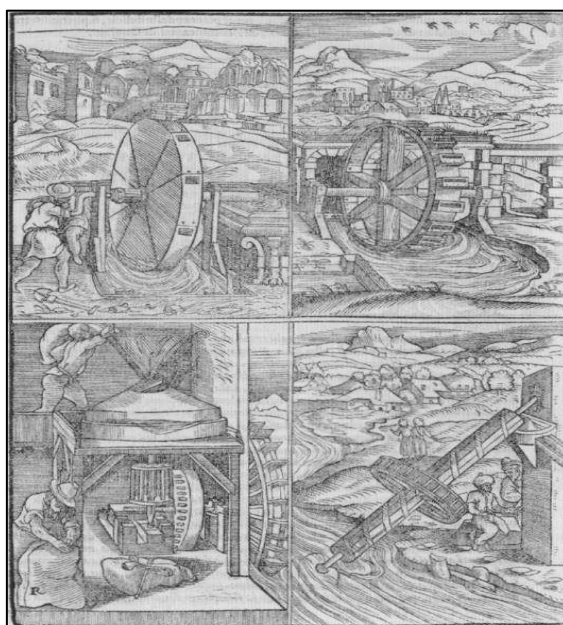
Figura 14. Diferentes tipos de moinhos



(A1) Moinho dirigido por escravos ou animais; (A2) Moinho movido por por água ou animais-cavalos ou burros; (A3) Moinho movido por água; (B) Pedra de fricção se encontrava na frente do moinho
Fonte: Rüdinger e Oppermann (2012)¹¹⁰.

Os primeiros moinhos hidráulicos movidos à água surgiram no território alemão na região da Renânia. Na fazenda Overmeyer Halverde, perto de Hopsten, em Vestefália, foi encontrada uma roda hidráulica movida pela força da água (Figura 15). As rodas de água são diferenciadas pela posição do eixo da roda de água (Figura 16 A e B), e de acordo com a direção que ela exerce sobre a roda e sua estrutura.

Figura 15. Ilustração de rodas de água – Moinho da fazenda Overmeyer Halverde perto de Hopsten (Renânia do Norte-Vestefália) com uma roda hidráulica inferior



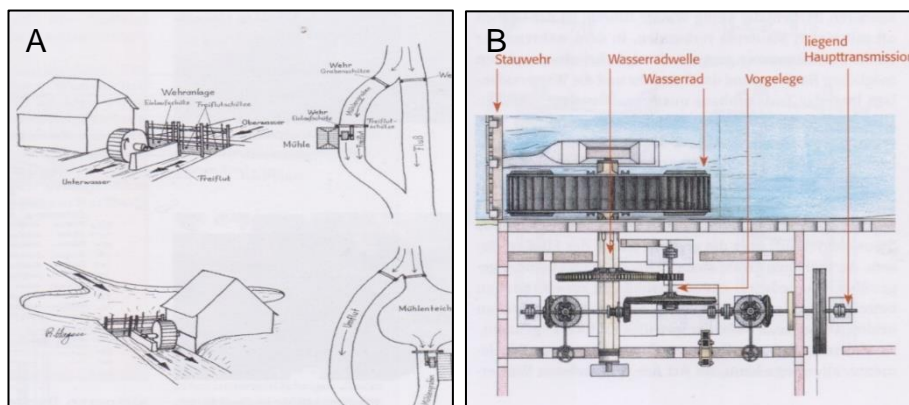
Fonte: Rüdinger e Oppermann (2012)¹¹¹.

¹⁰⁹ RÜDINGER, Torsten; OPPERMANN, Philipp. *Kleine Mühlenkunde: Deutsche Technikgeschichte vom Reibstein zur Industriemühle*. Berlin: Edition Terra, 2012, p. 11.

¹¹⁰ Id., *ibid.*, p. 11.

¹¹¹ Id., *ibid.*, p. 17.

Figura 16. Moinhos de água



Legenda: A: Moinho de água com uma roda sob controle em trincheiras de canal/moinho lateral (acima) e em um moinho pré-armazenado (abaixo); B: Wassermühle Vesbeck (Baixa Saxônia).
Fonte: Rüdinger e Oppermann (2012)¹¹².

Até o século XIX, em certas partes da Alemanha, as rodas de água eram construídas com madeira de carvalho e também de laranjeiras ou pinheiros. Somente com a fundição e processamento de ferro passou a haver a fabricação mista de madeira e de ferro/ferro fundido ou rodas de metal inteiro com conexões de rebites ou parafusos. Especialmente na segunda metade do século XIX, foram criados projetos de roda que tiveram maior eficiência como objetivo¹¹³.

Haasis-Berner¹¹⁴ afirma que na Antiguidade os cidadãos criaram moinhos com a finalidade principal de moer grãos. Com o tempo, porém, mais precisamente a partir do século X, muitos foram utilizados para gerar força hídrica e armazenamento de água, sendo de grande contribuição para a urbanização. Para melhor dispor do uso da água foram construídos canais para os moinhos, que até hoje são mantidos como evidências do patrimônio histórico da revolução técnica na Idade Média.

Devido à necessidade de aumentar a quantidade da água, no século XIII foram criadas as rodas d'água sobre axiais, com auxílio de uma barragem com acúmulo de água, a qual era direcionada por meio de um canal para uma estrutura esculpida na rocha que suportava a roda d'água (Figura 17). Para funcionar, contudo, a roda d'água necessitava de árvores de cames¹¹⁵ e de foles (instrumento para produzir correntes

¹¹² Id., *ibid.*, p. 19.

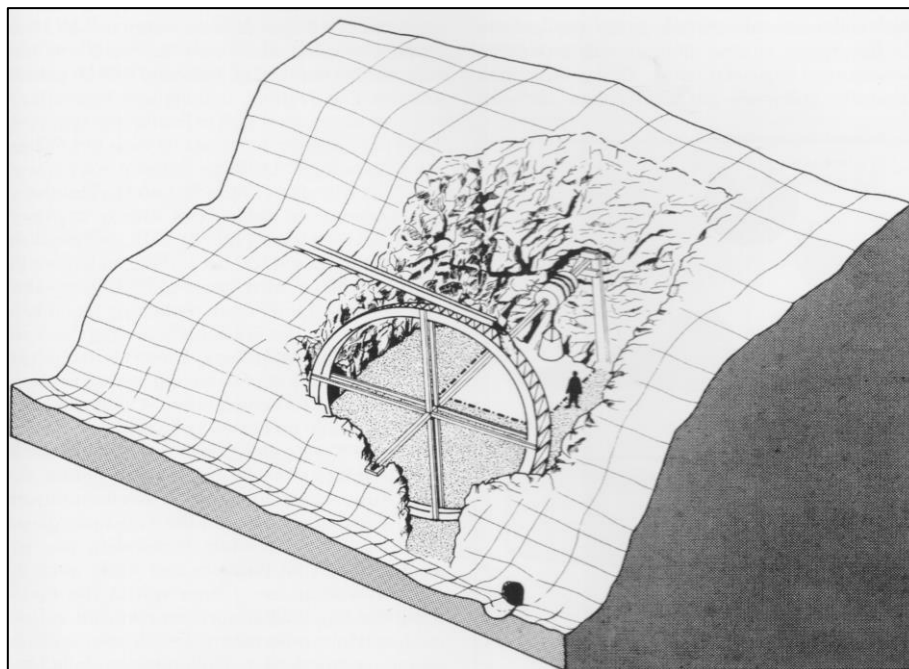
¹¹³ Id., *ibid.*, pp. 17; 19; 28.

¹¹⁴ HAASIS-BERNER, Andreas. *Innovative Wasserkraftnutzung im Mittelalter und die zugehörige wasserbauliche Infrastruktur*: Beiträgen von, Mit. Erhaltung von Kulturdenkmälern der Industrie und Technik in Baden-Württemberg. Arbeitsheft 31- Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015, p. 83.

¹¹⁵ Árvore de cames (também conhecida como árvore de comando de válvulas, veio de ressaltos, veio de excêntricos ou eixo de comando de válvulas) é um eixo de rotação cilíndrica (ÁRVORE DE CAMES). Disponível em: <<http://www.manutencoesuprimentos.com.br/conteudo/6145-o-que-e-uma-arvore-de-mes/>>. Acesso em: ago. 2017).

de ar), através dos quais se podia converter o movimento circular em vertical alternado¹¹⁶.

Figura 17. Antiga estrutura da roda d'água em Ehrenkirchen, denominada "*Eselsbrunnen*", em Ehrenstetter Grund



Fonte: Haasis-Berner (2015)¹¹⁷.

Além de canalizar a água para o abastecimento das residências e para irrigação de plantações, a força hídrica também era usada em serrarias, que muito contribuíram nas construções de casas de madeira na época. A força hídrica também era usada na produção de ferro fundido, além de determinados tipos de minérios, os quais eram derretidos em fornos movidos por força hídrica. Destaca-se o uso de força hídrica em rodas de polimento e no processamento de produtos de metal e pedras preciosas, cuja técnica perdurou até o século XX. Qualquer dessas unidades, porém, só podia funcionar se houvesse água suficiente disponível para gerar a força hídrica¹¹⁸.

Várias cidades que, mais tarde, contribuíram para formação da região Baden-Württemberg, ficavam próximas aos rios Reno, Neckar e Danúbio, e usufruíam das águas para obter crescimento populacional, conveniência da localização para o comércio, vinicultura, crescimento da construção e mineração de prata. A região do Alto Reno, na alta Idade Média, portanto, era uma região de rápido crescimento, o que aos olhos dos historiadores daquela época foi correspondentemente enfatizado.

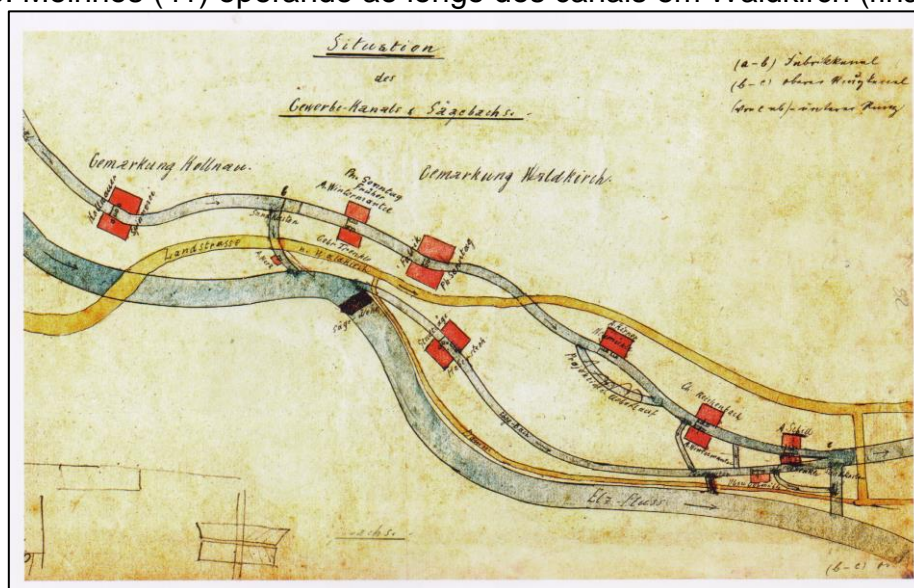
¹¹⁶ HAASIS-BERNER, Andreas. Op. cit., 2015, p. 83.

¹¹⁷ Id., ibid., p. 83.

¹¹⁸ Id., ibid., pp. 84-85.

Tais fatores, entre outros, incentivaram o uso intensivo da força hídrica para cobrir a demanda por produtos de consumo e materiais de construção mas, também, para produzir produtos especiais, como prata, cobre e ferro com fins comerciais (Figura 18). Isso não exigia apenas a aplicação da técnica mas, também, a intervenção na rede hídrica por meio da construção de canais. A maioria desses canais está preservada até hoje e forma, não menos importante à utilização industrial nos séculos XIX e XX, monumentos históricos, onde a preservação faz parte do interesse público por motivos científicos e históricos¹¹⁹.

Figura 18. Moinhos (41) operando ao longo dos canais em Waldkirch (final séc. XIX)



Fonte: Haasis-Berner (2015)¹²⁰.

Esses canais, além de abastecer moinhos (alguns para geração de força hídrica), também serviram de barragens para armazenar ou reter água potável e como reservatórios de usinas hidrelétricas, além de outras tarefas relacionadas à gestão da água. Cabe destacar os canais subterrâneos em Waldkirch, os canais em Karlsruhe, e o canal Feuersee, em Ludwigsburg¹²¹.

No final do século XIX ocorreu também o desenvolvimento das usinas de geração de energia¹²², as quais eram formadas por grupos de máquinas compostas

¹¹⁹ Id., *ibid.*, p. 88.

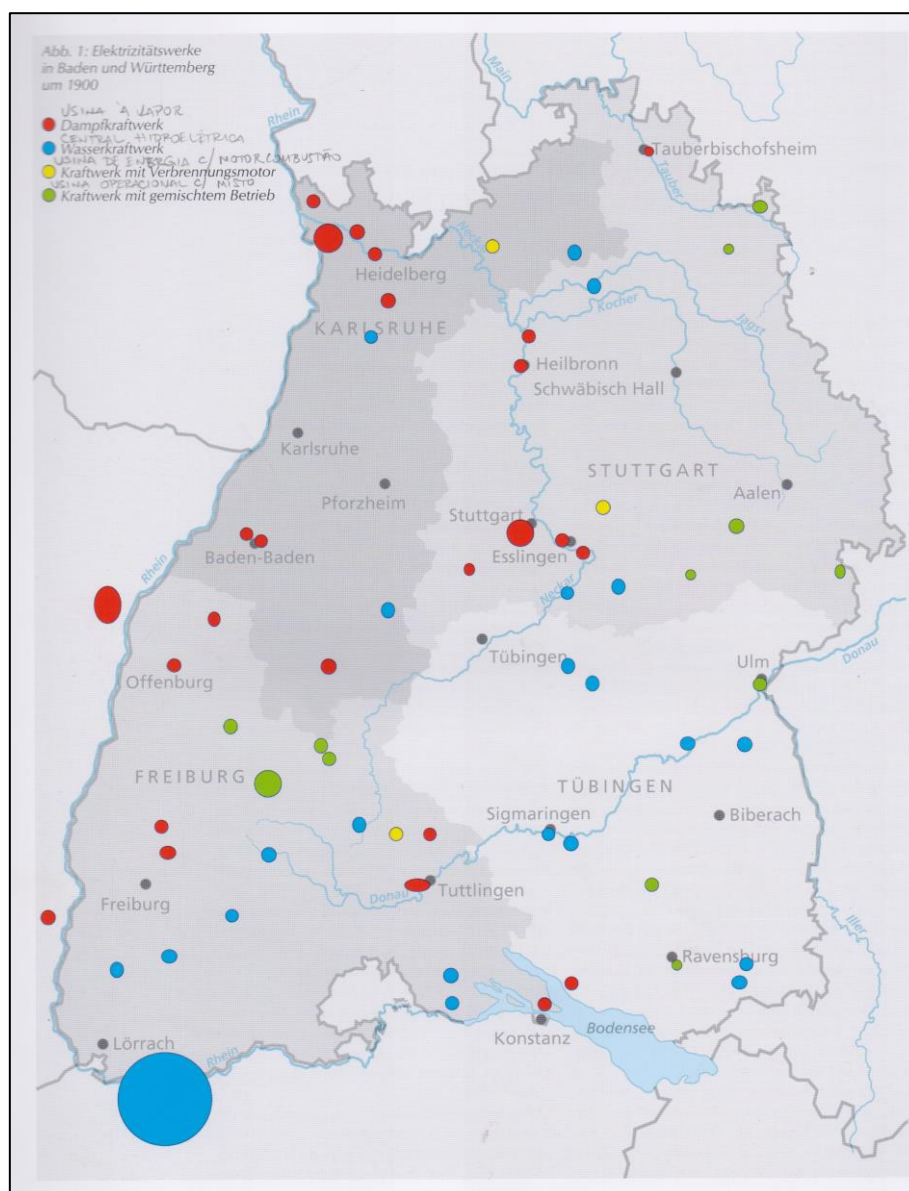
¹²⁰ Id., *ibid.*, p. 88.

¹²¹ HASCHER, Michael; REINHARDT-FEHRENBACH, Gitta. Kulturdenkmale der Industrie und des Handwerks zwischen Nutzung und Umnutzung kommentierte Auswahlbibliographie. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmälern der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015, p. 111.

¹²² O amplo termo “usina de geração de energia” significa instalações que produzem energia elétrica, e que, portanto, também podem servir para fins de aquecimento, mas que normalmente produzem energia elétrica.

por motrizes, geradores e seus respectivos painéis de comando, característicos da distribuição da energia elétrica, e que foram alojadas separadamente. Tais usinas surgiram no Sudeste da Alemanha a partir de 1880. O mapa (Figura 19) demonstra os locais das instalações mais antigas na região de Baden-Württemberg. Essas primeiras usinas surgidas antes de 1890 serviram para o fornecimento local e para atender as necessidades das fábricas da época¹²³.

Figura 19. Usinas mais antigas instaladas na região de Baden-Württemberg



Fonte: Hascher e Reinhardt-Fehrenbach (2015)¹²⁴.

¹²³ HASCHER, Michael; REINHARDT-FEHNENBACH, Gitta. Op. cit., 2015, p. 91.

¹²⁴ Id., ibid., p. 92.

A expansão da rede pública de energia elétrica iniciou em 1891 com a linha de transmissão de uma unidade de demonstração da usina hidrelétrica da unidade de cimento Portland de Württemberg, em Lauffen, no rio Neckar, com a exposição eletrotécnica em *Frankfurt am Main*. Esta unidade demonstrou publicamente a efetiva possibilidade da transmissão de energia elétrica à distância. Da instalação em si nada foi preservado como patrimônio histórico. O primeiro exemplo evidenciado da típica situação da antiga eletrificação é a cervejaria Riegel, em Kaiserstuhl, que em sua totalidade preserva um patrimônio histórico-cultural. Aqui foram preservadas uma máquina a vapor, de 1893¹²⁵ – uma das máquinas a vapor preservadas mais antigas – assim como o respectivo gerador, de 1906¹²⁶ (Figura 20).

Figura 20. Antiga máquina a vapor (1893) e respectivo gerador (1906)



Fonte: Hascher e Reinhardt-Fehrenbach (2015)¹²⁷.

Preservou-se, ao menos, a parte externa da construção concluída em 1898 – a “antiga” usina hidrelétrica em Marbach, no rio Neckar, que foi utilizada após a

¹²⁵ Em 1893, Rudolf Diesel registrou uma patente para “Processo produtivo e tipo de execução para motores à combustão”. Simultaneamente surgiu seu artigo “Teoria e construção de um motor térmico racional”, que evidenciava o modo de funcionamento do motor diesel como mais tarde denominado. Para uma melhor queima do combustível, o ar no cilindro do motor deveria ser compactado, de forma que o combustível fornecido se inflamasse espontaneamente. No início algumas dificuldades técnicas inibiram o sucesso do motor diesel e apenas depois da introdução do vaporizador, que forneceu uma melhor mistura de ar com o combustível, é que houve o avanço. No ano 1900, o motor diesel foi considerado o grande prêmio na exposição mundial em Paris e, em 1904, surgiu em Kiev, a primeira usina de geração de energia elétrica com grandes motores diesel (HASCHER, Michael; REINHARDT-FEHRNBACH, Gitta. Op. cit., 2015, p. 93).

¹²⁶ Id., *ibid.*, p. 91.

¹²⁷ Id., *ibid.*, p. 93.

possibilidade demonstrada na exposição. A cidade de Stuttgart, a 25 km de distância, foi a responsável pela sua construção, a qual procurava um local como Marbach para instalar uma usina hidrelétrica. A preservação da construção da usina deve-se unicamente ao engajado proprietário, que hoje tem orgulho de possuir uma das maiores salas de estar do mundo onde antes era a sala de máquinas (Figura 21).

Figura 21. Sala da usina devidamente preservada



Fonte: Hascher e Reinhardt-Fehrenbach (2015)¹²⁸.

A situação da cervejaria Riegel revela tanto elementos tradicionais como novos: tradicional era a aplicação original da máquina a vapor com polias da correia e transmissões para fins dentro da fábrica, e nova era, em 1906, a conexão do gerador para geração de corrente contínua, visando atender as necessidades da fábrica e o acoplamento direto a dois compressores de refrigeração da Linde¹²⁹.

A geração de energia elétrica necessária sendo produzida para os próprios processos produtivos era a regra por volta de 1900 e permaneceu assim por muito tempo entre as maiores fábricas. No início do fornecimento de energia elétrica muitas fábricas produziam energia sobressalente na rede elétrica local que, geralmente, era instalada pela própria empresa. A mudança ocorreu na virada do século, quando fábricas menores decidiram utilizar as novas redes públicas de energia elétrica e mantinham as suas próprias fontes de energia elétrica apenas como reserva¹³⁰.

¹²⁸ Id., *ibid.*, p. 93.

¹²⁹ Id., *ibid.*, p. 91.

¹³⁰ Id., *ibid.*, p. 91.

Usinas públicas de geração de energia elétrica atraíam, assim, a instalação de indústrias com alto consumo de energia. Um exemplo proeminente se encontra em Stuttgart-Untertürkheim. A usina hidrelétrica concluída ali em 1902 (Figura 22) foi um dos principais motivos para que a Sociedade de Motores Daimler se instalasse nas proximidades. Esta usina hidrelétrica ainda está em operação nos dias de hoje, e preserva no local a turbina Kaplan, de 1924, que foi uma das primeiras do tipo a serem utilizadas em usinas hidrelétricas públicas. As unidades técnicas da cidade de Stuttgart e a sucessora EnBW reconhecem o significado da unidade e a necessidade da preservação pública. A substância histórica pode ser amplamente preservada, apesar dos danos que surgiram com o passar do tempo devido ao desgaste ou acidentes¹³¹.

Figura 22. Museu da usina hidrelétrica de Untertürkheim



Fonte: Hascher e Reinhardt-Fehrenbach (2015)¹³².

Uma situação parecida com a fábrica de relógios de Schramberg foi a aquisição, em 1926, de um motor diesel pela fábrica de palitos de fósforo em Haslach-Schnellingen. Esse motor também é um objeto preservado pelo patrimônio histórico. As usinas dos anos 1920, porém, vivem uma situação típica das usinas de grande porte em Mannheim e Heilbronn, e não foram até agora reconhecidas como patrimônio histórico-cultural. Já a usina desativada de Marbach, de 1938, pelo contrário, é um patrimônio histórico-cultural que, em parte, foi convertida, mas também pode ser

¹³¹ Id., *ibid.*, p. 94.

¹³² Id., *ibid.*, p. 94.

preservada. Neste caso, o impressionante guindaste de carvão foi recentemente restaurado¹³³.

Essas usinas hidrelétricas reversíveis foram importantes elementos no desenvolvimento das redes de maior escala, e sua tarefa era a operação dos picos de carga. Entre os grandes fornecedores de energia surgiram as usinas geradoras de energia elétrica a carvão, que cobriam a carga principal na área de mineração de carvão do rio Reno. Como patrimônio histórico-cultural dessa época foram mantidos em Baden-Württemberg, por um lado, as usinas geradoras de energia elétrica a carvão e, por outro lado, as redes de distribuição, incluindo partes das usinas de conversão da linha de transmissão de alta tensão Norte Sul¹³⁴.

Além da força hídrica e a geração de energia elétrica, destaca-se outra atividade que contribuiu para o desenvolvimento da região de Baden-Württemberg – a mineração (hoje somente existe a mineração de sal). As minerações foram realizadas em rochas neolíticas sílex e jaspe, em Kleinkems, ou na denominada mina Rötelbergbau, praticamente tão antiga quanto a parte superior do vale do rio Münster. Além do sal também foram extraídos cobre, ferro, prata, chumbo, zinco, antimônio, cobalto e até mesmo ouro em pequenas quantidades. No passado recente, houve até mesmo um teste para exploração de urânio na cidade de Menschenschwand, mas que por bons motivos não foi intensificada¹³⁵.

As investigações atuais sobre a mineração e siderurgia “antigas” em Baden-Württemberg são restritas, no entanto, revelam a produção celta de ferro no norte do Schwarzwald, a mineração de minério de ferro na Idade Média na região central do Albvorland, a mineração de prata na Idade Média e tempos modernos na Schwarzwald e a produção de ferro nos tempos modernos na região de Wasseraufingen e também na Zollernalb. A atividade de mineração e siderurgia, no entanto, contribuiu para o desenvolvimento da região de Baden-Württemberg, mas envolveu incontáveis regiões com áreas destruídas, zona de desabamento de minas e túneis no solo, prevalecendo apenas a mineração de sal¹³⁶.

Atualmente, o Estado de Baden-Württemberg detém uma série de posições de destaque em comparação aos demais Estados da Alemanha. Com seus 35.751 km²

¹³³ Id., *ibid.*, p. 97.

¹³⁴ Id., *ibid.*, p. 99.

¹³⁵ GASSMANN, Cuntram; SCHÖNWETTER, Tim. *Alter Bergbau und Denkmalpflege ein Projekt in Baden-Württemberg. Beiträge von, Mit. Erhaltung von Kulturdenkmälern der Industrie und Technik in Baden-Württemberg. Arbeitsheft 31- Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege*, 2015, p. 38.

¹³⁶ Id., *ibid.*, p. 39.

de superfície, Baden-Württemberg é o terceiro maior Estado da Alemanha, atrás apenas da Baviera e da Baixa Saxônia. A região delimita-se com a França e a Suíça e com os Estados da Renânia-Palatinado, Hessen e Baviera. Quase metade de sua área (47%) é terra agricultável; 38% são florestas e 13% constituem área urbana, com facilidade de transporte. Há 18 grandes centros de concentração populacional que ocupam um total de 39% da superfície, no qual encontram-se 74% da população e 80% dos postos de trabalho¹³⁷.

O Estado distingue-se pela diversidade de espaços naturais, com grandes áreas florestais contínuas, como a Floresta Negra, a Mata Suábia e o Odenwald, que lhe conferem caráter especial. A maior elevação está na parte sul da Floresta Negra – o monte Feldberg, com 1.493 metros de altitude, e cerca de 40% coberto por matas. Além disso, o Estado de Baden-Württemberg é rico em cursos de água, que representam importante papel na localidade, tanto na forma de água potável para uso industrial, mineral e terapêutico, como para fins de lazer e recreação. Os maiores rios que banham a região são o Reno (437 km), o Neckar (367 km) e o Danúbio (251 km). A eles se acrescenta o Lago de Constança, um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, com seus 572 km² de superfície¹³⁸.

Além disso, o Estado constitui uma das principais regiões tecnológicas da Europa, forte em exportações, com alto índice de instituições de pesquisa e de pessoas que trabalham em setores de tecnologia de ponta e áreas voltadas para o futuro. A região Baden-Württemberg possui grande número de empresas de pequeno e médio porte, obtendo, com isso, destaque no mercado mundial, pois são indústrias fortes e sustentáveis, com ininterrupto espírito de invenção, abrangendo um elevado índice de emprego na Alemanha¹³⁹.

Baden-Württemberg possui 10,75 milhões de habitantes, havendo um pouco mais de mulheres (5,47 milhões) que homens (5,28 milhões). Dessa forma, ali vivem mais pessoas que, por exemplo, na Suíça ou na Áustria. Também a Finlândia, a Dinamarca e Luxemburgo têm menor índice populacional. Isso representa, mesmo no âmbito europeu, um número significativo de pessoas. As maiores cidades são Stuttgart (597 mil habitantes), Mannheim (310 mil), Karlsruhe (289 mil), Freiburg (219 mil) e Heidelberg (145 mil)¹⁴⁰ (Figura 23).

¹³⁷ SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Op. cit., 2009, p. 6.

¹³⁸ Id., ibid., p. 6.

¹³⁹ PFISTER, Ernst. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Ministro da Economia do Estado de Baden-Württemberg. Apoio: Brasil/Alemanha, abr./2009, p. 5.

¹⁴⁰ SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Op. cit., 2009, p. 7.

Figura 23. Cidades que pertencem à região de Baden-Württemberg



Fonte: Sukop e Stirner (2009)¹⁴¹.

A região de Baden-Württemberg oferece confortáveis habitações urbanas, áreas residenciais localizadas próximas às cidades, além de muitas casas cercadas pela natureza das regiões rurais. Também possui creches, escolas, centros de lazer e centros comerciais, aliados a um bom sistema viário. Cabe destacar, também, que em Baden-Württemberg é possível encontrar artes e culturas, como os templos da boa cozinha, a melhor casa de óperas da Alemanha, vinhos premiados internacionalmente e a maior parte das instalações solares do país¹⁴².

Baden-Württemberg possui localização privilegiada, pois sua proximidade é ideal para estabelecer contatos comerciais com uma das mais fortes economias do mundo: os mercados estáveis da União Europeia e os países que estão sendo admitidos no bloco econômico e que se encontram em franca expansão (Figura 24).

¹⁴¹ Id., *ibid.*, p. 7.

¹⁴² PFISTER, Ernst. Op. cit., 2009, p. 5.

Figura 24. Localização da região Baden-Württemberg e os pontos ideais para economia da Alemanha e da União Europeia



Fonte: Pfister (2009)¹⁴³.

A capital estadual, Stuttgart, localiza-se no encontro dos eixos Paris – Viena, Roma – Copenhagen – Moscou – Lisboa. Além disso, todas as metrópoles europeias podem ser alcançadas em voos com duração de uma a quatro horas. Enfim, é praticamente impossível que uma empresa esteja mais bem localizada que em Baden-Württemberg. Além disso, a região tem uma infraestrutura de transportes eficiente por terra, mar e ar. O terceiro maior Estado alemão, portanto, pode ser acessado de maneira rápida e confortável a partir de qualquer lugar, visto que possui uma série de plataformas logísticas que dinamizam o fluxo de pessoas e de mercadorias, reduzindo o tempo de viagem e de transporte¹⁴⁴.

Devido à sua grande produção de máquinas para a indústria metalúrgica, o Estado de Baden-Württemberg é um dos maiores e mais importantes pólos industriais da Europa, caracterizando um terço das empresas existentes do mesmo ramo na Alemanha. A produção de máquinas como um todo possui atualmente 269 mil funcionários, enquanto que a indústria automotiva gera 241 mil empregos e o setor eletrotécnico, 196 mil. Grandes e internacionalmente conhecidas empresas, como Daimler, Porsche, Bosch, SAP, Zeiss, Würth ou Stihl, Audi, Daimler, EvoBus, ZF, entre outras, encontram-se instaladas em Baden-Württemberg, além de diversos pequenos e médios empreendimentos, como indústrias de bens de investimento, de plásticos, de produtos químicos, área têxtil e de vestuário, de moveleira, de joias, de instrumentos musicais, de artigos esportivos e de brinquedos. O desenvolvimento

¹⁴³ Id., *ibid.*, p. 11.

¹⁴⁴ SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Op. cit., 2009, p. 11.

econômico e social do Estado depende essencialmente da capacidade produtiva e competitiva de todos esses segmentos¹⁴⁵.

O Estado distingue-se pela atividade da indústria automobilística e pela produção de ferramentas, bem como pelos segmentos aeronáuticos, aeroespaciais, telecomunicações, tecnologia da informação, mídia e eletrônica/eletrotécnica. Além disso, destacam-se as áreas de saúde como biotecnologia, farmácia, técnica de medicina, ótica/mecânica de precisão e eletrônica/eletrotécnica, além de indústrias que exploram os recursos naturais, como por exemplo, a mineração de sal de cozinha¹⁴⁶.

A exploração e o processamento de matérias primas levaram a alterações de localização, a conversões e a concentrações de indústrias, até por fim, ao surgimento de modernas áreas industriais nos tempos modernos. Especialmente no final do século XIX, as atividades no setor da mineração resultaram em construções fabris que, apesar de todo o planejamento para o seu uso econômico, acrescentaram valor à aparência e à relevância das construções. Também são importantes as mudanças na área social, pois próximo às fábricas surgiram residências, como lindas mansões dos proprietários, bonitas casas para diretores e funcionários mais experientes e moradias funcionais para os trabalhadores¹⁴⁷.

Atualmente, há pouca atividade de mineração em Baden-Württemberg, resumindo-se à mineração de sal de cozinha na região da cidade de Heilbronn, considerado o maior depósito de sal da Europa. Durante os últimos 40 anos poucos especialistas rastrearam as evidências ainda visíveis e investigaram a história da mineração, o que aumentou a responsabilidade pela preservação pública do patrimônio histórico e, respectivamente, protegeu as últimas evidências da mineração, siderurgia e correspondente infraestrutura técnica e social¹⁴⁸.

Cabe destacar que as construções industriais da região de Baden-Württemberg foram reconhecidas como patrimônios histórico-culturais e são vistos pelo público como monumentos, edifícios industriais e infraestruturas de preservação. A atual preservação de patrimônio industrial surgiu na Alemanha nos anos 70 e 80, no entanto, raízes mais antigas retrocedem a 1900. Naquela primeira fase, o círculo de objetos considerados válidos como patrimônio histórico foi ampliado a partir de diferentes processos dentro da sociedade e da preservação de patrimônio histórico,

¹⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 12.

¹⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 13.

¹⁴⁷ GASSMANN, Guntram; SCHÖNWETTER, Tim. Op. cit., 2015, p. 40.

¹⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 37.

de forma que as primeiras propriedades comerciais e industriais foram reconhecidas, justificadas e protegidas, e também objetos foram conduzidos a museus construídos para este fim. Este foi, por exemplo, o título do primeiro volume do inventário publicado em 1932 pelo Presidente da Associação Industrial Alemã (VDI), Conrad Matschoss, e pelo defensor nacional, Werner Lindner. Na lista de patrimônios históricos do atual Estado de Baden-Württemberg encontra-se, principalmente, o movimento de registros mais antigos de algumas pontes, como a ponte de madeira em Beuron¹⁴⁹ (Figura 25).

Figura 25. Ponte de madeira em Beuron, considerada patrimônio histórico



Fonte: Sukop e Stirner (2009)¹⁵⁰.

A partir de 1987, em Baden-Württemberg, onde objetos técnicos já haviam sido mencionados com frequência nas notícias sobre preservação do patrimônio histórico, houve o planejamento e a publicação da própria edição de inventário. Em 1989, contratou Hans Peter Münzenmayer como primeiro representante na Secretaria de Estado, em tempo integral, para a preservação do patrimônio histórico-cultural-técnico.

Constituiu, então, o patrimônio histórico: objetos históricos típicos, objetos históricos únicos, elos entre o início e o fim de um desenvolvimento técnico, objetos que contenham estruturas de caráter sócio-histórico e objetos técnicos representativos para fatos históricos¹⁵¹.

¹⁴⁹ HASCHER, Michael. Denkmalpflege und Technikgeschichte 15 Thesen und Aspekte. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015, p. 11.

¹⁵⁰ SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Op. cit., 2009, p. 11.

¹⁵¹ Id., *ibid.*, pp. 13-14.

Hascher destaca o grau de funcionalidade para a avaliação do valor do patrimônio histórico-cultural:

Como preservação “operacional” foram considerados os objetos do patrimônio histórico-cultural, cujo contexto de uso original ainda está presente no uso diário atual. A isto pertencem, entre outros, a maioria das pontes, mas também algumas poucas fábricas, navios e funiculares. Por outro lado, consiste a preservação “funcional” no fato de que o patrimônio histórico-cultural a princípio funcione, mas, no entanto, colocado em operação apenas raramente, como locomotivas a vapor em linhas históricas ou moinhos transformados em museus. Por fim, existe a preservação “formal” na qual a função original existe apenas para itens de maior tamanho do sistema original, assim como um fábrica desativada, cuja arquitetura ainda está preservada, enquanto equipamentos, máquinas e estruturas relacionadas com sua função ou traços de uso desapareceram pela falta de uso¹⁵².

Em Baden-Württemberg, as primeiras instalações produtivas e fábricas se expandiram e buscaram o próprio fornecimento de energia na época. Por fim, formou-se um amplo espectro de edificações, como residências dos trabalhadores até uma infinidade de mansões, jardins, casas de banho e similares, interessantes para a história cultural e social da empresa. O mesmo se aplica às indústrias têxteis ERBA, em Wangen, no Allgäu; Staub, em Kuchen, no vale do rio Fils (com as conhecidas residências de trabalhadores) ou à indústria têxtil Otto, que deixou restos estruturais de suas instalações em Wendlingen, mas também em outros locais no vale dos rios Neckar e Fils. Como patrimônio histórico-cultural existem ainda algumas das fontes materiais relacionadas, como a linha de transmissão de alta tensão Norte-Sul (já mencionada), e o trecho ferroviário da Floresta Negra. O canal do rio Neckar é ainda um dos mais longos patrimônios históricos culturais de Baden-Württemberg, com 202 km, sendo a linha de transmissão de alta tensão ainda mais longa. Grandes conjuntos, portanto, são tendencialmente objetos da preservação pública do patrimônio histórico-cultural da região de Baden-Württemberg, incluindo monumentos, pavilhões ou fábricas industriais, moinhos, infraestruturas, barragens, entre outros¹⁵³.

Alguns estabelecimentos industriais¹⁵⁴ em Baden-Württemberg se tornaram museus ou patrimônio histórico-cultural, havendo, assim, grandes interações entre sua preservação como patrimônio da região (Figuras 26 a 30)¹⁵⁵.

¹⁵² Id., *ibid.*, p. 15.

¹⁵³ Id., *ibid.*, pp.16-17.

¹⁵⁴ Muitas indústrias da região de Baden-Württemberg tiveram sua origem em moinhos, tanto de moagem, geração de força hídrica ou de energia elétrica, além de serem enquadrados em infraestrutura ou em matérias primas, sendo assim reconhecidos os moinhos como um amplo gênero do patrimônio histórico. Em Baden-Württemberg soma-se quase um terço do inventário, mais especificamente, do inventário do patrimônio histórico-cultural da indústria (Id., *ibid.*, p. 71).

¹⁵⁵ Id., *ibid.*, pp. 18-20.

Figura 26. Forjaria em Altensteig, convertida em museu



Fonte: Hascher (2015)¹⁵⁶.

Figura 27. Moinho de Lahrens com adição de roda d'água (2013)



Fonte: Hascher (2015)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ HASCHER, Michael. Op. cit., 2015, p. 17.

¹⁵⁷ Id., ibid., p. 18.

Figura 28. Moinho de óleo Michelau, concebido como museu técnico (1990)



Obs.: Nesse moinho havia a típica coloração de peças móveis. Fonte: Hascher (2015)¹⁵⁸.

Figura 29. Silo e processos de moagem Mahlgänge, Oberkochen, Scheerermühle



Fonte: Hascher (2015)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 19.

¹⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 72.

Figura 30. Moinho Langenbrettach, em Südostgiebel



Fonte: Hascher (2015)¹⁶⁰.

A museulização é um fator importante neste campo pois fortalece a consciência em relação a valores existentes. Hascher¹⁶¹ menciona que muitos projetos de patrimônio histórico são financiados pelas associações *Schwäbischer Heimatbund* e *Badische Heimat*, bem como acompanhados e organizados pela Secretaria de Preservação do Patrimônio Histórico de Baden-Württemberg, que registram muitos objetos que podem ser adicionados ao setor da indústria e da técnica. Essas amplas iniciativas visam o crescimento da consciência da cultura industrial e são tão importantes quanto as atividades de muitos pequenos museus e associações.

A preservação do patrimônio histórico-cultural de Baden-Württemberg vai além de monumentos, edifícios industriais e infraestruturas, visto que inclui métodos arqueológicos em áreas de mineração. De acordo com Gassmann e Schönwetter¹⁶², a arqueologia da mineração é, de certa forma, uma parte fundamental do amplo complexo de investigação da preservação do patrimônio histórico industrial e da preservação de patrimônio histórico arqueológico.

¹⁶⁰ HASCHER, Michael. Op. cit., 2015, p. 73.

¹⁶¹ Id., ibid., pp. 22-23.

¹⁶² GASSMANN, Guntram; SCHÖNWETTER, Tim. Op. cit., 2015, p. 38.

Existe, atualmente, um reconhecimento quanto à herança industrial que inclui não somente as siderúrgicas e indústrias mas, também, as minas que já foram desativadas. A Secretaria Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico de Baden-Württemberg foi solicitada para participar do desenvolvimento internacional e do entendimento da cultura industrial e suas profundas raízes.

Além disso, no campo de atividade mais conhecido da preservação de patrimônios industriais, isto é, na mudança de uso (comumente denominado “conversão”) de construções comerciais e industriais, nos últimos 20 anos houve alguns exemplos marcantes como a conversão da fábrica de armas de Karlsruhe, da empresa Industrierwerke Karlsruhe Augsburg (IWKA), que hoje é parcialmente ocupada pelo Centro de Arte e Tecnologia de Mídia (ZKM) (Figura 31), ou a fábrica de bijuterias Ott-Pauserschen, na cidade de Schwäbisch Gmünd (Figura 32), que foi transformada em um museu¹⁶³.

Figura 31. Karlsruhe, antiga empresa Industrierwerke Karlsruhe Augsburg (IWKA)



Fonte: Hascher (2015)¹⁶⁴.

¹⁶³ HASCHER, Michael. Op. cit., 2015, pp. 69-70.

¹⁶⁴ Id., ibid., p. 69.

Figura 32. Fábrica de bijuterias Ott-Pausersche, na cidade de Schwäbisch Gmünd



Fonte: Hascher (2015)¹⁶⁵.

Assim, a questão sobre a ampla proteção desses patrimônios histórico-culturais, engloba da mesma forma, tanto as áreas de atividade da preservação de patrimônio histórico arqueológico, como também da preservação de patrimônio histórico-cultural de construções¹⁶⁶.

A abordagem do patrimônio industrial na região de Baden-Württemberg revela inúmeras situações de preservação e reuso do patrimônio industrial. É fundamental, porém, destacar a tipologia tanto dos moinhos à água como dos movidos à pedra de fricção, uma vez que esses modelos foram transportados para o Brasil durante o processo de imigração. Nas colônias de imigração alemã, o moinho constituía parte fundamental da infraestrutura, sendo uma das primeiras construções a serem estabelecidas nas colônias, juntamente com a capela, a escola e a casa do administrador. Esses elementos implantados no início da constituição do espaço urbano da pequena colônia de imigração alemã possuem significado patrimonial, ao passo que representam a cultura alemã nas suas mais variadas formas arquitetônicas, dos modos de fazer e viver na linguagem, na música e na religião.

No item a seguir aborda-se a propagação das ideias provenientes do ambiente germânico, seus principais atores e obras. Essa reflexão se faz necessária uma vez que pode ter influenciado direta ou indiretamente a implantação da Colônia Neu-Württemberg, visto que a mesma é uma colônia de origem alemã.

¹⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 69.

¹⁶⁶ GASSMANN, Guntram; SCHÖNWETTER, Tim. Op. cit., 2015, p. 38.

2.3 A PROPAGAÇÃO DAS IDEIAS E O IDEÁRIO GERMÂNICO NO SUL DO BRASIL

No Brasil, a propagação de ideias urbanístico-germânicas tornou-se tema de interesse e de estudos a partir da década de 1990. Ao longo do século XX, no entanto, os pensamentos germânicos chegaram ao país em forma de publicações e por meio de arquitetos, engenheiros e construtores que se formaram no ambiente da Alemanha ou que tiveram a oportunidade de contato com os seus ideários. A maioria dos arquitetos e engenheiros germânicos, porém, buscaram abrigo em outros países devido às ameaças e à perseguição durante as guerras.

Uma das ideias germânicas difundidas no Brasil foi a obra de Camillo Sitte¹⁶⁷, cujo pensamento se encontra entre as referências mais importantes para quem trabalha e prioriza dados de beleza, fruição e apropriação do espaço urbano. Suas ideias foram importantes para o entendimento das propostas do início do século XX no Brasil, onde se constatou que a influência do ideário germânico estava fortemente presente entre alguns urbanistas paulistas, na elaboração de projetos de saneamento, embelezamento e melhoramento do ambiente nacional brasileiro¹⁶⁸.

Lersch¹⁶⁹ salienta que as investigações realizadas sobre as obras de Sitte permitem compreender a sua relação com o trabalho de Saturnino de Brito, que utilizou os seus conceitos de urbanização. A autora comenta que a primeira menção pública no Brasil ao livro de Sitte foi realizada pelo engenheiro Saturnino de Brito em seu relatório sobre os trabalhos de saneamento da cidade de Santos, no Estado de São Paulo, elaborado no início de 1907. E descreve os principais trechos em que Saturnino de Brito usa citações de conceitos e termos utilizados por Camillo Sitte.

Na elaboração de planos gerais, também chamados “planos de conjunto”, Saturnino de Brito utilizou os argumentos de Camillo Sitte “para provar que a irregularidade dos planos das cidades antigas vinha do sentimento artístico, mas que não se devia deixar ao acaso a extensão das cidades”¹⁷⁰. Brito, porém, percebeu a falta desse sentimento artístico ao analisar as cidades coloniais brasileiras, uma vez que cada indivíduo construía diferentemente do vizinho, sem planos e sem regras, ao acaso. Muitas cidades brasileiras, no entanto, foram assoladas por epidemias, como

¹⁶⁷ Sitte, por sua vez, encontrava-se entre os pensadores do fim do século XIX que procuravam conciliar as dimensões técnicas e estéticas na construção das cidades (LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 95).

¹⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 95.

¹⁶⁹ Id., *ibid.*, p. 96.

¹⁷⁰ BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, v. XX, p. 35.

cólera, febre amarela, febre tifoide e peste bubônica e, por isso, tiveram que sofrer reformas que privilegiassem o sanitarismo e a circulação viária e o embelezamento.

Além de sanear as cidades tomadas ou ameaçadas pelas epidemias, o urbanismo de Saturnino de Brito deu a elas um padrão estético moderno, formas urbanas próprias com uma tecnologia de saneamento, cuja implantação se tornou, durante toda a República Velha¹⁷¹, um dos objetivos principais do Estado brasileiro. É nesse contexto que se deve situar a atividade profissional de Brito e suas posições teóricas em relação às cidades e a seu futuro¹⁷². De fato, as principais cidades brasileiras sofreram obras de melhoramento que modificaram as suas estruturas urbanas de tal modo que podem ser reconhecidas até os dias de hoje. O propósito de Brito era sanear e embelezar, tornar a cidade sadia e formosa. O conjunto da obra de Saturnino de Brito tem sido objeto de inúmeros trabalhos de investigação, na busca pela compreensão de seus princípios e a sua aplicação em muitas cidades brasileiras, como Vitória, Recife e Santos, além de cerca de 13 cidades no Rio Grande do Sul¹⁷³.

Para formar uma noção mais completa a respeito da presença do ideário germânico no Brasil, destaca-se a propagação dessas ideias no Estado do Rio Grande do Sul. Procurou-se, assim, identificar personagens vinculados à Escola de Engenharia de Porto Alegre, atualmente as Faculdades de Engenharia e Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tiveram alguma relação mais próxima com a Alemanha. Isso proporcionou aos alunos perceberem a proximidade existente entre esta Escola e a Universidade Técnica de Berlim (TU Berlim), cuja escola alemã serviu como modelo de ensino técnico que aliava a teoria à prática¹⁷⁴.

Ao longo deste estudo foi possível observar personagens que tiveram contato com o ideário germânico, a ponto de algum ter trazido essas ideias ou ter sido influenciado por elas ao longo de sua trajetória profissional. Pode-se citar quatro engenheiros que estudaram na TU Berlim: Rudolf Ahrons (formado com o título de *Bau-Ingenieur* – coordenador de construção, entre 1890-1894); Benno Hofmann (*Bau-Ingenieur* – entre 1911-1917); Roberto Bruno de Escobar (*Bau-Ingenieur*, entre 1913-1915); e Ernst Woebcke (*Bau-Ingenieur*, entre 1921-1924), todos nascidos no Rio Grande do Sul, cada qual traçou uma trajetória distinta.

¹⁷¹ No Brasil corresponde ao período entre 1889 a 1930. Conforme Quadro 2 desta tese.

¹⁷² ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992, p. 209.

¹⁷³ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 98-99.

¹⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 233.

Ao retornar dos estudos na Alemanha, Rudolf Ahrons trabalhou com o irmão Alexandre Ahrons¹⁷⁵ no levantamento cadastral do Município de Porto Alegre, realizado entre 1896 e 1898. O que se verifica é o pioneirismo dos irmãos Ahrons ao terem utilizado a técnica de levantamento fototopográfico, também conhecido por fotogrametria¹⁷⁶, ou seja, o emprego de fotografias e fototeodolitos para a realização do mapa¹⁷⁷. Segundo Weimer¹⁷⁸, Rudolf Ahrons também assumiu a firma de seu pai e por volta de 1908, Ahrons se tornara dono da maior construtora imobiliária do Estado.

No início de setembro daquele mesmo ano, Ahrons contratou o arquiteto Theodor Alexander Josef Wiederspahn, recém-chegado da Alemanha, como responsável pelo departamento de projeto da empresa. Lersch¹⁷⁹ comenta que a empresa de Ahrons foi responsável pela construção das mais expressivas obras realizadas até o ano de 1915 – além dos edifícios da Praça da Alfândega, também as Faculdades de Direito e Medicina e a Cervejaria Bopp, marcando definitivamente a paisagem da cidade. A Primeira Guerra Mundial, porém, interferiu no andamento das obras que aconteciam na cidade, o que indica que tenha sido um dos motivos do fechamento da firma de Ahrons, em 1915.

Outro ideário germânico foi Roberto Bruno de Escobar, que também se formou na Escola de Engenharia. Nascido em 6 de outubro de 1889, em Porto Alegre, filho de Marçal de Escobar¹⁸⁰, deputado federal pelo PRR, Roberto Bruno de Escobar

¹⁷⁵ A historiografia não apresenta informações claras sobre a formação de Alexandre Ahrons, havendo apenas especulações sobre os seus conhecimentos de agrimensura, topografia, cartografia e engenharia (Id., *ibid.*, p. 18).

¹⁷⁶ Considerada uma ciência nova, a aplicação da fotografia aos levantamentos topográficos teve como precursor o topógrafo francês Coronel Aimé Laussedat, em meados do século XIX. Este processo de levantamento teve consagração geral por parte dos topógrafos de outros países, como a Alemanha, onde o método foi aperfeiçoado – com a fabricação, pela Casa Zeiss, de aparelhos de alta precisão – assim como na Itália, Áustria, Canadá e Estados Unidos, que contribuíram com a sua propagação. No Brasil, foi utilizado em ensaios na Carta Cadastral do Distrito Federal, sendo disseminado entre engenheiros e militares a ponto de ter sido utilizado no levantamento da Carta Geral da República, realizada entre 1903 e 1932, sob a responsabilidade do Estado Maior do Exército, criado em 1896 (WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, pp. 18-19).

¹⁷⁷ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 235.

¹⁷⁸ WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, p. 19.

¹⁷⁹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 253.

¹⁸⁰ Marçal Pereira de Escobar nasceu em Itaqui, RS, em 1857, filho de José Pereira de Escobar. Formou-se em 1878 na Academia de Direito de São Paulo, tendo como colega José Gomes Pinheiro Machado, que veio a ser mais conhecido como Senador Pinheiro Machado, um dos políticos mais influentes da República Velha. Marçal Escobar atuou como promotor público, procurador fiscal, deputado estadual (1891/93) e deputado federal (1894/1905, 1912/17, 1921/23), sempre pelo PRR. Em 1900 foi designado professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre (MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/04._Sergio_Franco.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013).

concluiu o curso ginasial em 1906 – já na época oferecido pela Escola de Engenharia – com o título de Bacharel e, no ano seguinte, ingressou no curso de Estradas da Escola. Em 1910, concluiu o curso de Engenharia Civil, de acordo com os Estatutos de 1900. Em 10 de dezembro de 1910 foi nomeado Primeiro Assistente do Instituto Astronômico e Meteorológico¹⁸¹.

Em dezembro de 1913, quando a Primeira Guerra foi deflagrada, Escobar matriculou-se na TU Berlim, onde permaneceu até o ano seguinte, buscando aperfeiçoamento em eletricidade e melhoramento de cidades. Segundo consta no documento de matrícula, sua intenção era permanecer até 1915, no entanto, o conflito forçou a sua volta e, a princípio, ele teria retornado com o seu pai, procurando deixar a Europa a partir do porto holandês¹⁸².

No ano de 1918, a Biblioteca da Escola de Engenharia de Porto Alegre recebeu uma doação de 145 livros para o seu acervo. Pesquisa revelou que esses livros pertenciam ao engenheiro Roberto Bruno de Escobar¹⁸³. Como parte integrante desse acervo estavam os exemplares das Conferências sobre a Construção de Cidades (*Städtebauliche Vorträge aus dem Seminar für Städtebau* – Palestras de planejamento urbano do Seminário para Planejamento Urbano), de Joseph Brix e Felix Genzmer, promovidos na TU Berlim.

Com relação ao ideário, na historiografia do urbanismo, em Porto Alegre, o nome do engenheiro Benno Hofmann tem sido citado por vários investigadores devido a um fato particular: o de ter sido aluno dos reputados engenheiros sanitaristas alemães Joseph Brix e Felix Genzmer, e ter conhecido por meio desses os ensinamentos de mestres de reputação universal, como Sitte e Stübben, entre outros, conforme afirmação feita por Hofmann¹⁸⁴ em artigo publicado em 1925, na revista *Egatea*.

Benno Hofmann nasceu em 10 de outubro de 1892, em São Leopoldo, citado reduto da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Segundo o jornal *A Federação*¹⁸⁵, fez parte da turma do ano de 1910 de Bacharéis em Letras do Colégio Conceição, dirigido por padres, nesta mesma cidade. Em 1912, iniciou o curso de Engenharia Civil

¹⁸¹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 254-255.

¹⁸² A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 30 ago. 1914. Ano XXXI, nº 205. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&PagFis=30314>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

¹⁸³ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 256.

¹⁸⁴ HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, jan/fev. 1925, v. 10, nº 1, p. 1.

¹⁸⁵ A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 18 nov. 1910. Ano XXVII, nº 266. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

na Universidade Técnica Real de Berlim (*Königliche Technische Hochschule zu Berlin*), concluído em 1916. Trata-se, portanto, de um personagem que realizou a sua formação integral no ambiente germânico, especificamente em um contexto no qual se cultivava de modo profícuo a então “relativamente nova ciência”¹⁸⁶, como Hofmann mesmo citou, preocupado com a construção de cidades.

Um aspecto relacionado ao período de formação e que surpreende é o fato de Benno Hofmann permanecer na Alemanha em meio aos conflitos da I Guerra Mundial, e em momento algum, em seus escritos, ter se manifestado a respeito disso. Os arquivos da TU Berlim foram destruídos quase por completo nos ataques com bombas no ano de 1943, durante os conflitos da II Guerra. Os livros de matrícula e os catálogos de cursos, entre outros poucos documentos, foram os preservados. Não há, porém, nesses arquivos, outras informações sobre a formação de Benno Hofmann, tampouco possíveis trabalhos acadêmicos que ele possa ter desenvolvido ao longo da sua trajetória no curso superior¹⁸⁷.

Cerca de 25 livros foram identificados, entre os quais estão aqueles adquiridos ao longo da sua formação na universidade alemã, todos datados na folha de rosto de acordo com o semestre letivo cursado, como o de Tecnologias Construtivas. Entre outros, encontram-se temas sobre os quais Hofmann iria escrever mais tarde, como a questão do tratamento de águas para fins de uso urbano (*Die Entwässerung der Städte – A Drenagem das Cidades*). Nesse acervo foram identificados, também, os livros sobre o tema com o qual Hofmann se envolveu durante boa parte de sua trajetória, a saber, o projeto de portos, canais e hidrovias. Pela anotação de próprio punho, verifica-se que esses livros foram adquiridos a partir de 1920, quando o engenheiro passou a trabalhar na Secretaria de Obras Públicas, mais precisamente na Barra de Rio Grande. Além disso, os livros demonstram sólida formação em engenharia, que tinha por tarefa, entre outras, a solução técnica de problemas urbanos, como saneamento e infraestrutura¹⁸⁸.

Por duas vezes, em 1917 e 1925, Benno Hofmann contribuiu com artigos na Revista *Egatea*. O primeiro artigo foi escrito assim que o engenheiro chegou em Porto Alegre, o que demonstra que imediatamente se envolveu com o meio técnico da capital, em particular com a Escola de Engenharia e seus engenheiros. No artigo intitulado “*Considerações gerais sobre a água, suas propriedades e sua utilização*”

¹⁸⁶ HOFMANN, Benno. Op. cit., 1925, p. 1.

¹⁸⁷ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 261.

¹⁸⁸ Id., ibid., pp. 263-264.

*para o abastecimento de cidades*¹⁸⁹ Hofmann fortalece a compreensão de que as questões de saneamento pautavam os debates sobre a construção das cidades no início do século XX, assim como em demais cidades brasileiras, também em Porto Alegre. É possível, portanto, compreender o seu domínio sobre o tema, reportando o fato à sua recente formação.

Hofmann introduziu a ideia de plano geral para um novo bairro, tratando, portanto, da questão sobre a expansão da cidade que, no seu entender, deveria ser feita conforme o pensamento do urbanismo moderno. O autor repudiava a inobservância a qualquer método, previamente pensado, na abertura de ruas e o desprezo quase absoluto das condições topográficas do terreno, bem como a qualquer condição higiênica e sanitária. A sua crítica recaiu, também, sobre o traçado “absolutamente” reto e perpendicular, a igualdade matemática e o ato mecânico, que resultaram em um bairro que “oferece o aspecto de um tabuleiro de xadrez de uma uniformidade monótona e insípida, sem que a menor variação venha quebrá-la e em que a nossa vista possa descansar e se deleitar”¹⁹⁰.

Além disso, Hofmann apontou para o fato de que este modo de proceder estaria atendendo as conveniências econômicas dos proprietários dos terrenos arruados. Seu discurso estava, sem dúvida, calcado nos princípios do urbanismo moderno. Assim, Hofmann colocou o engenheiro e sanitarista Saturnino de Brito no mesmo patamar de reconhecimento e notoriedade dos grandes mestres europeus¹⁹¹.

A primeira ideia da qual Hofmann se apropriou foi sobre os tipos de traçados, ou malha viária. O conceito pode ser compreendido ainda como um sistema de ruas em rede, aqui compreendido como traçado, que Stübben¹⁹² apresentou em seu livro. Hofmann mudou apenas a ordem de apresentação entre os diferentes tipos, mas discutiu, reproduzindo o discurso de Stübben, os tipos fundamentais de traçado para o projeto de arruamento de uma cidade, a saber, o tipo retangular, o sistema diagonal e, por fim o sistema radial, chamando este também de sistema natural, uma vez que remete ao desenvolvimento natural de uma cidade, que se dá a partir de um ponto central, como a igreja ou a praça de feiras¹⁹³.

¹⁸⁹ HOFMANN, Benno. Considerações gerais sobre a água, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, v. 4, n° 1, jul./ago. 1917, pp. 34-40.

¹⁹⁰ HOFMANN, Benno. Op. cit., 1925, p. 1.

¹⁹¹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 265-266.

¹⁹² STÜBBEN, Joseph. Op. cit., 1924, pp. 477- 480.

¹⁹³ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 269.

Simões Júnior¹⁹⁴ aponta alguns dos princípios básicos do ideário germânico, entre os quais se encontrava o debate a respeito do melhor traçado para as ruas, aplicado sobretudo nas áreas de expansão urbana: se elas deveriam ser retas ou curvas. Pode-se afirmar, portanto, que em praticamente todo o discurso de Hofmann evidencia-se a reprodução do discurso de Stübben. Observa-se, ainda, que Hofmann de fato estudou a teoria de Stübben, procurando transferi-la para uma análise de casos, como as cidades de Pelotas, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Hofmann, portanto, contribuiu com a circulação de ideias e com a formação do pensamento sobre a construção de cidades não só em Porto Alegre, mas também, em outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, como Rio Grande e Pelotas. E, em particular, pode ser apontado como um dos principais expoentes da difusão de um ideário urbanístico germânico no contexto brasileiro¹⁹⁵.

Com relação ao ideário Ernesto Woebcke, destaca-se que em 1922, foi um dos alunos da Escola de Engenharia, escolhido para se aperfeiçoar no estrangeiro. Conforme o relatório daquele ano, foram designados a fazer o curso de aperfeiçoamento no estrangeiro os alunos deste Instituto que concluíram o curso de Engenharia Civil: Ernesto Woebcke e Heitor Ayres Pinheiro Machado¹⁹⁶. Ernesto Woebcke já se encontrava na Alemanha quando da apresentação dos indicados, por meio de correspondência enviada por Manoel Theophilo Barreto Vianna¹⁹⁷, no cargo de Vice-Presidente da Escola de Engenharia, ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, datada de 16 de agosto daquele ano.

Instalado em Berlim de 1921 a 1925, Ernst Woebcke vivenciou, portanto, o momento político e econômico da República de Weimar. Após concluir o curso, Woebcke voltou a Porto Alegre e, em 1930, em parceria com o engenheiro Alfredo Haessler, constituiu um dos principais escritórios de engenharia de Porto Alegre. Segundo Weimer¹⁹⁸, Haessler foi contratado por Rodolpho Ahrons em 1911, onde ficou até a dissolução da firma, em fins de dezembro de 1915. Weimer afirma, ainda, que Woebcke era sobrinho de Ahrons. De uma lista de projetos registrados no Arquivo

¹⁹⁴ SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Op. cit., 2011, p. 70.

¹⁹⁵ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 278; 286.

¹⁹⁶ LIMA, Ary de Abreu. Relatório do Instituto de Engenharia. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplicio Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923, p. 6.

¹⁹⁷ VIANNA, Manoel Theophilo Barreto. Carta ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Departamento Central. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplicio Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923, p. 67.

¹⁹⁸ WEIMER, Günter. *Theo Wiederspahn: arquiteto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 58.

Municipal de Porto Alegre, verificou-se que cerca de 75 projetos foram encaminhados pela firma Haessler & Woebcke, entre os anos de 1930 e 1941. Entre estes, encontram-se obras de maior porte, como o Moinho Riograndense, de 1930, e exemplares de habitação uni e multifamiliar¹⁹⁹.

No Arquivo Municipal de Porto Alegre foram encontrados cerca de 36 projetos registrados por Woebcke, entre os anos de 1941 e 1957. Isso demonstra que a partir de 1941, as obras de Woebcke foram compondo a paisagem dos bairros Moinhos de Vento e Petrópolis, que adotaram o estilo californiano para as casas unifamiliares. Após a década de 1950, a empresa construiu vários edifícios no Centro, com obras nas avenidas Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e Siqueira Campos. Em sua obra, há traços dos movimentos alemães Nova Construção (*Neues Bauen*) e Objetividade (*Sachlichkeit*), que tiveram por base a rejeição das formas construtivas históricas, sobretudo da ornamentação. Estes movimentos marcaram os anos de transição da década de 1920, na Alemanha²⁰⁰.

A partir de 1935, os engenheiros civis passaram a ser privilegiados em detrimento da ação dos construtores licenciados. A política de modernização do país preconizava a regulamentação das profissões, fato que privilegiou os que possuíam diploma de curso superior e os empreendimentos dos engenheiros formados, na sua grande maioria, pela Escola de Engenharia. Além das existentes Ernesto Woebcke e Azevedo Moura & Gertum, foram criadas novas empresas, como a Aidos & Cia e Dante & Conceição²⁰¹.

Conclui-se, portanto, que a partir da propagação das ideias e do ideário germânico no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, procurou-se destacar o urbanismo germânico, assim como os meios ou veículos pelos quais essas ideias chegaram à Escola de Engenharia de Porto Alegre. De alguma maneira elas percorreram corredores, permearam conversas, escritos, discursos e até mesmo preencheram bibliotecas com livros e publicações da época. Quanto ao que se disseminou na Escola, observou-se que não se tratava de uma cultura urbanística, dotada de conhecimento sobre planos de conjunto e projetos urbanos autorais, como hoje é entendida, mas de uma prática voltada à uma cultura da boa técnica interessada na construção das cidades.

Quanto às contribuições do urbanista vienense Camilo Sitte, destaca-se, principalmente, a sua análise e apontamentos às falhas nos casos existentes até

¹⁹⁹ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, pp. 287-288.

²⁰⁰ Id., ibid., p. 289.

²⁰¹ Id., ibid., p. 281.

então, cuja rigidez matemática e funcionalidade eram as diretrizes principais em detrimento do bem-estar, padrões estéticos e da humanização, qualidades imprescindíveis no tratamento de locais públicos. Em contraponto, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito trouxe em seus projetos a técnica necessária para suprir os problemas de saneamento nas novas cidades do Brasil, sobretudo na cidade de Cruz Alta que, na primeira década do século XX, desenvolveu um projeto de saneamento e embelezamento da cidade, pois era aliada aos preceitos de beleza e humanização ditados por Sitte. Entre os pensadores e engenheiros que atuavam no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, o importante engenheiro Rudolf Ahrons desenvolveu a primeira planta de assentamento da Colônia Neu-Württemberg, contribuindo com a cultura urbanística da capital – Porto Alegre-RS, bem como com as demais cidades gaúchas, usando princípios baseados no ideário germânico.

2.3.1 Arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul e a influência germânica

Num contexto de importantes transformações era primordial resolver os problemas de insalubridade e de gerenciamento dos núcleos urbanos, que explodiam demograficamente devido à industrialização. Novos planos de modernização surgiram nos grandes centros urbanos da Europa e América do Norte e, conseqüentemente, nas principais capitais do Brasil. Esses planos caracterizavam-se como ações públicas que denotavam a presença do positivismo²⁰² nas propostas de infraestrutura urbana e dos modelos urbanísticos voltados para o saneamento e o transporte. É fato conhecido que os primeiros sucessos da engenharia brasileira se deram, ainda no século XIX, nos setores ferroviário, portuário e de saneamento²⁰³. No caso do setor ferroviário, em especial no Noroeste Riograndense, a vinculação com os

²⁰² Corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX, tendo como principal idealizador o filósofo francês Augusto Comte (1798-1857). Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil. A influência do comtismo se manifestou em várias províncias do Império desde os anos de 1860 e avançou pelas três primeiras décadas da República, com intelectuais e políticos mais ou menos afinados, com núcleo no Rio de Janeiro, que defenderam ideias e medidas públicas que ecoavam os preceitos do “mestre de Montpellier”, entre eles, Rocha Lima, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros. Havia engenheiros, oficiais do exército, professores de Matemática e Ciências Naturais, seguido de administradores públicos e juristas, em cujas profissões predominavam os valores de ordem, método, organização, planejamento: prever para prover. Reformismo, mas não revolução: conservar melhorando (LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967, p. 45).

²⁰³ Id., *ibid.*, 1967, p. 45.

empreendimentos de Herrmann Meyer foi fator relevante para a instalação da colônia Neu-Württemberg (conforme item 3.3).

O grande impacto das ideias positivistas no Brasil, porém, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, caracterizando a engenharia e as administrações públicas, principalmente com a Reforma do Rio de Janeiro, de Pereira Passos, engenheiro e prefeito da capital brasileira. Tais ideias foram de tal forma aceitas no Brasil que chegaram a ser expressas na bandeira nacional, onde cintila o lema “Ordem e Progresso”. Em especial no Rio Grande do Sul²⁰⁴, as suas marcas foram além de um lema, orientando e conduzindo diretamente a formulação da Constituição do Estado, assim como as influências nas mudanças de paradigmas urbanísticos e da arquitetura na capital e em novas cidades do Estado.

A base das ideias e preocupações que norteavam os profissionais técnicos e engenheiros ligados ao positivismo, porém, estava em torno de aspectos como a questão da circulação, destacada pelos traçados das vias públicas, na adequação de equipamentos prioritários, no adensamento e na insalubridade, na relação da capital com a região, do urbano com o rural. Conforme Souza²⁰⁵, isto permite estabelecer uma aproximação entre os profissionais da Paris do início a meados do século XIX e dos engenheiros das cidades brasileiras do início do século XX. Em Paris, as ações de equacionamento dos problemas começaram com Haussmann a partir de 1852, enquanto as cidades brasileiras começaram a enfrentá-los a partir da Proclamação da República.

Os problemas eram a falta de saneamento urbano, circulação inadequada para os novos meios de transporte, falta de melhoramentos e embelezamento, embora com uma diferença significativa de tempo e contexto. Souza²⁰⁶ ainda destaca que o que verdadeiramente diferenciava Paris quando Haussmann assumiu, é que a cidade já contava com um corpo técnico, preparado, com conhecimento e ideias para a renovação, surgidas de suas escolas e dos avanços na busca do progresso. No Brasil, as condições absolutamente diversas conduziam, inicialmente, os engenheiros a se

²⁰⁴ No Rio Grande do Sul, o positivismo começou a ser difundido inicialmente em sua vertente política por meio do Partido Republicano Riograndense (PRR), fundado em janeiro de 1882. Em 1883, o Apostolado Positivista do Brasil (APP) e o PRR estabeleceram relações, tendo como interlocutor comum o engenheiro Demétrio Nunes Ribeiro, um dos líderes dos republicanos gaúchos e ex-colega de Miguel Lemos (fundador do APB) na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (PEZAT, Paulo Ricardo. O *club* cooperador positivista Sul-Riograndense e a propaganda da religião da humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894). *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. Rio Grande, 1999, v. 11, pp. 107-117. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006368/8b1efbf6e55db459bc1cc6db4eca931a>>. Acesso em: 21 ago. 2018).

²⁰⁵ SOUZA, Celia Ferraz de. O pensamento e a atuação dos engenheiros na modernização das cidades. *IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo, 2006, p. 5.

²⁰⁶ Id., *ibid.*, 2006, p. 5.

formarem na Europa, sendo a França e a Alemanha os países mais escolhidos. De lá traziam a base do conhecimento adquirido para as soluções dos problemas técnicos. Para a autora, é incontestável a ressonância das ideias provenientes das escolas europeias, na formação dos engenheiros que, no Brasil, pensavam a cidade. A propagação se dava de forma rápida e até o papel do engenheiro passava por uma transformação. Ele que estava voltado à realização de obras pontuais, passava pelo processo de decisão no campo político da cidade, da mesma forma como havia ocorrido com os engenheiros franceses há um século atrás.

No Brasil, a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, propiciou a instalação do ensino regular de Engenharia no país, uma vez que sua presença passou a requerer obras militares e urbanas destinadas a melhor defendê-la e acomodá-la. Em 1810, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou a Academia Real Militar no Rio de Janeiro que visava, além da formação de oficiais de Engenharia e Artilharia, também a de engenheiros, geógrafos e topógrafos. O caráter militar dos cursos de Engenharia permaneceu por várias décadas. Em 1858 foi criada a Escola Central e, apesar de ser dedicada ao ensino da Engenharia, tendo sido o ensino militar transferido para escola específica (Escola Militar e de Aplicação do Exército), ela continuava a ser um estabelecimento militar subordinado ao Ministério da Guerra. Apenas em 1874, a Escola Central se desvinculou das suas origens militares e passou a ser denominada Escola Politécnica, primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo (1894), contendo em seu corpo de disciplinas, matérias propostas pelos positivistas. Pode-se incluir nesta lista, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896²⁰⁷.

Este estudo, contudo, não procura investigar a formação das Escolas de Engenharia no Brasil, tampouco no Rio Grande do Sul, mas sim, se apropriar do aporte histórico e conjuntural no qual os profissionais técnicos engenheiros arquitetos estavam inseridos e que coincide com o período de instalação da Colônia Neu-Württemberg e com o início de seu desenvolvimento.

Picon²⁰⁸ refere-se aos seguidores da corrente filosófica criada pelo engenheiro Saint-Simon²⁰⁹, a qual enaltecia a ciência, a indústria e o papel social do engenheiro

²⁰⁷ Id., *ibid.*, 2006, pp. 5-6.

²⁰⁸ PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da hausmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: cosmopolitismo, racionalidade e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 65.

²⁰⁹ Socialista reformista francês nascido em Paris (1760-1825), um dos principais socialistas utópicos e um dos fundadores do socialismo moderno, ao conceber uma sociedade futura dominada por cientistas e industriais. Criou um fervoroso grupo de adeptos, conhecidos como saint-simonistas, entre os quais figuravam políticos, banqueiros, engenheiros e escritores influentes, como o historiador Augustin Thierry, o filósofo Auguste Comte, criador do positivismo (THIERRY, Augustin. *Filósofo Auguste*

na construção e no progresso da sociedade. Utilizando-se dos mesmos fundamentos, Souza salienta que

[...] Foram esses engenheiros sansimonistas que deram a sustentação técnica e filosófica para a reforma de Haussmann em Paris, que prosseguiu até o início do século XX. Divulgaram suas ideias pelo mundo através dos movimentos republicanos, chegando ao Brasil pelo pensamento positivista implantado nas academias, em especial nas escolas de engenharia, onde encontrou um campo extremamente fértil ao seu desenvolvimento [...] ²¹⁰.

Ainda segundo Souza²¹¹, em relação ao enfrentamento dos problemas da cidade, os primeiros passos vieram mesmo com a Proclamação da República e seu novo projeto urbano. A formação profissional que permitia tentar a solução desses problemas era a de engenheiro sanitarista. Entre eles se destaca Francisco Rodrigues Saturnino de Brito²¹² que, sem dúvida, foi um dos maiores nomes da Engenharia Sanitária e a maior autoridade brasileira em planejamento de cidades da sua época. Saturnino, depois de minucioso e pormenorizado estudo das condições peculiares da cidade, elaborou um projeto para solucionar todos os problemas de drenagem e coleta de esgotos de Santos, considerada uma obra inédita pela Engenharia Sanitária do país, e que teve repercussão internacional, levando seu autor a ser proclamado “Patrono da Engenharia Sanitária do País”²¹³. No Rio Grande do Sul, Saturnino de Brito desenvolveu trabalhos de planejamento urbano em várias cidades gaúchas, tais como: Santa Maria, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Rosário, Santana do Livramento, São Leopoldo, Uruguaiana, São Gabriel, Irai, Alegrete e Pelotas, incluindo a cidade de Cruz Alta²¹⁴, onde em 24/03/1916 foi criado o 8º Distrito, com a denominação oficial de Neu-Württemberg.

Comte, criador do positivismo. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SaintSim.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018).

²¹⁰ SOUZA, Celia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010, p. 20.

²¹¹ Id., *ibid.*, p. 12.

²¹² Conhecido como Saturnino de Brito (Campos, 1864; Pelotas, 1929), foi o engenheiro sanitarista brasileiro que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o “pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil”. Em março de 1881, matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, em 06 de abril de 1886, recebeu a carta de engenheiro civil. Participou da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, organizando projetos para Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba e Amparo. No Estado do Rio de Janeiro atuou em Petrópolis, Paraíba do Sul, Itaocara e Campos. Realizou trabalhos de saneamento básico em Recife, Belém, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Sul (SOUZA, Celia Ferraz de. Op. cit., 2006, p. 7).

²¹³ ACERVO SATURNINO DE BRITO. *Patrono da Engenharia Sanitária do País*. Disponível em: <http://acervosaturinodebrito.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2018.

²¹⁴ Fundada oficialmente em 18/08/1821, a criação do Município de Cruz Alta aconteceu em 11/03/1833. A Lei Municipal nº 1.130, de abril de 1978 criou o Distrito de Santa Bárbara, 4º Distrito de Cruz Alta, ao qual a atual área do município de Panambi pertenceu até 1916 (WEHRMANN, Bruno Guido. *Efemérides de Panambi-RS*. Panambi, RS: Emgrapan, 2015, p. 1).

Ainda em relação aos profissionais que atuavam nesse período e seus ideais urbanísticos, é indispensável relatar os principais engenheiros e arquitetos que atuavam na capital do Estado, Porto Alegre, uma vez que seus princípios e ideias influenciavam o planejamento dos municípios do interior do Estado.

Conforme o geógrafo Alfred Hettner²¹⁵, Porto Alegre, no final do século XIX, se constituía na cidade onde “cerca de 1/5 ou 1/6 da população” falava o idioma alemão. A presença de alemães no Sul do Brasil a partir de 1824, em decorrência da fundação da primeira colônia alemã de São Leopoldo, levou muitos imigrantes à capital do Estado. Segundo a historiadora Magda Gans²¹⁶, os alemães estabelecidos em Porto Alegre não faziam parte de um projeto articulado do Governo Imperial, como era o caso da colônia de São Leopoldo. A autora salienta que;

[...] predominava entre os teutos da capital a imigração direta da Europa, sendo irrelevante a remigração das colônias para Porto Alegre [...]. O perfil social dos teutos mostra ainda uma população socialmente bem situada, gozando de um bom padrão de vida [...]. Este perfil está bastante de acordo com a distribuição da população teuta no espaço urbano [...] inseridos majoritariamente na parte moderna da cidade que recebia os primeiros melhoramentos urbanos [...]²¹⁷.

Esses imigrantes que se estabeleciam na capital possuíam formação profissional adquirida no local de origem, onde normalmente eram profissionais autônomos, como engenheiros, arquitetos, entre outros. Foram vários os profissionais que se estabeleceram na capital, porém, foi a partir do II Reinado que se destacaram os profissionais que realizaram as obras mais relevantes em Porto Alegre. Segundo Weimer²¹⁸, o primeiro foi **Phillip von Normann**, que encarregado pelo governo da Província, realizou a obra do Liceu Dom Afonso, em Porto Alegre (não existe mais). Outro arquiteto foi **Friedrich Heydtmann**, que projetou a cadeia da cidade ao lado do Gasômetro (implodida em 1960), o primeiro andar do Mercado Público (inaugurado em 1861, ao qual foi acrescentado mais um andar (em 1912) e a Beneficência Portuguesa. **Wilhelm Arhons**²¹⁹ construiu a Escola Militar no Parque da Redenção e a sede do

²¹⁵ FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antonio. Os viajantes olham para Porto Alegre: 1890-1941. Santa Maria-RS: Anatterra, 2004, p. 52.

²¹⁶ GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/ANPUH, 2004, p. 13.

²¹⁷ Id., ibid., pp. 211-212.

²¹⁸ WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, p. 188.

²¹⁹ Wilhelm Ahrons nasceu em Lüneburg, Alemanha, em 1836. Frequentou o ginásio de Hannover. Veio ao Brasil na condição de agricultor como muitos outros imigrantes, para trabalhar em Santa Catarina. Mais tarde passou a exercer a profissão de agrimensor, por meio do qual conseguiu juntar recursos para voltar à Alemanha (1860) e concluir seu curso de Engenharia Civil, porém não se sabe em qual escola. Ahrons regressou para o Brasil e instalou-se no Rio grande do Sul, onde exerceu várias funções

Banco da Província. Foi de sua autoria a “Planta da Cidade de Rio Grande” (1871) e o “Projeto de Melhoramento da Barra e Construção de um Porto no Rio Grande do Sul”, este último em parceria com José Joaquim de Carvalho Bastos. Segundo Alves, baseado na documentação da SOP²²⁰, dentro do regime da República,

[...] o primeiro projeto do cais foi organizado pelo Diretor de Obras Municipais, o engenheiro Wilhelm Ahrons, durante a administração do intendente Alfredo Augusto de Azevedo (1892-1895). Este cais teria como finalidade principal sanear o litoral, servindo como coletor de esgoto da cidade [...]²²¹.

É importante salientar que, naquele momento, a capital passava por um processo de transformação em sua estrutura física, alterando sua paisagem, ou seja, a arquitetura até então colonial, foi cedendo espaço ao estilo eclético em uma onda de europeização do país. Originário da Europa no século XIX, o ecletismo abordava estilos arquitetônicos e elementos de diversas procedências, utilizando-os como modelos de forma isolada ou de coexistência. Segundo Foletto:

[...] o ecletismo diz respeito à posição do prédio em frente ao lote (quase totalmente projetado para a calçada da rua, ou encostado na casa ao lado), aos elementos decorativos, à existência de platibanda decorada, à imponência, à suntuosidade e à grandiosidade. Há unidade nos materiais utilizados (tijolos e argamassa), no sistema construtivo, na disposição das peças dentro da construção, nos tipos de aberturas e elementos decorativos pertencentes a estilos do passado aplicados com sentido decorativo [...].²²²

As imagens a seguir ilustram as transformações que ocorreram na capital no período da instalação da Colônia Neu-Württemberg, e confirmam a influência dos profissionais teutos e alemães quanto à arquitetura e ao urbanismo de Porto Alegre. Nos prédios públicos, a decoração tinha caráter solene e monumental (Figura 33).

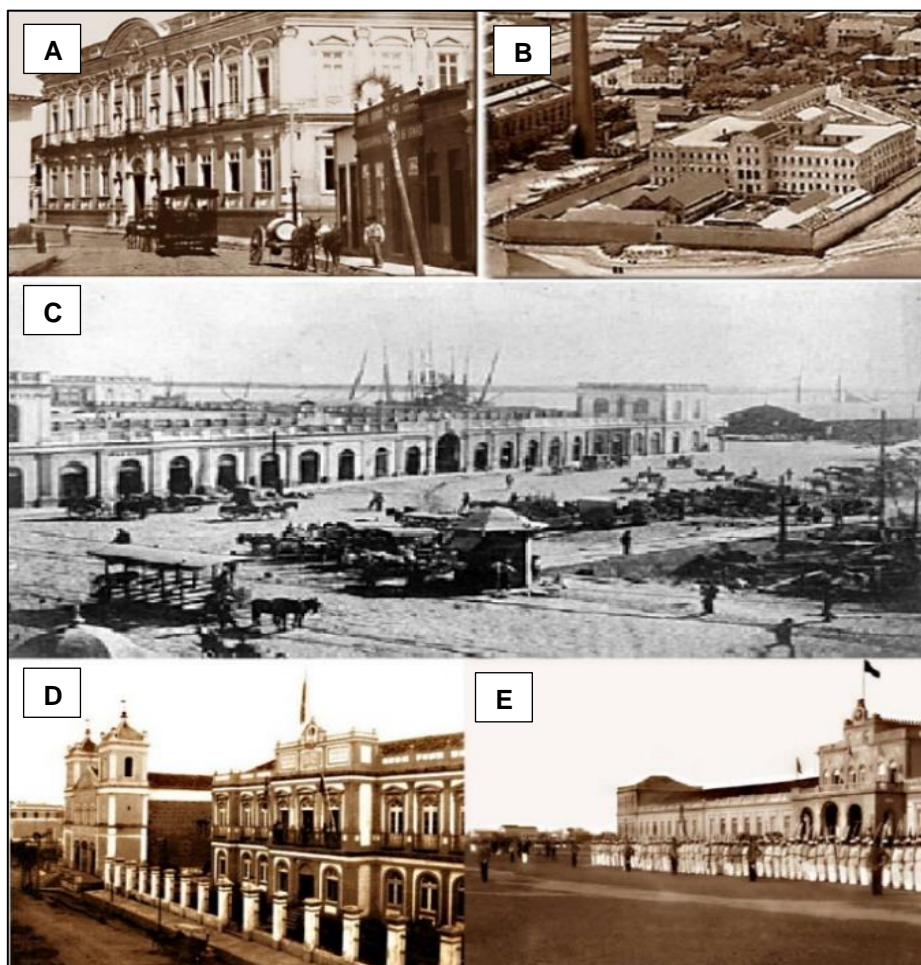
públicas, entre as quais de Engenheiro Municipal em Rio Grande (1870-73), São Jerônimo e Porto Alegre. Faleceu em 1915 (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense*. Porto Alegre: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. I, p. 20).

²²⁰ Secretaria de Obras Públicas de Porto Alegre.

²²¹ ALVES, Augusto. *A construção do porto de Porto Alegre (1895 -1930): modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 127.

²²² FOLETTO, Vani T. (Org.). *Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008, p. 51.

Figura 33. Projetos urbanísticos de Friedrich Heydtmann e de Wilhelm Arhons



Legenda: A) Liceu Dom Afonso de Phillip von Normann; B) Casa de Cadeia; C) Mercado Público com a docas das frutas; D) Beneficência Portuguesa; E) Colégio Militar.

Fonte: Bastos (2017)²²³.

Lersch²²⁴ afirma esses profissionais ainda não pensavam a cidade como um todo, mas já atuavam pontualmente em obras importantes da capital do Estado.

Outro profissional de relevante importância foi **Johann Grünewald**, cuja especialidade era esculpir pedras e tornou-se o mais importante projetista de igrejas e colégios católicos. Entre as suas obras pode-se citar a Igreja Matriz de São Leopoldo, a primeira Igreja Neogótica do Estado e a Cúria Metropolitana, uma das obras de maior valor arquitetônico da capital²²⁵. O título de *Dombaumeister*, porém, foi adquirido pelo seu trabalho na restauração da catedral de Colônia.

Com a Proclamação da República, a imigração de profissionais da construção civil, arquitetos, engenheiros e técnicos, se tornou constante. Esses profissionais

²²³ BASTOS, Ronaldo Marcos. *Porto Alegre: uma história fotográfica*. Disponível em: <<http://ronaldo.fotografia.blogspot.com.br>>. Acesso em: jul. 2017 (montagem da autora).

²²⁴ LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 137.

²²⁵ WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, p. 188.

traziam consigo, além do conhecimento técnico, a cultura germânica e seus costumes. Podem ser citados, ainda, Gustav Schmitt, Hermann Glotz, Adolf Flick, Edward Ernst Zeitlow e Johann Pünder. Segundo Weimer²²⁶, os arquitetos Julius Weise e Hermann Glotz tiveram grande importância no desenvolvimento da construção civil da capital, pois fundaram empresas de construção civil.

Naquele momento de grandes transformações, o escritório de engenharia e construção de Wilhelm Arhons destacou-se como o mais importante do final do século XIX e início do século XX. Isso se acentuou com a atuação de **Rudolf Arhons**, filho de Wilhelm que, na primeira década do século XX, contratou o arquiteto Theodor Alexander Josef Wiederspahn²²⁷, mais conhecido como **Theo Wiederspahn**. Essas empresas foram fundamentais, pois acolhiam os profissionais alemães e de outros países, que vinham para a capital e que passavam a atuar fortemente na arquitetura e no urbanismo do interior do Estado. Wiederspahn teve uma atuação expressiva na capital gaúcha e no interior do Estado. Suas obras tiveram tanta visibilidade e fama que ainda hoje é lembrado como o maior arquiteto gaúcho de todos os tempos.

Considerando o acesso e a circulação das novas tendências europeias, Gans²²⁸ afirma que já na segunda metade do século XIX, havia uma ligação bastante atualizada dos teutos da capital com a Alemanha. Segundo a autora, “o acesso aos mais diversos periódicos europeus era bastante facilitado e os contatos econômicos com a Europa ou viagens dos mais afortunados, frequentemente anunciadas nos jornais, não eram raras”. Nesse contexto, Hermann Meyer se inseria, como geógrafo investigador, atuando fortemente como empresário influente e sócio proprietário do *Bibliographische Institut de Leipzig*²²⁹, tendo fácil circulação na comunidade alemã que

²²⁶ Id., *ibid.*, p. 189.

²²⁷ Theodor Wiederspahn nasceu em Wiesbaden, Alemanha, em 19 de fevereiro de 1878. Formou-se na *Koenigliche Baugewerbeschule*, de Idstein, no distrito de Rheingau-Taunus. Iniciou sua vida profissional na Alemanha, construindo para uma firma de propriedade de seu pai. Dentre as dezenas de obras que realizou nesse período, somente cerca de 11 resistiram às duas guerras e foram declaradas de interesse histórico-cultural. Quatro delas se encontram legalmente protegidas. Em 1908 emigrou para o Rio Grande do Sul, fixando residência em Porto Alegre, onde já morava o seu irmão Heinrich Josef. Logo empregou-se na condição de arquiteto responsável pelo Departamento de Projetos do Escritório de Engenharia Rudolf Ahrons, seguramente o mais importante construtor no Estado do Rio Grande do Sul antes da Primeira Guerra. Nessa firma permaneceu de setembro de 1908 até dezembro de 1915, quando ela encerrou suas atividades. Passou, então, a trabalhar como profissional autônomo, transformando-se em um dos arquitetos mais solicitados da cidade e do Estado (DELFO. *Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS*. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017).

²²⁸ GANS, Magda Roswita. Op. cit., 2004, p. 117.

²²⁹ Após o fim da guerra, em 1956, com a divisão política da Alemanha, os acionistas da firma transferiram a sede para Mannheim, no Estado de Baden-Württemberg, na então República Federal da Alemanha. Por fim, em 1984, os dois maiores institutos bibliográficos da Alemanha fundiram-se em um só: *F.A. Brockhaus* e o *Bibliographisches Institut AG*, formando o *Bibliographisches Institut & F.A. Brockhaus AG* (NEUMANN, Rosane. Op. cit., 2016, p. 66).

já residia em Porto Alegre. Estas relações aumentaram no início do século XX, com as melhorias nos portos e os processos de industrialização mas, principalmente, pelo considerável número de profissionais que emigravam para o Brasil e dos jovens teutos que escolhiam o caminho para a Europa, afim de buscar sua formação nas escolas técnicas e de Engenharia.

Era um período de intensas transformações e, certamente, o momento propício para Hermann Meyer intensificar seus negócios, investindo fortemente na colonização com a compra e venda de terras, o que parecia ser investimento promissor e de sucesso.

2.3.1.1 Rudolf Ahrons e seu contributo

Rudolf Nachten Ahrons²³⁰, filho de Wilhelm Ahrons e Ana Nachten Ahrons, nasceu em 27 de dezembro de 1869, em Porto Alegre. Segundo Weimer²³¹, formou-se em Agrimensura no ano de 1887, no Colégio Militar, dedicando-se a este trabalho por dois anos.

Em 1889, Rodolf Ahrons embarcou para a Alemanha a fim de dar continuidade aos seus estudos na Universidade Técnica de Berlim, onde permaneceu de 1890 a 1894, formando-se com o título de *Bau-Ingenieur*.

Segundo Lersch, ao retornar ao Brasil, Rodolf Ahrons trabalhou com o irmão, Alexandre Ahrons²³² no levantamento cadastral do município de Porto Alegre, realizado entre 1896 e 1898²³³. A cidade, como se encontrava no ano de 1896, foi representada na Planta de Porto Alegre por Alexandre Ahrons (Figura 34).

²³⁰ BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017.

²³¹ WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, p. 18.

²³² Carl Alexander Ahrons nasceu em Porto Alegre, em 16 de junho de 1877, filho do engenheiro alemão Wilhelm Ahrons e irmão de Rudolf Ahrons. A historiografia não apresenta informações claras sobre a formação de Alexandre Ahrons, havendo apenas especulações sobre os seus conhecimentos de agrimensura, topografia, cartografia e engenharia. O fato é que Alexandre assinou a planta topográfica e orográfica (que trata do relevo) de Porto Alegre, datada de 1896 (LERSCH, Inês Martina. Op. cit., 2014, p. 235.

²³³ Id., ibid., p. 235.

Figura 34. Planta topográfica e orográfica de Porto Alegre (1896)



Fonte: IHGRS (2005)²³⁴.

O trabalho dos irmãos Ahrons teve maior destaque na área da topografia, tornando-se pioneiros na técnica de levantamento fototopográfico, conhecido por fotogrametria. Nessa técnica utilizavam fotografias e fototeodolitos para a realização do mapa²³⁵. Ainda segundo Espartel:

[...] o engenheiro Rodolfo Ahrons e seu irmão Alexandre fizeram, pela primeira vez, de 1896 a 1898, aplicação do processo ao levantamento cadastral do Município de Porto Alegre, na escala de 1:2.000, com resultados satisfatórios. Ocorreu a oportunidade de, em construção de uma estrada, e no ensino de Topografia na Escola de Engenharia, colher boas indicações na planta referida, nos morros que circundam a aludida cidade [...]²³⁶.

Outro contributo importante de Rudolf Ahrons foi a publicação do livro intitulado *“Methodo Graphico para a distribuição das terras na Construção de Estradas de Ferro”*²³⁷.

A ligação entre Herrmann Meyer e Rudolf Ahrons se intensificou com o envolvimento de ambos na construção das estradas de ferro no Rio Grande do Sul. Mayer como representante dos investidores alemães no Brasil e Rudolf como engenheiro responsável.

²³⁴ IHGRS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Planta da cidade de Porto Alegre, de 1896, produzida por Alexandre Ahrons*. CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre: IHGRS, 2005.

²³⁵ ESPARTEL, Lélis. *Caderneta de Campo*. Porto Alegre: Globo, 1948, p. 151.

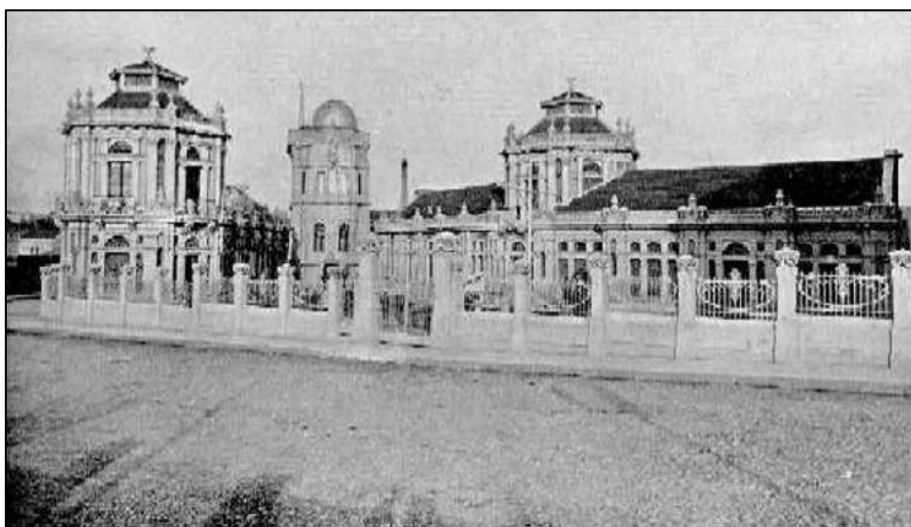
²³⁶ Id., *ibid.*, p. 151.

²³⁷ Livro publicado por Rodolfo Ahrons, em 1897 (Acervo de Livros Raros da Biblioteca da PUCRS).

Após Rudolf Ahrons assumir o escritório de seu pai, passou a contar com a colaboração de outros profissionais no desenvolvimento de trabalhos e projetos importantes na capital e no interior do Estado. Entre estes profissionais destaca-se o engenheiro **Manoel Barbosa de Assumpção Itaquí**²³⁸. Segundo Doberstein, assim que se formou, Itaquí foi trabalhar na empresa construtora de Rodolf Ahrons até ser contratado, em 1906, como professor da Escola de Engenharia, para ministrar conteúdos de Arquitetura e Construção²³⁹.

Dentre os seus trabalhos de maior relevância destaca-se o projeto do edifício do “Instituto Astronômico e Meteorológico”, um dos poucos exemplares do *Art Nouveau*²⁴⁰ na capital e que mais tarde viria a compor o conjunto de edifícios da “Escola de Engenharia” em um mesmo quarteirão, o “Instituto Técnico-Profissional” e o “Castelinho” (Figura 35).

Figura 35. Perspectiva formada pelo Castelinho, Observatório e Instituto Técnico-Profissional



Fonte: Acervo da Escola de Engenharia da UFRGS (1909)²⁴¹.

De 1908 a 1910 foram construídos mais dois projetos de Manuel Itaquí – o Colégio Júlio de Castilhos e o Instituto Eletrotécnico, que compõem o conjunto de

²³⁸ Nascido em Itaquí em 17 de agosto de 1876, concluiu o curso de Engenharia Civil na Escola de Engenharia, em Porto Alegre, no ano de 1901.

²³⁹ DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 372.

²⁴⁰ *Art Nouveau* ou Arte Nova, foi um movimento internacional desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos no auge do desenvolvimento industrial em fins do século XIX. É descrito como a expressão artística por meio de formas curvas, representando elementos naturais. Assumiu caráter distinto em cada país, adaptando-se aos materiais disponíveis e incorporando elementos estéticos diferenciados em cada região (SEMBACH, Klaus-Jurgen. *Arte Nova: a utopia da reconciliação*. Taschen, 1993, p. 41).

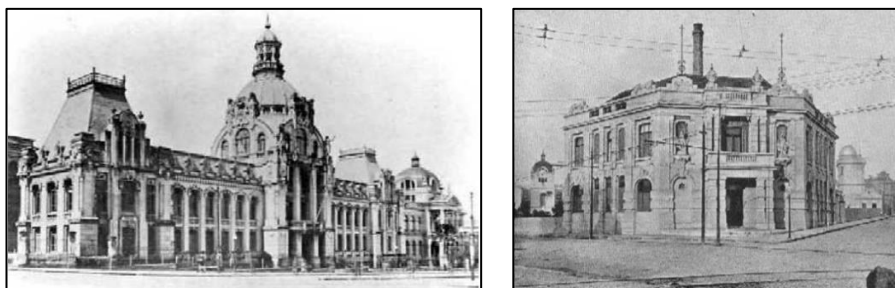
²⁴¹ Foto de um dos relatórios da Escola de Engenharia da UFRGS (1909).

prédios do quarteirão da Escola de Engenharia. Sobre o projeto do Colégio Júlio de Castilhos (Figura 36), Moraes destaca:

[...] um projeto majestoso, com dois andares, com fachada ricamente trabalhada e telhado característico, tendo em suas torres laterais o formato de tronco de pirâmide com telhas de ardósia e mansarda nos corpos intermediários que faziam a ligação com a torre central. Seu projeto possui detalhes, não só na fachada como também em planta, que lembra um dos projetos do arquiteto François Mansart, o “chateau ou hôtels” franceses, característicos do classicismo francês dos séculos XVII e XVIII, os quais foram retomados na corrente historicista do Academismo de finais do século XIX e início do XX [...] ²⁴².

Ainda segundo o autor, o Instituto Eletrotécnico recebeu, em 1922, a denominação de Instituto José Montaury, em homenagem ao intendente de Porto Alegre, José Montaury de Aguiar Leitão. Este prédio possuía o equipamento mais moderno da época e uma central termoelétrica com chaminé.

Figura 36. Colégio Júlio de Castilhos e Instituto Eletrotécnico



Fonte: Acervo da Escola de Engenharia da PUCRS (1909) ²⁴³.

Além dos prédios da UFRGS cita-se o Instituto de Agronomia e Veterinária e a Confeitaria Rococó. Itaqi destaca, porém, como engenheiro civil, a construção do Viaduto Borges de Medeiros, considerado a maior obra de infraestrutura realizada no início do século XX e um contributo ímpar para a cidade de Porto Alegre.

Enquanto esteve na colônia Neu-Württemberg, Rudolf Ahrons foi procurador da empresa, com autorização para comprar terras. Com a transferência do escritório para a colônia, permaneceu como o seu agente autorizado em Porto Alegre, responsável por fazer pagamentos, depósitos em dinheiro e movimentar a conta bancária da empresa. Seu irmão, Alexandre Ahrons, auxiliou na administração da colônia Neu-Württemberg durante o segundo semestre de 1900, após desentendimento entre Rudolf e Carlos Dhein. Conforme Neumann, no final da década de 1910,

²⁴² MORAES, George Augusto de. *A contribuição de Manoel Itaqi para a arquitetura gaúcha*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do RS. Porto Alegre, 2003, p. 56.

²⁴³ Foto de um dos relatórios da Escola de Engenharia da UFRGS (1909).

[...] a Intendência Municipal de Cruz Alta passou a investir em obras de urbanização, com a abertura de largas avenidas, a construção e o ajardinamento de praças, além da iluminação pública, alcançando a rua, criando novos espaços de sociabilidade. A maior obra foi a construção do palacete da nova Intendência, cuja planta foi elaborada pelo engenheiro Rudolf Ahrons, diretamente envolvido com a modernização de Porto Alegre, na área de engenharia e construção [...] ²⁴⁴.

Esta foi uma época em que, segundo Weimer ²⁴⁵, a cidade de Porto Alegre começou a se transformar rapidamente. Na periferia começaram a surgir as indústrias, entre as mais importantes está a Cervejaria Bopp (atual Brahma), de Wiederspahn.

Theo Wiederspahn ²⁴⁶, segundo Bicca:

Recém-formado, segue trabalhando em Wiesbaden para a firma de construção de propriedade do seu pai, quando projeta, então, seu primeiro prédio, um palacete. Nessa condição projetou e viu construídos dezenas de prédios e, entre esses, vários sobreviveram às duas grandes guerras e foram declarados de interesse histórico-cultural, sendo que quatro estão hoje legalmente protegidos. O que revela a importância e o reconhecimento da sua arquitetura produzida na Alemanha, antes da sua vinda para o Brasil ²⁴⁷.

Ao vir ao Brasil, em 1908, foi convidado a trabalhar no escritório de engenharia e construtora de Rudolf Ahrons, o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul na época, onde realizou as obras mais importantes da cidade. Ainda segundo Bicca:

É importante recordar que em 1908, quando ele vem para o Brasil, os ventos do modernismo ainda não haviam começado a soprar por aqui e estavam apenas ganhando corpo na Europa, particularmente na Alemanha, sobretudo a partir do *Deutscher Werkbund*, criado em 1907 e, posteriormente, com a *Bauhaus*, criada em 1919. E mesmo os prédios da fábrica de turbinas AEG, projetados por Peter Behrens, em 1910, e o da Fagus, projetado por Walter Gropius, em 1911, ambas obras modernas, eram exceções e são posteriores à data de emigração de Wiederspahn ²⁴⁸.

²⁴⁴ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 584.

²⁴⁵ WEIMER, Günter. Op. cit., 2004, p. 51.

²⁴⁶ Theodor Alexander Josef Wiederspahn nasceu em 19 de fevereiro de 1878, em Wiesbaden, na Alemanha. Iniciou o seu aprendizado na arquitetura aos 14 anos de idade, em sua cidade natal, na condição de aprendiz de pedreiro, trabalhando nas obras de Phillip Maus e, mais tarde, cursando simultaneamente o Ensino Médio na Escola Profissional de Construção e Ofícios (Fachschule für Bau und Kunstgewerbeschule). Formou-se em Arquitetura em 1896, na Koenigliche Baugewebeschool de Idstein, no distrito de Rheingau-Taunus (DELFO/PUCRS. Espaço de Documentação e Memória Cultural. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017).

²⁴⁷ BICCA, Paulo. Arquiteto Theo Wiederspahn: um ecletico no sul do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, out./dez. 2010, v. 45, n° 4, p. 48. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiozKfu9P7cAhWEH5AKHWgHDAYQFjAAegQIABAC&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Fojs%2Findex.php%2Ffale%2Farticle%2Fdownload%2F8553%2F6067&usg=AOvVaw1pqInkP2nCJX4RmzHCJJQB>>. Acesso em: maio 2018.

²⁴⁸ Id., ibid., p. 49.

Theo Wiederspahn concluiu sua colaboração junto ao escritório de Ahrons no fim de 1915, com o encerramento dos trabalhos em virtude da Primeira Guerra Mundial. A partir de então iniciou carreira como profissional autônomo e suas obras se expandiram para além da cidade de Porto Alegre. Graças ao ecletismo arquitetônico, “estilo” dominante da época, suas obras são reconhecidas atualmente, conforme Bicca destaca:

Os arquitetos recorriam aos estilos “históricos” que eram aplicados de acordo com a natureza do programa de cada situação. Quando se tratava de projetar uma igreja recorria-se ao românico, gótico ou barroco; quando de um edifício público ou palacete, ao Luiz XV ou XVI; se de banco, ao Renascimento italiano; nos casos de residência, a gama variava do normando ao basco, das missões ao colonial²⁴⁹.

Além da já citada *Cervejaria Bopp*, atual Shopping Total (Figura 37), pode-se citar, ainda, os prédios da Receita Federal e dos Correios e Telégrafos, atuais Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Memorial do Rio Grande do Sul (Figura 38), o *Hotel Magestic*, atual Casa de Cultura de Porto Alegre, e o *Prédio Ely*, atual Lojas Tumeleiro (Figura 39).

Figura 37. *Cervejaria Bopp*, atual Shopping Total



Fonte: Bicca (2010)²⁵⁰.

²⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 50.

²⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 48.

Figura 38. Prédios da Receita Federal e dos Correios e Telégrafos, atuais Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Memorial do Rio Grande do Sul



Fonte: Bicca (2010)²⁵¹.

Figura 39. Hotel Magestic e Prédio Ely



Fonte: Delfos/PUCRS (2017)²⁵².

O trabalho de Theo Wiederspanh tem grande importância no que tange às referências arquitetônicas trazidas pelo arquiteto para o Rio Grande do Sul, assim como seu legado histórico. O estudo e investigação sobre as suas obras foram possibilitadas por intermédio do acesso ao seu rico acervo, constituído de aproximadamente 500 projetos de sua autoria, além de livros, diários de obras e inúmeras revistas, tais como: *Moderne Bauformen*; *Beton u. Eisen*; *Innendekoration*; *Deutsche Bau-Zeitung*; *Dekorative Kunst* e *Deutsche Konkurrenz*²⁵³.

Importantes obras também foram realizadas por Theo Wiederpan no interior do Estado do Rio Grande de Sul, em especial na cidade de Cruz Alta, a quem pertencia a colônia Neu-Württemberg como Distrito, objeto desta investigação. Destaca-se que a primeira planta do povoamento de Neu-Württemberg foi desenvolvida no ano de

²⁵¹ BICCA, Paulo. Op. cit., 2010, p. 48.

²⁵² DELFOS/PUCRS. Op. cit., 2017 (acervo Theo Wiederspanh).

²⁵³ BICCA, Paulo. Op. cit., 2010, p. 51.

1900, no escritório de Rudolf Ahrons, onde posteriormente Wiederspanh iria trabalhar. Os trabalhos do arquiteto, em Cruz Alta, envolveram o projeto do Banco do Comércio e as alterações da fachada da casa de Érico Veríssimo²⁵⁴ (Figura 40).

Figura 40. Projetos do Banco do Comércio e da casa de Érico Veríssimo



Fonte: Delfos/PUCRS (2017)²⁵⁵.

Entende-se, também, como relevante, o projeto que Theo Wiederspanh desenvolveu para Alexandre Ahrons, irmão de Rudolf Ahrons, de uma casa de praia em Torres. O projeto demonstra a amplitude do trabalho de Wiederspanh e sua atuação no desenvolvimento dos mais variados temas, e traduz, de certa forma, a arquitetura residencial que desenvolvia no interior do Estado, considerando também Cruz Alta e seus Distritos²⁵⁶ (Figura 41).

²⁵⁴ Id., *ibid.*, pp. 51-52.

²⁵⁵ DELFOS/PUCRS. Op. cit., 2017 (acervo Theo Wiederspanh).

²⁵⁶ BICCA, Paulo. Op. cit., 2010, p. 53.

Figura 41. Projeto de Theo Wiederspanh para uma casa de praia



Fonte: Delfos/PUCRS (2017)²⁵⁷.

A abordagem deste item “*Rudolf Ahrons e seu contributo*” é fundamental para salientar a importância da atuação desses profissionais, não apenas em Porto Alegre, capital do Estado, mas também na cidade de Cruz Alta, onde a Colônia Neu-Württemberg era seu 8º Distrito. Suas obras e, principalmente, o seu acervo, foram indispensáveis ao desenvolvimento desta investigação, pois contribuíram para o entendimento dos empreendimentos de Hermann Meyer no Rio Grande do Sul e suas relações com os profissionais da área de Engenharia e Arquitetura, assim como a busca dos referenciais arquitetônicos da Colônia Neu-Württemberg.

Apesar de todo o contributo desses profissionais arquitetos e engenheiros, verifica-se a influência da arquitetura eclética, do historicismo e também do barroco alemão na arquitetura de prédios públicos. Isso se percebe na capital do Estado, nas colônias velhas de São Leopoldo e Novo Hamburgo e em algumas cidades do interior como Cruz Alta. Na Colônia Neu-Württemberg, que era um empreendimento privado e não ficava submetida às regras do município de Cruz Alta, a influência desses profissionais foi pouco expressiva nos prédios públicos, que se restringiam à capela, à escola e à casa do imigrante. Essas edificações seguiam a tipologia da arquitetura colonial alemã, constituídas de construções em enxaimel com estruturas em madeira e poucos ornamentos. A influência se deu no traçado da Colônia a partir da estrutura inicial da “praça do mercado”, que se adaptou à topografia local.

Para um melhor entendimento do processo de assentamento e da arquitetura produzida na Colônia Neu-Württemberg faz-se necessária a abordagem que segue referente às questões de ocupação do território no Rio Grande do Sul, o surgimento

²⁵⁷ DELFOS/PUCRS. Op. cit., 2017 (acervo Theo Wiederspanh).

das colônias de iniciativa oficial e privada, além dos empreendimentos de Herrmann Meyer e de suas colônias, em especial de sua Colônia Neu-Württemberg.

2.3.2 A ocupação do território no Rio Grande do Sul

Na região Sul havia grandes extensões de terras devolutas que, apesar da existência de população indígena e de posseiros caboclos, eram consideradas vazios demográficos à espera de um povoamento racional²⁵⁸.

Os imigrantes alemães que vieram para o Rio Grande do Sul integravam grupos étnicos distintos e com dialetos próprios. Os primeiros colonos vieram de Hunsrück, Saxônia, Württemberg e Saxônia-Coburg. Diante da nova realidade, confrontados com uma cultura estranha, desenvolveram entre eles um sentimento de pertencimento étnico. Foram dirigidos, preferencialmente, para colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Este processo pode ser entendido a partir de dois períodos diferenciados pela entrada dos imigrantes no Brasil. O primeiro período se deu em 1824, com a chegada das primeiras famílias de agricultores e camponeses que, segundo Willems²⁵⁹, vinham de aldeias prussianas, formadas por comunidades coesas, mais ou menos autossuficientes e resistentes a culturas e influências externas ao seu grupo. Possuíam, também, uma organização social bastante fechada, de modelo patriarcal e mentalidade tradicionalista.

Beuter²⁶⁰ salienta que no ano de 1847, o governo sul-riograndense também fundou diversas colonizações, chamadas “províncias”. Essa iniciativa começou com a fundação da Colônia de São Leopoldo, da Colônia de Novo Hamburgo, Teutônia, entre outras, conhecidas mais tarde como “Colônias Velhas”. Flores assim quantifica a entrada de alemães entre 1824 e 1830:

De 5.350 imigrantes, que foram acrescidos entre 1827-30, de oficiais e soldados com treino militar nos campos de luta napoleônicos, remanescentes da Legião Estrangeira, criada em 1823, para defesa do jovem Império, muitos deles cultos e politizados, e se estabeleceram entre Porto Alegre e São Leopoldo. [...] o Estado contava, em 1830, com uma população de 170.000 hab. O ingresso desses colonos representava aumento de 3% em menos de seis anos, um impacto não negligenciável do ponto de vista demográfico²⁶¹.

²⁵⁸ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994, p. 12.

²⁵⁹ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980, p. 24.

²⁶⁰ BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município*. Panambi, RS: Emgrapan, 2013, p. 75.

²⁶¹ FLORES, Hilda A. Hübner. *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987, p. 52.

Rambo²⁶² identificou centros de imigração para o Rio Grande do Sul, dentre os quais o mais importante era o *Hunsrück*. Os outros foram o noroeste da Alemanha (Hamburgo, Holstein, Mecklemburgo e Hannover), mais tarde, a Pomerânia, a Vestfália e a Boêmia e as últimas levas teriam sido de suabos, do Württemberg.

Weimer comenta que após 1830 prosseguiu a vinda dos imigrantes alemães:

Os alemães vieram das regiões mais diversas da Europa Central: das planícies do Norte, dos vastos campos do Leste, dos montes no centro e do Sudeste... E, durante longos decênios, estes imigrantes filhos do Württemberg, de Hessen, eram bávaros, prussianos – pois não existia ainda um Estado alemão. Pertenciam às raças mais heterogêneas: eslavos germanizados do leste, galos e romanos germanizados do Sudeste, germanos puros do Norte. Falavam dialetos, que se diferenciavam tanto uns dos outros como o português e o espanhol. Vinham católicos e protestantes e membros das mais variadas seitas religiosas. As profissões exercidas por estes homens eram igualmente das mais variadas: camponeses e artífices, comerciantes e médicos, industriais e intelectuais, acadêmicos e analfabetos, ricos e pobres²⁶³.

Weimer descreve o relato do doutor Hermann Von Lhering, um dos mais autorizados escritores riograndenses, que num valioso livro procura esclarecer aos alemães aspectos da colonização no Rio Grande do Sul e da construção do primeiro abrigo naquele país:

Logo que o colono recebe seu lote [...] ele precisava procurar um local adequado para a residência, dentro do possível, perto da água que, nas propriedades montanhosas das florestas virgens, existe em abundância, sob a forma de rios, arroios ou fontes. Ali ele constrói uma cabana leve, em forma de barraca, de galhos, coberta de folhas de palmeira de qualquer espécie que podem ser encontradas em abundância. Ela só vai servir para abrigá-lo da chuva e do sereno enquanto derruba o mato, como se diz por aqui, pois, depois de o mato estar queimado, ele precisa construir uma cabana maior para poder encontrar abrigo para a família e o conforto necessário. Para a construção da primeira cabana silvestre, reúnem-se comumente 3 a 4 vizinhos e nela encontrará, no mínimo, abrigo para a noite e dias de chuva, razão pela qual a sua família, enquanto isso, ficará no barracão do imigrante. Estando pronta a cabana, o colono começará com a assim chamada derrubada do mato²⁶⁴.

Esse relato deve equivaler aproximadamente às experiências de todos os imigrantes que começaram sua vida nas selvas, pois os matos eram bastante fechados no Estado do Rio Grande do Sul. Nos primeiros tempos da imigração alemã não havia pregos nem fitas de aço, que eram substituídos por cipó (Figura 42).

²⁶² RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994, p. 47.

²⁶³ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 56.

²⁶⁴ Id., ibid., p. 129.

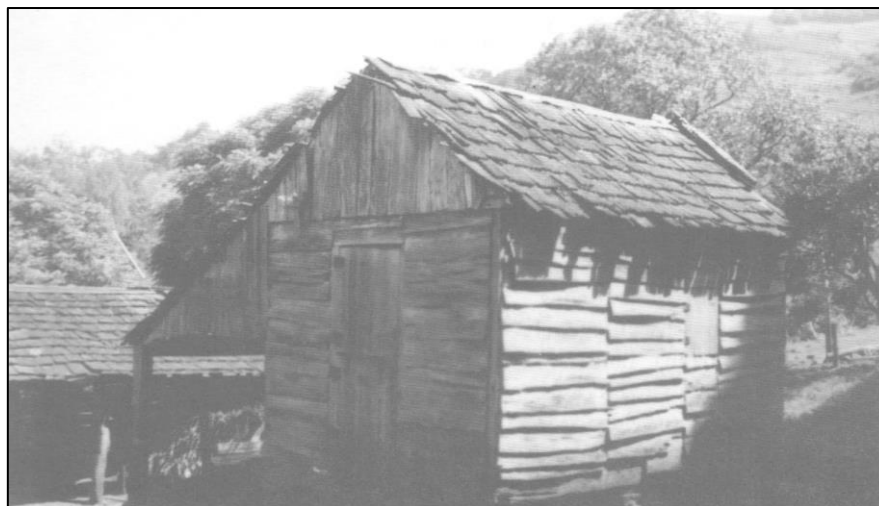
Figura 42. Cabana provisória e um rancho encravado no meio da densa mata



Fonte: Weimer (2005)²⁶⁵.

Os depoimentos sobre o início da ocupação do solo são, em geral, revestidos de ares épicos que apelam mais para pitorescos e comoventes do que para a exatidão, visto que os imigrantes alemães lançavam mão de todos os recursos que estavam à sua disposição para construir o seu abrigo. Podiam usar material de sua bagagem que já não era mais necessária e, principalmente, os materiais que a floresta lhes oferecia, como matéria prima: troncos, galhos, bambus e cipós para montar a estrutura e folha teto (Figura 43). Dentre essas, as folhas das palmeiras eram as preferidas, delas havia grande variedade, como palmito, jerivá, urucana, coqueiro, butiá, euterpe e genoma, que são as designações encontradas na época²⁶⁶.

Figura 43. Uma das últimas construções de tábuas fendidas no Alto Taquari



Fonte: Weimer (2005)²⁶⁷.

A primeira fase da imigração caracterizou-se como um período de intensas dificuldades, pois os colonos enfrentaram um forte isolamento, agravado pela

²⁶⁵ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 129.

²⁶⁶ Id., ibid., pp. 129-130.

²⁶⁷ Id., ibid., p. 144.

ausência de infraestrutura e a precariedade nas condições de vida²⁶⁸. Weimer²⁶⁹ comenta que a forma física como se estruturaram essas comunidades alemãs era o agrupamento das casas em aldeias. Cada uma mantinha sua individualidade, e cada propriedade tinha, aos fundos, uma pequena horta e um pomar, onde eram cultivados legumes, folhas comestíveis e árvores frutíferas. Isso fazia com que cada aldeia fosse cercada por um anel de cultivo de produtos hortigranjeiros.

As terras cultiváveis se distribuíam ao redor dos núcleos urbanos. De propriedade comunitária, como cessão de domínio, as terras eram divididas em faixas (*Felder* ou *Feldstücke*) que se assemelhavam a longos canteiros. A terra era conservada totalmente limpa de inço, de forma que o observador via somente numerosas manchas coloridas das diferentes culturas espalhadas ao redor de um volume de contornos bem definidos, constituído pelo núcleo urbano²⁷⁰.

Na medida em que os imigrantes alemães se estabeleceram nas colônias começavam a construir suas casas. Com o tempo, o aspecto das colônias adquiriu expressão própria. Deve ter causado muita surpresa a recusa dos imigrantes em construir suas casas de divisa a divisa, posto que na Alemanha as casas jamais eram geminadas. Começaram, assim, a construir telhados de quatro águas, eventualmente com tacaniças anãs, recuando as construções dos seus respectivos alinhamentos para deixar um jardim na frente e usando estruturas de enxaimel (Figura 44)²⁷¹.

Figura 44. Imóvel enxaimel com reboco e com tijolos aparentes (1910)



Fonte: MAHP (1899-1949)²⁷².

²⁶⁸ VITAL JR, Raul Rebello. *Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de Estado, etnicidade e transição*. 2012, p. 8. Disponível em: <<http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Caminhos-da-coloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

²⁶⁹ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 35.

²⁷⁰ Id., ibid., p. 37.

²⁷¹ Id., ibid., p. 146.

²⁷² Ambas figuras catalogadas nas fichas do Museu, na área rural. Linha Rincão Frente (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, s/d.).

O enxaimel, segundo Veiga²⁷³, é uma antiga técnica de construção de casas originária do centro e do norte da Europa, tendo sido amplamente utilizada nessas regiões desde a Idade Média até, aproximadamente, a época da Revolução Industrial. A técnica caracteriza-se pela construção sobre uma fundação de pedras, uma estrutura com peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos. As peças de madeira encaixadas umas nas outras tinham função basicamente estrutural, pois sustentavam toda a casa. Com o passar do tempo, porém, e conforme a técnica ia sendo incorporada em diferentes localidades, novas maneiras de dispor as madeiras foram criadas, com diferentes formas e desenhos, além de surgirem os mais variados elementos decorativos.

Além disso, nas regiões não ligadas diretamente à cultura de produtos para o mercado externo, os imigrantes utilizavam a sua própria força de trabalho e, assim, diminuía os efeitos da crise de mão de obra na produção de alimentos, povoando as áreas devolutas. O projeto de colonização, porém, não incluía posseiros e indígenas presentes nas áreas coloniais²⁷⁴.

Após esgotadas as terras da região do Vale dos Sinos, cedidas aos primeiros imigrantes, os próximos alemães que chegaram receberam terras mais distantes, próximas a outros rios, como do Vale do Caí, Rio Taquari e Jacuí. Todas essas regiões receberam grande influência germânica na construção da sua cultura. Os alemães do Rio Grande do Sul buscavam a posse de terras. A partir de 1824 constituiu-se um sistema de colonização fundamentado na pequena propriedade familiar²⁷⁵.

A imigração alemã começou no Rio Grande do Sul devido à liberação do poder público que atuava na época do Império/Governo Republicano. Assim, a partir da segunda metade do XIX, houve interesse em comercializar as terras, facultada pela Lei de Terras (1850)²⁷⁶, baseada na compra de extensas glebas de terras e a sua posterior venda, de forma fracionada, a imigrantes e colonos nacionais, com uma margem de lucros significativa, bem como de produção de alimentos para a região²⁷⁷.

²⁷³ VEIGA, Maurício Biscaia. *Arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, pp. 16-18. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-13022014-151829/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

²⁷⁴ Id., *ibid.*, pp. 3-4.

²⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 12.

²⁷⁶ Lei de Terras. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018).

²⁷⁷ BAPTISTA, Maria Teresa Paes Barreto. *José Lutzenberger no Rio Grande do Sul: arquitetura, ensino e pintura (1920-1951)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

O segundo período da entrada de imigrantes foi de 1845 a 1889, com o advento da República, que marcou o início da colonização espontânea e privada. Apesar da pouca participação do Governo, havia uma previsão legal quanto às condições de chegada dos colonos: alojamento, sustento e deslocamento dos imigrantes do desembarque ao destino final. Centros como Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo eram importantes locais de desembarque. A concentração geográfica do processo colonizatório no período em questão aconteceu nos vales dos rios Jacuí, Taquari e em seu entorno²⁷⁸.

2.3.2.1 As colônias alemãs no Rio Grande do Sul: a iniciativa oficial e privada

O processo de disseminação dos assentamentos urbanos das cidades no Rio Grande do Sul iniciou-se a partir de pequenos lugares de formação colonial ou formação espontânea. A evolução formal das aldeias foi muito diversificada, variando de região para região mas, no contexto da arquitetura teuto-brasileira, é conveniente salientar alguns tipos da cultura alemã que foram reinterpretados no Estado gaúcho e que seguiram os modelos da estruturação da forma física das aldeias na Alemanha. Como descrito no item 2.2 desta tese, destaca-se o *Hof* sítio, o *Weiler* – conjunto de três ou mais sítios; a *Haufendorf* – que surge do crescimento espontâneo do *Weiler*; a *Strassendorf* – quando as casas são construídas ao longo da rua (Figuras 4 e 5)

Salienta-se, portanto, que os primeiros imigrantes vieram para o Rio Grande do Sul em 1824. Até 1830 haviam chegado pouco mais de 5 mil pessoas. A imigração alemã no Brasil esteve estreitamente vinculada ao processo de colonização baseado no pequeno minifúndio, implementado por iniciativa do Estado brasileiro, desde 1818. A concentração da etnia alemã se manteve na Região Sul, no âmbito de um sistema de colonização controlado pelo Estado, seja diretamente nas colônias oficiais, ou mediante legislação pertinente e privatização da propriedade²⁷⁹.

Cabe destacar aqui a definição de colônia expressa por Karam, como “a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola em pequeno minifúndio. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva”²⁸⁰. As colônias foram divididas em oficiais ou públicas e as privadas. As

2007, p. 8. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/File/4180/3175>>. Acesso em: jan./2016.

²⁷⁸ KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização*: em destaque a colônia de Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAG, 1992, p. 43.

²⁷⁹ SEYFERTH, Giralda. Op. cit., 1994, p. 11.

²⁸⁰ KARAM, Elaine Maria. Op. cit., 1992, p. 24.

colônias públicas/oficiais foram aquelas fundadas com recursos do governo (Imperiais/Governo Federal, Provinciais/Governo Estadual e Municipais); e as colônias privadas foram aquelas implantadas com recursos da iniciativa privada (empresas de capital e particulares por pessoas físicas)²⁸¹.

Quando se iniciou a grande onda de emigração da Alemanha, o Brasil vivia o instável Período Regencial e o Rio Grande do Sul entrava na Revolução Farroupilha. Firmada a paz no Sul, o fraco movimento imigratório, que antes se distribuía de forma dispersa pelo Brasil, voltou a ser dirigido ao Rio Grande do Sul. Dos 1.377.296 emigrantes alemães de 1846 a 1859, apenas 13.620 (1%) se dirigiram ao Brasil, praticamente para o Rio Grande do Sul²⁸².

A privatização da propriedade de terra no Brasil, porém, foi um processo lento, evitando mudanças radicais e conflitos. O primeiro passo foi a proibição da doação de sesmarias, em 1822²⁸³, determinada pela Resolução de 17 de setembro de 1822 que, no entanto, não promoveu um reordenamento da legislação fundiária, intensificando-se a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares²⁸⁴.

O passo seguinte foi a promulgação da Lei de Terras, em 1850²⁸⁵, e por seu intermédio procurou-se legalizar as terras com a emissão do título de posse. O acesso à terra só seria possível por meio da compra, doação ou herança. A imigração também foi pensada dentro dessa perspectiva, servindo como referencial para a seleção dos imigrantes, privilegiando a entrada daqueles que possuíam certo capital para a aquisição de sua gleba de terras²⁸⁶.

Com a Lei nº 229²⁸⁷, de 4 de dezembro de 1851, a Província passou a regulamentar a colonização em seu território. Embora contrariando a Lei de Terras,

²⁸¹ NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016, p. 17.

²⁸² WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 53.

²⁸³ FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika – III, 1990, p. 1.

²⁸⁴ KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 18.

²⁸⁵ O Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, regulamentou a Lei nº 601 (VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul-RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006, p. 96. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/713/1/OlgarioVogt.pdf>>. Acesso em: nov. 2017>.

²⁸⁶ FERES, João Bosco. Op. cit., 1990, p. 1.

²⁸⁷ A lei também previu a possibilidade de o governo fazer gastos com recrutadores que promoveriam a emigração da Alemanha para o Brasil. Esses agentes recebiam a gratificação de três patações para cada indivíduo de 7 a 35 anos – ou quando com idade superior, se fossem chefes de família – que aliciassem. Receberiam os agentes mais um conto e quinhentos mil réis para cada grupo de mil indivíduos que enviassem no prazo contratado. Em lugar da gratificação “por cabeça”, o presidente da Província podia remunerar os agentes por um valor que não excedesse aos três contos e duzentos mil réis anuais.

os colonos imigrados passavam, agora, a receber gratuitamente cem mil braças quadradas de terra, o equivalente a 48,4 hectares, condução por conta do erário público do porto do Rio Grande até as colônias, ferramentas agrícolas e sementes. A Lei Provincial nº 304, de 03 de novembro de 1854, determinou novas regras no que diz respeito à colonização. A partir de então a posse aos prazos coloniais passou a ocorrer através da compra. O lote de 100 mil braças quadradas passou a ser alienado pelo preço mínimo de 300 mil réis, devendo esse valor ser resgatado no prazo de cinco anos. A título de auxílio de passagem, os que espontaneamente se apresentavam na Província passavam a receber um adiantamento de até 50 mil réis por indivíduo, independente de idade e sexo. Esse valor igualmente devia ser reembolsado em um prazo que não excedesse cinco anos²⁸⁸.

O processo de colonização com imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e a consequente política fundiária, teve como um dos seus focos de maior tensão e geração de conflitos a questão da propriedade da terra. Se a promessa de se tornarem proprietários se colocava como o mais intenso motivador da aventura emigratória, a terra constituiu-se no bem maior dos colonos. Ao mesmo tempo, a imigração, tanto no seu caráter de colonização como no de importação de mão de obra branca e livre, participou do processo, por vezes dramático para seus agentes, da organização fundiária brasileira que se desenvolveu durante o século XIX e que consolidou a propriedade privada da terra²⁸⁹.

A iniciativa oficial do Governo e a privatização das propriedades de terra motivaram o Estado do Rio Grande do Sul a efetuar um levantamento detalhado das terras devolutas existentes, bem como colher informações por meio da Câmara de Vereadores da Vila de Cruz Alta sobre as possibilidades de exploração econômica das terras riograndenses, incentivando a formação de colônias de imigrantes. Em resposta, a Câmara relatou a existência de grandes áreas de matas devolutas, propícias para todos os tipos de cultura, variedade e abundância de madeiras, indicando a sua exploração comercial, bem como sua qualidade para a construção²⁹⁰.

O processo de aquisição da terra passava pela existência de recursos financeiros suficientes para adquirir a sua propriedade. Em geral, os subsídios oferecidos nas colônias públicas, como passagem, sementes, instrumentos de trabalho, terras baratas, estavam ausentes nas colônias particulares, o que limitava o

²⁸⁸ VOGT, Olgário Paulo. Op. cit., 2006, p. 96.

²⁸⁹ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 55.

²⁹⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 48.

acesso da maioria, e funcionava como artifício para a seleção dos imigrantes: aqueles considerados pobres ou com poucos recursos eram direcionados para as colônias públicas, enquanto os mais remediados eram disputados pelos colonizadores particulares²⁹¹.

Por essa razão, as áreas de imigração alemã não foram homogêneas. As diversas colônias foram sendo habitadas por agricultores selecionados por critérios circunstanciais. Um destes critérios era povoar uma colônia com imigrantes da mesma origem. Esse critério nunca foi seguido à risca porque dependia de outras implicações, visto que todas as colônias apresentavam a heterogeneidade de seus habitantes²⁹². Nas colônias isoladas, os habitantes mantiveram uma vinculação mais estreita com a cultura de seus ancestrais, mas com o tempo essa miscigenação foi reduzida, e as populações estavam mais sujeitas às influências da cultura envolvente. Essas colônias foram sendo fundadas ao longo de todo o período imigrantista e assinaladas por suas arquiteturas²⁹³.

Boa parte dos imigrantes, porém, se estabeleceu nas poucas cidades da Província, localizadas em colônias isoladas, em sua maioria entre Porto Alegre e Pelotas, pelo lado ocidental da Lagoa dos Patos. Esses dois contingentes evoluíram em condições distintas da encosta da Serra, porém, vivenciaram um confronto, direto e constante, entre a cultura nacional e a do imigrante na luta pelo poder, na vida econômica, social e artística²⁹⁴.

Cabe destacar que as primeiras colônias alemãs, chamadas “Colônias Velhas”, foram instaladas nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Considerada oficialmente a primeira colônia alemã, São Leopoldo teve seu início em 1824, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do Governo Imperial, e foi o berço da colonização alemã no Sul do Brasil, juntamente com Novo Hamburgo, Três Forquilhas (alemães protestantes) e São Pedro de Alcântara das Torres (alemães católicos). São Leopoldo se constituiu como o primeiro empreendimento de sucesso. Tal sucesso foi atribuído à fertilidade das terras e à privilegiada posição geográfica do município²⁹⁵ (Figura 45).

²⁹¹ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 15.

²⁹² WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 23.

²⁹³ Id., *ibid.*, p. 24.

²⁹⁴ SEYFERTH, Giralda. Op. cit., 1994, p. 13.

²⁹⁵ VITAL JÚNIOR, Raul Rebello. Op. cit., 2012, p. 11.

Figura 45. Imigrantes alemães instalando-se em São Leopoldo/RS (século XIX)



Fonte: Centro Cultural 25 de Julho (2018)²⁹⁶.

A colonização de São Leopoldo começou com a doação de um lote de 70 hectares para cada imigrante, além de ferramentas agrícolas, sementes e pagamento de subsídios em numerário. Esse tipo de doação foi extinto a partir de 1830 devido a discussões parlamentares preocupadas com o avanço e o perigo da colonização alemã e sua influência cultural no Estado do Rio Grande do Sul²⁹⁷.

Os imigrantes alemães de São Leopoldo, no entanto, queixavam-se do atraso na discriminação dos lotes e das demarcações precárias, aliadas às dificuldades de exploração agrícola em áreas florestais. Na busca pelas causas dos pequenos resultados obtidos com a colonização, surgiu a questão do valor da terra e, por extensão, a condenação da concessão gratuita do lote colonial. O insucesso e a mobilidade espacial dos colonos, exemplificada no caso de São Pedro de Alcântara, foram atribuídos à facilidade de se obter terra sem nada pagar por ela. Para aqueles que formulavam as políticas de imigração e colonização, a culpa cabia aos próprios colonos, acusados de só pensar nos subsídios e de não ter nenhum apego à terra recebida. Mais tarde, uma das razões apontadas para o fracasso de algumas companhias colonizadoras foi, também, a gratuidade da concessão e dos subsídios²⁹⁸.

²⁹⁶ CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO. Blumenau, SC. Disponível em: <<http://cc25dejulho.blogspot.com>>. Acesso em: out. 2016.

²⁹⁷ SANTANA, Nara Maria Carlos de. *Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. Petrópolis, RJ: CEFET, 2010, v. 25, p. 237-238. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2553/2049>>. Acesso em: dez. 2015.

²⁹⁸ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, pp. 145-149.

Foi devido à pequena distância em relação a Porto Alegre que a colônia de São Leopoldo conseguiu prosperar. A capital era o escoadouro natural da produção agrícola obtida na colônia. Conforme descreve Seidler, “tudo quanto a colônia produz e sobeja do consumo local é levado a Porto Alegre, onde nunca faltaram compradores que pagavam razoavelmente bem os produtos da colônia de São Leopoldo”²⁹⁹. O mesmo autor complementa que da cidade, por outro lado, procedia a maioria dos bens não produzidos no empreendimento agrícola. Assim, comparativamente com São João das Missões, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, São Leopoldo tinha uma localização privilegiada. A curta distância e o aproveitamento da navegação fluvial pelos rios dos Sinos e Guaíba possibilitavam um intercâmbio comercial com fretes a custos relativamente reduzidos.

Em 1834, ao visitar São Leopoldo, o francês Arsène Isabelle pensou estar na Alemanha. Admirou-se ao ver, quase sob o trópico, uma população de regiões polares conservando seus hábitos, costumes e a vida ativa. Ficou impressionado com o contraste da colônia alemã, onde as atividades desenvolvidas pelos agricultores e artesãos rivalizavam no desejo de prosperidade,

com o abandono absoluto que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim esta falta de atividade, esse espírito de desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos³⁰⁰.

Em 1845, o belga A. Baguet destacou que São Leopoldo era uma dessas raras colônias do Brasil que, organizando-se por si mesmas, alcançaram um alto nível de prosperidade, que contribuiu para o progresso da agricultura na província³⁰¹.

A imigração alemã para a província de São Pedro, que havia praticamente sido interrompida em 1830, somente foi retomada no final da Revolução Farroupilha. A partir de então, paralelamente à imigração por conta do Governo Imperial, ocorreu também a imigração particular. O crescimento da população, aliado ao tamanho dos lotes coloniais que eram, em média, de 77 hectares, fez com que a área colonial se expandisse. Crescendo em número, com novos imigrantes e famílias numerosas, a colonização se estendeu pelas terras banhadas pelos rios dos Sinos e Caí, avançando em direção, principalmente do Norte, aos contrafortes da Serra do Mar, chegando em

²⁹⁹ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. e notas de Bertoldo Kingler. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976, p. 110.

³⁰⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 72.

³⁰¹ BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC; Florianópolis: Paraula, 1997, p. 34-35.

1854 até Nova Petrópolis. São Leopoldo e Novo Hamburgo, porém, permaneceram sendo o centro da colonização alemã³⁰².

Novo Hamburgo, distante cerca de 40 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, pertencia a São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil e chamou-se, no início da colonização (1824), de *Hamburgerberg*³⁰³. A cidade originou-se com a colonização alemã, e suas raízes culturais permitiram e incentivaram, durante várias décadas, a contribuição do imigrante nas mais diversas áreas. Segundo relatos encontrados, em 1857, portanto, há 150 anos, os comerciantes instalados em *Hamburgerberg* abasteciam os tropeiros e, dessa forma, ajudavam a desenvolver o pequeno povoado à distância da sede de São Leopoldo³⁰⁴.

O povoado, distante 15 km da sede, foi elevado à categoria de 4º Distrito de São Leopoldo, em 1875, recebendo, então, o nome de Vila de Nossa Senhora da Piedade de *Hamburger Berg*³⁰⁵. O pequeno povoado surgiu no exato entroncamento de duas importantes estradas que faziam a ligação comercial da época: a Estrada das Tropas e a Estrada Geral. A Estrada das Tropas vinha da região dos Campos de Cima da Serra e ligava a antiga província do Estado do Rio Grande do Sul no sentido Noroeste e Centro, e seguia em direção à Estância Velha, São Sebastião do Caí, etc. Como o nome bem explica, trazia o gado dos Campos de Cima da Serra para a capital e adjacências. A Estrada Geral ligava a capital da província ao Norte do Estado, passando pelo passo do Rio dos Sinos e indo em direção a Dois Irmãos, pelo Travessão, e seguindo pelas “Picadas” Café, etc. O local onde ambas se encontram, portanto, dá-se o núcleo inicial de Novo Hamburgo, na época chamada de *Hamburgerberg* e, hoje, Centro Histórico de Hamburgo Velho³⁰⁶ (Figura 46).

³⁰² VOGT, Olgário Paulo. Op. cit., 2006, p. 93.

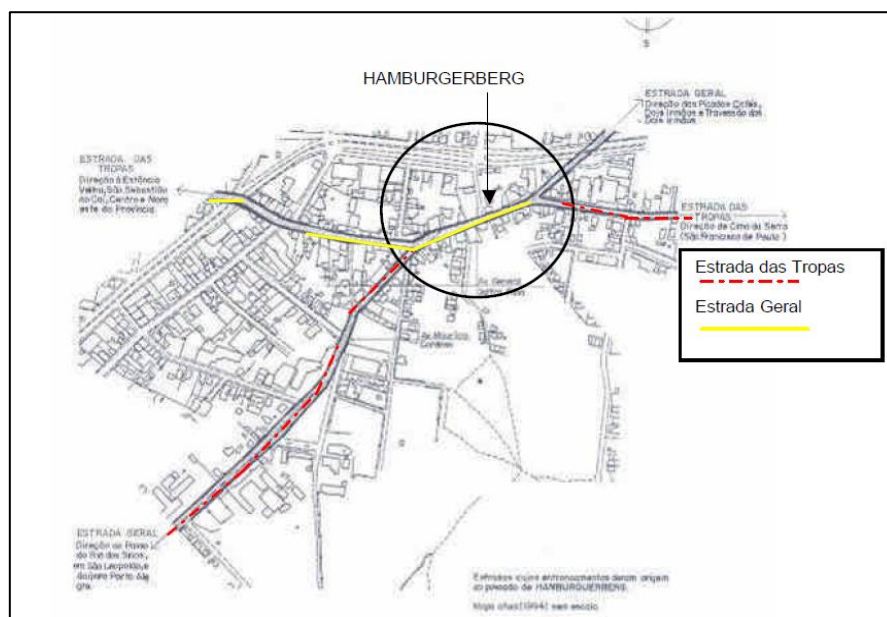
³⁰³ *Hamburger Berg*, traduzido livremente do alemão para o português, *Morro do Hamburguês*.

³⁰⁴ OLIVEIRA, Suzana Vielitz. *Os planos diretores e as ações de preservação do patrimônio edificado em Novo Hamburgo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 38. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27781/000735164.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

³⁰⁵ *Hamburger Berg* ou *Hamburgerberg* – o nome *Hamburgerberg* é a forma como se encontra esta palavra em alemão mas, encontram-se vários registros na forma. Na cidade de Hamburgo, na Alemanha existe uma rua com o mesmo nome: *Hamburgerberg*, o que também poderia denotar o nome escolhido pelo imigrante hamburguês - *Hamburger Berg*, escrito separado. Ainda mais curiosa é a forma encontrada no letreiro de identificação da estação de trem, que possuía a nomenclatura: *Hamburgo Berg* (OLIVEIRA, Suzana Vielitz de. Op. cit., 2009, p. 34).

³⁰⁶ Id., *ibid.*, pp.34-35.

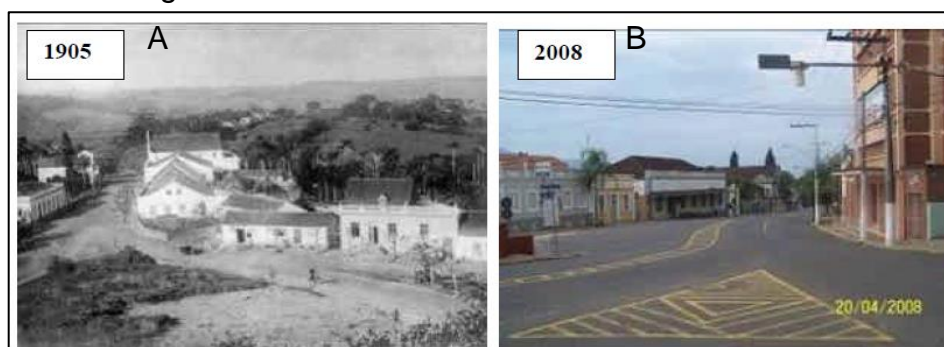
Figura 46. Mapa das estradas cujo entroncamento deu origem ao Povoado de *Hamburgerberg* – Novo Hamburgo, RS



Fonte: Oliveira (2009)³⁰⁷. Mapa desenhado sobre a malha urbana da cidade atual. Acervo do arquiteto e urbanista Aloísio Daudt (1995).

A cidade de Novo Hamburgo, portanto, surgiu com a construção da estação férrea *New Hamburg*, batizada assim pelos ingleses, construtores das ferrovias da época. Esta via férrea, por falta de verbas para continuidade de suas obras, precisou ser terminada aquém de *Hamburgerberg*, num local vazio, sendo que somente foi estendida até Hamburgo Velho (Figura 47A) 27 anos mais tarde, quando finalmente chegou ao seu destino: a localidade de Taquara – passando, então, por Hamburgo Velho e gerando ali a “Estação *Hamburgo Berg*” (Figura 47B).

Figura 47. Primeiro trecho da estrada de ferro



Legenda: A) Antes - Bairro de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo, RS. Vista do morro onde se encontra a Igreja Evangélica Três Reis³⁰⁸. B) Hoje: Bairro de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo, RS. Vista da esquina da Rua Daltro Filho com Av. Maurício Cardoso.

Fonte: Oliveira (2009)³⁰⁹.

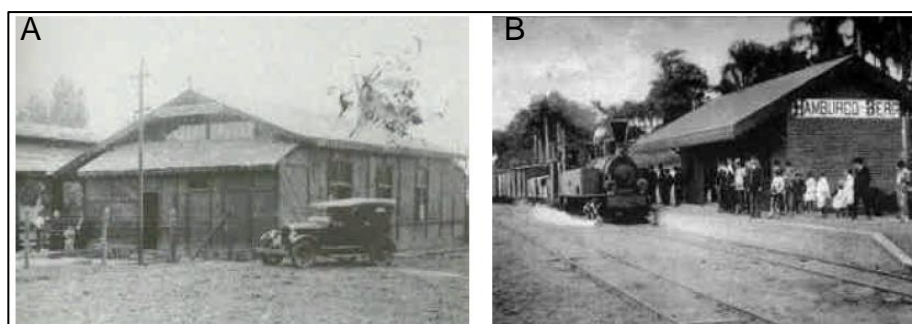
³⁰⁷ OLIVEIRA, Suzana Vielitz de. Op. cit., 2009, p. 35 (responsável pela montagem da figura).

³⁰⁸ Id., ibid., p. 40 (Acervo da Fundação Scheffel. Data: 1905).

³⁰⁹ Id., ibid., p. 40 (Foto de Markus Wilimzig. Data: 20.04.2008).

A denominação *Novo Hamburgo*, portanto, foi dada à localidade por ocasião da conclusão do primeiro trecho (43 km) da Estrada de Ferro que ligaria a capital do Rio Grande do Sul à cidade de Taquara, em 1876. A via férrea, traçada quase paralelamente à estrada dos tropeiros, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região e contribuiu significativamente para o desenvolvimento do futuro pólo coureiro-calçadista³¹⁰ (Figura 48).

Figura 48. Estação de trem



Legenda: A) Estação de Trem *New Hamburg* e a Praça 14 de julho, Novo Hamburgo, RS, hoje Praça do Imigrante no centro da cidade³¹¹. B) Estação de Trem *Hamburg Berg*, Novo Hamburgo, RS, hoje Praça Mauá, Avenida Victor Hugo Kunz.

Fonte: Oliveira (2009)³¹².

Hamburgerberg cresceu rapidamente e, com isso, surgiram no local, importantes estabelecimentos, como o Hotel Kroeff, a Igreja Evangélica Três Reis (1832), a Escola Evangélica (1859), a Igreja Católica Nossa Senhora da Piedade (1850), o salão de baile de Adão Adolfo Schmitt (1890), a Sociedade de Canto Frohsinn (1888), a padaria dos Kayser (1840), entre outros. Mas somente em 5 de abril de 1927 foi assinado o Decreto de Emancipação do município de Novo Hamburgo³¹³.

Teutônia também se destaca nas proximidades das cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, e tem a fama de ter as mais belas casas de enxaimel da região do Alto Taquari. Consta, também, ser a colônia com a maior concentração de vestfalianos no Estado. Por vários motivos, Teutônia é uma das colônias mais bem estudadas (Figura 49).

³¹⁰ OLIVEIRA, Suzana Vielitz de. Op. cit., 2009, pp.35-36.

³¹¹ Id., ibid., p. 35 (Acervo da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo-RS. Autor desconhecido, início do século XX, s.d.).

³¹² Id., ibid., p. 35 (Acervo da Fundação Scheffel, cidade de Novo Hamburgo-RS, autor desconhecido, 1910).

³¹³ Id., ibid., pp. 39; 42.

Figura 49. Arquitetura das casas de colonos alemães vestfalianos na cidade de Teutônia, RS



Fonte: Weimer (2005)³¹⁴.

Com a transferência da iniciativa da colonização da esfera provincial para a empresa privada, o comerciante Karl Schilling, em 1858, adquiriu as terras devolutas da região. Devido a problemas internos (difícil acesso à colônia) e externos (Guerra do Paraguai), de início a colônia não prosperou como se esperava. Em 1862, Schilling se associou a Lothar de la Rue, Jakob Rech e Wilhelm Kopp e a companhia assim formada adquiriu uma faixa de terra que permitiu livre acesso à colônia³¹⁵, conforme Weimer descreve:

Dois anos mais tarde (1864) já existia uma área cultivada de 220 mil braças quadradas e haviam sido vendidas 31 colônias do tamanho padrão de 100.000 braças quadradas cada uma. Em fins de 1864, contava Teutônia, isto é, o atual trecho que vai de Canabarro a Languiru, mais ou menos, com 16 casas e 70 habitantes e, o que é mais importante ainda, sua produção já superava em valor o da importação. [...] já em 1866 aportavam aqui só colonos da antiga colônia de São Leopoldo e arredores, de Santa Catarina, e diretamente da Alemanha, principalmente da Pomerânia, Saxônia, Boêmia e Silésia, mas inclusive da Argentina, principalmente da colônia frustrada de São Carlos³¹⁶.

No início, Teutônia era uma colônia bastante heterogênea, o que bem pode ser percebido na arquitetura da região mais próxima à cidade de Estrela. Esse aspecto se modificou a partir de 1868, principalmente a partir da ação do pastor Wilhelm Kleingünther, que conseguiu trazer um considerável número de colonos vestfalianos.

No Período Regencial e no início do Segundo Império, a iniciativa da colonização passou da esfera federal para o âmbito provincial. A partir de então, a colonização passou a receber maior atenção. Uma série de leis sucessivas que alteraram constantemente as regras da colonização acabou por gerar agitação nas colônias³¹⁷.

³¹⁴ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 151.

³¹⁵ Id., ibid., p. 150.

³¹⁶ Id., ibid., p. 150.

³¹⁷ Id., ibid., p. 198.

De acordo com a descrição de Weimer,

Como a igreja servia de escola, teve de ser construída uma casa para o professor e para o pastor. Na continuidade deste processo foi surgindo um Weiler que no Brasil era chamado de *lugar*. Com a agregação de novas construções surgiu uma típica aldeia-ponto alemã, com quarteirões das mais diversas dimensões separadas por ruas irregulares perfeitamente adaptadas às curvas de nível. Que as autoridades nacionais não ficaram indiferentes a esta "insurgência" fica claro no fato de que, na primeira oportunidade que surgiu quando da construção da linha férrea até a vila, imediatamente providenciaram no projeto da ampliação da mesma, porém, dentro dos padrões dos planos regulares, com a mudança do nome para Novo Hamburgo que sobreviveu à II Guerra Mundial e permanece até hoje³¹⁸.

Casos como esses não eram frequentes e aconteciam com maior facilidade quando estavam afastados do controle do poder, como no caso das colônias de Três Forquilhas e São Pedro, nas imediações de Torres. No fim do Império e início da República começaram a se formar as vilas em cima da serra, tidas como tipicamente alemães (Panambi, Ijuí, Ibirubá, Não Me Toque, etc.), as quais também seguiam as diretrizes dos planos regulares.

O desenvolvimento das vilas, colônias e cidades e a sua industrialização, no entanto, revelou a necessidade de planos e normas de saneamento, estruturas e diretrizes para melhor urbanismo.

2.3.3 Hermann Meyer e seus empreendimentos: o modelo de colonização no Rio Grande do Sul

O processo de colonização alemã no Brasil, em seus primeiros tempos, era dirigida exclusivamente ao Estado do Rio Grande do Sul, interessado no aumento da produção agrícola, na ocupação do território e, ainda, no incremento da mão de obra qualificada para a incipiente indústria local. No contexto europeu do início do século XIX, a migração tornou-se uma maneira de a população, influenciada por agentes estrangeiros, fugir das dificuldades de subsistência provocadas pelas fracas colheitas, dos altos impostos dos pequenos estados, e da falta de terra e trabalho³¹⁹.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XIX, na segunda onda emigratória para o Brasil, desencadeada pelo fracasso da Revolução Liberal de 1848, surgiram na Alemanha grupos de pessoas dispostas a auxiliar na organização e apoio aos grupos de emigrantes. Esses grupos organizados para dar auxílio aos emigrantes eram formados por pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade alemã, com

³¹⁸ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, pp. 146-147.

³¹⁹ SANTANA, Nara Maria Carlos de. Op. cit., 2010, p. 237.

formações espontâneas da sociedade civil, bem como da Igreja Evangélica e da Igreja Católica³²⁰.

No Vale do Rio Pardo, a colonização germânica iniciou pela colônia de Santa Cruz, que se constituiu na primeira colônia fundada e gerida pela província de São Pedro. Os primeiros colonizadores chegaram a partir de 19 de dezembro de 1849 e foram assentados no local atualmente denominado Linha Santa Cruz (*Alt Pikade*), nas margens da então recém-aberta Estrada de Cima da Serra, caminho que deveria ligar o entreposto comercial de Rio Pardo com os campos de gado localizados na região de Soledade³²¹.

Santa Cruz do Sul foi uma colônia de alemães que virou cidade germânica modelo no Rio Grande do Sul, a qual se orgulha de ser um dos centros mais ativos do germanismo no Estado³²². Foi fundada em terras devolutas por intermédio da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, a qual autorizava a Província a medir, demarcar, designar valor em terras de colônias existentes ou por serem estabelecidas. O efetivo início da colonização provincial, no entanto, aconteceu graças à Lei nº 304, de 1854, que de certa forma adaptou o Estado do Rio Grande do Sul à Lei de Terras³²³.

Weimer³²⁴ salienta que a preservação de costumes germânicos em associações guerreiras, corais e de lazer já foi objeto de estudos importantes. Santa Cruz do Sul é um dos municípios de colonização germânica mais prósperos sob o ponto de vista econômico, social e religioso, e é o município de colonização germânica onde floresceu o maior número de sociedades. Essa colônia foi o mais sério empreendimento colonizador do período imediatamente posterior à Revolução Farroupilha, e não esteve diretamente vinculado ao centro irradiador do Vale dos Sinos. A colônia de Santa Cruz foi colonizada pelos alemães da Silésia, Prússia, Renânia, Baviera e de outras regiões da Alemanha.

No Sul da província, no Planalto Sul-Riograndense, mais precisamente na Serra dos Tapes, numa área de cobertura florestal, surgiu, em 1858, no então 4º distrito do município de Pelotas, a Colônia de São Lourenço. Segundo Carlos Rheingantz, São Lourenço, no Rio Grande do Sul, e Blumenau, em Santa Catarina, teriam sido as duas maiores colônias alemãs privadas do Brasil. O empreendimento iniciou quando, em 30 de dezembro de 1856, o comerciante Jacob Rheingantz

³²⁰ Id., *ibid.*, p. 242.

³²¹ VOGT, Olgário Paulo. *Op. cit.*, 2006, p. 97.

³²² WEIMER, Günter. *Op. cit.*, 2005, p. 198.

³²³ IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001, pp. 30-31.

³²⁴ WEIMER, Günter. *Op. cit.*, 2005, p. 198.

assinou um contrato com o Governo Imperial adquirindo oito léguas quadradas de terra ao preço de meio real por braça quadrada. Comprometia-se a assentar no local, em um período de cinco anos, ao menos 1.440 colonos de origem alemã, suíça ou belga. O governo, por sua vez, comprometia-se a lhe conceder um subsídio de 30 mil réis por imigrante entre 10 e 45 anos e de 20 mil réis por criança entre 5 e 10 anos de idade, atraídos para a colônia³²⁵.

Devido à distância, seus habitantes não tiveram influência significativa do germanismo do Vale dos Sinos³²⁶. A colônia foi localizada em um chapadão entre o rio Camaquã e o arroio Grande, a oeste da Lagoa dos Patos, em terreno pouco acidentado, visto que seus limites naturais eram os da floresta que cobria a vertente dos últimos contrafortes da Serra do Sudeste, cujos suaves declives nada têm em comum com os escarpamentos da Serra do Mar³²⁷.

Sua implantação foi possível devido a uma mancha florestal em meio ao pampa e, portanto, imprópria à criação do gado. A floresta, no entanto, diferia da do Vale dos Sinos e da encosta da Serra, pois era menos densa e, principalmente, não possuía abundância de madeira, visto que as árvores eram pequenas e de troncos finos, conhecidas como figueiras, cuja madeira é imprópria para construção. Além disso, a colônia de São Lourenço era pequena se comparada às Colônias Velhas, cercada pela população luso-brasileira que vivia da exploração da pecuária. A fundação dessa colônia, no entanto, se deu na década posterior à Revolução Farroupilha, na fase das colônias abertas por iniciativa privada e contemporânea no início da colonização do Vale do Taquari. Sua fundação se deve a uma iniciativa da empresa colonizadora Jacob Rheingantz que trouxe, primordialmente, colonos pomeranos da costa báltica da Prússia³²⁸. Devido ao fato de ter sido uma colônia de tamanho médio, estabeleceu-se uma estreita vinculação com o centro maior, que era a cidade de Pelotas, onde residiam os comerciantes e industrialistas alemães que abasteciam a colônia. Atualmente, a produção industrial e colonial de São Lourenço é canalizada para Pelotas³²⁹.

Na mesma época da colonização germânica no Estado do Rio Grande do Sul, outras partes do Brasil também foram colonizadas por alemães, mas sem muito sucesso devido à dificuldade de comunicação e de acesso. Por essa razão, Dom

³²⁵ RHEINGANTZ, Carlos G. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*, 1907, p. 171.

³²⁶ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 304.

³²⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 2, p. 179.

³²⁸ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 305.

³²⁹ ROCHE, Jean. Op. cit., 1969, p. 180.

Pedro II procurou uma alternativa para uma comunicação rápida via fluvial a fim de impedir o isolamento dessa província do resto do Império. Uma via fluvial alternativa através da Amazônia poderia ser uma boa solução. Nessa região, o Rio Xingu apresentava-se, na época, como o rio mais desconhecido da América do Sul, sendo necessário um estudo para confirmar a sua navegabilidade. Beuter descreve o que Dom Pedro II fez na época:

Dom Pedro II resolveu, então, contratar o renomado cientista alemão Karl von den Steine, professor de Antropologia da Universidade de Marburg e pesquisador viajante pela Universidade de Berlim - Museu da Cultura dos Povos de Berlim, para ele constituir uma equipe de pesquisadores, formada por ele próprio na função de médico e antropólogo, pelo desenhista Wilhelm von den Steinen e pelo físico Otto Claus, para estudar todo o percurso fluvial do Rio Xingu. No ano de 1884 a equipe fez uma pesquisa nos 1.979 km da extensão do rio, a partir das nascentes até a foz no Rio Amazonas. O estudo constatou que ele era impróprio para a navegação por causa das inúmeras cachoeiras e corredeiras existentes no seu leito fluvial. A segunda expedição de pesquisas de Karl von den Steinen aconteceu nos anos de 1886 e 1887. Nesta viagem foi estudada a multiplicidade étnica e linguística dos índios das nascentes do Rio Xingu, descoberta na primeira expedição. Nesta oportunidade participaram os irmãos Carlos e Pedro Dhein como intérpretes e conhecedores do vasto sertão mato-grossense. No final dos trabalhos de pesquisa, parte da equipe de Von den Steinen, dirigida pelo astrônomo e geólogo Peter Vogel e pelo físico e engenheiro Paul Ehrenreich, locaram o caminho por terra da Província do Mato Grosso até o sudoeste da Província de Goiás. A partir dali já havia uma comunicação permanente com a cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império. No ano de 1889 foi proclamada a República. O novo governo brasileiro não tinha interesse na continuidade das pesquisas da região do Rio Xingu que não estavam concluídas. Diante deste impasse, Karl von den Steinen, velho e enfermo, contatou com o megaempresário Julius Herrmann Meyer, proprietário do Instituto Bibliográfico da cidade de Leipzig para obter um auxílio financeiro para concluir a sua pesquisa na Amazônia brasileira. Este se prontificou para financiar uma terceira expedição para a região xinguaná, desde que o seu filho Herrmann, com apenas 25 anos de idade, formado em Geografia pela Universidade de Leipzig e em Etnologia pelas Universidades de Heidelberg e Strassburg, coordenasse as pesquisas. Assim, no ano de 1896, Herrmann Meyer empreendeu a sua primeira expedição de pesquisas ao Rio Xingu. A passagem pelo Rio Grande do Sul para chegar ao Rio da Prata era quase obrigatória. Conforme Karl von den Steinen lhe recomendou na Alemanha, Meyer foi até a cidade de Montenegro, onde contratou os irmãos Carlos, Pedro e Arthur Dhein, mais o cunhado deles de sobrenome Schreiner, para acompanhá-lo na viagem que iniciou no dia 1º de março daquele ano³³⁰.

Após obter um conhecimento prévio sobre o Brasil e as zonas próprias para obter terras devolutas, Hermann Meyer começou a realizar viagens para conhecer pessoalmente o país e as suas potencialidades para possíveis colonizações alemãs.

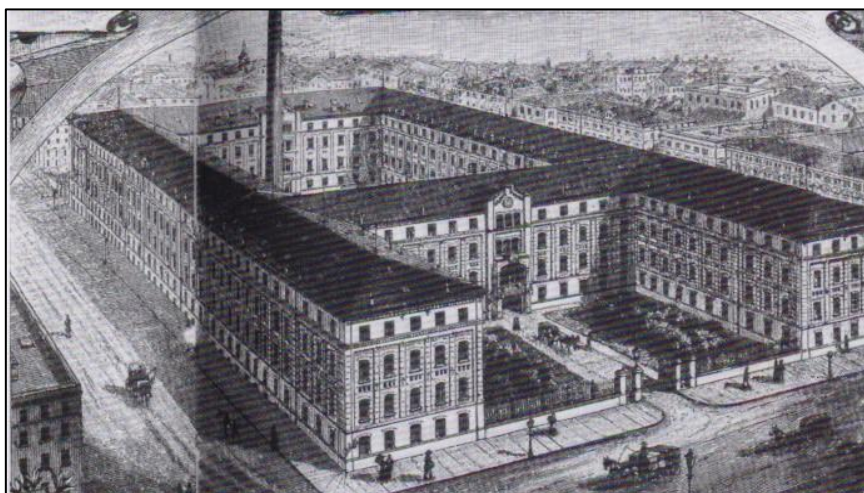
Hermann Meyer nasceu em 1871, em Hildburghausen-Província da Turíngia, Alemanha. Seu avô, Josef Meyer³³¹, fundou uma editora em Gotha, que evoluiu e se

³³⁰ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 36.

³³¹ No ano de 1826, os avôs Carl Joseph e Minna Meyer fundaram, na cidade de Gotha, o mundialmente, famoso Instituto Bibliográfico, destinado à pesquisa e divulgação do conhecimento

tornou o Instituto Bibliográfico, renomado empreendimento literário³³². Herrmann August Meyer mudou-se com a família para Leipzig aos três anos de idade. Lá iniciou os seus estudos em uma escola agregada à Igreja Thomas (*Thomaskirche*), onde está sepultado o famoso compositor Johann Sebastian Bach. Atuou e realizou a sua formação acadêmica nas Universidades de Leipzig (Figura 50) e de Heidelberg, nas disciplinas de Geografia e Etnologia. Foi investigador, professor conferencista com docência nas Universidades de Leipzig, Berlim, Strassburg e Jena³³³.

Figura 50. Prédio do Instituto Bibliográfico de Leipzig³³⁴



Fonte: Beuter (2013)³³⁵.

A Enciclopédia de Meyer é a súpula do estado cultural e intelectual do século XIX. Pensamento de largos horizontes, zelo científico, estudioso de economia nacional e geógrafo, explorador de terras e viagens científicas, Hermann Meyer explorou as terras brasileiras para possíveis colonizações alemãs³³⁶ (Figura 51).

humano. Em 1828 transferiram o empreendimento bibliográfico para a cidade de Hildburghausen. Na nova sede transformaram a empresa gráfica em uma das principais editoras do espaço geográfico, onde se falava a língua alemã na Europa. Em 1874, após a morte prematura de Carl Joseph Meyer, ilustre enciclopedista e autor da magnífica enciclopédia Meyers *Könversations Lexikon*, com 52 volumes; a viúva Minna e o filho Herrmann Julius, este pai do nosso Herrmann August, mudaram o Instituto Bibliográfico para a cidade de Leipzig. Ali, na capital econômica da Saxônia, transformaram a empresa familiar em uma das principais editoras do mundo com filiais nas cidades de Nova York (mega filial), Zurique, Viena e São Petersburgo. A expansão econômica do Instituto Bibliográfico levou esta instituição a investir muito dinheiro em expedições de pesquisas e projetos de colonização na África e na América do Sul (BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 136).

³³² LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002, p. 21.

³³³ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 136.

³³⁴ Esta editora patrocinou duas expedições de pesquisas às nascentes do Rio Xingu nos anos de 1896 e 1898 e foi o suporte financeiro para desenvolver projetos de colonização no Sul do Brasil, principalmente a Neu-Württemberg. O parque gráfico do Instituto Bibliográfico foi totalmente destruído durante a Segunda Guerra Mundial.

³³⁵ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 138.

³³⁶ PANAMBI, 65 ANOS DE PROGRESSO. Município de um Decênio. História, Estatística, Indústria e Comércio. Panambi, RS: Publipan, 1964, pp. 1-2.

Figura 51. Enciclopédia Meyer's, parte do acervo do Museu e Arquivo Histórico de Panambi



Fonte: MAHP (2013)³³⁷.

Hermann Meyer escreveu uma carta³³⁸³³⁹ para seu familiares e amigos onde contava com detalhes a sua saída de trem da Alemanha até seu embarque no vapor Amazonas, que o trouxe ao Brasil após 19 dias de viagem³⁴⁰³⁴¹.

Pode-se observar que Mayer percorreu praticamente todo o Brasil para conhecer e observar a colonização alemã no país (Figura 52).

³³⁷ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

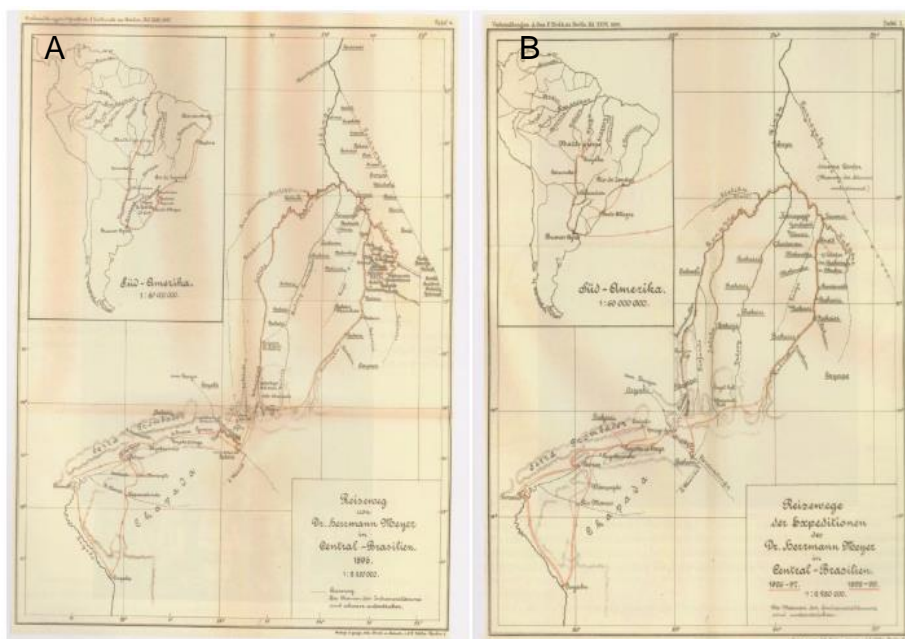
³³⁸ Essa carta foi publicada em 1899, em Leipzig, pela editora da família (*Carl Meyers Graphisches Institut*), enquanto seu autor ainda estava no Brasil: *Meine Reise nach den deutschen Kolonien in Rio Grande do Sul*, 1898-1899. Minha viagem para as colônias alemãs no Rio Grande do Sul, 1898-1899 (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 96).

³³⁹ Mas a carta não parou por aí, continuou contando sobre a sua vida em um país estrangeiro, bem como forneceu um retrato, o mais próximo possível, daquilo que vivenciou e sentiu nesse lugar distante, em meio aos seus compatriotas. Em diversas passagens, registrou seu estranhamento frente ao diferente, ao tipo brasileiro e o seu modo de vida. Mostrou indignação com os trens poeirentos, a má conservação das estradas, o abandono dos Museus do Rio de Janeiro e de São Paulo, a derrocada dos clubes alemães

³⁴⁰ Quando chegou ao Rio Grande do Sul, provavelmente, no dia 23 de setembro, permaneceu até 29 de dezembro de 1898, quando seguiu rumo ao Uruguai, atravessando a fronteira já nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, até Buenos Aires, com destino ao Xingu, no Mato Grosso. (Id., ibid., pp. 96-97).

³⁴¹ Além de conhecer Rio de Janeiro e São Paulo, Meyer também foi a Recife, em Pernambuco, a cidade das pontes, cúpulas de igreja, teatros, construções municipais, que fazem dela uma Dresden brasileira (*brasilianisches Dresden*), faltando apenas as muitas palmeiras reais junto ao Elba – e a Olinda. (Id., ibid., pp. 97-98).

Figura 52. Roteiro da viagem de estudos de Hermann Meyer pelo Brasil



Legenda: A) A linha vermelha assinala o roteiro da viagem de estudo que o Dr. Meyer fez em 1896 pelo Brasil; B) a linha vermelha assinala o Roteiro da viagem no período de 1898 a 1899.

Fonte: Beuter (2013)³⁴².

2.3.3.1 As colônias de Hermann Meyer: Xingu, Boi Preto, Castilhos, Fortaleza e Neu-Württemberg

Com a ideia de explorar as terras e implantar a colonização alemã no Brasil, considerando os aspectos lucrativos e viáveis para o empreendedorismo, Herrmann Meyer formou um complexo colonial no Estado do Rio Grande do Sul, associado ao projeto de construção de uma linha ferroviária. Após obter informações e conhecer as terras devolutas e suas riquezas, Meyer percebeu que a colonização poderia ser uma área lucrativa no país³⁴³.

Antes, porém, de adquirir terras, Meyer procurou conhecer melhor o Estado do Rio Grande do Sul, percorrendo, primeiramente com mulas, a partir de Santa Maria à região das Colônias Velhas (Velha Zona Colonial – *Alte Kolonie-Zone*), povoada por alemães e italianos ou seus descendentes. Visitou inúmeras colônias alemãs e também algumas colônias italianas, as quais estavam localizadas ao longo do Rio Jacuí e de seus afluentes. Ali, muitas comunidades de imigrantes alemães foram avaliadas nos atuais municípios de Silveira Martins, Agudo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, São Lourenço, Venâncio Aires, Lajeado, Estrela, Teutônia, e em localidades italianas, como Feliz, o berço do cooperativismo brasileiro. Da Colônia de

³⁴² BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, pp. 48-49 (Museu da Cultura dos Povos, Grassi Museum – Leipzig).

³⁴³ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 95.

Feliz voltou para Porto Alegre, passando por Novo Hamburgo e São Leopoldo. Numa segunda fase foi de trem de Porto Alegre até a cidade de Cruz Alta. Desta cidade, com mulas, deslocou-se até a margem direita do Rio Caxambu para avaliar a Gleba Magdalena, onde deu início à sua segunda colonização no Rio Grande do Sul, a qual mais tarde recebeu o nome de Colônia Modelar Neu-Württemberg³⁴⁴.

Meyer acreditava que o Estado do Rio Grande do Sul era o mais germânico, mais adiantado e modelo do Brasil. Tanto que ao chegar à cidade de Rio Grande já era notável o elemento alemão. Em Porto Alegre, o comércio mais significativo estava nas mãos de alemães, refletindo a crescente prosperidade da colônia alemã. A construção civil e a arquitetura de Porto Alegre também já contavam com profissionais engenheiros e arquitetos alemães atuando nas principais obras da capital do Estado. Sugeriu, contudo, para incrementar o desenvolvimento do Estado, uma colonização alemã racional e um remanejamento econômico, com aumento das exportações e redução das importações, dando lugar à migração dos colonos rumo às novas fronteiras agrícolas, formando grandes complexos coloniais³⁴⁵.

A partir de 1897, depois de observar o vasto campo de possibilidades para aplicar capital, Meyer começou a investir em terras nas circunscrições de Cruz Alta, Palmeira e Passo Fundo, formando as colônias Neu-Württemberg (mais tarde, Panambi), Xingu, Boi Preto, Fortaleza, Erval Seco e Júlio de Castilhos. Seu projeto de colonização vinha ao encontro dos anseios da municipalidade cruzaltense e do governo provincial³⁴⁶.

Naquele ano, imediatamente Carlos Dhein colocou em prática os planos de colonização de Herrmann Meyer, que lhe passou uma procuração, investindo-o de plenos poderes para a compra e venda de terras em seu nome. A sociedade entre ambos foi formalizada na assinatura de um contrato em 1898, criando a Firma Herrmann Meyer³⁴⁷, com sede em Porto Alegre, definindo e delimitando os papéis

³⁴⁴ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 37.

³⁴⁵ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 99.

³⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 74.

³⁴⁷ Após esta expedição de pesquisas, Meyer voltou à Alemanha onde encabeçou, em Berlim, a fundação da empresa Dr. Herrmann Meyer e Cia, destinada à construção de estradas de ferro. O nome da nova empresa foi escolhido levando em consideração a posição de Herrmann como pesquisador ousado e bem-sucedido na Amazônia brasileira, empresário com firma constituída no Rio Grande do Sul e, principalmente, a sua ligação com o Instituto Bibliográfico, entidade conhecida e respeitada em toda Alemanha, a qual havia investido muito dinheiro em ferrovias desde o ano de 1838. Assim, a empresa Dr. Herrmann Meyer e Cia foi constituída no final do ano de 1899 por Meyer e um grupo de empresários alemães com a finalidade de construir o ramal ferroviário que ligasse a região Noroeste com o resto do Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1900, após o casamento, Herrmann e a sua esposa, Else, viajaram para o Brasil com a finalidade de incrementar os seus projetos de colonização e de construção da ferrovia na região do Noroeste do Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, o Governo brasileiro concedeu ao pesquisador, Dr. Herrmann Meyer, a distinção de Cônsul Honorário do Brasil na

sociais de cada um nesse empreendimento. A sociedade destinava-se ao comércio de compra e venda de terras no Estado do Rio Grande do Sul. Dhein ficou encarregado, além da compra e venda de propriedades devolutas, também da escrituração das suas propriedades e dos livros da Firma, na forma da lei, e do balanço do caixa a ser feito e encerrado no mês de dezembro de cada ano e remetido ao sócio capitalista, ficando a cópia no diário da sociedade, à disposição de Meyer que poderia inspecioná-la a qualquer momento³⁴⁸.

Dhein não adquiriu somente um grande complexo de terra, mas sim quatro grandes complexos: primeiro, o Xingu e, consecutivamente, Boi Preto, Guarita e, o mais importante, a Neu-Württemberg, a maior, mais homogênea e mais próxima ao tráfego. Os colonos trazidos da Alemanha pelo Dr. Meyer, no entanto, não permaneceram por muito tempo no novo núcleo. Fr. Zuegel, contudo, a quem a terra agradou, mas que tinha saudades da família que ficou na Alemanha, convidou seu irmão Ludwig para emigrar para o Brasil, mais especificamente, a Neu-Württemberg³⁴⁹.

Em 1899 foram iniciados os trabalhos de demarcação dos lotes rurais pelo engenheiro Rudolfo Ahrons, vindo de Porto Alegre. Em novembro daquele mesmo ano foram traçadas as linhas coloniais: Linha Italiana, Linha Brasil, Linha Sete de Setembro, Linha 15 de Novembro, Linha Rio Grande, Linha Stuttgart e Linha Berlim. A partir de julho de 1900 começou o assentamento definitivo dos colonos em seus lotes coloniais. A primeira emissão de posse efetuava-se geralmente pela assinatura de contrato de compromisso de compra e venda, sendo as escrituras públicas lavradas, às vezes, somente anos depois³⁵⁰.

Devido algumas complicações financeiras e irregularidades nas compras e vendas de terras devolutas, Herrmann Meyer desfez a sociedade com Carlos Dhein. Após resolvidas as pendências legais em Porto Alegre, Herrmann Meyer, acompanhado do Dr. Horst Hoffmann, seguiu até Cruz Alta para certificar-se do andamento dos trabalhos de colonização, além de fornecer aos colonos os respectivos contratos de compra e venda, os quais assinou pessoalmente. Necessitando de um gerente e procurador que residisse em Porto Alegre para administrar o complexo colonial na região serrana do Estado, Meyer contratou o Dr.

cidade de Leipzig, na época a terceira maior cidade alemã (BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, pp. 38-39).

³⁴⁸ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, pp. 74-75.

³⁴⁹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, s/d, p. 9.

³⁵⁰ LEITZKE, Eugen. Op. cit., 2002, p. 26.

Horst Hoffmann³⁵¹, da Alemanha, por um período de três anos, considerando ser a pessoa mais indicada para fazer a transição e reestruturação da Colonizadora³⁵².

Hoffmann assumiu, também, a direção da futura Colônia Modelar (*Musterkolonie*) Neu-Württemberg, hoje os municípios de Panambi e Condor. Nessa recém-comprada Colônia, já no início de 1901, com o auxílio do colega Eng. Rudolf Ahrons, ele locou e demarcou a futura cidade de Elsenau, hoje cidade de Panambi. Após a demarcação iniciou a construção de uma infraestrutura mínima de apoio para a colonização, formada por uma casa para receber e abrigar os primeiros imigrantes, uma escola com uma casa anexa para o professor, um escritório para a colonizadora, uma casa para o diretor da Colônia e a demarcação de uma área de terras de 50 a 100 hectares. Assim, os planos iniciais de investimento visavam formar um polo irradiador para o desenvolvimento da promissora nova zona colonial, denominada nos projetos de Meyer como *Die neue Kolonie-Zone*, que estava surgindo no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul³⁵³.

A partir de então criou-se uma organização administrativa mais profissional, expandida e, até certo ponto, ofensiva, com representantes em pontos estratégicos, articulada a uma rede de relações pessoais, acionada quando fosse necessário defender os interesses da Colonizadora. Nesse sentido, o Dr. Horst Hoffmann se comprometeu a visitar a colônia uma vez a cada trimestre como inspeção dos trabalhos ali desenvolvidos, e o imigrante Rudolf Scharf assumiu como representante e administrador da colônia Neu-Württemberg. Em Cruz Alta, o comerciante Eduardo Erhardt passou a representar a empresa; em Porto Alegre, o engenheiro Rudolf Ahrons; e na colônia Xingu, o colono João Kölln³⁵⁴.

Horst Hoffmann, no entanto, administrando a partir de Porto Alegre, não tinha muita flexibilidade para lidar com os imigrantes e colonos, função que ficou a cargo de Rudolf Scharf, em Cruz Alta. Já Alfred Bornmüller teve uma atuação mais diplomática e flexível, convivendo no cotidiano da colônia, preocupado com a sua organização interna, dotando-a de uma infraestrutura mínima, garantindo, com isso, a sua credibilidade e solidez. Hermann Faulhaber assumiu mais tarde a direção da colônia Neu-Württemberg e conduziu a colonização de acordo com os seus interesses e

³⁵¹ Dr. Horst Hoffmann atuou de abril 1901 até agosto 1902 no antigo Consulado em Porto Alegre (cf. Verônica Sonia Kuehle, Consulado Geral da Alemanha de Porto Alegre, em e-mail recebido em dezembro de 2017) (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 78).

³⁵² Id., ibid., pp. 78-80.

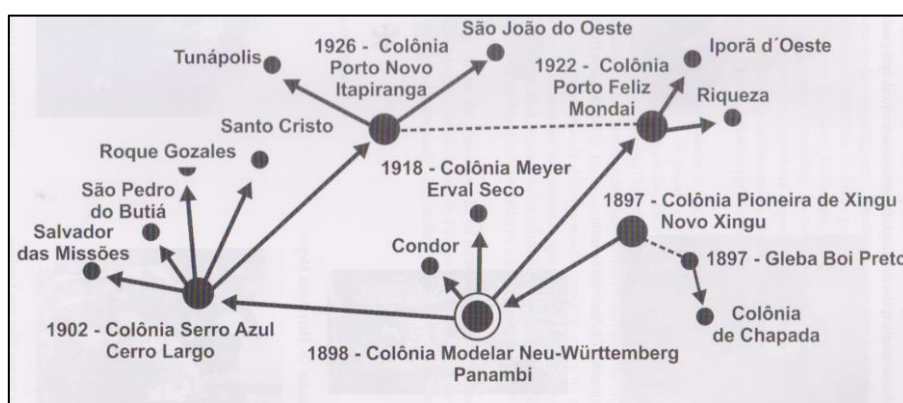
³⁵³ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 39.

³⁵⁴ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 81-83.

princípios, empregando estratégias arriscadas, especulação de terras e ampliação da área das colônias.

Hermann Faulhaber reuniu uma rede de relações sólidas nas colônias e fora delas (Figura 53), incluindo as lideranças políticas de Cruz Alta e Palmeira, garantindo, assim, o apoio necessário para a execução de seus planos e o desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, bem como a de Xingu, Boi Preto, Castilhos e Fortaleza³⁵⁵.

Figura 53. Diagrama das colonizações de Meyer no Rio Grande do Sul



Fonte: Beuter (2013)³⁵⁶.

A Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer era proprietária de várias áreas de terras descontínuas, e não conseguiu formar um único e extenso complexo colonial, que era o seu objetivo inicial. No município de Cruz Alta, a empresa implantou a colônia Neu-Württemberg, em 1898, escolhida como sede do empreendimento e modelo mais acabado do projeto de colonização como um todo, com a maior área territorial, ampliada por sucessivas compras de terras, constituindo-se, mais tarde, parte do município de Panambi e Condor³⁵⁷.

Beuter relata que após adquirir terras para a colônia Neu-Württemberg, Meyer voltou à cidade de Cruz Alta:

Voltou a viajar e percorreu com mulas grande parte das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Visitaram, na ocasião, a gleba Boi Preto, Colônia Xingu, fundada no ano anterior (1897) e uma tribo de índios perto do povoado de Nonoai. Quando a caravana estava se deslocando pelos campos com baixa fertilidade e quase improdutivos localizados próximos às nascentes dos rios Palmeira e Fiúza, Meyer e seus homens dirigiram-se para o oeste, acompanhando o provável traçado de uma futura ferrovia que estava sendo planejada para desenvolver a região. Passaram ao norte do povoado de Palmeira das Missões até Campo Novo, para depois chegar até a Colônia Militar, hoje Três Passos. De lá fizeram uma visita ao Salto Lucomã no Rio

³⁵⁵ Id., *ibid.*, pp. 87-88.

³⁵⁶ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 43.

³⁵⁷ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 88.

Uruguai. Após a volta à Colônia Militar que era um posto avançado do Exército Brasileiro, continuaram a jornada para o oeste, passando pela Colônia de Santo Ângelo, até chegar às ruínas jesuíticas de São Miguel das Missões. Voltaram, então, para Cruz Alta, passando pela Colônia Ijuhy, colonização fundada pelo Governo do Rio Grande do Sul oito anos antes³⁵⁸.

O município de Palmeira possuía a colônia Xingu, de pequena extensão territorial, formando hoje o município de Novo Xingu; a colônia Fortaleza/Guarita/Erval Seco, adquirida em 1899 e só colonizada no final da década de 1920, é uma área que integra hoje o município de Erval Seco. Havia, ainda, as posses Boi Preto, adquiridas em 1898, mas que não chegaram a ser colonizadas, sendo vendidas novamente. Por fim, a colônia Castilhos, localizada no município de Júlio de Castilhos (ex-Vila Rica), região central do Estado, adquirida em 1903 por dívida da Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande³⁵⁹.

Carlos Dhein, um dos que acompanharam Meyer em sua excursão ao Xingu, recebeu do colonizador uma procuração para, em seu nome, adquirir terras, visando o estabelecimento de núcleos de imigração germânica. De 1897 até 1899, Dhein usou das atribuições que lhe foram outorgadas, adquirindo a colônia Xingu, uma gleba de 18.182.812 m² por 15:500\$00 rs., a de Boi Preto, Guarita e a que atualmente forma parte do primeiro distrito do município de Panambi³⁶⁰.

Os trabalhos de medição, no entanto, haviam sido concluídos apenas na colônia Xingu e em uma parte da colônia Neu-Württemberg. Para as demais não havia sequer previsão para isso. No mapa incluso no prospecto (Figura 54), a distância entre as colônias ficava evidente mas, por outro lado, sinalizava a possibilidade de sua ampliação com a incorporação das glebas adjacentes, especialmente em Palmeira, ao norte da colônia Guarita, onde as terras devolutas eram abundantes³⁶¹. A estrutura geomorfológica foi determinante, permitindo um enquadramento paisagístico e simultaneamente a implementação da tipologia de lotes.

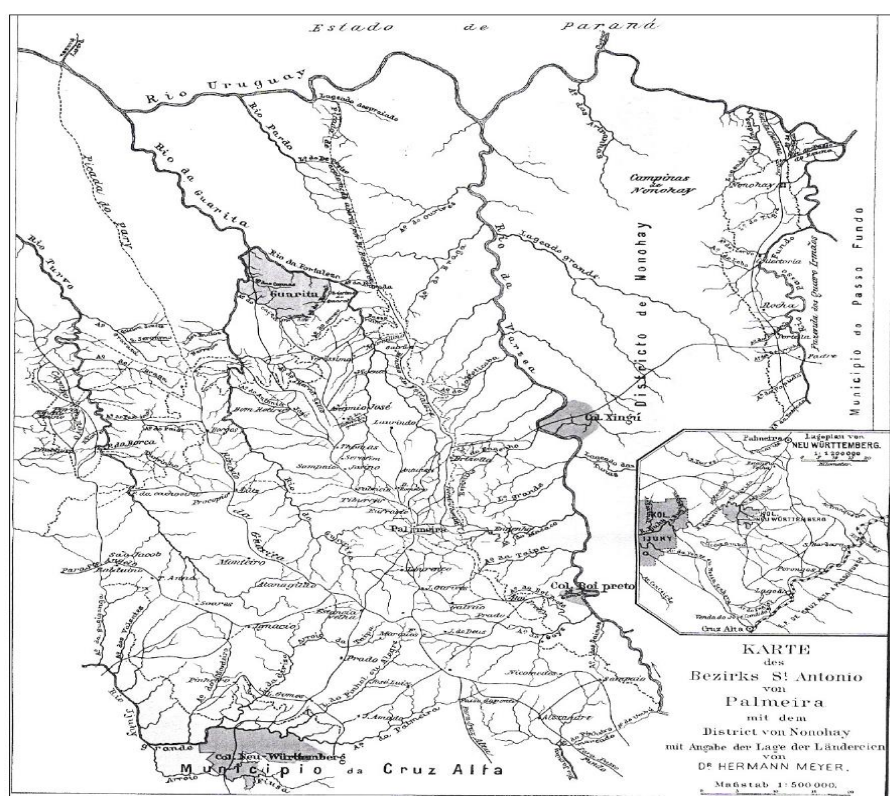
³⁵⁸ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, p. 37.

³⁵⁹ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 88.

³⁶⁰ PANAMBI, 65 ANOS DE PROGRESSO. Op. cit., 1964, p. 3.

³⁶¹ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 115.

Figura 54. Colônias do Dr. Hermann Meyer no Rio Grande do Sul (1901)



Fonte: Neumann (2016)³⁶².

O fato de a Colônia Xingu estar localizada às margens do rio da Várzea, no município de Palmeira, levou Meyer a dizer que se tratava de “um pequeno paraíso”, e causou melhor impressão do que a Colônia de Boi Preto. A Colônia foi comprada em 1897 por Carlos Dhein, cuja gleba pertencia à viúva Rita Maria do Espírito Santo e tinha uma área de 1.817 hectares. Era uma posse que foi concedida pelo Juiz Comissário de Passo Fundo, em 18 de julho de 1883. Necessitava, portanto, ser legitimada para ali se efetuar uma colonização. As demais áreas de terras, posteriormente compradas por Meyer, eram quase todas posses e necessitavam de legitimação junto ao Governo do Estado para serem colonizadas. Pode-se, hoje, considerar o Município de Novo Xingu de “A Colônia Pioneira” (*Die Pionierkolonie*) em relação à região e aos projetos de colonização de Hermann Meyer³⁶³.

Nessa colônia, as medições dos lotes já estavam em estágio adiantado e, como ela ficava numa curva do rio da Várzea, e era cortada por um pequeno rio secundário, possibilitava uma divisão igualitária dos lotes para que todos se limitassem com o rio. “A colônia era próspera, possuía casinhas bonitas, asseadas, de tábuas lascadas, que serviram nos primeiros anos para alojamento provisório. As plantações eram muito

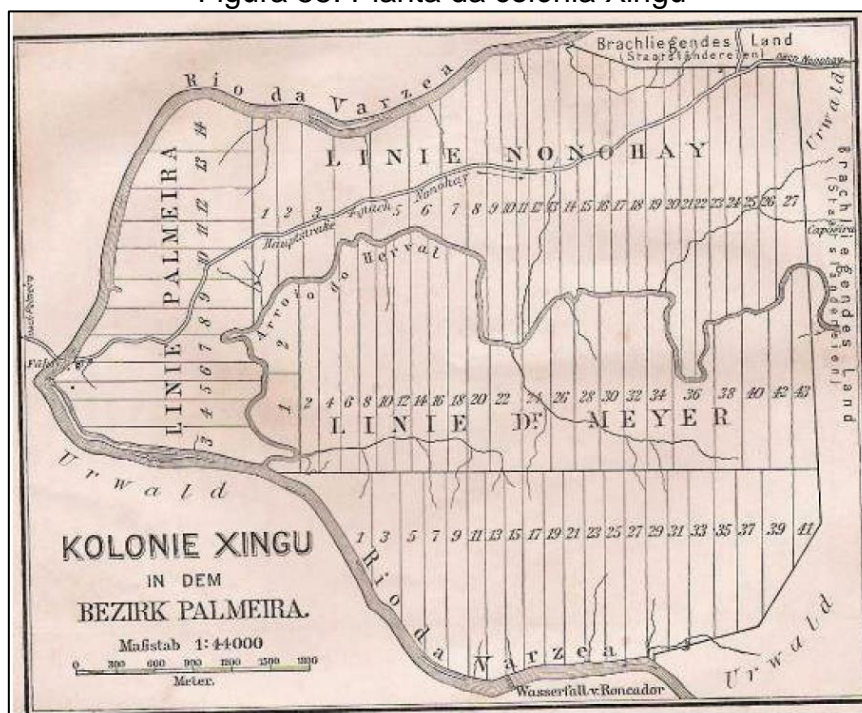
³⁶² Id., *ibid.*, p. 116.

³⁶³ BEUTER, Ivo. *Op. cit.*, 2013, p. 61.

vigorosas, pois os colonos eram trabalhadores e, por isso, a colonização já estava em pleno andamento”³⁶⁴. Seu desenvolvimento, no entanto, estava comprometido diretamente com a construção da ferrovia do Alto Uruguai, pois sem ela se tornava inviável, já que carecia de vias de escoamento e mercado consumidor³⁶⁵.

A respeito da comercialização dessa área, Dhein já havia se comprometido em vender o lote colonial por Rs. 700\$000. Após vender 10 ou 15 lotes, elevaria o seu preço para Rs. 1:000\$000, e assim por diante, conforme sua descrição da Colônia Xingu, nas proximidades do passo – divisa dos lotes 6 e 7 da linha Palmeira (Figura 55). Dada a localização e as edificações, duas ou três colônias poderiam ser vendidas logo por dois a três contos de réis cada. Pretendia contratar imediatamente a medição dessas terras, formando lotes com área de 480.000 metros quadrados, obtendo assim cerca de 40 colônias³⁶⁶.

Figura 55. Planta da colônia Xingu



Fonte: Neumann (2016)³⁶⁷.

A Colônia Xingu, porém, não atendeu aos propósitos de Meyer, pois em nada lembrava a Alemanha e, por isso, não foi instalada uma sede urbana. Em virtude da localização da área, os lotes coloniais formaram longas e estreitas faixas retangulares, ao contrário do projeto inicial de Meyer, que seguia o modelo europeu de lotes com

³⁶⁴ MEYER, Herrmann. *Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899*. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899, pp. 93-94.

³⁶⁵ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, pp. 109-110.

³⁶⁶ Id., ibid., p. 287.

³⁶⁷ Id., ibid., p. 288.

formato quadrado. Com a redefinição dos limites entre esse município e Passo Fundo, no entanto, ele passou, juridicamente, a integrar esse território, passando o rio da Várzea a ser o limite entre os dois municípios. Em 1939, o novo município de Sarandi desmembrou-se de Passo Fundo, incluindo em sua área o distrito de Xingu. Já em 1959, com a emancipação de Constantina, passou a ser o seu distrito. Em 1996, o distrito de Xingu emancipou-se sob a denominação Novo Xingu³⁶⁸.

Com relação à Colônia de Boi Preto, localizada no caminho para Palmeira, também de propriedade de Meyer, ele já previa maiores dificuldades de colonização visto ser uma área de campo, propícia para a criação de gado, com muitos rios menores, pequenos capões de mato, faltando, porém, algo muito importante: o próprio gado. A ligação com Cruz Alta não era tão boa quanto a de Neu-Württemberg, pois ali o projeto de colonização não havia sido recebido tão entusiasticamente por parte do Intendente Municipal de Palmeira³⁶⁹.

A visão de Meyer, no entanto, era ótima para Boi Preto, pois a colônia havia sido formada nas redondezas do rio da Várzea e do lajeado D. Maria. O valor do manancial do rio da Várzea era de importância considerável pelo seu volume d'água, pela energia de seu salto, podendo produzir forças de potência bastante apreciáveis aos estabelecimentos de moinhos e outras fábricas de interesse de vários empreendedores (Figura 56). Além disso, havia os ervais, que eram o principal recurso e ocupação dos moradores da região³⁷⁰.

Figura 56. Planta da Colônia Boi Preto



Fonte: Neumann (2016)³⁷¹.

³⁶⁸ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 197.

³⁶⁹ Id., ibid., p. 109.

³⁷⁰ Id., ibid., p. 306.

³⁷¹ Id., ibid., p. 307.

Quanto à posse da colônia Castilhos, localizada entre os arroios Monjolo e Anta, mais precisamente Vila Rica, dividida pelo arroio Felisberta, em Júlio de Castilhos, essa foi comprada pela família Castilhos. A área foi fracionada em lotes coloniais, com a área superficial de 1.882 hectares, e distante de todo o complexo colonial. O município de Júlio de Castilhos foi criado em 1891, até então era distrito do município de São Martinho, desmembrado em 1876 de Cruz Alta³⁷².

Imaginando as dificuldades de sua colonização, Meyer investigou a possibilidade de explorar madeiras no local. Castilhos, no entanto, foi uma área problemática por não atender aos quesitos legais, pois a empresa não possuía o mapa da área, surgindo diferenças entre a área real e aquela lotada junto à Coletoria de Impostos do Estado, o que originou uma questão que se estendeu por vários anos até a sua regularização³⁷³.

Finalmente, a última área colonizada pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, já na segunda metade da década de 1920, foi a Colônia Guarita/Fortaleza, formada por duas grandes posses contíguas, uma localizada no lugar denominado Guarita, e a outra no lugar chamado Fortaleza, delimitadas pelos respectivos rios Guarita e Fortaleza. Por essa razão, as duas referências eram utilizadas indistintamente pela administração da empresa. No momento da colonização, o local oficialmente passou a ser chamado de Colônia Fortaleza³⁷⁴.

Ocorreram, no entanto, muitas ações judiciais com relação à posse da Colônia Fortaleza, principalmente devido à medição da área, visto que foi verificada a existência de 68 colônias a mais do que constava no título, o que precisava ser legalizado junto ao Governo e que levou anos de disputa. Concluídas as medições, o ritmo de venda de terras na Colônia Fortaleza não correspondeu às expectativas iniciais. Em parte, pela descapitalização dos colonos e, por outra, pela instabilidade política da região. Paralelo a isso, em 1932, faleceu Herrmann Meyer, idealizador e proprietário da Colonizadora, fato que gerou uma série de especulações e boatos em relação ao futuro da colonização e o destino a ser dado a essas terras. Com isso, a intrusão voltou a ocorrer, e a empresa ficou imobilizada, em parte em razão do processo de inventário e, posteriormente, por causa da II Guerra Mundial e, por fim, do falecimento e inventário de Elisabeth Meyer³⁷⁵.

³⁷² NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 205.

³⁷³ Id., *ibid.*, p. 304.

³⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 205.

³⁷⁵ Id., *ibid.*, pp. 328-329.

Cada uma das colônias de Herrmann Meyer teve seus aspectos específicos, tanto em relação aos seus desmembramentos territoriais e às motivações econômicas e políticas envolvidas quanto ao desenvolvimento de sua estrutura urbana, física e social. Dessa forma, é necessário realizar uma abordagem geral de todos os investimentos de Meyer para demonstrar o quanto a colônia Neu-Württemberg se destacou entre as demais, sobretudo, tornando-se objeto de estudo desta investigação.

2.3.3.2 A Colônia Neu-Württemberg

Considerada Colônia Modelo por Hermann Meyer, Neu-Württemberg se destacou pela excelente localização à via férrea da Estação Belizário. Esse motivo levou vários imigrantes a se estabelecerem na colônia, mesmo os que vinham de outras colônias alemãs, como as Colônias Velhas de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro.

No princípio, Hermann Meyer manteve o Sr. Carlos Dhein (1897-1900) como seu administrador, o qual efetuou a compra das primeiras glebas, bem como a demarcação e venda dos primeiros lotes coloniais. Devido a desentendimentos, porém, Dhein foi substituído por Horst Hoffmann (1901-1903).

Hoffmann teve importante contribuição na implantação da sede urbana da colônia, uma vez que por seu intermédio foi contratado o escritório de Engenharia do Eng. Rudolf Ahrons para desenvolver o primeiro traçado do Povoado de Neu-Württemberg. A Planta de Traçado Ortogonal organizou as funções da cidade, estabelecendo a instituição das principais praças, do mercado, da igreja e da ponte.

Com o auxílio de Alfred Bornmüller, que esteve a par da administração da colônia (1903-1908), foi realizada a transferência definitiva do escritório que até então era em Porto Alegre para a colônia Neu-Württemberg.³⁷⁶ Implantou-se, assim, o primeiro edifício de importância administrativa da colônia – a Casa do Administrador.

O período de Hermann Faulhaber (1908-196) foi de intenso desenvolvimento. Sua chegada à colônia, em julho de 1902, com contrato assinado por cinco anos, tinha como compromisso as seguintes funções:

³⁷⁶ “Por falta de um local adequado, o escritório permaneceu de 1904 até 1906 em uma sala da Casa do Imigrante, quando foi transferido para o escritório definitivo, em anexo à casa do guarda-livros” (NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p.333).

1) Dar assistência eclesiástica em Neu-Württemberg (Panambi); 2) Criar uma escola para formação adequada dos imigrantes (em 1903 foram lançadas as bases do que é hoje o Colégio Evangélico Panambi); 3) Fazer um levantamento social e econômico da realidade (a colonização não se detinha apenas ao futuro Município de Panambi, mas também à formação dos Municípios de Erval Seco, Xingu, Mondai); 4) Instalar uma estação meteorológica (local da Prefeitura Municipal). Somam-se ainda a esses objetivos: *Bauerverein* (associação ou sociedade de agricultores) *Friedhoffverein* (sociedade cemitério); criação da primeira Biblioteca (muitos livros e revistas foram enviados da Alemanha); sociedade de cantores (*Chorverein*)³⁷⁷.

Com tantas incumbências, após o término de seu contrato, Faulhaber foi contratado novamente como administrador da colônia, assumindo a sua administração em excelente momento:

As maiores dificuldades econômicas e problemas de instalação estavam superadas, verificando-se já uma entrada de capital e, principalmente, o projeto de colonização, como um todo, havia se consolidado e conquistado credibilidade, sendo uma referência entre as colônias novas. Neste momento, em Neu-Württemberg, havia cerca de 150 famílias, perfazendo 800 almas, distribuídas numa área de 130 quilômetros quadrados³⁷⁸.

Para Hermann Meyer, o crescimento da colônia deveria estar alicerçado no desenvolvimento sociocultural dos colonos imigrantes, e era essa a função do casal Faulhaber. Hermann e Maria Faulhaber se empenharam intensamente na formação de uma comunidade, mantendo os usos e costumes de sua terra Natal: “Um pedacinho da Alemanha aqui em Neu-Württemberg, o ser alemão, os usos e costumes alemães após persistirem 40 anos continuam sendo próprios”³⁷⁹.

Assim, a realização de um “trabalho cultural”, com infraestrutura básica, se apresentou como a “marca registrada” da colonizadora, tornando-a referência para outros investimentos dessa envergadura que atuavam no Brasil³⁸⁰.

O trabalho realizado pelo casal Faulhaber configura o desenvolvimento da colônia com base nos aspectos culturais, aliados ao trabalho agrícola nas colônias. Esses fatores, impulsionados pelas atividades artesanais e os ofícios especializados dos imigrantes, deram origem às primeiras oficinas, tornearias e fábricas. O pequeno povoado, porém, que se estabeleceu a partir da planta desenvolvida por Ahrons, se alterou em função de vários fatores, principalmente geográficos, como a topografia. O

³⁷⁷ IECLB. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Crônica histórica da Comunidade Evangélica Panambi*. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br/>>. Acesso em: maio 2018.

³⁷⁸ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 355.

³⁷⁹ Deutsche Poust, 11 de maio 1928 apud Faulhaberstiftung, 1933, p. 5 (NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 355).

³⁸⁰ NEUMANN, Rosane Márcia. Op. cit., 2016, p. 151.

traçado original proposto por Ahrons tomava outra configuração e estabelecia pontos importantes para o desenvolvimento da colônia.

A partir desse repertório, do crescimento e do desenvolvimento ascendente da agricultura e da indústria, a pequena colônia Neu-Württemberg foi elevada ao *status* de Vila Pindorama e, em pouco menos de duas décadas (16 anos), foi decretada a sua emancipação. Assim, o povoamento de Neu-Württemberg passou de colônia à cidade de Panambi, conhecida regionalmente, e no Estado do Rio Grande do Sul como “Cidade das Máquinas”.

O equacionamento do processo de assentamento urbano da Colônia Neu-Württemberg, é contextualizado na abordagem conceitual sobre a estrutura urbana na ótica de identificar os remanescentes da indústria, importantes à memória coletiva da comunidade, e estabelecer seu *status* como patrimônio cultural, conforme destaca o item a seguir.

2.4 MORFOLOGIA URBANA: CONCEITOS PARA A COMPREENSÃO DA CIDADE

2.4.1 Abordagem conceitual: lugar, território e arquitetura

Os problemas decorrentes da imigração campo-cidade e do inchaço populacional da cidade industrial do século XIX constituem um campo fértil às novas ideias para a cidade moderna, conforme destaca Moraes:

O conhecimento do desenho urbano pressupõe o saber sobre cada época, a marca das várias gerações, a identificação das diferenças na expressão física da cidade, o significado das transformações e permanências, o estudo dos elementos como o cadastro, os traçados do plano, a tipologia edificatória, tendo como primeiro e grande processo de transformação a segunda metade do século XIX, onde se constataram as primeiras marcas de ruptura que assinalaram as discontinuidades espaço-formais³⁸¹.

O texto mostra que o surgimento de novos bairros operários, os problemas de insalubridade e a falta de infraestrutura adequada para suportar esse contingente populacional são fatores importantes para que ideias revolucionárias procurem respostas a esses problemas e aos anseios da sociedade moderna. A que no contexto internacional teria respostas na *Carta de Atenas* (1933).

³⁸¹ MORAIS, João Sousa. *Notas de (re)construção de uma disciplina no território da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Livros Horizonte, 2007, p. 19.

No entendimento de Panerai³⁸², ao longo do último século e, principalmente nas últimas seis décadas decorridas desde a intensificação do uso do automóvel, as aglomerações urbanas sofreram uma transição de escala sem precedentes, alterando radicalmente toda a concepção de urbanidade, registrando-se rupturas de escala arquitetônica.

Segundo Lamas³⁸³, a alternativa entre objeto arquitetônico e desenho urbano para sanar as questões de higiene e salubridade, inseriu na organização do espaço urbano uma intervenção arquitetônica adequada e moderna, a partir de projetos específicos, levando em consideração a economia e as condições socioeconômicas para a produção do espaço. Na formação dos projetos foi dada importância à utilização das formas urbanas quanto ao lugar, território e elementos arquitetônicos, na medida em que qualquer uma dessas formas influencia diferentemente a vida social, o comportamento e o bem-estar dos cidadãos.

Morais³⁸⁴ comenta que qualquer intervenção na Arquitetura pressupõe a interpretação do lugar ou lugares, tanto em sentido de lugar quanto de arte, especialmente a arte de transformar um lugar. Na opinião de Benevolo, “a noção do lugar urbano desenvolveu a reflexão sobre a multiplicidade de relações, considerando o lugar por excelência da criação humana, resultando da sua imagem a passagem do estado de natureza ao estado de cultura”³⁸⁵. Ou seja, o que aconteceu com os espaços urbanos e rurais, com os centros e periferias, com as grandes e pequenas cidades, resultou na produção de espaços indiferenciados em cidades diferentes.

Assim, o século XX trouxe à tona a mudança de paradigma em relação à criação de novas cidades e seus planos urbanísticos. Quanto à intervenção em cidades existentes com propostas de uma cidade moderna sobre a cidade tradicional, pode-se citar aqui as ideias de *Le Corbusier* para Buenos Aires, Montevideu, São Paulo e Rio de Janeiro, e a criação de edifícios-autopistas sobre a cidade, sem alteração do tecido ou da paisagem natural. Ou, ainda, proposições mais radicais e polêmicas, como o *Plan Voison*, para Paris, que propõe a destruição do centro medieval da cidade e a construção de um centro comercial e de negócios com torres isoladas³⁸⁶.

³⁸² PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Trad. de Francisco Leitão. Revisão técnica de Sylvia Fischer. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2014, pp. 13-14.

³⁸³ LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 26; 28.

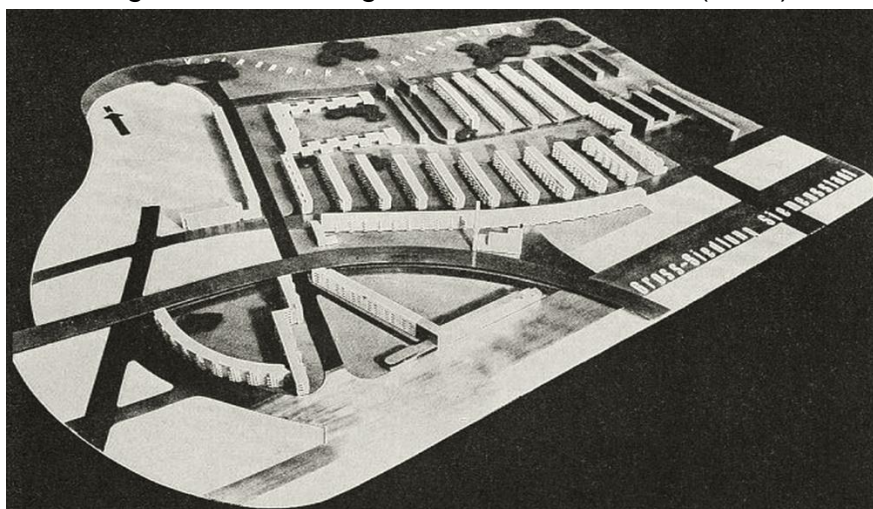
³⁸⁴ MORAIS, João Sousa. Op. cit., 2007, p. 14.

³⁸⁵ BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. Lisboa: Edições 70, 1984 (Coleção Arte & Comunicação), p. 33.

³⁸⁶ GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão

É a partir do significativo crescimento das cidades que a proposta de cidade moderna aparece nos grandes bairros e conjuntos habitacionais, a exemplo das *Siedlungns*³⁸⁷. De acordo com Hall³⁸⁸, a cidade do século XX representa uma reação aos males da cidade do século XIX. Para ele, muitos dos preceitos e das ideias-chave contidas nos *Siedlungns* (Figura 57) não podem ser entendidas fora desse contexto.

Figura 57. Siedlung Siemensstadt, Berlim (1929)



Fonte: Martí Aris (1991)³⁸⁹.

A partir de 1960, porém, a arquitetura e o urbanismo modernos propiciaram importantes discussões a respeito da implementação de requalificações em centros urbanos históricos, considerando o período pós-guerra. Preocupados com a velocidade das transformações nas grandes capitais, foram iniciados os estudos sobre a forma urbana, cujo interesse incidiu e alimentou a discussão em torno da definição e da conservação do patrimônio urbano e arquitetônico³⁹⁰.

Segundo as contribuições de Rossi³⁹¹ e Jacobs³⁹², os centros históricos são as áreas das cidades que mais necessitam ser objeto de intervenções, com a implementação de requalificações. Ainda segundo os autores, é o momento de

– parte 2. *Arquitextos*, ano 05, abr./2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>. Acesso em: 10 jul. 2018, p. 1.

³⁸⁷ A palavra *Siedlung*, em alemão, significa assentamento ou colônia, e era o termo empregado para designar os agrupamentos habitacionais com características semelhantes ao modelo das cidades-jardim, como unidades unifamiliares inseridas em edifícios laminares multifamiliares, com baixa densidade, e localizados nas periferias das cidades (HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 7).

³⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 7.

³⁸⁹ MARTÍ ARIS, C. *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona: Ed. de La Universitat Politècnica de Catalunya, 1991, p. 206.

³⁹⁰ ROCCA, Luisa Durán. Op. cit., 2009, p. 66.

³⁹¹ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001.

³⁹² JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

repensar a cidade existente, pois seu traçado e sua arquitetura tornaram-se mais importantes que o exercício habitual de criação de novos modelos, desconectados da história e de uma realidade anterior.

O descontentamento com a cidade industrial das primeiras décadas do século XX inspirou propostas de transformação da forma urbana. O desejo de sanear a vida na cidade industrial refutou o modelo tradicional e formulou um “novo” modelo.

Devido à necessidade de melhorias nos grandes centros urbanos quanto à sua condição espacial, muitos estudiosos procuraram teorias e soluções para formas urbanas, considerando seus elementos morfológicos, baseados em fatores socioeconômicos, políticos, culturais e arquitetônicos, conforme o item a seguir.

A eleição do quadro temporal, assente no processo de transformação urbana, foi adaptada à lógica da cidade dita tradicional na fronteira da cidade-jardim.

2.4.2 Morfologia urbana: uma aproximação analítica

A morfologia urbana no quesito epistemológico das transformações do tecido urbano, resultantes de fatores diversos, como físicos, sociais e espaciais, incidiu no estudo do meio físico, a forma urbana, e das respectivas intervenientes.

O termo “morfologia” vem do grego *morphé* + *lógos* + *ía* e significa “a ciência que estuda a forma” ou “a ciência que trata da forma”. Segundo Lamas, esse estudo pode ser realizado a partir da análise dos principais elementos morfológicos – as “unidades ou partes físicas que, associadas e estruturadas, constituem a forma”³⁹³ – constituída pelo conjunto do solo, dos edifícios, do lote, do quarteirão, das fachadas, dos logradouros, do traçado das ruas, das praças, dos monumentos, da vegetação e do mobiliário³⁹⁴. A articulação desses elementos, vinculados ao conjunto, definem “os lugares que constituem o espaço urbano”³⁹⁵.

A expressão “*forma urbana*” pode apontar diferentes direções conceituais pois seu significado é amplo. De acordo com o Dicionário Michaelis, *forma* significa configuração exterior dos corpos materiais (seres e coisas), formato. *Urbano*, por sua vez, no mesmo dicionário, refere-se ao que é relativo ou pertencente à cidade. A forma construída é o material num sistema organizado, resultado da escolha humana de usar um material particular para um certo propósito num local específico³⁹⁶.

³⁹³ LAMAS, José M. Ressano Garcia. Op. cit., 2011, p. 37.

³⁹⁴ Id., ibid., p. 46.

³⁹⁵ Id., ibid., p. 38.

³⁹⁶ KROPF, Karl S. *An enquiry into the definition of built form in urban morphology*. PhD thesis, Department of Geography, Faculty of Arts, University of Birmingham, 1993, v. 1 and 2, p. 48.

Na compreensão de Kropf³⁹⁷, a forma urbana pode ser vista de maneira segregada e entendida como uma hierarquia de elementos interligados, como “tijolos e argamassa, madeira, pedra, betão, aço ou vidro, ou seja, é a forma do material dentro de um determinado sistema”. As combinações de elementos de menor nível formam os elementos de maior nível, uma estrutura espacial. Panerai complementa que “a forma urbana absorve o crescimento sob o aspecto de extensões sucessivas sem organizar previamente suas características e relações, logo, não há mais forma urbana, mas somente fenômenos urbanos”³⁹⁸.

Para Rossi³⁹⁹, o estudo das formas da cidade revela os sistemas funcionais geradores do espaço urbano e a cidade como uma estrutura espacial. Nesse contexto, a morfologia deve ser vista sob três escalas: da rua, do bairro e da cidade. Complementam as escalas urbanas fatores socioeconômicos, políticos, culturais e a arquitetura, contribuindo na estrutura física e funcional dos elementos morfológicos.

Lamas define a forma urbana como:

Aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional⁴⁰⁰ e quantitativa⁴⁰¹ e dos aspectos qualitativos⁴⁰² e figurativos⁴⁰³. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o desenho (linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores), a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade⁴⁰⁴.

Entende-se, com isso, que a forma da cidade corresponde à maneira como se organiza e se articula a sua arquitetura, a qual se modifica no tempo, juntamente com os fatos urbanos, caracterizando uma arquitetura e uma forma próprias, de acordo com os elementos culturais e sociais da época.

³⁹⁷ Id., *ibid.*, pp. 48-49.

³⁹⁸ PANERAI, Philippe. Op. cit., 2014, p. 125.

³⁹⁹ ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre la morfologia urbana y la tipologia constructiva. *Aspetti e problemi della tipologia edilizia*. Venezia: Cluva, 1964, p. 129.

⁴⁰⁰ **Aspectos de organização funcional** – Relacionam-se com as atividades humanas (habitar, instruir-se, tratar-se, comerciar, trabalhar, etc.) e também com o uso de uma área, espaço ou edifício (residencial, escolar, comercial, sanitário, industrial, etc.), ou seja, ao tipo de uso do solo. Uso a que é destinado e uso que dele se faz (LAMAS, José M. Ressano Garcia. Op. cit., 2011, p. 44).

⁴⁰¹ **Aspectos quantitativos** – Todos os aspectos da realidade urbana que podem ser quantificáveis e que se referem a uma organização quantitativa: densidades, superfícies, fluxos, coeficientes volumétricos, dimensões perfis, etc. Todos esses dados quantificáveis são utilizados para controlar aspectos físicos da cidade (Id., *ibid.*, p. 44).

⁴⁰² **Aspectos qualitativos** – Referem-se ao tratamento dos espaços, ao conforto e à comodidade do utilizador. Nos edifícios, poderão ser a insonorização, o isolamento térmico, a correta insolação, etc., e, no meio urbano poderão ser características, como o estado dos pavimentos, a adaptação ao clima (insolação, abrigo dos ventos e das chuvas), a acessibilidade, etc. Os aspectos qualitativos podem também ser quantificáveis através de parâmetros (os decibéis que medem a intensidade de conforto sonoro, o lux, como medida do conforto da iluminação, etc.) (Id., *ibid.*, p. 44).

⁴⁰³ **Aspectos figurativos** – Relacionam-se com a comunicação estética (Id., *ibid.*, p. 44).

⁴⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 44.

Na opinião de Lynch, a forma urbana pode ser desmembrada em diferentes partes como uma hierarquia de elementos morfológicos interligados, os quais se organizam de acordo com o seu nível de atuação e função. Os elementos morfológicos podem se referir a formas físicas, passíveis de uma classificação conveniente em cinco tipos de elementos: vias⁴⁰⁵, limites⁴⁰⁶, bairros⁴⁰⁷, cruzamentos⁴⁰⁸ e pontos marcantes⁴⁰⁹. Nenhum desses elementos morfológicos, no entanto, ocorrem isoladamente, pois são elementos que se sobrepõem e se interligam entre si constantemente, sendo essenciais no processo de construção de estruturas da forma urbana⁴¹⁰.

Salat⁴¹¹ apoia essa visão segregada e considera a morfologia urbana composta por uma sobreposição de seis estratos que interagem entre si. Os estratos que correspondem às pessoas e respectivas atividades (interações sociais), às redes de ruas e à malha viária da cidade, ao estudo dos lotes e das parcelas, à topografia e ao relevo do terreno, ao uso dos solos e distribuição das atividades e, finalmente, à cidade em três dimensões. Tem ainda em conta, os fatores climáticos e o estudo morfológico do espaço construído.

A morfologia urbana supõe a convergência e a utilização de dados habitualmente recolhidos por disciplinas diferentes (Economia, Sociologia, História, Geografia, Arquitetura, etc.) a fim de explicar um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído.

Essa explicação visa a compreensão total da forma urbana e do seu processo de formação. No aspecto arquitetônico, muitas vezes as palavras *morfologia* e *forma* são usadas indistintamente e sem diferenciação de significado. Importa clarificar que

⁴⁰⁵ **As vias** podem ser ruas, passeios, faixas de trânsito, canais, caminhos de ferro (LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 52).

⁴⁰⁶ **Os limites** são as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho de ferro, paredes, locais de desenvolvimento (Id., *ibid.*, p. 52).

⁴⁰⁷ **Os bairros** são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como uma extensão bidimensional; são sempre passíveis de identificação do lado interior e, também, do exterior, no caso de se poderem notar, com diferenças de indivíduo para indivíduo. (Id., *ibid.*, pp. 52-53).

⁴⁰⁸ **Os cruzamentos** são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar, e constituem focos intensivos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra. Os cruzamentos podem, também, ser simples concentrações que se revestem de importância por serem a condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico, tais como a esquina de uma rua ou um largo rodeado de outros elementos. (Id., *ibid.*, p. 53).

⁴⁰⁹ **Os pontos marcantes** são normalmente representados por um objeto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência em relação a uma quantidade enorme de outros elementos. (Id., *ibid.*, p. 53).

⁴¹⁰ Id., *ibid.*, pp. 52-53.

⁴¹¹ SALAT, Serge. *Les villes et les formes: sur l'urbanisme durable* (Hermann). CSTB – Laboratoire des Morphologies Urbaines, 2011.

a morfologia urbana é a disciplina que estuda o objeto, a forma urbana, nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo⁴¹².

De acordo com Lamas⁴¹³, no campo de estudo da morfologia a totalidade do território será um lugar de transformações produzidas pelo homem ou, em outras palavras, todo o território será lugar de intervenção da arquitetura. A organização formal do território, porém, não ocorre exclusivamente pela organização de atividades humanas, mas se situa, também, em dimensões e escalas que ultrapassam a área ocupada por edificações, utilizando outros elementos morfológicos.

Ao longo da História, essas teorias foram ganhando formas ou composição urbana, podendo ser chamadas de desenho urbano, com seus devidos planos ou projetos de cidade, com diferentes construções e paisagens. Os primeiros estudos foram realizados por historiadores da arte e geógrafos que se preocupavam com as grandes transformações nas principais capitais e grandes cidades brasileiras⁴¹⁴.

Na concepção de Morais:

O desenho urbano se relaciona às diferentes partes da forma urbana, pressupondo a avaliação dos conteúdos da própria dimensão física, nomeadamente constituem elementos do meio urbano como o solo, a edificação, o lote, o quarteirão (dispositivo morfológico), a tipologia edificatória, a rua, a praça, os espaços arborizados e o mobiliário urbano⁴¹⁵.

O desenho urbano toma lugar aderente à História, pois é manifestado por meio das tipologias urbanas, caracterizado entre o físico, social e cultural, contribuindo com os elementos morfológicos da cidade.

Com relação às paisagens urbanas, Panerai destaca:

De “*À nous deux Paris*” de Rastignac – em ilusões perdidas de Balzac – às observações de Roland Barthes sobre a Torre Eiffel, a contemplação da cidade como espetáculo, como uma paisagem que se estende diante de nós, possui uma longa tradição. Alimentada por mapas em relevo, perspectivas a cavaleiro e vistas *à vol d’oiseau*, panoramas e cartões postais, ilustrações de tampas de caixas e globos terrestres nevados, essa tradição favorece a divulgação de imagens. E assim, mesmo sem lá ter estado, foi conhecido Roma vista da Trindade dos Montes, Istambul vista da Torre de Gálata, Barcelona do Monjuic, ou o Rio de Janeiro do alto do Corcovado. A visão é global, e o observador fica do lado de fora do espetáculo⁴¹⁶.

⁴¹² LAMAS, José M. Ressano Garcia. Op. cit., 2011, p. 38.

⁴¹³ Id., *ibid.*, p. 70.

⁴¹⁴ SILVA, Quentin José Manuel Blanpain. *A análise da forma urbana como instrumento de avaliação da sustentabilidade*. Lisboa: Técnico Lisboa, 2015, p. 19. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1970719973966053/Dissertacao%20Quentin%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴¹⁵ MORAIS, João Sousa. Op. cit., 2007, p. 69.

⁴¹⁶ PANERAI, Philippe. Op. cit., 2014, p. 25.

Observa-se, com isso, que as paisagens urbanas são marcadas pela história, cultura e arquitetura de cada cidade, bem como pela forma como foram desenvolvidas, deixando um legado para ser lembrado, apreciado e até mesmo para orientar a formação de outras cidades, considerando a cultura e a arquitetura na forma urbana.

A forma urbana, portanto, é um processo contínuo e, ainda que seja possível descrever ou caracterizar uma cidade em um determinado período, bem como compreender seus elementos, tipologias, traçados e paisagens urbanas, não se pode negligenciar estudos anteriores, incluindo ideias e teorias que condicionaram o desenvolvimento da forma urbana e a arquitetura⁴¹⁷.

Dentro da revisão crítica destaca-se o Movimento Moderno, cujas ideias se consolidaram como um campo de reflexão da teoria da arquitetura. Capel⁴¹⁸ apresenta uma síntese dessa trajetória desde as diferentes disciplinas. Na Alemanha, segundo o autor, os estudos sobre Morfologia Urbana iniciaram a partir do século XX. Capel cita os trabalhos de Otto Schlüter, que introduziu o conceito de *paisagem cultural* (*Kulturlandschaft*). Ainda, segundo o autor:

Na segunda década do século XX seguem os estudos de Siegfried Passargue sobre as paisagens regionais. Nessa linha se realiza, tanto na Alemanha como na Áustria, grande número de investigações de geografia urbana em que estavam presentes de forma destacada a morfologia e a paisagem da cidade. Desde 1916, H. Hassinger estudou os edifícios de Viena, tratando de classificá-los segundo a época de construção, a partir da Idade Média, elaborando mapas de conjunto que culminaram em um atlas histórico dessa capital⁴¹⁹.

Capel faz um balanço dos estudos da Morfologia Urbana durante a primeira metade do século XX, destacando os seguintes aspectos:

Primeiro, a atenção à evolução histórica da cidade e aos estágios da formação do plano urbano, com as principais fases do crescimento. Por outro lado, a atenção aos tipos de planos (espontâneo ou irregular e planejado, e dentro deles o ortogonal, linear ou radiocêntrico). Em terceiro lugar, a classificação de edifícios de acordo com diferentes tipologias, do número de pisos a materiais de construção ou as formas de telhados e janelas⁴²⁰.

Assim, a *forma urbana* como o tecido urbano foi abordado pelas principais bases teóricas, representadas por Michael Robert Gunther Conzen (escola anglo-

⁴¹⁷ Id., *ibid.*, p. 55.

⁴¹⁸ CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades*. Inst. Sociedad y Cultura del Paisaje Urbano. Barcelona: Ed. del Seibal, 2013, p. 24.

⁴¹⁹ Id., *ibid.*, p. 24.

⁴²⁰ Id., *ibid.*, p. 30.

saxônica), Gianfranco Caniggia (escola Italiana), Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (escola francesa), e Karl Kropf e Paul Osmond. Por outro lado, o estudo da *forma urbana* como a forma dos traçados foi desenvolvido pelos geógrafos alemães no período entre as duas guerras.

Para Kropf, o “traçado da Cidade (*Town Plan*) pode ser definido como a distribuição espacial dos recursos artificiais dentro de uma área urbana consolidada”⁴²¹. O traçado é um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como na sua projeção. Segundo Lamas:

O traçado assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes urbanas. O traçado é encontrado em assentamentos coloniais, nas cidades militares e, de um modo geral, em todas as cidades planejadas. O traçado também estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território, pois relaciona-se diretamente com a formação e o crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional, da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, de pessoas, da arquitetura, intervindo no planejamento e organização da forma urbana a diferentes dimensões⁴²².

Entende-se, pois, que o traçado existe como elemento morfológico em vários níveis ou escalas da forma urbana, como ruas entre edifícios, bairros, quarteirões, travessas, avenidas ou vias rápidas, contribuindo com as suas diferentes formas.

Para Moudon, as análises morfológicas são realizadas a partir de três princípios:

1) A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: os edifícios e os seus espaços abertos envolventes, lotes e ruas. 2) A forma urbana pode ser entendida em diferentes níveis de resolução. De forma geral reconhecem-se quatro: o Edifício/Lote, a Rua/Quarteirão, a Cidade, e a Região. 3) A forma urbana pode unicamente ser entendida de forma histórica, desde que os seus elementos constituintes se submetem a transformações e substituições contínuas⁴²³.

A identificação dos elementos morfológicos pressupõe conhecer as partes da forma e o modo como se estruturam os espaços urbanos e a arquitetura⁴²⁴. Essa hierarquia de elementos que estruturam a forma urbana fica clara na ilustração de Osmond (Figura 58).

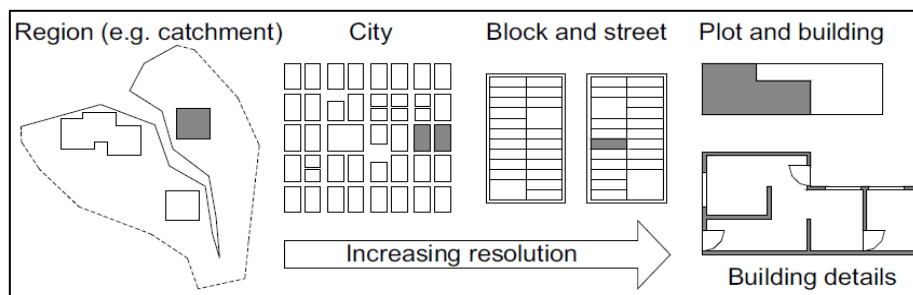
⁴²¹ KROPF, Karl S. Op. cit., 1993, p. 50.

⁴²² LAMAS, José M. Ressano Garcia. Op. cit., 2011, p. 100.

⁴²³ MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, 1997, v. 1, p. 7.

⁴²⁴ LAMAS, José M. Ressano Garcia. Op. cit., 2011, p. 79.

Figura 58. Representação esquemática de uma hierarquia da forma urbana



Fonte: Osmond (2006)⁴²⁵.

A partir disso, procura-se realizar uma abordagem do estudo da Morfologia Urbana com base nas principais escolas: a italiana, a francesa e a anglo-saxônica.

Escola Italiana

A escola italiana, representada pelo arquiteto **Saverio Muratori**⁴²⁶, caracteriza-se fortemente pela preocupação com o futuro das históricas cidades italianas, com fortes ressalvas às intervenções do movimento moderno e suas implicações futuras. A escola "Muratoriana", originada nas investigações de Saverio Muratori (1910-1973) e de Gianfranco Caniggia (1933-1987), na década de 1940, almejou uma "teoria do projeto", fundamentada na análise da cidade existente⁴²⁷.

Muratori, em sua obra *Studi per una Operante Storia di Venezia* (1960), utiliza-se dos conceitos de Lavedan sobre as cidades históricas e a evolução urbana de Venezia. O estudo da cidade de Venezia (1959) foi uma obra muito marcante, em que o conhecimento rigoroso e pormenorizado dos edifícios foi a sua base de trabalho. O uso de "tipos", assim, é a principal ferramenta para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos⁴²⁸.

Panerai⁴²⁹ salienta que o tecido urbano é a sobreposição de várias estruturas agindo em diferentes níveis, articulado com cada parte da cidade: vias, dentro do papel duplo de movimento e distribuição; parcelamento do solo, que define as questões fundiárias e onde se encontram as iniciativas privadas e públicas; e as

⁴²⁵ OSMOND, Paul. *Morphological classification as a common basis for analysis of urban metabolism and ambience*. Energy, Material, Urban Environment (EMUE). Conference, Paris, France, 2006, p. 4.

⁴²⁶ Saverio Muratori nasceu em Modena, em 31/08/2010. Entrou para Escola de Arquitetura de Roma onde se formou em 1933 (MURATORI, Saverio. Disponível em: <<http://saveriomuratori.blogspot.com.br/>>. Acesso em: maio 2018).

⁴²⁷ SILVA, Quentin José Manuel Blanpain. Op. cit., 2015, p. 16.

⁴²⁸ MOUDON, Anne Vernez. Op. cit., 1997, p. 8.

⁴²⁹ PANERAI, Philippe. Op. cit., 2014, p. 202.

edificações, que acomodam diferentes atividades. Lynch⁴³⁰ salienta, também, que no interior de um tecido urbano pode-se distinguir elementos singulares, chamados *feitos urbanos* como, por exemplo, os monumentos, equipamentos, objetos excepcionais, os quais desempenham importante papel na estruturação da forma urbana enquanto elemento de controle de cada tecido.

Trabalhos importantes seguem os conceitos estabelecidos por esta escola, como dos arquitetos Aldo Rossi (1931-1997) e Carlo Aymonino (1926-2010). Seus respectivos textos “*A Arquitetura da Cidade*” (1966) e “*O Significado das Cidades*” (1975) encontraram ampla divulgação internacional. Rossi, em sua obra, promoveu um retorno aos tipos de construções tradicionais, acendendo um interesse renovado pelos centros históricos e promovendo a sua significância na arquitetura. A mensagem de Rossi ecoou entre todos os arquitetos britânicos, americanos e franceses⁴³¹.

As investigações sobre a evolução das cidades pré-industriais na Itália, realizadas na década de 1960, introduziram definitivamente a análise da forma urbana no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo. O arquiteto italiano **Gianfranco Caniggia** deu continuidade à tradição “Muratoriana”, que passou a ser denominada de “Processo Tipológico”, e significa “o reconhecimento da existência do tipo e das suas respectivas mudanças consecutivas ao longo do tempo”⁴³².

Essa classificação focou o seu objeto de estudo nos tipos de edifícios, considerados por Gianfranco Caniggia como elemento de base da forma urbana⁴³³.

O tipo básico é a edificação considerada síntese da cultura local e que pode ser reconhecida por meio das suas transformações, todas baseadas num princípio comum, que se amplia ou reduz, mantendo o formato inicial, perceptível através da análise morfológica⁴³⁴.

O arquiteto propôs uma nova abordagem para o planejamento arquitetônico e urbano com base na compreensão do ambiente construído, no exame aprofundado de suas estruturas e do seu histórico processo formativo (Figura 59).

⁴³⁰ LYNCH, Kevin. Op. cit., 2014, pp. 86-87.

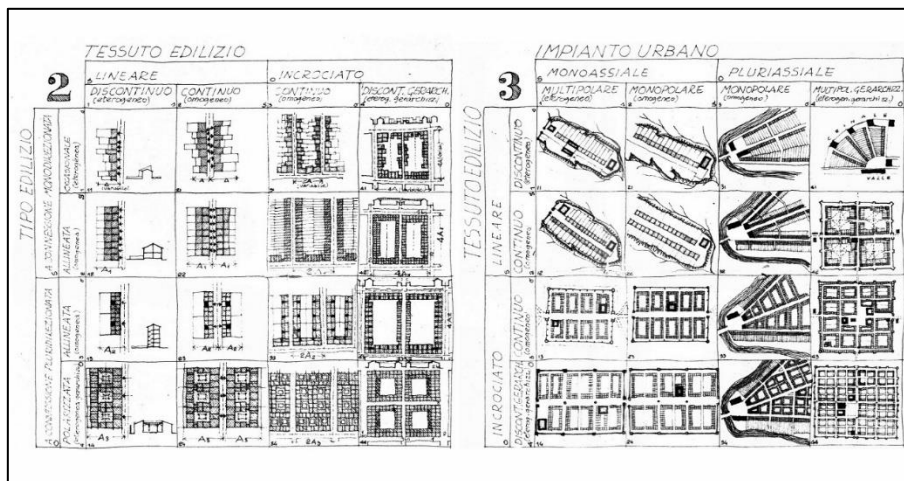
⁴³¹ MOUDON, Anne Vernez. Op. cit., 1997, p. 8.

⁴³² PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; SAFE, Simone M.S.; CASTRO, Cleide. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: *II CONINTER*. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013, p. 7. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAISS%20II%20Coninter/artigos/876.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴³³ MOUDON, Anne Vernez. Op. cit., 1997, p. 9.

⁴³⁴ PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; SAFE, Simone M.S.; CASTRO, Cleide. Op. cit., 2013, p. 5.

Figura 59. O processo tipológico da escola italiana



Fonte: Gallarati Architetti (2018)⁴³⁵.

Escola Francesa

A escola francesa, assim como a escola italiana, apareceu em reação aos resultados da Arquitetura Moderna. Tem origem nas reflexões sobre a cidade, nos ramos da Geografia e História, de **Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy** (1755-1849), e da contribuição do sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991). Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy foi escultor, arquiteto e acadêmico (*Académie des Beaux-Arts*) e dedicou sua carreira à criação de um *corpus* disciplinar para as Artes e a Arquitetura. Foi autor de numerosos artigos e livros. Entre 1788 e 1825 editou a sua obra mais importante, a "*Encyclopédie Méthodique*", com a qual contribuiu com muitos textos. No terceiro volume dessa enciclopédia, Quatremère de Quincy definiu formalmente o conceito de tipo, relacionando-o às noções de caráter, imitação, decoro e origem da Arquitetura⁴³⁶.

Por volta de 1960, os arquitetos Philippe Panerai e Jean Castex, em parceria com o sociólogo Jean-Charles De Paule, fundaram a Escola de Arquitetura em Versailles, como parte da dissolução das Belas Artes (*Beaux-Arts*). Procuraram consolidar uma nova "disciplina" com duplo objetivo: primeiro, uma investigação descritiva multidisciplinar do espaço construído a fim de reconhecer os ingredientes de um bom desenho; e, segundo, a identificação e crítica de modelos teóricos de "desenho urbano" enquanto "ideias" e "práticas"⁴³⁷.

⁴³⁵ GALLARATI ARCHITETTI. *Scuola italiana di tipologia processuale*. Disponível em: <<http://www.gallaratiarchitetti.com/easynews/newsleggi.asp?newsid=68>>. Acesso em: maio 2018..

⁴³⁶ PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. São Paulo: FAUUSP, 2008, p. 301.

⁴³⁷ ROSANELI, Alessandro Filla. *A Morfologia Urbana como abordagem metodológica para o estudo*

Escola Anglo-Saxônica

A escola anglo-saxônica, representada por **Michael Robert Gunther Conzen**⁴³⁸, conhecida como escola Conzeniana, tem sua base teórica alicerçada na corrente germânica. O legado de Conzen foi assegurado por Jeremy W. R. Whitehand, do Departamento de Geografia da Universidade Birmingham, com a exploração geográfica das paisagens urbanas, realizada pelo grupo de investigação de Morfologia Urbana (*Urban Morphology Research Group – UMRG*), fundado em 1974⁴³⁹.

Segundo Moudon, a Morfologia Urbana, na escola *anglo-saxônica*, está principalmente incluída no campo de estudos da Geografia Urbana. Devido à sua abordagem estritamente “descritiva, analítica e explanatória” e sua completa concentração no estudo da forma urbana, “oferece o mais completo, detalhado e sistemático método tipo-morfológico das três escolas”⁴⁴⁰.

As suas investigações são marcadas pela ligação entre a Geografia, História e o Planejamento, com uma notável precisão conceitual fundamentada na aplicabilidade da leitura dos planos urbanos (*Town-Plans*) para o entendimento da história urbana. A escola, portanto, se caracteriza pelo método morfogenético, representação cartográfica e precisão terminológica⁴⁴¹.

A escola de pensamento britânica em morfologia urbana [...] é indubitavelmente geográfica e se preocupa em como as coisas se adequam ao sítio. [...] A descrição “morfogenética” parece pertinente já que lança ênfase sobre a representação cartográfica. A abordagem completa, mais especificamente o modo de concepção e a abordagem da terminologia e da representação visual, é muito mais germânica que inglesa. Não há dúvidas que a história da morfologia urbana britânica teria sido muito diferente se Conzen não tivesse se mudado para a Inglaterra⁴⁴².

da forma e da paisagem de assentamentos. Artigo publicado em 2011, p. 4. Disponível em: <<https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-4.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴³⁸ Michael Robert Gunther Conzen (1907-2000) completou seus estudos no Instituto Geográfico da Universidade de Berlim, em 1932. Devido ao seu envolvimento político com a oposição nazista, fugiu e refugiou-se definitivamente na Inglaterra, atuando também como acadêmico e centrando-se no estudo sistemático da forma urbana das cidades. Um marco característico de sua produção é a ligação entre a Geografia, História e Planejamento, além da incessante procura pela precisão conceitual (APPLETON, J. Obituary: M. R. Conzen. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, 2000, v. 25, n° 4, p. 521-522; SLATER, T. R. Starting again: recollections of na urban morphologist. In: SLATER, T. R. (Ed.). *The built form of western cities. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday*. Leicester University Press, 1990, p. 23-35; WHITEHAND, J. W. R. British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, 2001a, v. 5, pp. 103-109; WHITEHAND, J. W. R. Obituary: M. R. Conzen, 1907-2000. *Journal of Historical Geography*, 2001b, v. 27, n° 1, pp. 93-97.

⁴³⁹ MOUDON, Anne Vernez. Op. cit., 1997.

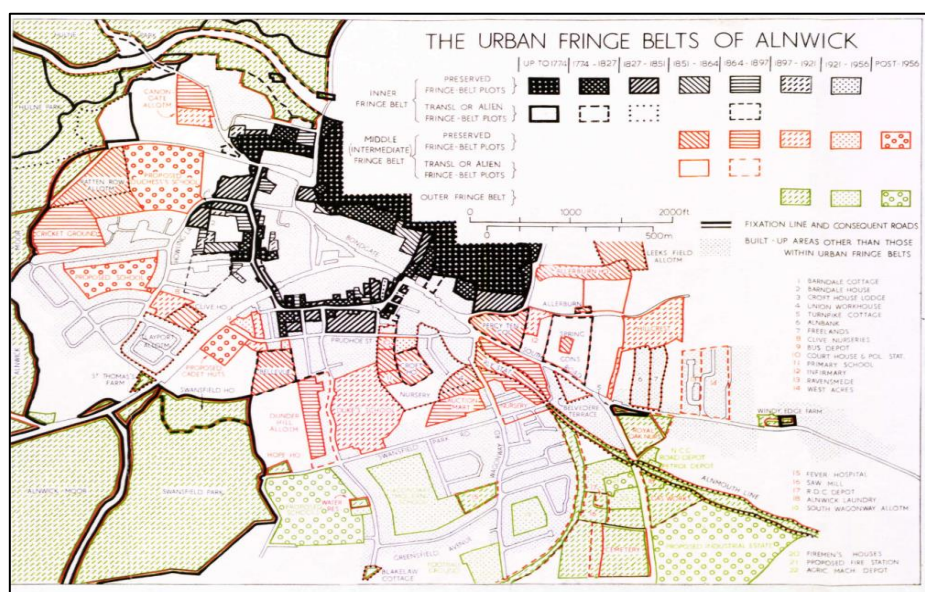
⁴⁴⁰ MOUDON, Anne Vernez. Getting to Know the Built Landscape: typomorphology. In: FRANK, K. A. & Schneekloth. *Ordering Space: types in Architecture and Design*, 1994, p. 263.

⁴⁴¹ CONZEN, Michael Robert Gunther. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *The Institute of Britis Geographers*, Pub. 1960, n° 27.

⁴⁴² WHITEHAND, J. W. R. Op. cit., 2001a, p. 109.

As investigações conduzidas por Conzen manifestam-se especialmente na sua principal obra, “*A study in town-plan analysis*”, aplicada em 1960 à cidade de Alnwick, cuja “complexidade geográfica” permitiu introduzir grande parte dos conceitos e métodos com os quais trabalharia *a posteriori*, nos estudos de Newcastle (1962) e Ludlow (1966, 1975, 1988). O desenvolvimento de conceitos relativos ao processo de desenvolvimento urbano que caracteriza as diferentes zonas da cidade, ou seja, a cintura periférica (*fringe belt*) (Figura 60), a região morfológica (*morphological region*) e o ciclo de parcela burguesa (*burgage cycle*)⁴⁴³.

Figura 60. *Urban Fringe Belt* aplicada à cidade de Alnwick (1969)



Fonte: Kropf (1993)⁴⁴⁴.

⁴⁴³ Os conceitos inicialmente propostos por M. R. G. Conzen são: “*burgage cycle*”, entendido como o progressivo preenchimento edilício dos lotes – um crescimento interno, mais transformativo - (“*burgages*” são lotes compridos e estreitos de origem medieval), cujas variações locais e regionais permitiriam distinguir o específico caráter histórico do crescimento urbano interno desses padrões dentro de um país, além do aumento da densidade e dos diferentes requisitos funcionais; “*fringe belts*”, caracteriza-se por um crescimento urbano periférico associado aos limites existentes da cidade medieval, mas cuja regularidade do padrão parcelar não apresenta a uniformidade da(s) precedente(s) divisão(ões), normalmente se expandem sobre as áreas rurais, ocasionando lotes maiores e adquirindo fator ecológico com maiores proporções de espaços naturais; e “*morphological region*”, uma área com unidade interna distinta, cuja divisão dos lotes e o sistema das ruas possuem forte influência na sua caracterização (CONZEN, Michael Robert Gunther. Op. cit., 1960; WHITEHAND, J. W. R. Op. cit., 2001a). Cabe ressaltar, entretanto, que esses conceitos foram incorporados por vários estudiosos ao redor do mundo, sofrendo os contextuais ajustes necessários (SLATER, T. R. Op. cit., 1990; WHITEHAND, J. W. R. Recent Advances in Urban Morphology. *Urban Studies*, 1992, v. 29, n° 3/4, p. 619-636; COSTA, S. A. P. C.; MACIEL, M. C. Fringe belts no Município de Belo Horizonte. In: TÂNGARI, V. R.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. (Orgs.). *Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009).

⁴⁴⁴ KROPF, Karl S. Op. cit., 1993, p. 526.

A metodologia da Escola Anglo-Saxônica está baseada na compreensão do desenvolvimento das atuais paisagens urbanas. Essa compreensão passa pelo conhecimento da evolução histórica dos aglomerados urbanos, iniciando pelos tecidos urbanos existentes, seguido da análise de mapas antigos e do estudo de documentos históricos e trabalhos arqueológicos⁴⁴⁵.

Conzen estabeleceu uma estrutura tripartida da paisagem urbana, que são o plano/planta de cidade, o tecido edificado e o uso do solo. Para o arquiteto, o “plano” de cidade é definido como a organização topográfica de uma área construída a partir de três elementos diferentes: as ruas e a sua organização em um ‘sistema de ruas’; as parcelas e a sua agregação em quarteirões; e a planta de implantação dos edifícios⁴⁴⁶.

Com maior detalhamento e especificidade, Conzen desenvolveu o aspecto morfológico do ambiente construído, que denominou de *Townscape*. Este conceito considera a fisionomia da paisagem urbana e as relações espaciais entre as formas construídas, englobando a configuração e o arranjo de recursos artificiais dentro da cidade. Conzen complementa que a “*Townscape* refere-se à fisionomia da cidade, mais especificamente à combinação do *Town Plan*, *Building Fabric* e *Land and Building Utilization*”⁴⁴⁷.

Além disso, Conzen definiu com mais detalhe o conceito de *Town Plan*, como sendo “a distribuição espacial dos recursos artificiais dentro de uma área urbana consolidada”⁴⁴⁸. Ou seja, como a ligação física entre os recursos artificiais, tendo o *Site* de um lado e a história da cidade de outro lado⁴⁴⁹.

Conzen também definiu o conceito de *Plan Units* como a combinação dos elementos *Street System* (traçado das ruas e sistema rodoviário), *Plot Pattern* (lotes que se agregam em quarteirões) e *Building Pattern* (arranjo espacial dos edifícios dentro da área urbana), que constituem o *Town Plan* e, ainda, identificou a *Plan Divisions* como sendo combinações da *Plan Units*. Assim, o resultado da exploração do desenvolvimento de uma área urbana era a divisão dessa área em “o mapa de *Morphological Regions* que consiste numa sobreposição de diferentes mapas das áreas do *Town Plan*, do tipo de edifícios e do uso do solo”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁵ CONZEN, Michael Robert Gunther. Op. cit., 1960, p. 3.

⁴⁴⁶ Id., ibid., p. 3.

⁴⁴⁷ Id., ibid., p. 3.

⁴⁴⁸ KROPF, Karl. Op. cit., 1993, p. 50.

⁴⁴⁹ CONZEN, Michael Robert Gunther. Op. cit., 1960, p. 3.

⁴⁵⁰ WHITEHAND, J. W. R. Op. cit., 2001a, p. 106.

Os conceitos de Conzen⁴⁵¹ na escola anglo-saxônica, contudo, foram utilizados na investigação morfológica ao longo das últimas décadas em diferentes partes do mundo, no estudo e desenvolvimento urbano das cidades e, sobretudo, de seus Planos Diretores. A partir dos conceitos expostos pelas principais escolas é importante ressaltar o viés das investigações realizadas no ambiente europeu. A metodologia exposta pelas principais escolas revela-se essencial à construção de uma base analítica para trabalhos em situações urbanas nas Américas, possibilitando explorar outras realidades no “Novo Mundo”.

No Brasil, os estudos sobre Morfologia Urbana e Tipologia Edílica foram primeiramente realizados por Nestor Goulart Reis Filho (1970), que apresenta em sua obra, *“Quadro da Arquitetura no Brasil”*, um estudo da evolução da tipologia residencial do período do Brasil Império até 1940. Para o autor, “em cada época, a arquitetura é produzida de um modo diverso, relacionando-se de uma forma característica com a estrutura urbana em que se instala”⁴⁵², ou seja, ao longo do tempo a cidade se transforma, os modos de viver se alteram devido às novas necessidades e relações de trabalho. As novas tecnologias são substituídas pela mão de obra desqualificada e novas propostas arquitetônicas são introduzidas no tecido e na paisagem urbana do Brasil.

Não é difícil constatar que os lotes urbanos têm correspondido, em princípio, ao tipo de arquitetura que irão receber: os lotes medievo-renascentistas à arquitetura daqueles tempos, os lotes mais amplos do séc. XIX e início do séc. XX às casas com jardins particulares e, finalmente, as superquadras à complexidade dos programas residenciais recomendados pelo urbanismo contemporâneo⁴⁵³.

Entre os mais representativos encontram-se os estudos de Günter Weimer (2005) que, em sua obra, *“Arquitetura popular da imigração alemã”*, expõe um panorama da arquitetura de imigração alemã no Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Weimer identifica a “cabana” como o “primeiro abrigo”, preferencialmente implantado próximo a rios e córregos, fornecedores de água. São identificados a forma “cabana”, a função “abrigo” e os materiais de construção “oferecidos pela natureza”. A área escolhida para implantação da edificação é, preferencialmente, “onde havia uma suave elevação, a cujo sopé, talvez a uns cinquenta passos do lugar mais alto, corria um límpido regato”⁴⁵⁴.

⁴⁵¹ CONZEN, Michael Robert Gunther. Op. cit., 1960, p. 3.

⁴⁵² REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 15.

⁴⁵³ Id., *ibid.*, p. 16.

⁴⁵⁴ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 133.

Esta abordagem possibilita realizar uma análise da cidade de Panambi, antiga Colônia Neu-Württemberg, que teve como principal ponto de partida uma divisão territorial em áreas descontínuas, posteriormente fracionados e vendidos na forma de lotes coloniais, cuja área-padrão na região era de 25 hectares (250.000m²). A partir disso, estabeleceu-se a sede colonial com aspectos e características próprias, porém com semelhanças às pequenas cidades alemãs que procuravam se estabelecer nas proximidades do rio. Os aspectos geográficos, como a topografia local, foram condicionantes para o assentamento do “núcleo urbano” e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da colônia.

Procurou-se, contudo, a partir dos estudos morfológicos anteriormente expostos, evidenciar as diversas possibilidades de construção de um quadro investigativo mais consistente para o estudo da forma urbana. A partir dos trabalhos apresentados foi possível visualizar as diferentes perspectivas de estudo, que permitiram distinguir a riqueza dessa abordagem para o exame minucioso da realidade urbana. O desafio, portanto, é ajustar o escopo investigativo ao amplo leque de questões a serem observadas no desenvolvimento do estudo da colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, tema que será abordado no próximo capítulo desta investigação.

As formas urbanas, no entanto, são uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções, como circulação, aproveitamento de espaços, desenhos, territórios, elementos e traçados, tornando moldáveis os propósitos e as necessidades dos cidadãos locais, e utilizando a sua própria cultura, conforme será apresentado a seguir.

2.4.3 Desenho e ocupação do território: principais elementos, traçados e tipologias

Coube aos historiadores da Arte e aos arquitetos das escolas italianas das décadas de 1950 e 1960, entre eles, Saverio Muratori, Júlio Carlo Argan, Carlo Aymonino, Aldo Rossi (este último o mais divulgado entre os arquitetos), Caniggia e Maffei, assentarem as bases metodológicas do estudo da cidade como produto histórico e artístico. A contribuição dos italianos tem exercido ampla influência e boa parte dos princípios e métodos propostos tem validade no estudo da cidade como preexistência.

Essa influência penetrou no meio acadêmico por intermédio de professores, como Antonio Bonnet Correa e Iganacio de Sola i Morales, na Espanha; Jorge Enrique

Hardoy e Ramon Gutierrez, na Argentina; Nestor Goulart Reis Filho, no Brasil, entre os mais destacados. Reis Filho utilizou os conceitos de Lavedan para o estudo da evolução das cidades no Brasil Colonial.

Muratori apresentou os conceitos de Tipologia e Morfologia sistematizados e como elementos inseparáveis e interpretativos da evolução da cidade. Argan⁴⁵⁵, no ensaio de 1962, intitulado “*Sobre o conceito de Tipologia Arquitetônica*”, define o tipo como uma abstração, um instrumento de projeto ligado à História e, também, um instrumento de análise:

É fácil estabelecer uma analogia entre a tipologia da arquitetura e a iconografia: a tipologia, do mesmo modo que a iconografia da arte figurativa, constitui um fator certamente não determinante, mas sempre presente, de modo mais ou menos manifesto, no processo artístico⁴⁵⁶.

Argan também diferencia entre os tipos arquitetônicos, três grandes categorias: as configurações internas dos edifícios, os elementos construtivos e os elementos decorativos⁴⁵⁷.

É fundamental, porém, para o entendimento da tipologia na Arquitetura, esclarecer os aspectos que relacionam e diferem “tipo” de “modelo”, pois uma obra pode ser tanto vista como uma produção exclusiva e original como um objeto que é produzido em série. Argan destaca que Quatremère de Quincy, em seu histórico “*Dictionnaire d’Architecture*”, foi o primeiro teórico a estabelecer o conceito de tipo:

A palavra “tipo” não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo [...]. O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrário, um objeto segundo o qual qualquer pessoa pode conceber obras que não se assemelharão em nada entre si. Tudo é preciso e, dado no modelo, tudo é mais ou menos vago no tipo⁴⁵⁸.

É necessário entender, portanto, que um projeto pode se utilizar de um modelo de modo a configurar um tipo na medida em que se colocam particularidades formais e funcionais a cada modelo. Dessa forma, considera-se legítima a afirmativa de que modelo é tudo aquilo que é igual, que pode ser produzido em série. Já o tipo, em contrapartida, é vago, subjetivo, e permite inúmeras variantes formais.

⁴⁵⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001, p. 65.

⁴⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 65.

⁴⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 67.

⁴⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 66.

Para Rossi, “o tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico”⁴⁵⁹. Ou seja, na visão de Rossi, o tipo se constitui de acordo com as necessidades e com as aspirações de beleza arquitetônicas das diferentes sociedades, ligado à forma e ao modo de vida, bem como às heranças culturais.

Assim, visando à construção da memória, Rossi propõe um método de projeto denominado arquitetura análoga⁴⁶⁰, que pretende recuperar os tipos como formas essenciais e irredutíveis da Arquitetura e, portanto, de sua história, renunciando mediar entre estrutura formal – tipologia – e aparência figurativa – morfologia. Para a leitura da cidade, Rossi⁴⁶¹ estabelece o conceito de elemento primário, que é o edifício individual e singular, de caráter coletivo e monumental, que tem a capacidade de estruturar um setor homogêneo da cidade. Dessa forma, é possível visualizar os vários níveis de ajuste possíveis no estudo morfológico e como os “tipos” podem ser transportados pelo território em razão da carga cultural e dos indivíduos encarregados pelos planos⁴⁶².

Aymonino esclarece a relação entre Tipologia Edilícia e Morfologia Urbana, sendo que alguns tipos edilícios podem ser determinados pela forma urbana, mas não necessariamente são derivados dela. Assim, Aymonino conduz “a forma urbana como resultado de um processo contínuo, portanto, difícil de sistematizar, enquanto no tipo, pelo maior grau de permanência, é possível identificar suas características constantes”⁴⁶³. Por isto, o autor emprega o conceito de *fenômeno urbano* para substituir o de *forma urbana*⁴⁶⁴.

O conceito de Aymonino não apenas fixa uma imagem num determinado instante e numa precisa localização, mas compreende, por meio de uma atenção particular, as modificações que afetam a cidade no tempo e no espaço. Esses profissionais procuraram construir uma relação teórica e operativa entre a análise urbana e o projeto de arquitetura. Assim, destaca-se a obra de Aldo Rossi, “*Arquitetura da Cidade*”, onde o autor afirma que:

⁴⁵⁹ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 27.

⁴⁶⁰ Id., ibid.

⁴⁶¹ ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1969.

⁴⁶² ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001.

⁴⁶³ AYMONINO, Carlo. El estudio de los fenómenos urbanos. In: POZO, Alfonso del (Org.). *Análisis Urbano*. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla, 1997, p. 83.

⁴⁶⁴ ROSSI, Aldo. Op. cit., 1964, p. 127.

A cidade, objeto deste livro, é nele entendida como uma arquitetura. Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me à imagem visual da cidade a ao conjunto de suas arquiteturas, mas antes a arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que esse ponto de vista, independentemente dos meus conhecimentos específicos, possa constituir um tipo de análise mais global da cidade, esta análise dirige-se ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive⁴⁶⁵.

Na visão de Rossi, a arquitetura é inseparável da vida civil, da sociedade e de sua expressão coletiva. Ela surge a partir das primeiras formas urbanas, constituindo algo inerente à civilização, pois dá forma à sociedade. Rossi considera ainda:

Mas com o tempo a cidade cresce sobre si mesma, adquire consciência de si própria. Na construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento⁴⁶⁶.

Da mesma forma como Rossi se refere a Florença, ele também destaca que a cidade de Panambi é uma “cidade concreta e que sua imagem do passado adquire valores pois representam as vivências e experiências daquela época”⁴⁶⁷. O autor analisa a construção da cidade no tempo por meio de imagens e fotografias que descrevem e elucidam as suas ações ao longo do tempo. As ações dos indivíduos por intermédio de suas construções públicas e privadas refletem o elo com o passado e estabelecem os valores do *locus*, uma vez que a cidade é fato material, mas também é *locus* da memória coletiva.

Na opinião de Gregotti⁴⁶⁸, nem a morfologia e tampouco a tipologia diz respeito apenas aos aspectos materiais da Arquitetura e do quadro físico urbano. Ambas arrastam a materialidade de uma carga de memória coletiva, de símbolos da história, de necessidades sociais inscritas nas formações de cada cidade.

Rossi remete-se a um desenvolvimento sistemático do estudo da cidade, em que procura se deter nos “problemas históricos e nos métodos de descrição dos fatos urbanos, na sua relação entre estes fatos e na identificação das forças que atuam na cidade, entendidas como forças permanentes e universais”⁴⁶⁹. Esses aspectos, portanto, devem ser considerados relevantes no estudo da cidade e de todos os fatos urbanos que atuaram na sua construção. A cidade de Panambi, portanto, deve ser

⁴⁶⁵ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 31.

⁴⁶⁶ Id., ibid., p. 31.

⁴⁶⁷ Id., ibid., pp. 31-32.

⁴⁶⁸ GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 68.

⁴⁶⁹ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 34.

analisada a partir de seus sistemas políticos, sociais e econômicos e dos aspectos relativos ao campo da Arquitetura e da Geografia.

Rossi menciona, ainda, que a tipologia é como “a ideia de um elemento que tem um papel na constituição da forma, e que é uma constante”⁴⁷⁰. O autor contribuiu para a formulação de uma metodologia arquitetônica, de carácter historicista, que defendeu a estrutura da cidade tradicional e que se apoiou numa interpretação crítica da história, direcionada à procura de uma dimensão cultural e coletiva, mantendo a arquitetura original.

Ressalta-se ainda outra colocação de Rossi sobre “as cidades de colonização iniciada pela Europa, sobretudo após a descoberta das Américas”⁴⁷¹. O autor refere-se aos estudos de Freire⁴⁷², que trata “da influência de certas tipologias de edifícios urbanos levadas pelos portugueses para o Brasil e de como estas estavam estruturalmente ligadas ao tipo de sociedade que se estabeleceu”⁴⁷³.

Seguindo essa ótica é possível considerar o caso da colonização alemã no Sul do Brasil com os estudos realizados por Weimer⁴⁷⁴, em sua obra “*Arquitetura Popular da Imigração Alemã*”. O autor analisa, como antecedentes, a forma física dos aldeamentos de origem germânica da região centro-europeia, associados à tradição popular e, portanto, desenvolvidos gradativamente. Em especial, no caso da colonização alemã de Panambi, a estrutura urbana estabelecida foi previamente organizada por meio de uma malha ortogonal diferentemente da forma orgânica que Weimer traz nos sistemas de aldeias alemãs estabelecidas no Sul do Brasil.

A paisagem da Colônia Neu-Württemberg se aproximou da paisagem da Alemanha devido às suas características culturais e dos aspectos geográficos, pois as colônias normalmente se estabeleciam nas proximidades de um rio. Além desses havia ainda os aspectos estéticos e construtivos, considerando que:

É possível distinguir e reconhecer paisagens urbanas e suas diferenças, ainda que possam ser similares do ponto de vista da geografia física, como a exemplo da paisagem toscana e da sueca, porque a história da atividade humana sobre aquele suporte geográfico a construiu paciente e coerentemente como paisagem⁴⁷⁵.

⁴⁷⁰ Id., *ibid.*, p. 80.

⁴⁷¹ Id., *ibid.*, p. 37.

⁴⁷² FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. São Paulo: Livros do Brasil, 1957.

⁴⁷³ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 37.

⁴⁷⁴ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 133.

⁴⁷⁵ GREGOTTI, Vittorio. Op. cit., 1975, p. 67.

No caso de Panambi, a construção da paisagem urbana é indissociável da paisagem urbana das pequenas cidades da Alemanha, mesmo não tendo as características das cidades medievais centro-europeias. Essa compreensão permite identificar os valores em jogo e reconhecer a construção que supera e transcende a própria materialidade, ou seja, um processo que nasce entre o indivíduo e sua cultura.

É também indissociável a relação que o lugar possui com sua tipologia, que é o elemento característico de um lugar e uma cultura, uma constante histórica e dinâmica. A tipologia não somente pode ajudar a contar a história de um povo como, também, determinar o estilo de uma época⁴⁷⁶.

O nível das escalas, desde o urbano ao edifício, é determinante na construção do quadro instrumental usado para análise urbana da “área estudo”, e resultará da reflexão conceitual anterior que constitui a base metodológica para a análise da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi. O assentamento urbano de promoção privada teve como base a agricultura de subsistência, cuja formação partiu de um núcleo urbano pré-existente, sendo equacionadas tipologias e modelos arquitetônicos e sua evolução nos tempos de construção da cidade, em particular as que possam ser consideradas “elementos primários” na cidade atual.

O caráter dessa abordagem metodológica conduz, também, à compreensão da memória coletiva e ao sentido de preservação do patrimônio urbano, o que não é alheio ao conceito de restauro.

2.5 PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL NECESSÁRIA

2.5.1 Construção teórica do conceito de restauro

Elegeram-se para esta abordagem as concepções e teorias de Quatremère de Quincy, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Max Dvorák, Alois Riegl, Gustavo Giovannoni, Cesare Brandi, em virtude do seu contributo mais explícito na preservação e requalificação de patrimônios industriais e urbanos.

Na concepção de Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy, “a restauração era encarada essencialmente como ação voltada ao restabelecimento do estado original ou ao rejuvenescimento de obras alteradas no decorrer do tempo”⁴⁷⁷. Isso

⁴⁷⁶ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 37.

⁴⁷⁷ Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) teve papel relevante no cenário cultural do final do século XVIII e início do século XIX na França, com repercussões para além das fronteiras daquele país e que se estenderam por longo período. Escritor proeminente no campo das artes, sua

ocorria visto que não existia distinção entre artista e restaurador, pois as operações de restauro, de retoque, de limpeza, de ampliação e corte de obras de arte, ou de reconstrução, ampliação ou alteração de arquitetura eram executadas por artistas ou arquitetos, numa estratégia de aproveitamento do possível e correção do necessário, num espírito de total pragmatismo e utilitarismo⁴⁷⁸.

As primeiras definições de restauro voltadas diretamente ao campo arquitetônico apareceram na França já a partir do final do século XVII, como nos textos de Augustin Charles d'Aviler (1653-1700):

Restauration é o refazimento de todas as partes de um edifício degradado e deteriorado por defeitos de construção ou pela sucessão do tempo, de modo a que ele seja reconduzido à sua forma primitiva... restaurar, é restabelecer um edifício, ou reconduzir ao seu estado primitivo uma figura mutilada⁴⁷⁹.

Quatremère de Quincy menciona que a restauração, segundo a definição de Augustin Charles d'Aviler, é voltada a realizar melhoramentos e buscar a configuração inicial e completa do bem, refazendo partes e construindo acréscimos. Já o estudioso define restauração “como ato visando restabelecer partes degradadas de um edifício para deixá-lo em bom estado, buscando, ainda, reencontrar a sua disposição original ao reintegrar partes faltantes”⁴⁸⁰. Para chegar a esse conceito, no entanto, Quatremère de Quincy sintetizou experiências diversas que se sucederam de John Ruskin a Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, que consideram vertentes de restauração, a preservação do edifício degradado, com ênfase na manutenção constante, mantendo as características primitivas do patrimônio⁴⁸¹.

Na concepção de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo”⁴⁸². Esse

visão era profundamente marcada pelos ideais do classicismo, em especial pelas proposições de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), associadas, ainda, às aquisições de suas estadias na Itália, onde desenvolveu duradoura amizade e um profícuo intercâmbio de ideias com Antonio Canova (1757-1822). Erudito de grande envergadura, as ações de Quatremère de Quincy ramificaram-se em vários campos, como a Arqueologia, História da Arte, destinos da produção artística contemporânea e problemas de preservação de bens culturais. O autor esteve envolvido em diversas polêmicas sobre preservação e restauração de bens culturais e patrimoniais ao longo de sua carreira e seus escritos e ações despertam vivas reações até hoje (QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome. *Cartas a Miranda: sobre o prejuízo que o deslocamento dos Monumentos da Arte da Itália ocasionaria às Artes e à Ciência* (1755-1849). Trad. de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016, pp. 31-32).

⁴⁷⁸ D'AVILER, Augustin-Charles. *Architecte du roi en Languedoc 1653-1701*. Broché, janvier, 2003, p. 836.

⁴⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 836.

⁴⁸⁰ QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome. Op. cit., 2016, p. 49.

⁴⁸¹ Id., *ibid.*, p. 55.

⁴⁸² Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) nasceu no seio de uma família burguesa de estável posição. Seu pai era Emmanuel Viollet-le-Duc, um funcionário público, bibliófilo, com sólida carreira, e sua mãe, Eugénie Delécluze, era irmã de Étienne Jean Delécluze, um pintor formado no ateliê de David

conceito, porém, ganhou força no final do século XVII, pois antes nenhuma civilização, nem povo, teve a intenção de fazer restaurações como é compreendido atualmente⁴⁸³. Tanto que na Ásia, Roma, Grécia e Egito não se usava a palavra “restauração” de edifícios, e sim a construção de um novo no lado ou um lugar próximo para substituir o edifício que estava em degradação⁴⁸⁴. A restauração, no entanto, até se firmar como ação cultural no século XIX, passou por lento processo de maturação no decorrer do tempo. De acordo com o restaurador Camillo Boito⁴⁸⁵, algumas noções ligadas ao restauro floresceram a partir do Renascimento, amadurecendo conceitos e teorias:

O respeito pela matéria original, a ideia de reversibilidade e distinguibilidade, intervenção, a noção de ruptura entre passado e presente. A partir da segunda metade do século XVIII, a restauração passou a se afastar cada vez mais das ações pragmáticas e assumiu uma conotação cultural, baseada em análises sistemáticas, com maior rigor e método nos procedimentos, e com o julgamento alicerçado no conhecimento histórico e em análises formais. Vários fatores contribuíram nesse processo, como o Iluminismo, as reações às destruições posteriores à Revolução Francesa, as profundas e aceleradas transformações geradas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, alterando a relação de uma dada cultura com o seu passado e dando origem a uma nova maneira de encarar o legado cultural, que resultaria nos movimentos de preservação e restauração de monumentos e edificações⁴⁸⁶.

e crítico de arte. Eugène vinha, pois, de um meio que cultivava a cultura e as artes. Viollet-le-Duc é uma personalidade sempre presente quando se aborda a questão das teorias de restauro. Foi um autor prolixo e quando se invocam as obras e os escritos desse grande estudioso e teórico de talentos múltiplos, que também abrangiam os de arquiteto, escritor, diretor de canteiros de obras, desenhista, a polêmica é certa. Sua influência foi enorme em vários campos e, no que concerne à restauração, Viollet-le-Duc imprimiu uma marca pessoal e indelével e exerceu grande influência (VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). Trad. de Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Coreiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006, p. 29).

⁴⁸³ Id., *ibid.*, p. 30.

⁴⁸⁴ Id., *ibid.*, pp. 30-31.

⁴⁸⁵ Camillo Boito (1836-1914) nasceu em Roma, era o filho primogênito da condessa polonesa Giuseppina Radolinska e de Silvestro Boito (1802-1856), pintor originário de Polpet (Belluno) que gozava de alguma reputação como retratista e que desenvolveu sua carreira em várias cidades, tais como Viena, Pádua, Florença e Roma, estabelecendo-se por certo tempo em Veneza. Outro filho do casal também alcançou grande notoriedade, o poeta, libretista e músico Arrigo Boito (1842-1918). Boito era uma figura de grande destaque no panorama cultural do século XIX. Foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um analista dos mais argutos de seu próprio tempo, tendo papel relevante na transformação da Historiografia da Arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Como restaurador e teórico, tem um lugar consagrado pela historiografia da restauração, sendo a ele reservada uma posição moderada e intermediária entre Viollet-le-Duc, cujos preceitos seguiu durante certo tempo, e Ruskin, sintetizando e elaborando princípios que se encontram na base da teoria contemporânea de restauração. Boito reconhece em Viollet-le-Duc um teórico de grande importância para a difusão dos conhecimentos sobre a arquitetura medieval, que tiveram repercussão também na Itália e na França, buscando afirmação da nacionalidade, os estudos sobre a história da arquitetura e as políticas de preservação de monumentos históricos (BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Conferência feita na exposição de Turim, em 7 de junho de 1884 (1836-1914). Tradução de Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Cordeiro. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, pp. 9-12).

⁴⁸⁶ Id., *ibid.*, pp. 15-16.

Esse processo, no entanto, somente ganhou força no século XIX, por meio de formulações de teorias de Viollet-le-Duc, de John Ruskin⁴⁸⁷ e William Morris⁴⁸⁸ e de outros que não somente destacaram suas experiências sistemáticas de inventário e de intervenções sobre edifícios em degradação, mas que expressaram em suas obras que a restauração de edifícios em desuso almeja manter os elementos originais, respeitando a estrutura e a arquitetura primitivas⁴⁸⁹.

Considerando as teorias de Viollet-le-Duc, Ruskin e Morris, Solà-Morales define o termo *intervenção* como “um conceito generalista que engloba diversas ações sobre obras históricas, desde sua estrita conservação até a transformação profunda”⁴⁹⁰. Considerando os mesmos pensamentos, Bonduki entende que “as intervenções desempenham um papel estratégico para os núcleos históricos, tanto no que se refere à melhoria da qualidade de vida urbana como de seus moradores e usuários”⁴⁹¹. Ou seja, a intervenção é uma forma muito eficaz de ampliar a consciência cidadã sobre a necessidade de preservação e de criar um ambiente local favorável à proteção do patrimônio.

Viollet-Le-Duc foi uma figura marcante no panorama do restauro, visto que suas propostas metodológicas propunham a recuperação da integridade estilística do monumento à procura de uma imagem ideal que correspondia, no entendimento do restaurador, à busca da perfeição formal de cada edifício sem perder as características primitivas por meio da intervenção. Nessa ótica, o aspecto mais valorizado do bem é a sua arquitetura, a expressão originária, apagando os vestígios deixados pelo tempo que não correspondiam à singularidade arquitetônica e estilística idealizadas pelo edifício⁴⁹².

Ruskin considerou que a arquitetura, como obra de arte, tem a capacidade de potencializar a harmonia que deve haver entre a sociedade e o meio envolvente. Este

⁴⁸⁷ O inglês John Ruskin (1815-1900) protagonizou, a partir de 1850, a maior oposição sistemática e fundamentada contra o restauro “em estilo”. A doutrina formulada por este professor de arte, difundida nas suas obras *The Seven Lamps of Architecture* (1849) e *The Stones of Venice* (1851-53), é apontada pela historiografia do restauro como a maior crítica da época (LOPES, Flávio. *Zonas de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico: para que servem?* Portugal: Caleidoscópio, 2013, p. 31).

⁴⁸⁸ William Morris (1834-1896) não só deu continuidade às teorias de Ruskin, como as expandiu e difundiu. Para defender os monumentos ameaçados de destruição pelas intensas campanhas de restauro em curso em Inglaterra, e também no continente europeu, Morris promoveu, em 1877, a criação da *Society for The Protection of Ancient Buildings* - SPAB, que atualmente ainda prossegue a sua atividade (Id., *ibid.*, 2013, p. 32).

⁴⁸⁹ BOITO, Camillo. Op. cit., 2008, pp. 16-17.

⁴⁹⁰ COSTA, Xavier. *Ignasi de Solà-Morales Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili- SL, 2006, p. 7.

⁴⁹¹ BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010, p. 12. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

⁴⁹² LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 27.

princípio está na base das críticas que lançou à cultura do seu tempo, nascida da Revolução Industrial, e à apologia de um passado mais adequado à dimensão humana. A valorização do passado e a procura da verdade histórica levaram-no à identificação de outros valores nos monumentos, como o valor da autenticidade histórica e da Antiguidade⁴⁹³.

Morris, a partir da criação da *Society for The Protection of Ancient Buildings-SPAB*, realizou um manifesto, tornando-se base formal do movimento e defensor da conservação preventiva em oposição ao restauro. Segundo o especialista do ICCROM, Jukka Jokilehto⁴⁹⁴, o Manifesto apresentou duas novas concepções para a valoração dos monumentos: primeiro, o restauro deixava de se centrar na preservação de determinados estilos para passar a fundamentar-se na avaliação crítica do monumento; segundo, reconheceu-se que os monumentos só poderiam constituir um testemunho da história se a sua materialidade estivesse preservada do modo primitivo, pois qualquer tentativa de restauro criando novos elementos e inclusão de peças tinha como consequência a perda de autenticidade do bem⁴⁹⁵.

Max Dvorák⁴⁹⁶ e Alois Riegl⁴⁹⁷ tiveram importância fundamental na consolidação da preservação de monumentos na Áustria. Riegl, ademais, deu passos primordiais para fazer com que a preservação se firmasse como campo disciplinar com a devida autonomia. Ambos ofereceram contribuições teóricas sobre a preservação do patrimônio e restauração de grande significância, as quais ainda se mantêm atualmente. Na concepção de Dvorák, no entanto, a restauração na Áustria, na segunda metade do século XIX, assim como em outras regiões da Europa, foi marcada pelas práticas voltadas a refazimentos, visando à unidade de estilo,

⁴⁹³ Id., *ibid.*, p. 31.

⁴⁹⁴ JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, 1999, p. 185.

⁴⁹⁵ LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 32.

⁴⁹⁶ Max Dvorák, historiador da arte tcheco, nasceu em Raudnitz, na Boêmia, em 1874, e faleceu em 1921. Seu nome está ligado à célebre Escola de Viena, um dos mais importantes redutos dedicados à investigação artística na virada do século XIX. Dvorák iniciou seus estudos históricos em Praga, vindo a concluí-los em Viena, a partir de 1894, no Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria. Dvorák define certos procedimentos básicos para a preservação dos monumentos históricos e de obras de arte antigas, ressaltando a importância de se recorrer aos profissionais competentes, sempre que os casos de restauração assim o exijam (DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de Monumentos*. (1874-1921). Trad. de Valéria Alves Esteves Lima; Jens Baumgarten; Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, pp.12;16).

⁴⁹⁷ Alois Riegl (1858-1905) formou-se em sucessivos estudos de Direito, Filosofia e História. Após os trabalhos nos edifícios românicos de Salzburgo, a sua experiência de conservador do departamento de tecidos do museu de Artes Aplicadas de Viena inspirou-lhe a concepção da arte como processo evolutivo e relativo, o que permite considerá-lo fundador da Teoria Moderna da História de Arte (CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio*: antologia para um combate. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2011, p. 189).

mostrando a repercussão do que se fazia na França, seguindo o ideário de Viollet-le-Duc, John Ruskin e William Morris quanto às restaurações de edifícios degradados⁴⁹⁸.

Para Viollet-le-Duc, “a restauração é um ato ativo do presente em relação ao passado, e sua intervenção no objeto considerado histórico é de caráter seletivo”⁴⁹⁹. Desse modo, na restauração de Viollet-le-Duc, havia um desejo de preservação. Ruskin e Morris defendiam a intervenção mínima do bem, recusavam à transformação e à mudança, suas posições eram de preservar em níveis ideais e absolutos⁵⁰⁰.

Já as teorias de restauração de Boito ganharam ênfase no século XX, consolidando o valor documental dos edifícios históricos, procurando preservar como válidas as suas várias fases e apreciar seu aspecto primitivo, destacando a importância da distinguibilidade e da mínima intervenção⁵⁰¹. As teorias favoráveis à restauração, conservação, preservação e intervenção, no entanto, vêm das concepções de Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito, e visavam formular critérios no século XX, entendendo as necessidades arquitetônicas e culturais de edifícios históricos existentes⁵⁰².

Cabe destacar, também, a contribuição de Gustavo Giovannoni⁵⁰³, que atuou entre o urbanismo, a preservação do patrimônio e a restauração, tendo uma produção multifacetada e abundante de livros. Suas teorias e conceitos trabalhados em sintonia com os pensamentos de Camillo Boito, John Ruskin e de Eugène Viollet-le-Duc, tiveram grande repercussão na historiografia da restauração, destacando critérios para restaurar um bem degradado⁵⁰⁴. A contribuição teórica de Giovannoni abrange, de forma articulada, áreas e escalas de intervenção diferenciadas, que vão do

⁴⁹⁸ DVORÁK, Max. Op. cit., 2008, pp. 35-36.

⁴⁹⁹ MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p. 34.

⁵⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 35.

⁵⁰¹ BOITO, Camillo. Op. cit., 2008, p. 26.

⁵⁰² COSTA, Xavier. Op. cit., 2006, p. 26.

⁵⁰³ Gustavo Giovannoni (1873-1947) formou-se em Engenharia Civil em 1895; fez especialização em História da Arte com Adolfo Venturi, de 1897 até 1899, ano em que começou a atuar como assistente da cátedra de arquitetura técnica na atual Faculdade de Engenharia da Universidade de Roma. Desenvolveu atividades profissionais no campo da produção de novos edifícios (a partir de 1898), entre eles o complexo da fábrica de cerveja Peroni, em Roma e, também, da restauração, tema que começou a abordar em seus escritos a partir de 1903, com artigo sobre o Congresso Internacional de Ciências Históricas realizado naquele mesmo ano. Seus interesses e seus escritos estendiam-se a variadas questões, como Historiografia da Arquitetura e Produção Arquitetônica Contemporânea. Voltou-se, também, com muita ênfase, às questões de urbanismo, restauro urbano e preservação (GIOVANNONI, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos* (1873-1947). Trad. de Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 15).

⁵⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 27.

restauro dos monumentos e valorização das respectivas envolventes até à salvaguarda do património urbano⁵⁰⁵.

Giovannoni construiu com a publicação de seus textos, uma trilha de noções intermediárias entre os princípios e critérios de preservação do bem (edifícios, monumentos e sítios históricos), dando entendimento às questões de bens degradados em imprevistos durante uma restauração⁵⁰⁶. Segundo as suas percepções, a maioria dos conjuntos históricos pertence e se comunica com organismos urbanos de maior dimensão, o que é plenamente reconhecido na atualidade e justifica as medidas de proteção específicas, nomeadamente a criação de zonas de proteção aos conjuntos arquitetônicos⁵⁰⁷.

Já na época moderna, Cesare Brandi⁵⁰⁸, com suas investigações, conceituou restauração como “qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”⁵⁰⁹. Na concepção do autor, qualquer outra intervenção, seja na esfera biológica ou física, não entra na noção comum de restauro, pois a intervenção de restauro visa restabelecer a funcionalidade do produto, ou seja, edifício, monumento, etc.

Boito frisa que para “restaurar é necessário amar e entender o edifício, monumento e sítios históricos, sobre o qual se trabalha, cuidando e preservando os elementos originais”⁵¹⁰. Brandi, em suas reflexões, destaca algumas definições sobre restauração, como sendo ato diverso de “qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana com o objetivo de restabelecer sua funcionalidade”⁵¹¹. O autor também conceitua que o restauro é considerado como “intervenção sobre a matéria, cuidando das condições ambientais, seus elementos originais, e a ligação entre espaço físico com a própria da obra”⁵¹².

Na concepção de Solà-Morales⁵¹³, a “intervenção não somente é restaurar um bem patrimonial, mas é a releitura de um sentido original e unívoco, sobre o momento

⁵⁰⁵ LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 35.

⁵⁰⁶ GIOVANNONI, Gustavo. Op. cit., 2013, p. 27.

⁵⁰⁷ LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 42.

⁵⁰⁸ Por várias décadas e, em especial, a partir da fundação do *Istituto Centrale del Restauro* (Instituto Central de Restauração, ICR), em Roma, Cesare Brandi (1906-1988) buscou junto com as pesquisas conduzidas no campo estético e crítico e com as experimentações efetuadas no próprio Instituto, a configuração de uma ampla e sistemática enunciação filosófica do problema da restauração, traduzível tanto em uma “teoria” geral quanto em princípios operativos válidos (BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração (1906-1988)*. Trad. de Beatriz Mugayar Kühl, Giovanni Carbonara, Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004, p. 10).

⁵⁰⁹ Id., ibid., p. 26.

⁵¹⁰ BOITO, Camillo. Op. cit., 2008, p. 31.

⁵¹¹ BRANDI, Cesare. Op. cit., 2004, p. 10.

⁵¹² Id., ibid., p. 12.

⁵¹³ COSTA, Xavier. Op. cit., 2006, p. 9.

atual quanto sobre o passado.” A intervenção, para o autor, é uma operação de defesa, preservação, conservação, reutilização e estética, “a proposta imaginativa, arbitrária e livre pela qual se tenta não apenas reconhecer as estruturas do material histórico, mas usá-las como um padrão analógico do novo artefato restaurado.”

Na concepção de Dvorák, a importância da restauração de edifícios e monumentos é a conservação e a manutenção constantes para assegurar a longevidade do bem. Para o autor, é importante consolidar e proteger em vez de renovar, pois nesse aspecto quase sempre são tiradas as características primitivas do bem, ultrapassando certos limites, querendo refazer tudo o que falta e substituir aquilo que está danificado. Restaurar não é construir novos aspectos, e sim manter os elementos originais da construção, a sua arquitetura, coexistindo na história⁵¹⁴.

O objetivo principal da restauração é conservar os edifícios, monumentos e sítios históricos sem modificar os elementos originais e a arquitetura primitiva. Giovannoni destaca três pontos de vista quanto às principais teorias da restauração:

O ponto de vista do **erudito**, que não quer que seja perdido o traço mais diminuto das fases construtivas e artísticas pelas quais passou um monumento, e que requer que os eventuais acréscimos não impeçam que seus elementos sejam perceptíveis, não se criem falsos capazes de induzir ao erro os pesquisadores do futuro; o ponto de vista do **arquiteto**, que visa à unidade arquitetônica (bem diferente da unidade de estilo), que quer, em outras palavras, que o bem em desuso se torne novamente vivo e tenha sua função artística restabelecida; e, por fim, o ponto de vista do **simples cidadão**, que tem pelos edifícios, monumentos e sítios históricos de sua cidade uma particular afeição, que exprime de diversas maneiras, por vezes exigindo que um monumento seja conservado da forma como sempre o conheceu, a saber, com o aspecto de um complexo híbrido ou em estado arruinado, por vezes demandando que seja de novo valorizado e, mesmo, integralmente reconstruído⁵¹⁵.

As teorias da restauração de Giovannoni contribuíram, também, nas relações entre urbanismo, arquitetura e preservação do patrimônio, visto que o autor entendia a cidade como um organismo complexo, a ser trabalhado em sua inteireza, abordando a relação entre os bens arquitetônicos existentes (edifícios, monumentos, sítios históricos) e sua preservação⁵¹⁶.

Do ponto de vista de Viollet-le-Duc, para que ocorra a preservação, é importante que os arquitetos sigam princípios de restauração para edifícios, monumentos e sítios históricos e para cada parte de um bem em degradação, para que não perca o seu estilo, não somente como aparência, mas como estrutura e

⁵¹⁴ DVORÁK, Max. Op. cit., 2008, p. 53.

⁵¹⁵ GIOVANNONI, Gustavo. Op. cit., 2013, p. 183 (grifos nossos).

⁵¹⁶ Id., ibid., pp. 20-21.

arquitetura. É importante, também, que antes de qualquer trabalho de reparação, constatem exatamente a idade e o caráter de cada edifício, seus estilos e particularidades, compondo uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, por escrituras, croquis, plantas e histórico do local e dos edifícios. Ou seja, os profissionais devem respeitar escrupulosamente todos os traços que podem servir para constatar as adjunções, as modificações das disposições primitivas, pois antes de tudo é necessário que faça viver o antigo edifício por meio do trabalho da restauração⁵¹⁷.

Para Dvorák, a negligência, o abandono, as destruições e transformações imponderadas de edifícios, monumentos e sítios históricos, afetam a sua integridade e implicam intolerância, que leva ao aniquilamento da multiplicidade e resulta num instrumental deficiente para compreender e se adaptar à própria realidade atual e futura, gerando perturbações tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Preservar significa respeitar a diversidade, a pluralidade e assegurar que formas de manifestação, inclusive as do presente, possam coexistir, permitindo que esses bens atuem como efetivos e fidedignos suportes materiais da memória⁵¹⁸ coletiva urbana⁵¹⁹.

O recurso a esta abordagem permitiu associar e incluir a temática da história da Arquitetura, das Artes e das Técnicas Construtivas, revelando-se no exercício do projeto, didática e na política urbana, abrindo caminho para a delimitação de critérios de intervenção na cidade histórica com vistas à preservação de suas especificidades.

2.5.2 A preservação e a questão urbana

A partir dessas ancoragens conceituais, o tecido urbano antigo passa a ser abordado como um artefato patrimonial representativo, considerado como um conjunto dotado de especificidades estéticas e históricas próprias na ótica da sua preservação.

Torna-se interessante, ainda, definir os termos *preservação* e *patrimônio*. Para tanto, serão utilizadas duas definições apresentadas pela Língua Portuguesa como

⁵¹⁷ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Op. cit., 2006, pp. 47-48; 52.

⁵¹⁸ A memória coletiva urbana é composta pelos acontecimentos, incluindo atividades dos grupos sociais, da divisão do trabalho, das atividades cotidianas, pelos processos industriais e comerciais, pelos transportes, propriedades, habitações que se materializam de forma objetiva através das lembranças coletivas (ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, jan./jun. 1998, n° 4, p. 5). A memória urbana se forma a partir das memórias coletivas que, para adquirirem a verdadeira dimensão temporal e espacial necessitam remeter a um cotidiano vivido por um grupo de pessoas num mesmo lugar (FIGUEIREDO, Lauro César. *Memória e experiência de uma cidade do Paraná: a cidade de Maringá*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005).

⁵¹⁹ DVORÁK, Max. Op. cit., 2008, p. 57.

sinônimos, que são os verbos *preservar* e *conservar*, ambos bastante utilizados no urbanismo contemporâneo. Segundo Moreira:

Preservar: livrar de algum mal; manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar; livrar, defender, resguardar. **Conservar:** resguardar de dano, decadência, deterioração, prejuízo, etc. Continuar a ter; reter. Ter ou manter em seu poder, resguardar. Não se desfazer, de permanecer em; amparar, defender, salvaguardar⁵²⁰.

Ainda segundo Moreira, a preservação se refere ao ato de livrar de perigos e de danos. Refere-se a resguardar, a manter, a não se desfazer, a continuar a ter. Em relação à questão urbana, refere-se ao desejo de perpetuar elementos e objetos, à materialidade da cidade ou princípios, modos de fazer, tradições e costumes da cultura urbana.

Com relação à definição de patrimônio, para Choay:

O patrimônio é constituído pelo quadro estrutural das sociedades humanas. Quando o patrimônio edificado no espaço pelos homens, é, segundo as suas diversas categorias, qualificado como patrimônio construído, arquitetural, monumental, urbano, paisagista... e, segundo o seu modo de inserção na temporalidade, é referido como histórico ou contemporâneo⁵²¹.

Na concepção de Choay, a palavra *patrimônio* é muito antiga, estava na origem, e está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço urbano, com valores caracterizados pelo tempo⁵²².

Moreira complementa que “a preservação no âmbito urbano implica a construção de visões da história, entendida como o estudo e a interpretação dos acontecimentos, pensamentos e objetos de uma cultura ao longo do tempo”⁵²³. Na concepção de Lopes o conceito de preservação abrange “todas as operações que visam a compreensão do bem monumental, edificações e sítios históricos, o conhecimento da sua história e significado, bem como as ações para assegurar o seu restauro e valorização do patrimônio”⁵²⁴.

De acordo Choay⁵²⁵, a expressão *patrimônio histórico* designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituída pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam

⁵²⁰ MOREIRA, Clarissa da Costa. Op. cit., 2004, p. 18 (grifos nossos).

⁵²¹ CHOAY, Françoise. Op. cit., 2011, p. 11.

⁵²² CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014, p. 11.

⁵²³ MOREIRA, Clarissa da Costa. Op. cit., 2004, p. 19.

⁵²⁴ LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 81.

⁵²⁵ CHOAY, Françoise. Op. cit., 2014, p. 11.

a sua pertença comum ao passado: obras e obras primas, edificações, monumentos, conjuntos edificados, sítios históricos, os quais abrangem o tecido urbano.

Moreira comenta que no início do século XX, devido à ausência de intervenções em zonas históricas e tendo em vista a verdadeira dimensão das cidades reais onde a periferia estrangulava a dita cidade tradicional, foi criado um quadro conceitual, inserindo-se as cidades como genéricas⁵²⁶. Na visão de Rem Koolhaas e Bruce Mau, as cidades precisavam abrir espaços para a construção do "novo", criando assim um conceito de cidade genérica:

A cidade genérica é descrita num texto literário como um estágio avançado da aceleração dos processos contemporâneos de produção do espaço urbano, ou seja, como um porvir, mas também como algo que já existe ou já se pode antever em situações concretas, em cidades asiáticas como Hong Kong e Shenzhen, também na América e na Europa surgem cidades genéricas. A concepção de cidade genérica é, também, uma crítica a determinações do urbanismo europeu, sobretudo no que diz respeito à preservação dos centros urbanos e a noções que reintegram o discurso do urbanismo pós-década de 1960. A cidade genérica é a cidade liberada da captura do centro, da camisa de força da identidade. [...] É a cidade sem história. Ela é grande o suficiente para todos. Ela é fácil. Ela não precisa de manutenção. Se ficar muito pequena, ela se expande. Se ficar muito velha, ela se autodestrói e se renova. Ela é igualmente excitante e desanimadora em qualquer lugar. Ela é superficial – como um estúdio de Hollywood⁵²⁷.

De acordo Moreira, a cidade genérica é, também, uma recuperação do espírito moderno em relação ao que havia de reação à tradição, à memória, ao passado. Mas é uma reação a esse mesmo espírito moderno por não desejar o controle da condição urbana, ao contrário, por submeter-se a ela sem nenhuma expectativa transformadora, visto que se relaciona com o urbano como uma inteligência independente, uma entidade que se gera a despeito das tentativas de controle, e está, principalmente, na sua imaterialidade: na cultura, na memória humana e em muitos outros modos não relacionados à conservação patrimonial⁵²⁸.

Numa perspectiva crítica da problemática da cidade de hoje, Koolhaas comenta que a cidade genérica “é a cidade libertada da clausura do centro, do espartilho, da identidade, ela rompe com o ciclo destrutivo da dependência, não é mais do que um reflexo da necessidade e da capacidade atual, ou seja, é a cidade sem história”⁵²⁹. De acordo com o autor, quando a cidade genérica se torna demasiado pequena, ela simplesmente se expande e, quando fica velha, ela simplesmente se autodestrói e se

⁵²⁶ MOREIRA, Clarissa da Costa. Op. cit., 2004, p. 61.

⁵²⁷ KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *SMLXL*. New York: Monacelli, 1995, p. 1249-50.

⁵²⁸ MOREIRA, Clarissa da Costa. Op. cit., 2004, pp. 66-69.

⁵²⁹ KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade: grandeza ou o problema do grande; a cidade genérica; espaço-lixo*. Trad. de Luís Santiago Baptista. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 35.

renova, não necessitando de manutenção. Nesse sentido, a cidade genérica concilia tanto o primitivo como o futurista, na verdade, ela concilia as duas coisas, mas não preserva sua história na memória coletiva urbana⁵³⁰.

Moreira, no entanto, menciona a necessidade de conservar os elementos urbanos a fim de preservar o patrimônio. Existe, porém, uma preocupação com relação à preservação urbanística, visto que a dispersão das cidades e a perda de valores básicos de urbanidade pode prejudicar a preservação da memória coletiva e de suas culturas e costumes⁵³¹.

Os arquitetos modernos mostraram-se insatisfeitos com os métodos e estilos do passado, que lhes dificultavam a plena utilização dos novos materiais e técnicas construtivas para responder às recentes necessidades funcionais. Associam-se, assim, aos “Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna” (CIAM) para aprofundar os problemas da cidade e propor soluções. Em 21 a 30 de outubro de 1931 foi criada a Carta de Atenas que trata da restauração de monumentos. Segundo a Carta, “o restauro se afigure indispensável, em consequência de degradação ou de destruição de uma obra histórica ou artística do passado, incluindo monumentos, sem eliminar estilos de nenhuma época, respeitando o caráter histórico”⁵³².

A Carta de Atenas apesar de ser um documento de ruptura com a cidade dita tradicional, publicada nos *Annales Techniques*, em 1933, reconhece o caráter histórico da cidade e os elementos materiais que conformam esse caráter, nomeadamente os traçados e as construções, e propõe a conciliação desses elementos com o desenvolvimento da cidade, considerando critérios para intervenção e preservação dos elementos urbanos⁵³³.

Em 1964, existe um avanço notável com a aprovação da Carta de Veneza, que defendia os centros históricos das cidades como patrimônio cultural e a sua preservação como memória coletiva urbana. Além disso, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos foi aprovado o propósito de os monumentos ganharem novos valores, salvaguardando o patrimônio arquitetônico, o qual passou apresentar três planos distintos de preocupação, correspondentes a métodos de análise e modos de gestão diferenciados: a defesa do monumento, a defesa da cidade histórica e a proteção dos respectivos contextos. A preservação das

⁵³⁰ Id., *ibid.*, p. 42.

⁵³¹ MOREIRA, Clarissa da Costa. Op. cit., 2004, p. 62.

⁵³² LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Portugal: Caleidoscópio, 2014, p. 59.

⁵³³ LOPES, Flávio. Op. cit., 2013, p. 45.

relações entre o patrimônio arquitetônico e a preservação dos elementos originais dos bens históricos (edifícios, monumentos e sítios históricos) contribuíram com a preservação histórica urbana, mantendo uma memória coletiva⁵³⁴.

A Carta de Veneza trouxe alguns pontos importantes para serem considerados antes e durante uma restauração, os quais são usados até os dias atuais. São eles: a manutenção constante para a conservação dos bens, o uso de técnicas modernas, respeito à solução estrutural, mínimo possível de acréscimos no bem, utilização de materiais parecidos com a arquitetura e uso da documentação das obras executadas⁵³⁵.

As noções de conservação integrada ao patrimônio e questões urbanísticas foram difundidas pelo Conselho da Europa em 1975, instituindo o “Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico”, onde ficou clara a necessidade de estreitar a relação entre as políticas patrimoniais e o ordenamento do território. No ano de 1985 foi publicada a Lei nº 13/85, a qual dispõe sobre as transformações urbanísticas indesejáveis, que desconsideravam a preservação do patrimônio. Surgiram, porém, dificuldades na aplicação desta lei, bem como em relação às novas correntes de pensamento relacionadas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico e arqueológico, expressas em convenções internacionais promovidas pela Unesco⁵³⁶ e pelo Conselho da Europa, surgindo diversas leis, normas e programas de preservação patrimonial e urbanística⁵³⁷.

A recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do patrimônio cultural e natural, divide o patrimônio cultural em três tipologias: os monumentos, os conjuntos e os sítios. Esta separação tipológica tem a vantagem de permitir a diferenciação das medidas técnicas, científicas, jurídicas e financeiras de apoio à preservação dos bens culturais imóveis⁵³⁸.

Kühl salienta que a preservação deve ser motivada por questões de cunho cultural, científico e histórico, pelo conhecimento que as obras transmitem em vários campos do saber, tanto para as humanidades quanto para as questões urbanísticas,

⁵³⁴ Id., *ibid.*, pp. 49; 55.

⁵³⁵ GIOVANNONI, Gustavo. *Op. cit.*, 2013, p. 25.

⁵³⁶ A Unesco foi fundada em 1976 e delimitou aos Estados-membros a adoção de políticas de salvaguarda dos conjuntos históricos, definidos como “[...] todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.” Esses conjuntos, muito variados, podem integrar: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogêneos (LOPES, Flávio. *Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico: noção e normas de Prospecção*. Portugal: Caleidoscópio, 2012, p. 94).

⁵³⁷ Id., *ibid.*, p. 63.

⁵³⁸ LOPES, Flávio. *Op. cit.*, 2013, p. 59.

por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que bens são portadores⁵³⁹.

Choay⁵⁴⁰ complementa que os procedimentos em torno da valorização histórica urbana devem ter o reconhecimento dos valores artísticos, históricos, de ancianidade, agregando valor econômico ao patrimônio. Na questão urbana, porém, quanto à sua preservação e proteção patrimonial, são oficialmente defendidos não somente em valores econômicos, mas científicos, estéticos, memoriais, culturais, sociais e industriais, contribuindo no avanço da sociedade, cujos valores se agregaram no tecido urbano no decorrer do tempo. O patrimônio da arquitetura veio, mais tarde, a ser um novo aspecto de abordagem.

2.5.3 A preservação do patrimônio industrial

Os engenheiros e arquitetos alemães, a exemplo de, Joseph Stübben, Reinhard Baumeister e Camilo Sitte, tiveram grande contribuição na Arquitetura Industrial da Alemanha do final do século XIX e início do século XX. Nesse marco histórico, destaca-se, brevemente, a Revolução Industrial, cujos acontecimentos influenciaram transformações do ambiente urbanístico ocidental, surgindo, conseqüentemente, a Arquitetura Industrial.

Para Rykwert, a “palavra indústria em latim significa diligência, energia e intencionalidade, no século XVIII passou a indicar um grupo de pessoas que se dedicava a alguma forma de produção”⁵⁴¹. A partir dessa definição pode-se considerar que a atividade industrial se refere aos processos produtivos, realizados de maneira sistemática. Estes processos requerem matéria prima, técnica, mão de obra e espaço físico. As construções e espaços que se prestam às atividades produtivas formam um extenso grupo ou categoria, na qual estão incluídas oficinas, galpões, silos, depósitos, usinas, manufaturas e fábricas em geral.

No início do século XIX, com a Revolução Industrial, surgiu uma nova era do processo de produção que albergou transformações com o intuito de produzir mais e melhor a partir de operações parciais, feitas por homens e máquinas reunidos num mesmo espaço e num mesmo ritmo de trabalho. A padronização da linha de

⁵³⁹ KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê, 2008, p. 60.

⁵⁴⁰ CHOAY, Françoise. Op. cit., 2014, p. 16.

⁵⁴¹ RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 35.

montagem e da gestão científica do trabalho permitiu a fábrica reunir todas as fases de produção numa unidade só, alcançando a produção em massa⁵⁴².

As atividades industriais estão implícitas à existência de um edifício de produção, normalmente a fábrica, que está associada a uma técnica, a um modo de produção. Tais atividades implicam, também, a exploração de recursos energéticos e a criação de infraestruturas e edifícios de apoio, como bairros habitacionais para os operários. Está, também, relacionada com uma organização social específica, um modo de vida industrial com horários, migrações diárias e concentração de pessoas⁵⁴³.

Com a Revolução Industrial houve um expressivo crescimento do poder econômico burguês. E um conseqüente crescimento rápido das cidades, com formação de periferias. O surto rural para trabalhar nas grandes indústrias, as ruas ficaram estreitas para conter o aumento de trânsito, as casas tornaram-se pequenas e compactas para hospedar uma população mais densa⁵⁴⁴. Esta redistribuição, portanto, acarretou um crescimento rápido das cidades, produzindo a transformação de seus núcleos originais, atraindo populações de áreas próximas⁵⁴⁵.

Nesse novo cenário, algumas classes abastadas abandonaram gradualmente o centro e se estabeleceram na periferia; as velhas casas se tornaram casebres onde se amontoavam os pobres e os recém-imigrados. Entrementes, muitos edifícios monumentais da cidade histórica, como palácios, conventos etc., foram sendo abandonados por causa das revoluções sociais, e divididos em pequenas moradias improvisadas. As zonas verdes compreendidas no organismo antigo foram ocupadas por novas construções, casas e galpões industriais⁵⁴⁶.

Lefèbvre considera a industrialização o ponto de partida para compreender a problemática urbana sob o regime capitalista, afinal, é a partir da produção fabril que se organiza a concentração da população em alguns pontos do espaço⁵⁴⁷. Algumas cidades ocidentais, devido ao seu grande desenvolvimento industrial e à imigração de pessoas do meio rural para área urbana, tiveram a necessidade de aumentar o número de residências, com a integração de várias classes sociais, estabelecendo

⁵⁴² BARCELOS, Inês Figueiredo. *Projectar com o lugar: novos destinos para edifícios industriais: Fábrica Simões e Cia Ltda.* Lisboa, FAUTL: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, dez. 2010, p. 4. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2890>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁴³ DERRUAU, Max. *Geografia humana*. Lisboa, Portugal: Editorial, 1977, v. II, p. 29.

⁵⁴⁴ BENEVOLO, Leonardo. Op.cit., 2012, p. 565.

⁵⁴⁵ Id., ibid., p. 565.

⁵⁴⁶ Id., ibid., p. 5.

⁵⁴⁷ LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p. 9.

bairros diversos – ricos, médios e pobres. Os ricos, no entanto, tinham suas casas mais isoladas, em vilas ou vilazinhas, enquanto os pobres tinham habitações menos isoladas: casas em fileira ou habitações sobrepostas em edifícios de muitos andares⁵⁴⁸.

A condição das cidades que, em época industrial, viram o número de habitantes se multiplicar por 10 e 20, ficou quase desesperadora. Embora de maneira aproximativa e precária, os centros históricos se mantinham relativamente conservados. Ao seu redor, porém, solidificou-se um imundo magma de construções que não deixou espaço para os serviços sociais e para o verde público, e que obriga a população a morar em condições precárias⁵⁴⁹.

Os edifícios industriais surgiram, assim, como uma nova tipologia – a Arquitetura Industrial – que correspondeu às necessidades objetivas de um programa funcional, como o dimensionamento, iluminação, circulação, ventilação e segurança, desenvolvendo espaços segundo parâmetros de funcionalidade e racionalidade. A arquitetura fabril abriu a possibilidade de estabelecer uma nova fase na linguagem arquitetônica universal, neste caso, a Arquitetura Moderna, de reinventar protótipos de edifício, estando os modelos de fábrica na origem da Arquitetura Moderna⁵⁵⁰.

A Arquitetura Industrial, com uma construção apropriada à sua função, justa, autorreferenciada, sem intromissões, influenciou profundamente o movimento moderno⁵⁵¹. Ela buscou atender às necessidades específicas de edificações fabris nos diferentes programas que requeriam, muitas vezes, conhecimento especializado, tanto em termos da função do espaço, como das técnicas construtivas a utilizar determinadas características ambientais e urbanísticas. Materiais como o ferro, vidro e, mais tarde, o concreto armado (betão), disseminaram-se graças às questões econômicas associadas ao seu uso, em conjugação com as claras vantagens estruturais que estes apresentavam⁵⁵².

O período do pós-Primeira Guerra Mundial foi de reconstrução das cidades ocidentais, um momento importante para reestruturar e repensar a cidade tradicional. As tensões sociais eram grandes com relação ao desemprego, às migrações e à falta de habitações, sendo necessária uma recomposição rápida e em larga escala: novos

⁵⁴⁸ BENEVOLO, Leonardo. Op. cit, 2012, p. 565.

⁵⁴⁹ ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit., 2014, p. 248.

⁵⁵⁰ BARCELOS, Inês Figueiredo. Op. cit., 2010, p. 5.

⁵⁵¹ FIGUEIRA, Jorge; VAZ MILHEIRO, Ana. *O final da fábrica, o início da ruína: a arquitectura da indústria, 1925-1965*. Barcelona, Espanha: Fundação Docomomo Ibérico, 2005, p. 91.

⁵⁵² REBELO, Marcos André da Silva. *Arquitetura Industrial & Arquitetura Moderna: afinidades na prática arquitetônica portuense dos anos 50 e 60*. FAUP, 2011/2012, p. 37. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80346/2/23456.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

alojamentos, que exigiam a planificação de bairros próximos das áreas industriais, uma nova concepção de conjuntos urbanos e a construção de habitações a baixo custo⁵⁵³, implementando um sistema monofuncional de zoneamento.

Nas cidades ocidentais a Arquitetura Industrial ganhou mais força depois da Primeira Guerra Mundial, pois foram necessários programas de edificação por parte das administrações públicas, as quais disponibilizaram terrenos inteiros, que foram divididos entre as casas, indústrias e ruas para maior desenvolvimento económico, utilizando o aço, a madeira e a alvenaria de tijolos.

A Arquitetura Industrial incorporou um longo percurso de desenvolvimento técnico, tanto a nível dos sistemas de construção como dos processos tecnológicos ocorridos no interior de um edifício, experimentados numa vasta área geográfica. Nesta época, os materiais mais comuns da construção das indústrias era a madeira, pedra e tijolo, visto que as primeiras fábricas eram edifícios concebidos segundo os princípios da construção tradicional: uma estrutura de madeira preenchida nos espaços intersticiais com pedra ou tijolo, enquanto os pisos eram materializados com pavimentos e elementos de sustentação em madeira⁵⁵⁴. Devido às exigências espaciais e de segurança dos edifícios industriais, aliado às considerações de carácter higienista e económico, esses prédios configuravam como espaços propícios à experimentação dos novos materiais surgidos da industrialização: o ferro, o aço, o vidro e o betão armado (Figuras 61 a 63), que já eram utilizados nas cidades de Portugal, da Inglaterra e da Alemanha⁵⁵⁵.

O ferro e o aço foram os primeiros materiais cujo desenvolvimento se deve entender como parte integrante da Revolução Industrial, e cuja utilização teve repercussão no entendimento dos sistemas construtivos e, consequentemente, da Arquitetura. O uso do ferro na construção remonta à Antiguidade Clássica, quando foi empregado sob a forma de elementos de travação entre pedras nas ferragens das carpintarias, ou sob a forma de tirantes para reforço das cúpulas. Nos países com uma industrialização mais desenvolvida, como a Inglaterra, Portugal, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, o ferro foi aceito como o veículo de uma nova materialidade, capaz de produzir uma nova linguagem espacial e formal⁵⁵⁶.

⁵⁵³ ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit., 2014, pp. 245-246.

⁵⁵⁴ BETTENCOURT, António. *Apontamentos sobre a prática construtiva com o ferro no século XVIII e XIX*. Prova de Aptidão Pedagógica. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2001, p. 24.

⁵⁵⁵ ALMEIDA, Ana Catarina Tiago de. *Indústria e Arquitectura*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2009, p. 24. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/.../industria%20e%20arquitectura.p...>>. Acesso em: dez. 2015.

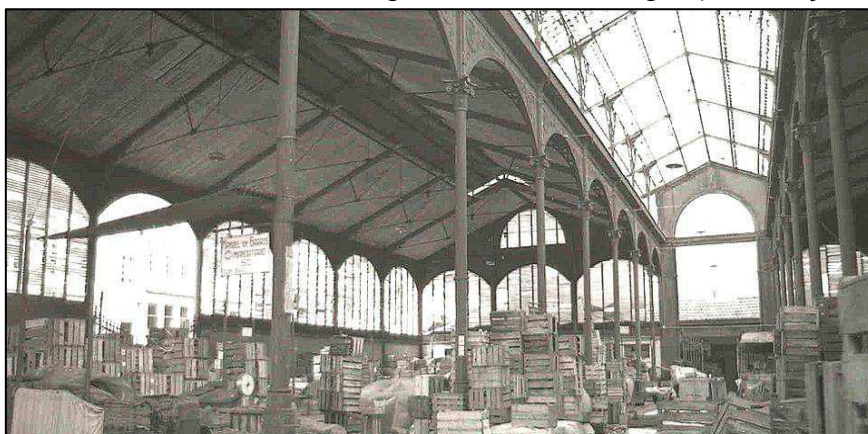
⁵⁵⁶ Id., *ibid.*, pp. 25-28.

Figura 61. Fábrica Benyon & Bage – Shewsbury, Inglaterra (betão armado e ferro)



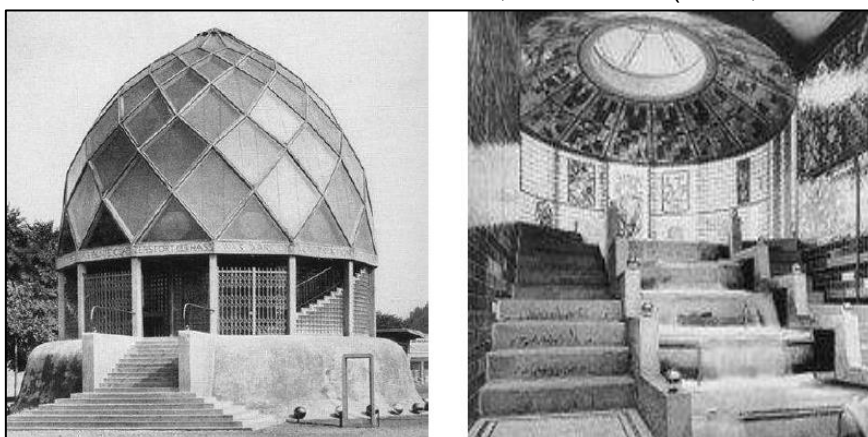
Fonte: Barbosa (2012)⁵⁵⁷.

Figura 62. Mercado Ferreira Borges – Porto, Portugal (ferro, aço e vidro)



Fonte: Barbosa (2012)⁵⁵⁸.

Figura 63. Pavilhão do Vidro – Colônia, Alemanha (vidro, ferro e aço)



Fonte: Barbosa (2012)⁵⁵⁹.

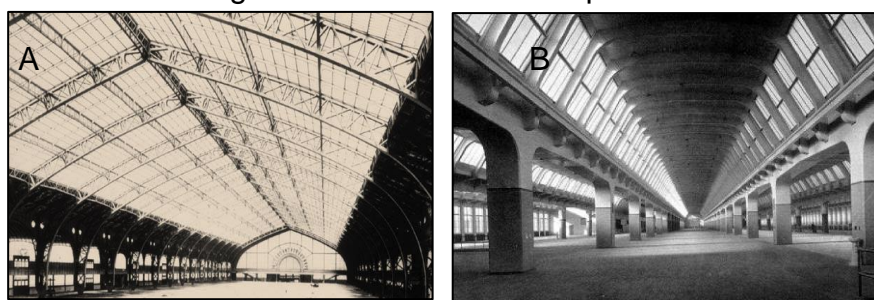
⁵⁵⁷ BARBOSA, Manuel Maria Pimentel. *Espaços industriais esquecidos no tempo – Minas da Borralha*. Porto, Portugal: Universidade Lusíada do Porto, 2012, p. 30. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/593>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 30.

⁵⁵⁹ Id., *ibid.*, 2012, p. 30.

A maioria das indústrias era de galpões, edifício gigantesco constituído por uma nave central com um vão de 115 metros, sem apoios intermédios, flanqueada de ambos os lados, por uma galeria com 20 metros de largura. A construção da nave central baseava-se num sistema de arcos tripartidos, em treliça de aço, conformando uma abóbada e criando um espaço onde paredes e cobertura se fundiam numa única entidade, permitindo que a luz inundasse o edifício, conferindo-lhe um sentido unitário, simples e harmonioso. O Palácio das Máquinas (Figura 64), proporcionando um espaço unitário de grande escala, contribuiu para dissipar os preconceitos em relação às capacidades mecânicas e expressivas da construção metálica⁵⁶⁰.

Figura 64. Palácio das Máquinas



Legenda: A) Palácio das Máquinas, Paris, 1889, Dutert e Contamin. Vista do interior. B) Chrysler Corporation – Detroit, Estados Unidos da América.
Fonte: Almeida (2009)⁵⁶¹.

O ferro e o aço foram materiais desenvolvidos com a industrialização, utilizados em edifícios que cumpriam uma função industrial, contribuindo para a criação de formas e soluções arquitetônicas que podem se identificar com a Arquitetura Industrial⁵⁶². Um tipo de material utilizada na Arquitetura Portuguesa foi a aplicação estrutural do betão armado, o qual veio revolucionar significativamente a construção, possibilitando o desenvolvimento da Arquitetura Industrial. Este material conferiu grande versatilidade aos espaços, proporcionando soluções inovadoras para as crescentes exigências da indústria⁵⁶³. De acordo com Giedion:

Após uma expansão generalizada do ferro e do aço como materiais de construção durante o século XIX, a passagem para o século XX reserva um novo desenvolvimento nos materiais construtivos: o betão armado. O betão armado é um material com características muito próprias. Não é um material primário, como a pedra ou a madeira; é um material que evidencia um

⁵⁶⁰ ALMEIDA, Ana Catarina Tiago de. Op. cit., 2009, p. 30.

⁵⁶¹ Id., ibid., pp. 30; 32.

⁵⁶² BARCELOS, Inês Figueiredo. Op. cit., 2010, p. 20.

⁵⁶³ FOLGADO, Deolinda; LACERDA, Manuel. Projecto de levantamento da Arquitectura Industrial Contemporânea em Portugal (1920-1965). *Estudos Património*. Lisboa, Portugal, IPPAR, nº 1, 2001, p. 185-186.

conteúdo abstrato, definindo-se como uma composição química artificial, com origem no laboratório; é um material compósito, dependente de formulações químicas e físicas, obtidas em laboratório, que combinam os diversos materiais que o compõem, com vista a criar um material capaz de aumentar a capacidade do material comum⁵⁶⁴. Ainda que o uso de cimentos naturais na construção de grandes termas e anfiteatros se possa encontrar já no tempo do Império Romano, é só a partir do final do século XVIII, e com particular intensidade durante o século XIX, que houve o desenvolvimento do betão, tal como hoje se conhece⁵⁶⁵.

Ao longo do século XIX, os adventos da Engenharia, como a estrutura metálica e o concreto armado, juntamente com a especialização das funções na cadeia produtiva e a industrialização, fizeram com que os elementos constituintes da Arquitetura Clássica se tornassem obsoletos⁵⁶⁶. Devido as crescentes necessidades de construções ligadas à indústria e à industrialização dos recursos inerentes à produção arquitetônica, vetores específicos da sociedade moderna que interagiam em conjunto com outros fatores foram determinantes na gênese e desenvolvimento da arquitetura modernista nas cidades ocidentais⁵⁶⁷.

Apesar do processo tardio da industrialização em algumas cidades ocidentais daquele período, a arquitetura dos espaços industriais teve um papel significativo no desenvolvimento da Arquitetura Industrial Contemporânea⁵⁶⁸. Foram criadas leis trabalhistas que objetivaram realizar processos de reconversão e remodelação na área operária, procurando estabelecer novos padrões de salubridade e de organização, conferindo às zonas centrais condições para o desenvolvimento de serviços, comércio e habitação de referência, transferindo para áreas periféricas de expansão sucessiva as indústrias e a mão de obra operária a elas associada⁵⁶⁹.

Apesar da grande evolução da Arquitetura Industrial na Europa, originada na Inglaterra, foi nos Estados Unidos no final do século XIX e princípio do século XX que

⁵⁶⁴ GIEDION, Siegfried. *Bauen in Frankreich. Bauen in Eisen/Bauen in Eisenbeton*. Berlin: Gebr. Mann Verlag, 2000, p. 25.

⁵⁶⁵ STRIKE, James. *De la construction a los proyectos*. La influencia delas nuevas técnicas en el diseño arquitectónico, 1700-2000. Madrid: Reverte, 2004, p. 46.

⁵⁶⁶ CALDAS, Renata Maria Vieira; MOREIRA, Fernando Diniz. *Arquitetura Industrial: técnica, detalhe e significância*. PROARQ18, 2010, p. 156. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_ArquiteturaIndustrial_CaldasMoreira.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

⁵⁶⁷ SANTOS, António Maria. Betão armado e indústria na gênese da arquitectura modernista portuguesa. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*. Actas. Segundo Seminário Docomomo Ibérico. Sevilla, 11-13 nov. 1999, p. 25.

⁵⁶⁸ BARCELOS, Inês Figueiredo. Op. cit., 2010, p. 5.

⁵⁶⁹ COSTA, Rui Jorge Alves Felício Seco da. *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal: do modernismo à revisão dos modelos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006, p. 32. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/6001/1/RuiSecoTeseMestrado-Capa.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

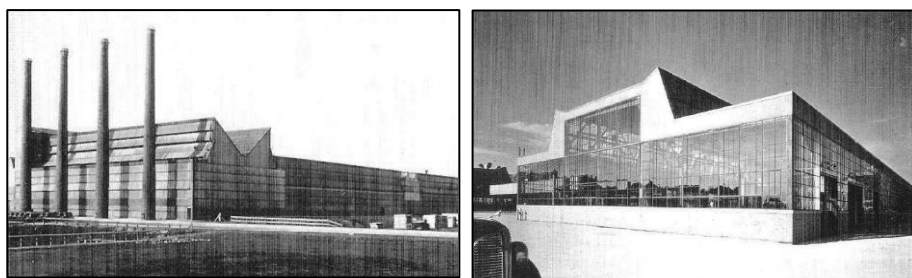
se verificaram alterações significativas nos sistemas de produção e tecnologias associadas à indústria⁵⁷⁰.

Albert Kahn foi o protagonista que apresentou no contexto da Arquitetura Industrial a sua faceta mais conhecida, representativa da realidade americana do princípio do século XX, conforme descreve Rebelo:

Visto que desenvolveu uma obra arquitetônica industrial inovadora: a indústria de automóvel – Packard Motor Car Company nº 10, a qual foi fabricada com novos materiais (além de betão armado e vidros, usou alvenaria de tijolo, aço e pisos de madeira). Albert Kahn também desenvolveu o projeto dos edifícios industriais para Henry Ford – a Ford Motor Car Company, os quais apresentaram os mesmos aspectos tão caracterizadores da própria empresa, e os projetos de Kahn eram ideais nesse sentido (o processo que mais tarde passou a ser conhecido como Fordismo). Assim, logo no primeiro projeto que Albert Kahn fez para Ford, o processo de fabrico foi contemplado de maneira a conjugá-lo com o edifício fabril, formando um conjunto. Composto por uma retícula de betão armado, o Automobile Assembly Building em Highland Park, Detroit, datado de 1909, age como uma extensão formal da linha de montagem, sendo que as comunicações verticais, partilhadas pelo processo de produção, são destacadas volumetricamente e revestidas a tijolo, sendo os demais espaços interiores conformados por vidros com caixilhos metálicos a toda a altura do piso, encaixando-se na estrutura⁵⁷¹.

A inovação das obras de Albert Kahn foi de grande contribuição para a Arquitetura Industrial americana, pois além da função, o uso de materiais (Figura 65) também se mostrou fundamental para a caracterização da arquitetura fabril.

Figura 65. Obras industriais de Albert Kahn



Fonte: Rebelo (2012)⁵⁷².

A escolha dos tipos de materiais usados por Albert Kahn mostrou-se determinante devido à necessidade de construção em prazos limitados. A preocupação, porém, em proporcionar o melhor espaço possível para a função a que se destinava tornou necessária a constante relação com os engenheiros da Ford. Nesse sentido, não só se buscou a máxima eficácia do processo industrial como

⁵⁷⁰ REBELO, Marcos André da Silva. Op. cit., 2012, p. 27.

⁵⁷¹ Id., ibid., pp. 29; 31.

⁵⁷² Id., ibid., p. 32.

também o melhor espaço para o trabalhador, acreditando que ambas estariam diretamente relacionadas⁵⁷³.

De acordo com Bardese⁵⁷⁴, a crescente industrialização contribuiu para a urbanização de extensas áreas e a compartimentação e transformação das chácaras suburbanas nos bairros industriais e operários, principalmente a partir de 1867, com a instalação da estrada de ferro. Os fatores que impulsionaram essa rápida transformação na paisagem também demarcaram a transformação da própria sociedade, como as relações de trabalho, o convívio social e o desenho urbano. A distribuição espacial das indústrias no início do século XIX, além de evidenciar o aumento de estabelecimentos no centro da cidade, aponta o avanço pelas terras ao longo das ferrovias, os trechos intermediários, que além das indústrias também foram alvo dos grandes armazéns ou galpões, que igualmente optaram por essas áreas centrais.

No século XX, as cidades ocidentais foram reestruturadas à vida econômica, cultural e social, como reação à globalização. Além disto, a criação de espaços sociais transnacionais e de novas formas de cosmopolitismo facilitaram o surgimento de novas formas de expressão arquitetônica e de produção. Desde então, o Estado reconhece a necessidade de as cidades sobressaírem face à competição intercidade, quer pelos recursos econômicos de investidores, quer pelos turistas⁵⁷⁵.

A Arquitetura Industrial demonstra o uso de princípios como a racionalização e a verdade construtiva independentemente do seu local de implantação. As fábricas se desenvolveram como parte dos fenômenos da industrialização e da subsequente mecanização. Com a sua disseminação, foram observadas alterações significativas nos modos de construir, ao se explorarem os recursos e tecnologias apropriados para as suas necessidades. Não apenas as máquinas contidas em seu interior sofreram modificações, mas também a construção foi assumindo cada vez mais o seu pragmatismo e, assim, expressando a sua condição de artefato moderno e servindo de referência à Arquitetura Industrial moderna⁵⁷⁶.

As indústrias deixaram profundas marcas nas cidades e introduziram importantes transformações na sociedade, como na organização política, social,

⁵⁷³ Id., *ibid.*, p. 33.

⁵⁷⁴ BARDESE, Cristiane Ikedo. *Patrimônio edificado, preservação e requalificação: o caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela. Arquitetura Industrial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, pp. 17; 28. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19012012-135043/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁷⁵ ANTUNES, Manuel Alberto Faria. Op. cit., 2012, p. 67.

⁵⁷⁶ CALDAS, Renata Maria Vieira; MOREIRA, Fernando Diniz. Op. cit., 2010, p. 155.

urbana, na arquitetura, no modo de viver, trabalhar e habitar. A Revolução Industrial veio alterar profundamente a paisagem da Europa a partir do século XIX, introduzindo transformações que quebraram os modelos de organização, vivência e desenvolvimento das cidades⁵⁷⁷.

Para Kühl⁵⁷⁸, o patrimônio arquitetônico resultante do processo de industrialização abarcou grande variedade de fábricas e complexos destinados ao transporte ferroviário. Trata-se de imensas superfícies em áreas hoje centrais de numerosas cidades e, por conseguinte, com grande interesse e urgência em projetos estratégicos de requalificação urbana e industrial.

Com a progressiva e rápida evolução tecnológica, os sistemas e as infraestruturas foram sendo superados e as instalações industriais existentes não responderam mais às imposições da produção e do consumo, sendo consequentemente desativadas. Considerando, porém, o patrimônio industrial, histórico e cultural, há necessidade de requalificação dos prédios industriais para valores culturais, sociais e de lazer, mantendo a sua preservação⁵⁷⁹.

O interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente se comparado com a preocupação por outros tipos de manifestações culturais, e deve ser entendido dentro do contexto de ampliação daquilo que é considerado bem cultural⁵⁸⁰. Em relação à Arquitetura Industrial, Kühl destaca que os monumentos da industrialização se referem não apenas à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas a todo o complexo de edifícios que pode compor um conjunto industrial (fábrica, residências, hospitais, escola, unidades de produção de energia e meios de transportes, edifícios pré-fabricados total ou parcialmente, mercados, igrejas, teatros, pavilhões de exposições, caixas-d'água e viadutos, infraestruturas, habitações, locais de cultos, escolas, entre outros), que são fruto do processo de industrialização. Apesar de todas as variantes, possuem como elemento comum espaços estruturados a partir de uma atividade produtiva e bens históricos decorrentes do processo de industrialização⁵⁸¹.

⁵⁷⁷ TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, 2003. Disponível em: <<http://www.mnartec.cat/ticcih/pdf/NTagil.Portuguese.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁷⁸ KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 145.

⁵⁷⁹ SERRANO, Ana Catarina Bispo. *Reconversão de Espaços Industriais: três projectos de intervenção em Portugal*. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, out. 2010, p. 13. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142134689/Ana%20Serrano%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁸⁰ KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 37.

⁵⁸¹ Id., *ibid.*, p. 45.

A preservação do patrimônio industrial ganhou vigor e atraiu a atenção pública, sobretudo, a partir do início dos anos 1960, quando importantes testemunhos arquitetônicos do processo de industrialização foram demolidos, conforme relata Kühl:

O exemplo da Estação Euston, em Londres⁵⁸², destruída em 1962, neste mesmo ano foi também iniciada a demolição do Coal Exchange⁵⁸³, para o alargamento de uma avenida. Apesar dos protestos que levaram à paralisação temporária das obras, na tentativa de preservar ao menos a cúpula do edifício, desmontando-a para remontá-la em outro lugar, não se chegou a um acordo e esse importante testemunho da arquitetura do ferro foi destruído. Esses edifícios, ou inteiros complexos, estavam (e estão) sob constante ameaça pela sua obsolescência funcional, pelo crescimento das cidades e pela pressão especulativa imobiliária⁵⁸⁴.

A mesma autora complementa que foram feitos significativos esforços para definir e conhecer o patrimônio resultante do processo de industrialização, com o objetivo de preservá-lo como um conjunto de bens que se articulam ao processo de industrialização e que fazem parte da história urbanística, preservando não somente bens, e sim a memória coletiva⁵⁸⁵.

Em 2003, durante o XII Congresso Internacional realizado pelo TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), na Rússia, foi redigida e aprovada a Carta de *Nizhny Tagil* sobre o patrimônio industrial, que dispõe de contribuições para evidenciar a importância da herança da industrialização, além de mencionar temas vinculados à sua preservação. Em relação a este último fim, remete-se aos princípios da Carta de Veneza⁵⁸⁶. A Carta de Nizhny Tagil também

⁵⁸² A Estação Euston, em Londres, construída entre 1835 e 1837, foi exemplo dos mais representativos da fase pioneira da arquitetura ferroviária, em que o desenvolvimento das linhas fez com que o número de paradas se tornasse cada vez maior, e nos centros urbanos mais importantes comesçassem a surgir estações de grande porte, que adquiriram relevância crescente no decorrer do século. As grandes estações eram compostas por dois elementos essenciais: o edifício para passageiros e administração, normalmente de alvenaria de pedra ou tijolos, e a cobertura das vias, em geral metálica. O intuito era buscar, por meio da utilização do metal, maiores vãos com um número mais reduzido de pontos de apoio, que ocupavam uma superfície menor, facilitando a circulação de passageiros e mercadorias. As estações tinham essas partes justapostas e, principalmente nos exemplos iniciais, não havia uma verdadeira integração entre elas, mas o bom funcionamento dependia de sua complementaridade. Euston era representativa nesse sentido; a estrutura metálica projetada por Robert Stephenson não possui maior afinidade formal e espacial com o pórtico e vestíbulo monumentais (construídos entre 1846 e 1849), de alvenaria e linhas classicizantes, projetados por Philip Hardwick (KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria de Estado da Cultura, 1998, pp. 58-66, 419-421).

⁵⁸³ Exemplo dos mais importantes de aplicação estrutural e formal do ferro, o Coal Exchange (1846-1849) foi construído em Londres, projetado por James Bunstone Bunning. Sua impressionante cúpula era sustentada por ossatura de ferro fundido (KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 38).

⁵⁸⁴ Id., ibid., p. 38.

⁵⁸⁵ Id., ibid., pp. 39-40.

⁵⁸⁶ Apesar de o documento TICCIH remeter a cartas do ICOMOS para tratar de questões de princípios de intervenção – a Carta de Veneza e a Carta de Burra – não é feita distinção entre a primeira, ratificada pela Assembleia Geral da instituição, e a segunda, não ratificada, que permanece como um documento

reflete esse desejo ao afirmar que os edifícios industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se inserem, assim como todas as manifestações, tangíveis ou intangíveis ligadas aos processos industriais, são de suma importância, principalmente para as comunidades em que estão inseridas⁵⁸⁷.

A Carta de *Nizhny Tagil* foi apresentada à XV Assembleia Geral do ICOMOS, realizada na China, em outubro de 2005. Nas resoluções do Encontro, reconhecendo a colaboração entre o TICCIH e o ICOMOS e a importância do patrimônio industrial, decidiu-se propor uma reflexão específica sobre o tema durante a XVI Assembleia Geral do ICOMOS, realizada no Canadá, em 2008, para analisar os princípios e diretrizes da Carta de *Nizhny Tagil*⁵⁸⁸.

As diretrizes da Carta de *Nizhny Tagil* também são válidas no Brasil, dando amparo legal à preservação patrimonial industrial no país, contribuindo com variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para a tutela, educação patrimonial e políticas públicas. Abrangem, também, as intervenções nos bens para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, podendo assumir a forma de manutenção, conservação ou restauração, e ser entendido, antes de tudo, como ato de cultura⁵⁸⁹.

O abandono e a ruína do patrimônio industrial não são aceitáveis do ponto de vista do interesse coletivo, quer por se perderem os valores de memória, quer por não se aproveitarem corretamente os recursos disponíveis. Existe, porém, dificuldade em encontrar usos socialmente úteis, favoráveis à conservação física do patrimônio e à preservação do seu caráter⁵⁹⁰.

Kühl comenta que a preservação do patrimônio industrial é motivada pelo fato de que deve ser reconhecido com um significado cultural devido ao seu valor histórico, artístico, memorial ou simbólico, sendo digno de tutela para as próximas gerações, a fim de que continue a ser documento fidedigno e efetivo suporte do conhecimento e

do ICOMOS – Austrália. Outra questão instigante é o fato de no XIII Congresso Internacional, realizado em Temi, Itália, em 2006, na sessão 3 (O Projeto: restauro, reutilização e transformação) que tratava mais especificamente dos modos de operar os bens, a formulação de seus objetivos surpreende: "A qualidade do projeto arquitetônico tem um papel central na recuperação e na valorização do patrimônio arqueológico industrial – reside na propriedade dos projetos mais ainda do que em regras metodológicas a seguir [...]". Ao analisar os documentos resultantes desses encontros prevalece a descrição de casos de estudo, sem que haja um concomitante esforço de articulação dos resultados e de reflexão metodológica (KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 50).

⁵⁸⁷ CARVALHO, Murilo Teixeira. *Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade*. Joinville, SC: Univille, 2013, p. 19. Disponível em: <file:///C:/Users/servg/Downloads/Murilo%20(1).PDF>. Acesso em: 9 ago. 2018.

⁵⁸⁸ KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 50.

⁵⁸⁹ Id., *ibid.*, p. 49.

⁵⁹⁰ LOPES, Flávio. Op. cit., 2012, p. 85.

da memória coletiva. Essas razões, portanto, devem guiar o projeto de restauração e requalificação dos edifícios fabris⁵⁹¹.

Quando se fala em “edifícios industriais em desuso” e sua integração, percebe-se que, muitas vezes, são usados indistintamente os termos revitalização, renovação, reabilitação, requalificação ou reuso. De acordo Ruppenthal⁵⁹², o termo correto para ser empregado no caso de reconversão de um edifício industrial, quando a este é dado um novo uso, é *requalificação*.

Choay comenta que a requalificação ou reutilização do patrimônio industrial é importante, visto que:

Esta reconversão dos edifícios, pertencendo alguns à história da técnica, depende quer de uma conservação histórica, quer de uma saudável economia logística. Em contrapartida, estas marcas anacrônicas que são os baldios industriais, os poços e os carris das minas desertas, os montes de escória, as docas e os estaleiros navais abandonados, possuem, antes de mais, um valor afetivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapossados. Para os outros, eles têm um valor documental sobre uma fase da civilização industrial⁵⁹³.

Na concepção de Kühl, a reconversão de edifícios industriais deve, então, ser analisada pormenorizadamente, considerando as características e especificidades do complexo de edifícios e dos equipamentos ali existentes. Para isso, deve ser feito um estudo da distribuição no espaço das edificações, um levantamento métrico-arquitetônico de cada uma delas, e um exame e documentação de vestígios materiais ligados à produção e um extenso registro fotográfico. É preciso, também, aprofundar os estudos histórico-documentais e iconográficos a partir de fontes escritas ou gráficas, e analisar os testemunhos orais que se referem aos edifícios, à produção e ao trabalho. O intuito é situar o complexo em seu contexto urbano ou territorial, além de sociocultural e econômico, em estudos que se desenvolvam de maneira articulada, com vistas à preservação do patrimônio industrial⁵⁹⁴.

Roberts e Sykes⁵⁹⁵ explicam que a requalificação é uma ação integrada, que objetiva a resolução de problemas urbanos a partir de mudanças duradouras das

⁵⁹¹ KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 58.

⁵⁹² RUPPENTHAL, Stela Maris. *Novos cenários urbanos: reconversão e refuncionalização de brownfields* em Criciúma/SC. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014, p. 54. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000059/00005978.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

⁵⁹³ CHOAY, Françoise. Op. cit., 2014, p. 234.

⁵⁹⁴ KÜHL, Beatriz Mugayar. Op. cit., 2008, p. 47.

⁵⁹⁵ ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. *Urban regeneration: a handbook*. Londres: Sage, 2000, p. 48.

características físicas, ambientais e socioeconômicas de uma área. Barcelos⁵⁹⁶ salienta que a requalificação de um patrimônio industrial surge da política de conservação histórica, como uma possibilidade concreta de reutilizar a arquitetura, a estrutura e os elementos construtivos dos edifícios antigos industriais, bem como dos demais monumentos ou lugares carregados de histórias da arquitetura da cidade, evitando a perda dos seus valores estéticos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos e culturais.

Quanto ao ato de requalificação, segundo Vasques e Mendes⁵⁹⁷, este implica na alteração da função de um determinado elemento, atribuindo-lhe um novo valor de uso. É na categoria do lugar que são confrontadas variáveis velhas e novas por meio de introduções e acomodações que produzem novos contextos. A cada contexto, porém, corresponde um conjunto de critérios que determinam o que demolir, reformar ou acrescentar, cujas alterações reordenam o conteúdo, atribuindo a cada elemento uma nova posição hierárquica, que é, essencialmente, de cunho funcional. Sendo assim, Evaso afirma que:

Tais acomodações requerem, às vezes, adequações por parte do espaço construído: demolições (supressões), reformas (superposições) e acréscimos (acumulações). [...] As alterações a serem feitas nesse sistema de valores reordenam o conteúdo, atribuindo a cada elemento uma nova posição hierárquica, que é, essencialmente, de cunho funcional⁵⁹⁸.

No caso de indústrias, essas representam desafios ao desenvolvimento e, em várias partes do mundo, muitas cidades discutem a destinação mais adequada para antigos prédios industriais, comerciais e de serviços que no passado tiveram relevância na economia dos municípios, mas que atualmente, estando abandonados ou em mau uso, podem dificultar os programas de desenvolvimento⁵⁹⁹.

O reconhecimento dos benefícios da requalificação de edifícios industriais tem aumentado nos últimos anos, envolvendo planejamento, instituições financeiras, governo, grupos comunitários e outras partes interessadas, que podem contribuir para tal reuso, e se beneficiarem com a revitalização e reabilitação no contexto da

⁵⁹⁶ BARCELOS, Inês Figueiredo. Op. cit., 2010, p. 13.

⁵⁹⁷ VASQUES, Amanda Ramalho; MENDES, Auro Aparecido. *Refuncionalização de Brownfields*. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2006/refuncionalizacao.pdf>>. Acesso em: dez. 2015, p. 247.

⁵⁹⁸ EVASO, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. *Revista Experimental*. São Paulo, mar. 1999, ano 3, n° 6, pp. 34-35.

⁵⁹⁹ HUMMEL, Carla Patrícia. *Brownfields e atores sociais no Município de Rio Claro (SP): memórias e refuncionalizações*. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2006, p. 13. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp010093.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

comunidade e bem-estar social, além de crescimento econômico, sustentabilidade e crescimento inteligente⁶⁰⁰.

Alguns edifícios industriais podem aparecer na paisagem urbana de forma tão degradada e danificada pelo uso industrial que são incapazes de ter um uso benéfico sem um tratamento ou intervenção. A presença real ou suposta de contaminação evidencia um uso prévio danoso àquele espaço. Nesses casos é necessário intervir, realizando ações de limpeza, recuperando o seu estado e dotando-os de novas possibilidades.

As antigas propriedades industriais perdem, por inúmeros motivos, a sua antiga função, ou seja, o seu conteúdo. Fica a forma abandonada até que sejam feitas várias adequações e reformas para torná-las aptas a receber nova função. Barcelos salienta que as indústrias constituem grandes potencialidades que o passado coloca à disposição para combater a perda da identidade dos lugares da cidade e a desqualificação urbana:

[...] mas através da requalificação dos seus espaços edificados, atribuindo qualidades e benefícios sociais, urbanos e arquitetônicos. Dada a sua localização, em grande parte, em lugares de importante densidade populacional e áreas centrais, representam uma excelente ocasião para se traduzir em oportunos reordenamentos urbanísticos. Tudo isto transmite a urgência em encontrar novos destinos para tão vastas áreas degradadas e avançar no seu saneamento e recuperação de uma qualidade urbana perdida, retomando a sua continuidade no espaço e no tempo. A sua recuperação constitui uma abordagem natural ao patrimônio industrial, visto que nele estão implícitos conceitos da cidade atual e por manterem no futuro as pré-existências históricas e arquitetônicas, que permitem manter viva a identidade do lugar pela permanência da memória, e através da sua preservação tirar partido dele para a necessária requalificação urbana⁶⁰¹.

A localização dessas áreas é, principalmente, urbana, e a requalificação no meio interurbano facilita a reciclagem pelo fato de existir uma pressão para que o mesmo volte a funcionar. Examinar as características físicas dessas áreas, como tamanho, uso anterior e estado atual, amplia a compreensão da sua natureza.

A requalificação do patrimônio industrial está relacionada à ideia de novo papel ou de novas funções assumidas pelo espaço geográfico, como componente da diferenciação de sociedades e de lugares, referenciada de fatos de natureza política e econômica, ética, religiosa e cultural, por meio dos quais se expressam adaptações, ajustes ou resistências ao processo de globalização⁶⁰². Evaso aponta:

⁶⁰⁰ ROBERTS, Allison Jilayne. *Brownfield Remediation In Kingston And Hamilton, Ontario: a virtuous cycle of civil society involvement*. Queen's University Kingston, Ontario, Canada, 2009, p. 10.

⁶⁰¹ BARCELOS, Inês Figueiredo. Op. cit., 2010, p. 14.

⁶⁰² VASQUES, Amanda Ramalho; MENDES, Auro Aparecido. Op. cit., 2015, p. 253.

[...] a necessidade da requalificação quando se caminha rumo à decadência ou fadiga do conjunto técnico. Sendo assim, todo este conjunto pode ser revigorado pela requalificação, imprimindo competitividade. Após a restauração, os novos usos podem ser os mais diversos: agricultura, comércio e serviços, instituições, espaços verdes e lazer, indústrias, residências e espaços culturais. Predomina no setor de serviços e comércio, o reuso de antigas fábricas como shoppings, supermercados, hotéis, etc.⁶⁰³.

A requalificação do patrimônio industrial significa desenvolver novamente o local em questão, implicando no desenvolvimento prévio de uma atividade socioeconômica sobre um determinado espaço físico.

As estruturas industriais apresentam alto potencial econômico, urbanístico e social, fazendo com que seja importante a sua restauração. Se a presença dessas áreas for um problema enfrentado por várias cidades, as vantagens associadas à requalificação tornam esta prática especialmente requisitada e, geralmente, vista como uma oportunidade para dotar esses locais de novas potencialidades.

Em muitas cidades, o reaproveitamento desses espaços tem movimentado instrumentos legais, administrativos, urbanísticos e práticos, fazendo com que a restauração de suas estruturas seja uma das preocupações do planejamento urbano.

Ruppenthal⁶⁰⁴ considera o abandono um descaso com o planejamento da cidade. Reforça-se, aqui, que se não existiu um planejamento para o fim das atividades, deve haver preocupação em planejar e dar um destino a esses espaços, para que possam cumprir sua função social no meio ambiente urbano. Para tanto, alguns instrumentos urbanísticos dispostos no Estatuto da Cidade podem ser aplicados na gestão e planejamento desses espaços.

A requalificação para reuso de edifícios industriais significa mais do que dar novos destinos às velhas fábricas, mas objetivar a limpeza ambiental de áreas contaminadas, recuperar espaços abandonados, visando a qualidade de vida das populações vizinhas a estes espaços e a sua dinamização econômica. Configuram-se como reserva de solo, estoques à espera de destino, com potencial para solucionar as demandas de equipamentos e serviços, educação, lazer, cultura, moradia, entre outros.

É importante considerar algumas abordagens sobre parâmetros usualmente utilizados pelos estudiosos contemporâneos, os quais contribuem para melhor compreensão na análise de casos de projetos de intervenção de reuso de edifícios fabris em abandono e sua preservação, conforme destacado no próximo subtópico.

⁶⁰³ EVASO, Alexander Sergio. Op. cit., 1999, p. 50.

⁶⁰⁴ RUPPENTHAL, Stela Maris. Op. cit., 2014, p. 62.

2.5.4 Matriz de Análise para reuso de edifícios industriais

Analisar um prédio que tenha passado por um processo de reuso requer a abordagem dos parâmetros usualmente utilizados pelos estudiosos contemporâneos. A partir disso, observa-se que as transformações realizadas num projeto de reuso podem ser mais facilmente delineadas e assimiladas quando observadas por meio da teoria de “*layering*” – camadas de durabilidade da construção⁶⁰⁵. Este conceito foi desenvolvido pelo arquiteto Francis Duffy, que investiga a questão da funcionalidade do edifício e a sua transformação com a passagem do tempo.

Segundo Duffy, “*a building properly conceived is several layers of longevity of built components*”⁶⁰⁶. Ele distingue o edifício em quatro camadas (*layers*) que chama de “*Shell*, *Serces*, *Scenery* e *Set*”, onde:

- 1) “*Shell*” – refere-se ao sistema construtivo do edifício (fundações, pilares, lajes, paredes), partes que duram a vida do prédio;
- 2) “*Serces*” – corresponde às infraestruturas (parte elétrica, tubos e cabeamento, ar condicionado e elevadores) que devem ser substituídos em 15 ou mais anos;
- 3) “*Scenery*” – corresponde ao *layout* interno do edifício, que pode mudar em cinco ou sete anos.
- 4) “*Set*” – correspondente à mobília e decoração interior, e que pode variar rapidamente em semanas ou meses.

Duffy reforça que, “*the unit of analysis for us isn’t the building, it’s the use of the building through time. Time is the essence of the real design problem*”⁶⁰⁷.

Brand, porém, ampliou as quatro camadas (*layers*) de Duffy, que estavam orientados para o trabalho no interior de edifícios comerciais, para seis camadas (*layers*), que são:

- 1) “*Site*” – está relacionado à localização geográfica do edifício, à localização urbana e ao lote legalmente definido, cujos limites e contexto decorrem de gerações de edifícios efêmeros. Duffy concorda, portanto, que o sítio é eterno;
- 2) “*Structure*” – a fundação e seus elementos são de alto valor e difíceis de mudar. São o próprio edifício. A vida estrutural pode variar de 30 a 300 anos;

⁶⁰⁵ GASPAR, P. *Conceitos de vida útil e de desempenho em serviço de edifícios: construção*. Lisboa, Portugal: Fundec, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2001, p. 945.

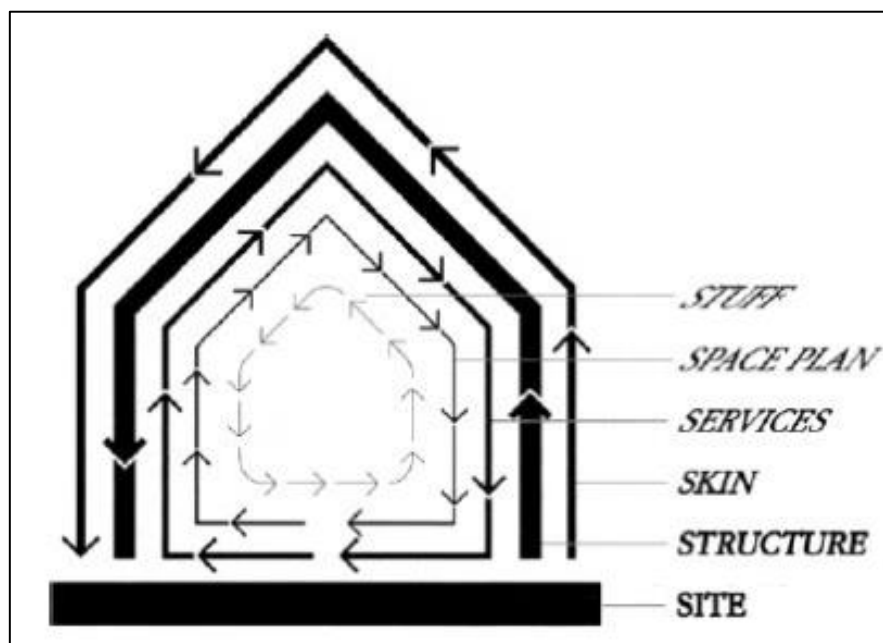
⁶⁰⁶ “Um prédio bem concebido é composto por várias camadas de longevidade dos componentes construídos” (tradução literal pela autora). (BRAND, Steward. *How buildings learn, what happens after they’re built*. London, England: Penguin Books, 1994, p. 31).

⁶⁰⁷ “A unidade de análise para nós não é o edifício, é o uso do edifício através do tempo. O tempo é a essência do verdadeiro problema de *design*” (tradução literal pela autora). (Id., *ibid.*, pp. 31, 32).

- 3) “*Skin*” – são as superfícies exteriores da fachada, que podem mudar a cada 20 anos para acompanhar a moda, as novas tecnologias ou para reparos causados pela ação do tempo;
- 4) “*Services*” – refere-se a todos os serviços do prédio, como: fiação de comunicações, fiação elétrica, encanamento, sistema de aspersão, HVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), elevadores e escadas rolantes. Eles se desgastam ou ficam obsoletos a cada sete a 15 anos. Muitos edifícios são demolidos devido aos seus sistemas desatualizados estarem embutidos na estrutura do edifício.
- 5) “*Space Plan*” – relacionado ao *layout* interior (paredes, tetos, pisos e portas). O espaço comercial, altamente sujeito a mudanças, pode alterar o seu *layout* interior a cada três anos ou mais; em residências, o tempo é maior.
- 6) “*Stuff*” – refere-se ao mobiliário, ou seja, todas as peças e utensílios móveis do interior do edifício, como cadeiras, mesas, telefones, imagens, utensílios de cozinha, etc.

A imagem de Brand (Figura 66) ilustra de forma esquemática as seis camadas (*layers*) de análise em uma edificação.

Figura 66. Esquema das camadas de transformação de um edifício



Fonte: Brand (1994)⁶⁰⁸.

⁶⁰⁸ BRAND, Steward. Op. cit., 1994, p. 32.

A longevidade das construções, ou a sua vida útil, é determinada por fatores de durabilidade (vida útil física), adaptabilidade (vida útil funcional) e rentabilidade (eficiência econômica).

Ao tratar de um caso de reuso, é importante considerar as exigências do novo uso e o programa nele inserido, uma vez que ele acarreta em transformações na estrutura original. Essas transformações podem ocorrer nos mais diferentes níveis da estrutura ou, como definiu Duffy, com base no conceito de “*layering*”, nas diferentes camadas⁶⁰⁹. Nesse sentido, fez-se necessário definir os principais parâmetros arquitetônicos, os quais podem ser analisados nos casos de estudos selecionados:

- 1) **Sítio:** refere-se à relação da edificação com o local onde está inserido, podendo estar inserido dentro ou fora da malha urbana. Também poderá estar inserido no núcleo velho da cidade, ou seja, fazer parte do centro histórico ou de uma área industrial relevante.
- 2) **Função:** está atrelada ao novo uso, uma vez que altera o programa ao qual o edifício originalmente foi projetado. No projeto de reuso, o novo uso, ou a nova função que o prédio irá acolher, deverá adequar-se às estruturas existentes.

Transformações no Exterior

- 3) **Volumetria:** considera a volumetria do edifício e/ou conjunto de acordo com as transformações a partir da volumetria inicial e das alterações necessárias à adequação do novo programa. Está relacionado ao “partido” inicial do projeto, que estabelece se o edifício se mantém como edificação única ou se receberá adição de novos volumes que podem surgir adjacentes (anexos), intersectados ou separados dos corpos existentes.
- 4) **Envolvente:** reflete a relação do prédio com o exterior. De acordo com o projeto, as fachadas e a cobertura poderão ser ou não alteradas. Poderão se manter originais e, assim, passar por um processo de restauração/recuperação, ou sofrer mudanças, como introdução de novos elementos, supressão de elementos decorativos e alteração nos vãos (fechamento e/ou abertura).
- 5) **Materiais:** todo projeto de restauração provoca uma adequação aos materiais a serem utilizados, ou seja, no caso de recuperação poderão se manter os mesmos

⁶⁰⁹ BRAND, Steward. *How buildings learn: what happens after they're built*. London: Phoenix Illustrator, 1997, p. 12.

materiais e/ou similares, ou serem introduzidos novos materiais, de acordo com a nova proposta de uso.

- 6) **Imagem:** está relacionada à imagem estética adotada, ou seja, à imagem interna e externa do edifício, com seu entorno e ao existente.

Transformações no Interior

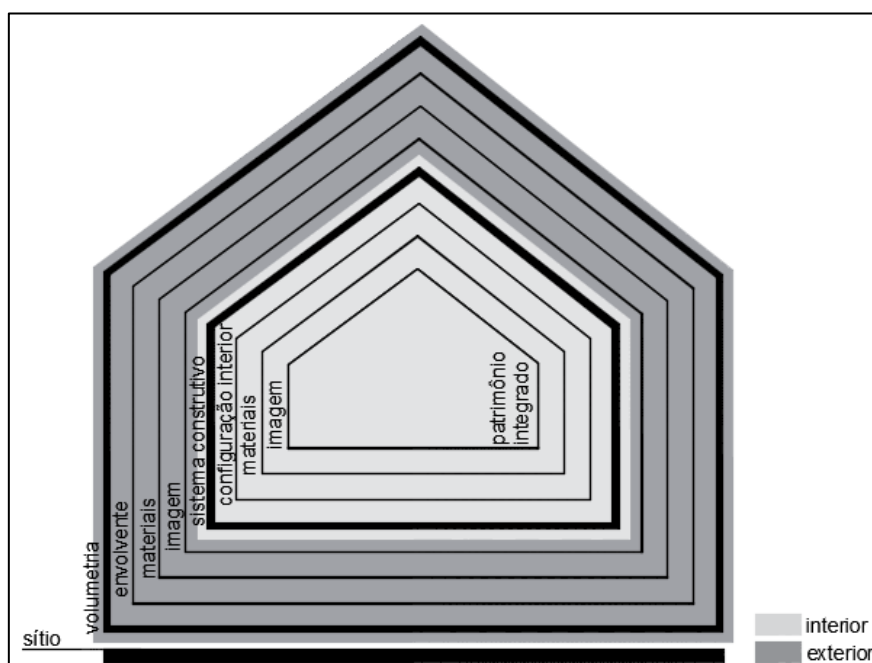
- 7) **Sistema construtivo:** de acordo com o novo uso e o novo programa, a edificação poderá sofrer alterações quanto à sua estrutura original, e necessitar a introdução de novos elementos para a sua recuperação, manutenção e viabilidade de uso.
- 8) **Configuração espacial interna:** refere-se às características tipológicas e espaciais de que o uso industrial dispõe e às suas possibilidades e alternativas a novos usos.
- 9) **Imagem externa:** conforme estabelecido no parâmetro 5.
- 10) **A nível patrimonial:** os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com a Carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro. Ainda de que os edifícios industriais sejam construções funcionais, cujo objetivo é abrigar um sistema de produção, produtos, mercadorias e operários, deve-se considerar que:

4.III. [...] A adaptação harmônica e a reutilização pode ser uma forma adequada e econômica de assegurar a sobrevivência dos edifícios industriais, e deve ser promovida mediante os controles legais, os conselhos técnicos, as bolsas e os incentivos fiscais adequados⁶¹⁰.

A partir dos parâmetros relacionados pretende-se fazer uma análise direta das transformações realizadas no edifício “caso de estudo”, a fim de compreender o processo do projeto de reuso em cada uma de suas camadas (Figura 67).

⁶¹⁰ TICCIIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Op. cit., 2003, p. 1.

Figura 67. Esquema das camadas de transformação de um edifício utilizadas para análise dos casos de estudo



Fonte: adaptado de Brand (1994)⁶¹¹.

Dessa forma, foram selecionados três casos de estudos para realização da análise dos projetos de reuso (capítulo 4). Para que os edifícios pudessem se adequar a outro uso e programa, necessitaram passar por transformações nas mais diversas camadas. Assim, organizou-se como instrumento de análise dessas transformações, uma matriz (Quadro 1) que tem como objetivo organizar a análise dos parâmetros em cada caso de estudo para posterior comparação dos dados e análise final.

Quadro 1. Matriz de análise de projeto de reuso

Parâmetros		Nível de transformação	Descrição
Exterior	1] Função		
	2] Volumetria		
	3] Envolvente		
	4] Materiais		
	5] imagem		
Interior	6] Sistema construtivo		
	7] Configuração espacial		
	8] Materiais		
	9] imagem		
	10] Patrimônio integrado		

⁶¹¹ Esquema organizado pela autora para análise dos casos de estudo, parcialmente baseado em Brand, Steward (1994) p. 32.

A Matriz de Análise consiste de um quadro (Quadro 1), composto pelos 10 parâmetros de análise, sendo que cada camada será avaliada, considerando o nível de transformação submetido pela adaptação ao novo uso. Para tal, o nível de transformação pode adaptar quatro graus (Tabela 1), de acordo com a profundidade das transformações ocorridas:

- *Elevado* – submissão a drásticas alterações nos elementos originais, tais como: eliminação ou introdução de elementos e/ou adoção de novas linguagens formais e estéticas que, conseqüentemente, alterem as características originais do prédio.
- *Médio* – submissão a transformações ao conjunto, como introdução de novos elementos e/ou eliminação de estruturas originais do prédio.
- *Baixo* – poucas alterações ao conjunto, mantendo as características originais do prédio.
- *Nulo* – manutenção das características originais do prédio.

Tabela 1. Valores do nível de transformação

Nível de transformação	Valor
Elevado	3
Médio	2
Baixo	1
Nulo	0

A matriz será utilizada como instrumento de coleta de dados sobre os “casos de estudo” selecionados. A partir dessas informações será feita análise juntamente com os demais parâmetros, como: os objetivos de cada projeto de reuso e sua abordagem; e as conseqüentes influências sobre a comunidade e usuários em relação ao entorno urbano onde se encontra inserido. Com isso, será possível realizar uma crítica e uma avaliação objetiva a cada caso de estudo (apresentados no capítulo 4 desta investigação).

Neste capítulo, portanto, foi considerada a preservação e requalificação urbana a partir de uma abordagem conceitual, onde se pode constatar, primeiramente, conceitos e teorias de consagrados estudiosos, como Quatremère de Quincy, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Max Dvorák, Alois Riegl, Gustavo Giovannoni, Cesare Brandi, com suas concepções sobre a restauração de monumentos, edifícios e sítios históricos, salvaguardando a preservação do bem na história urbana. Além disso, também se constatou pensamentos e opiniões de Rem Koolhaas e de Clarissa da Costa Moreira quanto às noções sobre a cidade genérica, e concepções de Françoise Choay, João Sousa Morais e Flávio Lopes sobre a

preservação e conservação patrimonial e sua contribuição nas questões urbanísticas. Na sequência, foi abordada a Revolução Industrial, a Arquitetura Industrial, a preservação do patrimônio fabril em desuso, bem como a sua requalificação e conservação na história urbanística.

O referencial teórico desenvolvido neste capítulo teve como objetivo inserir a Colônia Neu-Württemberg, empreendimento privado de Hermann Meyer, no contexto da arquitetura e urbanismo ocidental do final do século XIX e início do século XX. A abordagem traz como ponto de partida as transformações da cidade dita tradicional com a ascendente industrialização e suas conseqüentes influências nos traçados, na arquitetura das cidades e no seu patrimônio industrial.

Assim, foi necessário trazer ao estudo a formação das cidades na Alemanha, enfatizando a forma física com que se estruturavam as comunidades a partir do agrupamento de casas em aldeias, o *Weiler* e as diferentes composições, como a *Haufendorf* e a *Strassendorf*. Esse modelo foi transportado para o Brasil a partir da imigração ocorrida no período com a colonização alemã no sul do Brasil, onde o processo de assentamento das primeiras famílias era muito semelhante ao que ocorria na Alemanha. No caso da Colônia Neu-Württemberg, porém, o processo de assentamento ocorreu de maneira diferenciada, ou seja, seu traçado e sua planta foram desenvolvidos anterior à sua ocupação. A planta servia como forma de propaganda e divulgação dos empreendimentos de Herrmann Meyer no Brasil, e utilizada como “panfleto” para venda dos lotes coloniais.

Além da formação das cidades na Alemanha, a abordagem traz questões relacionadas às suas cidades industriais, em especial na região de Baden-Württemberg, com seu patrimônio e legado industrial, destacando a tipologia dos moinhos como patrimônio cultural. Esta abordagem é necessária visto que a tipologia arquitetônica residencial e industrial dos moinhos foi transportada com a imigração. A tipologia foi implantada na Colônia Neu-Württemberg quando da elaboração da primeira planta, induzindo seu traçado e os edifícios que o compõem, entre eles, o “moinho”, a “casa do administrador da colônia”, a “casa do imigrante”, a “capela” e a “escola”, considerados por Rosi como elementos primários da composição urbana.

É importante salientar que naquele momento, a capital passava por um processo de transformação em sua estrutura física, alterando a sua paisagem, ou seja, a arquitetura até então colonial foi cedendo espaço ao estilo eclético em uma onda de europeização do país.

Tendo em vista a imigração no Rio Grande do Sul, esta abordagem busca inserir a Colônia Neu-Württemberg no contexto da arquitetura e urbanismo do período, a partir das influências dos próprios imigrantes e, principalmente, de profissionais que aqui se estabeleceram. Os atores desse processo, tanto engenheiros como arquitetos que migraram para esta região, tinham sua formação acadêmica na Alemanha e atuavam em Porto Alegre e nas “colônias velhas”, como São Leopoldo e Novo Hamburgo, em especial o engenheiro Rudolf Ahrons e seu colaborador, o arquiteto Theodor Wiederspahn. Ahrons era amigo de Meyer e tinha influência sobre seus empreendimentos no Brasil, tanto que por um breve período foi representante da Colônia Neu-Württemberg, em Porto Alegre, e autor da primeira “Planta do Povoamento da Colônia Neu-Württemberg”.

Quanto ao contributo desses profissionais é importante salientar que, apesar da grande influência da escola militar na formação de engenheiros e arquitetos, as transformações na arquitetura da cidade se mostram visíveis pela arquitetura eclética, o historicismo e também no barroco alemão, presentes na arquitetura de prédios públicos, religiosos e residenciais. Essa arquitetura, porém, não se estabeleceu na Colônia Neu-Württemberg, visto ser de cunho privado e não ficar submetida às regras do município de Cruz Alta. A influência desses profissionais, contudo, foi pouco expressiva nos prédios públicos da Colônia, que se restringiam ao moinho, à casa do administrador da colônia, à casa do imigrante, à capela e à escola, que seguiam uma tipologia com influências alemãs mas adaptadas ao local.

Além das influências da imigração alemã, também foram abordados neste capítulo, conceitos e teorias que permitiram melhor compreensão das questões da evolução da cidade e sua morfologia urbana. No caso de Panambi, a construção da paisagem urbana é indissociável da paisagem urbana das pequenas cidades alemãs e de sua tipologia, mesmo não tendo as características das cidades medievais centro-europeias. Essa compreensão permite identificar os valores em jogo e reconhecer a construção que supera e transcende a própria materialidade, ou seja, um processo que nasce entre o indivíduo e sua cultura.

Para concluir este capítulo, desenvolveu-se uma abordagem dos conceitos de restauro e questões da arquitetura industrial ao longo do período, sua importância e influência na estruturação dos espaços da cidade tradicional. Consideradas estruturas que representam alto potencial econômico, urbanístico e social, assumem valor e significado cultural, passíveis de proteção, restauração e reabilitação. Quanto às questões referentes à sua preservação, desenvolveu-se uma matriz de análise para o

reuso de edifícios industriais, a qual será utilizada no capítulo 4 desta tese, quando da análise dos casos de estudos.

O amparo bibliográfico proporcionou suporte para melhor compreensão do desenvolvimento da Colônia Neu-Württemberg. O capítulo que segue traz os conceitos e teorias de vários estudiosos, os quais constituem um contributo à metodologia da reabilitação. Serão abordados temas relativos à criação, espaço urbano, costumes e história industrial, que contribuíram com a formação da Colônia Neu-Württemberg e do município de Panambi.

2.6 REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 2

Obras publicadas

ALMEIDA, Ana Catarina Tiago de. *Indústria e Arquitectura*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/.../industria%20e%20arquitectura.p...>>. Acesso em: dez. 2015.

ALVES, Augusto. *A construção do porto de Porto Alegre (1895 -1930): modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

ANTUNES, Manuel Alberto Faria. *Ícone na arquitetura: reinvenção da imagem urbana: o seu efeito na dinâmica da cidade*. Vila Nova de Famalicão: Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, dez. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/367>>. Acesso em: dez. 2015.

ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como uma história da cidade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.

AYMONINO, Carlo. El estudio de los fenómenos urbanos. In: POZO, Alfonso del (Org.). *Análisis Urbano*. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla, 1997.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC; Florianópolis: Paraula, 1997.

BAPTISTA, Maria Teresa Paes Barreto. *José Lutzenberger no Rio Grande do Sul: arquitetura, ensino e pintura (1920-1951)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <[http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view File/4180/3175](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/File/4180/3175)>. Acesso em: jan./2016.

BARBOSA, Manuel Maria Pimentel. *Espaços industriais esquecidos no tempo – Minas da Borralha*. Porto, Portugal: Universidade Lusíada do Porto, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/593>>. Acesso em: dez. 2015.

BARCELOS, Inês Figueiredo. *Projectar com o lugar: novos destinos para edifícios industriais: Fábrica Simões e Cia Ltda*. Lisboa, FAUTL: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2890>>. Acesso em: dez. 2015.

BARDESE, Cristiane Ikedo. *Patrimônio edificado, preservação e requalificação: o caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela*. Arquitetura Industrial. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19012012-135043/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. Lisboa: Edições 70, 1984 (Coleção Arte & Comunicação).

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BETTENCOURT, António. *Apointamentos sobre a prática construtiva com o ferro no século XVIII e XIX*. Prova de Aptidão Pedagógica. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2001.

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município*. Panambi, RS: Emgrapan, 2013.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Conferência feita na exposição de Turim, em 7 de junho de 1884 (1836-1914). Tradução de Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Cordeiro. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

BOYER, M. Christine. *The City of Collective Memory: ist historical imagery and architectural entertainments*. Massachusetts: Institute of Technology, 1994.

BRAND, Steward. *How buildings learn, what happens after they're built*. London, England: Penguin Books, 1994.

BRAND, Steward. *How buildings learn: what happens after they're built*. London: Phoenix Illustrator, 1997.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração (1906-1988)*. Trad. de Beatriz Mugayar Kühl, Giovanni Carbonara, Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, v. XX.

CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CALDAS, Renata Maria Vieira; MOREIRA, Fernando Diniz. *Arquitetura Industrial: técnica, detalhe e significância*. PROARQ18, 2010. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_ArquiteturaIndustrial_CaldasMoreira.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades*. Inst. Sociedad y Cultura del Paisaje Urbano. Barcelona: Ed. del Seibal, 2013.

CARVALHO, Murilo Teixeira. *Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade*. Joinville, SC: Univille, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/servg/Downloads/Murilo%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/servg/Downloads/Murilo%20(1).PDF)>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio: antologia para um combate*. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2011.

COSTA, Rui Jorge Alves Felício Seco da. *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal: do modernismo à revisão dos modelos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/6001/1/RuiSecoTeseMestrado-Capa.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

COSTA, S. A. P. C.; MACIEL, M. C. Fringe belts no Município de Belo Horizonte. In: TÂNGARI, V. R.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. (Orgs.). *Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

COSTA, Xavier. *Ignasi de Solà-Morales Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili- SL, 2006.

D'AVILER, Augustin-Charles. *Architecte du roi en Languedoc 1653-1701*. Broché, janvier, 2003.

DERRUAU, Max. *Geografia humana*. Lisboa, Portugal: Editorial, 1977, v. II.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de Monumentos*. (1874-1921). Trad. de Valéria Alves Esteves Lima; Jens Baumgarten; Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

ESPARTEL, Lélis. *Caderneta de Campo*. Porto Alegre: Globo, 1948.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika – III, 1990.

FIGUEIRA, Jorge; VAZ MILHEIRO, Ana. *O final da fábrica, o início da ruína: a arquitectura da indústria, 1925-1965*. Barcelona, Espanha: Fundação Docomomo Ibérico, 2005.

FIGUEIREDO, Lauro César. *Memória e experiência de uma cidade do Paraná: a cidade de Maringá*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FLORES, Hilda A. Hübner. *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

FOLETTTO, Vani T. (Org.). *Apostamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008.

FOLGADO, Deolinda; LACERDA, Manuel. Projecto de levantamento da Arquitectura Industrial Contemporânea em Portugal (1920-1965). *Estudos Património*. Lisboa, Portugal, IPPAR, nº 1, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antonio. *Os viajantes olham para Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria-RS: Anatterra, 2004.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. São Paulo: Livros do Brasil, 1957.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/ANPUH, 2004.

GASPAR, P. *Conceitos de vida útil e de desempenho em serviço de edifícios: construção*. Lisboa, Portugal: Fundec, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

GASSMANN, Cuntram; SCHÖNWETTER, Tim. *Alter Bergbau und Denkmalpflege ein Projekt in Baden-Württemberg. Beiträgen von, Mit. Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

GIEDION, Siegfried. *Bauen in Frankreich. Bauen in Eisen/Bauen in Eisenbeton*. Berlin: Gebr. Mann Verlag, 2000.

GIOVANNONI, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos (1873-1947)*. Trad. de Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GRIENEISEN, Vera. *As origens de quatro arquitetos imigrantes alemães e sua obra habitacional no Rio Grande do Sul, no início do século XX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85915>>. Acesso em: ago. 2017.

HAASIS-BERNER, Andreas. *Innovative Wasserkraftnutzung im Mittelalter und die zugehörige wasserbauliche infrastruktur: Beiträgen von, Mit. Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HAROUEL, J. L. *História do urbanismo*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HASCHER, Michael. Denkmalpflege und Technikgeschichte 15 Thesen und Aspekte. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31- Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HASCHER, Michael; REINHARDT-FEHRENBACH, Gitta. Kulturdenkmale der Industrie und des Handwerks zwischen Nutzung und Umnutzung kommentierte Auswahlbibliographie. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31- Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HAUSHOFER, Heinz. *Die Agrarwirtschaft in der Bundesrepublik Deutschland*. München: B.L.V., 1974.

HUMMEL, Carla Patrícia. *Brownfields e atores sociais no Município de Rio Claro (SP): memórias e refuncionalizações*. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp010093.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, 1999.

KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização: em destaque a colônia de Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade: grandeza ou o problema do grande; a cidade genérica; espaço-lixo*. Trad. de Luís Santiago Baptista. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *SMLXL*. New York: Monacelli, 1995.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Trad. de Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel/Ed. da USP, 1990.

KROPF, Karl S. *An enquiry into the definition of built form in urban morphology*. PhD thesis, Department of Geography, Faculty of Arts, University of Birmingham, 1993, v. 1 and 2.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

LADD, Brian. *Urban planning and civic order in Germany (1860-1914)*. London: Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1990.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LERSCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/225015.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

LIMA, Daniela Morelli de. *O Espaço Urbano de Conjuntos Habitacionais: uma visão sobre a região de Americana, SP*. Monografia (Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida) – São Carlos: EESC-USP, 2002. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/documentos/livraria/T13-OEspacoUrbanodeConjuntos.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

LOPES, Flávio. *Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico: noção e normas de Prospecção*. Portugal: Caleidoscópio, 2012.

LOPES, Flávio. *Zonas de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico: para que servem?* Portugal: Caleidoscópio, 2013.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Portugal: Caleidoscópio, 2014.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2014.

MARTÍ ARIS, C. *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona: Ed. de La Universitat Politècnica de Catalunya, 1991.

MEYER, Herrmann. *Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899*. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

MORAES, George Augusto de. *A contribuição de Manoel Itaquí para a arquitetura gaúcha*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MORRIS, Anthony Edwin James. *Historia de la forma urbana: desde sus Orígenes hasta la revolución industrial*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2015.

MOUDON, Anne Vernez. Getting to Know the Built Landscape: typomorphology. In: FRANK, K. A. & Schneekloth. *Ordering Space: types in Architecture and Design*, 1994.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, 1997, v. 1.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016.

OSMOND, Paul. *Morphological classification as a common basis for analysis of urban metabolism and ambience*. Energy, Material, Urban Environment (EMUE). Conference, Paris, France, 2006.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da hausmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: cosmopolitismo, racionalidade e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome. *Cartas a Miranda: sobre o prejuízo que o deslocamento dos Monumentos da Arte da Itália ocasionaria às Artes e à Ciência (1755-1849)*. Trad. de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

RADIG, Werner. *Die Siedlungstypen in Deutschland und ihre frühgeschichtlichen Wurzeln*. Berlin: Henschelverlag, 1955.

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

REBELO, Marcos André da Silva. *Arquitetura Industrial & Arquitetura Moderna: afinidades na prática arquitetônica portuguesa dos anos 50 e 60*. FAUP, 2011/2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80346/2/23456.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*, 1907.

ROBERTS, Allison Jilayne. *Brownfield Remediation In Kingston And Hamilton, Ontario: a virtuous cycle of civil society involvement*. Ontário, Canadá: Queen's University Kingston, 2009.

ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. *Urban regeneration: a handbook*. Londres: Sage, 2000.

ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: jun. 2017.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 2.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Cosmos, 2001.

ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre la morfología urbana y la tipología constructiva. *Aspetti e problemi della tipologia edilizia*. Venezia: Cluva, 1964.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1969.

RÜDINGER, Torsten; OPPERMANN, Philipp. *Kleine Mühlenkunde: Deutsche Technikgeschichte vom Reibstein zur Industriemühle*. Berlin: Edition Terra, 2012.

RUPPENTHAL, Stela Maris. *Novos cenários urbanos: reconversão e refuncionalização de brownfields em Criciúma/SC*. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000059/00005978.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALAT, Serge. *Les villes et les formes: sur l'urbanisme durable (Hermann)*. CSTB – Laboratoire des Morphologies Urbaines, 2011.

SALOMON, Hermann. Gartenstädte. In: BRIX, Joseph; GENZMER, Felix (Hrsg.). *Städtebauliche Vorträge aus dem Seminar für Städtebau an der Königlichen Technischen Hochschule zu Berlin*. Berlin: Verlag von Wilhelm Ernst & Sohn, 1913. Disponível em: <<http://www.margarethe-krupp-stiftung.de>>. Acesso em: ago. 2017.

SCHEUCH, Manfred. *Historischer Atlas Deutschland: vom Frankenreich bis zur Wiedervereinigung*. Wien: Weltbild, 2008.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. e notas de Bertoldo Kingler. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976.

SEMBACH, Klaus-Jurgen. *Arte Nova: a utopia da reconciliação*. Taschen, 1993.

SERRANO, Ana Catarina Bispo. *Reconversão de Espaços Industriais: três projectos de intervenção em Portugal*. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, out. 2010. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142134689/Ana%20Serrano%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

SILVA, Quentin José Manuel Blanpain. *A análise da forma urbana como instrumento de avaliação da sustentabilidade*. Lisboa: Técnico Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1970719973966053/Dissertacao%20Quentin%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SLATER, T. R. Starting again: recollections of na urban morphologist. In: SLATER, T. R. (Ed.). *The built form of western cities. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday*. Leicester University Press, 1990.

SOUZA, Celia Ferraz de. O pensamento e a atuação dos engenheiros na modernização das cidades. *IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo, 2006.

SOUZA, Celia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

STRIKE, James. *De la construction a los proyectos*. La influencia delas nuevas técnicas en el diseño arquitectónico, 1700-2000. Madrid: Reverte, 2004.

STÜBBEN, Joseph. Der Städtebau. In: *Handbuch der Architektur*. 4. Teil: Entwerfen, Anlage und Einrichtung der Gebäude. 9. Halbband. Leipzig: J.M. Gebhardt's Verlag, 1924.

SUTCLIFFE, Antony. El nacimiento de una disciplina. In: DETHIER, Jean; GUIHEUX, Alain (Orgs.). *Visiones Urbanas – Europa 1870-1993: la ciudad del artista - La ciudad del arquitecto*. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Sociedad Editorial Electa España, 1994.

VASQUES, Amanda Ramalho; MENDES, Auro Aparecido. *Refuncionalização de Brownfields*. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2006/refuncionalizacao.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

VEIGA, Maurício Biscaia. *Arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-13022014-151829/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

VIEIRA, Clarice Menezes. *A formação do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/174993945/A-Formacao-Do-Estado-e-Do-Mercado-Nacionais-Alemaes-Uma-Perspectiva-Historica>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879)*. Trad. de Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Coreiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

VITAL JR, Raul Rebello. *Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de Estado, etnicidade e transição*. 2012. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Caminhos-da-coloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul-RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/713/1/OlgarioVogt.pdf>>. Acesso em: nov. 2017>.

WAGNER, Wilhelm J. *Neuer grosser Bildatlas der deutschen Geschichte*. Gütersloh: München, 1999.

WEHRMANN, Bruno Guido. *Efemérides de Panambi-RS*. Panambi, RS: Emgrapan, 2015.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

WEIMER, Günter. *Theo Wiederspahn: arquiteto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

Sites visitados

ÁRVORE DE CAMES. Disponível em: <<http://www.manutencaoessuprimentos.com.br/conteudo/6145-o-que-e-uma-arvore-de-mes/>>. Acesso em: ago. 2017.

CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO. Blumenau, SC. Disponível em: <<http://cc25dejulho.blogspot.com>>. Acesso em: out. 2016.

COLUMBIA ENCYCLOPEDIA. *A Columbia Electronic Encyclopedia*. Columbia University Press, Copyright © 2004. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Columbia-Encyclopedia>>. Acesso em: 16 ago. 2018

DECRETO DE NANTES. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_Nantes>. Acesso em: 16 ago. 2018.

GALLARATI ARCHITETTI. *Scuola italiana di tipologia processuale*. Disponível em: <<http://www.gallaratiarchitetti.com/easynews/newsleggi.asp?newsid=68>>. Acesso em: maio 2018.

HUNSRÜCK. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hunsr%C3%BCck>>. Acesso em: 16 ago. 2018

IECLB. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Crônica histórica da Comunidade Evangélica Panambi*. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br/>>. Acesso em: maio 2018.

MURATORI, Saverio. Disponível em: <<http://saveriomuratori.blogspot.com.br/>>. Acesso em: maio 2018.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; SAFE, Simone M.S.; CASTRO, Cleide. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: *II CONINTER*. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[http://www.aninter.com.br/ANAIS %20II%20Coninter/artigos/876.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/876.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=51393&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: jul. 2017.

Fontes históricas

A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 30 ago. 1914. Ano XXXI, nº 205. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&PagFis=30314>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

ACERVO SATURNINO DE BRITO. *Patrono da Engenharia Sanitária do País*. Disponível em: <http://acervosaturninodebritto.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense*. Porto Alegre: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. I.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Porto Alegre: uma história fotográfica*. Disponível em: <<http://ronaldo.fotografia.blogspot.com.br>>. Acesso em: jul. 2017.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

DELFO. *Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS*. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017.

DELFO/PUCRS. Espaço de Documentação e Memória Cultural. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017.

IHGRS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Planta da cidade de Porto Alegre, de 1896, produzida por Alexandre Ahrons*. CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre: IHGRS, 2005.

LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002.

LIMA, Ary de Abreu. Relatório do Instituto de Engenharia. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplício Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, s/d.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/04._Sergio_Franco.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Atlas Histórico Escolar. *A Alemanha da República de Weimar (1920-1933)*. Rio de Janeiro: Fename, 1960.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz. *Os planos diretores e as ações de preservação do patrimônio edificado em Novo Hamburgo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27781/000735164.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PANAMBI, 65 ANOS DE PROGRESSO. Município de um Decênio. História, Estatística, Indústria e Comércio. Panambi, RS: Publipan, 1964.

SANTOS, António Maria. Betão armado e indústria na génese da arquitectura modernista portuguesa. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*. Actas. Segundo Seminário Docomomo Ibérico. Servilla, 11-13 nov. 1999.

THIERRY, Augustin. *Filósofo Auguste Comte, criador do positivismo*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SaintSim.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, 2003. Disponível em: <http://www.mnartec.cat/ticcih/pdf/NTagil_Portuguese.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

VIANNA, Manoel Theophilo Barreto. Carta ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Departamento Central. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplício Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923.

Periódicos

A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 18 nov. 1910. Ano XXVII, nº 266. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

APPLETON, J. Obituary: M. R. Conzen. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, 2000, v. 25, n° 4, pp. 521-522.

BICCA, Paulo. Arquiteto Theo Wiederspahn: um ecletico no sul do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, out./dez. 2010, v. 45, n° 4, p. 48. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiozKfu9P7cAhWEH5AKHWgHDAYQFjAAegQIABAC&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Ffale%2Farticle%2Fdownload%2F8553%2F6067&usg=AOvVaw1pqlnkP2nCjX4RmzHCJJQB>>. Acesso em: maio 2018.

CONZEN, Michael Robert Gunther. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *The Institute of British Geographers*, Pub. 1960, n° 27.

EVASO, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. *Revista Experimental*. São Paulo, mar. 1999, ano 3, n° 6, pp. 34-35.

GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. *Arquitextos*, ano 05, abr./2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

HOFMANN, Benno. Considerações gerais sobre a água, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, v. 4, n° 1, jul./ago. 1917, pp. 34-40.

HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, jan/fev. 1925, v. 10, n° 1.

PEZAT, Paulo Ricardo. O *club* cooperador positivista Sul-Riograndense e a propaganda da religião da humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894). *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. Rio Grande, 1999, v. 11, pp. 107-117. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006368/8b1efbf6e55db459bc1cc6db4eca931a>>. Acesso em: 21 ago. 2018).

PFISTER, Ernst. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Ministro da Economia do Estado de Baden-Württemberg. Apoio: Brasil/Alemanha, abr./2009.

ROSANELI, Alessandro Filla. *A Morfologia Urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos*. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <<https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-4.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. *Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. Petrópolis, RJ: CEFET, 2010, v. 25. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2553/2049>>. Acesso em: dez. 2015.

SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Apoio: Brasil/ Alemanha, abr./2009.

WHITEHAND, J. W. R. British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, 2001a, v. 5, pp. 103-109;

WHITEHAND, J. W. R. Obituary: M. R. Conzen, 1907-2000. *Journal of Historical Geography*, 2001b, v. 27, n° 1, pp. 93-97.

WHITEHAND, J. W. R. Recent Advances in Urban Morphology. *Urban Studies*, 1992, v. 29, n° 3/4, pp. 619-636.

Legislação

BRASIL. *Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018).

3 DE COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG A MUNICÍPIO DE PANAMBI: UMA CIDADE INDUSTRIAL

A Colônia Neu-Württemberg, implantada no Rio Grande do Sul, teve origem na colonização de iniciativa privada, cujo marco inicial ocorreu em 1898, no auge da República Velha⁶¹², momento de grandes transformações urbanas no cenário nacional e internacional. Nesse mesmo período, Herrmann Meyer intensificou seus empreendimentos no Brasil, implantando a colônia Neu-Württemberg, no Rio Grande do Sul, confirmando o cenário em que se encontravam as principais cidades brasileiras da virada do século XIX para o século XX, que era de acompanhar os avanços que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos na área do Urbanismo e da Arquitetura. Assim, é indispensável conduzir este estudo na perspectiva da história cultural que, segundo Pesavento, abre “um leque de possibilidades temáticas para pesquisa e análise, no qual a cidade se insere como um campo a ser explorado”⁶¹³, neste caso, a Colônia New-Württemberg, atual cidade de Panambi.

Dessa forma, incide-se agora no caso da Colônia Neu-Württemberg, considerando a sua evolução urbana a partir da sua instalação como colônia agrícola, o surgimento do primeiro assentamento urbano e as transformações no desenho urbano até a sua configuração como “Cidade das Máquinas”. A abordagem, busca compreender o desenvolvimento da colônia relacionada aos fatos históricos e, sobretudo, a ocorrência das atividades industriais que caracterizaram a arquitetura e o desenho urbano da cidade. A partir desse entendimento é imprescindível identificar os remanescentes industriais que se encontram na área central da cidade, passíveis de serem considerados patrimônio cultural.

Em primeiro lugar, no item 3.1 – “**A Busca Por Uma Nova Heimat**”, busca-se resgatar os fatos que antecederam ao momento de implantação da Colônia Neu-Württemberg como empreendimento de Herrmann Meyer, relativos ao recorte temporal e temático, apresentando os contextos histórico, político e econômico do fim do século XIX e início do século XX.

⁶¹² O período começou com a Proclamação da República, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da Era Republicana. Também conhecido como República das Oligarquias, o período foi marcado por governos ligados ao setor agrário, que se mantinham no poder de forma alternada: a “política do café com leite”. A quebra dessa troca de governo provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha (GOVERNO DO BRASIL. *Proclamação da República*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2018).

⁶¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo, RS: Ed. da UFRGS/Ulbra/Unisinos, 1994, p. 131.

A partir dessa contextualização foi necessário organizar o estudo da cidade em período, considerando os momentos mais intensos de crescimento e desenvolvimento político, urbano e social, correspondendo ao “tempo de construção” da cidade a saber:

3.2 **“Primeiro Período (1898-1915)”** – *A Stadtplatz Elsenau* e o primeiro assentamento urbano na Colônia Neu-Württemberg;

3.3 **“Segundo Período (1916-1937)”** – reorganização do traçado em função da topografia;

3.4 **“Terceiro Período (1938-1954)”** – da Vila de Pindorama à emancipação;

3.5 **“Quarto Período (1955-2008)”** – Panambi “Cidade das Máquinas” e as novas propostas para o desenvolvimento urbano.

Na sequência, o item 3.6 – **“De Colônia Neu-Württemberg à cidade de Panambi: uma História que permanece”** – traz os principais remanescentes arquitetônicos, considerados no último Plano de Desenvolvimento Urbano – o Plano Diretor (2008), como área de interesse histórico cultural do Município de Panambi, destacando-se a Metalúrgica Faulhaber como importante remanescente industrial do período da Colônia Neu-Württemberg.

Tendo como ponto de partida estes quatro momentos temporais procedeu-se à **“Análise Tipo-Morfológica da Colônia Neu-Württemberg: Cidade de Panambi”** que, a partir dos vários registros cartográficos procurou-se identificar os elementos físicos estruturantes e preexistentes no desenvolvimento da forma urbana, bem como da tipologia arquitetônica estabelecida na colônia ao longo das décadas em que passou de Colônia à Vila e “Cidade das Máquinas”, atual Município de Panambi.

3.1 A BUSCA POR UMA NOVA *HEIMAT*

Busca-se, primeiramente, inserir o surgimento da Colônia Neu-Württemberg dentro do contexto em que ocorreu o povoamento do Rio Grande do Sul, basicamente pela conjunção de dois fatores importantes: a situação enfrentada por alguns países europeus e a necessidade de ocupar o território riograndense. A vinda dos imigrantes alemães atendeu, em um primeiro momento, à necessidade de produção necessária para atender as demandas da capital.

O período da imigração iniciou em 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes e adentrou o século XX. No início do século XX houve a busca por uma nova *Heimat* no Rio Grande do Sul, como o caso da colônia Neu-Württemberg. Não existe um vocábulo que expresse exatamente o sentido de *Heimat*. Por aproximação,

entende-se que *Heimat* significa “terra natal”, ou um termo regional que se aproxima do sentido de “querência”.

Seyferth⁶¹⁴ define as colônias alemãs no Brasil como *Heimat*, que é um dos termos da língua alemã traduzíveis como “pátria”. Os teuto-brasileiros estavam, ao mesmo tempo, resguardando seu significado étnico restrito e seu pertencimento ao Brasil. “O termo *Heimat* deriva de *Heim* (lar) e, nesse sentido, traduz-se na comunidade étnica construída pelos imigrantes”⁶¹⁵. O conceito de *Heimat* inclui os dois princípios que marcam a identidade teuto-brasileira: a origem étnica alemã, vinculada ao direito de sangue, e a nacionalidade/cidadania brasileira, com seu princípio territorial.

O recurso aos acontecimentos históricos que induziram a ocupação do território, constituem o alimento conceitual sobre o termo “território” e sua relação com os acontecimentos previstos e nele desenvolvidos ao longo do processo dos vários tempos de construção.

Na literatura, vários autores conceituam “território”, enfatizando uma ou outra atividade nele desenvolvida. Andrade⁶¹⁶ faz uma diferenciação entre território e espaço, em que território seria o lugar em que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes, ou seja, é a área ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização, etc. Para o autor, o espaço é mais amplo que o território. Considera, portanto, que a formação do território é algo externo ao espaço. Segundo Santos⁶¹⁷, a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica:

[...] O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo [...] ⁶¹⁸.

⁶¹⁴ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

⁶¹⁵ Id., *ibid.*, p. 19.

⁶¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995, p. 41.

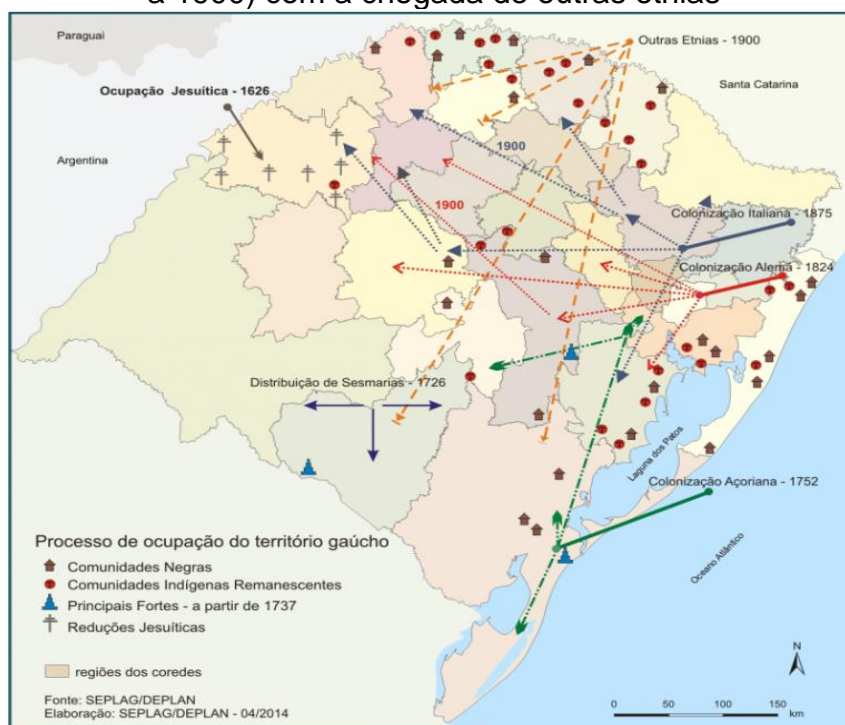
⁶¹⁷ SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 8.

⁶¹⁸ Id., *ibid.*, p. 9.

Ao se situar historicamente o Município de Panambi no que diz respeito aos primeiros habitantes, anterior à colonização de Neu-Württemberg. Para interagir com os nativos, dominar e ocupar o território da América do Sul, tanto espanhóis quanto portugueses se utilizaram da Igreja Católica e de suas ordens religiosas. Criaram assentamentos ao longo do continente americano, onde os padres tinham como objetivo catequizar os nativos.

Nesse cenário foi vital a criação da Província Jesuítica do Paraguai (Figura 68) a qual, segundo Mörner, abrangeu amplo território formado atualmente pelo Paraguai, partes do Brasil, da Argentina e do Uruguai, onde, ao longo de um século e meio, foi consolidada uma rede de 30 assentamentos conhecidos, genericamente, como “Missões”⁶¹⁹. A importância das reduções, segundo Gutierrez, deve-se ao fato de que eram núcleos urbanos onde se reduziam os indígenas de parcialidades afins, os quais habitavam, de forma dispersa, em áreas rurais⁶²⁰.

Figura 68. Mapa do processo de ocupação do território gaúcho pelos jesuítas (1626 a 1900) com a chegada de outras etnias



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul⁶²¹.

É importante ressaltar que a dominação espanhola, nas Missões Jesuíticas, deixou seu legado na estruturação urbana dos assentamentos. A principal referência

⁶¹⁹ MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamerica/Paydós, 1968, p. 34.

⁶²⁰ GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987, p. 9.

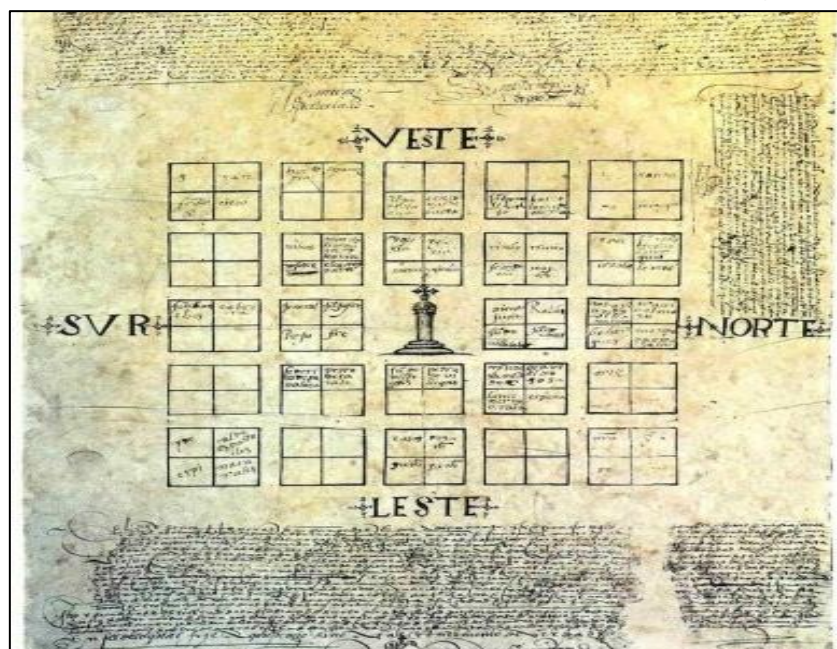
⁶²¹ ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

na estruturação dos novos assentamentos espanhóis foram os “Códigos de Vitruvius”, em que uma série de preceitos geometrizarantes e a regularidade dos castra romanos se colocava como ideal a ser adotado⁶²². Os espanhóis reproduziram as propostas vitruvianas com a sintetização e consolidação das normas legais vigentes em uma obra, conhecida genericamente como “Leis das Índias”. Duran Rocca destaca que:

[...] A Espanha teve legislações diferenciadas para a Península e as Leis das Índias, compiladas em 1573, para as colônias, enquanto, em Portugal e seus domínios, vigoraram as Ordenações do Reino como único instrumento jurídico. As consequências foram maiores diferenças morfológicas entre as cidades hispano-americanas com respeito às peninsulares e o maior grau de semelhança entre todas as cidades de origem lusitana. [...] ⁶²³.

A proposta urbanista desenvolvida nas reduções jesuíticas gerou a criação de povoados e cidades com traçados regulares (Figura 69), a cordel e régua, geralmente organizados a partir de uma praça central, a praça maior ou de armas, rodeada por edificações representativas dos poderes religioso, imperial e econômico⁶²⁴, na lógica das *Leis das Índias*, que foi imperativa na colonização espanhola.

Figura 69. Plano de *la Ciudad de Resurrección* (Mendoza, Argentina, 1562)



Fonte: Aguilera Rojas e Moreno (1973)⁶²⁵.

⁶²² CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. *Revista Arquitectos*. 200.05 patrimônio, ano 17, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.200/6398>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

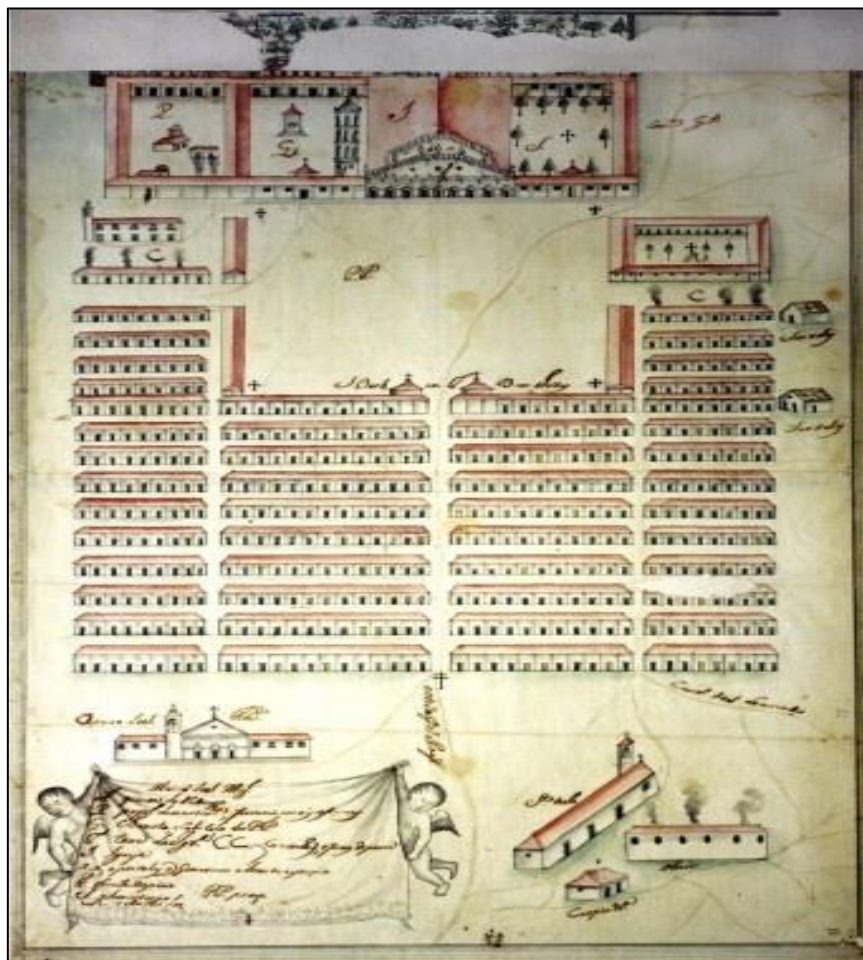
⁶²³ DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 309. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁶²⁴ POLION, Marco Lucio Vitruvio. *Los diez Libros de Arquitectura*. Madrid: Akal, 1992, p. 21.

⁶²⁵ AGUILERA ROJAS, Javier; MORENO, Luis. *Archivo General de Indias*. Sevilla, 1973. Disponível

Estudos de Pereira e Kern⁶²⁶ sobre os planos urbanos das missões jesuíticas coloniais (Figura 70) revelam semelhanças e diferenças entre elas, porém, persistiria uma mescla entre os padrões relacionados às normas milenares indígenas e as planificações urbanas inovadoras do Renascimento.

Figura 70. Plano de São Miguel Arcanjo (1756)



Fonte: Biblioteca Nacional (2018)⁶²⁷.

A organização urbana e tipológica das estruturas e assentamentos das Reduções Jesuíticas fazem parte do contexto histórico anterior à fase de colonização da Região Noroeste do Estado. São, contudo, referência para os novos traçados

em: <<https://www.google.com.br/search?q=Archivo+General+de+%C3%8Dndias,+Sevilla+%5BAGUILERA,+Javier;+MORENO,+Luis,+1973%5D&sa=X&tbm=isch&tbo=u&source=univ&ved=2ahUKEwizxqCR8YDdAhWEQZAKHfJjDIAQsAR6BAGEEAE&biw=1366&bih=576>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

⁶²⁶ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho; KERN, Arno Alvarez. Missões Jesuíticas coloniais: um estudo dos planos urbanos. *Revista História em Reflexão*. Dourados, MS: UFGD, jul./dez. 2008, v. 2, n° 4. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiH-uvb7oDdAhVDDJAKHW5YBLIQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Ffojs.ufgd.edu.br%2Findex.php%2Fhistoriaemreflexao%2Farticle%2Fdownload%2F322%2F274&usq=AOvVaw29sVwrHbc1FAMNjuLr09>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

⁶²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

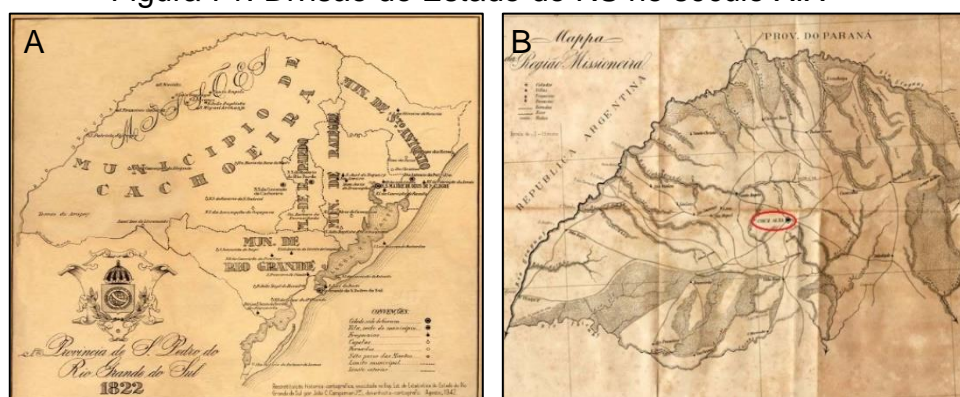
urbanos que surgiram no decorrer do processo de ocupação do território. Em 1850, com a criação da Lei das Terras, intensificou-se o processo de urbanização regional do Noroeste do Estado.

A partir da Leis das Terras foi autorizada a venda de terras públicas a particulares ou à sociedade com o objetivo de colonizá-las. Assim, iniciou-se, efetivamente, o povoamento da região com a vinda de imigrantes europeus de diversas etnias. Cruz considera que o incentivo à vinda de imigrantes partiu do Governo Imperial ou do Governo Provincial. Na segunda metade do século XIX, porém, o incentivo adveio de interesses capitalistas⁶²⁸.

Inicialmente, o território estava dividido em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Rio Grande. A primeira divisão ocorreu em 1819, com a criação do município de Cachoeira (Figura 86-A), resultante da divisão do município de Rio Pardo, cuja nova divisão, naquele mesmo ano, originou o Município de Cruz Alta. Segundo Malheiros⁶²⁹, esse povoado teve início em 1800, quando “tropeiros e os primeiros estancieiros da região lá foram aos poucos construindo os seus ranchos provisórios, até que, por volta de 1820, já se definia a progressista Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta”⁶³⁰.

Em 1833, o Estado do Rio Grande do Sul estava dividido em 14 grandes municípios e a região serrana aos poucos era ocupada (Figura 71).

Figura 71. Divisão do Estado do RS no século XIX



Legenda: A) Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1822 (João C. Campomar, 1942; B) Mapa da Região Missioneira (Evaristo Afonso de Castro, 1887). Cruz Alta em destaque, feito pela autora.

Fonte: IHGRGS (2017)⁶³¹.

⁶²⁸ CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930*. Santo Ângelo, RS: Gráfica Santo Ângelo, 1986, p.163.

⁶²⁹ MALHEIROS, Adil Alves. *Panambi: o vale das borboletas azuis*. 2. ed. Panambi, RS, 1990, p. 15.

⁶³⁰ Espírito Santo é o nome que foi dado à Capela (Igreja) ali edificada, onde eram atendidas as necessidades do povo de então (Id., *ibid.*, p. 15).

⁶³¹ IHGRGS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Mapoteca digital*. Disponível em: <www.ihgrgs.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2017.

A grande extensão territorial de Cruz Alta levou a novos desmembramentos. Do seu território originaram-se 242 municípios, os quais se subdividiram ainda mais ao longo dos séculos XIX até o século XXI. Desse processo resultaram os territórios dos atuais municípios de Panambi e de Condor, que inicialmente faziam parte de duas sesmarias concedidas entre 1810 e 1822, o que justifica a baixa ou quase inexistente ocupação do território.

Durante o século XIX, grande parte da área que hoje pertence a Panambi foi sendo ocupada por luso-brasileiros, paulistas, proprietários ou posseiros. Conforme Malheiros⁶³², o primeiro morador da região, onde futuramente seria o município de Panambi, foi o paulista, estancieiro, Manoel José da Encarnação⁶³³, que se estabeleceu na região que atualmente leva o seu nome – Encarnação. Ainda conforme Malheiros, o segundo morador foi João Luís Malheiros⁶³⁴, que migrou para o Brasil em 1855 e casou-se com Laurinda Maria de Moraes, neta de Manoel José da Encarnação.

De acordo com Fausel⁶³⁵, a primeira denominação do lugar – “*Salina*” – foi dada por volta de 1888, devido ao morador da época, Francisco Manoel de Barros, que era conhecido como Chico Saleiro⁶³⁶. Naquele período da história, pode-se destacar as primeiras manifestações de industrialização, a começar pelo sal, serraria com beneficiamento de madeiras, além de moinhos de farinhas e soque de erva. As demais denominações, em sucessão cronológica, foram Neu-Württemberg⁶³⁷, Elsenau,

⁶³² MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 16.

⁶³³ Manoel José da Encarnação era pai de Maria Magdalena, que se casou com Manoel Gomes Moraes, conhecido como Maneco Biriva, grande amigo de Encarnação. Magdalena teve grande área de terra como herança, sendo posteriormente a primeira gleba comprada por Deihn, que representava a Empresa Colonizadora Herrmann Meyer.

⁶³⁴ João Luís Malheiros nasceu em 24/06/1837, na província de Alto Douro, Portugal. Filho legítimo de José Machado Malheiros e Mathilde Borges, estabeleceu-se em Boa Vista, neste município. Dedicou-se ao cultivo da terra e criação de animais. No Arroio Farinheiro montou Atafona para fabricação de farinha de mandioca e outros produtos. Também se dedicou ao cultivo de frutas e à produção de vinhos. Por volta de 1880, construiu uma casa para residência com loja de secos e molhados, ferragens, louças, tecidos, remédios e outros produtos. Também nessa época montou olaria para fabricação de telhas, tijolos e utensílios domésticos. Comercializou nas cidades de Santa Maria, Porto Alegre, Bagé, Pelotas e outros. Para dar escoamento à sua produção, construiu uma estrada desde Boa Vista até Passo do Paiol, no Rio Fiuza. De Boa Vista até a parada de Belizário, abriu passo no Rio Caxambú. Difundiu a religião construindo capelas e igrejas, onde de vez em quando vinha um padre missionário. Foi o primeiro comerciante, foi topógrafo, médico e catequista. Era quem no desenvolvimento da região tranquilizava e resolvia as questões entre o povo. Morreu em 21 de setembro de 1901, sepultado em seus campos, onde hoje é a Sociedade do Cemitério de Boa Vista (MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, pp. 29, 30 e 31).

⁶³⁵ FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer. *Cinquentenário de Panambi: 1899-1949*. Ijuí, RS, 1949, p. 4.

⁶³⁶ “Saleiro” porque além de fabricar e comercializar o sal, o espalhava para o gado naquelas pastagens (MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 33).

⁶³⁷ O nome da colônia Neu-Württemberg sofreu várias alterações até sua denominação final. Pelo Decreto nº 7.199, de 31/3/1938, do Interventor Cordeiro de Farias, a colônia Neu-Württemberg foi elevada oficialmente à categoria de Vila e o nome alterado para Nova-Württemberg. No mesmo ano,

Pindorama, Tabapirã e, por fim, Panambi, cujos nomes designaram os diferentes períodos de formação da cidade.

A primeira compra de terras que deu origem à Colônia Neu-Württemberg foi realizada em 1898 por Carlos Dhein, representante legal de Herrmann Meyer e responsável pela compra e venda de terras, dando início à ocupação do território. Durante o processo de ocupação as atividades econômicas voltaram-se fortemente à atividade industrial, configurando as relações econômicas e sociais.

Na revisão bibliográfica sobre os aspectos históricos da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, foram utilizados como bases fundamentais, pesquisas no acervo do Museu e Arquivo Histórico de Panambi, e os seguintes trabalhos: Meyer (1899, 1901, 1903, 1904a, 1904b, 1906a e 1906b), Fausel (1949), Malheiros (1952 e 1990), Beuter (2000), Leitzke (2002), Museu e Arquivo Histórico de Panambi (2007), Wehrmann (2015) e Neumann (2016), entre outros que foram de grande importância e valia para construir o panorama histórico da cidade. Cabe salientar a existência de muitos estudos e investigações sobre a história da Colônia Neu-Württemberg, cidade de Panambi, mas não existe nenhum estudo sobre a morfologia urbana desta cidade, tampouco sobre o patrimônio edificado, especialmente o patrimônio industrial.

Considerando a questão da investigação: A arquitetura industrial que surgiu na colônia Neu-Württemberg pode ser considerada patrimônio da cidade de Panambi-RS-Brasil? – abordou-se um recorte temporal que compreende os períodos desde a formação do povoado e núcleo urbano da colônia Neu-Württemberg, no fim do século XIX e início do século XX, até a sua emancipação. A partir disso, a formação histórica de Panambi pode ser dividida em quatro períodos significativos, que são:

- **Primeiro Período (1898 a 1915):** *Stadtplatz Elsenau*, o primeiro assentamento urbano da Colônia Neu-Württemberg;
- **Segundo Período (1916 a 1937):** a reorganização do traçado em função da topografia;

pelo Decreto nº 7.589, de 29 de novembro de 1938, sua denominação foi modificada para Pindorama, que no linguajar tupi-guarani significa Terra das Palmeiras. Em 29 de maio de 1943, houve novamente alteração oficial da denominação de Pindorama para Tabapirã. A última e definitiva alteração ocorreu em 29/12/1944, pelo Decreto-Lei nº 720, por ato do interventor do Estado, Ernesto Dornelles, e de Tabapirã passou a se chamar Panambi, que significava borboleta (ou mariposa) – daí o cognome fantasia Vale das Borboletas Azuis (LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002; NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemã em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016).

- **Terceiro Período (1938 a 1954):** da Vila de Pindorama à emancipação.
- **Quarto Período (1955 a 2008):** Panambi “Cidade das Máquinas”. Novas propostas para o desenvolvimento urbano.

A sequência cronológica do Quadro 2 ilustra a relação dos diferentes períodos de crescimento da colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, com os principais acontecimentos políticos no país. Dessa forma, os quatro períodos são descritos nos itens 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 deste capítulo.

3.2 PRIMEIRO PERÍODO (1898-1915): A *STADTPLATZ ELSENAU*, O PRIMEIRO ASSENTAMENTO URBANO NA COLÔNIA DE NEU-WÜRTTEMBERG

De acordo com Reis Filho, o século XIX foi marcado pela transição do sistema escravocrata para o trabalho remunerado. Essas transformações trazem significativas mudanças na arquitetura e no urbanismo colonial no Brasil, que até então era caracterizado por edificações simples. Reis Filho comenta:

Fundada no regime escravagista, quer para a construção, quer para o uso, a habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado e está aliada a um tipo de arquitetura bastante padronizada, tanto nas suas plantas quanto nas suas técnicas construtivas. Este esquema é tipicamente brasileiro. Suas origens situam-se no urbanismo medieval-renascentista de Portugal. As condições locais apenas selecionaram entre os modelos importados os de maior conveniência, desenvolvendo-os e adaptando-os em termos de parcela do mundo luso-brasileiro⁶³⁸.

Nos primeiros centros urbanos brasileiros o modelo tradicional passou por alterações de cunho estético, ou seja, as primeiras transformações apresentaram-se de forma discreta. Isso se deu com a presença da Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro e com a Missão Cultural Francesa, que trouxeram a influência de padrões menos rígidos, prestigiando e difundindo a arquitetura neoclássica. Essas transformações contribuíram para o abandono da “velha” tradição colonial por tipos de implantação mais refinadas.

⁶³⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 32.

Quadro 2. Relação dos diferentes períodos de crescimento da colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi

BRASIL	1500	1822	1889		1930	1945	1964	1984 - Hoje			
	Período Colonial	Período Imperial	Período Republicano (República Velha)		Período Republicano	República paulistana	Ditadura	Nova República			
PANAMBI	1821		Primeiro Período		Segundo Período	Terceiro Período		Quarto Período			
			1898	1900	1916	1938	1954	1955	1959	1992	2008
	Fundação de Cruz Alta	Primeiros moradores da região	Pesquisas de Mayer no Rio Xingu	Instalação da Colônia Neu-Württemberg	8ºDistrito de Cruz Alta	Vila Pindorama	Emancipação de Panambi		Primeiro Plano Diretor	Segundo Plano Diretor	Terceiro Plano Diretor

O século XIX foi marcado pela imigração europeia, desenvolvendo-se o trabalho remunerado e aperfeiçoando as técnicas construtivas a partir de modelos europeus. Nesse período, as cidades e as residências eram dotadas de serviços de água e esgoto, valendo-se das técnicas e de produtos importados. Essas transformações contribuíram para o surgimento de habitações urbanas de tipologias unifamiliares com jardins. Acrescenta-se, ainda, a modernização dos transportes com o aparecimento de linhas férreas ligando o interior às grandes cidades e ao litoral com as linhas de navegação. Segundo Reis Filho, “foi sob a inspiração do ecletismo e com o apoio dos hábitos diferenciados das massas imigradas, que aparecem as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo com as tradições e exigindo modificações nos tipos de lotes e construções”⁶³⁹.

Foi nesse contexto de imigração e de grandes transformações na arquitetura e no urbanismo das grandes cidades brasileiras que Hermann Meyer iniciou os seus investimentos em colonização, fundando, no final do século XIX, a Colônia Neu-Württemberg.

Apesar de Neu-Württemberg pertencer ao município de Cruz Alta, não seguia as regras e tampouco as suas influências arquitetônicas e urbanísticas, pois se tratava de um empreendimento de iniciativa privada. Meyer tinha a pretensão de fundar uma “mini” Alemanha para os imigrantes que aqui se estabelecessem, por isso manteve o diferencial da sua cultura, costumes e técnicas construtivas.

A formação da colônia Neu-Württemberg, iniciada a partir do primeiro semestre de 1897 com a compra de terras, a demarcação dos lotes coloniais e a instalação da *Stadtplatz Elsenau*, passa a tornar-se realidade.

Naquele período, Meyer disponibilizava de uma carta de crédito no Banco da Província de Porto Alegre para a compra das primeiras áreas de terras. No segundo semestre daquele mesmo ano, por meio de uma procuração, Meyer nomeou Carlos Dhein como seu representante legal para efetuar a compra de terras no Planalto Riograndense⁶⁴⁰.

Importante destacar que Meyer não muniu Carlos Dhein de informações referentes às características do local para a implantação da colônia, ou seja, não forneceu a Dhein nenhum plano pré-elaborado ou projeto, nem mesmo condicionantes mínimos para essas áreas. Dhein representava os interesses da Empresa

⁶³⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. cit., 2000, p. 32.

⁶⁴⁰ Procuração de Herrmann Meyer à Carlos Dhein, nomeando seu representante legal, 31/10/1898 Pasta Dr. Herrmann Meyer. Procurações e contratos (Caixa 31) (MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958).

Colonizadora, e tinha total liberdade para escolher e adquirir as terras, a fim de implantar e executar os planos de colonização.

Segundo Neumann, a primeira aquisição de terras feita por Dhein foi realizada em 31 de agosto de 1898, tratando-se de duas posses conjugadas localizadas na Serra do Rio Porongos (Caxambu). A segunda compra foi efetuada juntamente com Meyer, em 26 de novembro daquele ano, por ocasião de sua visita à Cruz Alta, e corresponde à Posse dos Mello, com 1.260 hectares, localizada na serra do Ijuí, no lugar denominado Serrito, ao norte da Posse Magdalena, entre o rio Fiúza e o rio Palmeira. Foi, portanto, a partir da aquisição das posses Magdalena e Mello que Meyer denominou a área da Colônia Neu-Württemberg. Para Meyer, a localização dessas áreas na região de Cruz Alta significava um futuro promissor para a colônia, uma vez que se encontravam próximas à rede ferroviária (Belizário), oportunizando seu desenvolvimento, bem como a circulação de pessoas e mercadorias, facilitando o comércio dos produtos da região⁶⁴¹.

Herrmann Meyer, inserido no contexto de grandes transformações urbanas e do crescente desenvolvimento industrial na Europa e, principalmente, na Alemanha, trazia em sua vocação as influências empreendedoras para a implantação da colônia-modelo. Conforme Neumann⁶⁴², a colônia Neu-Württemberg foi escolhida como a sede dos empreendimentos da Colonizadora, resultando no produto mais representativo desse empreendimento.

No 4º Distrito de Cruz Alta⁶⁴³, na Colônia Neu-Württemberg, o fator tempo era um empecilho muito grande para a colonização, pois a compra de uma gleba de terras era o resultado de semanas, até meses de negociação. Fechado o negócio, a empresa precisava providenciar uma nova medição para então requerer a sua inscrição no registro Torrens, ou para o reconhecimento do título de propriedade por parte do governo, bem como para subdividi-la em lotes.

Em 1899, foram iniciados os trabalhos da demarcação dos lotes rurais, e em novembro do mesmo ano foram traçadas as linhas coloniais. Esses trabalhos levavam tempo e deviam ser executados por profissionais capacitados. Para tanto, foi contratada em 27 de dezembro de 1898, a “Firma R. Ahrons & Cia”, de Porto Alegre, de propriedade do engenheiro Rudolf Ahrons⁶⁴⁴. Conforme o primeiro contrato, a firma

⁶⁴¹ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 206.

⁶⁴² Id., *ibid.* p. 206.

⁶⁴³ A Lei Municipal nº 1.130, de 29 de abril de 1878, criou o Distrito de Santa Bárbara, 4º Distrito de Cruz Alta, ao qual a atual área de abrangência do município de Panambi pertenceu até 1916 (WEHRMANN, Bruno Guido. *Efemérides de Panambi-RS*. Panambi, RS: Emgrapan, 2015, p. 26).

⁶⁴⁴ Rudolf Ahrons (27/12/1869 - 06/06/1947), porto-alegrense, formou-se engenheiro civil na Escola

ficava encarregada pela medição de uma área de duas léguas quadradas e meia – Posse Magdalena e Posse dos Mello – localizada na bacia do Ijuí Grande, de tal forma que permitisse a legalização:

O levantamento topográfico deveria ser detalhado, destacando os acidentes geográficos, rios e arroios, com os seus nomes corretos, para evitar dúvidas futuras e permitir a localização. Feita essa primeira parte, deveria elaborar uma planta, em escala de 1:20.000 e dividir a superfície em lotes de 25 hectares, mais ou menos. Nos lotes deveriam ser colocados marcos de madeira de lei falquejados, com a numeração do lote e um terceiro marco identificando a direção do travessão. No memorial deveria descrever a direção e os pontos de referência dos marcos. Ainda, apresentar uma planta dos lotes com as curvas de nível, discriminando numericamente o perímetro dos lotes. Além dessa planta, a Firma se encarregava em produzir uma planta em escala reduzida para ser entregue aos compradores, a fim de se orientarem nos seus lotes. Todas as despesas de medição, divisão e transporte eram por conta da referida Firma, que também se responsabilizava pela propaganda na imprensa local, com a publicação de mapas que pudessem indicar aos possíveis compradores a localização da colônia. Comprometia-se a dar maiores explicações sobre as medições dos lotes a quem solicitasse, encaminhando-os até Carlos Dhein, em Cruz Alta. A firma R. Ahrons & Cia. poderia vender 40 colônias, recebendo uma porcentagem de 4% sobre o valor da venda. Ao longo das medições deveria realizar uma análise dos minerais encontrados e os seus valores. Já Herrmann Meyer pagaria pelo serviço de medição no ato da assinatura do contrato Rs. 5:000\$000, mais Rs. 10:000\$000 após a entrega do mapa com a divisão dos lotes, e o restante quando da conclusão dos trabalhos. Pagaria pela medição de cada lote o valor de Rs. 50\$000⁶⁴⁵.

Esta tese dedicou-se à busca de material desenvolvido pela *Firma R. Ahrons & Cia*, como medições, levantamentos topográficos, plantas, desenhos e relatórios, porém pouco material foi encontrado. Entre o material localizado pode-se destacar o levantamento topográfico (Figura 72) realizado em 1899 e assinado por Rudolf Ahrons, referente às Linhas Stuttgart e Leipzig. Esta área foi realçada pela autora por meio de uma poligonal azul, conforme o mapa a seguir. Infelizmente não foi

Politécnica de Berlim, em 1895. Fundou sua firma de engenharia – Empresa de Engenharia de Rudolf Ahrons – em 1896, a qual foi fechada em 1914 em virtude da I Guerra Mundial. Junto com ele, trabalhava seu irmão, Alexandre Ahrons. A empresa dedicou-se especialmente à construção civil, em Porto Alegre, tendo como seu arquiteto de 1908 a 1914, o alemão Theodor Wiederspahn (cf. FELIZARDO, Joaquim. Rudolfo Ahrons I e II. *Correio do Povo*, 14/4/1992, nº 197; e 15/4/1992, nº 198; CORONA, Fernando. A época do Dr. Ahrons. *Correio do Povo*, 10/11/1974. Pasta Rudof Ahrons e Carlos Alexandre Ahrons (MAHP, Caixa 62). Dentre as obras realizadas na capital, destacam-se: as obras do porto, a construção do Banco da Província (hoje Santander), Banco Pelotense, Delegacia Fiscal (hoje Museu de Arte), Correios e Telégrafos (hoje Memorial do Rio Grande do Sul), as Faculdades de Direito e Medicina, dentre outras. Foi professor da Faculdade de Engenharia (UFRGS) e também diretor técnico da empresa Varig (cf. FELIZARDO, Joaquim. Rudolfo Ahrons I e II. *Correio do Povo*, 14/4/1992, nº 197; e 15/4/1992, nº 198; CORONA, Fernando. A época do Dr. Ahrons. *Correio do Povo*, 10/11/1974. Pasta Rudof Ahrons e Carlos Alexandre Ahrons (MAHP, Caixa 62) (BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017).

⁶⁴⁵ Contrato Firma R. Ahrons & Cia. e Dr. Herrmann Meyer. Pasta Rudolf Ahrons e Carlos Alexandre Ahrons. MAHP, caixa 62. (Id., ibid.).

encontrado o levantamento topográfico da área referente à Linha Berlin, onde futuramente seria instalado o núcleo fundador da Colônia Neu-Württemberg.

Figura 72. Planta do levantamento topográfico realizado pela Firma R. Ahrons & Cia, referente às linhas Stuttgart e Leipzig (1899)



Fonte: MAHP (1958)⁶⁴⁶.

Segundo Neumann⁶⁴⁷, os nomes dos lugares na colônia procuravam reconfigurar simbolicamente a Alemanha deixada para trás. Na denominação das linhas coloniais, o imigrante ou descendente identificava as cidades ou regiões alemãs de origem: Leipzig, Stuttgart e Berlin, as quais formaram o núcleo fundador e a *Stadtplatz*. Somaram-se a elas, München, Hunsrück, Rheinland, Hindenburg e Schwaben. A autora complementa ainda que, paralelamente, encontravam-se as designações de linhas com referência a fatos e lugares brasileiros: Rio Grande, Brasil, 7 de Setembro, 15 de Novembro, ou ligados à denominação anterior do lugar ou pontos de referência: Palmeira Sul, Rincão, Fiúza, Serrana, Caxambu, Inhame ou ao sobrenome do vendedor: Malheiros, Posse Magdalena (ou *Magdalenenland*), Posse Cordeiro, Fagundes; ou ainda aleatória, como Italiana. Neste último caso, nota-se que tanto na Colônia Neu-Württemberg quanto na Colônia Fortaleza/Erval Seco havia uma linha Italiana, talvez com o objetivo de delimitar nominalmente esse espaço para os colonos italianos, ou devido à grande quantidade de imigrantes italianos no país.

A partir de julho de 1900 começou o assentamento definitivo dos colonos em seus lotes coloniais. A primeira emissão de título de posse efetuava-se, geralmente,

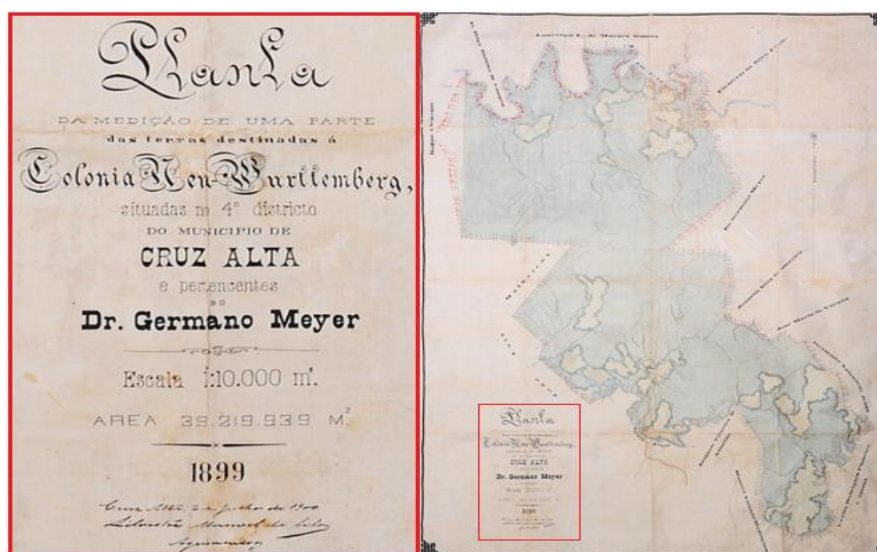
⁶⁴⁶ MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958.

⁶⁴⁷ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, pp. 206-207.

pela assinatura de contrato de compromisso de compra e venda, sendo as escrituras públicas lavradas, às vezes, somente anos depois⁶⁴⁸. Esses trabalhos estavam previstos para serem concluídos em poucas semanas, mas prolongaram-se por meses, interrompidos por problemas diversos, impedindo a venda de lotes e, portanto, a entrada de dinheiro, retardando a colonização como um todo.

O desentendimento de Carlos Dhein com o engenheiro Rudolf Ahrons retardou os trabalhos. Concluída a medição da Posse dos Mello, Ahrons interrompeu os trabalhos, deixando para trás a medição da Posse Magdalena, alegando prejuízos em virtude do terreno irregular, coberto de mata fechada, negando-se a fornecer os mapas e respectivas plantas, descumprindo o contrato⁶⁴⁹. Na tentativa de resolver o impasse e evitar prejuízos maiores, ou comprometer a imagem da empresa, Dhein contratou o engenheiro Silvestre Manoel da Silva, de Cruz Alta, em 30 de outubro de 1899, para refazer e terminar as medições⁶⁵⁰ (Figura 73).

Figura 73. Planta da medição de uma parte das terras destinadas à Colônia Neu-Württemberg (Engenheiro Silvestre Manoel da Silva, 1899)



Fonte: MAHP (1058)⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ LEITZKE, Eugen. Op. cit., 2002, p. 26.

⁶⁴⁹ Telegrama. Cruz Alta, 24/2/1899; 2/3/1899; 5/3/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP (MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958).

⁶⁵⁰ Pelo contrato, a Firma Herrmann Meyer – no caso Dhein – se comprometia em fornecer os ajudantes, os mantimentos e o transporte. Previa concluir as medições no prazo de dois meses, de uma área de mais ou menos 300 lotes coloniais de 25 hectares, localizados em Cruz Alta e Palmeira (Contrato. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31) (MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958).

⁶⁵¹ Id., ibid. (montagem da autora).

Conforme Neumann⁶⁵², tudo isso indica tratar-se de uma desavença particular entre Carlos Dhein e Rudolf Ahrons, porque com a saída do primeiro da direção da Colonizadora, os demais trabalhos de medição foram executados, em sua maioria, por Rudolf Ahrons.

Uma parte da medição realizada por Silvestre Manoel da Silva em 1899 refere-se justamente à área da Linha Berlin e adjacentes. Entende-se, portanto, que esta seja uma evidência pela qual não foi encontrado o levantamento topográfico dessa área, ou que não tenha sido desenvolvido pela *Firma R. Ahrons & Cia.*

É importante considerar que a colônia Neu-Württemberg era uma iniciativa privada e mesmo sendo distrito de Cruz Alta, não estava sob as normas e/ou regras para as construções. A prefeitura de Cruz Alta só teria compromisso em assumir os trabalhos depois da venda total dos lotes coloniais e urbanos. Logo, todo planejamento urbano foi realizado por Ahrons, que tinha escritório em Porto Alegre, e depois ajustado por Alfred Bornmüller e Hermann Faulhaber. Até pelo menos 1926, a ingerência da Prefeitura era muito pequena.

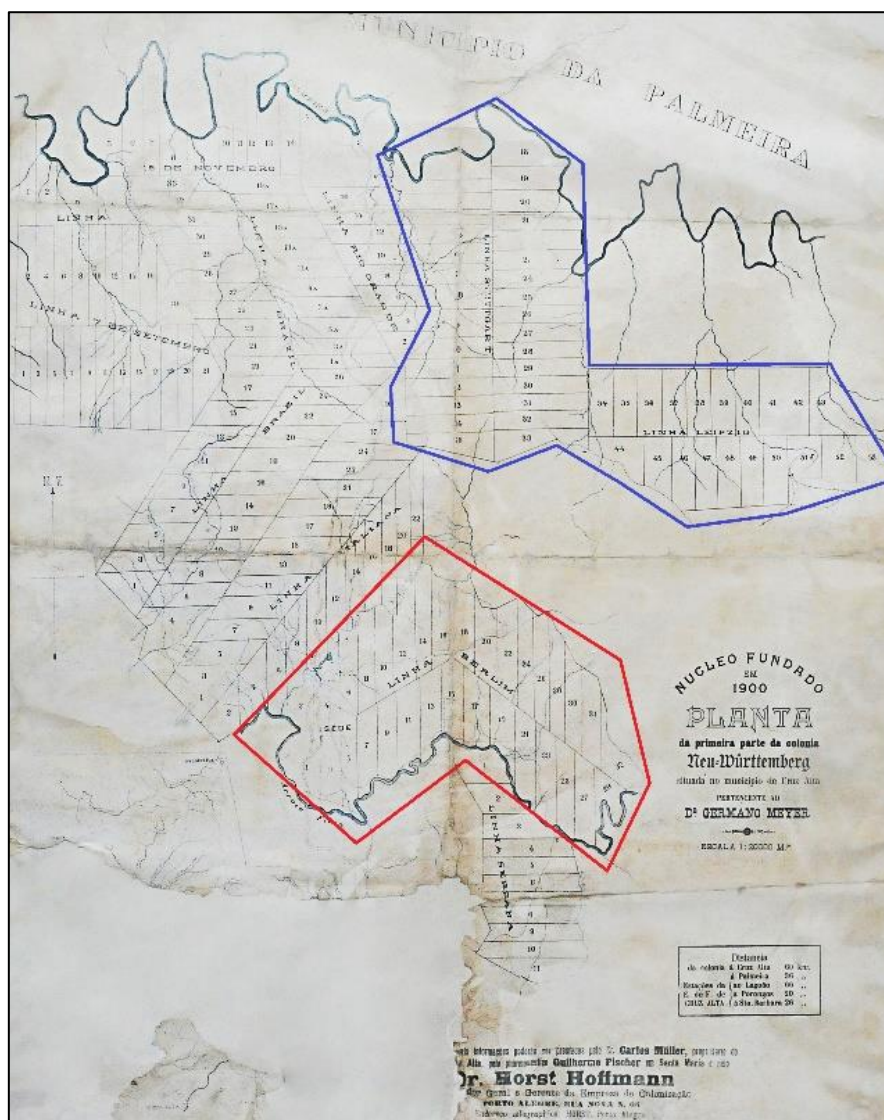
3.2.1 O espaço urbano na *Stadtplaz Elsenau* configurando a nova *Heimat*

Em 1900, já sob a administração do Dr. Horst Hoffmann, foi desenhada a planta do Núcleo Fundador da Colônia Neu-Württemberg (Figura 90). Esta planta foi encontrada no acervo do MAHP, porém incompleta. Uma parte dela foi perdida, onde possivelmente consta a assinatura do autor. Não se sabe com certeza a autoria da planta, mas tudo indica que tenha sido a “Firma R. Ahrons & Cia”, pois Rudolf e Alexandre Ahrons tinham relações com o atual administrador, Dr. Horst Hoffmann, uma vez que residiam e trabalhavam na capital do Estado, e que possivelmente participavam dos mesmos grupos sociais.

A planta da Figura 74 ilustra a primeira parte da área pertencente à Colonizadora até aquela data, bem demarcada entre os rios Fiuza e Palmeira, com as linhas coloniais devidamente subdivididas em lotes. Também é visível a área (lotes) destinada ao local da vila, ou seja, à *Stadtplatz*, o lugar da cidade. Pode-se perceber que as diferentes linhas coloniais formavam um conjunto de terras descontínuas, mas que mantinham uma organização em linhas retangulares.

⁶⁵² NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 376.

Figura 74. Núcleo Fundador – planta da primeira parte da Colônia Neu-Württemberg (1900)

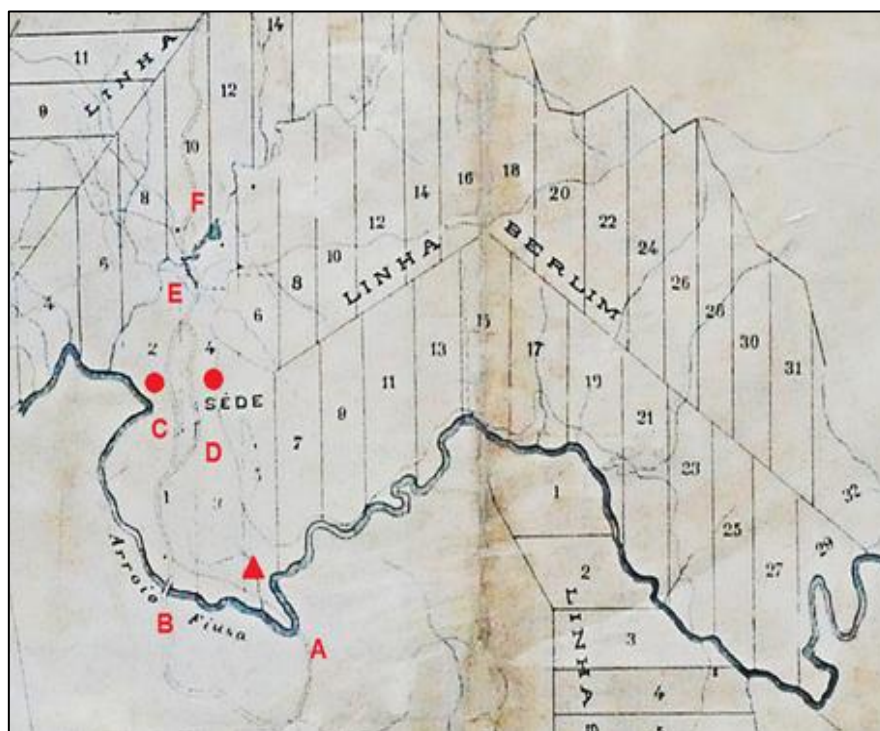


Fonte: MAHP (1958)⁶⁵³.

A partir da planta do Núcleo Fundador, em 1900, foi selecionado um recorte ampliado (Figura 75), destacando a Linha Berlim e seus lotes devidamente numerados. É possível identificar nessa ampliação, a estrutura morfológica que deu origem ao traçado atual da cidade e que serviu de referência à formulação da primeira planta desenhada pela “Firma R. Ahrons & Cia”.

⁶⁵³ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958.

Figura 75. Recorte ampliado da planta do Núcleo Fundador da Colônia Neu-Württemberg (1900)



Legenda: A) Passo do Fiuza; B) Ponte sobre rio Fiuza; C) atual rua general Osório; D) atual avenida Sete de Setembro; E) atual Praça Eng. Walter Faulhaber; F) atual residência Faulhaber; ● Lotes 1, 2, 3 e 4 destinados à implantação da sede; ▲ Venda de Angelino Fiuza (sem escala, alterado pela autora). Fonte: MAHP (1958)⁶⁵⁴.

A sede da Colônia, a *Stadtplatz Elsenau*, foi localizada nos lotes 1, 2, 3 e 4 da Linha Berlin (● na legenda), tendo como limite Sul e Oeste o arroio Fiuza e a Norte o arroio Moinho. O acesso mais remoto a esta área se dava pelo Passo do Fiuza⁶⁵⁵ (A, na legenda), que servia de passagem aos viajantes e comerciantes e para a travessia de cargas que abasteciam a venda de Angelino Fiuza (▲ na legenda). O outro acesso à área da *Stadtplatz Elsenau* era a ponte sobre o arroio Fiuza (B, na legenda), atualmente chamado de rio Fiuza, considerada uma das primeiras obras de infraestrutura da sede. Nesse acesso passava uma estrada, trilha ou caminho (no mapa corresponde à linha tracejada) que atravessava toda a área da sede, e fazia ligação com as demais linhas, até o rio Palmeira. Este caminho se dividia em outros dois, que correspondem hoje, às ruas General Osório e Sete de Setembro, as quais se unem novamente na altura onde hoje se localiza a Praça Engenheiro Walter Faulhaber (E, na legenda).

⁶⁵⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958 (alterado pela autora).

⁶⁵⁵ O local chamou-se Passo do Fiuza devido à proximidade com a venda de Angelino Fiuza. O arroio Fiuza era conhecido anteriormente como rio Corticeira.

Pode-se reconhecer nesta ampliação o local onde eram represadas as águas do arroio Moinho, e onde foi construído o primeiro Moinho, atualmente área das empresas Metalúrgica Faulhaber e Kepler Weber. Por fim, este caminho segue para o interior da Colônia (F, na legenda), fazendo ligação com a linha Italiana, exatamente no lote 10, onde está localizada a residência Faulhaber, antiga sede administrativa e residência do administrador da Colônia Neu-Württemberg.

No ano seguinte, em 1901, o administrador da colônia, Dr. Horst Hoffmann, contratou mais um serviço do escritório do Eng. Rudolf Ahrons. Desta vez a solicitação visou o desenho da *planta da povoação de Neu-Württemberg*, ou seja, o primeiro desenho da *Stadtplatz Elsenau*.

Seu original restaurado foi encontrado no acervo do MAHP, porém, já não possuía a parte inferior onde constam o limite Sul com o rio Fiuza, o local da ponte (*Brücken-Platz*) e a área do cemitério (*Kirchhof*). Uma versão deste mapa em alemão foi encontrada no MAHP, em sua íntegra. Este mapa foi utilizado por Herrmann Mayer para divulgação e propaganda da Colônia Neu-Württemberg em Porto Alegre e na Alemanha (Figura 76).

Figura 76. Mapa para divulgação da Colônia Neu-Württemberg



Legenda: 1: Planta da Povoação de Neu-Württemberg, 1901 (original restaurado); 2: Planta da *Stadtplatz Elsenau*, 1901 (versão em alemão)

Fonte: MAHP (1958)⁶⁵⁶.

⁶⁵⁶ Acervo do MAHP. Pasta de títulos e legitimação de posses de terras. Caixa 27 (MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958).

Quanto ao traçado adotado por Ahrons, na *Planta da Povoação de Neu-Württemberg* (1901) ficou evidente que a partir de sua formação em Engenharia, na Escola Técnica de Berlin, sua concepção estava baseada na utilização de uma malha regular e um traçado ortogonal. A malha era considerada um instrumento universal e indispensável ao planejamento urbano, uma vez que permitia dispor dos elementos do espaço urbano. Conforme Benévolo, “na cidade colonial aquilo que se estabelece no momento de fundação não é um organismo tridimensional senão um traçado, um plano regulador em duas dimensões, que ao longo do tempo vai-se configurando tridimensionalmente⁶⁵⁷.”

A malha utilizada define as categorias do espaço urbano: o público (praças, ruas e edifícios de uso comum) e o privado (quarteirões, estrutura predial, edifícios privados). A Figura 77 permite ver claramente que a malha se organiza em quarteirões regulares, devidamente numerados e com uma variação no formato quadrado e retangular. Os lotes possuem o mesmo formato e dimensão, e são todos numerados, porém, os que se encontram junto às divisas com rio Fiuza e o arroio do Engenho se alteram conforme a sua sinuosidade.

O autor da Planta da Povoação de Neu-Württemberg teve a preocupação de organizar e demarcar os equipamentos e serviços essenciais de infraestrutura, entre eles: o *Administrat Gebäude*, edifício administrativo (1); o *Mühl von Karl Wagner*, Moinho de Carlos Wagner (2); a *Ziegelei*, olaria (4); a *Emigrantenhaus*, Casa do Imigrante (6); *Market-Platz*, *Kirchen-Platz* e a *Brucken-Platz*, as praças públicas (do mercado, da igreja e da ponte), a ponte de acesso à colônia (11) e o *Kirchhof*, cemitério (12).

Da leitura da planta urbana identifica-se, identifica-se que os “elementos primários” que estão organizados e estruturados em função da praça, que é considerada um de seus elementos mais importantes, como a praça do mercado e da igreja que já vem da Idade Média. A primeira por ser a cidade essencialmente comercial, e a segunda pela ascensão da burguesia que contribuía com a construção das catedrais erguidas a partir do século XII. Além dessas, Ahrons inclui a praça da ponte, que demarca a entrada principal do povoamento.

⁶⁵⁷ BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 488 (Coleção Arte & Comunicação).

Figura 77. Pontos de referência – Planta da *Stadtplatz Elsenau* (1901)

Legenda: 1) Edifício administrativo e residência do administrador; 2) Moinho de Karl Wagner; 3) Açude do engenho; 4) Olaria; 5) Pastagem; 6) Casa do Imigrante; 7) Praça do mercado; 8) Praça da Igreja; 9) Igreja; 10) Praça da ponte; 11) Ponte de acesso à colônia; 12) Cemitério; 13) Estrada de acesso.
 Fonte: MAHP (1958)⁶⁵⁸.

É possível fazer uma analogia entre a planta de Ahrons com a cidade de Nuremberg que, segundo Morris⁶⁵⁹, possui um exemplo de praça de mercado do século XVII, cuja função é bem definida – espaço destinado ao serviço, comércio e à troca de mercadorias. De acordo com Sitte (1992)⁶⁶⁰, a praça é formada pelo

⁶⁵⁸ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958 (Legenda organizada em português com tradução pela própria autora, 2017).

⁶⁵⁹ MORRIS, Anthony Edwin. Op. cit., 2015, p. 109.

⁶⁶⁰ SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

fechamento dos edifícios que a contornam. A fachada dos edifícios, além de compor o fechamento da praça, é considerada por Sitte como elemento decorativo. Ambas as praças possuem funções bem distintas, porém são próximas uma da outra. Para Morris⁶⁶¹, a existência desse “núcleo bipartido” é uma característica das cidades medievais, tanto das cidades novas, planejadas, quanto daquelas não planejadas. É o que Sitte chama de “conjunto das praças”.

A planta de Ahrons existiu, contudo, apenas no papel, pois de acordo com Hoffmann⁶⁶², ela se mostrava inviável devido à topografia acidentada do sítio. Em seus estudos contemporâneos, Fernandes afirma que:

[...] Ao apreender a leitura dos traçados urbanos a partir de sua relação com o relevo destacam-se primeiramente os acidentes topográficos que de uma forma abrupta marcam o território e que pela sua morfologia constituem obstáculos que impedem ou condicionam a implementação das malhas, como modelos ideais ou simplesmente o prolongamento dos traçados[...]⁶⁶³.

A estrutura primária e o traçado que configura a origem do desenho urbano da colônia é retratada na planta do Núcleo Fundador, assim como na analogia que Rossi faz ao descrever o Foro Romano em seu conceito de *locus*:

[...] A conformação geográfica ditou o traçado das sendas, das estradas que dos vales remontavam pela menor pendência (via Sacra, Argiletus, vicus Patricius), os itinerários que as vias de comunicação extraurbanas seguiam, não um desenho urbanístico claro, mas uma estrutura vinculada pelo terreno. Esse caráter de ligação com o terreno, com as condições do desenvolvimento da cidade, permanece em toda a história do Foro, na sua forma, tornando-o tão diferentes das cidades de nova fundação [...] ⁶⁶⁴.

Para ser executada, a planta de Ahrons teve que passar por alterações, de forma a adequar-se às necessidades reais do terreno. Tais alterações foram feitas em 1906, na administração de Alfred Bornmüller.

A planta foi reorganizada mas não se integrou totalmente ao relevo e à topografia do local. A nova planta manteve a concepção inicial com o traçado ortogonal, porém, na parte Sul, por ser o local de maior declividade, foram suprimidas a praça da igreja, a praça da ponte e o cemitério. Apenas a praça do mercado se

⁶⁶¹ MORRIS, Anthony Edwin. Op. cit., 2015, p. 110.

⁶⁶² Relatório 6, de 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta transcrição Livro copiativo 44, Caixa 109 (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1897).

⁶⁶³ FERNANDES, Sérgio Padrão. O traçado. O sítio e a forma da cidade. In: COELHO, Carlos Dias. Os elementos urbanos. *Cadernos de Morfologia Urbana*. Estudos da Cidade Portuguesa. Lisboa: Argumentum, 2013, p. 38.

⁶⁶⁴ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Ed. Cosmos, 2001, p. 176.

manteve nas mesmas características. A Leste, os lotes foram redimensionados e mantidos como pequenas chácaras, com lotes de tamanho inferior.

Os únicos elementos que se mantiveram desde o princípio, a partir da praça do mercado, são: o *Administrat Gebäude*, Edifício Administrativo (casa do diretor da colônia) e a *Emigrantenhaus*, Casa do Imigrante. Fazem parte desse conjunto de infraestrutura da colônia, a Casa Paroquial e a escola, que ficam dispostas em linha reta, formando um eixo de ligação longitudinal com o edifício administrativo. Esse visual, demarcado pelo eixo longitudinal, demonstra quase que pretensiosamente a intensão de controle dos eventos, ou seja, a praça e os acontecimentos nela ocorridos ficam sob olhares da Administração e da Igreja (Figura 78).

Figura 78. Planta *Stadtplatz Elsenau*, 1906



Legenda: 1. Edifício administrativo; 2. Casa do Imigrante. 3. Paróquia e escola.

Fonte: MAHP (2013)⁶⁶⁵.

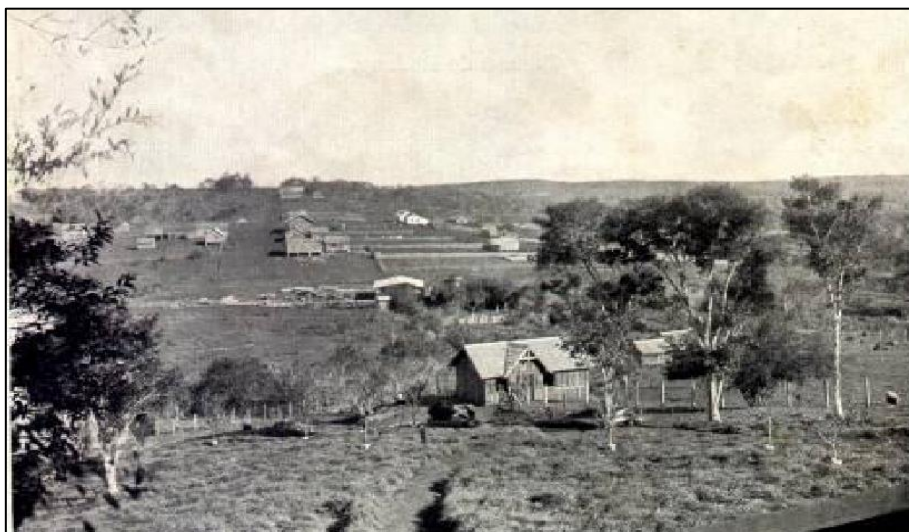
Nesse momento, o núcleo inicial da Colônia começa a se formar e crescer em torno da Casa do Imigrante e da área destinada à praça do mercado (Figura 79). A partir daí, de acordo com Rossi, se estabelece o fato urbano:

[...] basta determo-nos em um único facto urbano para que uma série de questões surjam ante nós; referíveis a alguns temas, como a individualidade, o “locus”, o desenho, a memória, e esboça-se um tipo de conhecimento dos fatos urbanos mais completo e diferente daquele que estavam habituados a considerar; trata-se de ver quanto de concreto há nesse conjunto. Reafirmo querer ocupar-me deste concreto através da arquitetura, da forma, pois parece condensar o caráter dos factos urbanos, inclusive a sua origem. Por outro lado, a descrição da forma constitui o conjunto dos dados empíricos do estudo e pode ser mediante delimitações da observação. É isto que entendo por morfologia urbana – a descrição das formas de um facto urbano – mas não é senão um momento, um instrumento. Aproxima-nos do conhecimento da estrutura, mas não se identifica como esta. [...] ⁶⁶⁶.

⁶⁶⁵ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013 (Imagens organizadas pela autora).

⁶⁶⁶ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, pp.45; 46.

Figura 79. Imagem da *Stadtplatz Elsenau*



Fonte: Meyer (1906)⁶⁶⁷.

A partir desses *factos urbanos*⁶⁶⁸, podem ser destacadas várias edificações nesta planta, como: o Edifício Administrativo (1), que consistia de um escritório anexo ao corpo da casa do administrador da Colônia. A Colonizadora tinha como proposta oferecer à Colônia, além da Casa do Imigrante (2), a Escola e a Capela (3), como infraestruturas básicas para os imigrantes que chegavam. Esse conjunto de edificações formava a estrutura social e administrativa da Colônia, pois oferecia aos imigrantes assistência social, religiosa e de ensino, além de estimular o surgimento e o desenvolvimento do comércio e pequenos serviços. Esta foi a maneira que a Colonizadora compreendeu ser a mais eficaz para manter os imigrantes na Colônia Neu-Württemberg, e fazê-la prosperar. Conforme Neumann:

[...] com as alterações no traçado urbano a praça da igreja foi suprimida e a igreja que originalmente seria construída no terreno 12 da quadra 27 foi projetada para ser edificada na praça do mercado. Subentende-se que a planta mencionava a igreja protestante luterana, que acabou sendo construída ao lado da escola, pela primeira planta na quadra 14 [...] ⁶⁶⁹.

A área que na primeira planta estava destinada ao cemitério foi transferida para o Norte, ao lado da *Babtistenkapelle*, Capela Batista. A estrutura da pequena colônia foi se transformando e, dessa forma:

⁶⁶⁷ MEYER, Herrmann. *Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906, p. 20 (foto retirada do Edifício Administrativo por Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1906).

⁶⁶⁸ De acordo com Rossi (2001), fatos urbanos são igrejas, casas particulares, monumentos, praças, etc. – são singulares, únicos, pedaços que formam a cidade. Rossi divide esses fatos em área-residência e elementos primários, ou seja, esfera particular e esfera privada.

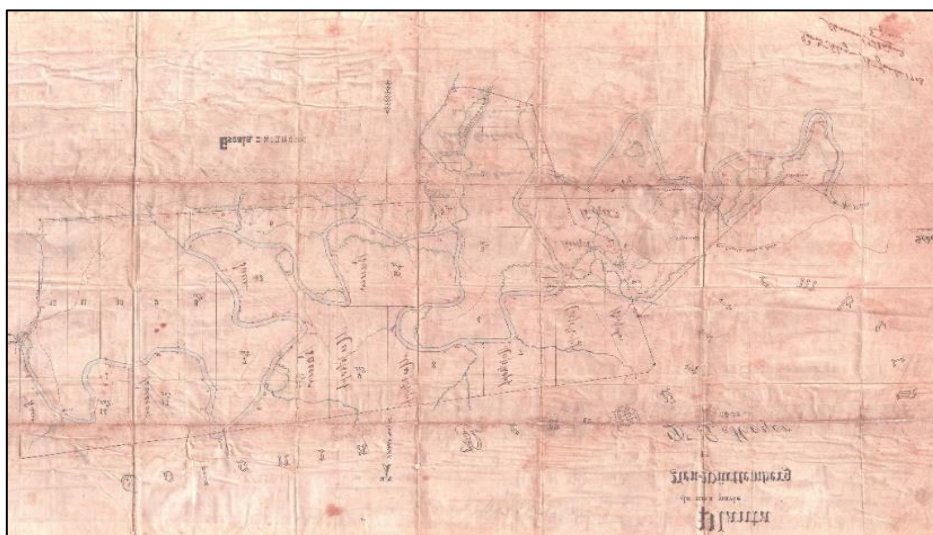
⁶⁶⁹ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 210.

[...] distinguem-se principalmente os fenômenos que interferem na produção do traçado urbano, nomeadamente a ação do relevo como fator deformador da malha e o seu papel quando é gerador da forma dos lugares [...] ao apreender a leitura da forma da cidade sedimentada pretende-se construir uma abordagem operativa, um suporte teórico, conceitual ou mesmo um ponto de partida orientador para a prática da composição urbana [...] ⁶⁷⁰.

Conclui-se, portanto, que a primeira planta teria realmente apenas o objetivo de divulgação e propaganda da Colônia. Ahrons, como engenheiro civil e topógrafo experiente, provavelmente não teria desconsiderado as características do relevo e da topografia do local.

É importante destacar, ainda, que na sequência do rio Fiuza, foi realizada em 1903, outra importante medição da posse dos Malheiros (Figura 80) pelo engenheiro Manoel Itaqui ⁶⁷¹.

Figura 80. Planta do levantamento de medidas e marcação de lotes realizado por Manoel Itaqui (1903)



Fonte: MAHP (2017) ⁶⁷².

Itaqui trouxe inúmeras contribuições, vistas no capítulo 2 desta tese, no item 2.3.2.1, principalmente com relação à arquitetura da capital. Iniciou suas atividades profissionais trabalhando no escritório de Rudolf Ahrons. Foi Itaqui que em julho de 1903 fez um relatório descrevendo os serviços técnicos necessários para proceder ao Registro Torrens da gleba dos Malheiros, pertencente à Hermann Meyer. Dessa forma, a gleba seria adicionada à Colônia Neu-Württemberg, a Sudoeste da medição anterior de Silvestre Manoel da Silva e na sequência do Rio Fiuza. Itaqui realizou o

⁶⁷⁰ FERNANDES, Sérgio Padrão. Op. cit., 2013, p. 37.

⁶⁷¹ Id., ibid., p. 37

⁶⁷² Mapoteca (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017).

levantamento da planta dessas terras de acordo com os preceitos exigidos pelo Decreto 451B, de 31 de maio de 1890⁶⁷³, e pelo Decreto de 955-A⁶⁷⁴, de novembro do mesmo ano. Itaqui descreve em seu relatório que:

[...] servi-me para este fim de um instrumento universal (theodolito), permitindo a leitura dos ângulos com a aproximação de um minuto, para as medidas das distâncias empreguei uma fita métrica de aço, de 20m de comprimento subdividida em metros e decímetros, medindo sempre horizontalmente todas as linhas com o máximo cuidado e aproximação possível de obter-se pelos meios usuais. O nivelamento da linha poligonal foi feito pelo processo dos ângulos de altitude, calculando-se a diferença de nível entre todas as estações e as respectivas cotas referidas a um plano arbitrário, obtendo-se por este meio, o nivelamento quase perfeito desta linha... representei além disso, por meio das curvas de nível, a conformação orográfica da zona de percurso desta linha e suas imediações, até onde permitia a observação (veja-se a caderneta de campo, original). Para construção da planta calculei as coordenadas ortogonais de cada vértice, sendo empregados neste cálculo os rumos verdadeiros, deduzidos do rumo da linha (14)-(15) rigorosamente determinado pelo engenheiro civil Rudolf Ahrons na medição que fez na parte da Colônia Neu-Württemberg, que confronta com estas terras e a qual liguei esta medição[...]⁶⁷⁵.

No mesmo relatório, Itaqui ainda descreve as divisas e confrontações do imóvel, bem como as características físicas e da vegetação. Por fim, faz uma avaliação do imóvel: “28 colônias de 25 hectares a 500\$000 cada uma 14:000\$000; um paiol coberto de telhas 30\$00. A avaliação total do imóvel monta, pois, em quatorze contos e trinta mil reis (14:030.000)”⁶⁷⁶.

Em sua caderneta de campo (Figura 81), encontrada no acervo do MAHP, Itaqui registrava todas as informações referentes aos pontos de medição, como distância da mira, ângulos e alturas. Em suas observações também registrava em forma de desenhos (croquis) os pontos de medição com detalhes de cada marco de referência, a sinuosidade do rio Fiuza, a especificação da vegetação, das áreas alagáveis, e outras informações relevantes a cada trecho.

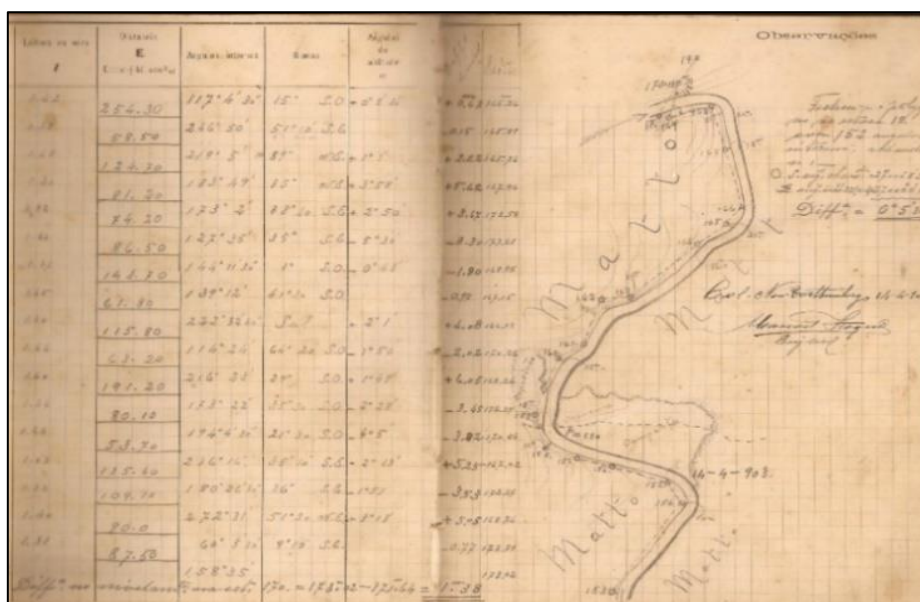
⁶⁷³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Promulga o regulamento para execução do Decreto nº 451B, de 31 de maio do corrente anno, que estabeleceu o registro e transmissão de immoveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Publicação original em Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. XI, p. 3298.

⁶⁷⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estabelece o registro e transmissão de immoveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Publicação original em Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. 1, fasc. V, p. 1206.

⁶⁷⁵ Caderneta de campo utilizada por Manoel Itaqui (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017).

⁶⁷⁶ Id., ibid.

Figura 81. Imagem da última página da caderneta de campo (original) assinada por Manoel Itaquí



Fonte: MAHP (2017)⁶⁷⁷.

Ainda segundo Neumann⁶⁷⁸, na década de 1910 a 1920 atuaram também outros agrimensores nos trabalhos de medição, principalmente da Comissão de Terras de Ijuí e Palmeira.

Quanto à divisão dos lotes coloniais, esta se dava de forma aleatória, não seguindo nenhuma regra específica, mas eram dispostos de forma ordenada e devidamente numerados. Seguiam um formato irregular, com tamanho aproximado ao padrão de 25 hectares (250.000m²), que era a medida usualmente aplicada nessa época na região. Os lotes coloniais formavam longas e estreitas faixas retangulares, ao contrário do modelo europeu de lotes com formato quadrado. O número de lotes por colônia variava de acordo com cada nova compra.

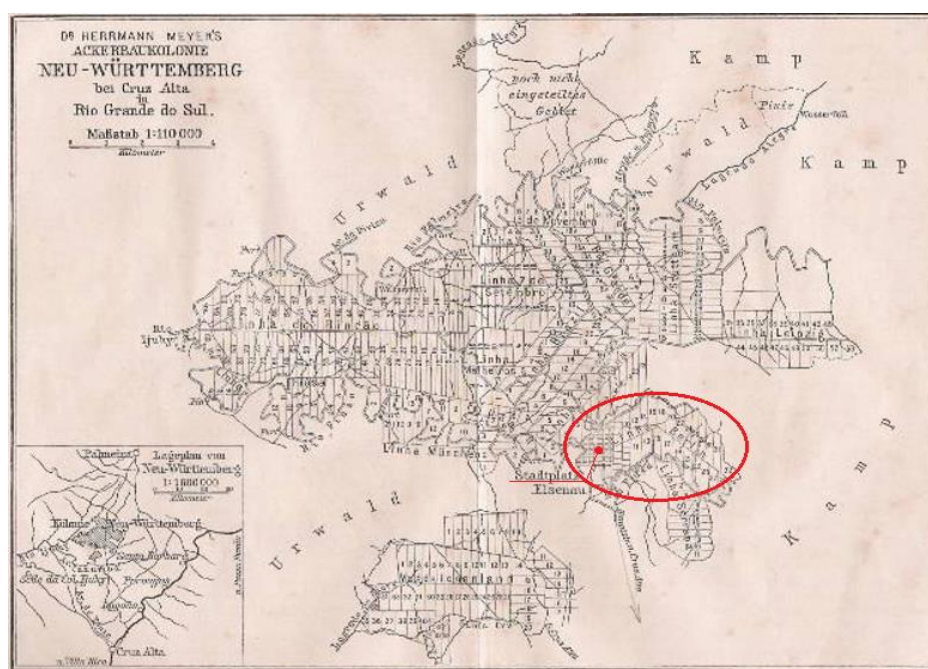
Em 1906, Neu-Württemberg já se tornara a colônia mais extensa de todo o complexo colonial de Herrmann Meyer (Figura 82), possuindo, aproximadamente, 971 lotes coloniais, dois quais 677 ao Sul do rio Palmeira e 244 ao Norte. A linha de Rincão foi a mais extensa, com 95 lotes. Na Linha Berlim foram cedidos lotes para a implantação da *Stadtplatz* e ao Sul foram subdivididos lotes em chácaras menores, com cerca de cinco hectares cada um, que posteriormente se subdividiram em um hectare cada um⁶⁷⁹.

⁶⁷⁷ Caderneta de campo utilizada por Manoel Itaquí (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017).

⁶⁷⁸ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 211.

⁶⁷⁹ Id., ibid., p. 405.

Figura 82. Planta da Colônia Neu-Württemberg (1906) com a indicação da área destinada ao *Stadtplatz Elsenau*, na Linha Berlim



Fonte: Neumann (2016)⁶⁸⁰.

Buscando atender as reivindicações do Governo e o encaminhamento de documentação junto aos órgãos públicos, a Colonizadora Meyer manteve o engenheiro Rudolf Ahrons como seu representante em Porto Alegre, até o início da década de 1910.

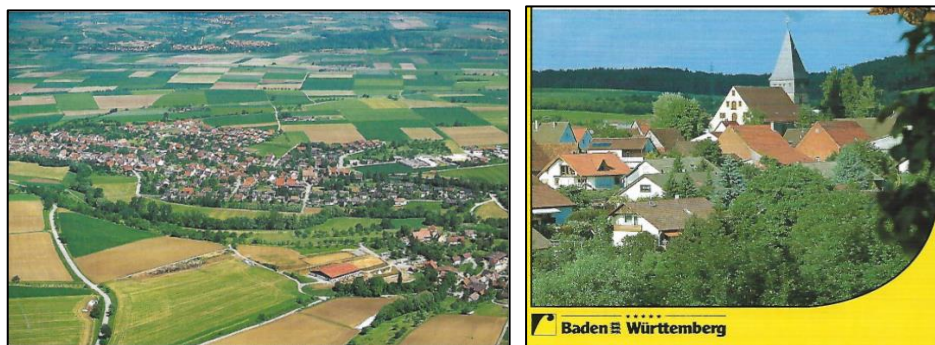
3.2.2 As primeiras propostas em Arquitetura na Colônia Neu-Württemberg

O imigrante alemão transportava consigo o imaginário da nova *Heimat* com uma infraestrutura semelhante àquela deixada em sua terra natal: um pequeno povoado central, cercado pelos campos de cultivo, como uma aldeia (Figura 83)⁶⁸¹.

⁶⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 405.

⁶⁸¹ O termo “aldeia” possui um sentido ambíguo, pois “por um lado, significa pequeno aglomerado urbano onde moravam os agricultores. Por outro, significa o conjunto de terras agrícolas, pastagens e florestas sob jurisdição do conglomerado urbano.” A estrutura de uma aldeia e o formato dos seus campos adjacentes variava de uma região alemã para a outra (WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 37).

Figura 83. Imagen de *Langenbrettach*, região de Baden-Württemberg



Fonte: Langenbrettach (s.d.)⁶⁸².

Essa ideia foi transposta para o projeto de colonização de Herrmann Meyer, que se propunha a formar em Neu-Württemberg uma colônia étnica onde os imigrantes realmente pudessem permanecer alemães⁶⁸³.

Entende-se, portanto, que *Heimat* é a terra natal, a querência dos alemães emigrantes que levam seu mundo físico e cultural, bem como suas relações, para onde quer que vão, criando uma mini-Alemanha. Rambo⁶⁸⁴ menciona que *Heimat* significa para os alemães um espaço e o mundo comunal em que a pessoa nasce, cresce e se torna adulta e no qual se enraíza.

A consequência prática da concepção de *Heimat* é que uma pessoa pode construir a sua residência em qualquer parte do mundo. A única condição é que a realize, preservando o *Deutschtum* (germanismo), e que continue falando alemão e cante as belezas da *Heimat* num *Lied*, a legítima canção alemã.

Segundo Neumann, o principal objetivo do projeto de colonização de Herrmann Meyer consistiu em proporcionar aos emigrantes alemães uma nova *Heimat* no Brasil, ou seja, um lugar onde poderiam ser e permanecer alemães e, no caso dos colonos nacionais, uma regermanização. A realização de um trabalho cultural nas suas colônias era apresentada como a marca registrada da Colonizadora, diferenciando-a dos demais empreendimentos da mesma natureza atuantes no país⁶⁸⁵.

Na visão de Meyer, a nova *Heimat* estaria representada concretamente pela colônia Neu-Württemberg, dotando-a de todos os elementos materiais e imateriais da velha *Heimat*, com igreja, escola, pequenos artesãos, indústrias, e nos seus

⁶⁸² Região de origem do imigrante Karl Ernest Knorr (LANGENBRETTACH. Panfleto da cidade. *Impressum Herausgeber: Gemeinde Langenbrettach. Gestaltung: Südwest – Touristik Heilbronn*. Fotos: H. Posovszky, Ellhofen. Reproduktion: Die Repro, Tamm. Druck: Ungeheuer&Ulmer. Ludwigsburg, [s.d.].

⁶⁸³ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 193.

⁶⁸⁴ RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994, p. 48.

⁶⁸⁵ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2009, p. 132.

arredores, pequenas chácaras e campos com suas plantações. Seus propósitos atendiam às expectativas dos emigrantes alemães, que abandonavam sua *Heimat* de origem (Alemanha) em busca de melhores condições de vida, unindo-se em um mesmo projeto.

Escola, igreja e família se configuraram como instituições que passaram a exercer um papel determinante na afirmação da identidade coletiva entre os alemães. As escolas, nas colônias, ganharam contornos étnicos, sendo orientadas por princípios germânicos, que reforçavam a consciência étnica dos filhos dos imigrantes. Essa identidade também foi fortalecida por outros elementos, como existência de uma imprensa local de língua alemã, produções literárias, entre outras publicações que circulavam junto às comunidades⁶⁸⁶.

Oferecer infraestrutura básica para possibilitar o posterior desenvolvimento autônomo da colônia, ou “caminhar pelas próprias pernas”, era a ideia de Herrmann Meyer ao subsidiar a instalação de uma escola e contratar um professor nas Colônias Neu-Württemberg e Xingu. Além de alfabetizar os filhos dos colonos, tinha por objetivo maior o ensino da língua e da cultura maternas, delimitando o espaço étnico da colônia. Assim, o casal Hermann e Marie Faulhaber notabilizou-se pelo seu trabalho na organização de uma rede escolar na Colônia Neu-Württemberg e a supervisão da escola na Colônia Xingu, como a base para a manutenção, transmissão e reatualização da cultura alemã⁶⁸⁷.

Em 1901, a Colonizadora construiu a Casa do Imigrante (*Emigrantenhaus*), (Figura 84), cuja estrutura e fechamento eram em madeira simples, sem pintura, telhas de fabricação rústica, com porta e algumas janelas estreitas. Esta edificação modesta também abrigou temporariamente os imigrantes recém-chegados na colônia.

A estrutura urbana reflete, por conseguinte, esses pressupostos socioculturais no significado do edifício de caráter excepcional que desempenha na organização espacial, podendo-se, eventualmente, afirmar que adquirem o estatuto a que Aldo Rossi denomina de “monumentos”.

⁶⁸⁶ VITAL JÚNIOR, Raul Rebello. *Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de Estado, etnicidade e transição*. 2012, p. 10. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Caminhos-da-coloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

⁶⁸⁷ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 184.

Figura 84. Barracão do Imigrante



Fonte: Neumann (2016)⁶⁸⁸.

Além de abrigo, o Barracão do Imigrante, na praça, era utilizado como espaço público para reuniões, primeiros cultos e aulas. Era um espaço de confraternização, fundamental para atividades culturais que ligavam o imigrante à sua velha *Heimat*, alimentado pelo discurso germanista da nostalgia, presente especialmente nas canções e na literatura. Devido sua importância, sua localização na praça torna-se fundamental, uma vez que, lhe era conferido status de prédio público e referência aos imigrantes que chegavam na colônia.

Ramos⁶⁸⁹ salienta que a nostalgia alimentava a esperança de regresso que os imigrantes não queriam perder. Ao mesmo tempo, havia o grande temor da decepção com o reencontro da terra, pois se é sempre possível o regresso, não se pode, porém, voltar ao tempo da partida, tampouco reencontrar a mesma situação, os lugares e os homens que se deixou. A saudade consistia, então, num sentimento muito presente no cotidiano das migrações.

A contribuição do material humano ajudou a Colônia Neu-Württemberg⁶⁹⁰ a se transformar em uma colônia alemã modelo, uma *Heimat*, sendo exemplo de colonização no exterior, cujos frutos ultrapassaram as suas fronteiras:

⁶⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 184.

⁶⁸⁹ RAMOS, Silvana Pirilo. *Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003, p. 54.

⁶⁹⁰ Württemberg é uma região que se localiza no Sudoeste da Alemanha. Ela se delimita com o Leste da França e o Norte da Suíça. Hoje, a região integra o Estado alemão de Baden-Württemberg. Ela também é conhecida pelo nome medieval de Schwaben ou Suábia. Desde o início da Idade Média foi habitada por uma etnia germânica conhecida por suábios, descendentes dos suevos. A capital de Württemberg é a cidade de Stuttgart, sede da multinacional alemã Daimler-Chrysler, no Brasil também. O casal missionário pastor Hermann e professora Marie Faulhaber eram descendentes dessa região e chegaram em Eisenau em 1902. Uma grande parte das famílias alemãs nativas que emigraram para o

[...] No sul da América do Sul, havia somente uma colônia suaba, com reduzido número de imigrantes: Neu-Württemberg⁶⁹¹. O próprio nome já remetia à ligação com o Estado de Baden-Württemberg, e também era esta a intenção de seu fundador, o saxão Herrmann Meyer. A obra apresentava os suabos como trabalhadores, resistentes, persistentes e habilidosos. Muito religiosos, característica essa que, somada ao trabalho, lhes permitia superar as dificuldades. O êxito era resultante, sobretudo, do trabalho incansável do diretor da colônia, Hermann Faulhaber, um württemberger que organizou o ensino de tal forma que serviu de exemplo para toda a serra do Rio Grande do Sul. A colônia foi provida de imediato de escola e igreja, ambas contribuindo para manter a cultura e a língua alemã. Outro ponto importante da colônia era o associativismo, com a formação de Vereine, presente em todos os segmentos econômicos e sociais [...] ⁶⁹².

Viajantes alemães e estudiosos em geral, atraídos pela propaganda em relação à nova *Heimat*, a nova zona colonial do Rio Grande do Sul, passaram a incluir essa região em seu roteiro de viagem, com destaque à Colônia Neu-Württemberg.

Em dezembro de 1902 foi concluída a casa pastoral (Figura 85), já com um acabamento arquitetônico diferenciado, com seu telhado extremamente inclinado, com detalhes em madeira trabalhada, janelas com vidraças e alguns detalhes com madeira cruzada.

Figura 85. Capela e casa Pastoral (1903)



Fonte: Neumann (2016)⁶⁹³.

atual município de Panambi era originária da terra Suábia. A partir dessa identificação étnica e cultural, os primeiros moradores do antigo povoado Elsenau ficaram ligados à região alemã de Württemberg e também ao nome, adotado para designar o projeto de colonização chamado Colônia Neu-Württemberg (BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município*. Panambi, RS: Emgrapan, 2013, p. 340).

⁶⁹¹ No Brasil, havia as seguintes colônias em que predominavam os suabos: em Presidente Wenceslau e Aimoré, no Estado de São Paulo; em Perdizes, Hindenburg e Schwabenland, no Estado de Santa Catarina; e em Neu-Württemberg, no Estado do Rio Grande do Sul. Havia apenas mais uma colônia com o nome de Neu-Württemberg, em Bessarábia, na Romênia (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 143).

⁶⁹² Id., ibid., p. 143.

⁶⁹³ Id., ibid., p. 143.

Conforme as informações de Horst Hoffmann, a planta da casa pastoral e da escola⁶⁹⁴ foram confeccionadas pelo Escritório de Engenharia de Rudolf Ahrons, e executadas pelo construtor Bodenstein, de Porto Alegre, de onde também eram provenientes seus ajudantes, uma vez que os colonos eram impagáveis. Já as tábuas para a construção foram serradas “junto a brasileiros”, em Cruz Alta, custando menos da metade do que se fossem serradas na serraria de Karl Wagner, no *Stadtplatz Elsenau*.

Em fins de 1902, a Colonizadora iniciou a construção de um prédio escolar (Figura 86) na sede da Colônia Neu-Württemberg, inaugurado em 8 de fevereiro de 1903⁶⁹⁵. Para o telhado da casa pastoral e da escola, a equipe de construção fabricou na própria colônia cerca de 12.000 telhas de barro⁶⁹⁶.

⁶⁹⁴ Meyer considerou a planta original da escola e da casa pastoral, elaborada por Rudolf Ahrons, muito luxuosa para a ocasião. Queria que fossem duas construções separadas e em terrenos vizinhos, e não como aparecia na planta, como uma única construção conjugada. O estilo para a casa pastoral era aceitável, mas pelo valor limitado de três contos de réis, desde que a torre e a área para escola fossem suprimidas. Já na escola, queria uma construção mais simples, investindo, no máximo, dois contos de réis (Carta. Leipzig, 12/6/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42. MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1910).

⁶⁹⁵ Festa de inauguração da escola [*Schuleinweihungsfeier*] – no domingo, 8 de fevereiro, nós inauguramos aqui festivamente a escola. Para a nossa alegria veio no dia anterior inesperadamente o sino e ainda pôde ser instalado. No sábado, após o meio dia, nós decoramos juntamente com os alunos da escola, a sala da escola com verde [ramos] e flores. No domingo iniciou a comemoração com a participação de quase toda a Neu-Württemberg às 10 horas com um culto, para o qual pela primeira vez bateu o sino. Durante o culto realizou-se ainda uma pequena festividade com a seguinte programação: 1) Canto das crianças: “*Grosser Gott, wir loben Dich*”; 2) Breve saudação minha sobre o significado da igreja e escola para a manutenção e cuidado do nosso *Deutschtums*; 3) Declamação de uma poesia festiva de autoria de minha esposa por duas crianças; 4) Canto por um coral de colonos batistas [*Kolonistenchors – Baptisten*]; 5) Discurso do colono H. Nickhorn em nome de Dr. Meyer; 6) Canto das crianças: “*Wie lieblich schallt*”. Sobre o discurso de Nickhorn, agradeceu do fundo do coração pelo seu cuidado para com a escola e a igreja. Escola. De 2 a 9 de fevereiro entraram mais seis crianças na escola, sendo quatro meninos e duas meninas. Todos puderam ser aceitos ainda para esse semestre porque o seu conhecimento e acompanhamento o permitem. (até 12 de fevereiro o número de alunos somou 42, sendo 28 meninos e 14 meninas com idade entre 7-15 anos). Desde 10 de fevereiro eu dou aulas de reforço entre às 11-12 horas em acordo com os pais de algumas crianças, que têm dificuldades de aprendizagem, ou que estão em estágios mais atrasados. Algumas crianças participam também por livre vontade ou pelo desejo de seus pais, tanto que tenho de 10-15 alunos participantes” (Carta. Elsenau, 12/2/1903. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Cartas – Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer, Caixa 42, MAHP. Id., *ibid.*).

⁶⁹⁶ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 3/11/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109. (MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017).

Figura 86. Imagem da escola, *Stadtplatzschule* (1903)



Fonte: MAHP (2017)⁶⁹⁷.

A pequena Capela Batista (Figura 87) foi construída em 1906, ao Leste da *Stadtplatz Elsenau*, também ocupando um lugar privilegiado, no alto da colina com vista da *Stadtplatz Elsenau*.

Figura 87. Capela Batista (1906)



Fonte: MAHP (2017)⁶⁹⁸.

Para gerenciar, organizar e zelar pela colônia era necessário que a Administração estivesse presente por meio de seu representante e de uma sede própria⁶⁹⁹.

⁶⁹⁷ MAHP. Op. cit., 2017.

⁶⁹⁸ Id., ibid.

⁶⁹⁹ A Administração mudou-se de Porto Alegre para a Colônia após desfeita a sociedade de Hermann Meyer com Deihn.

Segundo Malheiros⁷⁰⁰, com o crescente desenvolvimento da Colônia, em 1904, o Dr. Hermann Meyer, administrador da Empresa de Colonização, resolveu construir um prédio próprio com o propósito de abrigar as funções de administração e de moradia do administrador que, na época, era o Sr. Alfred Bornmüller (Figura 88).

Figura 88. Residência do diretor da Colônia Neu-Württemberg (1906)



Fonte: Meyer (1906)⁷⁰¹.

Neumann registra que:

[...] A construção, obra do marceneiro e construtor Karl Knorr, um imigrante alemão estabelecido na colônia Neu-Württemberg, foi iniciada em 1904 e concluída em meados de 1906, consumindo uma grande soma de capital. Uma arquitetura bem definida, com alicerces de pedra, tábuas trabalhadas, acabamento com detalhes, grandes janelas, telhado de zinco, são alguns dos diferenciais [...]⁷⁰².

Pesquisas *in locus*, realizadas por Malheiros, revelam que:

[...] O terreno tem área de aproximadamente 30.000m² e encontra-se num sítio com topografia elevada e uma visão estratégica da Stadtplatz (praça da cidade), proporcionando, na época da colônia Neu-Württemberg, um certo controle dos acontecimentos no centro da colônia. [...] Sua composição volumétrica é marcada, principalmente, por volumes de telhados com muita inclinação. Esta característica é proveniente da arquitetura europeia, mais especificamente do centro-norte, identificada nos pequenos palacetes e casarios, em função das necessidades decorrentes do acúmulo de neve nas épocas do inverno. Com os grandes telhados inclinados, outra característica, é o surgimento dos espaços de sótão, áreas provenientes do caimento das águas, destinado a outras funções. Os planos das fachadas são compostos pelas esquadrias e projeções dos planos dos telhados. As fachadas de maior importância estão orientadas a oeste (principal), a sul (vista da cidade) e a leste (varanda e sacada). Na fachada norte estão localizados o anexo (wc, casa de banho, depósito, lavanderia), galpão e estufa [...]⁷⁰³.

⁷⁰⁰ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 12.

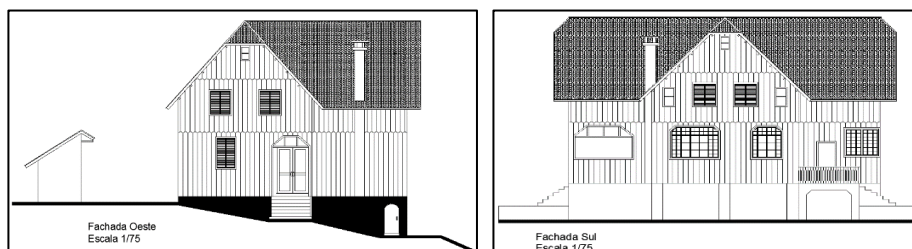
⁷⁰¹ MEYER, Herrmann. Op. cit., 1906, p. 5 (foto de Alfred Bornmüller).

⁷⁰² NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 247.

⁷⁰³ MALHEIROS, Adil Alves, 1990, pp. 14-15.

A descrição anterior está relacionada com as Figuras 89 e 90, que correspondem ao levantamento da edificação e seu detalhamento em AutoCad⁷⁰⁴.

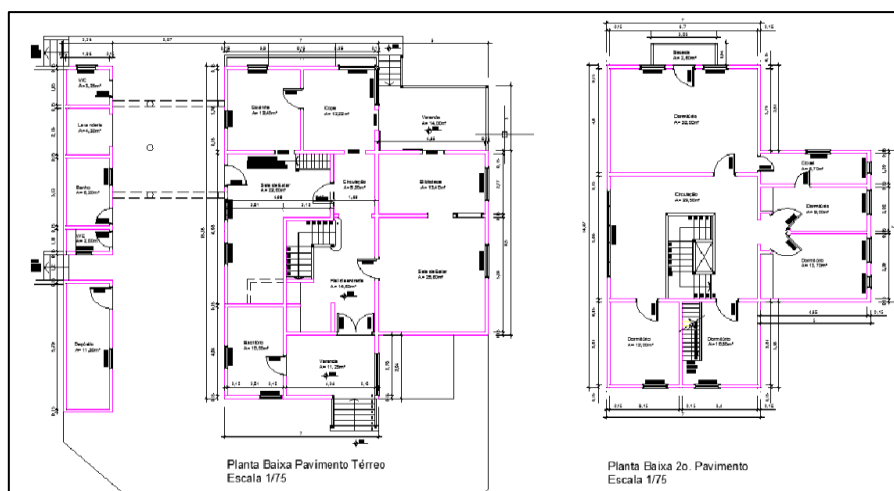
Figura 89. Fachadas da residência Faulhaber



a) Fachada oeste – acesso principal. b) Fachada sul – visão da cidade.
Fonte: Malheiros (1990)⁷⁰⁵.

Quanto à organização espacial a residência está assim organizada: o primeiro pavimento (Figura 105) possui uma varanda social que serve de circulação e visa separar o escritório de administração da Colônia da área residencial⁷⁰⁶.

Figura 90. Plantas baixas da residência Faulhaber



Fonte: Malheiros (1990)⁷⁰⁷.

Atualmente, esta edificação é referência na cidade, não apenas por ter sido da Empresa Colonizadora Dr. Hermann Meyer mas, principalmente, por se tratar de uma obra diferenciada pelos trabalhos e detalhes em madeira (Figura 91), executados pelo marceneiro da Colônia, Sr. Karl Ernest Knorr. Todos os detalhes foram executados em madeira Araucária (atualmente imune ao corte)⁷⁰⁸.

⁷⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 16.

⁷⁰⁵ Desenhos desenvolvidos em Autocad (Id., *ibid.*, p. 16).

⁷⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 16.

⁷⁰⁷ Desenhos desenvolvidos em Autocad (Id., *ibid.*, p. 16).

⁷⁰⁸ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 16.

Figura 91. Imagens do interior da residência Faulhauber, com destaque para os detalhes em madeira, móveis e esquadrias



Fonte: Malheiros (1990)⁷⁰⁹.

A Colônia Neu-Württemberg foi considerada colônia-modelo mesmo com suas construções simples de madeira, mas se diferenciava pelo asseio, pela boa comida e por falar a língua alemã, pois não se ouvia frases em português⁷¹⁰. A busca pela nova *heimat* estava presente em todos os segmentos da pequena sociedade e manifestava-se no ensino da língua, da religião, da música, assim como na literatura e na arquitetura.

Destaca-se, ainda, a arquitetura residencial construída em enxaimel, principalmente nas linhas coloniais, como na *Stadtplatz Elsenau*. Sobre o enxaimel, Weimer afirma que:

[...] no começo dos tempos históricos, as plantas se tornaram retangulares e a técnica construtiva teve um progresso decisivo quando se conseguiu resolver um problema fundamental: a madeira cravada no solo apodrecia facilmente. Ao se elevar o tramo de madeiras verticais e horizontais sobre a fundação de pedra, eliminou-se esse problema, mas a estrutura perdeu em rigidez. Isso foi solucionado quando se descobriu que peças inclinadas e encaixadas nos tramos conferiam à original a sua rigidez. A descoberta da triangulação significa para esta técnica construtiva o mesmo que a roda aos transportes. Ela é o princípio básico da estática sobre o qual repousa toda a evolução posterior [...] ⁷¹¹.

Assim como na Alemanha, o enxaimel foi marcado por diferentes composições estilísticas que variavam em sua construção, dependendo de cada região da Europa. Da mesma forma, no Sul do Brasil, essas construções sofreram adaptações devido a vários fatores, entre eles as condições ambientais, com destaque para os materiais disponíveis na região e os fatores econômicos de cada colônia.

⁷⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 17.

⁷¹⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. *Op. cit.*, 2016, pp. 141-142.

⁷¹¹ WEIMER, Günter. *Op. cit.*, 2005, p. 113.

A maioria das famílias que aqui chegavam vinham com muito pouco, mas dispostos a iniciar uma nova vida. Nas suas cidades de origem, habitavam em construções maiores, de alvenaria, com boas condições de infraestrutura e conforto, porém aqui, foi preciso se readaptar. A colonizadora preocupava-se em organizar a colônia de maneira a reproduzir aqui uma “mini Alemanha”, com características semelhantes à região de Württemberg, na Alemanha, atualmente região Baden-Württemberg, com capital em Stuttgart⁷¹².

Segundo Weimer, o imigrante trouxe em sua bagagem cultural a técnica do enxaimel e, por isso, ela é essencialmente germânica. Por contingências ambientais e existenciais, o enxaimel teve que ser recriado e, por isso, ele é totalmente brasileiro em sua expressão⁷¹³.

O enxaimel, na colônia Neu-Württemberg, se manifestou, principalmente, nas atividades desenvolvidas e nas relações que constituíram a formação da comunidade na Colônia, permitindo-lhes construir as edificações de acordo com as suas necessidades e da Colônia. De acordo com Neumann:

As construções em estilo enxaimel foram minoria nas colônias de Meyer. Em Neu-Württemberg foram mais comuns em algumas linhas coloniais, mas numericamente insignificantes na área urbana, onde as construções rústicas em madeira evoluíram para construções em alvenaria, atendendo aos padrões arquitetônicos modernos do início do século XX⁷¹⁴.

Conforme Pereira⁷¹⁵, as condições particulares de produção, a estrutura política e o sistema social, agem paralelamente aos fatores funcionais, técnicos e ideológicos, resultando em um espaço arquitetônico. Como a Colônia era pequena, os locais de trabalho normalmente eram construídos próximos ou juntos à moradia. E, para facilitar, os colonos construíam todas as benfeitorias próximas à casa, como o paiol, o chiqueiro, o estábulo, o galinheiro, o forno à lenha, etc. (Figura 92).

Figura 92. Residência localizada na Linha Brasil (1920)



Fonte: MAHP (2017)⁷¹⁶.

⁷¹² MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 10.

⁷¹³ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 98.

⁷¹⁴ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 244.

⁷¹⁵ PEREIRA, M. *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*. São Paulo: Pro Editores, 1984, p. 220.

⁷¹⁶ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017 (Segundo o Inventário patrimônio, a casa possuía sótão e porão).

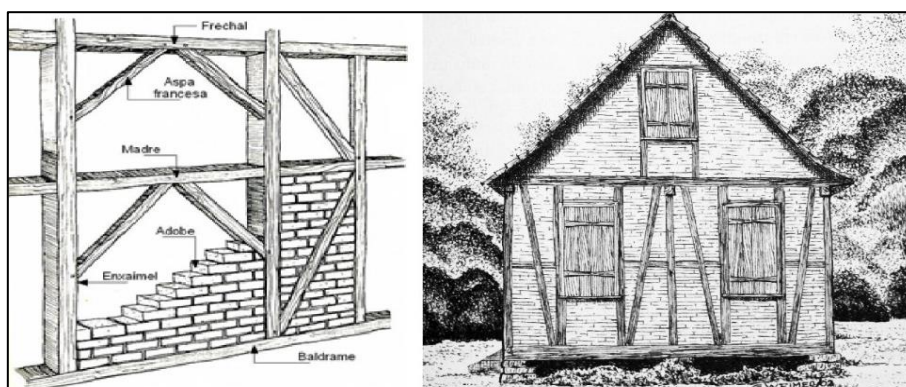
De acordo com Malheiros⁷¹⁷, as primeiras habitações unifamiliares foram adaptadas as condições locais, construídas com a madeira disponível e organizadas em dois ambientes – a cozinha e o dormitório, que era compartilhado por todos os familiares. Assim, segundo Stroeter⁷¹⁸, é preciso entender o espaço arquitetônico não somente a partir de seus aspectos utilitários e tecnológicos, mas também quanto aos seus valores sentimentais e intuitivos. Para o autor, é importante ter como base os estudos sobre a arquitetura vernacular, ou seja, aquela exercida por indivíduos que constroem sem o fardo da solenidade oficial. Uma “arquitetura sem arquitetos” que mesmo alheia aos cânones ditos “civilizados” ou acadêmicos, apresenta grandes conquistas quanto à qualidade artística e especial.

Com a prosperidade da Colônia, as edificações em madeira simples deram lugar a casas mais estruturadas. Neste caso, o vernáculo foi expresso por meio das habitações mais modestas, seguindo a técnica construtiva do enxaimel, em que se utilizava a madeira, existente em abundância, para a confecção das peças estruturais, enquanto para os fechamentos utilizava-se tijolos produzidos pela pequena olaria da Colônia (Figura 93).

Segundo Weimer⁷¹⁹, as peças de madeira encaixadas umas nas outras tinham função basicamente estrutural, pois sustentavam a casa

. Com o passar do tempo, porém, e conforme a técnica ia sendo incorporada nas diferentes localidades, novas maneiras de dispor as madeiras foram criadas, com diferentes formas e desenhos, bem como surgiram os mais variados elementos decorativos.

Figura 93. Imagem da técnica construtiva enxaimel e fachada residencial



Fonte: Coisas da Arquitetura (2015); Archdaily Brasil (2018)⁷²⁰.

⁷¹⁷ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 10.

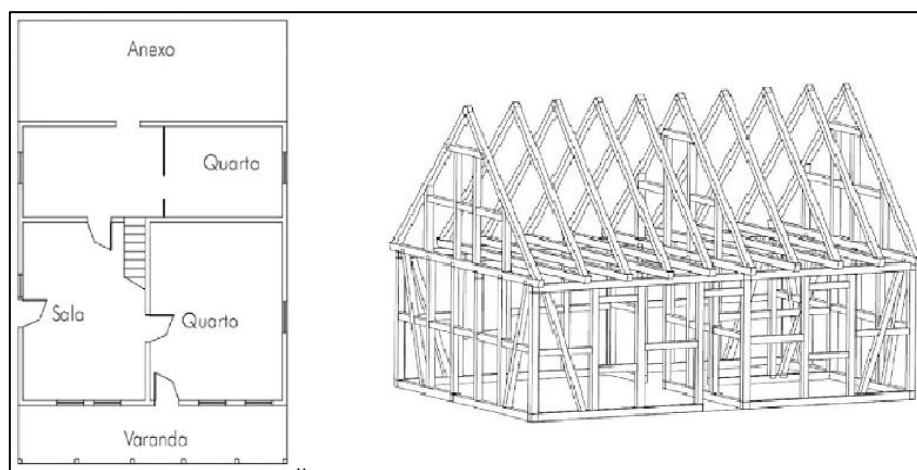
⁷¹⁸ STROETER, J. R. *Arquitetura e teorias*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 63.

⁷¹⁹ WEIMER, Günter. Op. cit., 2005, p. 98.

⁷²⁰ COISAS DA ARQUITETURA. *Imagem enxaimel e fachada*. 2015. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com>>. Acesso em: 22 ago. 2018. ARCHDAILY BRASIL. *Imagem enxaimel e*

Na composição dos espaços de uma residência, normalmente a cozinha ficava localizada no anexo ao fundo da casa, enquanto o banheiro encontrava-se separado do corpo da casa, em função da inexistência de sistema de esgoto, evitando dessa forma, os odores e o mau cheiro (Figura 94). Nesta imagem observa-se a estrutura de toda a residência e o madeiramento do telhado.

Figura 94. Exemplo de uma planta baixa e estrutura de residência em madeira



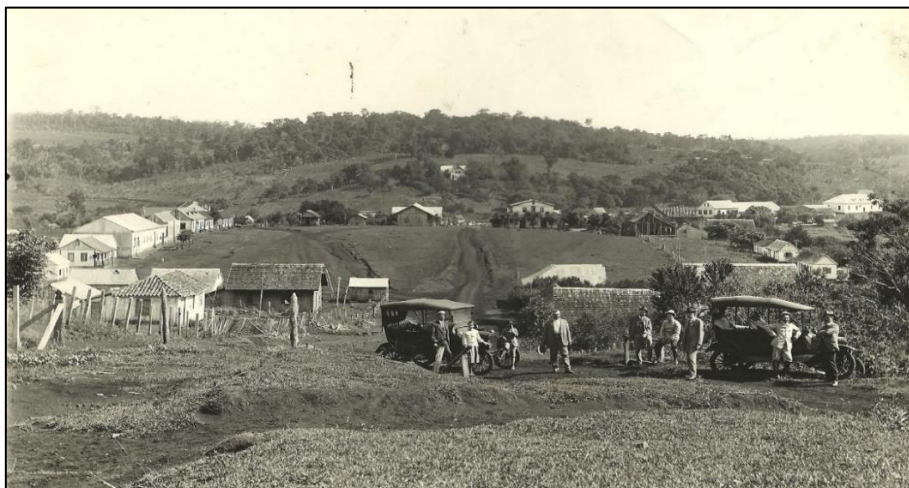
Fonte: IPHAN (2018)⁷²¹.

Nesse período, a Colônia contava com a serraria do Albino Weissheimer, localizada nas proximidades da casa do administrador, assim como o moinho para beneficiamento dos produtos coloniais.

A Colônia Neu-Württemberg traduziu-se na organização do edificado em torno da praça e na estrutura das edificações que se destacavam naquele período (1898 a 1916). Tinha, dessa forma, como “elementos primários”, o edifício administrativo (casa do administrador da Colônia), a casa do imigrante, a paróquia e a escola, que constituíam o fato urbano no período de instalação da *Stadtplatz Elsenau* (Figura 95).

fachada. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

⁷²¹ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Planta baixa e estrutura em madeira da residência*. Disponível em: <<http://casasensexaimel.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

Figura 95. Imagem da *Stadtplatz Elsenau* (1916)

Fonte: MAPH (2017)⁷²².

Naquele mesmo período, a serraria e a olaria representavam os primeiros indícios de crescimento e desenvolvimento que, posteriormente, alavancariam o setor industrial e a geração de energia elétrica.

Observa-se, também, o primeiro armazém da *Stadtplatz Elsenau*, o armazém de Fischer & Franke (Figura 111) e a Cooperativa de Produção e Compra de Neu-Württemberg, a “*Bezugsgenossenschaft*” (Figura 96). O armazém foi construído em 1913 e estava localizado na praça, do lado oposto ao Barracão do Imigrante. Supria as necessidades dos imigrantes que chegavam à Colônia, com a venda de gêneros alimentícios, algum vestuário e equipamentos. Além de armazém oferecia serviços de hospedaria para os viajantes. Em “1991 foi demolido por Senildo Post e em 2010 deu lugar ao Posto de Gasolina Andrioli”⁷²³.

Figura 96. Armazém Fischer & Franke (década de 1910 e 1990)



Fonte: MAPH (2017)⁷²⁴.

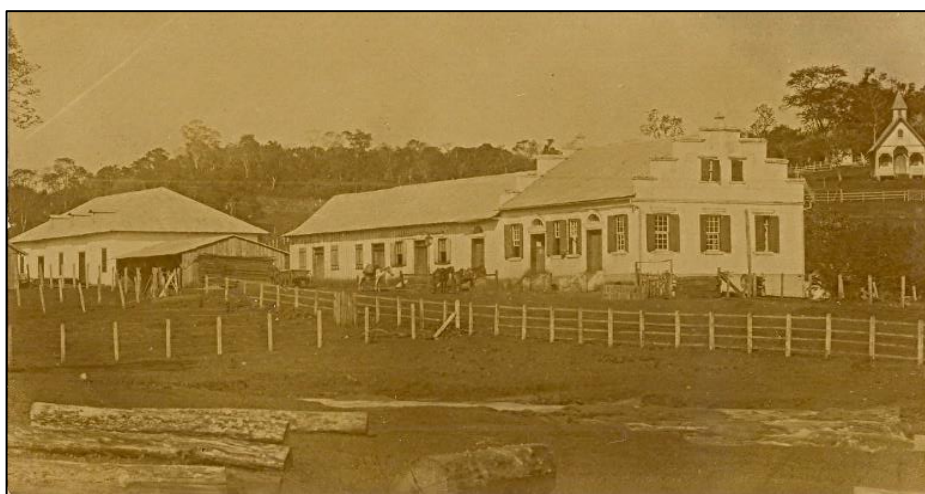
⁷²² MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*, 2017.

⁷²³ Expressão oral do Sr. Hino May no evento “16ª Mostra de Museus e II Exposição Temporária: Resgatando, Pesquisando, Entrevistando e Divulgando Memórias da Praça Engenheiro Walter Faulhaber dos séculos XX e XXI”. Roda de Conversa (Entrevistas na Praça Engenheiro Walter Faulhaber sobre quatro edificações invisíveis).

⁷²⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. Op. cit., 2017.

A cooperativa (Figura 97) foi fundada em 11 de setembro de 1904. A construção do primeiro galpão foi iniciada em 10 de abril de 1905 e inaugurado em 27 de maio de 1905. Em 28 de março de 1907 foi construído um armazém novo. Por volta de 1910-12 foram construídos prédios de alvenaria para moradia do gerente, dependência de varejo comercial e depósito de produtos coloniais no local onde ficava a Algodoeira Panambi, atual Loja Coperpan. Em 1910-20 foi criada uma filial em Condor.

Figura 97. Cooperativa de Produção e Compra de Neu-Württemberg – a “*Bezugsgenossensechaft*”



Fonte: MAPH (2017)⁷²⁵.

Sistematizando o exposto neste item pode-se caracterizar a arquitetura do período nos seguintes parâmetros formais: implantação, volumetria de telhados e materiais utilizados. A implantação das edificações no lote era livre nesse período. As edificações, independente do uso, possuíam as mesmas características formais, configurando edificações com telhados em duas águas e utilização de madeira, tipo de material utilizado na época. Nesse período, iniciou-se o uso do tijolo e da telha de barro, fabricados na própria olaria da Colônia, o que contribuiu para as construções em madeira darem, aos poucos, espaço às de alvenaria.

3.2.3 Referências alemãs na Colônia Neu-Württemberg

Como já visto anteriormente, a arquitetura da colônia Neu-Württemberg nesse período foi caracterizada por construções simples. O enxaimel predominava essencialmente nas tipologias habitacionais. A arquitetura se destacava

⁷²⁵ Id., ibid.

principalmente na casa do administrador da Colônia, na capela e nas casas em alvenaria que começaram a surgir a partir da década de 1920. Assim, a velha *Heimat* funcionava como matriz e sustentáculo da germanidade, uma ponte de ligação com a nova *Heimat*, realimentada e reatualizada constantemente. Faz-se necessário, contudo, estabelecer algumas questões como:

- 1) Quais elementos podem ter influenciado a arquitetura da Colônia?
- 2) Quais eram as ideias que circulavam na Alemanha no momento de implantação do núcleo urbano da *Stadtplatz Elsenau*?
- 3) Quanto à estrutura urbana inicial, quais são as “permanências” que podem ser reconhecidos ainda hoje na cidade?

Pode-se considerar que, pelo fato de Meyer e seu irmão Hans serem proprietários do Instituto Biográfico de Leipzig, muitas publicações do Instituto eram enviadas à biblioteca da pequena Colônia, que no início era localizada na própria escola. Atualmente, essas publicações encontram-se no Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP). Também cabe resaltar a influência dos irmãos Meyer junto à comunidade alemã e, principalmente, junto ao *Reich* alemão, considerando as colônias alemãs na África e Ásia.

A fim de estabelecer algumas relações pode-se considerar as seguintes suposições como referências arquitetônicas e modelos trazidos para a Colônia:

- **Primeiro:** as ilustrações encontradas nas páginas da *Meyers Konversations-Lexikon*;
- **Segundo:** os projetos para as colônias do *Reich* alemão na África, Camarões e Congo, desenvolvidos pela F.H.Schmidt e arquivados no MAHP;
- **Terceiro:** revistas e livros alemães do acervo do arquiteto Theodor Wiederspahn, em especial o catálogo *Modell: Freistehendes, Bürgerliches Einfamilienhaus*⁷²⁶, e a revista alemã *Moderne Bauformen*⁷²⁷.

O **primeiro** modelo permite, a partir das ilustrações da *Lexicon* (Figuras 98, 99, 100 e 101), fazer uma relação entre a arquitetura da pequena Colônia Neu-Württemberg com seus referenciais de origem na Alemanha: a arquitetura da velha

⁷²⁶ Catálogo de desenhos e modelos gráficos para casas unifamiliares para famílias burguesas, na Alemanha. Do arquiteto alemão C. von Seyffarth.

⁷²⁷ De 1902 a 1944, a revista mensal de arquitetura *Moderne Bauformen* foi publicada por Julius Hoffmann Verlag Stuttgart. *Monatshefte para arquitetura e arte espacial*. A revista foi publicada por Max Joseph Gradl, Casimir H. Baer e Paul Klopfer, que eram arquitetos, críticos arquitetônicos, historiadores da arte e artistas. Estes foram conquistados por colegas bem conhecidos como Otto Müller-Jena, Hans Paul Schmohl, Mia Seeger e Joseph August Lux por suas contribuições. Da década de 1930 até o cenário com o número 7-9 do vintage 1944, a revista foi editada por Herbert Hoffmann (UNIVERSITÄT HEIDELBERG. *Moderne Bauformen*. Revista mensal de Arquitetura. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: mar. 2018).

Heimat em um conjunto de residências para trabalhadores – *Arbeiterwohnhäuser I* e a Colônia de *Aktenhof – Kolonie Altenhof* – na Colônia de Alfredshop, na fábrica de aço fundido de Fried (*Kolonie Alfredshof der Gußstahlfabrik von Fried*), localizadas em Nuremberg e Essen, de propriedade de empresa *Krupp*⁷²⁸. Os “modelos” ilustram tipologias residenciais para uma e duas famílias e sua distribuição em planta baixa. Além de áreas de moradia para os trabalhadores, a empresa criou locais de trabalho que incorporaram escolas e sucursais da loja de varejo, em 1863 e, desde o início da década de 1870 crescem rapidamente, adquirindo seu próprio hospital.

Não se pretende estabelecer aqui uma relação de propriedade da colonizadora Herrmann Meyer nos mesmos moldes de uma indústria como a Krupp, na Alemanha. Trata-se, todavia, de estabelecer uma relação de semelhança com o modelo arquitetônico ilustrado na *Lexicon* e que assim como outros materiais impressos, teriam trazido essa ideia de concepção arquitetônica para a colônia Neu-Württemberg.

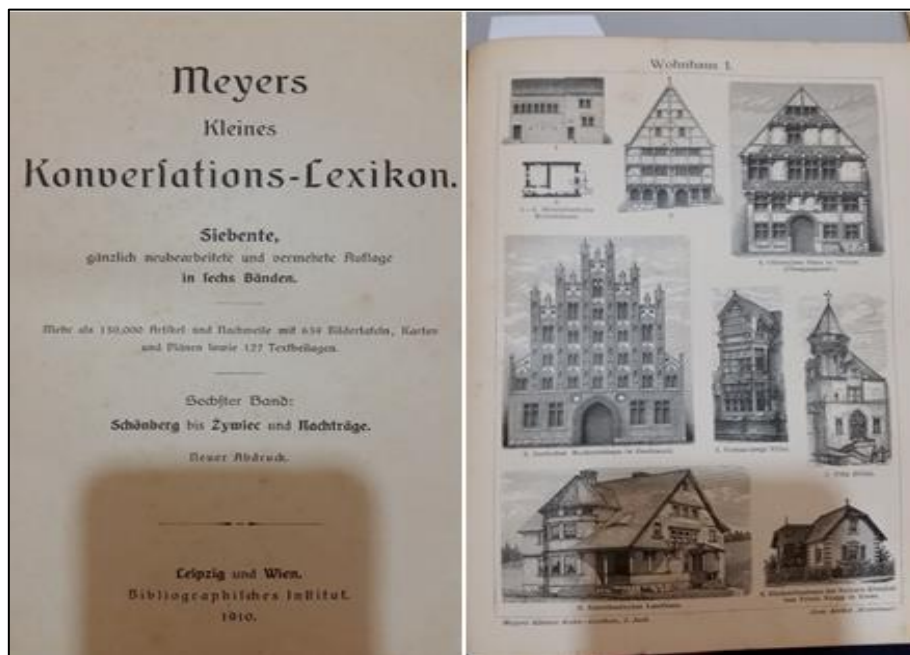
Figura 98. Ilustração da *Meyers Konversations-Lexikon* de exemplares da arquitetura residencial da *Arbeiterwohnhäuser*



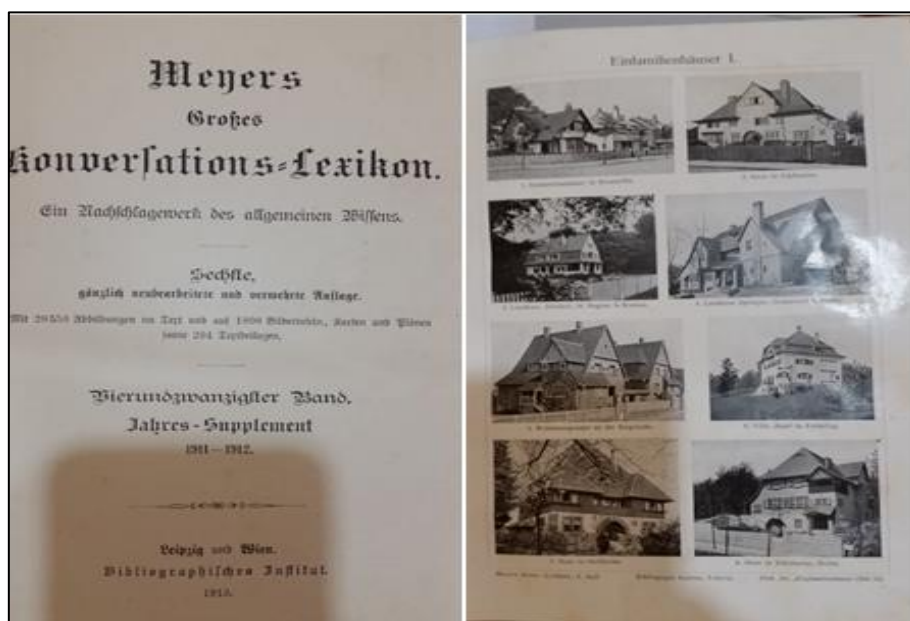
Fonte: MAHP (1897)⁷²⁹.

⁷²⁸ A Krupp AG, atualmente ThyssenKrupp AG, é uma empresa cuja sede se localiza em Essen, na Alemanha. Fundada por Friedrich Krupp (1787-1860) em 1811, mais tarde assumida pelo seu filho, Alfred Krupp (1812-1887). Constitui-se num dos principais grupos industriais do país, tendo se destacado na produção de aço, armas, munições e equipamentos. Seu registro oficial era Fried.Krupp AG (THYSSENKRUPP AG. Disponível em: <www.thyssenkrupp.com/en/company/history/>. Acesso em: nov. 2017).

⁷²⁹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph. Institut*, Leipzig, 1897.

Figura 99. Ilustração da *Meyers Konversations-Lexikon*

Fonte: MAHP (1910)⁷³⁰.

Figura 100. Ilustração da *Meyers Konversations-Lexikon*

Fonte: MAHP (1913)⁷³¹.

⁷³⁰ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph. Institut*, Leipzig, 1910 (contracapa e anexo).

⁷³¹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations – Lexikon. *Bibliograph. Institut*, Leipzig, 1913.

Figura 101. Aldeamento Altenhof de Krupp para trabalhadores em Essen-Rüttenscheid (1905)



Fonte: Thyssenkrupp AG (2017)⁷³².

No **segundo** modelo, os referenciais arquitetônicos da Colônia Neu-Württemberg vão além, e de acordo com o material encontrado no MAHP, também podem ter sido oriundos dos projetos da Construtora F. H. Schmidt⁷³³ para as colônias alemãs do Reich, na África e Ásia. Trata-se da época em que o *Reich* alemão participou da corrida dos países industrializados nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial e à política alemã. O *Reich* alemão tinha como colaboradores vários arquitetos, engenheiros e empresas construtoras que apoiavam e prestavam serviço técnico na instalação de infraestruturas das colônias alemãs⁷³⁴, entre elas Camarões e Congo, onde coincidentemente o geógrafo e investigador Hans Meyer⁷³⁵ também atuava. As principais colônias alemãs na África tinham como investigador e

⁷³² Aldeamento Altenhof de Krupp (THYSSENKRUPP AG. Disponível em: <www.thyssenkrupp.com/en/company/history/>. Acesso em: nov. 2017).

⁷³³ F. H. SCHMIDT BAUUNTERNEHMUNG. Construtora alemã de Franz Heinrich Schmidt, de Altona, Hamburg. Disponível em: <www.deutsche-digitale-bibliothek.de>. Acesso em: fev. 2018.

⁷³⁴ A distribuição espacial das colônias alemãs centrou-se na África e nos Mares do Sul: 1884/85 África do Sudoeste (agora Namíbia), Togo, Camarões, África Oriental (agora Tanzânia, Zanzibar), Nova Guiné e ilhas vizinhas do Pacífico: Kaiser Wilhelm Land e Arquipélago de Bismarck e outras ilhas do Pacífico (1886). A ocupação da baía de Kiautschou na China (1897) seguiu antes da virada do século a incorporação de outras ilhas do Pacífico ao império colonial alemão (FRANKE, Herbert. *A ocupação com a história chinês-alemã*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017).

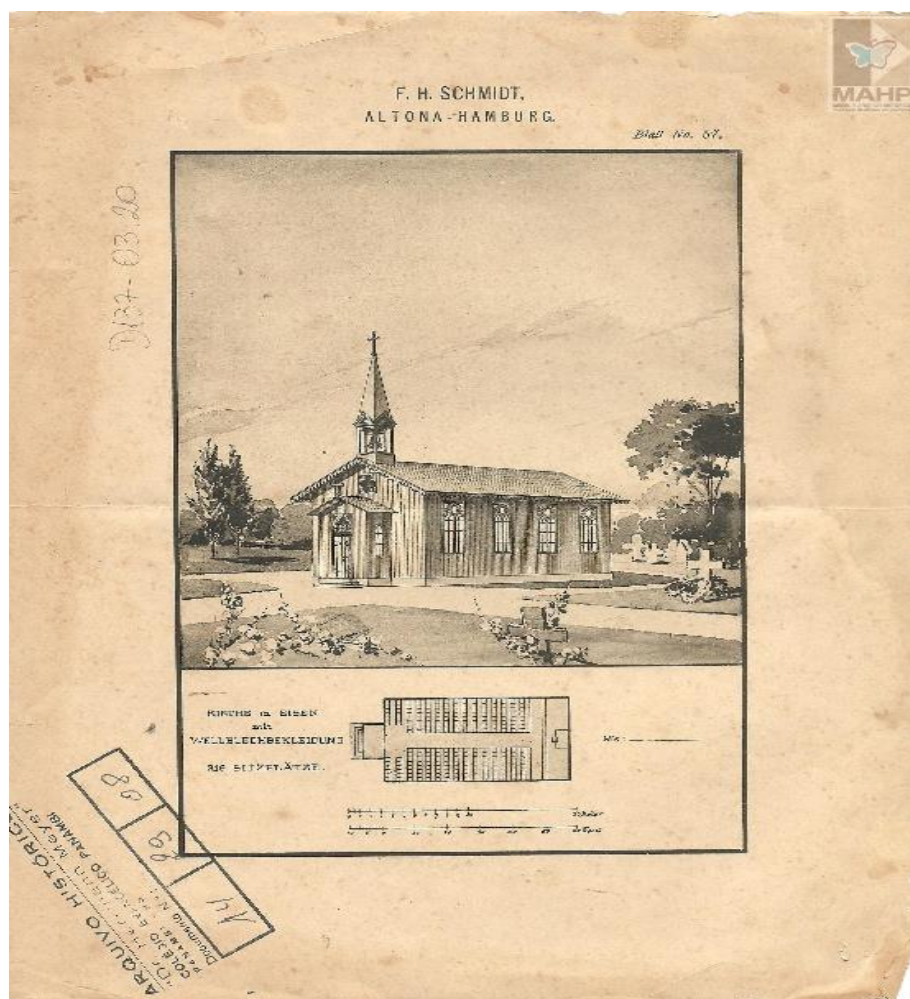
⁷³⁵ Hans Meyer, irmão de Herrman August Meyer, nasceu em Hildburghausen (1858) e faleceu em 1929, em Leipzig. Era geólogo e explorador, estudou Ciência e Ciências Naturais em Leipzig, Berlim e Estrasburgo. Em 1884, entrou no Instituto de publicação de livros da família (*Bibliographisches Institut*). Mas depois dedicou-se a viajar e pesquisar o Leste da Ásia, América do Norte e África do Sul, e escalou o Kilimanjaro, em 1889. Relatou suas viagens em descrições de viagem e trabalhou na editora da família até 1915, quando foi convidado para o Departamento de Geografia Colonial e Política Colonial da Universidade de Leipzig e, ao mesmo tempo, foi Diretor do Instituto de Geografia Colonial até sua morte (HANS MEYER. Disponível em: <[https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_\(utaz%C3%B3\)](https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_(utaz%C3%B3))>. Acesso em nov. 2017).

conhecedor desse universo, o geógrafo alemão Hans Meyer, que era irmão de Herrmann Meyer e que passou grande parte da sua vida dedicada à investigação e conhecimento do vida na África.

Supõe-se, portanto, que teria sido por intermédio do seu irmão Hans que Meyer teria trazido ou enviado a Neu-Württemberg vários desses modelos de projetos que hoje se encontram no MAHP. Observou-se que cada um deles possui uma numeração de página, por isso, deveriam compor um “encarte” ou “livro” de projetos da Construtora F. H. Schmidt nas várias colônias do *Reich* alemão.

Esses projetos “modelos” constituem um conjunto de várias tipologias com usos diferenciados como, por exemplo, igreja, casa de administração, escola, residências, galpões, entre outros. Além da numeração das páginas cada desenho era identificado com o nome da construtora, uma perspectiva com ideia do entorno e a planta baixa cotada. Na Figura 102 observa-se um modelo de igreja.

Figura 102. Projeto de igreja para 216 pessoas sentadas

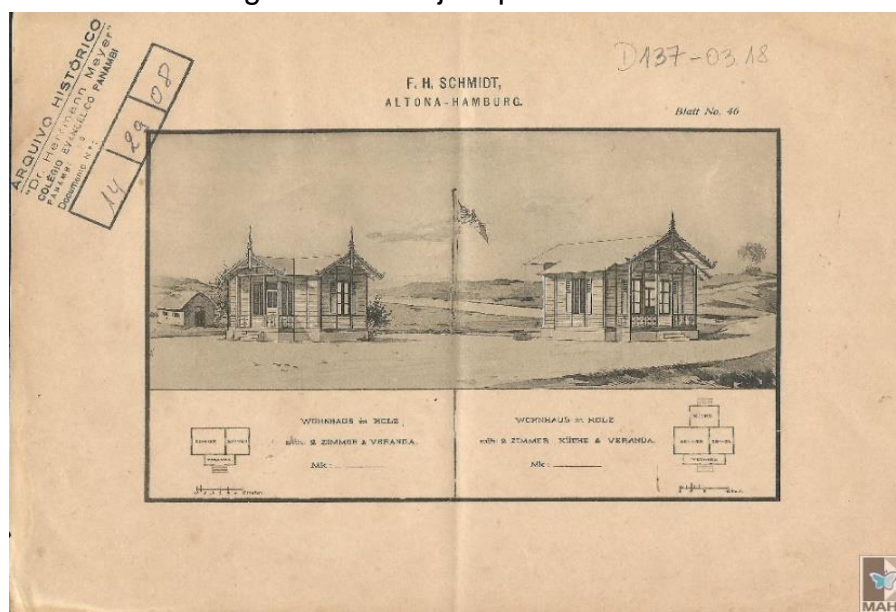


Fonte: MAHP (1913)⁷³⁶.

⁷³⁶ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations – Lexikon. *Bibliograph.* Institut, Leipzig, 1913.

Nos modelos de projetos para moradia (Figura 103) havia duas sugestões: uma apenas com sala e quarto e a outra com a cozinha incorporada na estrutura da casa. Pode-se perceber nesses modelos a semelhança com as primeiras edificações que estruturaram o núcleo inicial da colônia, que são a “casa do imigrante” e a “capela” com “escola”. A casa do administrador seguia os moldes da arquitetura residencial da época, que pode ser observada nas ilustrações da *Meyers Konversations-Lexikon*.

Figura 103. Projeto para moradias



Fonte: MAHP (1913)⁷³⁷.

A influência de Hans Meyer nas colônias alemãs do *Reich* pode ser comprovada na publicação de Ayres D'Ornellas em “*O Imperio Colonial Portuguez*”, durante a Conferência Pronunciada na Liga Naval Portuguesa, em novembro de 1917. Consta nesta publicação:

Segundo os jornais alemães, o professor Hans Meyer, de Leipzig, considerado uma das maiores autoridades alemãs sobre a África, fez uma conferência em Berlim sobre a necessidade de a Alemanha anexar as colônias portuguesas. A Alemanha deve, em primeiro lugar, alcançar Angola, e não somente assegurar-se da posse do nordeste africano português, mas também do território ao sul da Zambézia. O fim colonial alemão deve ser um império central africano assente em três pilares: os Camarões, o sudoeste africano e o leste africano. A África central tropical não é suficiente, e a Alemanha deve assegurar seus caminhos marítimos pela aquisição de bases navais e territórios que pela sua produção balanceiem a desigualdade colonial da África central. Ao Açores e Madeira, assim como as ilhas de Cabo Verde, são indispensáveis, como princípio, e acima de tudo, S. Thomé. Finalmente, deve também entrar na posse da Guiné portuguesa⁷³⁸.

⁷³⁷ Id., *ibid.*

⁷³⁸ Id., *ibid.*

Nessa disputa, havia o ambicioso plano de construir uma colônia modelo na China e de construir uma cidade alemã no Mar Amarelo: *Tsingtao*. O *Reich* alemão, em 1898, foi a primeira das potências estrangeiras na China a denominar a terra como um território arrendado com soberania extraterritorial⁷³⁹.

Esse não era, porém, o caso do Brasil. Aqui as colônias alemãs, como já visto no capítulo 2, item 2.3.1.1, eram de origem oficial do governo ou de iniciativa particular, como Neu-Württemberg. Os imigrantes se estabeleciam numa estrutura previamente organizada com o objetivo de trabalhar e cultivar a terra para conquistar e construir sua nova *Heimat*. Nada tinha a ver com o “colonialismo alemão”, que aconteceu no Sul da África (Namíbia, Camarões, Tongo) e no leste da África (Tanzânia, Burundi, Ruanda), em 1884, ou no norte da China (Kiaochow) e nas Ilhas do Pacífico (Samoa, Nova Guiné), em 1890.

É importante considerar, porém, que nesse cenário, na Berlim de 1913, surgiu a discussão sobre o “*status* da arquitetura nas colônias alemãs”⁷⁴⁰. A discussão se deu entre os mais conceituados arquitetos e críticos da arte, como Henry van de Velde, Hermann Muthesius, Bruno Taut, Walter Gropius, entre outros, juntamente com o historiador de arte e presidente do *Bund Heimatschutz* – Liga de Proteção da Pátria – no caso alemão. A discussão criticou a excessiva ornamentação da “*Style architecture*” utilizada até então. Os arquitetos lamentaram a falta de objetividade nos planos de moradias que proliferam nas cidades como Qingdao. Naquele momento foram levadas em consideração as medidas da administração colonial alemã em Dar es Salaam, que conseguiu desenvolver algumas formas de habitação padrão. Eles se referiam às tipologias de casas pré-fabricadas, simples e racionais que os fabricantes alemães, no caso F.H. Schmidt, produziam e enviavam para as colônias nos Camarões. Presume-se, portanto, que teriam sido esses “modelos” que chegaram à colônia Neu-Württemberg no início do século XX. Além dos modelos das Figuras 102 e 103, ainda foram encontrados modelos de projetos para residência e armazém, escola, edifício fábrica e armazém, em Bibundi, Camarões e Zanzibar.

Como argumenta Osayimwese, em sua obra, *Colonialism and Modern Architecture in Germany*,

⁷³⁹ STÖLZL, Christoph. *Vorwort*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

⁷⁴⁰ OSAYIMWESE, Itohan. *Colonialism and modern Architecture in Germany*. Culture, Politics & Built Environment Hardcover, June 23, 2017.

[...] a imagem impressionante dos mestres que discutem o colonialismo e a arquitetura é verdadeira se considerarmos que eles trocaram pontos de vista e moldaram a política através de uma série de exposições, concursos, reuniões, palestras, artigos de revistas, livros, correspondência e edifícios e espaços reais que alcançaram pelo menos a década de 1890 e continuaram no período entre guerras [...] ⁷⁴¹.

A exemplo disso, considera-se que as exposições, principalmente a partir da Exposição de Berlim, em 1896, a maior já realizada, criaram condições intelectuais e materiais para as experimentações arquitetônicas. Nesta exposição foram apresentados e executados projetos da F. H. Schmidt que representavam a indústria da pré-fabricação alemã, e que tinham sobreposições de origens coloniais, religiosas e militares. Segundo o mesmo autor, na “Exposição Colonial Alemã” da Feira de Berlim, a ciência estava intimamente ligada ao comércio. O aspecto científico da exposição incluiu apresentações de geografia colonial, demografia, etnografia, religião, matérias primas e amostras de equipamentos, além de modelos em escala de estruturas industriais, como a Casa Tropical ⁷⁴².

[...] A especificidade da exposição era seu caráter condensado e híbrido. O tempo e o espaço foram intensificados em formas sem precedentes que estimulavam novos tipos de ação comunitária e individual. Em sua análise incisiva do “complexo expositivo”, Tony Bennett argumentou que as exposições eram um dos vários sites institucionais que se cruzavam, inscreviam e transmitiam uma nova mensagem de poder [...] ⁷⁴³.

A “Exposição Colonial Alemã”, de 1896, coincidiu com o período em que os irmãos Meyer estavam intensamente envolvidos em suas explorações no Brasil e na África. Era nesse contexto que estavam inseridos, divulgando suas pesquisas e descobertas, contribuindo com o conhecimento empírico de suas explorações.

No **terceiro** modelo, finalmente, pode-se considerar como referências arquitetônicas e modelos trazidos para a Colônia, o material que constitui o acervo pessoal do arquiteto Theodor Wiederspanh. Este acervo é constituído de projetos, desenhos e vários materiais impressos, como revistas e livros alemães, e que atualmente se encontram disponíveis para consulta no Delfos ⁷⁴⁴ da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-RS). É evidente que esse material tenha sido trazido da Alemanha pelo próprio arquiteto, e extremamente utilizado em seus

⁷⁴¹ Id., *ibid.*, p. 31.

⁷⁴² Id., *ibid.*, p. 31.

⁷⁴³ Id., *ibid.*, p. 31

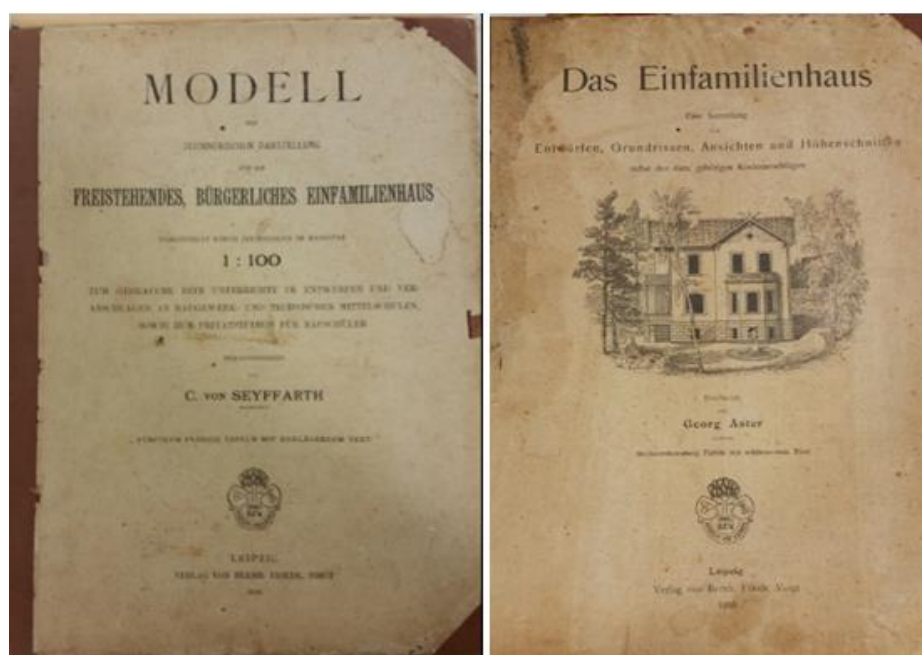
⁷⁴⁴ DELFOS. Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC-RS. *Theodor Alexander Josef Wiederspanh*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017).

projetos, como no Palácio de Intendência, de Cruz Alta. Esse tipo de bibliografia trazida da Alemanha circulava pela capital riograndense em escritórios de Engenharia, Arquitetura e entre profissionais da área.

Em consulta a esse material encontrou-se modelos de “palacetes”, ou seja, residências de classe média alta. Pode-se perceber a semelhança de linguagem e expressão arquitetônica desses palacetes com a *Administrat Gebäude*, edifício administrativo e casa do administrador da colônia Neu-Württemberg.

Dentre os referenciais do acervo de Theo Wiederspanh que vieram da Alemanha para o Brasil, pode-se citar a obra do arquiteto alemão C. von Seyffath, “*Modell: Freistehendes, Bürgerliches Einfamilienhaus*”⁷⁴⁵ (Figura 104), datada de 1900, a qual constitui-se de uma coletânea de projetos de casas burguesas. Entre os arquitetos que compõem esta coletânea pode-se citar Georg Aster.

Figura 104. Capa e folha de rosto da coletânea de C. von Seyffath



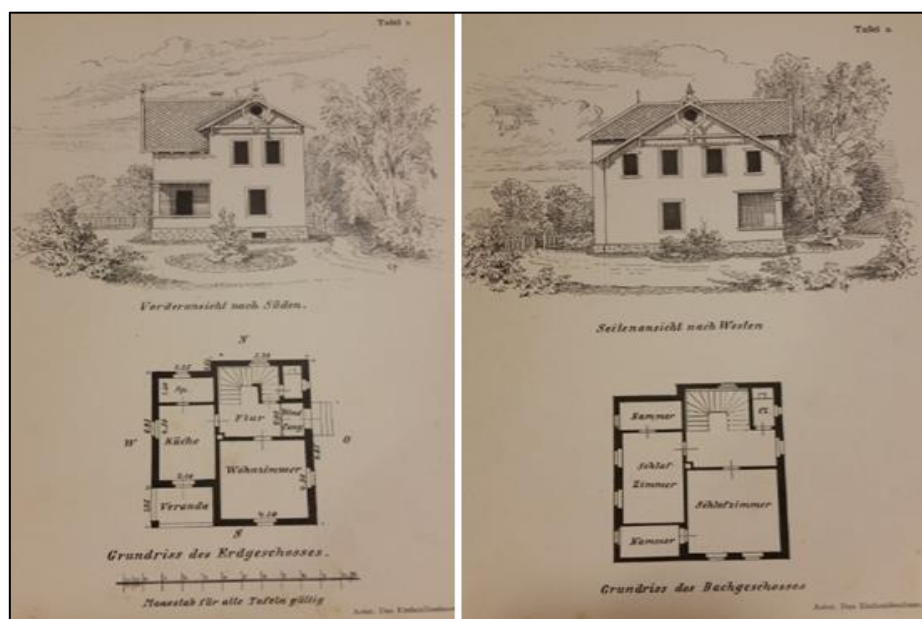
Fonte: Delfos (2017)⁷⁴⁶.

No decorrer da obra encontra-se um modelo com as fachadas (Sul e Oeste) e, respectivamente, as plantas baixas (térreo e superior) (Figura 105).

⁷⁴⁵ “*Casa da Família Burguesa*” (tradução literal pela autora).

⁷⁴⁶ DELFOS. Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC-RS. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017).

Figura 105. Vista das fachadas Sul e Oeste com plantas térreo e superior



Fonte: Delfos (2017)⁷⁴⁷.

Em relação à disposição das áreas observa-se que essas se assemelham à casa do administrador da Colônia Neu-Württemberg. As residências possuem um acesso principal pela varanda de entrada, que direciona à circulação principal e à escada, sob a qual encontra-se o lavatório. A cozinha está ligada ao restante da casa, porém, possui um acesso de serviço, com varanda e despensa. Na planta superior, sob o sótão, observa-se os dois quartos de dormir com seus respectivos armários.

Quanto à implantação, as casas encontram-se livres sobre o terreno arborizado e com jardins. Como na obra *Das Bautechnikers*⁷⁴⁸, editado por Hans Issel, em Leipzig (Germany), em 1912, que no capítulo VIII, item 1, revela “A influência do telhado sobre a aparência da casa”, descrevendo os reflexos dessa arquitetura no urbanismo das cidades na Alemanha, que:

*[...] Im Städtebau aber war mittlerweile eine Veränderung insofern eingetreten, als der umschließende Mauerring durchbrochen und Raum für freiere Entwicklung der Bauplätze geschaffen wurde. In den slob neubildenden Vorstädten entstanden jedoch zumeist Wohnhäuser der Kleinbürger, die klein in der Grundrissanlage und billig im Aufbau sein mussten.[...]*⁷⁴⁹.

⁷⁴⁷ Id., *ibid.*

⁷⁴⁸ “*As técnicas de construção*” (tradução literal pela autora).

⁷⁴⁹ “No campo do desenvolvimento urbano, no entanto, à medida em que o papel da parede fechado (casas em fita) foi violado mudou, dando origem a um espaço com o desenvolvimento de locais e de construções mais livres. Nos novos subúrbios da *Slob Image*, por outro lado, a maioria das casas pequeno-burguesas são de tamanho pequeno e de construção barata.” (ISSEL, Hans. *Das Bautechnikers*. Verlag von Bernh. Friedr. Voigt. Leipzig. 1912, pp.142-143) (tradução literal pela autora).

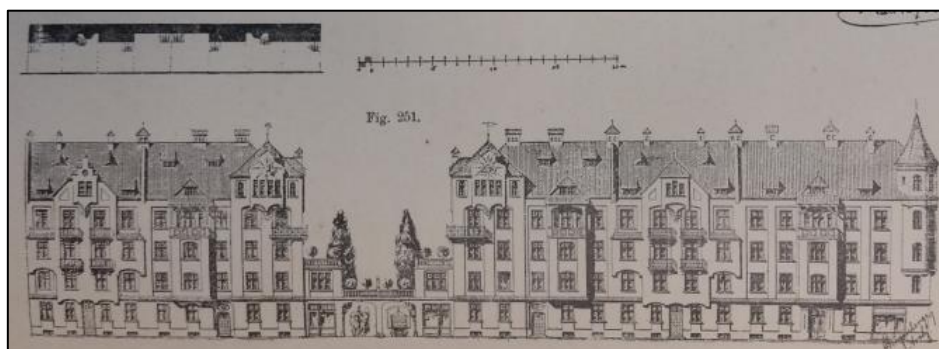
Essa realidade pode ser observada nas ilustrações da obra (Figura 106 e 107).

Figura 106. Casas unifamiliares isoladas



Fonte: Issel (1912)⁷⁵⁰.

Figura 107. Habitação popular em fita



Fonte: Issel (1912)⁷⁵¹.

A edificação de residência unifamiliar (Figura 107) remete à semelhança com a casa do administrador, na planta da colônia de 1906, cuja implantação era livre no lote, constituída por grande área de pomar, horta e galpão, originando outos locais e espaços dentro do lote. Essa implantação era característica das casas de classe alta (burguesa) e se diferenciava das casas de habitação popular da época na Alemanha.

Quanta à volumetria dos telhados, esses possuíam grande caimento, o que viabilizava a utilização do sótão e o surgimento de “Mansardas”⁷⁵², característica da arquitetura do norte europeu. Issel assim se refere a essa forma de telhado:

⁷⁵⁰ Id., *ibid.*, p.147.

⁷⁵¹ Id., *ibid.*, p. 148.

⁷⁵² Tipo de tesoura (estrutura do telhado) que permite o aproveitamento do desvão do telhado, constituindo um cômodo denominado “sótão”. O nome “mansarda” deve-se a Mansard, arquiteto de Luiz XIV. Os telhados tipo Mansard eram geralmente cobertos com telhas de ardósia e dispunham de

[...] Es ist eine auffallende Tatsache in unserem Häuserbau seit der Jahrhundertwende, — das steile, weithin sichtbare und wirkungsvolle Dach der altdeutschen Bauweise ist wieder da, — der so lange Zeit vernachlässigte und hintangesetzte obere Abschluss der Fassade ist wieder zu Ehren gekommen! — Am freistehenden Familienhause, dessen Gestaltung in der Silhouette wohl am meisten nach einer liebevollen Behandlung der Bedachung verlangt, sind zuerst die flachen uninteressanten italienischen Dachformen verdrängt worden und nun ist auch am grossstädtischen Miethause eine dahingehende Veränderung zugunsten des Daches eingetreten. Wir sind damit allerdings unleugbar altmodisch geworden, — aber das schadet nichts, — wir haben uns zugleich auf uns selber besonnen, auf Urväter Gebrauch und Gewohnheit, wie sie sich für unsere Witterungseinflüsse als zweckmässig erwiesen haben und wie sie bei unserem vorzüglichen Ziegelmaterial umsomehr für die Neubelebung berechtigt geworden sind.[...] ⁷⁵³.

Ainda sobre o material encontrado no acervo do arquiteto Theo Wiederspahn, não se pode deixar de citar a revista de arquitetura da início do século XX, a *Moderne Bauforme* (Figura 108). O que tornava essa relação significativa era a semelhança das imagens e perspectivas de espaços interiores trazidos pela revista, e que são extremamente semelhantes ao design de interiores da casa do administrador da colônia.

A revista *Moderne Bauforme* tinha ampla repercussão na Alemanha e tratava de assuntos relacionados à arquitetura, urbanismo, *design* de interiores, entre outros. Os projetos modernos abordavam as tendências internacionais de *design* arquitetônico e de interiores, modas arquitetônicas, *design* industrial, jardinagem e temas de *design* urbano, e em cada edição apresentavam arquitetos líderes ou novos e icônicos edifícios nacionais e estrangeiros⁷⁵⁴. Suas páginas eram compostas por imagens e ilustrações de casas e palacetes, assim como desenhos coloridos de interiores, com detalhes em painés e escadas em madeira. Também continham instruções específicas sobre mobiliário doméstico, construção e detalhamento de móveis.

janelas denominadas “trapeira”, para iluminação, ventilação e dar acesso ao telhado (MANSARDAS. *Tipo de tesoura (estrutura do telhado)*. Disponível em: <<http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-mansarda.html>>. Acesso em: nov. 2017).

⁷⁵³ “É um fato marcante em nossas casas desde a virada do século, o telhado íngreme, amplamente visível e efetivo da antiga construção alemã está de volta, o alto e insignificante extremo superior da fachada voltou em honra! Na destacada casa unifamiliar, cujo *design* na silhueta provavelmente requer um tratamento amoroso da cobertura, as formas de telhado italiano desinteressantes e desinteressadas foram deslocadas, e uma mudança pertinente em favor do telhado também é inserido no *Metropolitan Miethause*” (ISSEL, Hans. Op. cit., 1912, p. 143) (tradução literal pela autora).

⁷⁵⁴ UNIVERSITÄTS HEIDELBERG ZUKUNGT. Universitäts Bibliothek. *Bool A Librarian*. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Figura 108. *Moderne Bauformen*, revista de arquitetura do início do século XX



Legenda: 1) Capa da revista *Moderne Bauforme*; 2) Detalhe da escada e detalhes de painéis de madeira; 3) Detalhe do “canto alemão”; 4) Imagens de uma residência; 5) plantas baixas.

Fonte: Delfos (2017)⁷⁵⁵.

O exposto neste item permite refletir sobre os referenciais arquitetônicos da Colônia Neu-Württemberg e suas prováveis origens, considerando que ela possuía uma administração centralizada nas mãos de Herrmann Mayer e seus administradores. São incontestáveis, porém, as influências postas e descritas neste item, visto a semelhança das primeiras edificações implantadas no núcleo urbano, como a casa do administrador, o barracão do imigrante e a capela, as quais possuem relação com as referências descritas:

⁷⁵⁵ Imagens da revista *Moderne Bauforme* que compõem o acervo de Theodor Wiederspanh (DELFOFOS. Espaço de Documentação e Memória Cultural. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017).

- **Primeiro:** as ilustrações encontradas nas páginas da *Meyers Konversations-Lexikon* estão associadas e remetem ao estilo arquitetônico da casa do administrador da colônia, e continuam sendo referência para outras edificações que foram sendo construídas na colônia nas décadas seguintes.
- **Segundo:** os projetos das colônias do *Reich* alemão na África, Camarões e Congo, desenvolvidos pela F. H. Schmidt e encontrados no MAHP, estão associadas e remetem ao estilo arquitetônico da capela e do barracão do imigrante.
- **Terceiro:** revistas e livros alemães do acervo do arquiteto Theodor Wiederspahn confirmam a relação com o estilo arquitetônico da casa do administrador da colônia e, principalmente, com seu *design* de interiores, onde se destacam a escada com os primeiros degraus curvos, os painéis de madeira na decoração, e o mobiliário como, por exemplo, a copa, comumente chamada de “canto alemão” (mesa com bancos embutidos e painéis em madeira).

Assim, os próximos itens deste capítulo seguem com a descrição do processo histórico e de desenvolvimento da colônia, possibilitando justificar as três questões expostas anteriormente. É imprescindível considerar, porém, que outros fatores e atores possivelmente tenham influenciado os referenciais arquitetônicos da Colônia Neu-Württemberg, mostrando-se os mais marcantes e significativos, uma vez que são visíveis na paisagem urbana ao longo dos tempos, e ainda permanecem na memória e paisagem.

3.3 SEGUNDO PERÍODO (1916-1937): A REORGANIZAÇÃO DO TRAÇADO EM FUNÇÃO DA TOPOGRAFIA

Em 1916, a Colônia Neu-Württemberg foi denominada 8º Distrito de Cruz Alta e, assim, passou a uma estrutura administrativa própria – o subprefeito Capitão Mynoli Gomes de Amorim (1916 a 1924)⁷⁵⁶. De 1915 a 1926, Eduard Hempe trabalhou como guarda-livros e, com o falecimento de Faulhaber, assumiu a direção da empresa, até 1940, quando foi substituído por seu genro, Paul Pflüger, que concluiu a liquidação dos negócios da Colonizadora, atuando como tal até 1967. No total, a empresa contou com seis administradores (Tabela 2), além do guarda-livros⁷⁵⁷.

⁷⁵⁶ WEHRMANN, Bruno Guido. Op. cit., 2015 (contra-capas: “Fatos históricos significativos”).

⁷⁵⁷ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 83.

Tabela 2. Funcionários da Administração da Colonizadora Meyer

Administrador/diretor da Colonizadora Meyer		Guarda-livros		Proprietário da Colonizadora
Nome	Período	Nome	Período	
Carlos Dhein	1897-1900	Juegling Schütz	1898-1899 1900	Herrmann Meyer
Horst Hoffmann	1901-1903	Ernesto Laurent	1901-1903	Herrmann Meyer
Alfred Bornmüller	1903-1908	João Diehl Filho	1903-1909	Herrmann Meyer
Hermann Faulhaber	1908-1926	Otto Deiss Eduard Hempe	1909-1915 1915-1926	Herrmann Meyer
Eduard Hempe	1926-1940			Sucessão Elisabeth Meyer (1932-1948)
Paul Pflüger	1940-1967			Sucessão Elisabeth Meyer (1932-1948) Herança: Gertraud e Annemarie Meyer (1949-1968)

Fonte: Neumann (2016)⁷⁵⁸.

Corresponde ao período de grandes transformações urbanas tendo como motor o desenvolvimento econômico e o surgimento das primeiras indústrias. Apesar de ser distrito de Cruz Alta, o município não exercia grande influência sobre a colônia, relacionando-se a empresa colonizadora com os colonos que adquiriam as terras.

Havia, porém, um local destinado à atuação do subprefeito e subdelegado, Capitão Mynoli Gomes de Amorim. Segundo os parâmetros de construção do Código de Posturas de Cruz Alta daquela época, o prédio da subprefeitura (Figura 109) na colônia era uma edificação simples. Em alvenaria de tijolos, com embasamento de pedras, fachada com porta e janelas com balcão, detalhes em cantaria e platibanda.

Figura 109. Prédio da subprefeitura da Colônia Neu-Württemberg (década de 1920)



Fonte: Neumann (2016)⁷⁵⁹.

⁷⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 83.

⁷⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 83.

O Código de Posturas que definia o regulamento das construções de prédios e arruamentos de Cruz Alta não era aplicado na Colônia Neu-Württemberg, ou seja, a municipalidade não interferia nos seus assuntos. O mesmo, porém, não acontecia quanto ao regulamento e cobrança de impostos sobre serviços e indústria que, naquele período de crescimento ascendente eram muito altos, e seus valores não retornavam à Colônia sob a forma de investimentos em infraestrutura.

A colônia se desenvolvia em suas próprias bases, alavancada pelo trabalho árduo dos colonos, produtores rurais, pequenas indústrias e serviços. Soma-se a isso a importância da via férrea no acesso à colônia. Em 31 de maio de 1897 foi inaugurada a Parada Belizário – localizada na Estância de Belizário Amaral, que foi elevada à categoria de Estação (Figura 110) em 13 de novembro de 1922⁷⁶⁰.

Quando o transporte do interior era feito a cogote de boi e peito de equino (carretas e carroças), a Estação de Belizário já transformada em povoado desde a sua formação, já prestava relevantes serviços ao 4º Distrito de Cruz Alta, depois criado como 8º Distrito, denominado Neu-Württemberg, e sucessivos nomes até se tornar a cidade industrial, Panambi, Cidade das Máquinas no Vale das Borboletas Azuis⁷⁶¹.

Figura 110. Estação Belizário (década de 1920)



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil (2017)⁷⁶².

Os moinhos, as serrarias e as ferrarias iniciais eram hidráulicas e necessariamente deveriam estar próximas das quedas dos rios que moviam as rodas d'água, geradoras de força motriz (de acordo com o item 2.3.1, capítulo 2, desta tese).

⁷⁶⁰ MALHEIROS, Adil. Op. cit., 1990, p. 42.

⁷⁶¹ Id., ibid., 1990, p. 42.

⁷⁶² ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Estação Belizário*. 2017. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/belisario.htm>. Acesso em: mar. 2018.

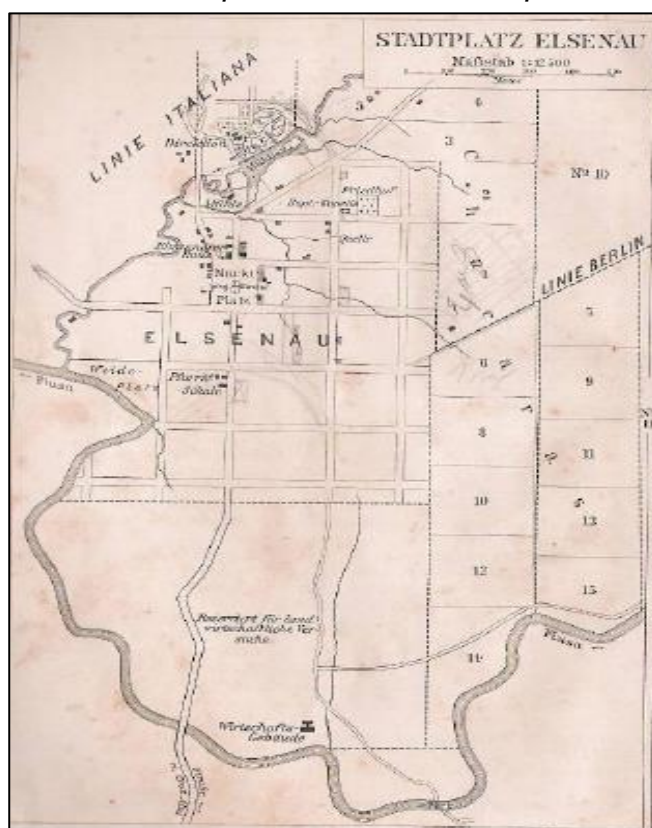
Os primeiros moinho e serraria estavam localizados próximos à casa do administrador e, inicialmente, pertenciam a Karl Wagner (conforme planta do povoamento). Foram, posteriormente, adquiridos por Albino Weissheimer, que fez melhorias de infraestrutura na propriedade e nas instalações do moinho, implementando uma turbina de 5 CV e um gerador. Em 1916 passou a produzir energia elétrica para os consumidores do povoado, bem como foi utilizada na iluminação pública. Ainda sob administração de Hermann Faulhaber⁷⁶³ (1908-1926), o desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg acendeu a cada ano.

O traçado da área urbana se ampliou, entretanto, o núcleo inicial se manteve a partir da praça. Devido à topografia do local, novas ruas foram traçadas, adaptando-se à realidade, originando, assim, um novo traçado (Figura 111 A-B).

Esta planta de 1906 (A) foi redesenhada e o esboço (B) feito pela administração corresponde a topografia local, onde constam traçadas ruas oblíquas e curvas, gerando grandes quarteirões que, futuramente, foram dotados de passagens e escadarias para pedestres.

Figura 111. Plantas de *Stadtplatz Elsenau* e *Stadtplatz Neu-Württemberg*

A



⁷⁶³ “A colônia começaria a progredir realmente depois da contratação do jovem teólogo Faulhaber, em 1901”. Nascido em 19 de abril de 1877, em Triensbach, município de Crailsheim, em Württemberg (Alemanha) e falecido em 8 de julho de 1926, na Colônia Neu-Württemberg (Brasil) (FAUSEL, Erich. Op. cit., 1949).

B



Legenda: A) Planta *Stadtplatz Elsenau* (1906); B) Planta definitiva do *Stadtplatz* Neu-Württemberg, (s.d.). Fonte: MAHP (2017)⁷⁶⁴.

A produção agrícola, apesar de alguns períodos de seca, incentivou o surgimento de pequenas ferrarias e oficinas para atender as demandas do trabalho nas lavouras de milho, trigo, cana de açúcar, fumo, entre outros produtos. Neumann destaca nesse sentido que:

A produção agrícola consistia na base econômica da colônia, em paralelo, estava o setor industrial, sob a forma de pequenas oficinas artesanais ou fábricas, que processavam a produção agrícola, bem como fabricavam os instrumentos de trabalho para a lavoura e demais utensílios necessários⁷⁶⁵.

Os colonos empenharam-se na produção de sementes e diversificação da produção, contando, por um período, com a Estação Experimental que tinha o objetivo de realizar experimentos com produtos e sementes europeias que se adaptassem ao clima da região. Assim, a produção de culturas na colônia foi evoluindo.

A pecuária, principalmente suína, abastecia a colônia e toda a região com seus derivados. A colônia iniciou um processo de vender seus produtos para as cidades da região e também para a capital do Estado. Este foi um período de grandes evoluções

⁷⁶⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

⁷⁶⁵ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 566.

na colônia, e coincidiu com a vinda da terceira leva de imigrantes alemães, que vinham para trabalhar na lavoura. Como a maioria, porém, já possuía uma formação técnica especializada acabava optando pela oficina para fugir do trabalho árduo da lavoura, segundo registro de 1916 (Tabela 3) constata-se as principais profissões.

Tabela 3. Atividades industriais e profissionais existentes na colônia entre 1910 e 1925

Estabelecimentos	Em 1910	Em 1914	Em 1925
Ferreiros	3	5	9
Funileiros	1	1	5
Alfaiates	1	4	6
Sapateiros	1	2	5
Marceneiros e Carpinteiros	7	10	7
Serrarias	2	5	10
Moinhos	2	5	6
Olarias	2	4	7
Cervejarias	1	2	2
Fábricas de cachaça	2	2	-
Fábricas de gasosa	0	2	1

Fonte: Neumann (2016)⁷⁶⁶.

A praça veio a funcionar como o local de encontro, correspondendo correspondendo a localização do primeiro armazém, de propriedade de Fischer e Franke, da década de 1910. Funcionava também como hospedaria para os imigrantes que chegavam.

A primeira planta trazia assim uma proposta com uma organização de três praças distintas, evocando as antigas cidades medievais, onde o espaço era limitado pelas edificações, servindo apenas para a circulação de pedestres e animais. Com a introdução do automóvel a praça passou a um espaço vazio sem delimitações onde pastagens e carros dividiam espaço de circulação com os animais.

Mais tarde surgiram edificações importantes no seu entorno, como: a casa Comercial Adolfo Kepler Júnior (Figura 112:1), de 1920, que passou a ser Farmácia Hisserich a partir de 1926. Construída com embasamento de pedras e alvenaria de tijolos e telhado em duas águas, constitui-se num exemplar da tipologia daquele período. A Farmácia Apotheke (Figura 112:2), também de 1920, localizada na esquina oposta da praça e construída dentro dos mesmos parâmetros, foi marcada por um diferencial no telhado – a mansarda. E a Casa Comercial Heirich (Figura 112:3), de 1925, localizada na mesma calçada das edificações anteriores. Todas com telhados em duas águas e sótão, característica da arquitetura centro-europeia do final século XIX e início do século XX, consolidando-se o tecido urbano.

⁷⁶⁶ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 570.

Figura 112. Estabelecimentos comerciais da década de 1920



Legenda: 1) Casa Comercial Adolfo Kepler Júnior; 2) Farmácia Apotheke; 3) Casa Comercial Heirich. Fonte: MAHP (2017)⁷⁶⁷.

Do lado oposto da praça (Oeste), além do comércio e de pequenos serviços, como a sapataria e a hospedaria, ficava o Salão Goldhardt (Figura 113). Construído na década de 1910, o Salão Goldhardt começou a funcionar fornecendo refeições. No período de 1927 até 1940 também era um ponto de cultura, pois acolhia diversas atividades musicais e de teatro. Atrás da tela de projeções havia uma pequena sala, uma espécie de camarim, que abrigava pequenas orquestras, cantores ou apresentações de caráter religioso. Esta pequena repartição também mantinha um piano que acompanhava musicalmente o cinema mudo da época.

Figura 113. Salão Goldhardt (década de 1910)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁶⁸.

O local também reunia políticos, sediava exposições, como as *Ausstellung*, e tinha uma área de jogos de xadrez, constituindo-se num grande ponto de encontro, mesmo com seus diferentes usos ao longo de tempo, desde hotel, salão de bailes e

⁷⁶⁷ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

⁷⁶⁸ Id., *ibid.*

restaurante, entre outros. Sediou importantes acontecimentos, como formaturas de grupos escolares, bem como reuniões para a emancipação da comunidade. A modernidade era evocada com a presença de imigrantes de diversas regiões da Europa, o que foi potencializado com a presença do cinema. O local sediou um salão de baile e estalagem. Após um tempo, pela presença de projetores vindos da Alemanha por intermédio da Família Klos, foi possível iniciar sessões com projeção de filmes mudos em preto e branco.

Vários fatores interferiram no desenvolvimento da colônia, como o descaso da municipalidade e a destituição do subprefeito e subdelegado, Capitão Mynoli Gomes de Amorim, em 1924, que foi intensificada com a morte de Hermann Faulhaber (08/07/1926), tornando a situação difícil naqueles dias. Além da falta de Hermann Faulhaber como liderança maior da colônia houve, ainda, a retirada definitiva da Colonizadora Meyer.

Da capacidade de trabalho dos habitantes daquele recanto de Cruz Alta, diz bem alto o incremento que vão tendo as pequenas indústrias em perspectiva de um desenvolvimento maior. O que admira é o espírito de realizações práticas, despidas de teorias absurdas de industrialização sem base. É uma lição de pensamento e ação apesar de todos os entraves opostos à marcha ascensional do progresso. É uma força capaz de construir o que todos os esforços teóricos que fogem às leis de Economia não puderam fazer⁷⁶⁹.

As necessidades de infraestrutura na colônia eram muitas e os colonos reivindicavam ações da municipalidade por meio do grupo de lideranças formado por colonos – a União Colonial⁷⁷⁰.

Em 1931, após abaixo-assinados e muitas reivindicações, a municipalidade providenciou melhoramentos na praça da *Stadplatz Elsenau*, então denominada Praça Maurício Cardoso (Figura 114). Foi, então, realizada a terraplanagem e a organização de canteiros para o plantio de flores e árvores. A área foi cercada, delimitando sua área e definindo circulações externas e internas.

⁷⁶⁹ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 553 (O Commercio, 13/4/1929, n° 1684, ano XII, capa).

⁷⁷⁰ Tratava-se, em 1927, de “uma liga de lavradores sob a denominação de ‘União Colonial’, atingindo o número atual de adesões 500 sócios inscritos”. Em 28 de novembro de 1927, a liga redigiu um requerimento ao Conselho Municipal de Cruz Alta, solicitando a redução de impostos municipais para o exercício de 1928 (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 540).

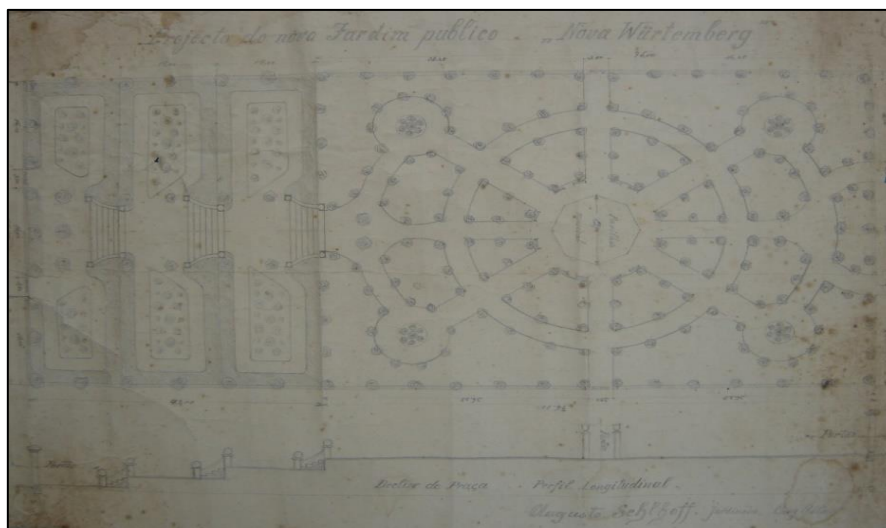
Figura 114. Praça Maurício Cardoso (década de 1930)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁷¹.

Entre os documentos do MAHP encontrou-se uma planta de paisagismo da praça que provavelmente tenha sido uma proposta não executada. Elaborada pelo jardineiro de Cruz Alta, Sr. Augusto Sehlhoff, consta “Projeto de Novo Jardim Público – Neu-Württemberg”. Ao observar a planta, contudo, percebe-se que o desenho dos canteiros não confere com o desenho da praça (Figura 115).

Figura 115. Planta de projeto para jardinamento da Praça Maurício Cardoso



Fonte: MAHP (2017)⁷⁷².

Na imagem da Figura 116 chama atenção a nova Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), inaugurada em 1923. O projeto era do arquiteto alemão Ernst Seubert

⁷⁷¹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

⁷⁷² Id., *ibid.*

que residia na colônia velha de Hamburgo Velho, hoje Novo Hamburgo. A igreja está localizada ao lado da antiga capela e escola da comunidade evangélica, com visão privilegiada da *Stadtplatz*. O autor também projetou o Monumento do Centenário.

Figura 116. Vista lateral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁷³.

A disposição da torre, aos fundos, era bastante recorrente na arquitetura religiosa luterana na década de 1930. Com linguagem arquitetônica que remete ao gótico alemão, tinha janelas arcadas, estreitas e compridas. Os sinos vieram da Alemanha e sua instalação, em 1927, foi motivo de comemoração e festa na colônia. Nesse mesmo período, a Igreja Católica, que já estava localizada em frente à praça, ocupando a antiga casa da viúva Ketzner, também recebeu uma torre com sino.

Nesse período surgiu a primeira área industrial da Colônia Neu-Württemberg, com cervejaria, curtume, fábrica de carroça, fábrica de cachaça, óleos, etc. Uma das primeiras fábricas localizadas nessa área, foi a **Rahmeier** (Figura 117), de Edmund Rahmeier, dedicada à confecção de uma grande variedade de folhas de flandres. Esta área concentrava, além de pequenas indústrias, ferrarias, oficinas e os principais serviços, casas de comércio, além da Cooperativa de Produção e Compras⁷⁷⁴ e a Estação Experimental, mais tarde a Caixa Rural Panambi⁷⁷⁵.

⁷⁷³ Id., *ibid.* (cartão postal).

⁷⁷⁴ Fundada em 1904, a *Produktions-und Bezugsgenossenschaft* (Cooperativa de Produção e Compras da Associação de Agricultores de Neu-Württemberg), era subordinada ao *Bauernverein* – Associação dos Agricultores – fundada no II *Katholikentag* (2º Congresso Católico), realizado em Feliz (RS), em 1900, e seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores (RAMBO, Arthur Blasio. Op. cit., 1994; SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das União Colonias para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2001).

⁷⁷⁵ Projeto do Engenheiro Erich Schild, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada Caixa

Figura 117. Fábrica de Flandes Edmund Rahmeier



Fonte: O Panambiense (s.d.)⁷⁷⁶.

Essa primeira área industrial e de serviços estava localizada abaixo da praça, ao lado da casa do administrador da colônia, nas ruas Hermann Meyer e Hermann Faulhaber, estendendo-se pela rua Gaspar Martins. Na imagem (Figura 118) pode-se identificar o primeiro pavilhão industrial de empresa Kepler Weber (à esquerda).

Figura 118. Área industrial e de serviços na parte inferior da imagem (final da década de 1920)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁷⁷.

A empresa **Kepler Weber**⁷⁷⁸ foi fundada em 1925 pelos irmãos Otto e Adolfo Kepler, com uma pequena ferraria (Figura 119) localizada na área em frente à

Rural de Neu-Württemberg foi fundada em 1931, e regida pelo sistema Raiffeisen (FRANTZ, Walter. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006).

⁷⁷⁶ O PANAMBIENSE. *Coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi*. Edição especial ao ensejo do 65º aniversário de fundação da cidade e 10º de emancipação política, s/d.

⁷⁷⁷ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

⁷⁷⁸ Adolfo Kepler veio da Rússia, com 14 anos de idade, e montou em Porto Alegre uma pequena

Rahmeier. Em pouco tempo, em 1928, a pequena ferraria se transformou em fábrica, produzindo prensas de banha, óleo vegetal e fumo, centrífugas de mel, carrocerias para caminhões e onibus⁷⁷⁹. Juntamente com a Kepler Weber, outras pequenas indústrias foram se desenvolvendo nessa área.

Figura 119. Ferraria Irmãos Kepler (década de 1920)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁸⁰.

Devido à ampliação do traçado urbano, houve, também, o aparecimento de indústrias no sentido Sul da colônia, ou seja, nas proximidades da ponte do rio Fiuza. Nessa área iniciou-se a concentração de importantes indústrias, como a Madeireira Knorr, conhecida como **Knorr & Cia Ltda** (Figura 120), fundada em 1926 por Karl Ernest Knorr⁷⁸¹, especializada em produtos de madeira, fábrica de parquet, laminados

ferraria. Em 1901, seguiu para Neu-Württemberg, onde montou uma pequena ferraria – possuía uma bigorna, um fole, alguns martelos – e um capital de Rs. 50\$000 em dinheiro. Depois, vendeu a ferraria e se dedicou ao comércio. Seus filhos Otto e Adolpho Jr. foram para Porto Alegre, onde aperfeiçoaram seus conhecimentos em mecânica e ferraria. O primeiro permaneceu um período na Alemanha, onde aperfeiçoou seus estudos na área. Ao retornar, fundaram uma moderna ferraria na colônia, em 12/5/1925, utilizando energia elétrica, a qual adquiriram de Martim Hack, surgindo a firma Kepler Irmãos. Em 1929 aceitaram a subgerência da Chevrolet, tornando-se revendedores autorizados em 1936. No ano de 1935 foi anexada a Fábrica de Máquinas Agrícolas e Industriais, sob a direção técnica do sócio Paulo Otto Weber, aceito como sócio em 1938 – imigrante alemão, especializou-se na fabricação de moinhos. Surgiu, então, a razão social Kepler Irmãos & Weber. A firma metalúrgica especializou-se na fabricação de máquinas, evoluindo para Kepler, Weber & Cia Ltda (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016).

⁷⁷⁹ KEPLER WEBER. Disponível em: <<http://www.kepler.com.br>>. Acesso em: mar. 2018.

⁷⁸⁰ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017 (sem álbum).

⁷⁸¹ Karl Ernest Knorr nasceu em 4 de julho de 1873, na localidade de Brettach em Heilbronn, no norte da Suávia, Alemanha. Já na Alemanha exercia a profissão de marceneiro, que continuou na colônia Neu-Württemberg. Entre seus vários trabalhos, cita-se a construção da casa do administrador da colônia em 1902, conservada atualmente pela família Faulhaber. Em 1911 se mudou da colônia para a cascata do Rio Alegre, onde construiu serraria e moinho de trigo. Segundo Fausel, “é sem dúvida uma das figuras mais estreitamente ligadas à história de Panambi, com a instalação de importante usina

e compensados, bem como óleos essenciais extraídos da madeira. Karl Ernest Knorr já exercia, na Alemanha, a profissão de marceneiro, que continuou praticando na colônia Neu-Württemberg. Entre seus vários trabalhos pode-se citar a construção da casa do administrador da colônia, em 1902, conservada pela família Faulhaber.

Em 1911 mudou-se da colônia para a cascata do Rio Alegre, onde construiu serraria e moinho de trigo, que mais tarde vieram a produzir energia elétrica para a colônia Neu-Württemberg. Segundo Fausel, “Kark Knorr é, sem dúvida, uma das figuras mais estreitamente ligadas à história de Panambi, pois com a instalação de importante usina hidroelétrica, passou a figurar na vanguarda de todas as grandes realizações de Panambi”⁷⁸².

As necessidades eram inúmeras e despertaram o espírito empreendedor desse povo que a partir da década de 1920 realizou várias transformações no que diz respeito às infraestruturas. Em 1926, o imigrante Karl Ernest Knorr⁷⁸³ instalou a usina de energia elétrica, primeira unidade geradora da Empresa Hidropan, que fornece e distribui energia aos consumidores residenciais, comerciais e as indústrias de Panambi e Condor até os dias de hoje.

A madeireira está desativada desde 1994 mas alguns prédios ainda se encontram na área onde hoje está a sede administrativa da Hidropan. A área onde funcionava a madeireira, porém, está sendo gradativamente desocupada para futura instalação de loteamento, visto que é uma importante zona da cidade.

Figura 120. Madeireira Knorr (década de 1930)



Fonte: MAHP (2017)⁷⁸⁴.

O desenvolvimento industrial da Colônia Neu-Württemberg a partir da década de 1920 é notado, principalmente, nas edificações que surgiram para acolher as

hidroelétrica, passou a figurar na vanguarda de todas as grandes realizações de Panambi.” (FAUSEL, Erich. Op. cit., 1949).

⁷⁸² Id., ibid.

⁷⁸³ Id., ibid.

⁷⁸⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

diferentes atividades industriais. A produção e a distribuição de energia elétrica na colônia foram fundamentais para a mecanização da produção.

Em dezembro de 1927, o Conselho Municipal de Cruz Alta aprovou dois importantes projetos de lei, visando acelerar a urbanização e o desenvolvimento da indústria na sede do município e nos distritos⁷⁸⁵. O primeiro isentava de impostos municipais os prédios edificadas na sede de Cruz Alta e nos distritos, a partir daquela data, por um prazo de 10 anos. Para a concessão desse benefício, era necessário que a planta e o orçamento das edificações fossem aprovados pela municipalidade. O segundo projeto de lei autorizava o Intendente Municipal a isentar, pelo prazo máximo de 10 anos, o pagamento dos impostos de “Indústrias e Exportação” das novas fábricas que seriam fundadas no município. Para usufruir desse benefício, “plantas e orçamentos” seriam estudados e aprovados pela municipalidade⁷⁸⁶. Em 1929, vários proprietários de pequenas fábricas de Neu-Württemberg requereram a isenção de impostos junto ao Conselho Municipal. Segundo Neumann:

O argumento central estava baseado na modernização da fábrica, substituindo a produção manual e artesanal pela produção mecanizada. O argumento de que as máquinas adquiridas eram produzidas na colônia Neu-Württemberg é um indicativo de que havia profissionais qualificados e especializados na colônia, investindo na fabricação de bens de produção. Esses requerimentos afirmavam a autossuficiência do núcleo colonial, pois não precisava importar maquinaria da Alemanha ou da capital do Estado⁷⁸⁷.

O ano de 1930 foi marcado pela grande Feira de Exposição (Figura 121), onde se registrou a participação de várias empresas com seus produtos. A exposição estava organizada em três grandes grupos: o primeiro envolvia a agricultura e a pecuária (89 expositores – fumo, milho, frutas, banha, erva-mate, madeira de lei, marmelos do Japão, queijo, bananas, amendoim, porcos, cavalos, gado, cachorro policial, entre outros); o segundo, a apicultura (14 expositores – mel, vinho de mel, cera, favos, abelhas, utensílios para apicultura...); e o terceiro, a indústria (64 expositores – farinha, sabão, licores e sucos, moldura para quadros e espelhos, cerveja e gasosa, cadeira, mobiliário de cozinha e sala de jantar, moinho de vento, obras de marcenaria e tornearia, fogões, balanças, caldeiras para banha, máquinas de plantar, roupas, toalhas bordadas, fotografias, couros diversos, entre outros).

⁷⁸⁵ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, pp. 576-577.

⁷⁸⁶ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 541 (Ata do Conselho Municipal de Cruz Alta, de 28/12/1927, p. 20, verso, e 21. Atas do Conselho Municipal de Cruz Alta 1926-1928. 002CMV – AHM 197, MAHMCA).

⁷⁸⁷ Id., *ibid.*, pp. 576-577.

Figura 121. Cartaz de divulgação e Guia da Exposição



Fonte: MAHP (2013)⁷⁸⁸.

Segundo registros da Feira, houve a presença de grande número de pessoas da colônia e da região⁷⁸⁹. Foi organizado um pequeno Guia (Figura 122, 1 a 6) da Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria, bilíngue alemão/português, onde constava a programação e a lista de expositores. O propósito da Feira era mostrar aos habitantes de Neu-Württemberg e aos visitantes, “o desenvolvimento, a capacidade e a grandeza da produção e indústria da nossa colônia”⁷⁹⁰.

Figura 122. Pequeno Guia Comercial (décadas de 1920 e 1930)



Legenda: 1) Saur Equipamentos; 2) Móveis Geckeler; 3) Fábrica de Café e de Óleos Vegetais; 4) Oscar Strücker & Cia Ltda; 5) Metalúrgica Faulhaber; 6) Frigorífico Hemesath. Fonte: MAHP (2013)⁷⁹¹.

⁷⁸⁸ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013, pp. 33-34.

⁷⁸⁹ Id., *ibid.*

⁷⁹⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 536 (*O Commercio*, 12/2/1930, nº 1914, ano XII, p. 5).

⁷⁹¹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

Um futuro promissor era visível em relação ao desenvolvimento industrial de Panambi. A cidade vinha se destacando como polo metal-mecânico. Além das empresas já citadas – Rahmeier (1918), Kepler Weber (1925) e Knorr & Cia Ltda (1923) – outras tiveram início e se desenvolveram ao longo do tempo. Pode-se citar a Saur Equipamentos S/A (1926); a Fábrica de Móveis Geckeler (1927); a Fábrica de Café e de Óleos Vegetais (1930)⁷⁹²; Oscar Strücker & Cia Ltda (1930); Cesar Drasch (1932)⁷⁹³, Metalúrgica Faulhaber (1933)⁷⁹⁴, e o moderno frigorífico de Joseph e Francisco Hemesath (1935)⁷⁹⁵.

Cabe ressaltar que a Colônia Neu-Württemberg estava vinculada a Cruz Alta, e mesmo sendo uma colônia de organização privada, é importante que se tenha conhecimento do “Código de Construções e Reconstruções do Município de Cruz Alta”⁷⁹⁶. O único Código encontrado que corresponde ao período anterior à emancipação foi o de 1948, quando a Vila Pindorama já era chamada de Panambi⁷⁹⁷. Supõe-se que os códigos a partir de 1910, data em que Cruz Alta organizava a sua documentação referente à estrutura urbana, sejam semelhantes aos de 1948, ou com poucas alterações.

⁷⁹² Fundada em 1/8/1930, por Oscar Schneider, teuto-brasileiro, a fábrica produzia óleo de linhaça cru e fervido. Em funcionamento ainda hoje, a fábrica de óleos vegetais, sob a razão social Indústria de Óleos Vegetais Pindorama – Olvepin, segue de propriedade da mesma família (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 546).

⁷⁹³ Natural de Lodz (Polônia), Cezar Drasch chegou ao Brasil em 1931, fixando residência em Neu-Württemberg. Em 2/1/1932 iniciou a fabricação de acolchoados e colchões, acrescentando, em 1934, uma tecelagem de algodão. Seu empreendimento funcionou até 1948, quando incendiou. (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 546).

⁷⁹⁴ O engenheiro Walter Faulhaber fundou em 1/9/1933 a Faulhaber & Cia, uma fábrica de conservas, em sociedade com seus cunhados. A sociedade tinha por objetivo a plantação de árvores frutíferas, a compra e venda de frutas, a sua preparação e industrialização, a fabricação e a venda de artefatos de metal e de acondicionamentos de folha flandres para todos os fins, principalmente o acondicionamento e enlatamento de frutas e legumes. Em virtude da baixa qualidade das frutas, a fabricação de conservas não progrediu, sendo abandonada em 1939, quando passou definitivamente para a metalurgia, fabricando latas, formas, seringas veterinárias. Em 1º de janeiro de 1954 foi alterada a razão social para Metalúrgica Faulhaber S/A, a qual permanece até os dias atuais (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 546).

⁷⁹⁵ O frigorífico Hemesath & Cia Ltda. foi fundado em 25/7/1935, pelos imigrantes Joseph e Francisco Hemesath, produzindo produtos suínos e mantendo uma fiabreria. Em 1938, o frigorífico adquiriu máquinas para o refinamento da banha, entrando como sócios na empresa o imigrante Carlos Frederico Lehsten, e em 1942, Oscar Berwanger, de Porto Alegre, este último o exportador da empresa e responsável pelos negócios na capital. Em 1923, Joseph Hemesath e Francisco Winkelmann adquiriram uma pequena olaria. Já Francisco Hemesath exercia sua atividade numa grande fábrica de conservas na Alemanha, antes de emigrar para Neu-Württemberg (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 546).

⁷⁹⁶ MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA. *Lei nº 24, de 6 de junho de 1948*. Código de Construções e Reconstruções do município de Cruz Alta. Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1948.

⁷⁹⁷ A Vila de Pindorama passou a ser chamada de Panambi a partir de 29/12/1944, pelo Decreto-Lei nº 720, por ato do interventor do Estado, Ernesto Dornelles. Panambi significa borboleta ou mariposa, vem daí o cognome fantasia Vale das Borboletas Azuis (LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. *Associação dos Escritores de Panambi*. Porções de Bem Querer. Panambi, RS, 1997; NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016).

De qualquer forma, é importante considerar que nesse período alguns profissionais engenheiros e arquitetos vinham de outras cidades e centros maiores, e provavelmente já consideravam tais regulamentos na elaboração de seus projetos.

As edificações, tanto residenciais quanto industriais e comerciais, portanto, eventualmente seguiram algumas regras do Código de Construções e Reconstruções do Município de Cruz Alta, especialmente quanto ao alinhamento das edificações no art. 4º desse mesmo Código:

§ 3º. O alinhamento será dado pela face mais avançada do embasamento do edifício, não se permitindo até dois metros acima do passeio moldura que saia daquele plano de mais de 0,10m.

§ 4º. Os prédios que não tiverem de seguir os alinhamentos das ruas deverão ficar afastados, pelo menos, quatro metros⁷⁹⁸.

Em virtude de se encontrarem no alinhamento dos terrenos possuíam essa organização. Mesmo quanto à delimitação dos lotes, tanto os que estão na praça quanto os demais lotes, seguem o alinhamento previsto além do cercamento, como consta no art. 8º:

Art. 8º. Os terrenos existentes em praças ou ruas onde não haja meios fios, sarjetas ou que ainda não se acharem edificadas em mais da metade poderão ser fechados com tela de arame, sarrafadas verticais, ou gradis de madeira⁷⁹⁹.

O art. 10, que prevê as licenças, incluía a necessidade das vilas dos distritos seguirem a regulamentação:

Art. 10. Nenhuma construção, reconstrução, aumento, reforma ou demolição será iniciada na zona urbana e suburbana, da cidade ou vilas sedes dos distritos, sem prévia licença da Prefeitura Municipal⁸⁰⁰.

Quanto aos projetos, esses estavam regulamentados pelos seguintes artigos:

Art. 15. O Alvará de Licença será solicitado por meio de requerimento ao Prefeito, acompanhado do projeto da obra para a aprovação e indicando com precisão o local onde será executada a edificação, rua, número e outras designações necessárias.

Art. 16. Os projetos deverão ser apresentados em duas vias para os prêmios residenciais, e em três vias para os prédios destinados às indústrias, hotéis, ou habitações coletivas, comércio, etc. [...] todas assinadas pelo proprietário, projetista e construtor inscrito no CREA [...].

⁷⁹⁸ MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA. *Lei nº 24, de 6 de junho de 1948*. Código de Construções e Reconstruções do município de Cruz Alta. Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1948 (art. 4º).

⁷⁹⁹ Id., *ibid.* (art. 8º).

⁸⁰⁰ Id., *ibid.* (art. 10).

Art. 17. Os projetos deverão constar de: planta baixa de cada pavimento, indicando o destino e dimensões das peças, bem como a superfície das mesmas; projeto geométrico da fachada ou fachadas; planta de localização com indicação dos prédios vizinhos e orientação; corte longitudinal e transversal da edificação; detalhes das instalações sanitárias⁸⁰¹.

Em relação às pequenas oficinas que surgiam sutilmente como pequenos galpões no fundo dos lotes, supõem-se que seguiam o seguinte artigo:

Art. 22. Ficam dispensados da apresentação de desenhos e projetos os pequenos galpões que não tenham fins industriais e obras análogas, tanto de alvenaria como de madeira que tenham de ser construídos no interior de qualquer terreno edificado ou na zona suburbana, devendo, entretanto, ser requerida por escrito à Seção de Obras e Viação da prefeitura Municipal a necessária licença⁸⁰².

Compondo a paisagem urbana da Vila Pindorama, acompanhada de seu desenvolvimento industrial, surgiram várias edificações residenciais (Figura 123, 1- 4), sendo que muitas delas ainda permanecem nos dias de hoje, testemunho da transposição de um modelo alemão residencial

Figura 123. Edificações residenciais urbanas da Vila Pindorama



Legenda: 1) Kepler Weber; 2) Família Knorr; 3) Mário Horst; 4) Família Knorr.
Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1964)⁸⁰³.

A década de 1930 foi marcada por duas inaugurações escolares: a primeira de um moderno edifício escolar em alvenaria para a *Stadtplatzschule Elsenau*, hoje Colégio Evangélico Panambi (Figura 124), inaugurado em 1935; a outra foi uma

⁸⁰¹ Id., *ibid.* (art. 15, 16 e 17).

⁸⁰² Id., *ibid.* (art. 22).

⁸⁰³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul*. 10º DR. Secretaria da Cultura, CODEC/CPHAE/SPAHN/Pró-Memória, 1964.

escola técnica profissionalizante (*Handwerkschule*) para formar operários especializados para o emergente parque fabril do Distrito de Neu-Württemberg. Também conhecida pelo nome de Escola das Indústrias (*Gewerbeschule*), estava agregada à Escola Comunitária Elsenau e ministrava cursos, como desenho técnico, mecânica, tornearia, eletricidade e trabalho com madeira. Alfredo Fockink, fundador da fábrica do atual Grupo Fockink, e Ernesto Rehn, fundador da empresa que depois deu origem a Bruning Tecnometal, foram alunos nesta escola⁸⁰⁴.

Figura 124. Colégio Evangélico Panambi (1935)



Fonte: Beuter (2013)⁸⁰⁵.

No início da colonização até a primeira década de século XX, quando se formava o núcleo urbano, as edificações residenciais e as pequenas indústrias eram constituídas de estruturas simples, com fechamentos e telhas em madeira. Sua implantação não seguia nenhuma regra, eram dispostas livremente no lote, não obedecendo a qualquer regra.

A implantação das edificações era realizada por analogia ao plano das edificações preexistentes, atrás delas e em sua volta estavam as benfeitorias, como galpão, galinheiro, chiqueiro, forno, estrebaria, etc.

As atividades distintas como o moinho, a ferraria, a oficina, o curtume, a olaria e serraria, entre outras, vinham a se transformar em pequenas indústrias familiares. Na maioria das vezes, o primeiro abrigo construído para moradia dava espaço a outras atividades, tornando-se a pequena oficina e indústria.

⁸⁰⁴ BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013, pp. 90-91.

⁸⁰⁵ Id., ibid., pp. 90-91.

A arquitetura do período seguia os mesmos parâmetros formais do anterior, ou seja, pela “implantação, formato retangular, volumetria, coberturas e materiais utilizados”. A implantação da edificação, porém, já apresentava outra disposição, e não se encontrava “livre no lote”, como no entorno da praça, onde as edificações delimitavam os espaços de circulação. Quanto a localização essas edificações se afastam do centro e da praça, ocupando espaço próximas a indústria, alterando e consolidando o tecido urbano. A tipologia das edificações, independente do uso, possuía as mesmas características formais, configurando edificações, na grande maioria, com “coberturas em duas águas”. Nesse período apareceram os telhados com a terceira e quarta águas, a introdução da “mansarda”⁸⁰⁶ e a alvenaria rebocada com chapisco, cujo material estava em evidência na época. A madeira ainda era muito utilizada, porém, cada vez mais as edificações em alvenaria se destacavam na paisagem urbana da colônia.

3.4 TERCEIRO PERÍODO (1938-1954): DA VILA DE PINDORAMA À EMANCIPAÇÃO

No final da década de 1930, durante a campanha de nacionalização do Estado Novo do primeiro Governo Vargas, o nome do 8º Distrito de Cruz Alta foi alterado para Pindorama⁸⁰⁷, designação com forte conteúdo e impacto nacionalista. A população, na grande maioria de origem germânica, aceitou o novo nome com simpatia.

Rapidamente, a colônia se transformou no centro econômico mais importante do município, suplantando a sede Cruz Alta, e “Pindorama” (Neu-Württemberg) passou a ser uma colmeia de trabalho intenso. Dentro de poucos anos de vida transformou-se de simples colônia num dos mais importantes distritos da comuna”⁸⁰⁸.

⁸⁰⁶ MANSARDA. Disponível em: <<http://www.ecivilnet.com>>. Acesso em: mar. 2018.

⁸⁰⁷ Pelo Decreto nº 7.199, de 31/3/1938, do Interventor Cordeiro de Farias, a Colônia Neu-Württemberg foi elevada oficialmente à categoria de Vila e o nome alterado para Nova-Württemberg. No mesmo ano, pelo Decreto nº 7.589, de 29 de novembro, sua denominação foi modificada para Pindorama, que no linguajar tupi-guarani significava “Terra das Palmeiras”. Em 29/5/1943, o prefeito de Cruz Alta, atendendo a uma solicitação do IBGE, modificou mais uma vez o nome do distrito. Em nota oficial, justificava que a mudança se dava em decorrência de existir uma cidade com o nome Pindorama em São Paulo. Para substituir, foi escolhido, então, Tabapirã, elucidando que “na escolha da denominação TABAPIRÃ, fomos levados a recordar o nome histórico do Arroio Fiúza, que banha a vila. Esse arroio chamou-se Piranga, isto é, ‘Vermelho’, entretanto, é nome muito repetido e banal. Daí o arranjo do topônimo Tabapirã, que significa ‘Vila Vermelha’. E essa inspiração histórica, encontra justificativa na terra e no aspecto geral da vila, que se retrata nessa viva cor local.” (Diário Serrano, edição de 23/7/1943, nº 119, p. 2). Essa justificativa é no mínimo curiosa, pois as fontes indicam “Corticeira” como nome anterior do rio Fiúza. A última e definitiva alteração ocorreu em 29/12/1944, pelo Decreto-Lei nº 720, por ato do interventor do Estado, Ernesto Dornelles, que de “Pindorama” passou a se chamar “Panambi”, que significava borboleta (ou mariposa), daí o cognome fantasia “Vale das Borboletas Azuis” (LEITZKE, Eugen. Op. cit., 1997; NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016).

⁸⁰⁸ Diário Serrano, 19/4/1942, capa, ed. especial (NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 162).

O repórter do jornal Diário Serrano, de Cruz Alta, tomado de entusiasmo diante das fábricas do distrito “Pindorama” (Neu-Württemberg), em 1942, escreveu:

Quem visitar Pindorama, a bela sede do nosso 6º distrito e deixar de fazer uma visita aos estabelecimentos industriais do Sr. Oscar Schneider, localizados bem no coração da vila, perde, por certo um dos mais belos espetáculos de trabalho e uma demonstração empolgante da capacidade e da inteligência da nossa gente⁸⁰⁹.

Até então as fábricas destinavam seus serviços ao setor metal-mecânico que dependia do desenvolvimento e da modernização da agricultura. A colônia Neu-Württemberg se desenvolveu essencialmente em torno do setor agrícola e metalúrgico, acompanhando o processo de modernização da produção agrícola. A partir da década de 1940, porém, as empresas assumiram um caráter mais empresarial, preservando um perfil de empresa familiar⁸¹⁰.

Na década de 1940 os negócios da Colonizadora foram se encerrando e, segundo Neumann, “a venda de terras estagnou definitivamente, contribuindo para isso, como fator externo, a II Guerra Mundial, e interno, a retenção dos bens da empresa, por ser de propriedade de uma estrangeira súdita do Eixo⁸¹¹.”

Nem por isso, contudo, a colônia deixou de crescer e se desenvolver. No período do pós-guerra, muitos novos imigrantes se estabeleceram na colônia Neu-Württemberg, alguns vindos de outras áreas de colonização, como as Colônias Velhas, contribuindo com o seu desenvolvimento. Surgiram, assim, empresas importantes que até os dias de hoje atuam no mercado.

Segundo Neumann, as publicações comemorativas locais, como a de Fausel (1949), por ocasião do cinquentenário de Neu-Württemberg/Panambi, apresentaram as bases para análise do desenvolvimento como fruto do ideal e do trabalho de apenas dois homens – Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber⁸¹².

A Vila de Pindorama se expandiu e o desenvolvimento urbano era cada vez mais ascendente, uma vez que muitos colonos vinham para o núcleo urbano à procura de emprego nas fábricas. Isso trouxe uma consequente ocupação dos espaços urbanos e a expansão das áreas periféricas.

No início da década de 1950 foram verificados problemas urbanos mais sérios na Colônia Neu-Württemberg/Panambi. De acordo com o discurso do vereador Eng.

⁸⁰⁹ Diário Serrano, 29/4/1942, p. 2, edição especial (Id., *ibid.*, p. 162).

⁸¹⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 580.

⁸¹¹ Id., *ibid.*, p. 433.

⁸¹² Id., *ibid.*, p. 549.

Walter Faulhaber na Câmara de Vereadores de Cruz Alta⁸¹³ foram verificadas irregularidades com relação à abertura de novas ruas, assim como na divisão de terras em lotes urbanos, que eram feitos aleatoriamente sem nenhum planejamento prévio. Uma das queixas de Faulhaber era de que as ruas que estavam sendo abertas não respeitavam o Código de Posturas⁸¹⁴ da municipalidade e tampouco o subprefeito era consultado sobre o fato. Faulhaber solicitou auxílio da municipalidade para impedir o avanço de tal mercado imobiliário, exigindo do interessado a apresentação de um planejamento prévio para a área, com planta devidamente aprovada pela Prefeitura Municipal. Na justificativa da petição, Faulhaber explicava que:

O crescimento vertiginoso das vilas do interior do nosso Município, ainda acelerado pelo afluxo do excesso das populações rurais à procura de existências nas fábricas que estão se criando e desenvolvendo em ritmo crescente, trazem à administração distrital toda sorte de problemas novos⁸¹⁵.

O vereador seguia explicando que na Vila de Panambi,

[...] existem dentro do perímetro urbano, em mãos de particulares, muitas áreas relativamente grandes, cujos proprietários estão organizando a sua subdivisão como bem entendem. Infelizmente, os adquiridores são, na maior parte, operários das fábricas que pretendem construir a sua casa própria⁸¹⁶.

Walter Faulhaber chama atenção para situações preocupantes, como o crescimento desordenado e a falta de planejamento, acarretando o surgimento de aglomerados e vilas em torno das fábricas, além da grande migração rural-urbana.

A paisagem urbana de Panambi foi se transformando e surgiram outras tipologias arquitetônicas no cenário municipal. Conforme Aldo Rossi, na obra *“A Arquitetura da Cidade”*, a cidade é uma arquitetura e, portanto, um artefato na sua totalidade, ou seja, uma obra de engenharia ou arquitetura que cresce no tempo.

Como reflexo do desenvolvimento industrial de Panambi e as novas tendências mundiais, o antigo Salão Goldhardt deu espaço a uma nova edificação, o “Cine Ideal”⁸¹⁷ (Figura 125). O novo estabelecimento evidenciou as transformações que o

⁸¹³ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p.555 (discurso do vereador Eng. Walter Faulhaber na Câmara de Vereadores de Cruz Alta, em 11/2/1953. Caixa 52, MAHP).

⁸¹⁴ Não foi encontrado o Código de Posturas de Cruz Alta referente a este período.

⁸¹⁵ NEUMANN, Rosane Marcia. Op. cit., 2016, p. 555 (discurso do vereador Eng. Walter Faulhaber na Câmara de Vereadores de Cruz Alta, em 11/2/1953. Caixa 52, MAHP).

⁸¹⁶ Id., ibid.

⁸¹⁷ O Cine Ideal, de propriedade do casal Walter e Maria Goldhardt, cujos irmãos nasceram na Hungria, possuía, nos tempos áureos do cinema, 250 lugares e utilizava um aparelho projetor de filmes de 35 mm. Os filhos do casal, Rudolfo Arno e Herbert também auxiliavam nos trabalhos. Várias pessoas da comunidade rememoram esta época com diversas lembranças (HINING; MALHEIROS. Cine Metro, presença marcante do *Art Déco* em Panambi, RS. A Língua que Habitamos. IV Seminário Internacional

“*Art Decó*”⁸¹⁸ propunha naquele momento, onde a estética predominava na arquitetura e em diversos produtos, desde artefatos do cotidiano doméstico, aparelhos de rádio, automóveis e filmes.

Localizado em frente à Praça Maurício Cardoso, o Cine Ideal estabeleceu uma relação de convivência e socialização do espaço construído em seu entorno. Sua linguagem moderna com letras que até hoje estão na fachada são de tipografia *Art Déco* e mantêm o Cine em destaque. O coroamento do prédio está preservado e se destaca com linhas geométricas marcantes. Os cheios e vazados prevalecem na fachada⁸¹⁹, apesar das alterações causadas pelos novos usos comerciais.

Figura 125. Cine Ideal (sem data)



Fonte: MAHP (2017)⁸²⁰.

Na Praça Maurício Cardoso e próximo ao Cine Ideal também foi construído, em 1945, o novo prédio da Igreja Católica (Figura 126) de Panambi, que inicialmente

da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (EAULP). *Anais...* Belo Horizonte, 2017).

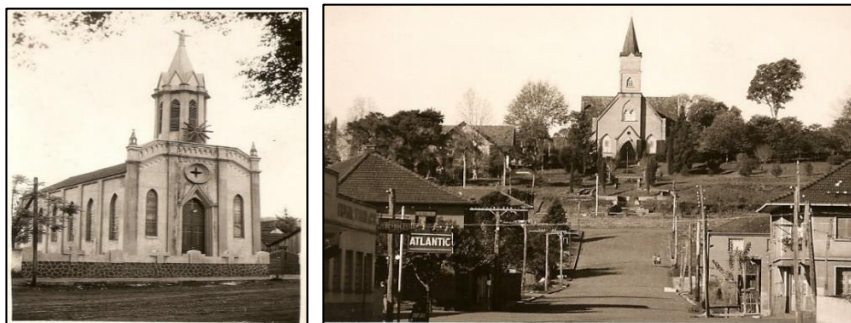
⁸¹⁸ Conforme o Instituto Art Déco Brasil (IAB), o termo *Art Déco* se originou na contração do nome da Exposição que, em Paris, 1925, marcou o auge do estilo – *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes* (Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas). Tal denominação é recente, no início do século XX era “Estilo Moderno”, abrangendo, entre 1915 e 1945, todos os domínios da criação humana – arquitetura, decoração, moda, arte, desenho industrial, cinema, artes gráficas, publicidade, mobiliário. As principais características são as linhas geométricas, privilegiando a aerodinâmica e inspiradas por diversas culturas antigas, como a Grécia, o Egito, entre outras, e no caso brasileiro, a Cultura Marajoara (Id., *ibid.*).

⁸¹⁹ A Sra. Brunilde Goldhardt, viúva de Rudolfo Arno Goldhardt, ex-prefeito de Panambi e filho dos proprietários do Salão Goldhardt e do Cine Ideal, em entrevista informou que o projetista da fachada mais “moderna” veio de Porto Alegre, porém não há registro do seu nome. Os possíveis construtores, segundo Armin Philipp, podem ter sido o Sr. Graser, que possuía uma loja de artefatos de cimento na Rua da Holanda e o Sr. Gotfried Reusch. (Id., *ibid.*).

⁸²⁰ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*, 2017.

ocupava a casa da viúva Ketzner. A fachada da Igreja está em alinhamento com o “Pavilhão Musical”⁸²¹, que hoje é um canteiro circular no centro da praça.

Figura 126. Igrejas Católica e Batista com janelas em arco quebrado e vitrais



Legenda: 1) Igreja Católica São João Batista (década de 1940); 2) Igreja Batista Emanuel (década de 1970). Fonte: Revista do Centenário da Igreja Católica de Panambi (2010)⁸²².

A construção da Igreja Católica⁸²³ marcou uma parte importante da história de Panambi, de sua evolução urbana, marcando a forma e a ocupação do espaço urbano. Assim como as outras igrejas – Evangélica e Batista, ela demonstrou a pluralidade cultural de Panambi que ainda não se tornara cidade. Foi alavancada pelo trabalho árduo de imigrantes, não apenas alemães mas também de outros países europeus, como tantas famílias de luso-brasileiros que se instalaram e escolheram Panambi para viver. Sua arquitetura é marcante e digna da sua localização. De planta retangular, possui torre centralizada com sino. Sua fachada, além de marcada pela torre, possui frontão trabalhado, composta por porta e janelas. A sua linguagem neogótica manifestada nos vãos em arco quebrado e os vitrais, que evidenciam janelas coloridas, evocando passagens bíblicas.

Em 1948, a pequena igreja Batista Emanuel ganhou novo prédio, com localização no alto do morro. Sua interação com a natureza demonstrou a relação da edificação com seu entorno e sua relevância na paisagem urbana de Panambi.

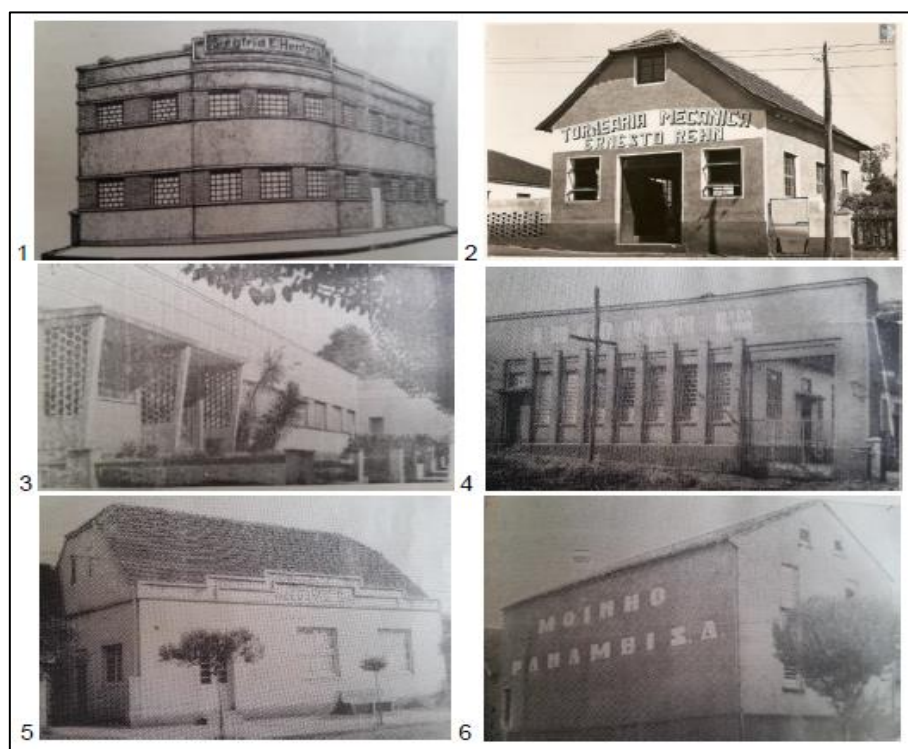
⁸²¹ A planta desenvolvida pelo jardineiro de Cruz Alta previu um “Pavilhão Musical”, ou pequeno coreto, o qual não foi executado, dando espaço para um canteiro circular no centro da praça.

⁸²² REVISTA DO CENTENÁRIO DA IGREJA CATÓLICA EM PANAMBI. Panambi, RS, 1910-2010.

⁸²³ A origem da religião Católica nessas terras onde hoje é Panambi, se deu com a chegada, em 1820, do primeiro morador, o paulista Manoel José da Encarnação. Ele fundou em sua estância a primeira capela em honra à Nossa senhora da Conceição. Em 1858, o português João Luiz Malheiros, devoto de São João Batista, construiu em sua estância uma capela atendendo às necessidades espirituais dos moradores da região, como catequista e capelão. A partir dessa época, Malheiros e sua família, deram início às homenagens a seu Santo devoto, que deu origem à Comunidade Católica São João Batista. A Empresa Colonizadora de Herrmann Meyer doou um lote para a construção da igreja, afastado da praça, onde hoje se encontra a Amisa Veículos. Foi a primeira igreja católica do povoado, e ainda nem possuía cobertura quando foi demolida por um vendável. Em 1920, o grupo de fiéis se reuniram e adquiriram a casa da viúva Ketzner que, em 1926, recebeu uma torre lateral. Vinham padres de Cruz Alta e de Pejuçara para realizar as missas. Em 1943 chegou o primeiro padre, Pedro Luis Bottari, muito dedicado, que organizou uma equipe e com o auxílio de Adil Alves Malheiros (neto de João Luiz Malheiros) iniciou a construção da nova Igreja (Id., ibid).

A presença da pequena área industrial se expandia para o Sul e para o Norte, constituiu um eixo estruturante formado pelo prolongamento das ruas Sete de Setembro e Gaspar Martins, eixos de ligação com as cidades de Cruz Alta e Palmeira das Missões. Novas e pequenas indústrias e oficinas se estabeleceram fortemente no mercado (Figura 127, 1-6), como a Siegfried Hentges, em 1948; a Tornearia e Mecânica Ernesto Rehn, em 1949, atualmente Brunning Tecnometal; a Malharia Panambi, em 1950; e a Indústria de Cosméticos Panambiense Ltda.

Figura 127. Pequenas indústrias e oficinas das décadas de 1940 e 1950



Legenda: 1) Siegfried Hentges⁸²⁴; 2) Tornearia Ernesto Rehn⁸²⁵; 3) Malharia Panambi⁸²⁶; 4) Indústria de Cosméticos Panambiense⁸²⁷; 5) Malharia Helvetia Ltda⁸²⁸; 6) Moinho Panambi S/A⁸²⁹.

⁸²⁴ Siegfried Hentges, dedicada à fabricação de malas e bolsas. Imagem retirada da coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi (O Panambiense. Op. cit., [s.d.]).

⁸²⁵ Tornearia Ernesto Rehn (MAHP. Op. cit., 2017).

⁸²⁶ Malharia Panambi, dedicada à fabricação de artigos de malhas de lã e fios de helanca. Não se encontra mais em funcionamento, porém, o prédio já abrigou diferentes usos. Atualmente abriga uma academia de ginástica. Imagem retirada da coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi (O Panambiense. Op. cit., [s.d.]).

⁸²⁷ Indústria de Cosméticos Panambiense (Incopan), dedicada à fabricação de cosméticos e detergentes. A fábrica não atua mais no mercado, mas o prédio abriga outros comércios. Imagem retirada da coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi (O Panambiense. Op. cit., [s.d.]).

⁸²⁸ Malharia Helvetia Ltda, indústria que tem divulgado através de seus artigos o nome da cidade de Panambi. Seus artigos de malha e lã podiam ser encontrados em quase todo o comércio do Estado. Atualmente não existe mais. Imagem retirada da coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi (O Panambiense. Op. cit., [s.d.]).

⁸²⁹ Moinho Panambi S/A. Desde 1952 industrializando parte da produção de trigo, uma das principais culturas da comunidade. Produzia a farinha Trifarin, marca consagrada pelos consumidores de todo o Estado. Atualmente não existe mais. Imagem retirada da coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi (O Panambiense. Op. cit., [s.d.]).

Dessas indústrias apenas a Siegfried Hentges e a atual Brunning Tecnometal se mantêm no mercado, as demais já encerraram a sua produção.

Numa abordagem à pequena tornearia Ernesto Rehn e a Malharia Panambi, identificam-se as transformações na tipologia das edificações nesse período, que na fachada da malharia, estão evidentes a introdução de outras linguagens arquitetônicas, como no edifício dos Correios na década de 1970. A fachada caracterizada por linhas retas e uma sequência de esquadrias tem seu acesso principal marcado por uma laje plana apoiada por paredes transversais decoradas com estruturas de cobogós⁸³⁰.

Outra edificação que fez parte da vida social de Panambi foi o Grêmio Desportivo Panambi (Figura 128), localizado na Rua 7 de Setembro, próximo à Praça Maurício Cardoso. Este clube, com amplo salão no segundo pavimento, é o espaço onde a comunidade prestigia os principais acontecimentos da época. Foi demolido em 2013 para dar espaço a um prédio de aproximadamente 15 pisos, que descaracterizou a paisagem urbana da cidade. Atualmente, sua sede ocupa amplo espaço no Bairro Erica, onde possui além da sede com salão, espaço com piscinas e quadras de esportes.

Figura 128. Clube Grêmio Desportivo Panambi



Fonte: MAHP (2017)⁸³¹.

⁸³⁰ Cobogó é um elemento vazado criado no Recife, Brasil, na década de 1920, e amplamente explorado no movimento modernista brasileiro. Teve seu nome oriundo da junção da primeira sílaba dos sobrenomes de seus criadores, o português Amadeu Oliveira Coimbra, o alemão Ernesto August Boeckmann e o brasileiro Antônio de Góis. É uma herança da cultura árabe, baseado nos muxarabis – construídos em madeira, eram utilizados para fechar parcialmente os ambientes internos (DELAQUA, Victor. *Cobogós: breve história e usos*. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/768101/cobogo>>. Acesso em: mar. 2018).

⁸³¹ MAHP. Op. cit., 2017.

No final da década de 1940 iniciaram as mobilizações para a emancipação da Vila Panambi. Em 1949, a Assembleia Legislativa do Estado autorizou a realização de um plebiscito, marcado para o mesmo ano.

Foi realizada uma passeata, e o foguetório pipocava nos ares do já futuro município. As sirenes das fábricas e buzinas dos carros com o repicar dos sinos das igrejas ressoavam nos céus de Panambi, dado júbilo e entusiasmo da população⁸³².

Foram grandes os entraves para a emancipação da vila, porém, em 1953, foi realizado outro plebiscito que obteve resultados positivos e em “15 de dezembro de 1954, foi decretada a emancipação de Panambi, e marcada a data para a primeira eleição para Prefeito e para vereadores”⁸³³. Assim, depois de longo e tumultuado processo, o novo município assumiu outras configurações geográficas, abrangendo além da área colonial, uma extensa zona de campo⁸³⁴.

3.5 QUARTO PERÍODO (1955-2008): PANAMBI “CIDADE DAS MÁQUINAS”: NOVAS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

Panambi havia se constituído, até então, pelo trabalho de imigrantes que se instalaram nessa região no início do século XX. Tais imigrantes trouxeram, além do conhecimento dos diferentes ofícios, seus instrumentos e ferramentas de trabalho que deram origem às primeiras oficinas, hoje as indústrias locais.

O trabalho era passado de pai para filho, caracterizando a empresa familiar na região, onde o conhecimento era compartilhado. Soma-se a isso, a estrutura da colônia e a valorização da educação, onde as comunidades rurais estavam organizadas com a escola e a igreja, caracterizando assim, um sistema desenvolvido por meio de diversas atividades aliadas ao trabalho e à produção agrícola. Foi esse contexto, portanto, que criou culturalmente a imagem de “cidade do trabalho”, que mais tarde foi reafirmada com o cognome de “Cidade das Máquinas”⁸³⁵.

⁸³² MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 76.

⁸³³ Id., *ibid.*, p. 77.

⁸³⁴ LEITZKE, Eugen. Op. cit., 1997.

⁸³⁵ No dia 01 de maio de 1946, durante um churrasco oferecido pela Metalúrgica Faulhaber aos seus operários, dissemos a seguinte frase, em Panambi, num discurso: “Esta cidade industrial é a verdadeira Cidade das Máquinas, especialmente amanhã, quando entrar em sua maioria municipal”. Dito e feito: logo que Panambi passou a ser sede comunal, todos começaram a chamá-la *Cidade das Máquinas*. O coletor Adil Alves Malheiros recordou aquela designação antonomástica no jornal que fundou – *Panambi* – que tinha em subtítulo garrafal, *Cidade das Máquinas*. Nem todos compreenderam logo o apelido. Em seguida, Walter Faulhaber, primeiro prefeito do lugar, mandou fazer um carimbo em que se lia *Panambi, Cidade das Máquinas* (crônica do padre Pedro Luis (MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 182).

Com a emancipação de Panambi, tomou posse o primeiro prefeito, o Engenheiro Walter Faulhaber⁸³⁶, que dignamente enfrentou as dificuldades de implantação da primeira gestão municipal. Como não havia arrecadação, muitas vezes as verbas de que necessitava vinham de recursos próprios e da ajuda e doação da comunidade. “A primeira prefeitura foi instalada no prédio que havia sido propriedade do Capitão Minoly Gomes de Amorim e, onde muitos anos, além de residência, funcionava a subprefeitura e subdelegacia”⁸³⁷.

Em sua gestão foram instalados vários equipamentos públicos de serviços essenciais, como a obtenção, em 1956, de uma nova rede telefônica para comunicações interurbanas, a criação da Sociedade Hospital Público de Caridade e da Delegacia de Polícia⁸³⁸.

As obras municipais que desde o primeiro dia observaram a um criterioso planejamento, dotaram o município de um ótimo plano rodoviário, canalização de águas pluviais paralelamente com obras de calçamento, construção de pontes e bueiros, nem por isso deixaram de funcionar os demais serviços municipais, como da educação, da saúde pública e do fomento agrícola. Para exemplificar, ao fim da gestão de Faulhaber contava o município com 50.000 metros quadrados de ruas calçadas⁸³⁹.

Em 1º de julho de 1955, por intermédio da Lei Municipal nº 22, foi instituído o primeiro Código de Posturas do Município de Panambi, que no seu art. 2º definiu os seus limites territoriais:

Partindo da confluência do Rio Caxambú com o Rio Ijuí, segue até a desembocadura do Lajeado Barbosa pelo qual continua subindo até a desembocadura do Lajeado Moura, onde termina a confrontação com o Município de Ijuí; vai subindo pelo Lajeado Moura até a desembocadura do Arroio Aterro dos Mottas; por este arroio acima, até encontrar a estrada geral que vai à Vila Condor até Esquina Beck. Deste ponto segue por uma linha reta e seca até a nascente de um arroio sem nome, que serve de divisa entre as fazendas dos Abrantes e que vai ter ao Rio Divisa. Por este rio acima até a desembocadura de uma sanga sem nome, que serve de limites à fazenda da Taipa, subindo dita sanga até a sua nascente. Desta nascente segue em linha reta e seca à nascente do arroio Taboão, descendo por este até a confluência com o Rio Alegre. Desta confluência segue o Rio Alegre para baixo até encontrar a primeira ponte deste. Dali, seguindo pela Estrada das Tropas até encontrar o Passo da Palmeira. Deste passo pelo Rio Palmeira acima, até encontrar a divisa entre os distritos Panambi e Santa Bárbara do Sul (distrito de Cruz Alta), onde termina a confrontação com o Município de

⁸³⁶ Filho de Maria e Hermann Faulhaber, Walter Faulhaber nasceu em Neu-Württemberg, em 1905, e faleceu em 1962. Foi para Alemanha em 1929 para cursar Engenharia Mecânica na Escola Técnica Superior Fridericana, na cidade de Karlsruhe, em Baden, hoje Baden-Württemberg. Formou-se em 1932 e retornou ao Brasil casado com Gerda Guse, com quem teve duas filhas, Brigitti e Úrsula. Depois de ser abandonado por Gerda, casou-se novamente com a sueca Sigrid Holmquist e tiveram três filhas, Cristina, Gunila e Cecília (BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013).

⁸³⁷ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 85

⁸³⁸ O PANAMBIENSE. Op. cit., [s.d.], p. 16.

⁸³⁹ Id., ibid., p. 16.

Palmeiras das Missões. Segue agora por esta divisa numa linha reta e seca em direção, norte-sul até encontrar a nascente de um arroio sem nome na região denominada Encarnação, arroio pelo qual desce até a sua desembocadura no Rio Caxambú. Por este rio abaixo, até a afluição do Lajeado Louro, pelo qual sobe até a sua nascente, nas proximidades da estação da estrada de ferro São Manoel. Pela estrada de ferro, em direção à de Cruz Alta, até encontrar a nova estrada de rodagem que liga a estação de Belizário com a faixa do DAER Cruz Alta-Panambi. Seguindo esta rodovia e sempre confrontando com o Município de Cruz Alta vai até encontrar dita faixa, a qual acompanha em direção a Panambi até a encruzilhada da estrada de Jacicema com a faixa. Pela estrada de Jacicema até um entroncamento de estradas onde se acha localizada a escola São Sebastião. Deste ponto continua pela estrada da Pedreira até a ponte sobre o Lajeado Passo Liso pelo qual desce até a confluência com o Rio Caxambú. Por este rio abaixo, até a afluição de um arroio que faz a divisa entre os Municípios de Ijuí e Cruz Alta. Passando novamente a confrontar com o Município de Ijuí, continua descendo o Rio Caxambú até a confluência com o Rio Ijuí, ponto final⁸⁴⁰.

Esses limites territoriais estão registrados no Mapa do Município de Panambi (Figura 129), desenvolvido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Na época, suas divisas foram estabelecidas com os municípios de Cruz Alta, Ijuí e Palmeira das Missões, enquanto Condor era considerada vila do Município de Panambi. Também foram demarcados os povoados, antigas linhas coloniais, bem como os sistemas rodoviário e ferroviário.

Figura 129. Mapa do Município de Panambi (1958)



Fonte: MAHP (2013)⁸⁴¹.

⁸⁴⁰ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Municipal nº 22, de 1º de julho de 1955*. Promulga o Código de Posturas do Município de Panambi (revogada pela Lei Complementar nº 11, de 18/08/2008, p. 3.

⁸⁴¹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a*

Este mesmo Código de Posturas dividiu o município de Panambi em três zonas: urbana, suburbana e rural. No seu art. 3º definiu os seus limites urbanos:

Ao LESTE: partindo do pontilhão pelo qual passa a rua 25 de Julho, acompanha esta até encontrar a Rua Gaspar Martins, por esta até o cruzamento da rua José de Alencar, por esta até o prolongamento da rua 15 de Novembro, seguindo esta em direção sul até a rua Bento Gonçalves, por esta até a rua Tobias Barreto e por esta até a ponte estreita sobre o Rio Fiusa. Ao SUL: partindo da ponte estreita acompanha o Rio Fiusa até a ponte principal sobre o mesmo rio; Ao OESTE: partindo da ponte principal sobre o rio Fiusa, continua descendo o mesmo rio até a confluência com o Lajeado do Engenho, subindo este até o ponto onde passa a rua General Osório, acompanhando então esta em direção norte até encontrar a rua Rincão. Ao NORTE: da rua Rincão, esquina General Osório, em linha imaginária e reta até a esquina da rua da Floresta com a rua Rui Barbosa, seguindo a rua da Floresta até o pontilhão sobre o Lajeado Engenho, subindo este até a ponte pela qual passa a rua 25 de Julho, ponto inicial⁸⁴².

Para o ordenamento territorial do Município de Panambi, o Código de Posturas de 1955 tratou de estabelecer as primeiras regras em relação às construções na cidade, como consta nos artigos:

Art. 92. As construções na cidade de Panambi obedecerão às seguintes normas gerais:

- Na Praça Maurício Cardoso só serão permitidas construções de alvenaria de dois pisos construídas no alinhamento;
- Nas ruas calçadas somente serão permitidas construções de alvenaria, podendo, no entanto, a Prefeitura dar licença de colocar casas de madeira a uma distância mínima de 15 metros do alinhamento, devendo nesse caso ser guardado um espaço de cinco metros de qualquer construção de alvenaria já existente;
- Nas demais ruas da zona urbana serão permitidas construções de madeira quando colocadas numa distância mínima de 4 metros do alinhamento para o interior do terreno, não podendo ficar localizadas a menos de 5 metros de distância de qualquer construção de alvenaria já existente;
- Nas ruas da zona suburbana serão permitidas construções de madeira e mistas no alinhamento da rua.

Art. 93. As construções de madeira existentes nas ruas calçadas, na data da promulgação deste código, não poderão ser reformadas ou reconstruídas⁸⁴³.

Até fins do ano de 1955, Panambi contava com 776 construções, sendo 493 edifícios residenciais de madeira, 220 em alvenaria e 63 construções mistas⁸⁴⁴. Essas edificações se concentravam em torno da praça Maurício Cardoso e nas extensões das ruas Sete de Setembro e Gaspar Martins, eixos de circulação da cidade. Esses parâmetros são comprovados pelo levantamento do arquiteto Demétrio Ribeiro.

Município. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

⁸⁴² MUNICÍPIO DE PANAMBI. Lei Municipal nº 22, de 1º de julho de 1955, p. 3.

⁸⁴³ Id., *ibid.*, capítulo IX, p. 17.

⁸⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 11.

Quanto à praça Maurício Cardoso, o Relatório de 1958 relata que:

Na praça Maurício Cardoso continuaram dentro das disponibilidades orçamentárias, os trabalhos de remodelação sempre de acordo com o plano elaborado em 1955. A parte norte recebeu, em toda periferia, muros de arrimo, chapeadas com pedra de grês irregulares. Os canteiros foram emoldurados com cordões de pedra de grês e dotados com plantas ornamentais, com borduras de buxus e flores. Algumas árvores de sombra tiveram que ser substituídas. Colocaram-se mais seis bancos novos e começou-se com os desaterros da parte sul, organizando-se dois canteiros novos. Os caminhos da praça receberam uma camada fina de cascalho⁸⁴⁵.

Conforme o Relatório da Administração Municipal do ano de 1958, a primeira gestão do município já demonstrou a necessidade da elaboração de um Plano Diretor, considerado fundamental e decisivo para o futuro desenvolvimento urbanístico da cidade.

3.5.1 O traçado urbano, Planos Diretores e preservação

O assentamento urbano de Panambi teve como referência a Planta do Núcleo Urbano de 1900, concebida pelo Eng. Rudolf Ahrons, que passou por várias transformações até a sua emancipação. Dessas transformações restou saliente o surgimento da indústria apoiada na produção e desenvolvimento agrícola. Uma estrutura urbana inicial foi alavancada pela configuração de um espaço rural de pequenas colônias de produção agrícola.

No processo de desenvolvimento urbano de Panambi deve-se considerar o suporte da produção agrícola que impulsionou o desenvolvimento industrial e vice-versa. Nessa sistemática, o núcleo urbano se desenvolveu e a Colônia se transformou em “Cidade das Máquinas”.

Soma-se a isso o auge do movimento moderno no Brasil e a construção de Brasília. Nesse mesmo período, as principais capitais passaram por processos de transformações que previam trazer a racionalização do espaço e da produção, o conceito de moradia mínima, o zoneamento de funções, o espaço contínuo e a eliminação da rua, desenhando grandes planos para refazer as cidades na Era das Máquinas.

Todas essas novas ideias tinham como base o Manifesto do Movimento Moderno e a Carta de Atenas⁸⁴⁶, de 1933, que fazia crítica às cidades, propondo a

⁸⁴⁵ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

⁸⁴⁶ Idealizada em 1933 em Atenas, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

separação de funções e implementando a teoria dos grandes edifícios. As propostas para as cidades eram divididas em quatro funções básicas: (1) habitação; (2) trabalho; (3) recreação; e (4) circulação. Em diversos países da Europa, bem como nos Estados Unidos, muitas das soluções propostas pela Carta de Atenas já eram realizadas há anos, como: o zoneamento funcional, o planejamento regional e os conjuntos habitacionais providos de eficientes equipamentos coletivos.

Não menos importante, a Carta de Atenas de 1931, redigida por Gustavo Giovannoni, visava a preservação e a restauração dos patrimônios históricos e artísticos, defendidas por Camillo Boito, que seguia o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. A carta teve como objetivo preservar monumentos de diferentes nações, adaptando as suas especificidades locais a partir das dificuldades de conciliar o direito público com o privado.

A cidade de Panambi, contudo, desde a sua emancipação, em 1955, até os dias atuais, passou pela experiência de várias gestões públicas que, ao longo do tempo, implementaram instrumentos de gestão para ordenamento do solo urbano. A Lei Complementar nº 123, de 8 de setembro de 1959, instituiu a Lei do Urbanismo de Panambi; a Lei Complementar Municipal nº 01/93, de 23 de dezembro de 1993, instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Panambi; e a Lei Complementar Municipal nº 008/2008, de 18 de agosto de 2008, instituiu o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi.

Cada um desses instrumentos de planejamento faz parte de um período de crescimento da cidade. Foi, portanto, mediante esses instrumentos que a cidade atual se constituiu, evoluindo de forma harmoniosa ou em conflitos. Assim:

Se os planos normalmente se substituem uns aos outros, a cidade que deles resulta não. O resultado dessa convivência espacial e temporal se aproxima da trama de uma colcha de retalhos concebida em três dimensões. A estrutura urbana da cidade real abriga, assim, distintas formas, originárias de diversos modelos, planos e projetos urbanos, convivendo ou mais seguidamente lutando por hegemonia numa acomodação tensa, com substituições, colisões, acavalamentos e sobreposições⁸⁴⁷.

Pretende-se, a partir da observação e análise criteriosa dos Planos Diretores da cidade de Panambi, expor as principais diretrizes de ordenamento urbano e a sua relação com as questões do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade.

⁸⁴⁷ ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. *Cidade contemporânea, estrutura, plano e projeto*. 8º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, 2009, p. 15.

3.5.1.1 Plano Diretor de 1959

O primeiro Plano Diretor dispunha, especialmente, sobre questões das construções e loteamentos, necessidades urgentes da época, uma vez que a cidade vivenciava um período de grande crescimento, atrelado ao desenvolvimento industrial.

Em prosseguimento dos trabalhos iniciados em 1955, foram feitos, em 1958, os levantamentos topográficos das zonas de expansão Oeste e Nordeste. Baseando-se nesses últimos levantamentos, finalmente, em fins de novembro de 1958, o Eng. Prof. Demétrio Ribeiro Neto⁸⁴⁸ entregou ao Executivo o projeto definitivo do Plano e da necessária legislação referente à sua execução.

Para o ano de 1959, o Executivo terá o grande trabalho de examinar o projeto, rua por rua, referente à sua exequibilidade, demarcar os traçados das ruas, fixar as glebas, proceder o levantamento e a correção dos limites das subdivisões existentes das projetadas⁸⁴⁹.

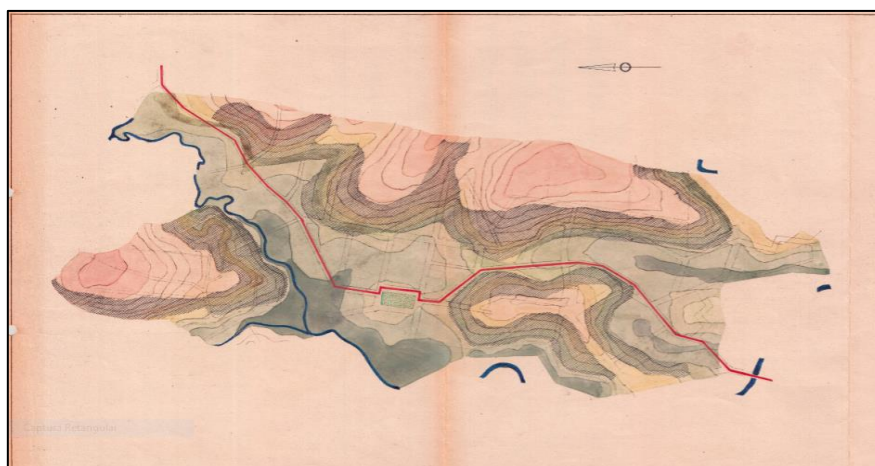
Nesse mesmo relatório, a partir do Decreto nº 1/1958, de 1º/2/1958, foi criado o Conselho do Plano Diretor da Cidade de Panambi. O “*Expediente Urbano de Panambi*”, de agosto de 1958, elaborado por Demétrio Ribeiro Neto, trouxe aspectos importantes a respeito das condições e da situação urbana daquele momento.

⁸⁴⁸ Demétrio Ribeiro Neto nasceu em Porto Alegre no dia primeiro de setembro de 1916 e faleceu em 22 de outubro de 2003. Seu avô paterno, Demétrio Nunes Ribeiro, foi o primeiro Ministro da Agricultura do regime instalado em 1889. Adepto da doutrina positivista, teve acentuada influência na organização da República. Exerceu o mandato de Deputado Federal, sendo Constituinte de 1891. Coursou Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República Oriental do Uruguai, concluído em março de 1943. Em 1945 voltou a Porto Alegre, onde instalou residência e trabalhou como arquiteto da Secretaria de Obras Públicas do Estado. Realizou diversos projetos, entre eles o Grupo Escolar Venezuela (1945), o Fórum de Cachoeira do Sul (1945), o Centro de Triagem de Serviço de Assistência ao Menor (1945, que não chegou a ser executado), a Penitenciária Central de Porto Alegre (anteprojeto de 1945). Em 1946 foi convidado para atuar como professor no curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Em 1964, em consequência do Golpe Militar, foi afastado da universidade, retornando em 1980 como professor titular. Em 1952 abriu seu próprio escritório. Entre seus principais projetos estão o Instituto de Pesquisas Biológicas, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Clube Campestre de Livramento (1956), o Plano Piloto para o Centro Esportivo na Avenida Beira-Rio, em Porto Alegre, entre outros. Sua atuação na área do Urbanismo era intensa e, juntamente com o Engenheiro e Urbanista Edvaldo Pereira Paiva, trabalhou em planos diretores para cidades do interior do Estado em 1946 (Plano Diretor de Uruguaiana). Também formado em Urbanismo pela Faculdade de Montevidéu, Paiva foi o responsável pela elaboração do primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, aprovado pela Câmara Municipal, em 1959. Em equipe com Paiva, Francisco Riopardense de Macedo, Edgar Graeff, Enilda Ribeiro e outros, Demétrio Ribeiro Neto ainda elaborou os planos diretores de Lageado (1948), Caxias do Sul (1951 e 1970/72), Florianópolis (1952), Passo Fundo (1953), Gramado (1956), Tapera (1957), Espumoso (1957), Panambi (1958 e 1976), Rondinha (1968), Boa Vista do Buricá (1970), Esteio (1970), Crisciuma (1972), Chapecó (1973), Erechim (1974), Canela (1976/77), Medianeira – Paraná (1987) (MOHR, Udo Silvio. Demétrio Ribeiro, 1916-2003. *Arquitextos*. São Paulo, ano 4, nº 041.00, out. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/643>>. Acesso em: 28 ago. 2018).

⁸⁴⁹ RIBEIRO NETO, Demétrio. Expediente urbano de Panambi. Planta de implantação da cidade. In: MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

O Plano Diretor de 1959 descreve a implantação da cidade (Figura 130) e sua localização, “caracterizada por sua situação à margem do Rio Fiuza, desdobrando-se nitidamente entre as partes altas e o vale, onde se originou o núcleo”⁸⁵⁰. Além da localização, a planta ilustra a topografia, identificando o vale (cor verde claro) e as áreas mais altas (cor clara).

Figura 130. Mapa de implantação da cidade – Expediente Urbano de Panambi (1958)



Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁵¹.

A implantação já sinalizava a ocupação das partes altas para a instalação de bairros residenciais. Ao contrário, “as declividades do terreno tornam por vezes difícil a ligação viária direta”⁸⁵² em decorrência das declividades acima de 15% (cor escura), separando a zona mais habitada do vale das zonas mais altas.

Isso ficou evidente na circulação principal, desde o acesso pela ponte do rio Fiuza, passando pela praça, até a saída para Condor (cor vermelha), o que justifica a concentração da população na área do vale. Dessa forma, a política urbanística sugeriu os principais aspectos a serem seguidos:

A formação progressiva de zonas residenciais com espaços verdes correspondentes nas elevações que circundam a cidade. A abertura de passagens para pedestres, quando possíveis ajardinadas, que facilitarão a circulação de pessoas entre as zonas elevadas⁸⁵³.

Surgiram, assim, várias passagens de pedestres (Figura 131), ainda em uso atualmente, que são de extrema importância para circulação, devido à alta declividade entre o vale e os morros.

⁸⁵⁰ RIBEIRO NETO, Demétrio. Op. cit., 1958.

⁸⁵¹ Id., ibid.

⁸⁵² Id., ibid.

⁸⁵³ Id., ibid.

Figura 131. Passagens de pedestres nos principais pontos com alta declividade (década de 1960)

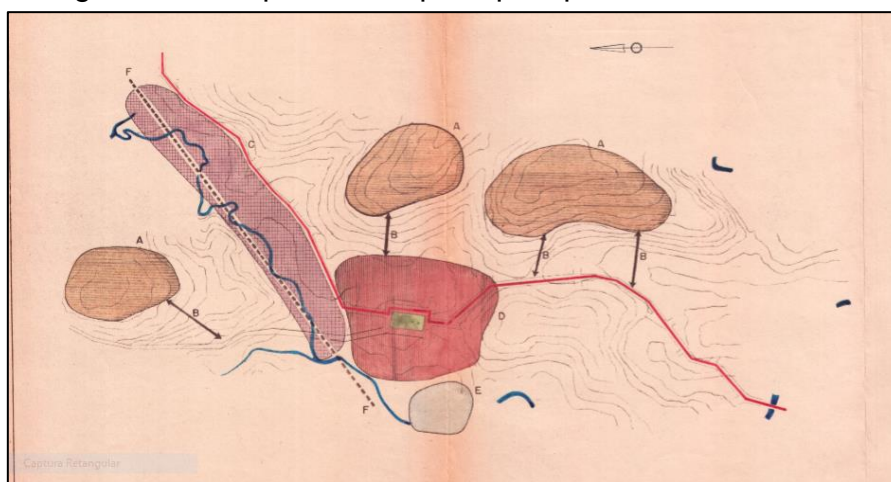


Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁵⁴.

Ribeiro Neto sinalizou os principais problemas a resolver (Figura 132), identificando as zonas, conforme segue:

A) O aproveitamento das áreas altas para extensões residenciais; B) Ligação das áreas altas com o sistema viário principal; C) Zoneamento legal para novas construções industriais; D) Elevação da densidade populacional; E) Constituição de um parque aquático; F) Retificação do arroio afluente do Rio Fiuza que atravessa a zona industrial⁸⁵⁵.

Figura 132. Mapa com os principais problemas a resolver



Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁵⁶.

A zona industrial estabelecida na região da rua Gaspar Martins aumentou gradativamente, e com a existência do afluente, as cheias em temporadas de chuva eram frequentes. A constituição de um parque aquático, onde atualmente se encontra o Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt, estimulou a expansão da cidade para o outro lado das margens do rio Fiuza.

⁸⁵⁴ Id., *ibid.*

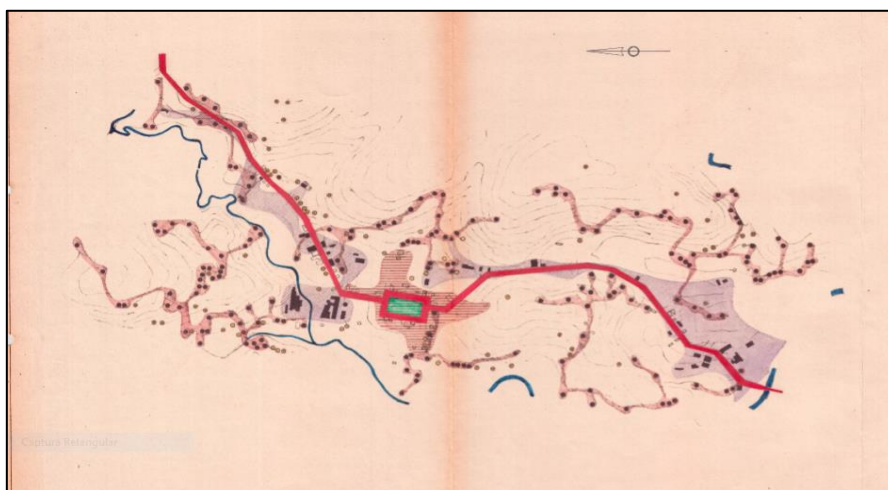
⁸⁵⁵ Id., *ibid.*

⁸⁵⁶ Id., *ibid.*

A situação das atividades econômicas da época é demonstrada em mapa específico (Figura 133). As áreas em hachura escura representam as atividades industriais e as áreas em hachura rosa representam as atividades comerciais, que estão concentradas em torno da praça. Ribeiro Neto, no *Expediente Urbano de Panambi*, expressa que:

[...] 12% dos prédios de indústrias destinam-se ao comércio: 7,7% são prédios industriais. Na zona central da cidade, 26% dos prédios são comerciais. Também se constata que 60% dos prédios comerciais estão localizados no centro. A indústria está relativamente concentrada, pois 58% dos edifícios industriais concentram-se em oito quarteirões (a cidade tem 48 quarteirões)⁸⁵⁷.

Figura 133. Mapa das atividades econômicas



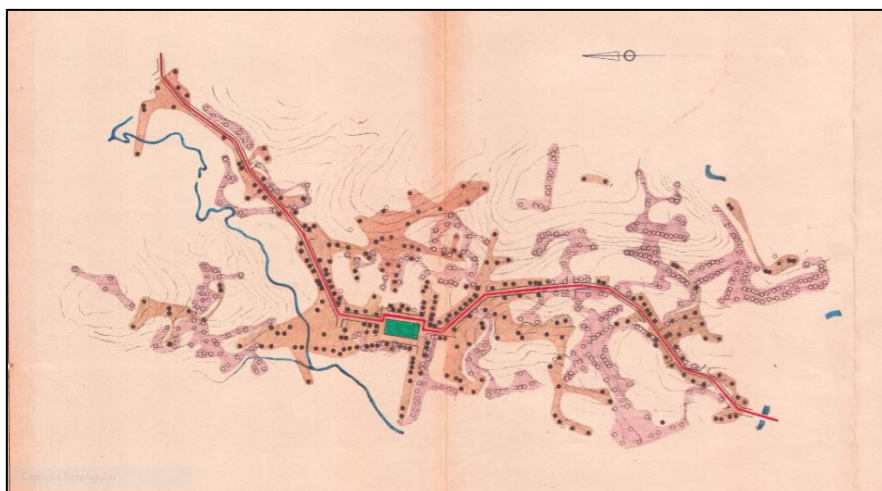
Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁵⁸.

Outro dado importante levantado por Ribeiro Neto foi em relação às condições das construções (Figura 134) que, “no conjunto da cidade menos de 30% das casas são de alvenaria e na zona central a proporção é de 57%”. Fica evidente o desenvolvimento do centro da cidade em relação às outras áreas que ainda tinham características rurais. Na imagem da Figura 134, as casas em alvenaria estão representadas pelas áreas em hachura laranjada e as casas em madeira correspondem às áreas em hachura cinza.

⁸⁵⁷ RIBEIRO NETO, Demétrio. Op. cit., 1958.

⁸⁵⁸ Id., ibid.

Figura 134. Mapa das condições das construções



Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁵⁹.

Ribeiro Neto faz uma relação dessas condições com o índice médio do Estado do Rio Grande do Sul, que é de 50%:

Na cidade de Panambi, 54% dos prédios em alvenaria concentram-se nos nove quarteirões centrais que contêm 25% de habitantes. As construções existentes correspondem aos índices de três pessoas por prédio e de 1,4 pessoa por dormitório. O índice do Rio Grande do Sul é de 2,2 pessoas por dormitório⁸⁶⁰.

O projeto desenvolvido pelo Eng. Civil Demétrio Ribeiro Neto foi cuidadosamente examinado quanto à sua execução prática e verificou-se a necessidade de alterar a maior parte das zonas de expansão. Com a colaboração do Sr. Dr. Nilo Schroeder, engenheiro da Secção de Urbanismo da S.O.P.⁸⁶¹, bem como do agrimensor, Sr. João Hartmann, e com a assistência dos membros do Conselho do Plano Diretor, o executivo elaborou um novo projeto.

O novo projeto foi finalmente aprovado pelo Conselho do Plano Diretor e encaminhado à Câmara de Vereadores em princípios do mês de setembro de 1959. A Lei Municipal nº 123, de 8/9/59 o denominou “Lei de Urbanismo de Panambi”, sendo definitivamente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, assim como a respectiva legislação urbanística⁸⁶².

De acordo com o Plano Diretor, elaborou-se um mapa (Figura 135) com a medição dos quarteirões e a demarcação das ruas, tanto das antigas como das

⁸⁵⁹ Id., *ibid.*

⁸⁶⁰ Id., *ibid.*

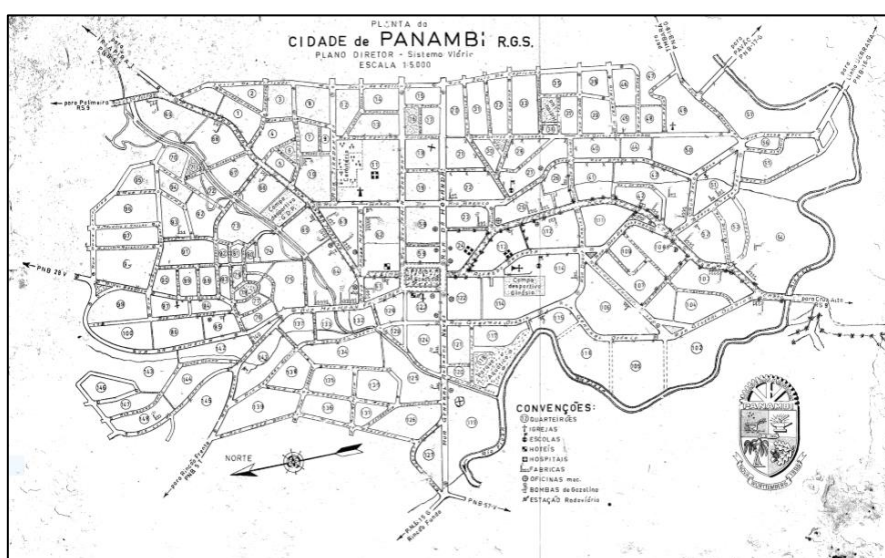
⁸⁶¹ S.O.P.: Secretaria de Obras Públicas do Município de Porto Alegre.

⁸⁶² RIBEIRO NETO, Demétrio. Op. cit., 1958, p. 28.

projetadas, subdividindo a cidade em 148 quarteirões. Com o término do trabalho de levantamento e medição dos quarteirões, concluiu-se que a cidade de Panambi teria até então terrenos disponíveis para 15.000 habitantes.

Essa planta da cidade de Panambi, além de revelar a numeração de cada quarteirão, permitiu identificar os principais locais de serviços, como igrejas, escolas, hotéis, hospitais, fábricas, oficinas, bombas de gasolina e estação rodoviária. Algumas praças e áreas verdes também foram identificadas, assim como o Parque Aquático (lote 118).

Figura 135. Mapa da cidade de Panambi (Plano Diretor, 1959)



Fonte: Ribeiro Neto (1958)⁸⁶³.

A nova lei urbanística definiu as regras para novas construções e reformas:

Nenhuma construção poderá ser feita na cidade sem a devida licença, que será dada mediante apresentação do projeto respectivo à Prefeitura [...] nenhum projeto de construção nova ou de reconstrução de prédio existente será autorizada se a localização estiver em discordância com os alinhamentos projetados no Plano Diretor e se as dimensões do terreno não corresponderem aos preceitos legais estabelecidos pelo art. 9º da presente Lei⁸⁶⁴.

O art. 9º dispôs sobre as regras para loteamentos nas zonas urbanas e suburbanas do Município. Neste artigo ficaram estabelecidos os seguintes parâmetros:

⁸⁶³ Id., *ibid.*

⁸⁶⁴ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal n° 123, de 8 de setembro de 1959*. Institui a Lei do Urbanismo de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1959 (arts. 4º e 5º).

Os terrenos devem ter, no mínimo, uma frente sobre uma via pública. As testadas dos terrenos devem ter, no mínimo, uma largura de 12 m. Cada terreno deve ter, no mínimo, uma área de 360 m². Os limites laterais dos terrenos devem encontrar as respectivas ruas em ângulo reto. Os terrenos não devem ter inclinações maiores que 40 graus. Os lotes não podem estar sujeitos a inundações periódicas⁸⁶⁵.

Dessa forma, o desenho da cidade que seguia a primeira planta do núcleo urbano assumiu novos parâmetros e definições a fim de dar continuidade ao desenvolvimento urbano. A nova lei definiu a documentação necessária para os projetos de loteamento, dentre os quais estão:

Requerimento ao prefeito, solicitando aprovação do projeto; memorial descritivo, indicando os limites do imóvel, a sua situação, a área e outras características; prova de domicílio (escritura e certidão de registro do cartório de imóveis); certidão negativa de impostos; planta de situação do imóvel em escala 1:2.000, que demonstra com exatidão, a situação do imóvel, em relação aos quarteirões e às vias públicas existentes ou projetadas pelo Plano Diretor; o levantamento topográfico, com curvas de nível e referidas à R.N. fornecida pela prefeitura; os rumos e as distâncias das poligonais e outros eventuais detalhes da área a ser loteada; planta da subdivisão do imóvel, em escala de 1:1000 ou 1:500, devidamente cortada, que permite o completo conhecimento de todas as dimensões lineares, áreas e ângulos dos terrenos, indicando edificações existentes, cursos d'água e outros acidentes naturais⁸⁶⁶.

Essa Lei dispôs, ainda, sobre aquisições e desapropriações, bem como sobre isenções e disposições finais. Ela não determinou, porém, quanto aos bens com valor histórico cultural, tampouco quanto à sua preservação, ou seja, as demandas eram provenientes do crescimento urbano em função do desenvolvimento industrial.

Em 1990, a Lei Orgânica, promulgada em 07 de setembro, determinou em seu art. 154, que:

O Poder Público Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, por meio de incentivos, registros, vigilância, tombamentos e desapropriações, limitações e servidões administrativas, ou outras formas de acautelamento ou preservação e determinada em seus incisos que:

§ 1º. Ficam sob proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico tombados pelo Município.

§ 2º. Os proprietários de bens, considerados como patrimônio cultural municipal, receberão incentivos para a conservação, manutenção, preservação e restauração, no que couber, pelo Poder Público Municipal, definidos em lei.

§ 3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural⁸⁶⁷.

⁸⁶⁵ Id., *ibid.* (art. 9º).

⁸⁶⁶ Id., *ibid.* (art. 10).

⁸⁶⁷ Id., *ibid.* (art. 154).

Este primeiro Plano Diretor, portanto, esteve voltado à organização territorial do solo urbano. Era um documento muito simplificado, que procurou se basear nos estudos e levantamentos do Arq. Demétrio Ribeiro Neto, mas que não tinha um olhar, nem mesmo mínimo, para as questões do patrimônio histórico e cultural.

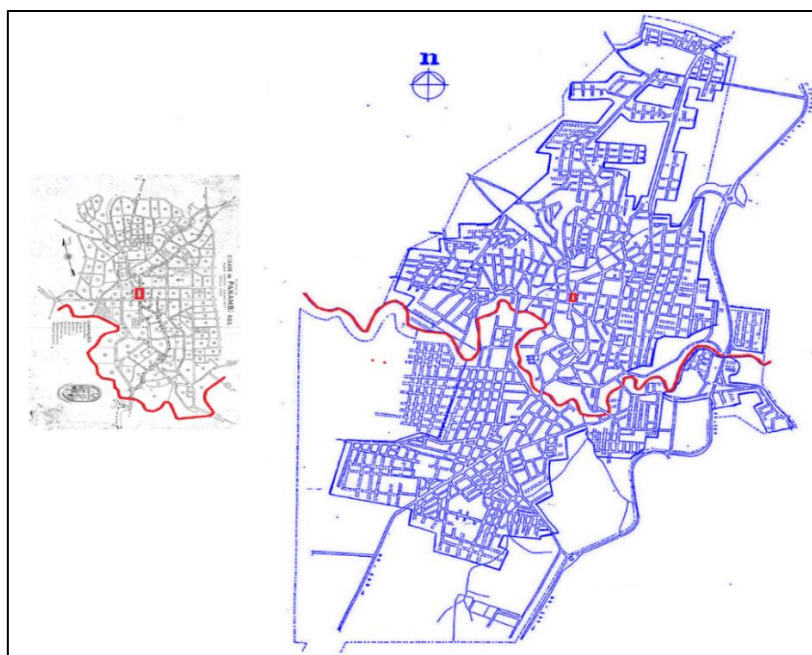
3.5.1.2 Plano Diretor de 1993

O segundo Plano Diretor, aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 01/1993, foi promulgado em 23 de dezembro de 1993, no mandato do prefeito Miguel Schmitt-Prym, e estabeleceu as diretrizes de ordenamento, orientação e controle do desenvolvimento municipal. Em suas disposições preliminares, define que:

Plano Direto é o instrumento básico de gerenciamento do desenvolvimento e da expansão urbana, no qual se referendam todos os planos e projetos de iniciativa pública ou privada que interferem na produção e na gestão da cidade e demais áreas urbanas de Panambi⁸⁶⁸.

Ao comparar o mapa do Plano Diretor de 1993 com o de 1959 (Figura 136) é visível o crescimento da cidade com as áreas de expansão ultrapassando o rio Fiuza (em vermelho) ao Sul, também em direção ao Norte e para além da BR-158.

Figura 136. Mapas do Plano Diretor Urbano (1959 e 1993)



Fonte: adaptado pela autora, com destaque do rio Fiuza e da Praça Eng. Walter Faulhaber⁸⁶⁹.

⁸⁶⁸ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 01, de 23 de dezembro de 1993*. Instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art. 2º).

⁸⁶⁹ Comparação feita pela autora (2018).

Este Plano Diretor, ao contrário do anterior, estabeleceu uma relação de compromisso com o desenvolvimento urbano ordenado, atendendo às demandas do crescimento urbano do momento. Tinha como objetivos gerais os seguintes:

Em consonância e complementação às determinações emanadas da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal de Panambi, o Plano Diretor tem por finalidade: I – promover o desenvolvimento do município através de um processo de planejamento integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais; II – fortalecer a autonomia do Município, visando aprimorar a definição de prioridades, racionalização de investimentos e legitimar a participação comunitária nas tomadas de decisões; III – elevar o padrão de vida da população, assegurando o equilíbrio necessário entre os diversos agentes, o meio urbano e o meio ambiente; IV – subsidiar a definição do plano de ação da Prefeitura Municipal; V – promover a articulação de todas as unidades da Prefeitura Municipal para a implementação de um processo de planejamento na definição de diretrizes setoriais articuladas entre si; VI – aumentar a eficiência econômica da cidade, ampliando os benefícios sociais e reduzindo custos operacionais e de investimentos, tanto do setor público como do privado; VII – aumentar a eficácia da ação governamental mediante a coordenação e a complementaridade das ações dos três níveis de governo; VIII – definir a política de desenvolvimento urbano; IX – assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade; X – assegurar o uso socialmente justo do território municipal e do meio ambiente, garantindo o bem-estar de seus habitantes⁸⁷⁰.

No Capítulo III, o Plano Diretor Urbano dispôs sobre a política de desenvolvimento urbano como um conjunto de objetivos e diretrizes que orienta a ação do governo municipal, visando, entre outras coisas,

promover a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e dos recursos naturais, bem como de sítios, edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico⁸⁷¹.

Esta mesma lei estabeleceu outros instrumentos legais para amparar e dar legitimidade ao Plano Diretor e assegurar a política de desenvolvimento urbano, os objetivos e as diretrizes. Entre eles constam os seguintes:

I) Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Panambi; II) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano; III) Lei do Parcelamento do Solo para fins urbanos; IV) Código de Obras; V) Código de Meio Ambiente e de Posturas; VI) Lei de Delimitação do Perímetros Urbano; VII) Lei do Solo criado; VIII) Legislação que dispõe sobre a Proteção e a Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural e a que trata das Áreas Especiais; IX) Planos e projetos de iniciativa popular; X) Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e de Habitação Popular; XI) Atuação e operação conjuntas; XII) Outros que vierem a ser regulamentados⁸⁷².

⁸⁷⁰ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 01/93*. Op. cit., 1993 (art. 5º).

⁸⁷¹ Id., *ibid.* (capítulo III, art. 6º).

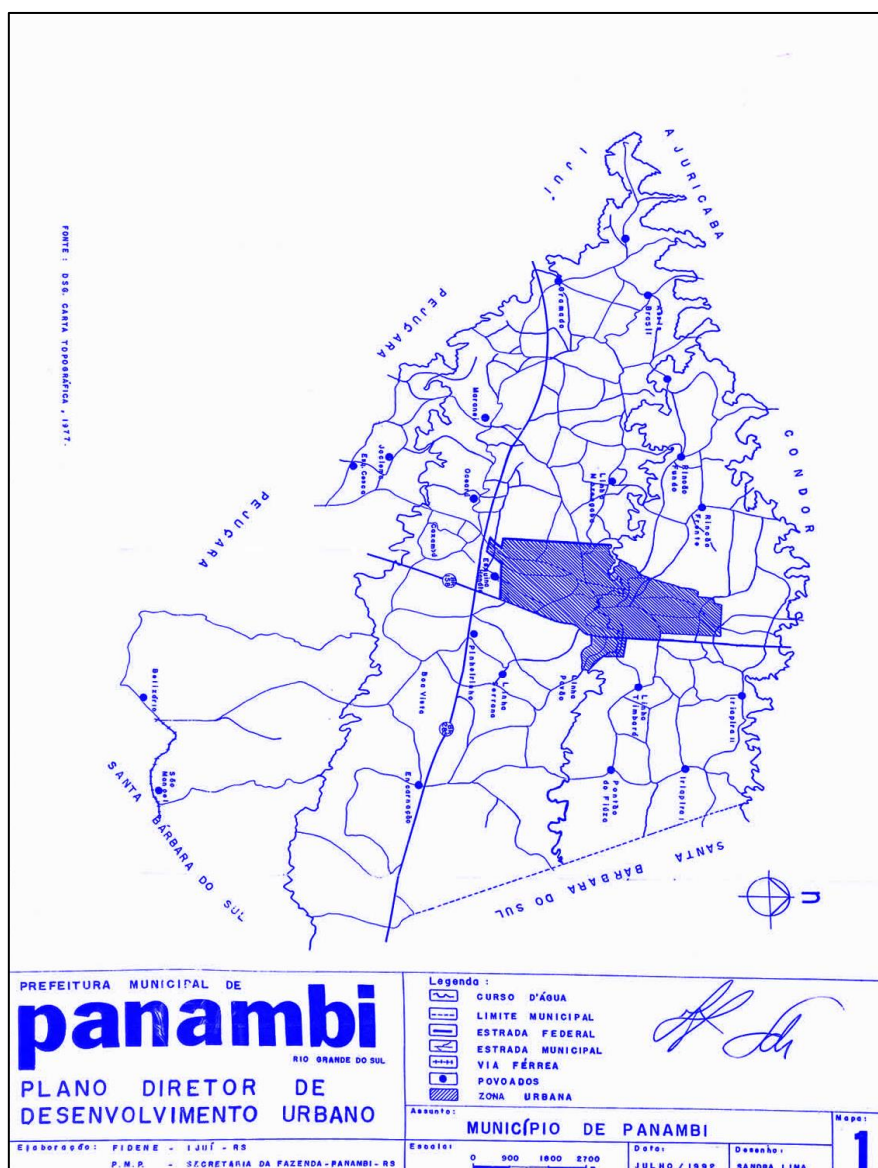
⁸⁷² Id., *ibid.* (capítulo V, art. 10).

Dentre todos esses instrumentos cabe destacar a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi, que

regulamenta o ordenamento físico – territorial, o zoneamento de uso e ocupação e estabelece o regime urbanístico da cidade de Panambi em consonância com os objetivos e as diretrizes do Plano Diretor⁸⁷³.

Dessa forma, o art. 3º desse instrumento estabeleceu as zonas urbana e rural, representadas pelo mapa a seguir (Figura 137)⁸⁷⁴.

Figura 137. Mapa do Plano Diretor Urbano que define as zonas urbana e rural



⁸⁷³ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 02/93*. Dispõe sobre o Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art 1º).

⁸⁷⁴ Id., *ibid.* (art. 3º).

⁸⁷⁵ Id., *ibid.* (art. 3º).

O mapa ilustra a área da zona urbana que se encontra situada no entroncamento das BR-158 e 285. Seus limites municipais são: ao Norte, com o Município de Condor; ao Sul, com o Município de Pejuçara; ao Leste, com o Município de Santa Bárbara do Sul; a Noroeste com o Município de Ajuricaba; e a Oeste com o Município de Ijuí.

Além dessas delimitações e limites municipais ficou estabelecido pelo art. 6º do Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi, que a cidade estaria dividida em “Zona Urbana de Ocupação Prioritária” e “Zona Urbana de Ocupação Progressiva”⁸⁷⁶.

A Zona Urbana de Ocupação Prioritária é “constituída pelas áreas da cidade efetivamente ocupadas ou servidas por ruas, que apresentam atividades e usos compatíveis com a realidade urbana”⁸⁷⁷. Essas áreas devem estar servidas de infraestrutura mínima, como pavimentação das vias e dos passeios; rede de energia elétrica e de iluminação pública; rede de abastecimento de água potável; de escoamento sanitário; e de escoamento das águas pluviais. As redes de escoamento pluvial devem ter um olhar atento devido ao que Ribeiro Neto já havia levantado em 1958 quanto às áreas de inundações no centro urbano, causadas principalmente pelo afluente do rio Fiuza.

A Zona Urbana de Ocupação Progressiva é “constituída pelas áreas da cidade situadas entre a Zona Urbana de Ocupação Prioritária e o perímetro urbano legal”⁸⁷⁸. Essas áreas estão situadas dentro do perímetro urbano e sujeitas ao parcelamento do solo, uma vez que possuem índice de aproveitamento igual ou inferior a 0,5%, e de terrenos com área igual ou superior a 5.000 m². Numa comparação ao trabalho e à metodologia desenvolvida por Conzen e seus conceitos⁸⁷⁹, essas áreas podem ser consideradas “*Finge Belts*” a “*Stadtranzone*”⁸⁸⁰.

O Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano tem como um de seus objetivos e fins principais, ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas, garantindo a qualidade ambiental, a segurança e a saúde da coletividade⁸⁸¹. Dessa forma, a cidade de Panambi ficou dividida nas seguintes áreas de usos: Áreas Institucionais e

⁸⁷⁶ Id., *ibid.* (art 6º).

⁸⁷⁷ Id., *ibid.* (art 7º).

⁸⁷⁸ Id., *ibid.* (art. 9º).

⁸⁷⁹ CONZEN, Michael Robert Gunther. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *The Institute of Britis Geographers*. Pub. 1960, nº 27.

⁸⁸⁰ Termo utilizado por Conzen (1960) que significa “Zona de Transição da Cidade”. Refere-se às áreas da periferia urbana com características rurais, sujeitas ao parcelamento.

⁸⁸¹ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 02/93*. Op. cit., 1993 (art. 13).

Comunitárias; Áreas Industriais; Áreas Mistas; Áreas Residenciais; Áreas do Sistema Viário; Áreas de Serviços Essenciais.

No mapa da Figura 138 estão identificadas as áreas e seus usos, conforme o estabelecido no Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi.

Figura 138. Mapa das áreas e localização dos usos urbanos



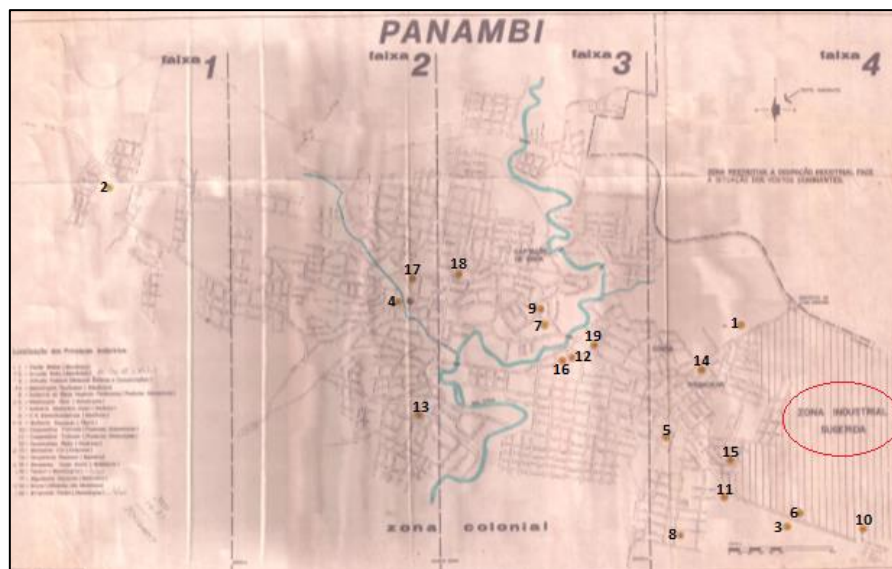
Fonte: Município de Ijuí (1993)⁸⁸².

Cabe salientar, também, as áreas onde estão instaladas as indústrias do Município, ou seja, os espaços que foram delimitados pela Lei Municipal nº 1.177, de 29/07/1991, anterior, portanto, a este Plano Diretor, a qual criou, instituiu e regulamentou o Distrito Industrial do Município de Panambi. Naquele período foi realizado um levantamento pela Prefeitura Municipal das principais indústrias e a sua

⁸⁸² Id., *ibid.* (mapa anexo II).

localização no mapa da cidade, a fim de definir a área do Distrito industrial. As principais indústrias estão em destaque no mapa da Figura 139.

Figura 139. Mapa com a localização das principais indústrias de Panambi



Legenda: 1. Kepler Weber (mecânica); 2. Brunning Tecnometal (mecânica); 3. Alfredo Fockink (material elétrico); 4. Metalúrgica Faulhaber (metalúrgica); 5. Indústria de Óleos Vegetais Pindorama (alimentícia); 6. Metalúrgica Saur (metalúrgica); 7. Indústria Madeireira Knorr (madeira); 8. E.R. Eletrodomésticos (mecânica); 9. Malharia Panambi (têxtil); 10. Cooperativa Tríticola Panambi (alimentícia); 11. Cooperativa Tríticola Panambi (alimentícia); 12. Construtora Rehn (construção civil); 13. Waldomiro Dill (calçados); 14. Carpintaria Panambi (madeira); 15. Wenceslau Cezar Barta (mobiliário); 16. Telmat (metalúrgica); 17. Algodoeira Panambi (têxtil); 18. Grazer (minerais não metálicos); 19. Wilibaldo Feiden (metalúrgica). Fonte: adaptação e identificação da autora (2018)⁸⁸³.

O Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi, portanto, definiu que as “áreas Industriais são compostas pelo assim designado Distrito Industrial de Panambi e por outras áreas de uso estritamente industrial e de armazenagem”⁸⁸⁴, ou seja, o zoneamento urbano estabeleceu área específica para a instalação das indústrias.

A criação do Distrito Industrial, situado ao Sul da área urbana, e a instalação da Indústria Brunning Tecnometal ao Norte da área, sobrecarregou o sistema viário. Isso decorreu da circulação pelas vias principais⁸⁸⁵, que têm sua terminação em torno das proximidades da Praça Engenheiro Walter Faulhaber.

⁸⁸³ Adaptação e identificação da autora (2018).

⁸⁸⁴ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 02/93*. Op. cit., 1993 (art. 21).

⁸⁸⁵ “As Vias Principais são aquelas que conciliam o tráfego local, constituindo-se em rotas preferenciais para o transporte coletivo e em corredores de comércio e serviços, articulando e orientando a circulação urbana” (Id., *ibid.*, art. 31).

Essa situação prejudicou o fluxo de veículos em direção Sul/Norte e Norte/Sul, uma vez que é obrigatória a passagem pelo centro da cidade, onde se concentram os principais serviços públicos e o comércio em geral.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi, por intermédio da Lei do Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, determinou o regime urbanístico para a utilização e ocupação do solo urbano de Panambi. Este Regime Urbanístico define as regras, taxas e índices para cada uso, e está especificado na Figura 140.

Figura 140. Tabela Regime Urbanístico

TABELA DO REGIME URBANÍSTICO		ANEXO IV																			
CLASSES	ÁREA	RESIDENCIAL				MISTA I				MISTA II				INDUSTRIAL				INSTITUC. COMUNIT. e áreas verdes			
		Controle Adicional				Controle Adicional				Controle Adicional				Controle Adicional				Controle Adicional			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
1- ADMINISTRAÇÃO		0	0	0	0	0	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	X	X	0	X
2- SERVIÇOS	2a-	X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	X	X	X	X
	2b-	0	0	0	0	0	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	X	X	X	X
3- ATIVIDADE SUBSISTÊNCIA		X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4- COMÉRCIO	4a-	X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4b-	0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	X	X	X	0	0	0	0	0	0
5- INDÚSTRIA		0	0	0	0	0	0	0	0	X	0	0	X	X	X	0	0	X	X	0	0
6- HABITAÇÃO		X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MÓDULO DE PARCELAMENTO DO SOLO	LOTE MÍNIMO (m ²)	250	-	-	-	360	-	-	-	1500	-	-	-	-	-	-	-	360	-	-	-
	FRENTADA MÍNIMA (m)	10	-	-	-	12	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		2	-	-	-	4	-	-	-	3	-	-	-	(11)	-	-	-	2	-	-	-
TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO (%)		50	30	30	40	50	75	30	30	40	50	70	30	30	40	50	(11)	-	-	40	50
TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE (%)		30	50	50	40	40	20	50	50	40	40	20	50	50	40	40	-	-	-	40	40
AFASTAMENTOS MÍNIMOS	FRONTAL (m)	4	-	-	-	2 # 4	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
	LATERAL (m)	1,5	-	-	-	1,5	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1,5	-	-	-
	FUNDO (m)	3	-	-	-	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
ÍNDICES DE ÁREAS VERDES		-	0,6	0,6	0,4	0,3	-	0,6	0,6	0,4	0,3	-	0,6	0,6	0,4	0,3	-	-	-	0,4	0,3
Nº MÁXIMOS DE PAVIM.		-	2	2	-	-	2	2	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-
CONVENÇÃO:																					
0 proibido																					
X permitido																					

Fonte: Município de Panambi (1993)⁸⁸⁶.

Essa situação de convergência das vias principais ao centro da cidade está ilustrada no mapa da Figura 141, o que revela a importância das indústrias estarem próximas às estradas (vias estruturantes) para escoamento da produção, no caso as BR-158 e BR-285. Panambi, conhecida como “Cidade das Máquinas”, encontra-se num entroncamento rodoviário e é considerado o “Terceiro Polo Metal-Mecânico do Estado”.

⁸⁸⁶ Id., ibid. (anexo IV).

Figura 141. Mapa do Sistema Viário de Panambi



Fonte: adaptação da autora com marcação das vias estruturantes, praça Eng. Walter Faulhaber, Distrito Industrial, Kepler Weber e Burning Tecnometal⁸⁸⁷.

O Plano Diretor de 1993, portanto, em comparação ao Plano anterior, de 1959, procura organizar de forma mais específica as formas de uso e ocupação do solo, uma vez que o perímetro urbano se expandiu e as áreas de ocupação prioritária necessitam ser devidamente urbanizadas.

Entre os mecanismos de gestão, o segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi trouxe, pela primeira vez, uma legislação que dispõe sobre a Proteção e a Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural e que trata das Áreas Especiais. O referido instrumento define que

As Áreas Especiais são aquelas áreas da Zona Urbana que ficam regidas por legislação superior e por normas ou requisitos especiais de proteção ao equilíbrio dos ecossistemas e aos recursos hídricos, às condições de segurança da população e ao patrimônio histórico – cultural e paisagístico. Que se subdividem em: I – Áreas de Preservação Permanente; II – Área de Proteção aos Mananciais; III – Áreas de Contenção Urbana; IV – Áreas de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico; V – Áreas de Interesse Turístico, de Esporte e de Lazer; VI – Outras que vierem a ser designadas⁸⁸⁸.

⁸⁸⁷ Adaptado pela autora (2018).

⁸⁸⁸ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 02/93*. Op. cit., 1993 (arts. 67 e 68).

Entre os mecanismos para Proteção e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural, o Plano Diretor de 1993, instituído pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, traz no art. 87 a seguinte definição:

As Áreas de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico são as porções do território municipal destinadas a resguardar e conservar edificações, de propriedade pública ou privada, que caracterizam ou referenciam a identidade e a memória dos habitantes de Panambi⁸⁸⁹.

Dessa forma, o Plano Diretor de 1993 estabelece um meio de vincular as edificações do período da Colônia Neu-Württemberg, que tenham valor patrimonial, com referências à memória e à identidade cultural da cidade de Panambi. O mesmo artigo 87 traz as seguintes determinações:

§ 1º – Fica vedada a demolição, desfiguração ou modificação, no todo ou em parte, de qualquer edificação declarada de patrimônio Histórico-Cultural ou Paisagístico do Município de Panambi, exceto com autorização por escrito do poder público municipal, sob parecer do órgão municipal competente e sob anuência do Conselho Municipal de Promoções e Turismo ou da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º – Os entornos de ambientação designados com, no mínimo, 20 (vinte) metros de largura dependem de autorização especial do poder público municipal para construção ou reforma, que não podem exceder em altura e nem prejudicar de qualquer maneira a ambiência do(s) prédio(s) tombado(s).

§ 3º – Os sítios, monumentos e edificações devem ser declarados pelo poder público municipal de proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico, em legislação específica.

§ 4º – Para a preservação das edificações incluídas no patrimônio histórico-cultural e paisagístico do Município de Panambi pode ser adotada a transferência do direito de construir, conforme dispõe a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano⁸⁹⁰.

As edificações do período da Colônia Neu-Württemberg, porém, em especial as que constituem o núcleo urbano, ficaram desprotegidas, visto o que está definido no art. 88 do Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano: “É condicionada a parecer prévio de instituição de proteção do Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico a licença para reforma ou demolição de edificação construída há mais de 50 anos, a ser concedida pelo órgão municipal competente”⁸⁹¹.

Neste sentido, as edificações do período da Colônia ficaram vulneráveis, uma vez que o parecer poderá ser favorável ou não à conservação dessas edificações, dependendo das forças políticas e econômicas, assim como dos interesses imobiliários, tornando possível a sua demolição.

⁸⁸⁹ Id., *ibid.* (capítulo V, art. 87).

⁸⁹⁰ Id., *ibid.* (capítulo V, art. 87).

⁸⁹¹ Id., *ibid.* (capítulo V, art. 88).

No período compreendido entre os Planos Diretores de 1993 e 2008, porém, foram realizadas algumas ações para a Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico do Município de Panambi, entre elas o disposto na Lei Municipal nº 2.386, de 20/04/2005, que criou o Conselho Municipal de Cultura em Panambi.

3.5.1.3 Plano Diretor de 2008

O último e atual Plano Diretor, aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 008/2008, foi instituído em 18 de agosto de 2008 pelo prefeito Delmar Hinnah. Este Plano foi elaborado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Panambi em conjunto com outros órgãos especializados, como a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene) e o Instituto de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional (IPD), representada por geógrafos, geóloga, engenheiros civis, advogado, arquitetos. Esta comissão de trabalho assim define o Plano Diretor:

Instrumento básico da política de desenvolvimento do Município e integra o processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas⁸⁹².

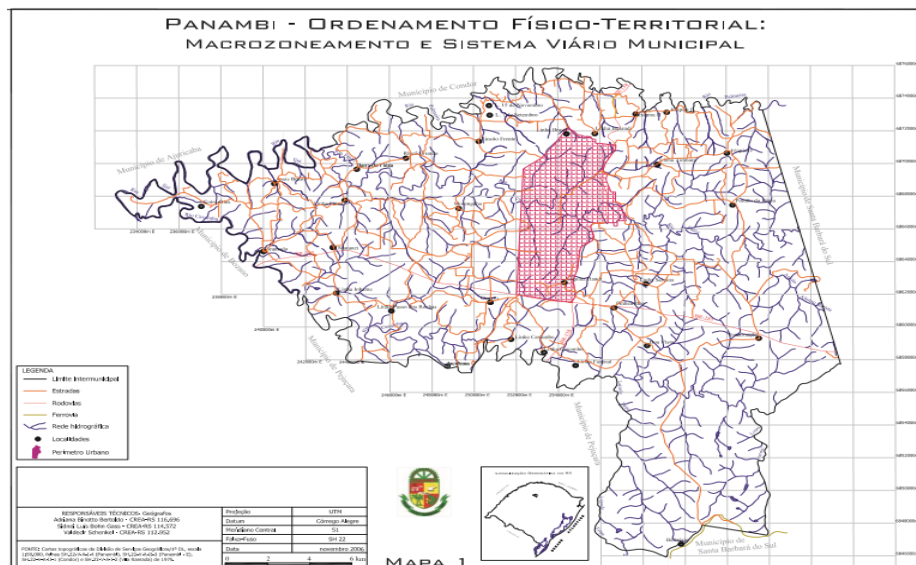
O Plano Diretor integra, de maneira geral, outros setores importantes da Política de Desenvolvimento Urbano, principalmente o orçamentário.

Quanto ao ordenamento físico-territorial do Município de Panambi, este fica dividido entre a zona rural e zona urbana. A zona rural é constituída pelas seguintes localidades, demonstradas no Mapa 1 do Plano Diretor (Figura 142): Entre-Rios, Assis Brasil, Gramado, Maranej, Ocearú, Jacicema, Esquina Handte, Pinheirinho, Boa Vista, Encarnação, Belizário, São Manoel, Linha Brasil, Linha Jaciandi, Linha Serrana, Linha Pavão, Linha Fiúza, Linha Caxambu, Linha Faxinal, Barra do Fiúza, Pontão do Fiúza, Linha Timbará, Linha Inhamé, Iriapira I, Iriapira II, Rincão Frente, Rincão Fundo, Linha Morengaba, Linha 15 de Novembro, Linha 7 de Setembro e Esquina Cesca.

A divisão das linhas coloniais, hoje chamadas de “zona rural”, tem como base a divisão territorial estabelecida pela colonizadora Hermann Meyer quando da aquisição das terras.

⁸⁹² MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 008/2008, de 18 de agosto de 2008*. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 2008 (art. 1º).

Figura 142. Mapa 1 do Plano Diretor – Macrozoneamento e sistema viário



Fonte: Município de Panambi (2008)⁸⁹³.

O perímetro urbano da sede municipal de Panambi está localizado numa área de 34,51 Km² (trinta e quatro vírgula cinquenta e um quilômetros quadrados), entre os pontos constantes no art. 92 do Plano Diretor. O Mapa 6 (Figura 143) ilustra o zoneamento e a ocupação do território urbano, assim como o sistema viário, ambos especificados pela sua legenda.

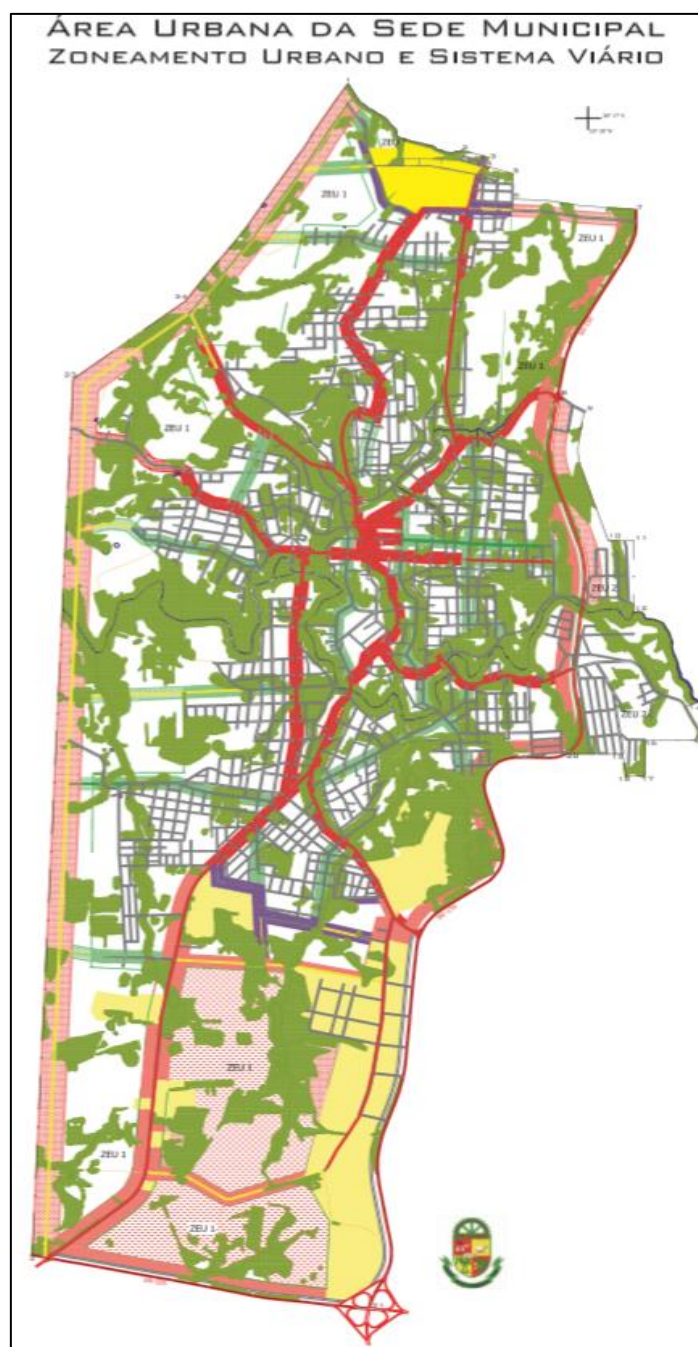
Em comparação com o Plano Diretor de 1993, pode-se observar que o sistema viário passou por poucas alterações, e que foram mantidas as vias principais que convergem em direção ao centro da cidade. Consta como proposta, porém, a implantação de uma nova via (projetada) que percorre o lado Oeste do perímetro urbano, de Sul a Norte, fazendo a ligação da BR-285 (via estruturante) com a área industrial Norte (Brunning Tecnometal).

Constata-se que desde a implantação do Povoamento da Colônia Neu-Württemberg (1900), o desenho urbano foi prejudicado pela topografia local, o que afetou o seu sistema viário. Assim, a organização da malha viária inviabiliza a proposição de vias perimetrais que evitem a passagem pelo centro da cidade, causando congestionamentos em horários de pico.

Este item trata, primeiramente, das transformações advindas do instrumento de gestão do desenvolvimento urbano, constituído pelo Plano Diretor de 2008, ou seja, as questões que diferem ou que dão continuidade ao Plano Diretor anterior.

⁸⁹³ Id., *ibid.* (anexo).

Figura 143. Mapa 6 do Plano Diretor – Zoneamento Urbano e Sistema Viário



Legenda:

ZONEAMENTO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO		LEGENDA	
	Mista 2 de ocupação prioritária		Perímetro urbano
	Mista 2 de ocupação não prioritária		Rede hidrográfica
	Mista 1 de ocupação prioritária e intensiva		Reservatórios de água
	Mista 1 de ocupação não prioritária e intensiva	SISTEMA VIÁRIO	
	Mista 1 de ocupação prioritária e semi-intensiva		Sistema viário urbano
	Mista 1 de ocupação não prioritária e semi-intensiva		Rodovias
	Mista 1 de ocupação prioritária e semi-intensiva exceto uso residencial		Vias estruturais - BRs 285 e 158
	Industriais (Distrito industrial e áreas isoladas)		Vias principais
	Áreas restritas à ocupação		Vias a implantar/qualificar
	Limite da área de ocupação prioritária		Vias secundárias

Fonte: adaptado pela autora (2018)⁸⁹⁴.

⁸⁹⁴ Adaptado pela autora (2018).

Destaca-se, neste Plano Diretor, a questão da moradia, a Política Municipal de Habitação, que tem como objetivo principal “garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia, ampliando a oferta e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda”⁸⁹⁵.

O Plano de Urbanização e de Regularização Fundiária prevê na Zona Urbana de Ocupação Prioritária, a execução de planos de urbanização, especialmente nas áreas que:

I – atendem simultaneamente as seguintes condições: a) grande densidade populacional existente; b) rendimento médio domiciliar igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o valor do salário mínimo nacional; c) inexistência ou insuficiência de infraestrutura urbana. II – as que apresentam aglomerados populacionais em loteamentos implantados; III – as que, por qualquer motivo, sejam indicadas para reassentamento de população transferida de outro local⁸⁹⁶.

Em função do crescimento do setor industrial, as necessidades atuais de moradia são quesitos importantes para o desenvolvimento urbano, uma vez que no entorno próximo às indústrias tem aumentado o número de novos loteamentos, destinados a operários que trabalham nesses locais.

A maioria dos loteamentos, no entanto, é da iniciativa privada e a moradia fica a cargo de quem adquirir o lote. O Plano de Urbanização e Regularização Fundiária prevê, também, o estímulo à produção de Habitação de Interesse Social (HIS) por meio do desenvolvimento de programas e projetos de acesso à moradia.

Outro grande incentivo à habitação foi o “Programa Minha Casa Minha Vida: PMCMV”, que tem como objetivo o acesso à moradia para famílias de baixa e média renda. Este plano incentivou a implantação de novos loteamentos nas áreas de expansão, especialmente em torno dos bairros próximos às indústrias⁸⁹⁷.

O crescimento habitacional foi consideravelmente alto devido ao número de projetos aprovados pela Prefeitura neste período, o que provocou o aumento da construção civil, da mão de obra e, conseqüentemente, o aquecimento do comércio local e regional.

⁸⁹⁵ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 008/2008*. Op. cit., 2008 (art. 9º).

⁸⁹⁶ Id., *ibid.* (art. 14).

⁸⁹⁷ Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – programa habitacional lançado em 2009 pelo Governo Federal em parceria com Estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos para permitir o acesso à casa própria para famílias de renda baixa e média (com renda bruta até R\$ 6.500). O Programa está ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que coordena a concessão de benefícios junto à Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, governos e entidades locais (PMCMV. Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: maio 2018).

Assim, para os projetos de loteamento e de edificação foram estabelecidos novos parâmetros urbanísticos de ocupação do solo na zona urbana de ocupação prioritária de Panambi. Esses parâmetros definem, principalmente, as áreas mínimas dos lotes, a dimensão da testada, a taxa de ocupação e de permeabilidade, além dos recuos frontal, lateral e de fundos.

O PMCMV, no entanto, estabeleceu um padrão construtivo muito similar em praticamente todo o Brasil, com alguma especificidade em cada região. Em geral, trata-se de um programa básico, definido de acordo com a faixa salarial do casal, constituído de sala-cozinha, dois dormitórios e um banheiro.

Observa-se, com frequência, que primeiramente é executada a parte frontal da casa, constituída de sala-cozinha, dormitório e banheiro. E, numa segunda etapa (ampliação), é feita a complementação com mais um ou dois quartos e banheiro.

Os novos loteamentos que surgiram, principalmente, em torno dos bairros próximos às indústrias são caracterizados por parâmetros mínimos, estabelecidos na tabela dos índices urbanísticos (Anexo 1), que consta no Plano Diretor de 2008. Quanto as grandes alterações pode-se considerar em relação as áreas industriais com o condicionamento do tamanho mínimo de lote, igual a 2.000m², que no plano anterior não havia, assim como o estabelecimento de testada mínima, recuos e afastamento, índice de aproveitamento, taxa mínima de ocupação e permeabilidade.

Considerando essa nova realidade, em que a cidade cresce em torno das novas áreas industriais, é importante focar nas condições em que se encontram os remanescentes industriais localizados no centro da cidade. E, em relação aos objetivos desta investigação, cabe ressaltar as diretrizes de proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural que vêm sendo propostas pelos Planos Diretores, bem como as ações que estão sendo implementadas.

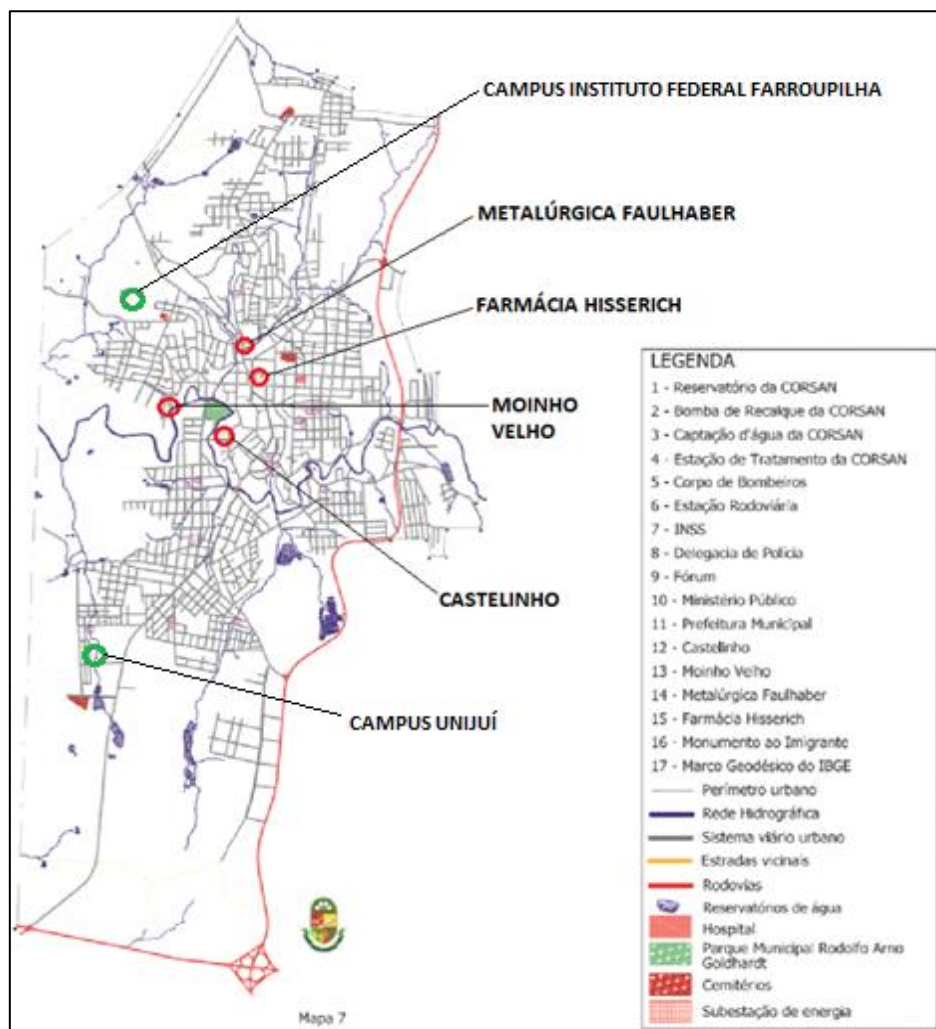
Quanto aos objetivos gerais da Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Panambi, este Plano Diretor visa “proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico e utilizá-lo como meio de desenvolvimento sustentável”⁸⁹⁸.

O Plano Diretor salienta, ainda, outras áreas importantes, como do turismo, lazer e cultura como edificações significativas ao patrimônio histórico-cultural. O Mapa da Figura 144 destaca as edificações consideradas significativas e com valor patrimonial para a cidade de Panambi, como a Metalúrgica Faulhaber, a Farmácia

⁸⁹⁸ Id., ibid. (art. 6°).

Hisserich, o Moinho Velho e o Castelinho. Essas edificações são de extrema relevância pois representam a arquitetura do período da Colônia Neu-Württemberg e estão diretamente ligadas ao estudo desta investigação.

Figura 144. Mapa 7 do Plano Diretor – Edificações significativas



Fonte: Município de Panambi (2008). Em destaque: Metalúrgica Faulhaber, Farmácia Hisserich, Moinho Velho e Castelinho⁸⁹⁹

As áreas do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Artístico, Paisagístico e Arqueológico são estabelecidas neste Plano Diretor como “as porções do território municipal destinadas a resguardar e conservar edificações ou conjunto arquitetônico e referenciam a identidade e a memória dos habitantes de Panambi”⁹⁰⁰. Cabe ressaltar ações importantes, como o tombamento de edificações ditas significativas à história e à cultura da cidade de Panambi. Entre elas destaca-se o tombamento do “Castelinho” e do “Prédio Rudi Frank”, que serão abordados no próximo item desta tese.

⁸⁹⁹ Id., *ibid.* (anexo).

⁹⁰⁰ Id., *ibid.* (art. 121).

Entende-se, contudo, que além da convergência das vias principais à área central da cidade, este local, na maioria das vezes, concentra as principais atividades econômicas e os agentes imobiliários da cidade, além do comércio, gestão administrativa, financeira, política e industrial. Ademais, o local costuma ser constituído por edificações com estatuto patrimonial, que refletem a memória e a cultura da cidade. Por outro lado, sofre transformações ao longo do tempo devido à sua vocação industrial e às interferências impostas pelo mundo moderno.

Para Lefebvre, “não existe cidade, nem realidade urbana sem um centro. Mais que isso, o espaço urbano é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”⁹⁰¹.

Com a criação do Distrito Industrial e com a instalação de outras indústrias ao Norte, desenvolveu-se na área urbana estabelecida, novas centralidades em torno dessas indústrias. O termo “centralidade” no caso da cidade de Panambi, pode ser visto sob dois aspectos distintos, ou seja, sob duas escalas diferentes. Para entender as diferentes escalas que a centralidade urbana pode abranger, Sposito conceitua centralidade sob duas escalas territoriais:

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intraurbana e a de rede urbana. No primeiro nível é possível enfocar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomada como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomerado urbano principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira que se possam compreender os papéis da cidade central⁹⁰².

O que ocorre nesse sentido é que, em função dessas indústrias, novas áreas residenciais surgem em seu entorno, expandindo, conseqüentemente, o comércio, a prestação de serviços e os equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, entre outros. E as velhas edificações industriais, que anteriormente localizavam-se no centro da cidade, tornam-se obsoletas, ultrapassadas, e não mais satisfazem as necessidades da cidade contemporânea.

Cabe ressaltar, também, a importância das grandes instituições de ensino que se estabeleceram nas áreas de expansão. Nesse caso, pode-se citar o *campus* da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí),

⁹⁰¹ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, p. 93.

⁹⁰² SPOSITO, M. E. B. *A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana: território*. Rio de Janeiro, ano III, jan-jun. 1998, nº 4, p. 27.

localizado nas proximidades do Distrito Industrial, e o *campus* do Instituto Federal Farroupilha, a Noroeste da área urbana. Essas instituições, devido à sua importância, atraem novas áreas de loteamentos residenciais que, por sua vez, trazem as demandas e necessidades do bairro, como equipamentos públicos, serviços e comércio. São instituições que atendem, não apenas a cidade de Panambi, mas toda a região e cidades vizinhas.

Justifica-se, portanto, o importante caráter industrial da cidade de Panambi e da sua denominação “Cidade das Máquinas” e “Terceiro Polo Metal-Mecânico do Estado”. Panambi pode ser considerada uma centralidade tanto do ponto de vista regional como no âmbito da rede urbana. O centro da cidade, o núcleo urbano que deu origem à cidade, contudo, deve ser considerado pela importância das edificações que o constituem e que trazem consigo a história e a cultura de seu povo. No item que segue serão abordadas as principais edificações, consideradas por este Plano Diretor como de significativa relevância para o patrimônio histórico-cultural da cidade.

3.6 DE COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG À CIDADE DE PANAMBI: UMA HISTÓRIA QUE PERMANECE

[...] De Salina e Elsenau,
Neu-Württemberg, Pindorama,
É a terra das origens;
Panambi, ela se chama.
Tão longe ficou Salina!
Lembrança de ideia lusa:
Clara, limpa e luzidia,
Reflete o brilho da musa!
De velha Europa germânica,
Surge um novo fundador:
O venturoso Hermann Meyer,
Com novo alento e vigor...

Elsenau era com nobreza
A novel Salina em flor.
Neu-Württemberg sucedeu,
Veloz, firme e com rigor!

Passam dezenas de anos
E dão o nome Pindorama;
Pouco dura é mudado,
Pra Panambi, com boa fama.

Chão fértil de vivas flores,
Viceja cerrada mata.
Verdes campos em perfil,
Onde a vida se desata...
Das selvas surgem mil roças,
Dos campos, belas fazendas,
Estradas, pontes e vaus;
Verdades nunca são lendas.
A margem do belo rio,
Entre escarpas e lombas,
Surge a CIDADE DAS MÁQUINAS!
Com asas brancas de pombas!

Comércio, indústria e transportes
Num fecundar com firmeza.
Imprensa escrita e falada,
Dá ao futuro real certeza!

As fábricas, um orgulho
Da indústria brasileira!
Relicário de grandeza
Desta Pátria hospitaleira!
Em cada esquina, retumba
Do motor troar progresso,
Voz perene do trabalho;
Segredo deste sucesso! [...] ⁹⁰³.

⁹⁰³ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 186 (trecho da poesia “Minha Terra é Panambi”).

Nas palavras de Malheiros, no trecho da poesia “*Minha Terra é Panambi*”, é possível perceber uma breve síntese do desenvolvimento da Colônia Neu-Württemberg até se tornar “Cidade das Máquinas”. Este item do estudo detém-se na busca por fatos históricos de tempos idos e modernos, procurando trazer desde os seus primeiros moradores, os vários períodos de seu desenvolvimento até a contemporaneidade e suas propostas de desenvolvimento. A abordagem parte da atuação da Colonizadora Hermann Meyer, da importância da colônia agrícola formada essencialmente por imigrantes alemães, a sua contribuição no desenvolvimento regional até a sua transformação em cidade industrial.

Dessa forma, é importante considerar a cultura trazida pelos imigrantes, que fortemente influenciaram os diversos aspectos culturais da colônia, baseados, principalmente, na educação, na religião e no trabalho árduo. Destaca-se o trabalho realizado no campo até as ferrarias, oficinas, e pequenas indústrias que se estabeleceram aqui ao longo desse processo. Igualmente, das pessoas que estiveram envolvidas nas decisões que alavancaram o desenvolvimento da colônia, e das que contribuíram com a constituição do espaço urbano e suas características arquitetônicas.

Nesse contexto de transformações, o espaço urbano foi se configurando de maneira a suprir desde as primeiras necessidades da colônia até a formação da cidade contemporânea. O núcleo urbano idealizado por Rudolf Ahrons, com seu desenho em forma rígida e ortogonal, precisou se adequar às condições geográficas do lugar, se alterando em função do vale, do rio e das partes altas. Uma das praças propostas por Ahrons (a praça do mercado), porém, permanece, e se tornou a praça principal da cidade, hoje Praça Eng. Walter Faulhaber.

A estrutura pensada por Meyer e concretizada na planta de Ahrons para o povoamento da Colônia Neu-Württemberg, trouxe como estrutura primordial, a casa do administrador da colônia, o moinho, a casa do imigrante, a capela e a escola. Tais edificações constituíram os primeiros traços da arquitetura alemã para a colônia.

A arquitetura simples das casas, em madeira e em *enxaimel*, construídas nas linhas coloniais, aos poucos foram aparecendo em torno da praça, abrigando o pequeno comércio e serviços essenciais à colônia.

As primeiras ferrarias e oficinas, que eram anexos ao fundo do lote, foram ocupando espaços maiores nas proximidades do núcleo urbano, afim de suprir as necessidades dos colonos. Organizou-se, assim, a primeira área onde se estabeleceram as principais indústrias da colônia. Com o desenvolvimento do local,

porém, essas indústrias deixaram suas antigas instalações para ocupar outros espaços da cidade, agora destinados especialmente à indústria.

Este item “*De Colônia Neu-Württemberg à cidade de Panambi: uma história que permanece*” tem como objetivo trazer de volta a memória dos remanescentes da antiga Colônia Neu-Württemberg, estabelecendo um vínculo com a história e a cultura da cidade, bem como demonstrando a importância do seu legado à preservação do patrimônio histórico-cultural.

Ao tratar da preservação do patrimônio histórico e cultural torna-se necessário compreender a relevância dos lugares de memória, os quais possuem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo. Nesse caso, refere-se aos espaços de convívio coletivo, como a praça, o cinema, a escola e, não menos importante, a indústria.

O passado retrata a memória em comum e a identidade social desse grupo, num espaço caracterizado por trazer a história de todos. Segundo Pesavento, memória é a “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”⁹⁰⁴. A memória de uma cidade é constituída pela história de vários períodos que são contados de geração em geração, construindo, dessa forma, uma memória coletiva.

Os espaços mais importantes de uma cidade remetem a um passado remoto, produzindo sentimentos e sensações que trazem à tona os momentos vividos pelo grupo e, assim, fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada por meio de lugares e edificações e até mesmo de antigos costumes, que fazem lembrar a forma de vida daqueles que viveram no passado. Assim, cada edificação é constituída não apenas de seu material construtivo, mas também dos vários significados e vivências ali experimentados por determinado grupo.

Vale destacar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio pode estar relacionado aos modos de viver, ao saber-fazer, aos costumes e técnicas aplicadas. Choay, referindo-se ao patrimônio histórico, salienta:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos⁹⁰⁵.

⁹⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia, MG, 2002, v. 4, n° 4, p. 26.

⁹⁰⁵ CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. *Arte e Comunicação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014, p. 11.

A autora vai além ao considerar a noção de patrimônio não apenas uma seleção ou coleção de objetos, documentos e edificações, mas, também, por estar relacionado a processos sociais mais amplos, que envolvem as concepções de História e Antropologia. Constitui-se, assim, o patrimônio histórico-cultural da cidade de Panambi, que se mantém por meio da História e que permanece na memória coletiva dos indivíduos.

Atualmente, porém, aos olhares do homem moderno, essas construções antigas, assim como os velhos costumes, são meras lembranças do passado, construções velhas, ultrapassadas e desatualizadas. Intensificado pela especulação imobiliária e pela falta de conhecimento, devem ser demolidos para dar espaço a edificações mais modernas, condizentes com as necessidades atuais da cidade contemporânea.

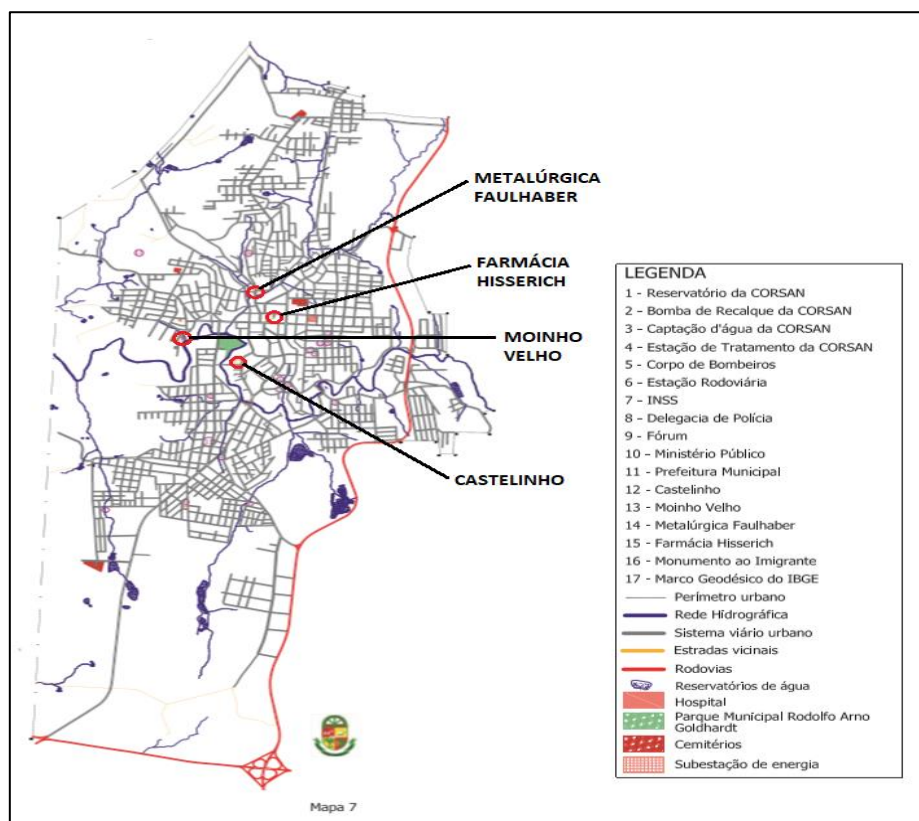
Esses pensamentos e atitudes são contrárias às ideias de preservação e valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. O zelo e os cuidados com os bens patrimoniais buscam resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente. Assim, não é possível preservar a memória de um povo sem pensar em preservar os espaços por eles utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver.

A conservação de bens patrimoniais, portanto, deve dar atenção aos objetos e edificações que tenham um significado para determinada comunidade, pois perpetuarão a memória e preservarão os espaços utilizados por ela, contribuindo para a construção de sua história.

A construção da história de Panambi se dá por meio da conservação dos seus bens patrimoniais, especialmente de algumas edificações que permaneceram e que retratam a história da comunidade. São, portanto, consideradas de extrema relevância pois representam a arquitetura do período da Colônia Neu-Württemberg e estão diretamente ligadas ao estudo desta investigação.

A Lei Complementar Municipal nº 008/2008, de 18 de agosto de 2008, que instituiu o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi, apresenta o Mapa 7 em seus anexos (Figura 145), o qual revela alguns locais de memória histórica.

Figura 145. Mapa 7 do Plano Diretor – Edificações com interesse de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural



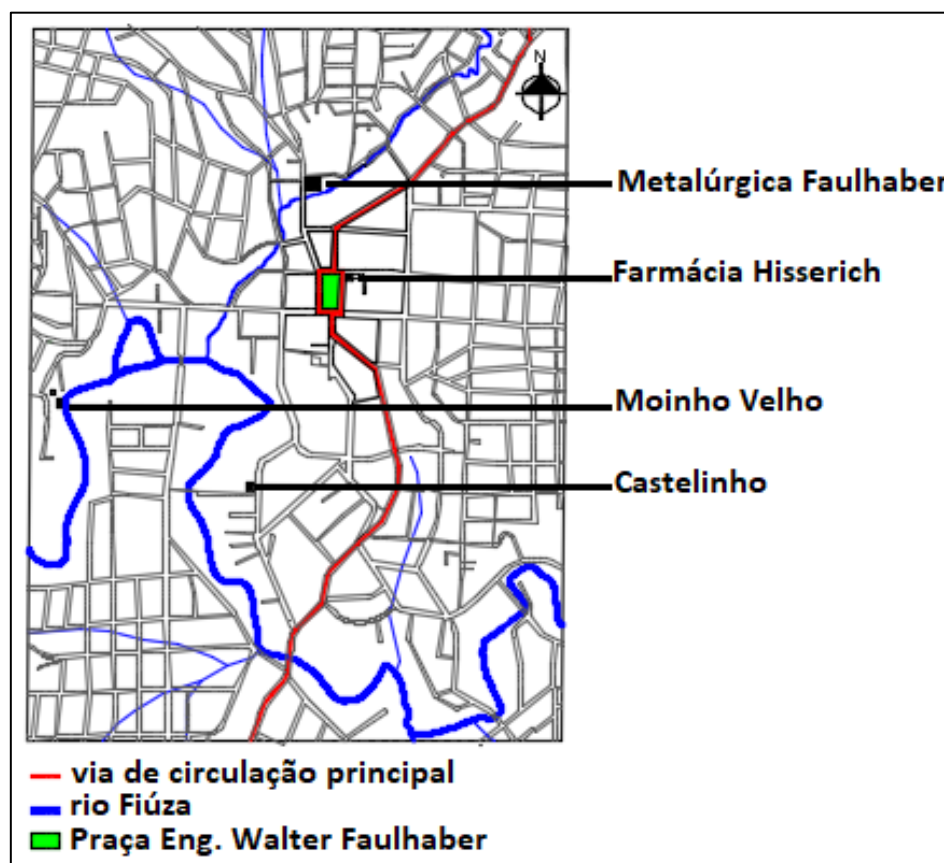
Fonte: adaptado pela autora (2018)⁹⁰⁶.

Este mapa destaca a área urbana da Sede Municipal – Zoneamento Físico-Ambiental: Áreas de Interesse Turístico, de Esporte e de Lazer; de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural; de Serviços Essenciais e Outras Áreas de Interesse Público.

Na área de Interesse de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural, pode-se citar as seguintes edificações da época da Colônia Neu-Württemberg: Moinho Velho, Castelinho, Farmácia Hisserich e Metalúrgica Faulhaber. O mapa (Figura 146) ilustra a localização de cada edificação, tendo como referência a Praça Engenheiro Walter Faulhaber, a principal via de acesso e circulação da cidade, e o rio Fiuza.

⁹⁰⁶ Destaque realizado pela autora (2018).

Figura 146. Edificações de Interesse de Preservação (mapa sem escala)



Fonte: adaptado pela autora (2018)⁹⁰⁷.

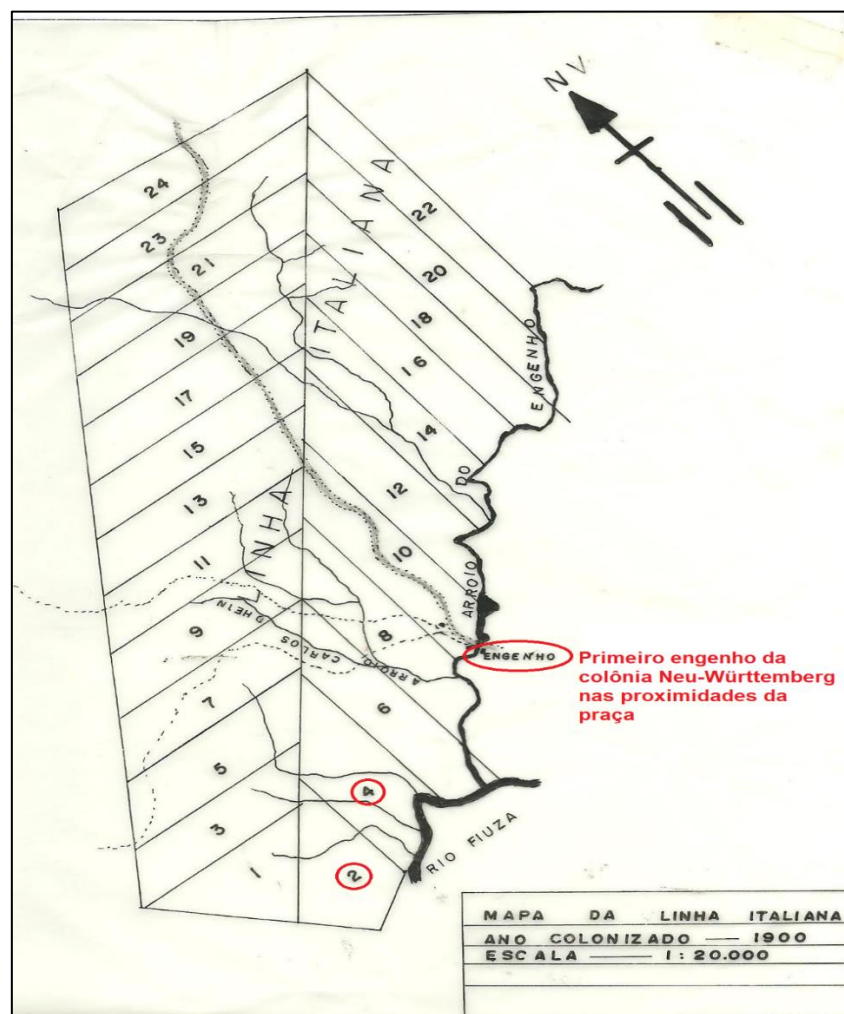
3.6.1 Moinho Velho

O “Moinho Velho” foi um dos primeiros moinhos construídos na Colônia Neu-Württemberg. O primeiro moinho, porém, foi de Karl Wagner, que já se encontrava no desenho da primeira planta do Povoado de Neu-Württemberg, conforme localização da planta na Figura 147.

A construção do “Moinho Velho” data de 1903 e localizava-se na Linha Italiana, nos lotes 2 e 4, conforme mapa da colonização (Figura 147), atual Bairro Italiana. Na época, sua localização era distante da sede urbana (da *Stadtplatz Elsenau*), que foi instalada na linha Berlim, ao lado direito da linha Italiana. A partir do Plano Diretor de 1993, sua localização veio a fazer parte do perímetro urbano da cidade.

⁹⁰⁷ Destaque realizado pela autora (2018).

Figura 147. Mapa com a localização dos lotes 2 e 4 da Linha Italiana (1900)



Fonte: adaptado pela autora com base no acervo do MAHP (2018)⁹⁰⁸.

Sua existência foi de grande relevância e essencial à manufatura da produção agrícola. Assim como outros moinhos, tornou-se de extrema importância para o processo de desenvolvimento da colonização. Sua construção foi realizada pelos colonos que ali se estabeleceram:

Em 1902, os irmãos Waihrich planejaram a construção dum Moinho no Rio Fiúza, conseguiram licença para construir uma taipa. A seguir, começaram a abrir um canal para água e preparar a madeira para as construções. Madeira de boa qualidade naquele tempo existia em abundância, portanto, a represa ficou construída com toros de angico, grapia, etc. Igualmente, preparava-se o madeiramento talhado de gabriuva para as construções. As rodas de água, dentadas e de transmissão, as tábuas de louro e cedro foram preparadas a mão com serra e machado. Os irmãos Waihrich mostraram neste preparo toda a sua capacidade como hábeis carpinteiros, o que demonstra ainda hoje o madeiramento exposto do “Moinho Velho”. Somente as mós deviam vir de fora, visto não existir em Panambi pedra apropriada para esse fim⁹⁰⁹.

⁹⁰⁸ Adaptado pela autora com base no acervo MAHP (2018).

⁹⁰⁹ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013 (histórico do Moinho Velho).

Os irmãos Waihrich, porém, não tiveram condições financeiras para concluir a construção do moinho e venderam o imóvel aos irmãos Streppe. Além do moinho e da residência haviam ainda outras pequenas edificações em madeira destinadas à criação de animais e galpão para guardar ferramentas e estoque de alimentos.

A residência foi construída em enxaimel, com alicerce de pedra, posteriormente ampliada para os fundos, como mostra a imagem (Figura 148).

Figura 148. Moinho Velho e residência dos imigrantes irmãos Waihrich (s/d)



Fonte: MAHP (2013), destaque realizado pela autora⁹¹⁰.

O moinho foi construído com alicerce de pedras, estrutura de madeira e paredes em madeira roliça. Na sua origem, a construção foi concebida em dois pavimentos, com porão, térreo e o sótão. Era movido à roda d'água, a qual se encontra instalada no porão do moinho, e lá permanece até os dias de hoje.

Na década de 20 foi vendido ao Sr. Dr. Gustav Kuhlmann, que transformou em poucos anos o moinho num verdadeiro paraíso para turistas. Comprou mais terras do Sr. Germano Molz e do Sr. Valentim Osvaldo Blume, instalou um gerador elétrico com a energia branca a dispor, um descascador de arroz, um triturador de cereais, a primeira máquina para produzir gelo para abastecer a sede Elsenau, com este precioso refrigerante; fez tudo para transformar o moinho e arredores num lugar aprazível e lucrativo. Em 1935 uma enchente arrancou pela terceira vez a represa, a qual foi nesta vez reconstruída pelo Sr. Gottfried Reusch em pedra arenita⁹¹¹.

O local possuiu vários proprietários que valorizaram a área, mas foi a partir de 1970 que o prédio foi transformado em restaurante. Passou por várias adaptações e ao longo do tempo recebeu outros anexos, como o pavimento intermediário, que liga

⁹¹⁰ Id., *ibid.*

⁹¹¹ Id., *ibid.* (histórico do Moinho Velho).

o térreo ao porão e onde hoje se encontra o bar. Além do anexo do bar também recebeu uma cozinha industrial adaptada ao novo uso, assim como banheiros.

Atualmente, o Moinho Velho possui um complexo turístico com outros dois salões para eventos, assim como estacionamento e uma ampla área verde. Não foi tombado, mas encontra-se registrado no Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul sob nº PRS 89-0017-00113 (Anexo).

É considerado ponto turístico e de visitação devido ao seu entorno natural, beleza e valor histórico-cultural. As intervenções realizadas preservaram o seu antigo uso, mantendo as características originais da edificação, sua estrutura e materiais. A roda d'água no interior do moinho foi preservada, assim como toda sua estrutura de engrenagens, o que traz à memória o seu uso no passado e constitui elemento significativo da edificação. As imagens a seguir (Figura 149) ilustram o atual aspecto do prédio, que abriga importante restaurante, reconhecido em toda região e Estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente, não foram localizados desenhos e/ou projeto do “Moinho Velho” para uma melhor visualização de sua estrutura e análise da edificação.

Figura 149. Imagem externa e interna do Restaurante Moinho Velho



Fonte: Restaurante Moinho Velho, área externa (2018)⁹¹²; área interna (2018)⁹¹³.

3.6.2 Castelinho

O “Castelinho” é uma residência situada na Rua General Osório, número 507 (ver localização no mapa das Figuras 146 e 147), conhecido pela sua tipologia arquitetônica e eclética que retrata os palacetes burgueses europeus. Foi projetado e construído em 1912 pelo imigrante alemão Johann Lindner e sua família, com base em conhecimentos trazidos da Alemanha. A estrutura da edificação é em enxaimel e sua construção original foi realizada com materiais locais, em especial os tijolos, que

⁹¹² MOINHO VELHO. *Imagem externa*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br>>. Acesso em: jun. 2018.

⁹¹³ RESTAURANTE MOINHO VELHO. *Imagem interna*. Disponível em: <<http://www.panambi.rs.gov.br>>. Acesso em: jun. 2018.

foram produzidos no próprio local graças ao solo argiloso. A família residiu no Castelinho até 1923, quando vendeu os lotes 13 e 14 para a família de Karl Beyhl.

No ano de 1945, Richard Saur e sua esposa Frida trocaram o Castelinho com o Sr. Gottfried Wolgien por tijolos, já que o futuro proprietário, até então, era dono de uma olaria, na Linha Berlim, hoje Bairro Wolgien. Já o Sr. Richard fez o negócio para construir um novo prédio para sua oficina, hoje Saur Equipamentos S/A, na época situada na Rua Sete de Setembro, utilizando os tijolos da troca do Castelinho⁹¹⁴.

A edificação passou por várias alterações ao longo do tempo, mas sempre manteve sua estética original. Seu uso foi residencial até o ano de 1989, quando passou a abrigar o Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP). As fotos da Figura 150 ilustram a edificação na época de 1910, quando possuía um telho com frontão sob a varanda em arcos, e em 1989, com a alteração no telhado.

Devido à grande enchente de 1992, que assolou o Município de Panambi, atingindo a Reserva Técnica do MAHP (porão), foi necessário transferi-lo para outro prédio, agora junto ao Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt.

Figura 150. Imagens do Castelinho



Fonte: MAHP (2013)⁹¹⁵.

Em 2009, a prefeitura adquiriu o imóvel e o anexou à área do Parque Municipal. O “Castelinho” é a única obra tombada pela Lei Municipal n° 2.953, de 24 de março de 2010, por tratar-se de Patrimônio Histórico e Arquitetônico e constar no Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do RS, sob o n° PRS 89-0017-00117 (Anexo).

Em 2011, a Prefeitura Municipal solicitou à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que, juntamente com a Central de Projetos, fizesse levantamentos para o restauro do prédio “Castelinho.” Após vários trâmites legais foi contratada uma equipe especializada para realizar um projeto de restauro da edificação. O projeto propunha:

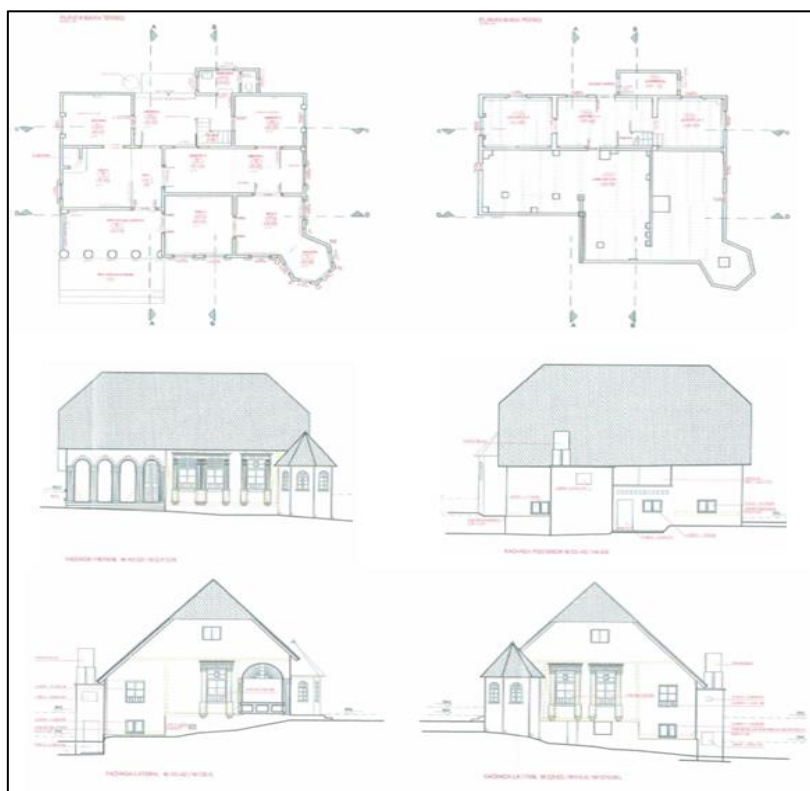
⁹¹⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013 (histórico do Castelinho).

⁹¹⁵ Id., *ibid.* (histórico do Castelinho).

Restauração rigorosa de forma a conservar e legar à comunidade de Panambi, a edificação representativa de sua cultura e história; restauração rigorosa, com mínimas intervenções, como novos sanitários e acessibilidade universal e implementação de acesso e ligação com o Complexo Cultural e Escola de Talentos que serão projetados para completar o conjunto; retirada de elementos que não fazem parte do conjunto, como: lareira interna, lavanderia e banheiros construídos em apêndice à casa, bem como caixas d'água; manutenção de acréscimos incorporados ao longo do uso à antiga proposta, como aumento de área posterior (cozinha, varanda e porão) e mudança do telhado na fachada anterior⁹¹⁶.

Além de toda a restauração da edificação, o projeto tinha como objetivo criar uma Casa de Cultura anexa ao local, sendo o Castelinho a “porta de acesso” a esse complexo cultural. O projeto de restauro, porém, ficou apenas no papel. Atualmente, devido ao seu estado de extremo abandono e decomposição, a execução do projeto torna-se inviável economicamente para o Município. A Figura 151 ilustra o levantamento realizado pela equipe de restauro, com as respectivas plantas baixas e as fachadas da edificação, além de outros desenhos.

Figura 151. Plantas baixas e fachadas do Castelinho



Fonte: Wilimzig e Oliveira (2015)⁹¹⁷.

⁹¹⁶ WILIMZIG, Markus; OLIVEIRA, Suzana V. *Experiência em restauração: antigo Castelinho de Panambi – RS. Uma parceria entre autores do projeto, Prefeitura de Panambi e comunidade interessada*. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/306356107>>. Acesso em: maio 2018.

⁹¹⁷ WILIMZIG, Markus; OLIVEIRA, Suzana V. Op. cit., 2015 (plantas térreo, baixa porão, fachada frontal-leste, fachada posterior-oeste, fachadas lateral-sul e fachada lateral norte).

Importante ressaltar as diferentes atividades realizadas com o intuito de debater sobre a valorização e a preservação do patrimônio edificado da cidade de Panambi. Entre elas, está o Projeto de Extensão “Rodas de Memória”⁹¹⁸, coordenado pela professora Josiane Pillar de Oliveira Hinning⁹¹⁹. O evento contou com a participação da arquiteta Andréia Bottega Bairros, que apresentou um projeto de restauro para o local.

3.6.3 Farmácia Hisserich

A “Farmácia Hisserich” localiza-se na esquina da Praça Engenheiro Walter Faulhaber com a Rua Benjamin Constant. Fundada no ano de 1926, pelo farmacêutico Georg Ludwig Hisserich, foi a primeira e a mais antiga farmácia até há poucos anos, quando encerrou suas atividades, dando espaço a novos usos.

A Farmácia Hisserich. Uma das tantas famílias alemãs a colonizarem a cidade a 380 quilômetros de Porto Alegre, os Hisserich viviam no Rio de Janeiro, onde Carlos Augusto trabalhava em uma grande farmacêutica. Da Alemanha, seu pai, Ludwig Georg, comprou uma gleba de terra em Panambi, ainda só um pequeno povoado, e avisou: iria para lá quando se aposentasse. Assim o fez, levando consigo a parte fluminense da família⁹²⁰.

A família vinda do Rio de Janeiro se estabeleceu em Neu-Württemberg, onde Carlos Augusto adquiriu o prédio já existente para iniciar as atividades da Farmácia Hisserich. Não foram encontrados registros precisos da data de construção dessa edificação, mas estima-se que tenha sido executada entre os anos de 1915 a 1919 pelos irmãos fundadores da atual empresa Kepler Weber. “A Casa Comercial Kepler & Filhos vendia secos e molhados e armarinhos, além de operar com a compra e venda de veículos Chevrolet”⁹²¹.

A casa localizada à esquerda (Figura 152) era moradia da família Kepler e a edificação à direita foi demolida para construção do então Hotel Oasis.

⁹¹⁸ OLIVEIRA, Rafael Paula de; AZEVEDO, Luana Almeida. Maquete elaborada pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unijuí. Disponível em: <<http://panambinews.com>>. Acesso em: maio 2018.

⁹¹⁹ Arquiteta e Urbanista, docente do Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal Farroupilha, com o apoio dos demais colegas docentes do curso.

⁹²⁰ JORNAL DO COMÉRCIO. *Farmácia Hisserich mantém a tradição em Panambi*. Porto Alegre, 20 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=151795>>. Acesso em: jun. 2018.

⁹²¹ KEPLER WEBER. Disponível em: <<http://www.kepler.com.br>>. Acesso em: mar. 2018 (origem e descendência da Família Kepler, 1987)

Figura 152. Casa comercial de Adolfo Kepler Senior (1920)



Fonte: MAHP (2013)⁹²².

Ocorreram várias alterações na construção original, mas em suma prevaleceu a tipologia colonial, com a fachada principal voltada à praça. A Casa Comercial Kepler & Filhos deu espaço, em 1926, à “Farmácia Hisserich”. Com o falecimento do Sr. Jorge Hisserich, filho do fundador da farmácia, o estabelecimento continuou funcionando por algum tempo sob a administração da família, porém veio a ser alugada com o mesmo nome.

Procurando aumentar os rendimentos da farmácia, Carlos Artur decidiu instalar um ponto de pagamentos do Banrisul. Quando tiraram uma janela da fachada para instalar uma nova porta, um juiz apareceu e mandou parar a obra. O prédio já havia sido considerado patrimônio histórico do município⁹²³.

Com isso, o espaço destinado ao posto de pagamentos ficou interditado por algum tempo, mas logo veio a funcionar. Apesar de o prédio ser considerado patrimônio histórico do município e fazer parte do Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul sob o número PRS 89-0017-00049 (Anexo), ele não foi tombado, portanto, estava desprotegido, ou seja, sujeito a intervenções sem qualquer critério ou regulamentação.

Ao observar a imagem da Figura 153 percebe-se que a janela junto à esquina foi aberta para dar acesso ao espaço alugado para funcionamento de um posto bancário. A área atrás da farmácia e do posto bancário ainda é utilizada por uma

⁹²² MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

⁹²³ JORNAL DO COMÉRCIO. Op. cit., 20 fev. 2014.

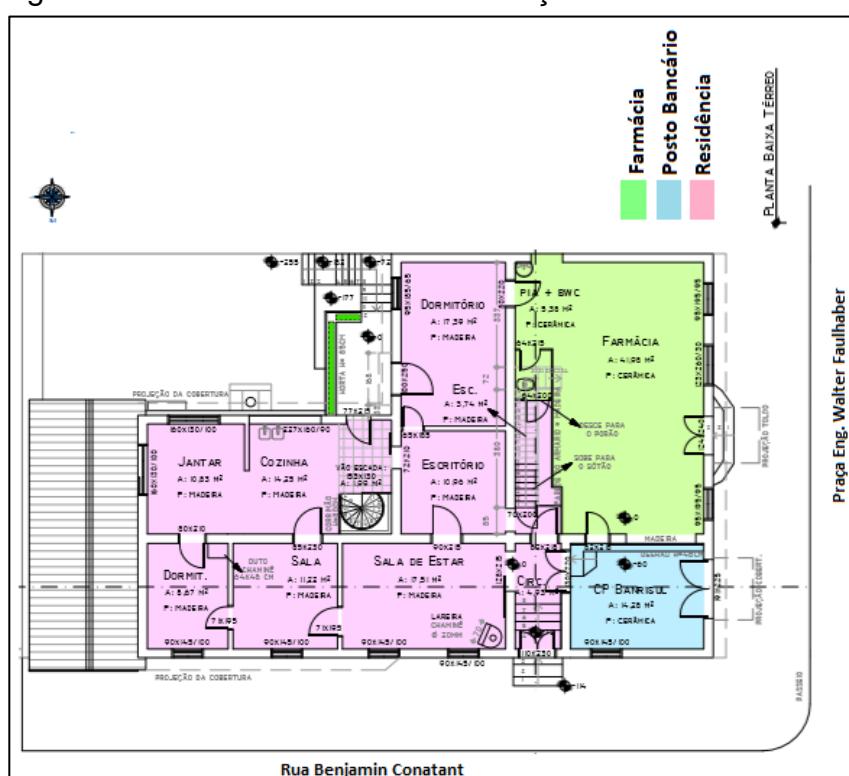
residência. A Figura 154 apresenta o *layout* da planta baixa térreo com seus respectivos espaços e diferentes usos.

Figura 153. Farmácia Hisserich e Posto Bancário (2014)



Fonte: Jornal do Comércio (2014)⁹²⁴.

Figura 154. Planta baixa com delimitação dos diferentes usos



Fonte: Christmann (2013)⁹²⁵.

⁹²⁴ Jornal do Comércio. Op. cit., 20 fev. 2014.

⁹²⁵ CHRISTMANN, Samara Simon. *Levantamento de medidas e planta baixa para o trabalho da Disciplina Projeto V*. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Unicruz), 2013.

Devido a sua ocupação por vários usos diferenciados, o prédio teve as suas fachadas originais alteradas. Atualmente, a planta baixa se mantém sem grandes alterações. O espaço do posto bancário foi ocupado por uma cervejaria e a antiga área ocupada pela “Farmácia Hisserich” hoje é uma loja de vestuário (Figura 155).

Figura 155. Vista frontal e lateral: da “Farmácia Hisserich” à loja de vestuário



Fonte: autoria própria (2018)⁹²⁶.

No acesso lateral (fachada Norte), na Rua Benjamin Constant, instalou-se uma cafeteria chamada “Café Bendito” (Figura 156), que ocupa todo o porão da edificação. A parte do térreo continua abrigando uma residência unifamiliar e o sótão segue como área de depósito.

Figura 156. Fachada Norte, “Café Bendito”



Fonte: CasaDuo (2018)⁹²⁷.

É possível verificar, contudo, que a antiga “Farmácia Hisserich”, quando deixou de exercer suas atividades, teve a sua fachada alterada para adequação dos novos usos, mas permanece com suas características tipológicas originais, como a volumetria de telhados.

⁹²⁶ Foto tirada pela autora (2018).

⁹²⁷ CASADUO. Arquitetas Daiane Schindler e Betina Beifuss. Disponível em: <<https://yellow.place/pt/casa-duo-panambi-brazil>>. Acesso em: mar. 2018 (marcação pela autora).

3.6.4 Metalúrgica Faulhaber

A “Metalúrgica Faulhaber” é considerada pelo Plano Diretor de 2008, o único exemplar da arquitetura industrial da época da Colônia Neu-Württemberg. Por isso, deve ser preservada como representante de uma época em que a colônia desenvolvia a sua economia, anterior ao estabelecimento de indústrias modernas.

A “Metalúrgica Faulhaber” localiza-se na rua Hermann Faulhaber, na primeira área industrial de Panambi, ou seja, entre a Praça Eng. Walter Faulhaber e a casa do administrador da Colônia Neu-Württemberg. Foi fundada em 1º de setembro 1933 pelos engenheiros mecânicos Walter Faulhaber, filho do então administrador da colônia Hermann Faulhaber, juntamente com Johannes Karl Klemm e Erich Schild.

A “Faulhaber & Cia” tinha por objetivo a plantação de árvores frutíferas, compra e venda de frutas, preparação e comercialização, ou seja, iniciou como uma pequena fábrica de conservas, uma vez que o solo da colônia era propício ao cultivo de frutas e legumes. A empresa iniciou suas atividades em uma construção muito modesta. A edificação que serviu como núcleo inicial era construída em madeira (Figura 157). De acordo com Ronaldo Grams, atual diretor da “Metalúrgica Faulhaber”, era apenas um “local como oficina que acolhia inicialmente os serviços desse núcleo embrionário, que após estabelecer-se foi levado por uma enchente do arroio Moinho”⁹²⁸.

Figura 157. Núcleo inicial da Empresa Faulhaber (década de 1930)



Fonte: Metalúrgica Faulhaber (2018)⁹²⁹.

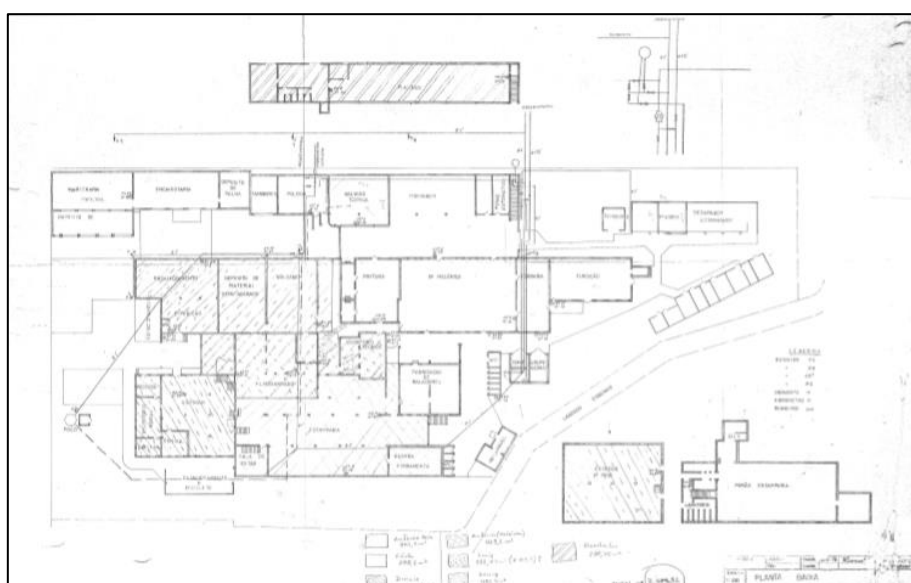
⁹²⁸ Entrevista realizada com Ronaldo Grams, diretor proprietário da Empresa Metalúrgica Faulhaber, em maio de 2016.

⁹²⁹ METALÚRGICA FAULHABER. Acervo documental e fotográfico. Panambi, RS, 2018.

A antiga construção cedeu lugar a novos prédios em alvenaria, que foram sendo ampliados, permanecendo até os dias de hoje como uma marca na paisagem urbana, um legado moderno na cidade de Panambi.

As plantas originais da “Metalúrgica Faulhaber” não foram localizadas, e de acordo com Sr. Ronaldo Grams, não existem mais. A única planta encontrada (Figura 158) e cedida pela empresa, foi confeccionada em 1978. Devido as sucessivas adequações e alterações não é possível ter ideia exata de sua configuração interna original, uma vez que possui compartimentação dos espaços em vários setores.

Figura 158. Planta da Metalúrgica Faulhaber (1978)



Fonte: Metalúrgica Faulhaber (2018)⁹³⁰.

Constituída por uma estrutura de dois pavimentos e volumetria retangular, apresenta, entre outros aspectos, espaços com vãos livres e fachada composta por grandes aberturas para iluminação, caracterizando uma indústria moderna. Ainda assim, seu caráter e tipologia remetem à arquitetura alemã.

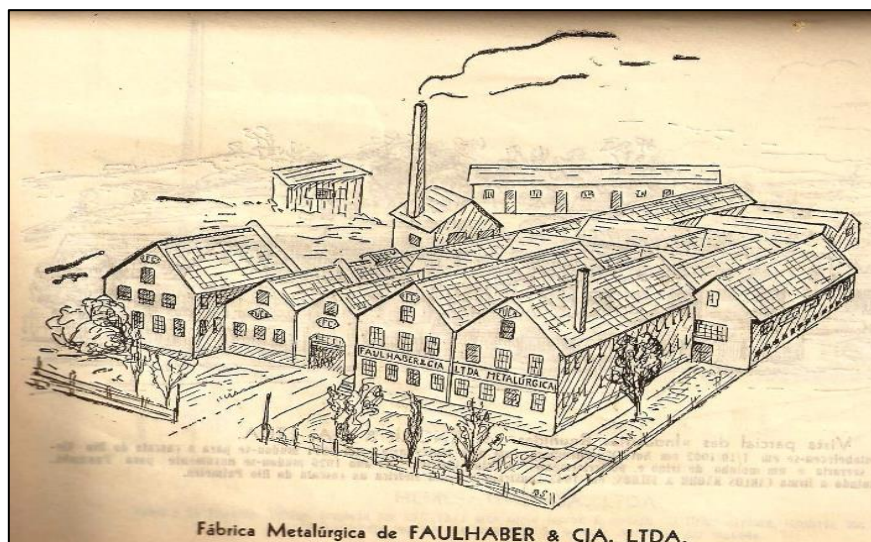
Nem poderia ser diferente, uma vez que seus projetistas foram o engenheiro Walter Faulhaber e seu cunhado, engenheiro alemão Erich Schild⁹³¹. Ambos tiveram sua formação acadêmica na Alemanha e, por isso, seus trabalhos apresentam tais referências arquitetônicas. Dessa forma, pode-se afirmar que a arquitetura industrial produzida na Colônia Neu-Württemberg tem suas origens na arquitetura alemã,

⁹³⁰ Id., *ibid.*

⁹³¹ Não se tem a informação do local exato de sua formação. Foi responsável pelo projeto de várias edificações, entre elas, a Cooperativa de Crédito Caixa Rural, algumas residências, a primeira parte em alvenaria do atual Colégio Evangélico e o Hospital do Dr. August Lieberknecht (BEUTER, Ivo. Op. cit., 2013).

caracterizada, principalmente, por edificações em duas águas, com grande caimento nos telhados (Figura 159).

Figura 159. Perspectiva da empresa Faulhaber



Fonte: MAHP (2017)⁹³².

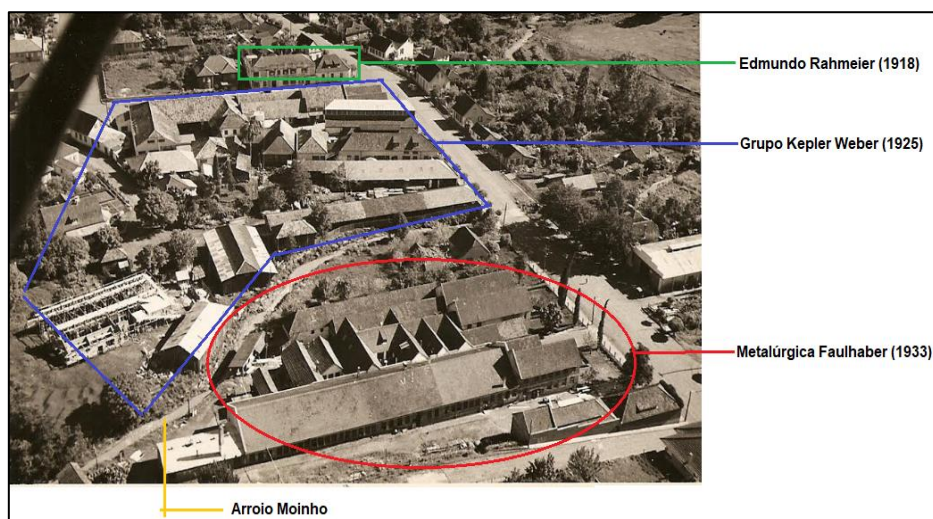
Nas décadas de 1930 e 1940 já se avistava um futuro promissor em relação ao desenvolvimento industrial de Panambi. A “Cidade das Máquinas” vinha destacando-se na região como polo metal-mecânico. As principais indústrias que iniciaram naquela época e se desenvolveram ao longo do tempo foram: Knorr & Cia Ltda (1903); Malharia Helvitea Ltda (s.d.); Edmundo Rahmeier (1918); Grupo Kepler Weber (1925); Saur Equipamentos S/A (1926); Fábrica de Móveis Geckeler (1927); Olvepin (1930); Oscar Strücker & Cia Ltda (1930); Empresa Metalúrgica Faulhaber (1933); Bruning Tecnometal S/A (1947) e o Moinho Panambi S/A (1952).

Na Figura 160 pode-se observar a implantação da “Metalúrgica Faulhaber” e o seu entorno imediato, assim como de outras indústrias já instaladas. Fica visível nesta imagem o curso do arroio Moinho que faz divisa com o “Grupo Kepler Weber”. Por sugestão de Demétrio Ribeiro Neto, no seu levantamento para o primeiro Plano Diretor (1959), o arroio foi futuramente canalizado.

Dentre as fábricas citadas, a grande maioria não preservou o seu prédio original, ou seja, já não existem mais ou estão completamente descaracterizadas. A “Metalúrgica Faulhaber”, pelo contrário, manteve o seu prédio original, bem como preservou as suas características arquitetônicas.

⁹³² MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

Figura 160. Entorno da Fábrica Faulhaber, como arroio Moinho e outras indústrias (década de 1950)



Fonte: MAHP (2017)⁹³³.

Nas imagens a seguir (Figura 161) observa-se o dia a dia das atividades no interior da fábrica, na década de 1940, onde homens e mulheres dividem as diversas tarefas, em máquinas modernas e sob a iluminação natural, proporcionada pelos grandes vãos e janelas das fachadas.

Figura 161. Funcionários da Metalúrgica Faulhaber na produção de artefatos (década de 1940)



Fonte: Metalúrgica Faulhaber (2018)⁹³⁴.

⁹³³ Id., *ibid.* (destaque realizado pela autora).

⁹³⁴ METALÚRGICA FAULHABER. Acervo documental e fotográfico. Panambi, RS, 2018.

Apesar das dificuldades e dos problemas causados pelas pragas e ataques dos insetos, que danificavam quase por completo a plantação, a Faulhaber soube contornar os obstáculos. Desenvolveu diversos produtos (Figura 162) e pulverizadores, que eram produzidos na empresa, e que serviam para o combate dos insetos e pragas nocivas às plantações. Desenvolveu, também, uma máquina para o combate de formigas que ainda hoje é largamente utilizada, e uma seringa apropriada para combater as doenças do gado bovino.

Figura 162. Folder de propaganda dos produtos da Empresa Faulhaber (s/d)



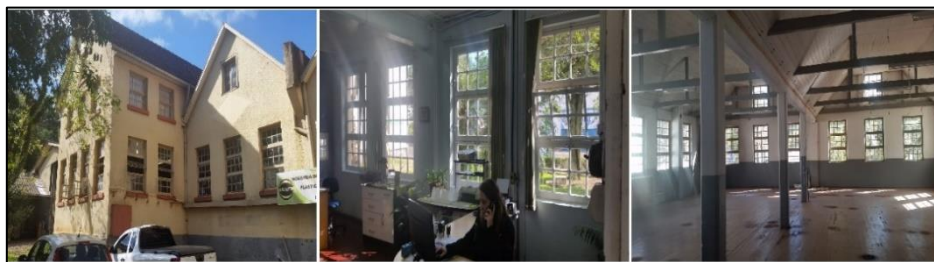
Fonte: MAHP (2017)⁹³⁵.

Devido às novas exigências do mercado e aos sucessivos avanços tecnológicos, as instalações originais da “Metalúrgica Faulhaber” foram transferidas para a nova zona industrial. Esta ação foi necessária tendo em vista a adequação e modernização dos espaços da fábrica.

Atualmente, as instalações de empresa “Metalúrgica Faulhaber” estão parcialmente utilizadas, sendo que uma grande parte está abandonada, sem utilização. A parte frontal se encontra em estado razoável de conservação e está locada para uma empresa de painéis de controle, injeção de termoplásticos (Figura 163). Já a parte dos fundos está sendo utilizada por uma marcenaria, e encontra-se em péssimo estado de conservação, com muita sujeira proveniente do corte e lixamento da madeira. Além disso, apresenta problemas nas esquadrias, nas instalações elétricas, entre outros (Figura 164).

⁹³⁵ MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017 (pasta empresas).

Figura 163. Imagens externa e interna, com detalhe das janelas guilhotina



Fonte: Metalúrgica Faulhaber, adaptadas pela autora (2018)⁹³⁶.

Figura 164. Imagens internas da marcenaria



Fonte: Metalúrgica Faulhaber, adaptadas pela autora (2018)⁹³⁷.

As antigas instalações da “Metalúrgica Faulhaber” destacam-se, contudo, na paisagem urbana da cidade atual. Com sua fachada de linhas simples e janelas tipo guilhotina, o prédio é uma referência, um marco referencial. Sua edificação harmoniza com o seu entorno e contribui para a ambiência dos demais remanescentes e edificações do início do povoamento, fazendo do conjunto um patrimônio material significativo no que tange à arquitetura industrial.

No recuo frontal, o espaço conta com os ciprestes (Figura 165) que também são um marco na fachada Oeste do prédio, cuja imponência e beleza cênica são destaque até os dias atuais. A “Metalúrgica Faulhaber” não é um bem tombado, mas faz parte do Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul sob o número PRS 89-0017-00112 (Anexo). Está, portanto, sujeita a qualquer tipo de intervenção que pode vir a descaracterizar a sua tipologia arquitetônica, até mesmo a sua demolição.

⁹³⁶ METALÚRGICA FAULHABER. Op. cit., 2018 (montagem fotográfica realizada pela autora).

⁹³⁷ Id., ibid.

Figura 165. Vista Oeste da Metalúrgica Faulhaber (década de 1970)



Fonte: Metalúrgica Faulhaber (2018)⁹³⁸.

Entende-se, assim, que novos usos a partir da sua restauração podem qualificar ainda mais estes imóveis. Em outras palavras, um partido arquitetônico coeso com o patrimônio histórico poderá incorporar a modernidade, interagindo de modo dinâmico por meio de propostas de restauro das edificações históricas, resgatando a época da Colônia Neu-Württemberg.

Para qualificar e responder a questão posta nesta investigação: “A arquitetura industrial que surgiu na Colônia Neu-Württemberg pode ser considerada patrimônio para cidade de Panambi-RS-Brasil”? faz-se necessário desenvolver uma análise da morfologia urbana e da tipologia arquitetônica estabelecida na cidade de Panambi. Essa análise deve considerar os principais períodos de evolução até então descritos, de forma a sintetizar, mediante a sobreposição cartográfica, a evolução da estrutura urbana e suas características arquitetônicas, reconhecendo os principais elementos morfológicos e, conseqüentemente, as edificações de caráter histórico e de interesse patrimonial.

3.7 ANÁLISE TIPO-MORFOLÓGICA DA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG: CIDADE DE PANAMBI

Considerando os estudos morfológicos desenvolvidos na Europa e relatados no item 2.4 desta tese, “*Morfologia Urbana: conceitos para compreensão da cidade*”, e com base na investigação histórica da Colônia Neu-Württemberg a partir de seus principais períodos de evolução, apresentados no capítulo 2, passa-se a apresentar uma análise morfológica do tecido urbano da cidade e de sua tipologia arquitetônica.

⁹³⁸ Id., *ibid.*

Para tal análise são utilizados como referência, as linhas conceituais dos estudos morfológicos das escolas francesas e os estudos de Philippe Panerai, José M. Ressano Garcia Lamas e das professoras Stael de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto, que se baseiam nas escolas inglesas e italianas⁹³⁹.

O conceito de “Morfogênese” desenvolvido por Conzen é adequado ao entendimento da formação das “paisagens urbanas históricas”⁹⁴⁰.

Como visto anteriormente, no item 2.4, a metodologia está baseada na compreensão do desenvolvimento das atuais paisagens urbanas, alicerçada nos conceitos da “historicidade” e “palimpsesto”, considerando a acumulação de formas a partir da história da cidade e sua sobreposição no espaço físico. Considerando que esta compreensão passa pelo conhecimento da evolução histórica dos aglomerados urbanos, o trabalho tem início em tecidos urbanos existentes, seguido da análise de mapas antigos e do estudo de documentos históricos e trabalhos arqueológicos⁹⁴¹.

Assim, a metodologia de análise desenvolvida por Conzen propõe que os processos morfológicos da paisagem urbana possam ser reconhecidos e traduzidos em “período morfológico”, ou seja, tais períodos devem ser estudados com o apoio de outras disciplinas, sobretudo da História.

A partir desse embasamento pode-se analisar a estrutura urbana da cidade de Panambi com base no recorte temporal referente ao período da Colônia Neu-Württemberg até a sua emancipação e os Planos Diretores, ou seja, de 1898 (época da instalação da colônia) até 2008 (último Plano Diretor).

A formação histórica da cidade de Panambi foi dividida em quatro fases significativas, sendo que cada uma delas deixou marcas importantes na paisagem urbana, correspondendo à produção de material e registros cartográficos, de plantas, mapas e planos, demonstrando a ocupação do território e o consequente desenvolvimento da cidade industrial. Segundo Conzen, essas fases podem ser consideradas os “períodos morfológicos”, e seus principais registros permitem a compreensão e a sobreposição das intervenções ao longo do tempo. Assim, os períodos ficam divididos em:

- O **1º Período**, corresponde à compra das áreas de terra da Colônia Neu-Württemberg à demarcação das linhas coloniais e à destinação dos lotes para instalação da sede da colônia, a futura *Stadtplatz Elsenau* (de 1898 a 1900). Para

⁹³⁹ COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015 (a obra estuda as escolas de morfologia urbana italiana e inglesa na aplicação dos conceitos em estudo de caso na cidade de Ouro Preto, MG).

⁹⁴⁰ CONZEN, Michael Robert Gunther. Op. cit., 1960.

⁹⁴¹ Id., *ibid.*

esse período foram utilizadas para análise a Planta do Núcleo Fundador da primeira parte da Colônia Neu-Württemberg (1900-1901).

- O **2º Período**, corresponde a instalação da *Stadtplatz Elsenau* na Colônia Neu-Württemberg com a Planta da Povoação de Neu-Württemberg (1901-1906).
- O **3º Período**, corresponde a alteração da primeira planta com a supressão da Praça da Ponte (*Brücken-Platz*) à Praça da Igreja (*Kirchen-Platz*), mantendo-se apenas a Praça do Mercado (*Markt-Platz*) (1906-1959). Para esse período foram utilizadas como elementos de análise a Planta da *Stadtplatz Elsenau* (1906) e o esboço (croqui) elaborado para adequação à topografia (sem data).
- No **4º Período**, que corresponde a organização do traçado, quadras e ruas à Planta do primeiro Plano Diretor (1959 -2008), com a Planta do Plano Diretor, de 1959 e a Planta do Plano Diretor, de 2008.

Definidos os períodos, o estudo passa a ser desenvolvido com base nos seguintes procedimentos: (1) análise cartográfica histórica dos elementos expostos anteriormente, utilizando-se como base a planta cadastral de Panambi (2008) para sobreposição com a cartografia antiga de cada período; (2) utilizando-se da base cartográfica de 2008, desenvolve-se uma análise de alguns pontos específicos do centro da cidade, como o entorno da Praça Engenheiro Walter Faulhaber e os quarteirões adjacentes. Essa análise tem como finalidade observar os tipos morfológicos de cada período histórico (capítulo 3), tendo como base os conceitos de Philippe Panerai, que considera como objetos quadras, lotes e ruas deste tecido urbano. Esta análise é complementada com o fichamento das principais edificações de cada período histórico (capítulo 3), assim como o estudo tridimensional da volumetria incidente em cada período. Segundo Panerai, tecido urbano tem a seguinte definição:

Aplicado à cidade, o termo *tecido* evoca a continuidade e a renovação, a permanência e a variação. Ele explica a constituição das cidades antigas e responde às questões levantadas pelo estudo das urbanizações recentes. Ele pressupõe uma atenção tanto ao banal quanto ao excepcional, tanto às ruas comuns e às edificações corriqueiras quanto às regulamentações a aos monumentos. [...] O tecido urbano é constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações⁹⁴².

⁹⁴² PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Trad. de Francisco Leitão. Revisão técnica de Sylvia Fischer. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2014, pp. 77-78.

Dessa forma, o estudo do tecido urbano remete à análise dos principais elementos que constituem a cidade, o traçado das ruas, as quadras e as edificações. A edificação resultante desse traçado exprime a história e o desenvolvimento de cada período, resultando em estruturas monumentais e na ligação com os espaços públicos. Ainda segundo o autor:

A análise pode então começar pela identificação das grandes vias que interligam um bairro aos outros vizinhos; das estradas antigas, estreitas e ligeiramente sinuosas, moldadas e polidas por séculos de uso ou dos traçados mais intencionais dos setores monumentais e dos loteamentos recentes⁹⁴³.

Para tal análise é importante considerar que as marcas da história podem ser sobrepostas e comparadas na cartografia antiga, ressaltando, dessa forma, as vias e suas larguras, os principais cruzamentos, os afastamentos das edificações, os cheios e vazios e vice-versa.

Diante do exposto, e de acordo com a cartografia disponível, passa-se a analisar os períodos estabelecidos anteriormente, bem como a realizar o levantamento e a análise das tipologias extraídas de cada período histórico abordado neste capítulo.

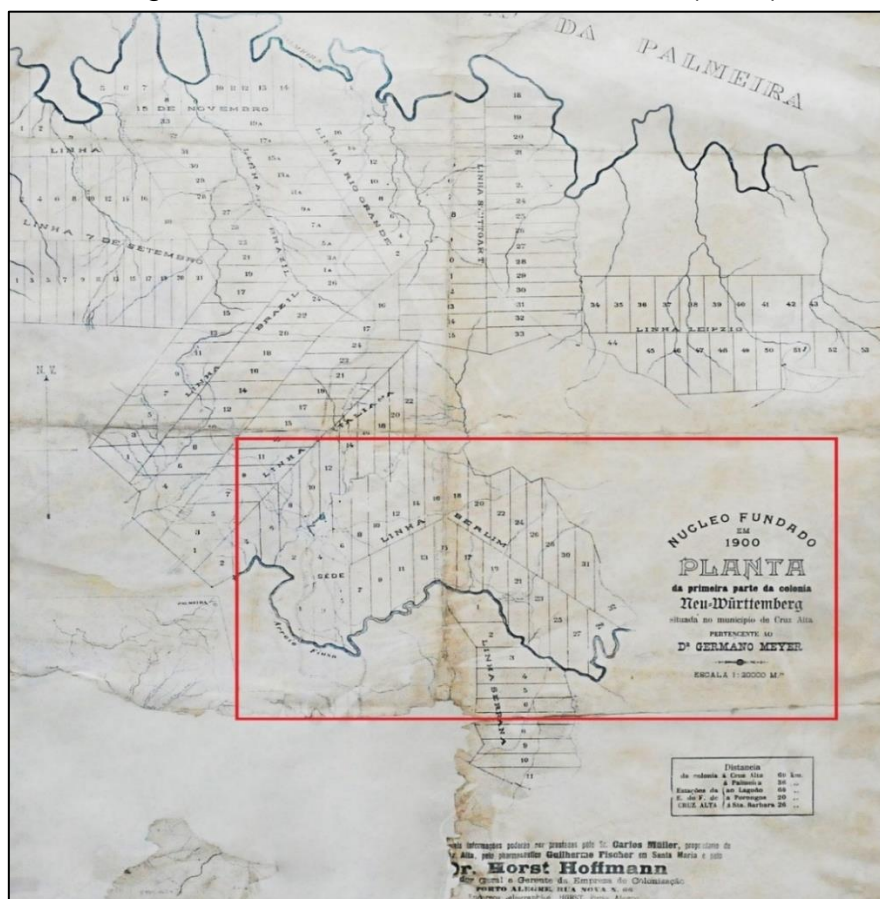
3.7.1 Primeiro Período: Planta do Núcleo Fundador da colônia Neu-Württemberg (1898-1900)

A primeira planta da Colônia Neu-Württemberg estabelece as linhas coloniais, dispostas em áreas descontínuas e irregulares que, posteriormente, foram fracionadas e vendidas na forma de “lotes coloniais”, cuja área-padrão na região era de 25 hectares (250.000m²). O mapa (Figura 166) apresenta a localização dos rios Palmeira e Fiúza (na época, arroio Fiuza), que delimitam as áreas da colônia e fazem divisa com os municípios de Palmeira das Missões (ao Norte) e Cruz Alta (ao Sul).

A partir disso foi estabelecida a área com os “lotes coloniais” 1, 2, 3 e 4 da “Linha Berlim”, destinados à instalação da sede da Colônia Neu-Württemberg, visível no mapa (Figura 166). A sede da colônia deveria prover os colonos com infraestrutura básica, como escritório de administração, a casa do administrador, a casa do imigrante para receber os recém-chegados, a capela e a escola, a venda e o moinho para suprir as necessidades básicas dos imigrantes.

⁹⁴³ Id., *ibid.*, p. 81.

Figura 166. Planta do Núcleo Fundador (1900)



Fonte: MAHP (2013)⁹⁴⁴.

Ao sobrepor os mapas é possível identificar vários aspectos e pontos importantes, como: (1) a localização do rio Fiuza e sua trajetória coincidem nesta sobreposição; (2) a localização do “passo”, local por onde se fazia a travessia do rio Fiúza, e que dava acesso à colônia; (3) os primeiros “caminhos” – estradas de terra que davam acesso ao local onde hoje se encontra a Praça Engenheiro Walter Faulhaber. Um desses caminhos se consolidou futuramente no principal acesso à cidade de Panambi, a atual Rua 7 de Setembro, realçada pela autora com o traçado vermelho (Figura 167); (4) a localização das águas represadas do arroio Moinho, que serviram de referência para a instalação do primeiro moinho; (5) a localização da atual Praça Engenheiro Walter Faulhaber e do Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt, importantes pontos de referência e de lazer da cidade.

Estes aspectos, físicos e geográficos, apontam as principais referências do local de instalação da sede da Colônia Neu-Württemberg.

⁹⁴⁴ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, (2013).

Figura 167. Sobreposição dos mapas: Núcleo Fundador e Planta Cadastral do Município de Panambi



Fonte: MAHP (2013)⁹⁴⁵.

3.7.2 Segundo Período: Planta da Povoação de Neu-Württemberg (1900-1906)

Este período foi marcado pelo desenvolvimento da primeira planta que deu origem ao núcleo urbano da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi. A planta demonstra com clareza os primeiros espaços públicos e de serviço destinados ao povoamento, como: (1) as praças, o traçado das ruas, quadras e lotes, todos devidamente numerados; (2) a casa do imigrante, a administração da colônia com a casa do administrador; (3) a localização do arroio do Moinho (Engenho) e o açude que represa suas águas para utilização de força motriz no beneficiamento de produtos no moinho; (4) as áreas levemente sombreadas demarcam os espaços alagadiços.

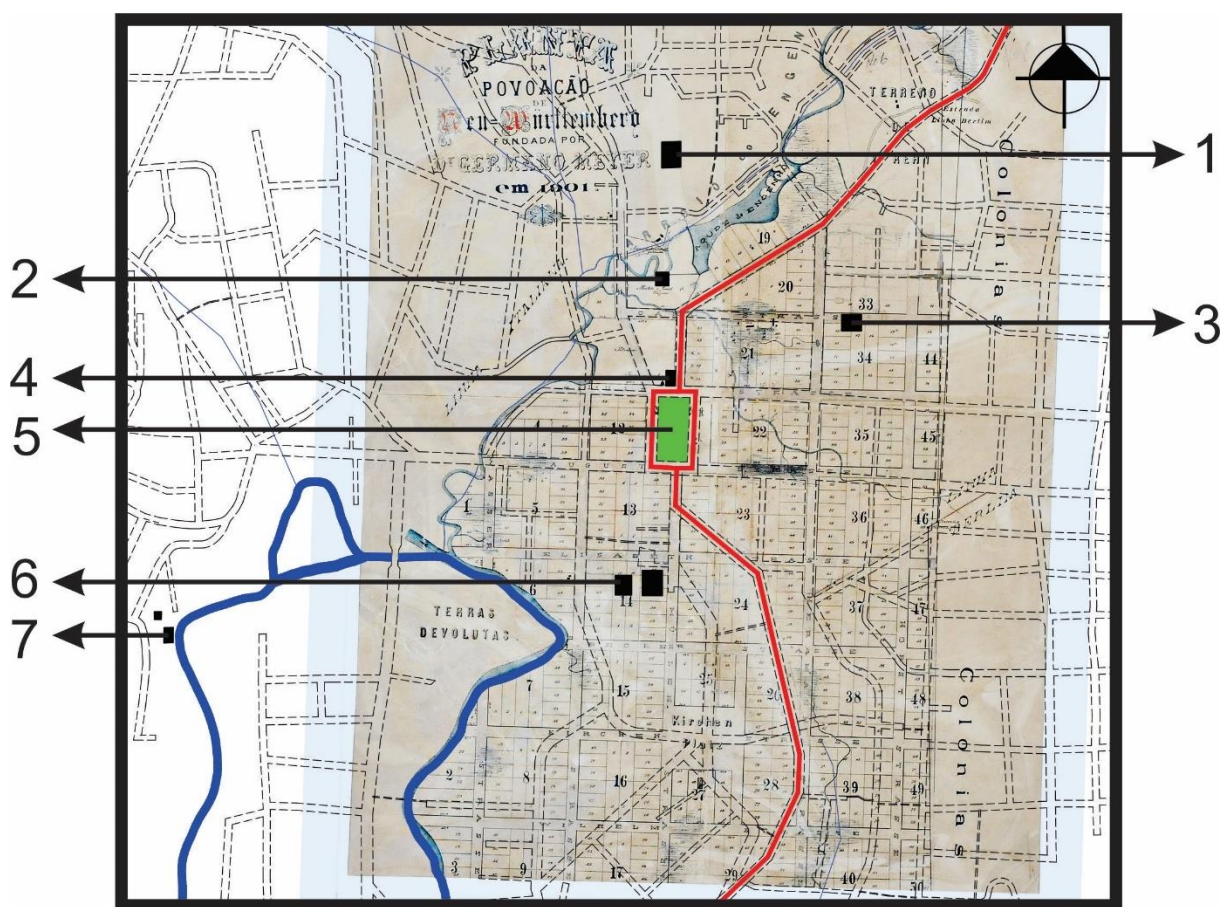
A proposta de Rudolf Ahrons, de acordo com o item 3.2.1 desta tese, foi de uma planta configurada a partir de um traçado ortogonal com a repetição dos quarteirões e lotes seguindo um mesmo formato e padrão (Figuras 168 e 169). A proposta traz, também, em sua composição, o arranjo de três principais praças que estruturam os espaços públicos: a praça do mercado, a praça da igreja e a praça da ponte.

⁹⁴⁵ Id., ibid., com adaptação pela autora. Planta sem escala.

Figura 168. Planta da povoação de Neu-Württemberg (1901)

Fonte: MAHP (2013)⁹⁴⁶.⁹⁴⁶ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Op. cit., 2013.

Figura 169. Sobreposição dos mapas: Núcleo Fundador e Planta Cadastral do Município de Panambi



Legenda:

- 1- Casa do administrador;
- 2 - Moinho;
- 3 - Igreja Batista;
- 4 - Casa do imigrante;
- 5 - Praça Eng.º Walter Faulhaber;
- 6 - Escola e Capela Evangélica
- 7 - Moinho.

Legenda:

- - - Mapa Cadastral Plano Diretor 2008
- Ruas 7 de Setembro e Gaspar Martins;
- Rio Fiuza

Fonte: adaptação pela autora (2018)⁹⁴⁷.

Na análise da sobreposição das plantas desse período observa-se, principalmente, a estrutura urbana a partir da praça do mercado, atual Praça Engenheiro Walter Faulhaber e a área correspondente ao Parque Municipal.

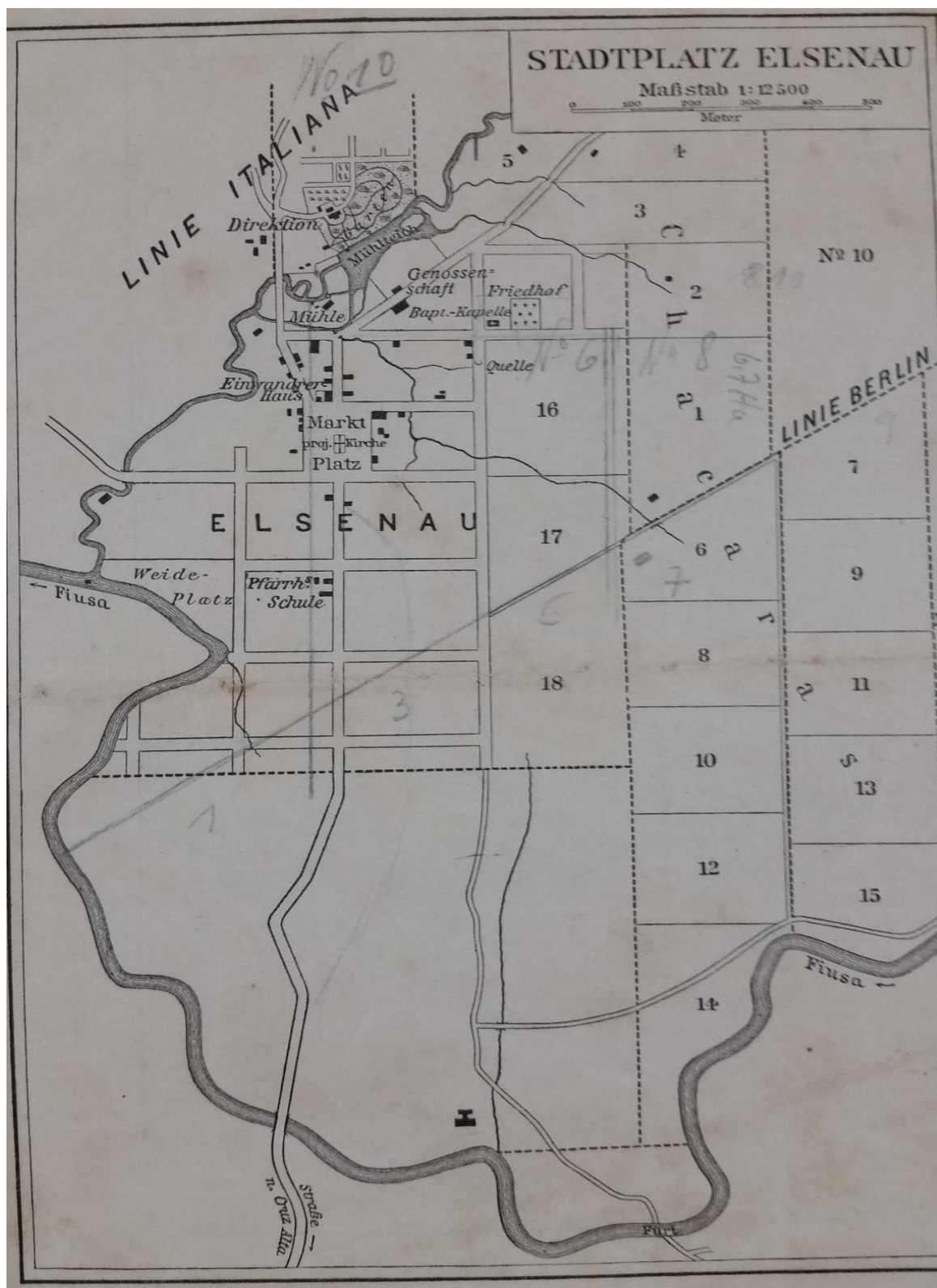
Como já visto anteriormente, esta planta não se adapta à situação topográfica local, que é constituída por um vale e montes articulados com a sinuosidade do rio Fiuza e do arroio do Moinho, o que já foi evidenciado na trajetória da planta da Figura 167. Parte da planta foi reestruturada em 1906, mantendo-se apenas a praça do mercado.

⁹⁴⁷ Adaptação pela autora. Planta sem escala (2018).

3.7.3 Terceiro Período: Planta da *Stadtplatz Elsenau* (1906) e esboço (croqui) elaborado para adequação à topografia (s.d.)

Este período foi marcado pela alteração da Planta do Núcleo Fundador da Colônia Neu-Württemberg. A nova Planta da *Stadtplatz Elsenau* foi redesenhada pelo escritório de Arhons, trazendo alterações. No lado Leste as áreas foram demarcadas em pequenas chácaras, sendo futuramente submetidas a parcelamento. Ao Sul foram suprimidas as praças da igreja e da ponte, assim como os quarteirões adjacentes a estas praças, ficando uma área livre.

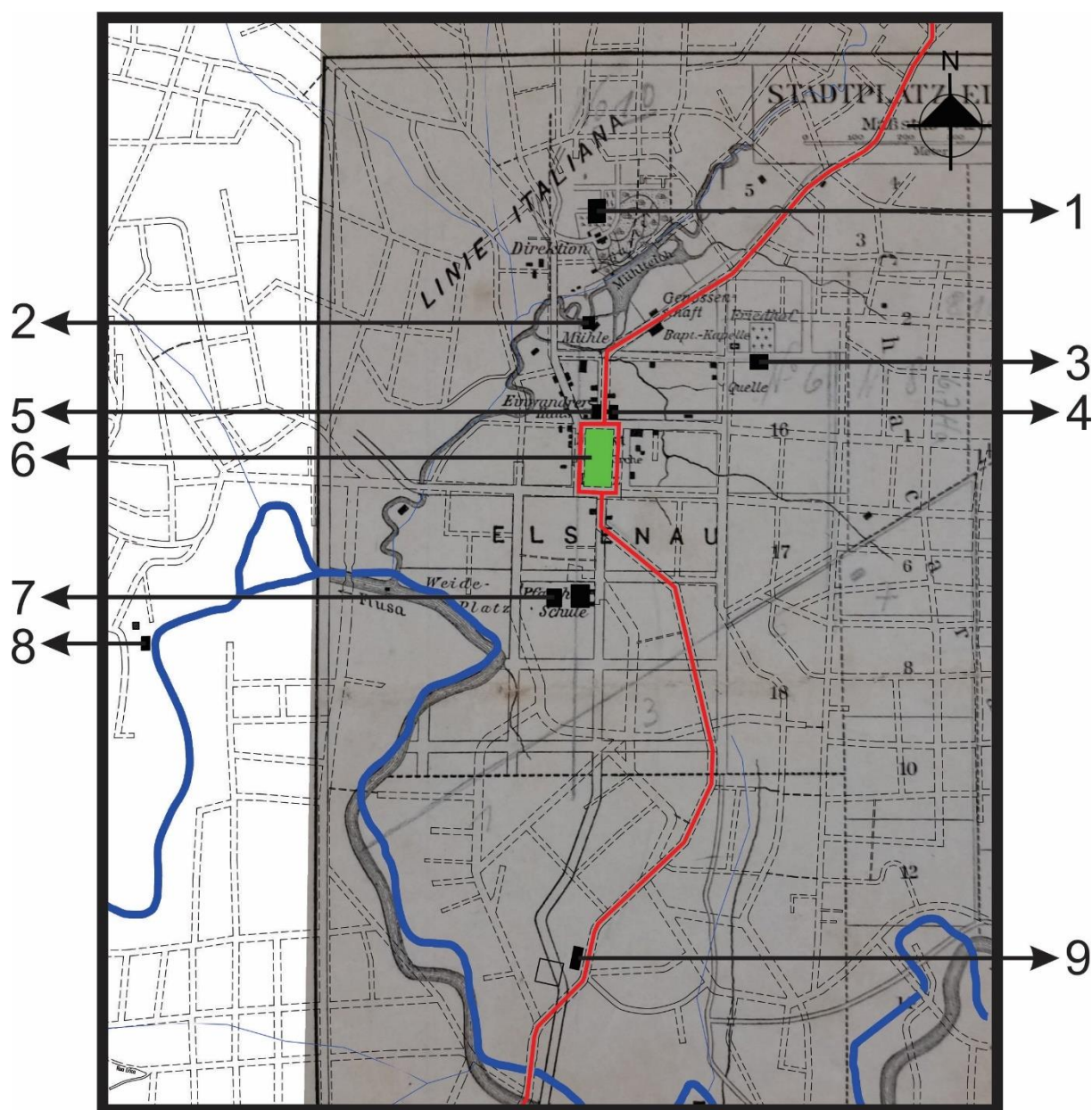
A planta, porém, foi acrescida de informações sobre a situação das edificações da época, com suas respectivas denominações escritas em alemão, como: (1) a casa do administrador da colônia (*Direktion*) no lote 10 da *Linha italiana*. Sua implantação livre no lote com paisagismo, delimitação e traçado dos caminhos internos em torno da edificação; (2) a implantação das Capelas Evangélica (*Evangelisch Kapelle*), Batista (*Bapt Kapelle*) e Católica; (3) a demarcação do cemitério (*Friedhof*) ao lado da Capela Batista; (4) o *weide platz*, em tradução literal, o “lugar do pasto” ou “potreiro”, local de pastagem para os animais; (5) o local da fonte (*Quelle*); (6) a *Genossenschaft*, cooperativa de produtores, atual Cooperativa Triticola Panambi (Cotripal); (7) a casa do Imigrante (*Einwandererhaus*) e do moinho (*Mühle*). Esta era a estrutura urbana do período, caracterizada pela arquitetura de origem alemã, adaptada, porém, às condições locais (Figuras 170 e 171).

Figura 170. Planta da *Stadtplatz Elsenau* (1906)

Fonte: MAHP (2013)⁹⁴⁸.

⁹⁴⁸ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Op. cit., 2013.

Figura 171. Sobreposição dos mapas: Planta da *Stadtplatz Elsenau* (1906) e Planta Cadastral do Município de Panambi



Legenda:

- 1- Casa do administrador;
- 2 - Moinho;
- 3 - Igreja Batista;
- 4 - Mercado e Hospedaria fischer e Frank;
- 5 - Casa do imigrante;
- 6 - Praça Eng.º Walter Faulhaber;
- 7 - Escola e Capela Evangélica;
- 8 - Moinho;
- 9 - Madeireira Knorr.

Legenda:

- Mapa Cadastral Plano Diretor 2008
- Ruas 7 de Setembro e Gaspar Martins;
- Rio Fiuza

Fonte: adaptação pela autora (2018)⁹⁴⁹.

⁹⁴⁹ Adaptação pela autora. Planta sem escala (2018).

Após a alteração da Planta da *Stadtplatz Elsenau*, desenvolveu-se um esboço (croqui) que corresponde, aproximadamente, ao existente nos dias atuais (Figuras 172 e 173). Um traçado de ruas mais orgânico, acompanhando o relevo e a topografia locais.

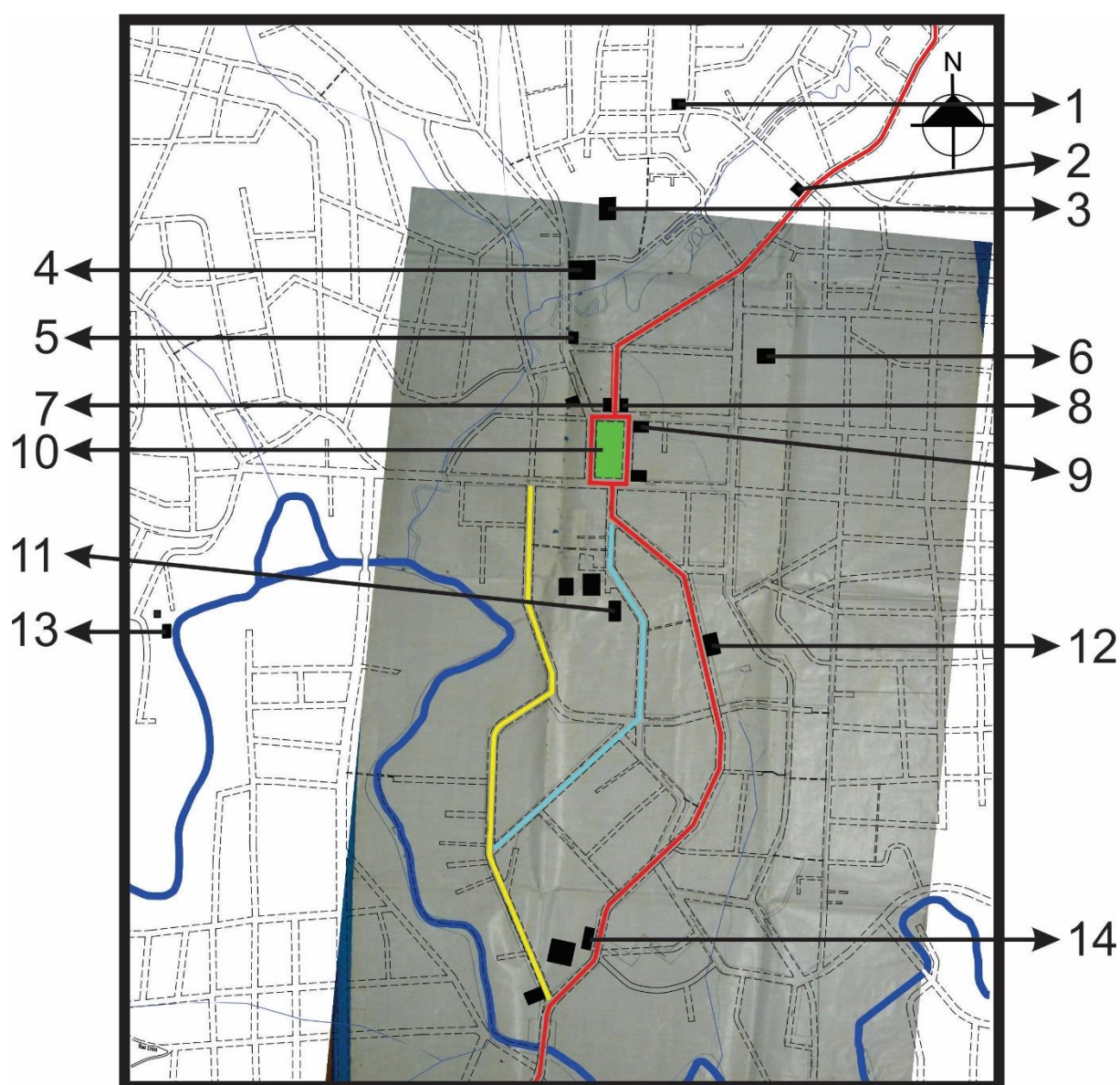
Figura 172. Esboço (croqui) elaborado para adequação à topografia (s.d.)



Fonte: MAHP (2013)⁹⁵⁰.

⁹⁵⁰ MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Op. cit., 2013 (sem escala).

Figura 173. Sobreposição dos mapas: Esboço (croqui) alteração de traçado e Planta Cadastral do Município de Panambi



Legenda:

- 1- Hospital Brendler;
- 2 - Oscar Strucker;
- 3 - Casa do administrador;
- 4 - Metalúrgica Faulhaber;
- 5 - Kepler Weber;
- 6 - Igreja Batista;
- 7 - Casa do imigrante (Banco);
- 8 - Mercado e Hospedaria fischer e Frank;
- 9 - Farmácia Hisserich;
- 10- Praça Eng.º Walter Faulhaber;
- 11- Igreja Evangélica;
- 12- Saur;
- 13- Moinho;
- 14- Madeireira Knorr.

Legenda:

- Mapa Cadastral Plano Diretor 2008
- Ruas 7 de Setembro e Gaspar Martins;
- Rua General Osório
- Ruas Alfredo Brenner e Carlos E. Knorr
- Rio Fiuza

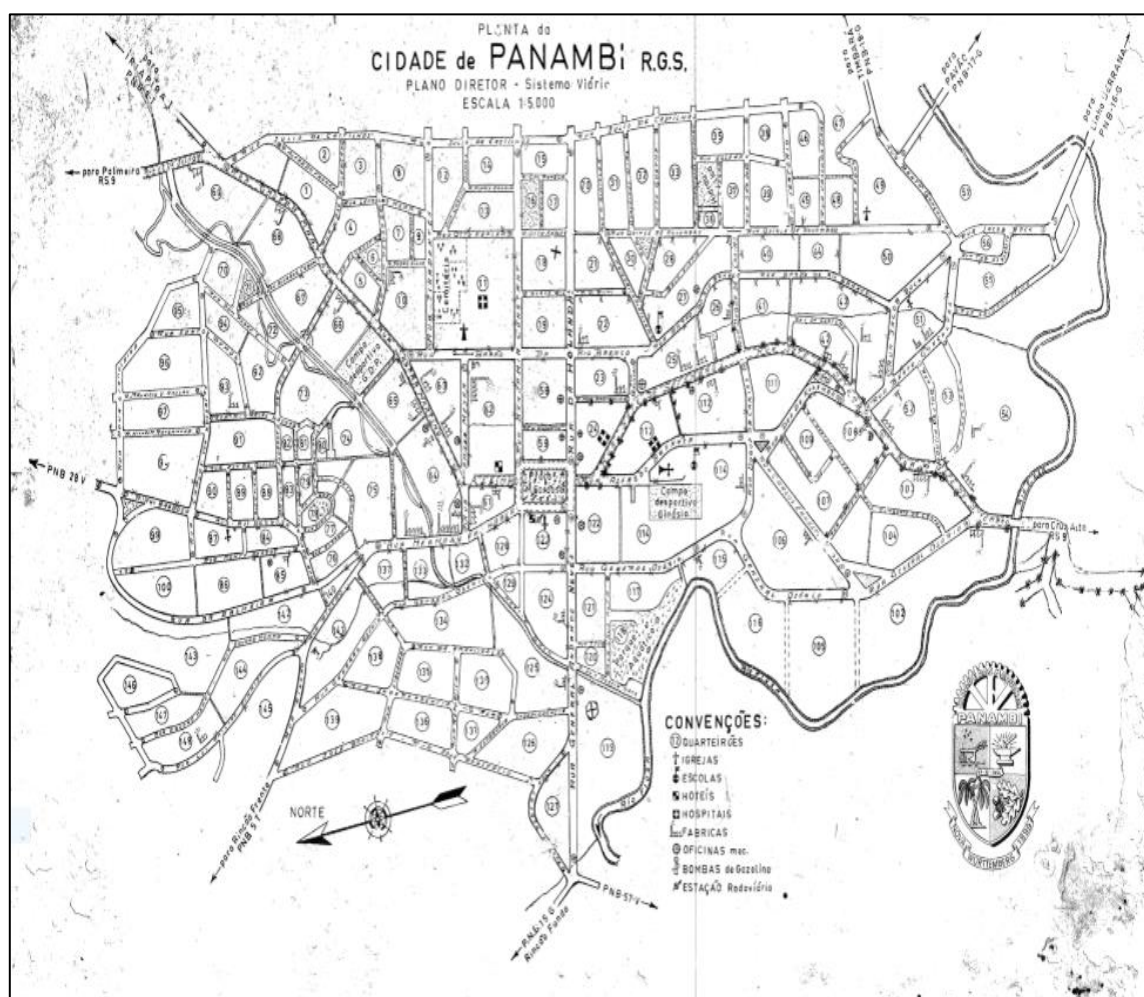
Fonte: adaptação pela autora (2018)⁹⁵¹.

⁹⁵¹ Adaptação pela autora. Planta sem escala (2018).

A partir desse período, o traçado Sul da Colônia começou a se consolidar com a atual realidade urbana da cidade de Panambi. Contornando a topografia e seguindo a parte baixa do vale estabeleceu-se a rua Sete de Setembro (traçado vermelho) como principal via de circulação. Por outro lado, respeitando a sinuosidade do rio, os caminhos de terra se consolidaram nas ruas General Osório (traçado amarelo) e Carlos Knorr e Alfredo Brenner (traçado azul ciano), configurando, dessa forma, os quarteirões ao Sul da praça com formatos irregulares.

3.7.4 Quarto Período: Planta Plano Diretor de 1959 e Planta Plano Diretor (2008)

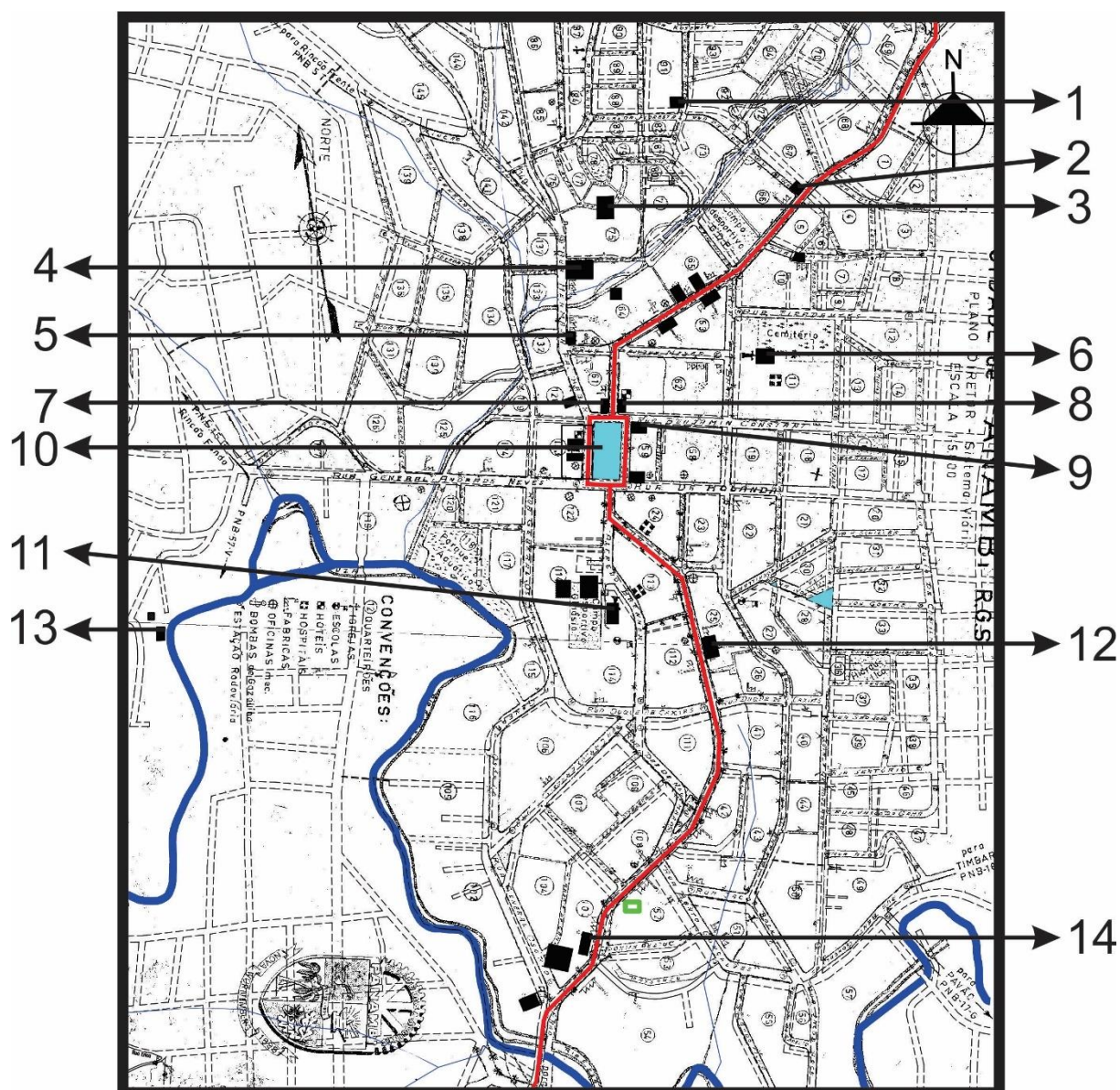
Figura 174. Planta do Plano Diretor (1959)



Fonte: MAHP (2013)⁹⁵².

⁹⁵² MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Op. cit., 2013.

Figura 175: Sobreposição dos mapas: Planos Diretor de 1959 e 2008



Legenda:

- 1- Hospital Brendler;
- 2 - Oscar Strucker;
- 3 - Casa do administrador;
- 4 - Metalúrgica Faulhaber;
- 5 - Kepler Weber;
- 6 - Igreja Batista;
- 7 - Casa do imigrante (Banco);
- 8 - Mercado e Hospedaria fischer e Frank;
- 9 - Farmácia Hisserich;
- 10- Praça Eng.º Walter Faulhaber;
- 11- Igreja Evangélica;
- 12- Saur;
- 13- Moinho;
- 14- Madeireira Knorr.

Legenda:

- Mapa Cadastral Plano Diretor 2008
 — Ruas 7 de Setembro e Gaspar Martins;
 — Rio Fiuza

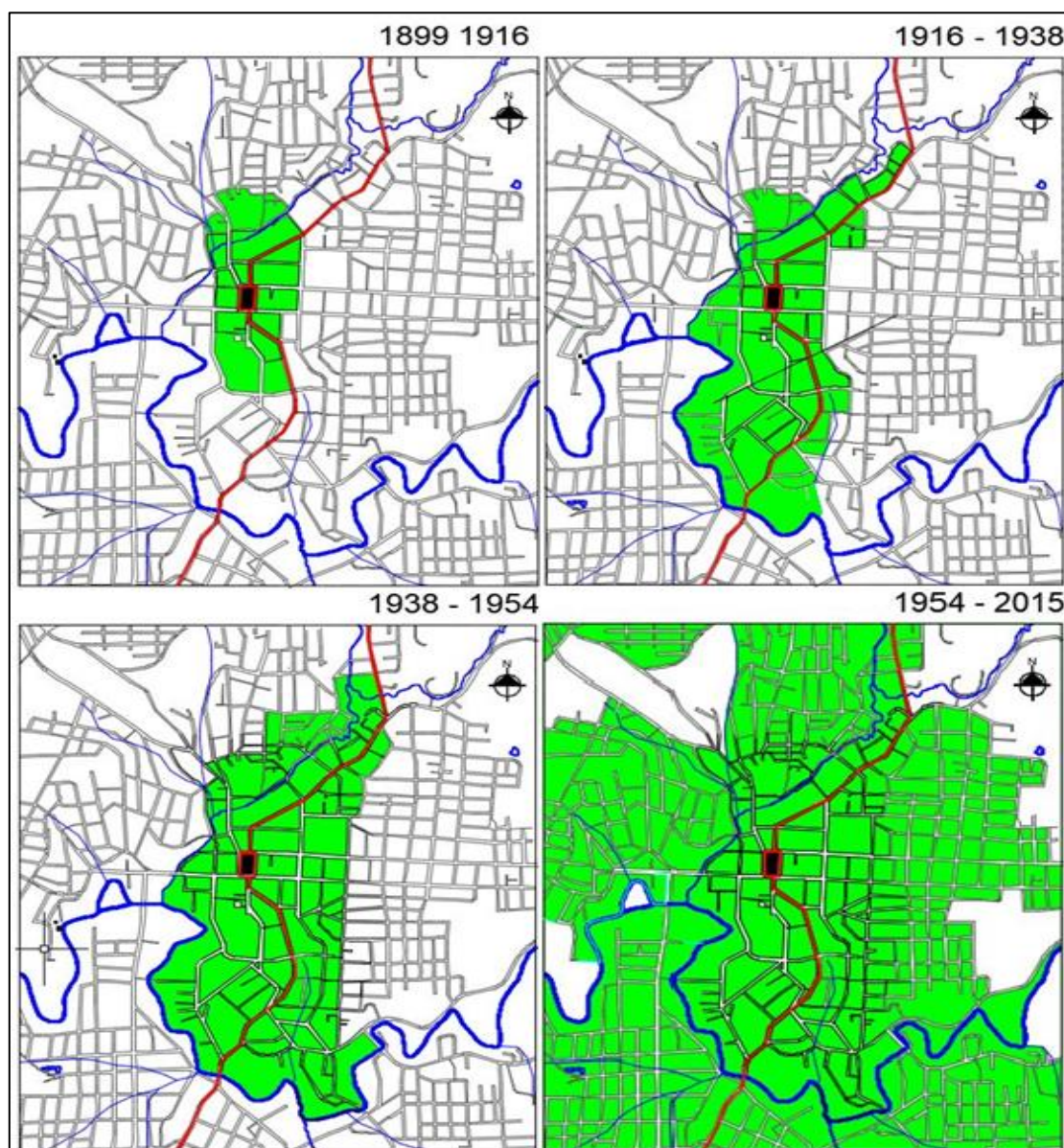
Fonte: adaptação pela autora (2018)⁹⁵³.

⁹⁵³ Adaptação pela autora. Planta sem escala (2018).

Neste último período da sobreposição das plantas dos Planos Diretor de 1959 e 2008, observa-se que a estrutura urbana do centro da cidade se consolidou, passando a atingir novas áreas de expansão para além do Núcleo Urbano, ultrapassando os limites do rio Fiuza e do arroio do Moinho.

Assim, a ocupação urbana ficou representada pela sequência de mapas dos períodos históricos (capítulo 3), desde a implantação da Colônia Neu-Württemberg até 2015, quando o mapa ficou completamente manchado (Figura 176).

Figura 176. Etapas de ocupação da área urbana do Município de Panambi



Fonte: Município de Panambi (1964)⁹⁵⁴.

⁹⁵⁴ MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Cadastro industrial, comercial e profissional*. Panambi, 1964 (montagem pela autora).

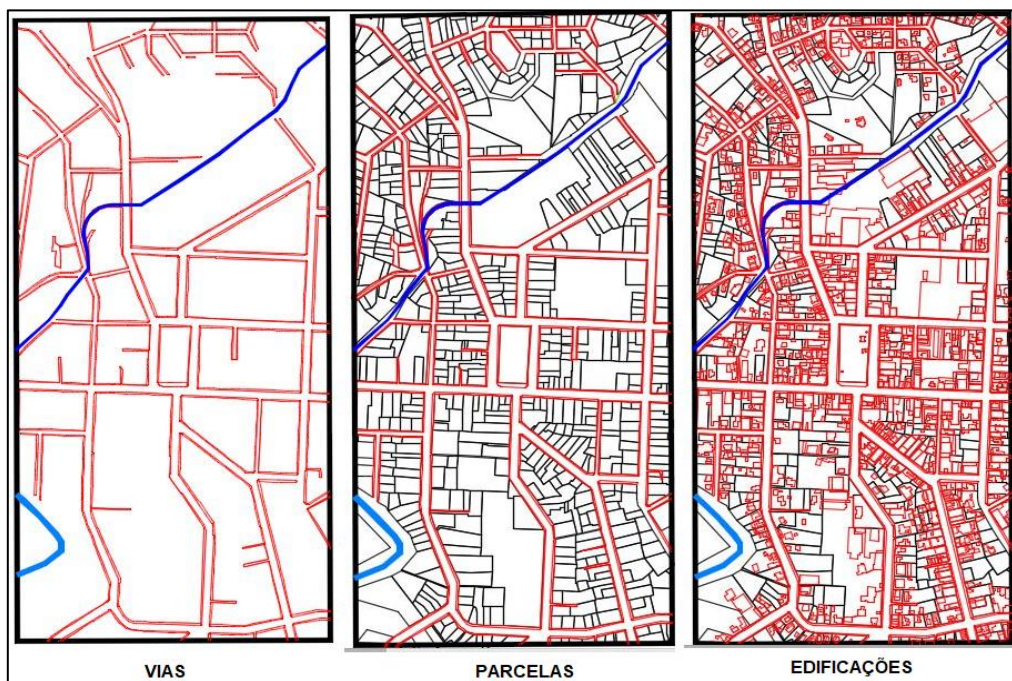
A Figura 177, na sequência, permite identificar que a estrutura do traçado permanece a mesma ao longo do tempo, o que significa que a expansão da cidade ocorre de maneira a adequar-se à estrutura geográfica existente.

Quanto ao estudo dos tipos arquitetônicos inseridos no tecido urbano, esses também partem da história da cidade e dos seus períodos de construção, sendo que cada qual tem suas marcas e significados. Panerai comenta que, para Aymonino,

O estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana é “o meio para compreender a estrutura da cidade ao mesmo tempo como continuidade histórica de um processo e como fenômeno parcial de tal continuidade”; ele não constitui um fim em si mesmo e deve ser acompanhado por uma análise dos “elementos da estrutura urbana” e dos “processos de crescimento”. Isso porque não se trata apenas de fixar uma imagem num instante determinado e numa localização precisa, e sim de compreender-por meio de uma atenção particular às modificações que afetam a cidade no tempo e no espaço – as rupturas que estão na origem da “formação da cidade contemporânea”⁹⁵⁵.

Considerando o núcleo urbano e a estrutura existente em suas respectivas vias, parcelas e edificações (Figura 177), é possível extrair as edificações relevantes de cada período histórico.

Figura 177. Atual núcleo urbano com as respectivas vias, parcelas e edificações



Fonte: elaboração própria da autora baseado no Cadastro Municipal de Panambi⁹⁵⁶.

⁹⁵⁵ PANERAI, Philippe. Op. cit., 2014, pp. 124-125.

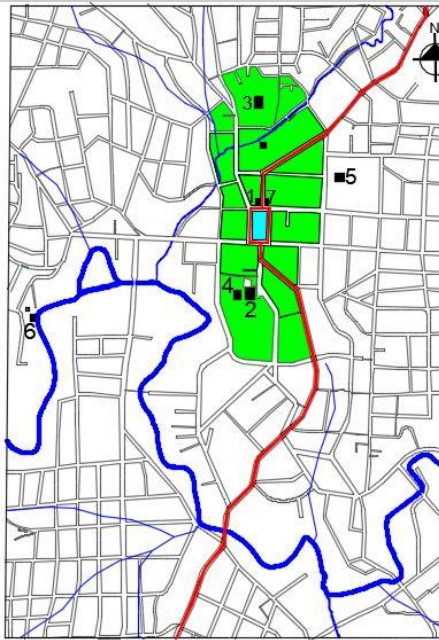




⁹⁵⁶ Elaborado pela autora, a partir da planta georreferenciada fornecida pelo Cadastro Municipal de Panambi (MUNICÍPIO DE PANAMBI, 1964).

Assim, a partir do estudo e análise da evolução urbana e da estruturação dos espaços públicos e privados, foi possível desenvolver um levantamento dos tipos edílicos de cada período histórico. Nesse levantamento foram considerados os seguintes parâmetros de análise que levaram à elaboração das Tabelas 4 a 7⁹⁵⁷: (1) Implantação/localização – inserção na estrutura urbana do período; (2) Situação atual de preservação (preservada ou não preservada); (3) Edificação inventariada ou não inventariada; (4) Características formais; (5) Características construtivas; (6) Detalhes construtivos; (7) Uso – original e atual; (8) Correspondência com arquitetura de origem alemã; (9) Referência arquitetônica; (10) Autor do projeto/construtor.

A partir desses parâmetros foi possível identificar o tipo edílico que compõe a paisagem urbana em cada período. Ao reconhecer as características arquitetônicas expressas em cada período foi possível estabelecer a sua relação com a arquitetura de origem alemã manifestada no período em que a cidade de Panambi era “Colônia Neu-Württemberg”. As informações são relevantes tendo em vista os aspectos históricos, considerados um “monumento” para a cidade contemporânea, que busca contribuir com a preservação do patrimônio construído e com a paisagem cultural.

⁹⁵⁷ Elaboração própria da autora (2018).

Tabela 4. Parâmetros para análise: primeiro período, de 1898 a 1915 – Assentamento urbano – A *Stadtplatz Elsenau*

PRIMEIRO PERÍODO – 1898 A 1915 – ASSENTAMENTO URBANO: A <i>STADTPLATZ ELSENAU</i>														
Mapa localização	N° Edificação (Data)	Preservado		Inventariado		Características formais	Características construtivas Materiais	Detalhes construtivo	Uso		Corres. c/ Alemanha		Referência	Autor
		S	N	S	N				O	A	S	N		
 <div>Legenda: — via de circulação principal — rio Fluza — praça central</div>	<div>1</div>  <div>Casa do Imigrante- <i>Emigrantenhaus</i> (1901)</div>		X		X	<ul style="list-style-type: none">– 1 pavimento– Forma retangular com anexos– Telhado em duas águas	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Técnica enxaimel com fechamento em madeira	<ul style="list-style-type: none">– Esquadria e detalhes do frontão em madeira.	Moradia			X	<ul style="list-style-type: none">– Projetos de F.H Schmidt para colônias alemãs na África	<ul style="list-style-type: none">– Desconhecido (supõe-se que tenha sido os próprios colonos)
	<div>2</div>  <div>Capela Evangélica (1902)</div>		X		X	<ul style="list-style-type: none">– 1 pavimento– Forma retangular com adição– Telhado duas aguas	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Técnica enxaimel em madeira	<ul style="list-style-type: none">– Esquadria e detalhes do frontão em madeira.	Capela			X	<ul style="list-style-type: none">– Projetos de F.H Schmidt para colônias alemãs na África	<ul style="list-style-type: none">– Rudolf Ahrons,– Construtor Bodenstein
	<div>3</div>  <div>Edifício administrativo /resid. do adm.(1903)</div>	X			X	<ul style="list-style-type: none">– 2 pavimentos + porão e sótão– Forma retangular com adição;– Telhado 2 e 3 águas.	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra;– Paredes duplas de encaixe macho/fêmea	<ul style="list-style-type: none">– Utilização de madeira;– Esquadrias; vidros escada; painéis; divisórias; frontão	Moradia/ administração	Moradia	X		<ul style="list-style-type: none">– Ilustração da <i>Meyers Konversations -Lexikon</i> Lexicon– Acervo do arquiteto T. Wiederspahn	<ul style="list-style-type: none">– Desconhecido– Const. Marceneiro Karl Ernest Knorr
	<div>4</div>  <div>Escola (1903)</div>		X		X	<ul style="list-style-type: none">– 1 pavimento– Porão ventilado– Forma retangular.– Telhado duas águas	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra;– Estrutura e paredes em madeira	<ul style="list-style-type: none">– Esquadrias e detalhes do frontão em madeira.	Escola		X		–	<ul style="list-style-type: none">– Rudolf Ahrons




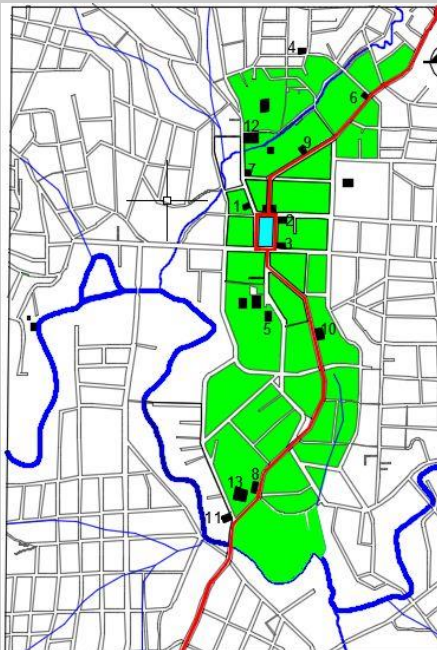









	<p>5</p>  <p>Capela Batista (1908)</p>		X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento – Forma retangular. – Telhado duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> – Estrutura e paredes em madeira 	<ul style="list-style-type: none"> – Construção simples; – Sem detalhes 	Capela		X		<ul style="list-style-type: none"> – Acervo do arquiteto Theodor Wiederspahn 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido
	<p>6</p>  <p>Moinho Velho (década de 1910)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento – Forma retangular com anexos – Telhado em duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Estrutura e paredes em madeira 	<ul style="list-style-type: none"> – Construção simples; – Sem detalhes 	Moinho	Restaurante	X		<ul style="list-style-type: none"> – Moinhos da região de Baden-Württemberg 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido (supõe-se que tenha sido próprio colono)
	<p>7</p>  <p>Armazém Fischer & Franke (década de 1910)</p>		X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 2 pavimentos – Forma retangular. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Construção mista – 1 pavimento enxaimel com fechamento em tijolos de barro – 2 pavimentos de madeira 	<ul style="list-style-type: none"> – Construção simples; – Sem detalhes 	Comércio		X		<ul style="list-style-type: none"> – Projetos de F.H Schmidt para colônias alemãs na África – Enxaimel 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido

Tabela 5. Parâmetros para análise: segundo período, de 1916 a 1938 – Crescimento e reorganização do traçado

SEGUNDO PERÍODO – 1916 A 1938 – CRESCIMENTO E REORGANIZAÇÃO DO TRAÇADO														
Mapa de localização	Nº Edificação (Data)	Preservado		Inventariado		Características formais	Características construtivas Materiais	Detalhes construtivo	Uso		Corres. C/ Alemanha		Referência	Autor
		S	N	S	N				O	A	S	N		
 <div>Legenda: <div><div></div> via de circulação principal</div><div><div></div> rio Fiuza</div><div><div></div> praça central</div></div>	<div>1</div> <div></div> <div>Subprefeitura (Final década de 1910)</div>		X		X	<div>– 1 pavimento</div> <div>– Porão ventilado</div> <div>– Forma retangular.</div> <div>– Telhado duas águas</div>	<div>– Alicerce em pedra.</div> <div>– Em alvenaria de tijolos rebocados</div> <div>– Telhas de barro</div>	<div>– Platibanda decorada.</div> <div>– Fachada de porta/janela.</div> <div>– Janelas com balcão em ferro.</div> <div>– Esquadrias em madeira c/ bandeira</div>	Administrativo			X	<div>– Arquitetura colonial brasileira.</div>	<div>– Desconhecido</div>
	<div>2</div> <div></div> <div>Casa Adolfo Kepler (Década de 1920)</div>	X			X	<div>– 1 pavimento com porão e sótão</div> <div>– Forma retangular</div> <div>– Telhado duas águas</div>	<div>– Alicerce em pedra.</div> <div>– Em alvenaria de tijolos rebocados</div> <div>– Telhas de barro</div>	<div>– Cantaria nas arestas</div>	Comércio	Comércio		X	<div>– Ilustração da Meyers Konversations Lexikon</div>	<div>– Desconhecido</div>
	<div>3</div> <div></div> <div>Farmácia Apotheke (Década de 1920)</div>		X		X	<div>– 1 pavimento</div> <div>– Com sótão.</div> <div>– Forma retangular com adição.</div> <div>– Telhado duas águas</div> <div>– Mansarda</div> <div>– Sacada.</div>	<div>– Alicerce em pedra.</div> <div>– Em alvenaria de tijolos rebocados</div> <div>– Telhas de barro</div>	<div>– Sacada com aberturas em arco</div> <div>– Esquadrias em madeira</div> <div>– Janelas em chamfro.</div>	Farmácia			X	<div>– Ilustração da Meyers Konversations Lexikon</div>	<div>– Desconhecido</div>
	<div>4</div> <div></div> <div>Hospital Brendler (Década de 1920)</div>		X		X	<div>– 1 pavimento com porão e sótão</div> <div>– Forma retangular</div> <div>– Telhado duas águas</div> <div>– Varanda arcada</div>	<div>– Alicerce em pedra.</div> <div>– Em alvenaria de tijolos rebocados</div> <div>– Telha zincada.</div>	<div>– Frontão dentado.</div> <div>– Varanda arcada</div> <div>– Janelas grandes para ventilação</div>	Hospital			X	<div>– Ilustração da Meyers Konversations Lexikon</div>	<div>– Desconhecido</div>

	<p>5</p>  <p>Igreja Evangélica (1923)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Planta retangular com nave central. – Torre ao fundo. – Telhado duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> – Em alvenaria de tijolos. – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Gótico alemão – Esquadrias em arco – Arquitetura religiosa luterana na década de 1930 	Igreja		X		<ul style="list-style-type: none"> – Arquiteto alemão Ernst Seubert 	<ul style="list-style-type: none"> – Arquiteto alemão Ernst Seubert
	<p>6</p>  <p>Oscar Strücker (1294)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento – Com sótão. – Forma retangular. – Telhado duas águas com corte nas águas contrárias 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes. – Platibanda na fachada principal 	Fábrica	Comércio	X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da <i>Meyers Konversations Lexikon</i> 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido
	<p>7</p>  <p>Kepler & Weber (1925)</p>		X	X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento com sótão. – Forma retangular. – Telhado duas águas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Estruturas em madeira – Telhas de taboas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Oficina		X		–	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido
	<p>8</p>  <p>Made Knorr (1926)</p>		X	X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento com sótão. – Forma retangular. – Telhado duas águas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Fábrica		X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da <i>Meyers Konversations Lexikon</i> 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido
	<p>9</p>  <p>Oficina Ford (Década de 1920)</p>		X	X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento com sótão. – Forma retangular – Telhado duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Oficina		X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da <i>Meyers Konversations Lexikon</i> 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecido









	<p>10</p>  <p>Ricardo Saur (1927)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento com sótão. – Forma retangular. – Telhado duas águas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Ferraria		X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da Meyers Konversations Lexikon 	– Desconhecido
	<p>11</p>  <p>Móveis Geckler (1929)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento com sótão. – Forma retangular. – Ttelhado duas águas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Marcenaria		X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da Meyers Konversations Lexikon 	– Desconhecido
	<p>12</p>  <p>Faulhaber (1933)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 2 pavimentos com sótão. – Forma retangular. – Telhado em duas águas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Fábrica		X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da Meyers Konversations Lexikon 	– Eng, Walter Faulhaber
	<p>13</p>  <p>Made Knorr (década 1930)</p>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – 1 pavimento. – Forma retangular. – Cobertura uma água (shedd) 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedra. – Em alvenaria de tijolos rebocados – Telhas de barro 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de detalhes decorativos. – Grandes aberturas para iluminação 	Fábrica			X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura industrial 	– Desconhecido

Tabela 6. Parâmetros para análise: terceiro período, de 1939 a 1954 – Vila Pindorama à Emancipação

TERCEIRO PERÍODO – 1939 A 1954 – VILA PINDORAMA E A EMANCIPAÇÃO														
Mapa de localização	Nº Edificação (Data)	Preservado		Inventariado		Características formais	Características construtiva Materiais	Detalhes construtivo	Uso		Corres. C/ Alemanha	Referência	Autor	
		S	N	S	N				O	A				S
 Legenda:	1  Banco Industria e Comércio do Sul S/A (década de 1940)	X			X	<ul style="list-style-type: none">– Dois pavimentos– Forma retangular– Telhado em quatro águas.	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Em alvenaria de tijolos rebocados	<ul style="list-style-type: none">– Estilo Art Decó.– Platibanda com frisos e negativos– Sacada em linhas curvas.	Banco	Banco		X	Art Decó	Desconhecido
	2  Cine Ideal (Década de 1940)	–	–	–	–	<ul style="list-style-type: none">– Dois pavimentos– Porão ventilado– Forma retangular.– Telhado quatro águas	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Em alvenaria de tijolos rebocados	<ul style="list-style-type: none">– Estilo Art Decó– Platibanda decorada.– Esquadrias em madeira c/ bandeira– Letreiro em alto relevo.	Cinema	Loja comércio	–	–	– Art Decó	Desconhecido
	3  Igreja São João Batista (1945)	–	–	–	–	<ul style="list-style-type: none">– Um pavimento c/mezanino– Forma retangular.– Telhado duas águas– Torre centralizada na fachada	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Em alvenaria de tijolos rebocados	<ul style="list-style-type: none">– Platibanda decorada.– Fachada de porta e janela de arco abatido.– Vitrais	Igreja	Igreja	–	–	– Arquitetura religiosa	Desconhecido






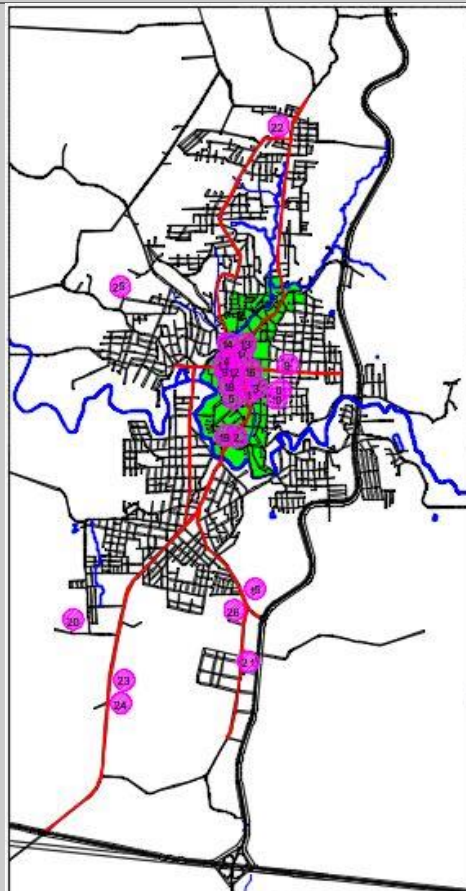









<div> <div></div> via de circulação principal <div></div> rio Fluza <div></div> praça central </div>	<div>4</div>  <div>Malharia Helvitea (Década de 1940)</div>	-	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Um pavimento. Telhado em duas águas com corte Sótão 	<ul style="list-style-type: none"> Alicerce e paredes em alvenaria 	<ul style="list-style-type: none"> Fachada com platibanda. Grandes aberturas. 	Malharia		-	-	<ul style="list-style-type: none"> Ilustração da Meyers Konversations Lexikon 	
	<div>5</div>  <div>Igreja Batista Emanuel (1948)</div>	-	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Um pavimento Forma retangular Telhado duas águas Torre centralizada na fachada 	<ul style="list-style-type: none"> Alicerce em pedra. Em alvenaria de tijolos rebocados 	<ul style="list-style-type: none"> Fachada com frontão triangular Fachada de porta e janela de arco abatido. 	Comércio	Comércio	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Acervo do arquiteto Theodor Wiederspahn 	Desconhecido
	<div>6</div>  <div>Siegfried Hentges (1948)</div>	-	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Dois pavimentos Formato curvo acompanhando a esquina Telhado duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> Alicerce em pedra. Em alvenaria de tijolos rebocados 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de negativos. Platibanda Esquadrias em ferro Janelas em linha na fachada. 	Fábrica	Fábrica	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Arquitetura moderna 	Desconhecido
	<div>7</div>  <div>Tornearia Ernesto Rehn (1949)</div>	-	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Um pavimento com sótão Forma retangular Telhado duas águas com corte. Sótão 	<ul style="list-style-type: none"> Alicerce em pedra Em alvenaria de tijolos Fachada composta de porta e janela. 	<ul style="list-style-type: none"> Corte no telhado 	Tornearia		-	-	<ul style="list-style-type: none"> Ilustração da Meyers Konversations Lexikon 	Desconhecido
	<div>9</div>  <div>Moinho Panambi S/A (1952)</div>	-	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Três pavimentos Forma retangular Telhado duas águas Sótão 	<ul style="list-style-type: none"> Alicerce e paredes em alvenaria 	<ul style="list-style-type: none"> Sem detalhes construtivos 	Moinho	X	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Moinhos da região de Baden-Württemberg 	Desconhecido






Tabela 7. Parâmetros para análise: quarto período, de 1954 a 2015 – Panambi “Cidade das Máquinas”




QUARTO PERÍODO – 1954 a 2015 – PANAMBI “CIDADE DAS MÁQUINAS”														
Mapa de localização	Nº Edificação (Data)	Preservado		Inventariado		Características formais	Características construtivas Materiais	Detalhes construtivo	Uso		Corres. C/ Alemanha		Referência	Autor
		S	N	S	N				O	A	S	N		
	1  Indústria de Cosméticos Panambiense (Década de 1950)	X			X	<ul style="list-style-type: none">– Um pavimento– Forma retangular– Telhado em duas águas, escondido por platibanda	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em alvenaria/concreto.– Em alvenaria de tijolos	<ul style="list-style-type: none">– Fachada marcada p/esquadrias em linha.– Platibanda.– Uso de negativos	Fábrica	Comércio		X	– Arquitetura moderna	– Desconhecido
	2  Malharia Panambi (Década 1950)	X			X	<ul style="list-style-type: none">– Um pavimento– Planta retangular– Telhado escondido	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em alvenaria/concreto.– Alvenaria de tijolos	<ul style="list-style-type: none">– Platibanda– Janela ferro em linha.– Acesso principal em cobertura de laje.– Cobogós	Fábrica	Academia		X	– Arquitetura moderna	– Desconhecido
	3  Colégio Pindorama (1954)	X			X	<ul style="list-style-type: none">– 2 pavimentos– 2 vol. forma retangular ligados por circulação– Telhado duas águas escondido por platibanda.	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedras.– Paredes em alvenaria de tijolos	<ul style="list-style-type: none">– Fachada marcada p/esquadrias em linha.– Platibanda.– Uso de negativos– Cobogós na circulação	Escola	Escola		X	– Arquitetura moderna	– Governo do Estado do RGS
	4  Restaurante e estação rodoviária (1957)	X			X	<ul style="list-style-type: none">– Dois pavimentos– Forma retangular– Telhado em quatro águas	<ul style="list-style-type: none">– Alicerce em pedra.– Alvenaria de tijolos rebocados	<ul style="list-style-type: none">– Estilo Art Decó.– Platibanda com frisos e negativos– Sacada em linhas curvas.	Rest/Rodoviária	Comércio		X	– Art Decó	– Desconhecido




Legenda:



- via de circulação principal
- rio Fiuza
- praça central
- edificação

<div>5</div>  <div>Internato Colégio Evangélico (1961)</div>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Quatro pavimentos – Forma retangular – Telhado duas águas – Sótão. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados – Telhas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Características arquitetura alemã. 	Internato CEP	Admin./biblioteca	X		<ul style="list-style-type: none"> – Ilustração da <i>Meyers Konversations Lexikon</i> 	– Desconhecido
<div>6</div>  <div>Colégio Nossa Senhora de Fátima (1962)</div>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Um pavimento – Forma retangular. – Linhas retas – Capela com torre 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados – Telhas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Avarandado com pilares. – Janelas em linha. – Platibanda. 	Escola	Escola		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura Moderna 	– Desconhecido
<div>7</div>  <div>Prefeitura Panambi (1968)</div>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Três pavimentos – Forma retangular 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados – Telhas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Imóvel tombado – Panos de vidro – Janelas em linha. – Acesso laje e pilares. – Platibanda 				X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura moderna 	– Eng. Walter Faulhaber
<div>8</div>  <div>Hospita de Caridade (1968)</div>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos – Forma retangular. – Telhado aparente em duas águas 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados – Telhas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Acesso por área coberta em laje e pilares. – Janelas em linha 				X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura moderna 	– Desconhecido
<div>9</div>  <div>Coreios e telégrafos (1970)</div>	X		X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos – Forma retangular – Circulação sob pilotis 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas – Revestimento em pastilha de vidro – Esquadrias metálicas embutidas 	Correios	Correios		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura moderna 	– Agência Correios

	<p>10</p>  <p>Corsan (1970)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Um pavimento – Forma retangular – Fachada em linhas retas 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em pedras e tijolos – Alvenaria de tijolos rebocados – Telhas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas. 	Corsan	Corsan		X	– Arquitetura moderna	– Estado do RS
	<p>11</p>  <p>Banco do Brasil (1970)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos – Forma retangular – Telhado escondido platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em concreto e tijolos. – Alvenaria de tijolos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas – Uso de frisos e negativos – Janelas embutidas. – Panos de vidro – Uso de pastilhas 	Banco	Banco		X	– Arquitetura Moderna	– Desconhecido
	<p>12</p>  <p>Casa Hartmann (1970)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Três pavimentos – Forma retangular – Telhado escondido platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em concreto e tijolos. – Alvenaria de tijolos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas – Janelas embutidas – Identificação auto relevo. – Detalhes em tijolos aparentes 				X	– Arquitetura Moderna	– Desconhecido
	<p>13</p>  <p>Cooperativa (1970)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Três pavimentos – Forma retangular – Telhado escondido platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em concreto e tijolos – Alvenaria de tijolos 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas – Esquadrias metálicas embutidas 	Comércio	Comércio		X	– Arquitetura moderna	– Desconhecido
	<p>14</p>  <p>Kepler Weber Centro (1973)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de prédios – Prédio admin. em dois pavimentos retangulares. – Pavilhões industriais-Shed – Alto pé direito 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce concreto. – Alvenarias de tijolos e fechamento em alumínio e vidro 	<ul style="list-style-type: none"> – Pavilhões shed. – Iluminação indireta. – Coberturas metálicas 	Indústria	Indústria		X	– Arquitetura industrial	– Engenheiros da empresa

	<p>15</p>  <p>Kepler Weber – Parque industrial (1975)</p>					<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de prédios – Prédio admin. em dois pavimentos retangulares. – Pavilhões industriais- Shed – Alto pé direito 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce concreto. – Alvenarias de tijolos e fechamento em alumínio e vidro 	<ul style="list-style-type: none"> – Pavilhões shed. – Iluminação indireta. – Coberturas metálicas 	Indústria	Indústria			<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura industrial 	<ul style="list-style-type: none"> – Engenheiros da empresa
	<p>16</p> <p>Banrisul (Década de 1980)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos – Forma retangular – Telhado escondido platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em concreto e tijolos. – Alvenaria de tijolos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Linhas retas – Uso de frisos e negativos – Janelas embutidas. – Panos de vidro 	Banco	Banco		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura Moderna 	<ul style="list-style-type: none"> – Estado RS
	<p>17</p>  <p>Cotripal (Década de 1990)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Pavilhões retangulares – Iluminação e ventilação artificial – Cobertura curva. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce em concreto e tijolos – Alvenaria de tijolos 	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura industrial – Iluminação e ventilação artificial – Varanda circulação em laje curva e pilares 	Comércio	Comércio		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura industrial 	<ul style="list-style-type: none"> – Empresa construtora Ceraçá
	<p>18</p>  <p>Centro Tecnológico CEP (Década de 90)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Prédio salas de aula quatro pavimentos. – Forma retangular. – Prédio oficinas pavilhão industrial shed 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerces em concreto armado. – Alvenaria de tijolos aparentes e rebocados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Esquadrias metálicas embutidas. 	Escola oficinas	Escola oficinas		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura industrial 	<ul style="list-style-type: none"> – Eng. Ari Adams
	<p>19</p> <p>Hidropan (década de 1990)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos mais porão – Forma retangular – Telhado escondido platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerces em concreto armado. – Alvenaria de tijolos rebocados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Esquadrias de madeira embutidas – Ar condicionado de janela. 	Serviço	Serviço		X	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitetura moderna 	<ul style="list-style-type: none"> – Eng.

	20 Unijuí (década de 1990)	X			X	- Um pavimento - Forma retangular - Cobertura em duas águas	- Alicerces em concreto armado - Alvenaria de tijolos rebocados							
	21  Tromink (1992)	X			X	- Conjunto de pavilhões - Forma retangular - Coberturas em duas águas aluzinc - Pavilhão shed	- Alicerces em concreto armado - Alvenarias de tijolos e fechamento em aliziúc	- Arquitetura industrial. - Iluminação indireta. - Ventilação cruzada. - Lanternins	Indústria	Indústria		X	- Arquitetura industrial	- Equipe engenheiros
	22  Brunning Tecnometal (década de 1910)	X			X	- Conjunto de pavilhões - Formas retangulares - Coberturas shed	- Estruturas metálica e fechamento em vidro. - Pavilhões fechamento alvenaria de tijolos e aluzinc	- Arquitetura industrial. - Iluminação indireta. - Ventilação cruzada.	Indústria	Indústria		X	- Arquitetura industrial	- Arq. Oscar Escher
	23 Metalúrgica Fulhaber	X			X	- Conjunto de pavilhões - Formas retangulares - Pé direito duplo - Coberturas shed	- Concreto armado fechamento alvenaria de tijolos	- Arquitetura industrial - Iluminação indireta.	Indústria	Indústria		X	- Arquitetura industrial	- Engenheiros da empresa
	24  Saur S/A (2010)	X			X	- Conjunto de pavilhões industriais - Forma retangular com pé direito duplo	- Concreto armado fechamento alvenaria de tijolos	- Arquitetura industrial - Iluminação indireta.	Indústria	Indústria		X	- Arquitetura industrial	- Engenheiros da empresa

	<p>25</p>  <p>IFFar (2010)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de prédios – Dois pavimentos – Forma retangular – Telhado com platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Concreto armado – Alvenarias de tijolos rebocados 	<ul style="list-style-type: none"> – Esquadrias de vidro encaixadas tipo máximo ar – Uso de cores vibrantes 	Escola	Escola		X	– Arquitetura moderna	– Instituto Federal Farroupilha
	<p>26</p>  <p>PCE (2011)</p>	X			X	<ul style="list-style-type: none"> – Dois pavimentos – Pé direito duplo – Forma retangular – Cobertura escondida com platibanda 	<ul style="list-style-type: none"> – Alicerce e estruturas de concreto armado. – Alvenarias de tijolos rebocados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fachada com panos de vidro. – Uso de cores vibrantes 	Indústria	Indústria		X	– Arquitetura industrial	– Arq. Felipe Dumoncel

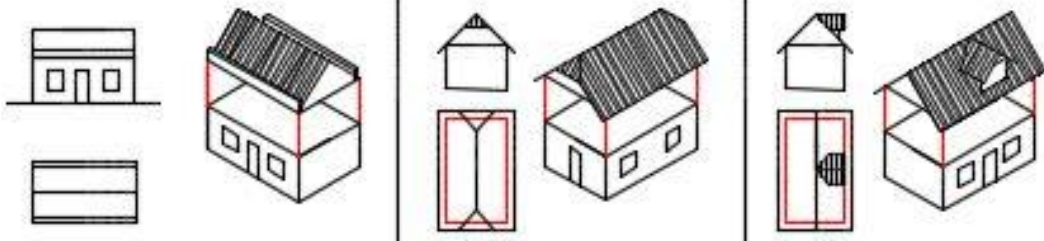
A partir do levantamento das tipologias de cada período histórico foi possível sistematizar os respectivos padrões tipológicos. Dessa forma, identificou-se o “tipo” de cada período de desenvolvimento urbano da colônia, em especial a tipologia predominante nas edificações industriais do período da Colônia Neu-Württemberg. Os padrões tipológicos de cada período são representados a seguir com uma síntese de suas principais características, conforme demonstram os Quadros 3 a 5⁹⁵⁸.

Quadro 3. Síntese tipológica do primeiro período

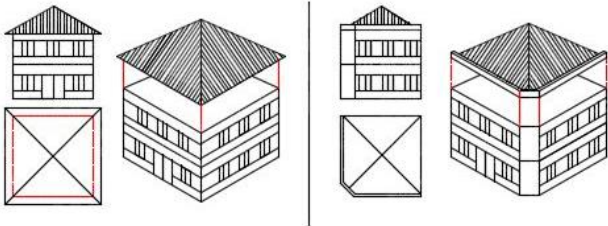
Primeiro Período – 1898 a 1915 – Assentamento Urbano: A <i>Stadtplatz Elsenau</i>	
Tipologias	
	
Características Gerais	
<ul style="list-style-type: none"> – Construção provisória, em forma de cabana, que tinha como “função” o “abrigo”. Construídas com materiais extraídos da natureza, principalmente madeira de desmatamento. Construção muito rudimentar. – A implantação do núcleo urbano era próxima a cursos d’água (arroio Moinho e rio Fiuza) e sua ocupação se iniciou com a instalação da “casa do imigrante”. – As primeiras construções em torno da “praça central” eram, em sua maioria, sobre o alinhamento do terreno, desprovidas de calçamento e passeio. – Neste período a casa provisória foi substituída pela construção intermediária. – Ocorreu a introdução de técnicas construtivas, como enxaimel e taipa, adaptado às condições locais. Suas fundações eram de pedra ou madeira local e a cobertura característica em duas águas. A edificação possuía formato retangular simples, com a incorporação da varanda. – A edificação era multifuncional; servia tanto de moradia como para outras funções (comércio, oficinas, indústria) e também para criação de animais e depósito. – As construções institucionais, como a escola e a capela, eram consideradas infraestrutura primordial para implantação da colônia. Construídas em madeira simples, com a casa do pastor nas proximidades. – A ocupação do lote urbano tinha as mesmas características da ocupação do lote colonial, porém em menor escala. A moradia ficava afastada da rua de acesso pelo jardim e no seu entorno encontravam-se dispostas as outras edificações, como o paiol, o galinheiro, o galpão. O restante do lote, ao fundo, ficava reservado para a horta e o pomar. – Dentro dessa configuração surgiram as primeiras oficinas e indústrias localizadas no fundo do lote urbano, juntamente com as demais edificações necessárias à criação de animais. 	

⁹⁵⁸ Elaboração própria da autora (2018).

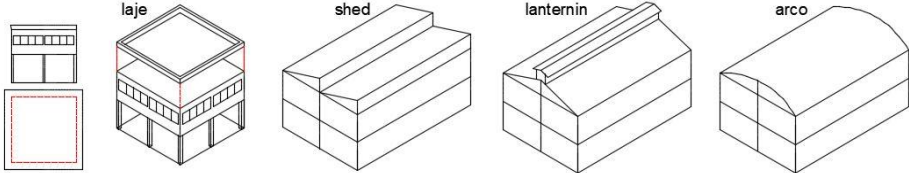
Quadro 4. Síntese tipológica do segundo período

Segundo Período – 1916 a 1938 – Crescimento e Reorganização do Traçado		
Tipologias		
		
Características Gerais		
<ul style="list-style-type: none"> – Construção intermediária, que mantinha a mesma configuração e formato retangular. – Ainda apareciam construções em enxaimel, principalmente nos lotes coloniais. – Neste período houve a introdução da alvenaria de tijolos (tijolos confeccionados na olaria da colônia). – Alterações na cobertura com a introdução de platibanda, outras águas e a mansarda. – As fundações começaram a ser substituídas por alvenaria de tijolos. – Período de Instalação das primeiras indústrias e oficinas na área urbana. As pequenas oficinas e indústrias se deslocaram do fundo do lote residencial para ocupar espaço próprio na área urbana. – A maioria das pequenas oficinas e indústrias partiu dessa tipologia para instalação das suas atividades. – Novas técnicas e aprimoramento da construção civil, devido às necessidades industriais. – Construção dos primeiros galpões industriais. Apareceram os primeiros galpões em série (Metalúrgica Faulhaber) e construção em “shed” (Madeireira Knorr). – Nesse período foi reorganizado o traçado da colônia e o núcleo inicial permaneceu em torno da praça. – As construções institucionais como a capela e a escola foram substituídas por construções em alvenaria de tijolos com características próprias ao uso (torre com sino) – Delimitação da área da Praça Maurício Cardoso com colocação de meio-fio. Primeiras obras de urbanização em torno da praça, como delimitação das ruas e calçamentos. 		

Quadro 5. Síntese tipológica do terceiro período

Terceiro Período – 1939 a 1954 – Da Vila de Pinderoma à Emancipação	
Tipologias	
	
Características Gerais	
<ul style="list-style-type: none"> – Os tipos anteriores ainda prevaleciam, porém surgiram tipologias com acréscimo de mais um pavimento e usos mistos. – Utilização da platibanda para esconder o telhado. – Uso de materiais importados, como para o aquecimento de água nas residências. – Aparecimento de materiais cerâmicos de vedação nas paredes e nas telhas de cobertura. – A dinâmica comercial favoreceu a introdução de novas técnicas. – Surgimento do Art Decó e suas influências na arquitetura, no lazer e na cultura, como o cinema “Ideal” em frente à praça. – A arquitetura espelhou o crescimento econômico da colônia. 	

Quadro 6. Síntese tipológica do quarto período

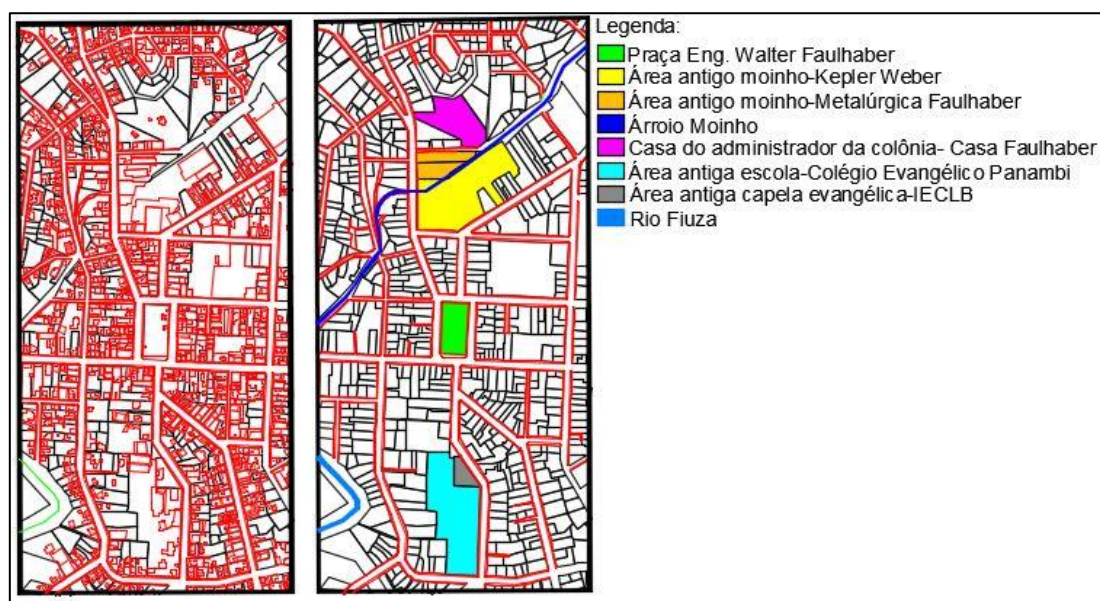
Quarto Período – 1955 a 2016 – Panambi “Cidade das Máquinas”	
Tipologias	
	
Características Gerais	
<ul style="list-style-type: none"> – A Colônia Neu-Württemberg se tornou município de Panambi. – Grande desenvolvimento econômico e industrial fomentava o crescimento e desenvolvimento urbano do município. – Implantação do Planos Diretores como instrumento de ordenamento territorial. – Expansão da cidade, parcelamento do solo urbano e criação de novos bairros. – Arquitetura institucional surgiu com características da arquitetura moderna (laje, pilotis, vãos livres). – Zoneamento das atividades e criação do “Distrito Industrial”. – Arquitetura industrial caracterizada por grandes pavilhões em série. – Diferenciação nos tipos de coberturas adaptando iluminação e ventilação às necessidades de cada atividade industrial. 	

Conclui-se, portanto, a partir deste levantamento, que a evolução da tipologia e dos espaços urbanos foram constantes ao longo do tempo e da história da cidade, principalmente no seu último período, com intensa industrialização. Nesse sentido, a arquitetura da cidade de Panambi se diferenciou da arquitetura da Colônia Neu-Württemberg em todos os aspectos. A considerar o advento das novas tecnologias dos últimos 50 anos, a arquitetura da Era Industrial abriu possibilidades antes inexistentes à construção civil, como a construção de grandes vãos, estruturas metálicas e a construção em massa. Cabe mencionar, também, a expansão da cidade orientada pelos Planos Diretores, pelo Zoneamento Urbano, e a implementação das áreas do Distrito Industrial.

A arquitetura industrial dinamizou a construção da cidade, que vai se espalhando pelo território e invadindo áreas próximas àquelas que até pouco tempo eram áreas rurais. A cidade e a indústria, portanto, se aproximam cada vez mais do campo, distanciando-se do centro urbano, onde ainda são visíveis as antigas estruturas industriais. Confirma-se, assim, que o tecido tradicional da cidade traz consigo sua elevada carga de significados.

Este levantamento cartográfico e tipológico também possibilitou reconhecer as principais estruturas da antiga Colônia Neu-Württemberg, as quais permanecem na configuração da cidade contemporânea, destacando-se na atual paisagem urbana e aparecem em destaque na Figura 178.

Figura 178. Principais estruturas urbanas da Colônia Neu-Württemberg



Fonte: elaboração própria da autora (2018)⁹⁵⁹.

⁹⁵⁹ Elaborado pela autora (2018).

Destacam-se, entre elas, o traçado e sua organização em torno da praça Eng. Walter Faulhaber, assim como a permanência da Metalúrgica Faulhaber, da casa do administrador da colônia (atual casa Faulhaber), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e o Colégio Evangélico Panambi (CEP).

Essas antigas estruturas, portanto, correspondem ao período em que a Colônia Neu-Württemberg se destacava pelo seu grande desenvolvimento econômico e industrial, com fortes influências culturais advindas da colonização alemã, trazidas por personagens de relevante importância para o desenvolvimento e a história da cidade. É possível afirmar, portanto, que “a arquitetura industrial que surgiu na colônia Neu-Württemberg pode ser considerada patrimônio para cidade de Panambi-RS-Brasil”, especialmente a representada pela Metalúrgica Faulhaber.

O capítulo 3 – “*De Colônia Neu-Württemberg a Município de Panambi: uma cidade industrial*” – teve como principais objetivos: analisar o assentamento da Colônia Neu-Württemberg e identificar os principais referenciais arquitetônicos e urbanísticos; verificar o caso da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi, considerando sua história e evolução urbana, e a ocorrência das atividades industriais; identificar os remanescentes industriais que se encontram na área central da cidade, passíveis de serem patrimônio cultural.

Para alcançar esses objetivos adotou-se uma abordagem por períodos de crescimento da cidade, constituindo-se num importante instrumento de análise da sua evolução. O assentamento urbano pré-existente possibilitou equacionar as tipologias e modelos arquitetônicos, procurando identificar os “elementos primários” que deram origem ao assentamento urbano e que ainda permanecem na paisagem urbana da cidade.

Para tal identificação foi necessário estabelecer a tipologia arquitetônica da Colônia. Assim, entre outros referenciais destaca-se a arquitetura vernacular alemã – o *enxaimel* – que, nas áreas de sua colonização passa por adequações, principalmente em relação aos materiais disponíveis em cada região. Outros referenciais importantes que a investigação traz são: a arquitetura dos moinhos da região de Baden Württemberg; as imagens de alguns modelos de residências encontrados na *Meyers Konversations-Lexikon*; os projetos desenvolvidos pela construtora alemã *F.H. Schmidt* para as colônias do *Reich* alemão na África, Camarões e Congo, e que se encontram no MAHP; além de revistas e livros alemães que compõem o acervo bibliográfico de Theodor Wiederspahn. Apartir desse referencial e da identificação das principais edificações de cada período foi possível

equacionar e destacar as pré-existências e a arquitetura industrial da época da Colônia Neu-Württemberg, presentes na paisagem urbana da cidade de Panambi.

Considerando o assentamento urbano da Colônia, proposto pela planta de Ahrons, percebe-se que este traz um traçado ortogonal com desenho regular de quarteirões e lotes pré-definidos. A constituição geográfica do local, porém, não possibilita totalmente a adequação desse plano e o desenho da planta se altera, seguindo o traçado dos primeiros acessos à praça da sede da Colônia. Assim, o traçado urbano, a organização dos espaços e, conseqüentemente, as edificações, ficam submetidos e condicionados à topografia local e à existência do rio Fiuza e do arroio do Moinho, de extrema importância para a implantação dos moinhos na Colônia.

A análise feita a partir da evolução da história urbana adota a representação cartográfica, procurando, principalmente, compreender a forma como as estruturas se adequam ao sítio, incidindo sobre as transformações do traçado e a ocorrência dos “elementos primários” como fundamentais na estruturação da Colônia e cidade de Panambi. Dessa forma, é possível identificar os elementos com estatuto patrimonial, em especial da arquitetura industrial da Colônia.

O exercício de sobreposição de plantas, da evolução e do crescimento da cidade possibilitou visualizar e explicar a estrutura atual da cidade de Panambi. Muito embora o traçado da Colônia Neu-Württemberg tenha partido de uma concepção de lotes coloniais, o seu centro urbano se transformou com o desenvolvimento da indústria, enquanto a “arquitetura da cidade” tomou características próprias, com influências da imigração alemã.

Observa-se que, em função das condições topográficas, há uma complexidade na estrutura do sistema viário onde a cidade se encontra inserida, influenciando na estrutura dos lotes e na disposição das edificações. A análise acompanhou o desenvolvimento da planta, possibilitando uma visão mais clara da forma como ela se tornou o produto resultante desse contínuo processo desenvolvido a partir de diversos fatores, entre eles os aspectos morfológicos.

É possível, contudo, mediante desta análise, estabelecer a importância dos “elementos primários” na construção da forma urbana, fornecendo uma interpretação da paisagem urbana, bem como de sua funcionalidade, considerando a atividade industrial e a importância de sua arquitetura com influência da arquitetura alemã. Neste caso, o estudo destaca como principais pré-existências da época da Colônia Neu-Württemberg: a *Praça Engenheiro Walter Faulhaber*, a *Casa do Administrador da Colônia* (1903), hoje casa Faulhaber; e o *Castelinho* (1912), como os últimos

remanescentes da arquitetura residencial do primeiro período (1898 a 1915). Da arquitetura industrial da Colônia destacam-se o *Moinho Velho* (1910), hoje transformado em restaurante e ponto turístico da cidade, e a *Metalúrgica Faulhaber* (1933), que constitui importante remanescente da arquitetura industrial do segundo período (1916 a 1938). Destacam-se, também, as áreas da antiga capela, hoje Igreja Evangélica Luterana (1923), e a área da antiga escola da Colônia, hoje Colégio Evangélico Panambi (1935). Essas edificações constituem-se elementos importantes para a evolução da Colônia e de seu desenvolvimento como cidade industrial. A *Metalúrgica Faulhaber* é considerada um significativo bem patrimonial para a cidade de Panambi, uma vez que representa a arquitetura industrial da Colônia Neu-Württemberg, tornando-se objeto para futuras intervenções que resgatem o seu valor patrimonial e a memória coletiva da comunidade.

Conclui-se, portanto, que a arquitetura industrial presente na paisagem urbana da cidade de Panambi representa importante vínculo com o passado, uma vez que contribui com o desenvolvimento e crescimento da Colônia. Ademais, representa a arquitetura alemã instituída na Colônia, que estabeleceu novos traçados e a ocupação dos espaços urbanos, anteriormente lotes coloniais. Esse processo buscou contribuir com uma metodologia para reabilitação da arquitetura industrial surgida na Colônia Neu-Württemberg, identificando suas referências arquitetônicas e “elementos primários” que fazem parte da estrutura e da paisagem urbana, destacando a *Metalúrgica Faulhaber* como patrimônio da cidade.

O Capítulo 4 vem como suporte ao trabalho de reabilitação, trazendo como referência os casos do Sesc Pompeia, do Teatro Erotídes de Campos e do Museu do Pão. Os três casos têm como objetivo buscar subsídios e estabelecer critérios metodológicos, traçando caminhos para uma futura intervenção na *Metalúrgica Faulhaber*, a fim de contribuir com o resgate histórico e a preservação do patrimônio edificado da cidade de Panambi.

3.8 REFERÊNCIAS DO 3º CAPÍTULO

Obras publicadas

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. *Cidade contemporânea, estrutura, plano e projeto*. 8º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. Lisboa: Edições 70, 1984 (Coleção Arte & Comunicação).

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município*. Panambi, RS: Emgrapan, 2013.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio. Arte e Comunicação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

DELAQUA, Victor. *Cobogós: breve história e usos*. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/768101/cobogo>>. Acesso em: mar. 2018.

DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRANKE, Herbert. *A ocupação com a história chinês-alemã*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

FRANTZ, Walter. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.

HINING; MALHEIROS. Cine Metro, presença marcante do *Art Déco* em Panambi, RS. A Língua que Habitamos. IV Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (EAULP). *Anais...* Belo Horizonte, 2017).

ISSEL, Hans. *Das Bautechnikers*. Verlag von Bernh. Friedr. Voigt. Leipzig. 1912.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. *Associação dos Escritores de Panambi*. Porções de Bem Querer. Panambi, RS, 1997.

MALHEIROS, Adil Alves. *Panambi: o vale das borboletas azuis*. 2. ed. Panambi, RS, 1990.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamerica/Paydós, 1968.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Trad. de Francisco Leitão. Revisão técnica de Sylvia Fischer. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2014.

PEREIRA, M. *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*. São Paulo: Pro Editores, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia, MG, 2002, v. 4, n° 4.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo, RS: Ed. da UFRGS/Ulbra/Unisinos, 1994.

POLION, Marco Lucio Vitruvio. *Los diez Libros de Arquitectura*. Madrid: Akal, 1992.

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

RAMOS, Silvana Pirilo. *Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Ed. Cosmos, 2001.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2001.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

STÖLZL, Christoph. *Vorwort*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

STROETER, J. R. *Arquitetura e teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

VITAL JÚNIOR, Raul Rebello. *Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de Estado, etnicidade e transição*. 2012. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Caminhos-da-coloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

WEHRMANN, Bruno Guido. *Efemérides de Panambi-RS*. Panambi, RS: Emgrapan, 2015.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

Sites visitados

ARCHDAILY BRASIL. *Imagem enxaimel e fachada*. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CASADUO. Arquitetas Daiane Schindler e Betina Beifuss. Disponível em: <<https://yellow.place/pt/casa-duo-panambi-brazil>>. Acesso em: mar. 2018.

COISAS DA ARQUITETURA. *Imagem enxaimel e fachada*. 2015. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Estação Belizário*. 2017. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/belisario.htm>. Acesso em: mar. 2018.

F. H. SCHMIDT BAUUNTERNEHMUNG. *Construtora alemã de Franz Heinrich Schmidt, de Altona, Hamburg*. Disponível em: <www.deutsche-digitale-bibliothek.de>. Acesso em: fev. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. *Proclamação da República*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

HANS MEYER. Disponível em: <[https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_\(utaz%C3%B3\)](https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_(utaz%C3%B3))>. Acesso em nov. 2017.

KEPLER WEBER. Disponível em: <<http://www.kepler.com.br>>. Acesso em: mar. 2018.

MANSARDAS. *Tipo de tesoura (estrutura do telhado)*. Disponível em: <<http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-mansarda.html>>. Acesso em: nov. 2017).

MOINHO VELHO. *Imagem externa*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br>>. Acesso em: jun. 2018.

PMCMV. *Programa Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: maio 2018.

RESTAURANTE MOINHO VELHO. *Imagem interna*. Disponível em: <<http://www.panambi.rs.gov.br>>. Acesso em: jun. 2018.

THYSSENKRUPP AG. Disponível em: <www.thyssenkrupp.com/en/company/history/>. Acesso em: nov. 2017.

UNIVERSITÄT HEIDELBERG. *Moderne Bauformen*. Revista mensal de Arquitetura. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: mar. 2018.

UNIVERSITÄTS HEIDELBERG ZUKUNGT. Universitäts Bibliothek. *Bool A Librarian*. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Fontes históricas

AGUILERA ROJAS, Javier; MORENO, Luis. *Archivo General de Índias*. Sevilha, 1973. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Archivo+General+de+%C3%8Dndias,+Sevilla+%5BAGUILERA,+Javier;+MORENO,+Luis,+1973%5D&sa=X&tbm=isch&tbo=u&source=univ&ved=2ahUKEwizxqCR8YDdAhWEQZAKHfJjDIAQsAR6BAgEEAE&biw=1366&bih=576>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CHRISTMANN, Samara Simon. *Levantamento de medidas e planta baixa para o trabalho da Disciplina Projeto V*. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Unicruz), 2013.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930*. Santo Ângelo, RS: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

DELFOFOS. Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC-RS. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017.

FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer. *Cinquentenário de Panambi: 1899-1949*. Ijuí, RS, 1949.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul*. 10º DR. Secretaria da Cultura, CODEC/CPHAE/SPAHN/Pró-Memória, 1964.

IHGRGS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Mapoteca digital*. Disponível em: <www.ihgrgs.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Planta baixa e estrutura em madeira da residência*. Disponível em: <<http://casasexaimel.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

LANGENBRETTACH. Panfleto da cidade. *Impressum Herausgeber: Gemeinde Langenbrettach. Gestaltung: Südwest – Touristik Heilbronn*. Fotos: H. Posovszky, Ellhofen. Reproduktion: Die Repro, Tamm. Druck: Ungeheuer&Ulmer. Ludwigsburg, [s.d.].

LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002.

MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1897.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1910.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations – Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig. 1913.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

METALÚRGICA FAULHABER. Acervo documental e fotográfico. Panambi, RS, 2018.

MEYER, Hermann. *Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906 (foto retirada do Edifício Administrativo por Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1906).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Cadastro industrial, comercial e profissional*. Panambi, 1964.

RIBEIRO NETO, Demétrio. Expediente urbano de Panambi. Planta de implantação da cidade. In: MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

WILIMZIG, Markus; OLIVEIRA, Suzana V. *Experiência em restauração: antigo Castelinho de Panambi – RS. Uma parceria entre autores do projeto. Prefeitura de Panambi e comunidade interessada*. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/306356107>>. Acesso em: maio 2018.

Periódicos

CONZEN, Michael Robert Gunther. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *The Institute of Britis Geographers*. Pub. 1960, nº 27.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. *Revista Arquitectos*. ano 17, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.200/6398>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FELIZARDO, Joaquim. Rudolfo Ahrons I e II. *Correio do Povo*, 14/4/1992, nº 197; e 15/4/1992, nº 198.

FERNANDES, Sérgio Padrão. O traçado. O sítio e a forma da cidade. In: COELHO, Carlos Dias. Os elementos urbanos. *Cadernos de Morfologia Urbana*. Estudos da Cidade Portuguesa. Lisboa: Argumentum, 2013.

MOHR, Udo Silvio. Demetrio Ribeiro, 1916-2003. *Arquitectos*. São Paulo, ano 4, nº 041.00, out. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/04.041/643>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

O PANAMBIENSE. *Coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi*. Edição especial ao ensejo do 65º aniversário de fundação da cidade e 10º de emancipação política, s/d.

OSAYIMWESE, Itohan. *Colonialism and modern Architecture in Germany*. Culture, Politics & Built Environment Hardcover, June 23, 2017.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho; KERN, Arno Alvarez. Missões Jesuíticas coloniais: um estudo dos planos urbanos. *Revista História em Reflexão*. Dourados, MS: UFGD, jul./dez. 2008, v. 2, nº 4. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiH-uvb7oDdAhVDDJAKHW5YBLIQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fojs.ufgd.edu.br%2Findex.php%2Fhistoriaemreflexao%2Farticle%2Fdownload%2F322%2F274&usg=AOvVaw29sVwrHbc1FAMNjuLrlr09>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

REVISTA DO CENTENÁRIO DA IGREJA CATÓLICA EM PANAMBI. Panambi, RS, 1910-2010.

SPOSITO, M. E. B. *A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana*: território. Rio de Janeiro, ano III, jan-jun. 1998, nº 4.

Legislações

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estabelece o registro e transmissão de imóveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Publicação original em Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. 1, fasc. V.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Promulga o regulamento para execução do Decreto nº 451B, de 31 de maio do corrente ano, que estabeleceu o registro e transmissão de imóveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Publicação original em Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. XI.

MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA. *Lei nº 24, de 6 de junho de 1948*. Código de Construções e Reconstruções do município de Cruz Alta. Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1948.

MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA. *Lei n° 24, de 6 de junho de 1948*. Código de Construções e Reconstruções do município de Cruz Alta. Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1948 (art. 4º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal n° 123, de 8 de setembro de 1959*. Institui a Lei do Urbanismo de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1959 (arts. 4º e 5º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal n° 01, de 23 de dezembro de 1993*. Instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art. 2º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal n° 02/93*. Dispõe sobre o Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art 1º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Municipal n° 22, de 1º de julho de 1955*. Promulga o Código de Posturas do Município de Panambi (revogada pela Lei Complementar n° 11, de 18/08/2008).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Municipal n° 22, de 1º de julho de 1955*, p. 3.

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

4 CASOS DE ESTUDO: DO REUSO À REQUALIFICAÇÃO


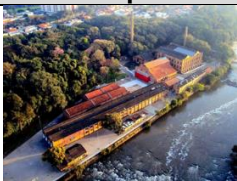




4.1 SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

Neste capítulo são abordados três casos de estudo sobre o tema do reuso à requalificação. Os critérios de seleção dos casos estão diretamente vinculados ao objetivo principal deste estudo – o reuso de edifícios industriais voltados ao patrimônio histórico da cidade de Panambi. Os exemplos foram selecionados a fim de permitir o conhecimento das circunstâncias desse tipo de projetos no Brasil. Procurou-se fazer uma seleção com usos diferenciados, entretanto, no Brasil esse tipo de intervenção ainda é muito recente e pouco usual, o que reduz as possibilidades de seleção de usos variados. Os casos selecionados responderam aos seguintes requisitos:

1. Enquadramento temporal: indústrias do final do século XIX e início do século XX;
2. Casos de estudos no âmbito do Brasil, especificamente das regiões Sul e Sudeste, consideradas as primeiras regiões industrializadas no Brasil;
3. Projetos de intervenção arquitetônica que visem o reaproveitamento de estruturas industriais desativadas (obsoletas), originalmente dedicadas a funções industriais, de processamento de matérias primas e alimentícias, etc.;
4. Casos de intervenção de edifícios isolados ou conjuntos de edifícios;
5. Possibilidade de visita ao caso e acesso a material/informação sobre o edifício original e o projeto de intervenção;
6. Quanto ao centro urbano onde se encontram inseridos, optou-se por selecionar cidades de grande, médio e pequeno porte;
7. Seleção de usos: predominantemente de uso social, educacional, cultural e de serviços (Serviço Social e do Comércio – Sesc).

Os casos selecionados foram os mais comumente empregados em projetos de reutilização no Brasil. Para tanto, do ponto de vista metodológico, procurou-se elaborar, inicialmente, um breve levantamento de edifícios industriais reutilizados no Brasil, com base na possibilidade de visita local, contato com a equipe de projeto responsável, aquisição de material e qualidade dos projetos. Assim, foram selecionados os seguintes edifícios industriais (Tabela 8):

Tabela 8. Amostragem dos edifícios selecionados para os casos de estudo

Estudo de Caso	Sesc Pompeia	Teatro Erotídes de Campos	Museu do Pão
Imagem aérea			
Imagem frontal			
Localização	São Paulo – SP	Piracicaba – SP	Ilópolis – RS
População	12 milhões (IBGE, 2016)	391.449 mil (IBGE, 2015)	4.205 (IBGE, 2016)
Uso original	Fábrica Nacional de Tambores	Engenho de farinha	Moinho
Uso atual	Centro Cultural e de Esportes (Sesc)	Teatro multifuncional	Museu
Complexo industrial	Conjunto industrial	Compõe o conjunto industrial	Não
Adição ao conjunto	Sim	Não	Sim
Edificação única	Não	Apenas um edifício restaurado	Sim
Data fundação	1928	1882	
Autor projeto original	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Data projeto reuso	1977	2009	2007
Autor projeto reuso	Lina Bo Bardi	Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz	Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz

Fonte: elaboração própria da autora (2018)⁹⁶⁰.

- 1) **Antiga Fábrica Nacional de Tambores (Sesc Pompeia – São Paulo/SP):** idealizado pela arquiteta Lina Bo Bardi, trata-se de um ícone da arquitetura brasileira. O Sesc Pompeia é considerado o mais significativo exemplar de reuso de indústria no Brasil. Contou com a participação dos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, ambos sócios fundadores da empresa “Brasil Arquitetura.”
- 2) **Parque do Engenho (Teatro Erotídes de Campos – Piracicaba/SP):** projeto idealizado pelo escritório “Brasil Arquitetura”. O Engenho Central, onde se encontra inserido o Teatro Erotídes de Campos, é um dos maiores e mais importantes testemunhos arquitetônicos do modo de produção de açúcar e álcool em vigor nos meados dos séculos XIX a XX. Trata-se de um significativo exemplar de reuso de indústria que, pela sua inserção urbana, localizado às margens do rio Piracicaba, conseguiu transformar o seu entorno, resgatando a história e o patrimônio cultural da cidade, oportunizando espaços de convívio e lazer. Possui

⁹⁶⁰ Elaboração própria da autora (2018).

características construtivas que lembram o “enxaimel” empregado nas colônias alemãs no Rio Grande do Sul.

- 3) **Moinho de Farinha (Museu do Pão – Ilópolis, RS):** também de autoria do escritório “Brasil Arquitetura”, está inserido em um complexo formado por três estruturas: o Moinho Colongnese (restaurado), o espaço museológico e a oficina de panificação. Trata-se de um exemplar de reuso e conservação onde os arquitetos conseguiram criar um diálogo entre a história (o moinho) e o futuro (museu e oficina), transformando-o num espaço de expressiva qualidade arquitetônica

Os casos selecionados foram estudados a partir de bibliografia específica e material do acervo do Escritório “Brasil Arquitetura”⁹⁶¹, além de visitas “*in loco*”, documentação e levantamentos fotográficos. Yin⁹⁶² destaca que os estudos de casos são apenas uma das muitas maneiras de fazer investigação, que também pode ocorrer por meio de experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos.

4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia de análise dos casos de estudo foi apresentada a partir de dois momentos:

- primeiro, a realização de levantamento do edifício anterior à intervenção, ou seja, sua história, as condições em que se apresentava até o momento da ação;
- segundo, a apresentação dos objetivos da intervenção e suas consequências.

Para tanto, foi necessário realizar o levantamento de dados no local para a busca de informações relevantes à investigação, cuja ação principal foi o levantamento fotográfico para registro do edifício, levantamento documental, seguido de apontamentos e observação direta. Tais ações constituem os instrumentos de uma análise descritiva e documental. Buscou-se, também, os elementos de projeto junto aos escritórios de arquitetura e dos profissionais responsáveis pelas intervenções. Como complemento, procedeu-se à investigação bibliográfica, que contou com arquivos fotográficos e históricos.

⁹⁶¹ “Criado em 1978, o escritório ‘Brasil Arquitetura’ é uma associação de arquitetos liderada pelos sócios fundadores, Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, ambos formados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. O escritório realiza projetos de arquitetura, urbanismo, recuperação e restauro e desenho industrial para os mais diversos setores de atividade: residências e conjuntos residenciais, lojas, restaurantes, indústrias, edifícios para lazer e de uso público e institucional” (ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/>>. Acesso em: fev. 2018a).

⁹⁶² YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2005, p. 38.

Para a análise descritiva dos projetos foi desenvolvida uma estrutura transversal aos casos de estudo, que se traduziu em uma matriz (apresentada anteriormente), além de uma conclusão para cada caso, objetivando a análise realizada, os objetivos iniciais do projeto e as suas consequências em vários níveis de transformações. A abordagem dos “casos de estudo”, portanto, foi realizada considerando as etapas a seguir:

1º) O edifício anterior ao projeto de reuso:

- **Enquadramento histórico** da pré-existência do edifício, ou seja, levantamento do seu histórico como prédio industrial e sua relevância no contexto da época até o momento da transformação para outro uso;
- **Enquadramento urbano**, descrição do contexto urbano onde o edifício foi inserido, assim como a sua localização e situação no lote;
- **Descrição do projeto**, com plantas e mapas da edificação, anteriores às transformações, sua estrutura e volumetria, características formais e estéticas, além da organização espacial.

2º) O projeto de intervenção:

- **Programa:** objetivos do novo uso, novo programa;
- **Descrição do projeto:** suas características formais e funcionais, adições e subtrações;
- **Estrutura e sistema construtivo:** implementação com novas estruturas e sistemas construtivos.

3º) Síntese de análise: matriz de análise (baseado nas teorias de Brand)⁹⁶³, críticas e conclusões. Os parâmetros de análise seguiram os conceitos abordados anteriormente, segundo a metodologia desenvolvida pelo arquiteto Francis Duffy, que investiga a questão da funcionalidade do edifício e a sua transformação com a passagem do tempo.

4º) Análise comparativa: foram selecionados alguns parâmetros da matriz de análise a fim de estabelecer os principais condicionantes de reuso. Esses parâmetros foram escolhidos da melhor forma para elucidar as questões comparativas referentes à função, características, valor patrimonial e níveis de transformação relacionados às pré-existências.

⁹⁶³ BRAND, Steward. *How buildings learn, what happens after they're built*. London, England: Penguin Books, 1994, pp. 31-32.

A partir da análise dos casos foi possível estabelecer os principais parâmetros de reuso, ou seja, concluiu-se que o projeto final de reuso é condicionado por cinco questões principais, que são: as características arquitetônicas da pré-existência; o programa (função final); o valor patrimonial; as condições do promotor; e a estratégia do arquiteto. Tais condicionantes encontram-se relacionadas, são dependentes entre si e devem ser abordadas em conjunto, adequando a análise ou a realização de um projeto de reconversão.

Foi fundamental a elaboração de um quadro-síntese com os parâmetros considerados mais relevantes para uma análise cruzada. Esses parâmetros foram selecionados, considerando os seguintes critérios: a relação entre a função (programa inicial e final), as características arquitetônicas mais relevantes, o valor patrimonial e o nível de transformação arquitetônica proposta no interior e no exterior dos três casos de estudos analisados. O Quadro 7⁹⁶⁴ é um modelo a ser utilizado na realização da síntese dos parâmetros de reuso de cada caso.

Quadro 7. Modelo da matriz para realizar a síntese dos parâmetros de reuso

Parâmetros		Sesc Pompeia	Teatro Erotides de Campos	Museu do Pão
Função	Programa inicial			
	Programa final			
Características da Pré-existência	Particulares			
	Comuns			
Volumetria (nº de edifícios)	Inicial			
	Reutilizados			
	Demolidos			
	Acrescentados			
	Intervencionados			
	Final			
Valor Patrimonial	Valores de destaque			
	Classificação			
Nível de transformação	Função (0-3)			
	Exterior (0-12)			
	Interior (0-15)			
	Total (0-30)			

Fonte: elaboração própria da autora (2018)⁹⁶⁵.

⁹⁶⁴ Id., ibid., p. 32 (modificações elaboradas pela autora).

⁹⁶⁵ Elaboração própria da autora (2018).

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA

A análise comparativa visa estabelecer uma avaliação simultânea dos três casos de estudo, considerando as especificidades das pré-existências e as transformações introduzidas.

A base da análise é a matriz elaborada anteriormente para o estudo de casos de edifícios reconvertidos, bem como as características e circunstâncias das pré-existências e dos projetos de reconversão⁹⁶⁶.

Para realizar a análise comparativa foram retiradas as conclusões sobre a reconversão de edifícios históricos e as suas consequências para a estrutura original, considerando o seu valor patrimonial e as suas especificidades como espaço de função industrial, além das suas características existentes após reconversão dos casos: Sesc Pompeia, Teatro Erotídes de Campos e o Museu do Pão.

4.3.1 Antiga Fábrica Nacional de Tambores – Sesc Pompeia: identificação da tipologia industrial original – imagem do local

Figura 179. Vista aérea do conjunto de galpões do Sesc Pompeia (década de 1940), anterior à intervenção



Fonte: Ferraz (2008a)⁹⁶⁷.

⁹⁶⁶ SERRANO, Ana Catarina Bispo. *Reconversão de Espaços Industriais: três projectos de intervenção em Portugal*. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, out. 2010, p. 129. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142134689/Ana%20Serrano%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

⁹⁶⁷ FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Numa velha fábrica de tambores*. Sesc Pompeia comemora 25 anos. São Paulo: Brasilano, 08 abr. 2008a, p. 220. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

Figura 180. Vista aérea atual do Sesc Pompeia após a intervenção



Fonte: Oliveira (2014)⁹⁶⁸.

Localizado na Rua Clélia, 93 – Avenida Pompeia, Lapa, São Paulo – SP, Brasil, o prédio originalmente foi destinado à **Fábrica Nacional de Tambores**, atual Sesc Pompeia. O projeto inicial data de 1928, sua construção é de 1938 e sua restauração e reuso datam de 1977 a 1986. O autor do projeto original é desconhecido, porém, seu projeto de restauração é de autoria da arquiteta italiana Lina Bo Bardi, tendo como colaboradores os arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer. O imóvel está localizado em um terreno com área de 16.500,00m² e a área construída corresponde a 12.000,00 m². O imóvel não é classificado como bem tombado.

O Sesc Pompeia é um centro cultural, de lazer e esporte, composto por um complexo de pavilhões fabris da antiga Fábrica de Tambores, o qual foi restaurado para reuso da comunidade. Em sua restauração, a arquiteta Lina Bo Bardi decidiu preservar os prédios antigos, bem como todos os materiais e elementos que poderiam ajudar a manter viva a memória da existência de uma fábrica naquele lugar. Cada pavilhão industrial ganhou uma nova função, como administração, espaço multiuso, ateliês de artes, restaurante, cozinha e oficinas de manutenção. Além disso, a arquiteta também projetou uma área de esportes em três prédios, sendo um deles a caixa d'água e os outros dois comportariam um conjunto esportivo, com piscinas, quadras e salas de ginástica. O projeto do Sesc Pompeia representa uma arquitetura como espaço de convivência, de conhecimento, de criação artística, ligado à vida cotidiana de uma comunidade social, étnica e culturalmente diversificada.

⁹⁶⁸ OLIVEIRA, Olívia de. *Lina Bo Bardi. Obra construída Built Work*. Fotografias Nelson Kon. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 113.

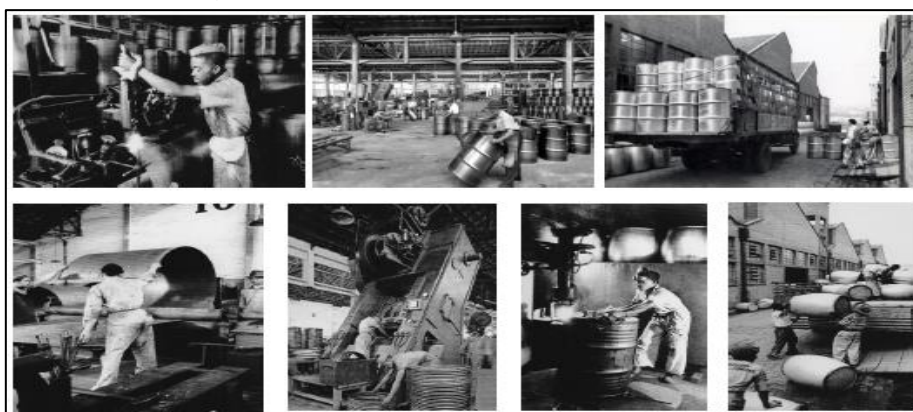
4.3.1.1 O edifício anterior ao projeto de reuso

Enquadramento histórico

Até o final do século XIX, na região conhecida como Chácara Bananal, havia apenas estábulos e poços. Em 1911, por 260 contos de réis, a Companhia Urbana Predial comprou um terreno neste local que, posteriormente, foi vendido para a empresa alemã Mauser & Cia Ltda. Nos anos 1930, esta empresa construiu ali uma fábrica de tambores de óleo. A fábrica, construída com base em um projeto inglês, ocupava um ponto cobiçado por qualquer indústria na época: quase em frente à então Avenida Água Branca e à curtíssima distância dos trilhos das antigas estradas de ferro Sorocabana e Santos-Jundiaí⁹⁶⁹.

A fábrica foi construída em 1938 pela firma alemã Mauser & Cia Ltda e utilizada como fábrica de tambores até a década de 1940 (Figura 181). Em 1945, o local foi comprado pela Indústria Nacional de Embalagens S/A (Ibesa), e ali instalada a fábrica de geladeiras a querosene Gelomatic (Figura 182)⁹⁷⁰. Em 1968, a marca Ibesa foi comprada pela Indústria Pereira Lopes, que fabricava refrigeradores Clímax em São Carlos, SP. Não se sabe ainda ao certo por qual motivo a fábrica de propriedade da Pereira Lopes, que funcionava na Pompeia, foi fechada novamente (Figura 183)⁹⁷¹.

Figura 181. Fábrica de tambores (1938)



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)⁹⁷².

⁹⁶⁹ BECHARA, Renata Carneiro. *A atuação de Lina Bo Bardi na criação do Sesc Pompeia (1977-1986)*. São Carlos-SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2017, pp. 48-49. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUK EwjivKvUjpDaAhUIS5AKHYt9CvgQFggtMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fd isponiveis%2F102%2F102132%2Fde-11042017-111444%2Fpublico%2FCorrigidaRenataBechara.pdf&usg=AOvVaw1kw75ohJgxSmlqZf6OTSHU>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁹⁷⁰ NAHAS, Patrícia Viceconti. *Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade. Um percurso do Sesc Pompeia ao Museu do Pão (1977-2008)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, 2008, v. II, p. 15. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108149.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁹⁷¹ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 49.

⁹⁷² VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Cidadela da liberdade: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia*. São

Figura 182. Fábrica Ibesa Gelomatic (1945)



Fonte: Bechara (2017); Vainer e Ferraz (2016); Bo Bardi (2018)⁹⁷³.

Figura 183. Fábrica abandonada pouco antes da sua compra pelo Sesc (1970)



Fonte: Bechara (2017)⁹⁷⁴.

Na década de 1970, o Serviço Social do Comércio (Sesc) comprou o espaço para a criação de um centro cultural e esportivo. O primeiro projeto foi elaborado em 1974 pelo arquiteto Júlio Neves, e previa a demolição dos galpões antigos para a construção de prédios novos⁹⁷⁵. Mas entre 1976 e 1977 houve mudança de planos e

Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, pp. 22-29.

⁹⁷³ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 50; VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 18; BO BARDI, Lina. *Sesc Pompeia*. 2002. Disponível em: <<https://we.tl/Vns24LNZ0W>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

⁹⁷⁴ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, pp. 114; 152.

⁹⁷⁵ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 15.

foram feitos os primeiros contatos com Lina Bo Bardi⁹⁷⁶, com novo plano de ocupação, considerando a reutilização dos prédios antigos⁹⁷⁷.

Enquadramento urbano

A fábrica possuía um aspecto de vila operária com uma rua central e diversos pavilhões distribuídos ao longo da via. Percebe-se, novamente, de forma clara, a intenção de inserir o conjunto à malha urbana como um território de limites imprecisos. Essa imagem de fábrica logo foi subvertida em uma imagem de lazer e cultura. Com a restauração do Sesc Pompeia procurou-se potencializar a vida cotidiana ali existente, com crianças, futebol, festas, jogos infantis, que eram peças de uso. Em suma, não se procurou criar diretrizes para o espaço, mas se fez do lugar já existente uma diretriz para a ação no espaço⁹⁷⁸.

Descrição do projeto

São galpões industriais, cujas edificações são baseadas em projeto inglês do início do século XX, construídos em tijolos aparentes, rebocados com estrutura mista

⁹⁷⁶ Lina Bo Bardi nasceu em Roma e formou-se entre as duas guerras na Escola de Arquitetura de Roma, viajando em seguida para trabalhar em Milão. Como seus contemporâneos, mas diferentemente dos arquitetos do restante da Europa, trabalhava transitando por todos os campos da cultura, casando a tecnologia e o funcionalismo com a bagagem cultural e a poética do cotidiano. A especificidade da atuação dos arquitetos italianos os fez racionais para responder aos desafios do presente, apesar da força de uma formação conduzida na intimidade com a história e com as ruínas. E os fez modernos na investigação formal e na tecnologia construtiva, enquanto se voltavam para a pesquisa antropológica das formas primitivas. Desde que desembarcou no Rio de Janeiro, em 1946, e durante os anos sucessivos de trabalho com a cultura no Brasil, a arquiteta Lina Bardi foi descobrindo com encantamento, nas suas palavras, as "soluções construtivas extremamente simples e frescas", "uma modéstia aliada a um sentido festivo da vida", enfim, a "poesia íntima da terra brasileira". Sua arquitetura moderna, expressiva na estrutura e nos materiais, foi ganhando laivos de espontaneidade, se adaptando ao lugar, se encontrando na rudeza singela, procurando a paisagem e se fez brasileira (FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. *Teatro Engenho Central – Piracicaba, SP*. São Paulo: Brasil Arquitetura. Estudo Preliminar, jul. 2009, p. 17). Em 1951, Lina se naturalizou brasileira e nunca retornou à Europa. Uma obra que significa o mesmo que o projeto coletivo de Brasília, uma chave intelectual da cultura brasileira moderna e das culturas da América. Trata-se do Museu de Arte Moderna da Bahia, fundado em janeiro de 1960, em Salvador, e o Sesc Pompeia – Antiga Fábrica de Tambores. Lina Bo Bardi ressaltou a bela obra de engenharia industrial do final do século XIX, com tijolos e ferro – sistema hennebique. Os trabalhos de restauração e construção do centro, com início em 1977 e concluídos em 1982, simplesmente reabilitaram os pavilhões da antiga fábrica, acrescentando à construção duas novas torres, destinadas a ginásios de esportes e vestiários, além da criação de zonas de comunicação entre os elementos do conjunto reabilitado (VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, pp. 82-83).

⁹⁷⁷ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 51; BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002.

⁹⁷⁸ ALMEIDA, Lutero Proscholdt. *Dobras Deleuzianas, desdobramentos de Lina Bo Bardi*. Considerações sobre "desejo" e o "papel do arquiteto" no espaço projetado. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4422>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

de ferro e concreto⁹⁷⁹. A estrutura sólida, construída com tijolos, telhas de barro⁹⁸⁰ e concreto armado datam do período conhecido pelo “surto industrial” (1930), quando projetos fabris com base na tipologia arquitetônica industrial europeia apresentavam características marcantes.

A cobertura dos galpões fabris que hoje abrigam diversos ambientes do conjunto do Sesc Pompeia apoiava-se em um sistema estrutural pré-fabricado em concreto armado, reconhecido por Lina Bo Bardi⁹⁸¹ como um sistema hennebiqueano⁹⁸². Os elementos essenciais eram simplesmente pilares, vigas, e uma grande variedade de aplicações (flexibilidade), garantidas a partir do simples aumento ou diminuição do número de pilares e vigas para um mesmo vão, conforme as sobrecargas. A substituição de perfis metálicos por vergalhões flexíveis⁹⁸³ na constituição das vigas, bem como o uso de estribos, foi aperfeiçoando a patente, que adquiria crescente espectro de utilizações⁹⁸⁴.

As construções industriais em concreto armado, a partir da década de 1920, significaram uma alternativa nacional, introduzida por profissionais italianos e empresas francesas e alemãs, às dificuldades na importação de alguns materiais de construção no pós-Primeira Guerra Mundial (vidro, cal, tijolos e areia eram provenientes de fabricantes nacionais, mas o ferro para estruturas metálicas, em especial, ainda era importado)⁹⁸⁵.

⁹⁷⁹ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, pp. 15-16.

⁹⁸⁰ MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Intervenção em pré-existência: Estudo de caso do Sesc Fábrica da Pompeia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação. Santa Maria, RS, 2013, v. 14, n° 1, p. 13. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁹⁸¹ Lina Bo Bardi entrou pela primeira vez na então abandonada Fábrica de Tambores da Pompeia em 1976. O que despertou a curiosidade na arquiteta, em vista de uma eventual recuperação para transformar o local num centro de lazer, foram aqueles galpões distribuídos racionalmente, conforme os projetos ingleses do começo do século XIX. Todavia, o que encantou mesmo a Lina Bo Bardi foi a elegante e precursora estrutura de concreto, lembrando o pioneiro Hennebique, fazendo com isso um dever de conservar a obra (FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.) *Lina Bo Bardi: fragmento de seu Curriculum Literário*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993, p. 27).

⁹⁸² François Hennebique (1842-1921) era engenheiro nascido na Bélgica e naturalizado francês. Construtor autodidata, em 1892, aos 50 anos, registrou uma patente de sistema de construção em concreto armado que integrava pilares e vigas em um único elemento. Ele havia tido contato com o trabalho do jardineiro francês Joseph Monier, na exposição de Paris, em 1867 que, por sua vez, já havia patenteado uma mistura de concreto a uma malha de arame (BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 41). A empresa denominada Maison Hennebique era constituída por uma rede de escritórios técnicos, com sede em Paris, e revendedores espalhados por diferentes localidades e países. Os beneficiados eram autorizados a usar o sistema patenteado em determinada área. Na virada do século, muitos países da Europa (Itália, Bélgica, Suíça e Reino Unido), da África (Egito) e das Américas (Estados Unidos da América, México e Brasil) usaram a tecnologia construtiva de Hennebique (Id., ibid., pp. 41-42).

⁹⁸³ A primeira laje armada com ferros de seção circular (1880) é de Hennebique (BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 42).

⁹⁸⁴ Id., ibid., pp. 41-42.

⁹⁸⁵ Id., ibid., pp. 49-50.

4.3.1.2 O projeto de intervenção

Programa

O Sesc Pompeia, localizado na cidade de São Paulo, começou a ser projetado em 1977 pela arquiteta italiana, radicada no Brasil, Lina Bo Bardi, com a colaboração dos arquitetos André Vainer e Marcelo Carvalho Ferraz. A conclusão das obras de intervenção aconteceu em 1986⁹⁸⁶.

O conhecimento técnico e o olhar atento aos costumes populares fizeram com que Lina Bo Bardi pautasse a concepção do Sesc Pompeia fundamentalmente em dois pontos: técnica e tradição. A arquiteta também participou ativamente na definição programática do edifício e do plano de atividades da instituição naquele conjunto, o que incluiu o planejamento de suas conhecidas exposições⁹⁸⁷.

Para a realização da obra na unidade do Sesc Pompeia, em abril de 1977, foram desenvolvidos estudos pela consultoria que, efetivamente, concederam a Lina Bo Bardi o direito de desenvolver o projeto⁹⁸⁸. A arquiteta distribuiu os galpões fabris de acordo com projetos ingleses do começo da industrialização europeia⁹⁸⁹ em conjunto com o ambiente que lá encontrou no momento do levantamento do local, o que lhe permitiu uma postura inovadora frente ao pré-existente⁹⁹⁰.

No seu programa de intervenção constam as seguintes atividades (Figuras 184 a 186):

- 1) Galpão de atividades gerais:** abriga espaço para exposições, biblioteca, área de leitura, de estar e jogos. No galpão foram acrescentados uma lareira e um espelho d'água, além de alguns volumes de concreto aparente, criando mezaninos;
- 2) Teatro:** o espaço do galpão foi dividido em duas plateias que se voltam para um palco central. Os camarins e áreas de apoio foram dispostos em volumes suspensos de concreto aparente;
- 3) Ateliês e oficinas** de cerâmica, gravura, tipografia, desenho, marcenaria, tapeçaria, música, dança, laboratório fotográfico, oficinas de manutenção e administração;

⁹⁸⁶ MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Op. cit., 2013, p. 9.

⁹⁸⁷ RIBEIRO, Aline da Silva Escórcio. *Elementos da cultura popular na obra de Lina Bo Bardi*. Sesc Pompeia e Igreja do Espírito Santo do Cerrado. São Paulo: USP, 2016, p. 130. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-02092016-160313/pt-br.php>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

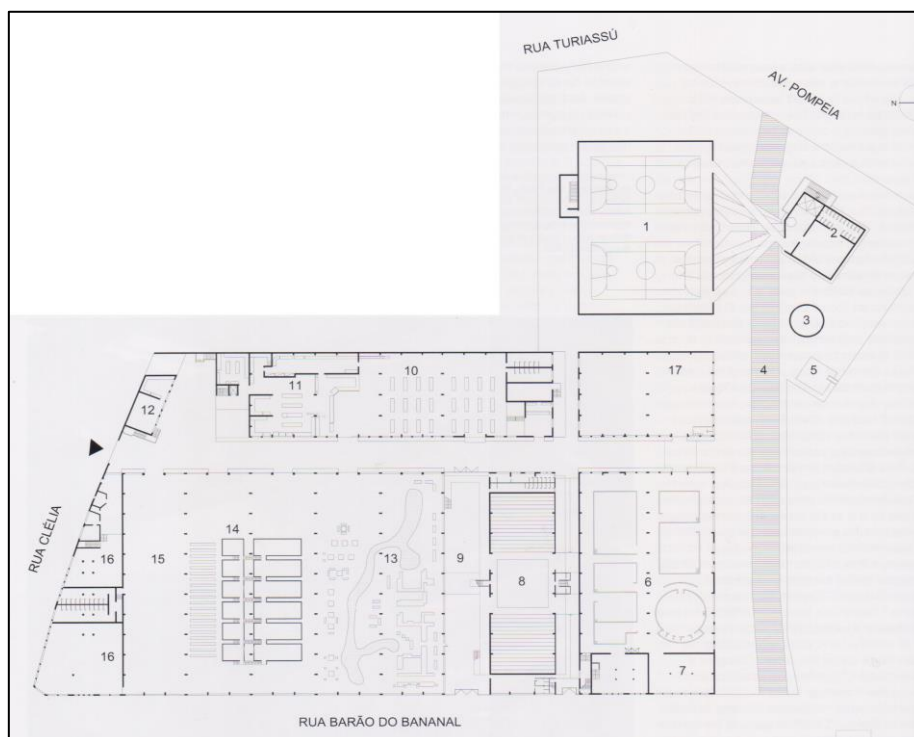
⁹⁸⁸ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, pp. 60-61.

⁹⁸⁹ FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2008b, p. 220.

⁹⁹⁰ MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Op. cit., 2013, p. 9.

- 4) **Restaurante/choperia** com cozinha industrial em um dos galpões, além de conjunto esportivo e caixa d'água, que são torres distintas e construídas fora dos galpões fabris⁹⁹¹.

Figura 184. Planta baixa com indicação dos espaços do projeto



Legenda: 1) Bloco esportivo com piscina, academia e quadras; 2) Bar, vestiário, salas de ginástica, de artes marciais e salão de baile; 3) Torre do depósito de água; 4) Solário; 5) Cascata; 6) Oficinas de cerâmica, pintura, carpintaria, tapeçaria, gravura e tipografia; 7) Laboratório fotográfico; 8) Teatro para 1.200 espectadores; 9) Vestíbulo coberto do teatro/sala para espetáculos; 10) Bar-restaurant; 11) Cozinha; 12) Vestiário e refeitório dos trabalhadores; 13) Espaço multiuso; 14) Biblioteca/videoteca; 15) Sala de exposições temporárias; 16) Manutenção.

Fonte: Oliveira (2014)⁹⁹².

Figura 185. Planta com indicação do corte da elevação da rua interna



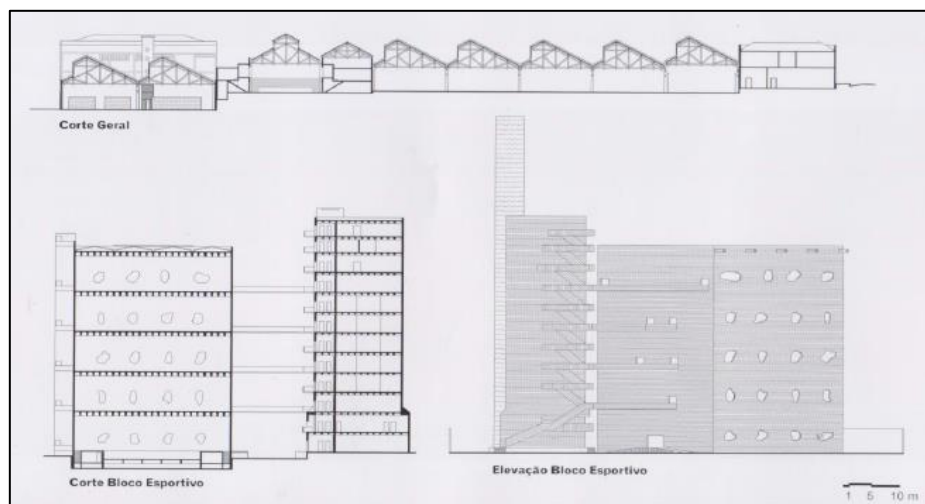
Fonte: Vainer e Ferraz (2016)⁹⁹³.

⁹⁹¹ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, pp. 17-18.

⁹⁹² OLIVEIRA, Olívia de. Op. cit., 2014, p. 114.

⁹⁹³ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 76.

Figura 186. Planta com indicação do corte geral e do bloco esportiva com elevação



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)⁹⁹⁴.

Lina Bo Bardi propôs uma prestação contínua de serviços de arquitetura no local da obra, simultaneamente aos trabalhos de limpeza e restauro já iniciados pelos operários do Sesc⁹⁹⁵. Além disso, a arquiteta montou o seu escritório de obras provisoriamente no local central do imóvel, no galpão “de esquina”, entre a rua interna e a área por onde passa o Córrego da Água Preta, aos fundos. A composição da equipe de arquitetura foi quase sempre a mesma ao longo dos nove anos de obras na Pompeia. No princípio trabalhavam na obra Lina Bo Bardi, depois Marcelo Ferraz⁹⁹⁶ e, em seguida, André Vainer, ambos cursando o último ano do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP. Os dois se formaram depois de algum tempo trabalhando com Lina Bo Bardi no prédio do Sesc. Apenas depois de dois ou três anos de obras, no final das reformas dos galpões fabris, outros dois jovens recém-formados arquitetos – Marcelo Suzuki e Francisco Fanucci – foram adicionados ao grupo, a princípio para auxiliar Bo Bardi nas montagens de exposições. Durante todo o período de nove anos, a equipe⁹⁹⁷ de Lina Bo Bardi trabalhou no local da obra (Figura 187), estudando, criando soluções, desenvolvendo desenhos, testando protótipos e acompanhando a execução⁹⁹⁸.

⁹⁹⁴ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 77.

⁹⁹⁵ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, pp. 60-61.

⁹⁹⁶ Marcelo Ferraz chegou ao Sesc como estagiário no dia 29/08/1977, dia do seu aniversário, tendo sido indicado por Joaquim Guedes, a pedido de Lina. Segundo Ferraz, Guedes era praticamente o único contato de Lina na FAU/USP (Id., *ibid.*, p. 63).

⁹⁹⁷ O aprendizado com Lina Bo Bardi, depois transformado em parceria, pode ser considerado uma segunda formação, fundamental para a orientação do trabalho que o grupo de arquitetos viria a desenvolver profissionalmente. Lina Bo Bardi projetou aberturas para o edifício esportivo do Sesc Pompeia, que foi uma escola para esses arquitetos, a expressão mais contundente da luta por horizontes, por uma outra cidade, de uma outra arquitetura paulista (FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2009, p. 16).

⁹⁹⁸ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, pp. 60-61; 68-69.

Figura 187. Equipe de Lina Bo Bardi no Sesc Pompeia



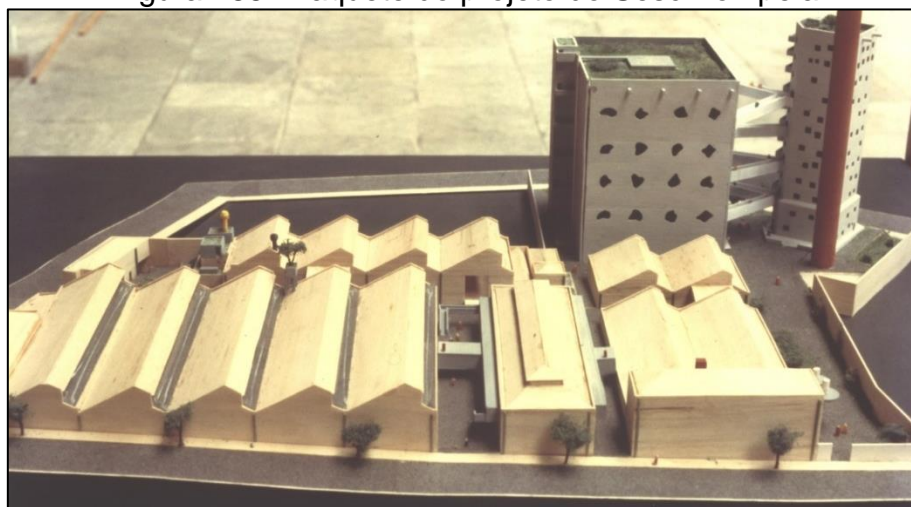
Fonte: Bechara (2017)⁹⁹⁹.

Apesar de a fábrica da Pompeia não ser, na época, um bem tombado como patrimônio histórico e, assim, não ser subordinada a entidades de regulamentação da intervenção arquitetônica, seu valor histórico foi destacado por Lina Bo Bardi quando deu seu aval ao desejo dos gestores do Sesc de manter os galpões ao invés de demolir tudo, pois continham uma bagagem histórica¹⁰⁰⁰.

Descrição do projeto

A autora do projeto de reuso do Sesc Pompeia foi Lina Bo Bardi que tinha como objetivo transformá-lo em um centro cultural, com várias atividades, como teatro, ateliês, restaurante e centro esportivo. O projeto de intervenção foi realizado em duas etapas: a primeira, foi a recuperação dos galpões antigos e, a segunda, a construção das três torres, sendo que uma delas é a caixa d'água (Figura 188)¹⁰⁰¹.

Figura 188. Maquete do projeto do Sesc Pompeia



Fonte: Bo Bardi (2018)¹⁰⁰².

⁹⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 65.

¹⁰⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 73.

¹⁰⁰¹ NAHAS, Patrícia Viceconti. *Op. cit.*, 2008, p. 17.

¹⁰⁰² BO BARDI, Lina. *Op. cit.*, 2002.

A área restaurada da antiga fábrica tem 12.000 m², e as atividades de restauração aconteceram no período de 1977 a 1982. O programa de restauro baseou-se na Carta de Veneza (uma concepção dinâmica que deixa patente a história viva do edifício e visíveis as diversas técnicas empregadas ao longo do tempo). Na primeira etapa ocorreu a restauração dos pavilhões fabris e, na segunda foram construídos dois blocos e uma torre da caixa d'água. Esses blocos foram construídos no terreno estreito que restava, onde passavam as águas pluviais, e tinham o propósito de abrigar um conjunto de esportes, vestiários e recreação.

Bo Bardi preservou a identidade da fábrica e do local, começando com a remoção e restauração do reboco antigo da alvenaria de tijolos¹⁰⁰³ (Figura 189).

Figura 189. Retirada do reboco e recuperação dos tijolos



Fonte: Bechara (2017)¹⁰⁰⁴.

Também foram realizadas escavações para melhorar as fundações (Figura 214), recuperação e escoramento do telhado (Figura 190) e acrescentados pilares em concreto externo e interno nas estruturas (Figura 191).

Figura 190. Escavação para melhorar as fundações



Fonte: Bechara (2017)¹⁰⁰⁵.

¹⁰⁰³ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 17.

¹⁰⁰⁴ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 82.

¹⁰⁰⁵ Id., ibid., p. 72.

Figura 191. Recuperação e escoramento do telhado



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)¹⁰⁰⁶.

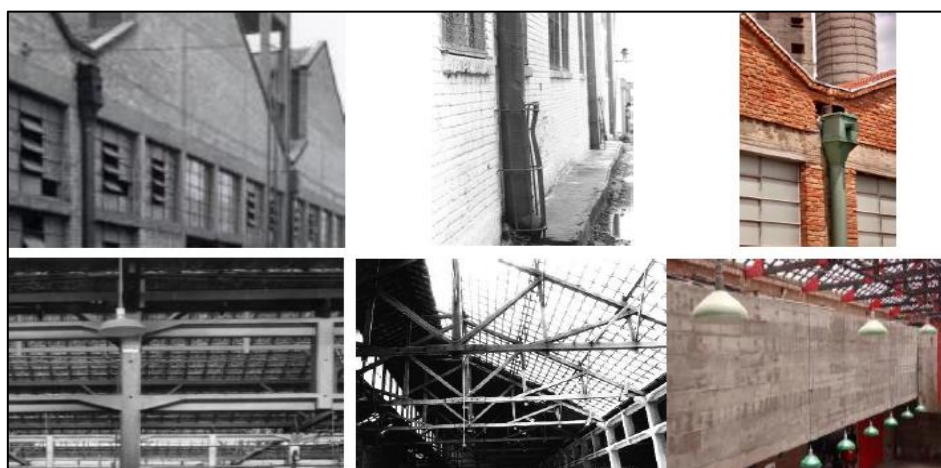
Figura 192. Pilares em concreto nas estruturas internas e externas



Fonte: Bechara (2017); Vainer e Ferraz (2016)¹⁰⁰⁷.

Bo Bardi preservou os condutores de águas pluviais, luminárias (Figura 193), paredes de tijolos à vista (tijolo-de-galinheiro) para ventilação natural no lugar de vitrês de ferro e vidros (Figura 194), além do sistema de refrigeração do teatro (Figura 195).

Figura 193. Condutores de águas pluviais (acima) e luminárias (abaixo)



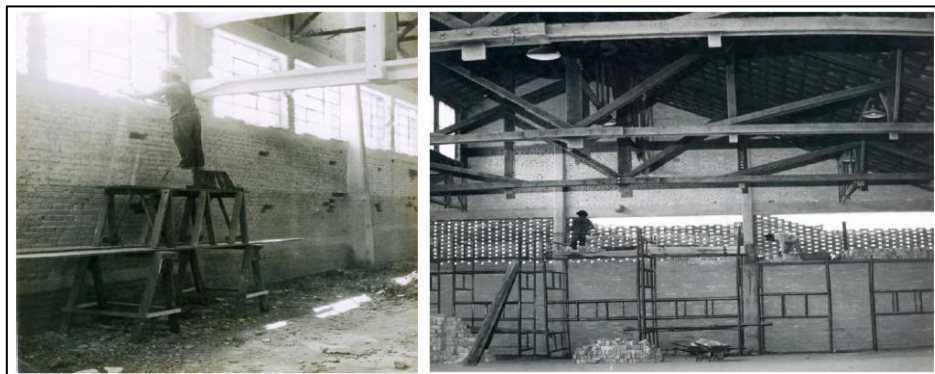
Fonte: Bechara (2017) (elementos arquitetônicos antigos e os que foram reproduzidos)¹⁰⁰⁸.

¹⁰⁰⁶ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 78.

¹⁰⁰⁷ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 85; VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 78.

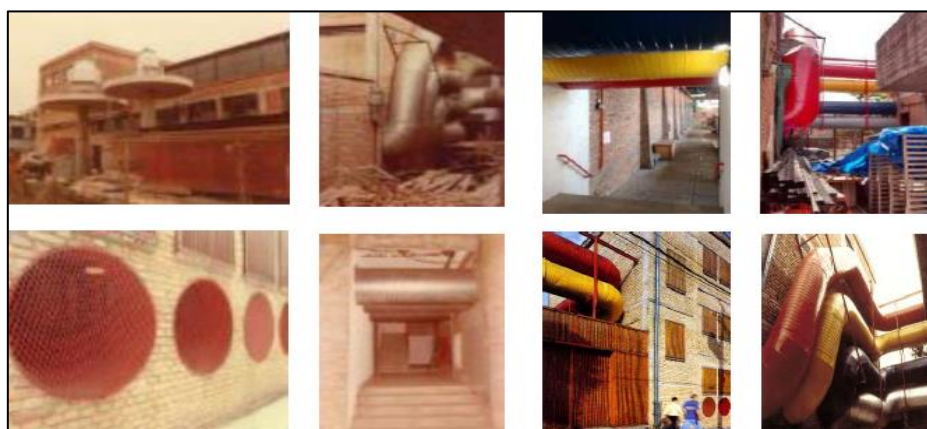
¹⁰⁰⁸ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 75.

Figura 194. Tijolos à vista ou tijolo-de-galinheiro



Fonte: Bechara (2017)¹⁰⁰⁹.

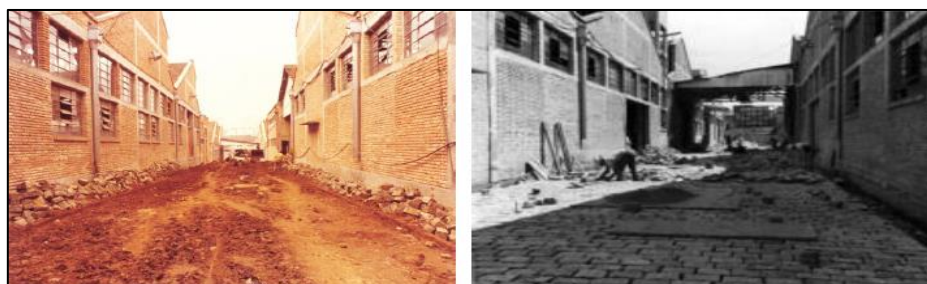
Figura 195. Sistema de refrigeração do teatro



Fonte: Bechara (2017); Bo Bardi (2018)¹⁰¹⁰.

A intervenção também ocorreu na calçada com cimento salpicado em seixos rolados – “*divertente*”¹⁰¹¹ (Figura 196). A pavimentação externa do conjunto, toda em paralelepípedos de granito Valinhos, de grande espessura, também foi preservada ao longo da rua central e entre os diversos pavilhões distribuídos na via¹⁰¹² (Figura 197).

Figura 196. Obras na rua interna com seixos rolados



Fonte: Ferraz (2008a)¹⁰¹³.

¹⁰⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 77.

¹⁰¹⁰ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 97; BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002.

¹⁰¹¹ FERRAZ, Marcelo Carvalho. Op. cit., 1993, p. 220.

¹⁰¹² BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 73.

¹⁰¹³ FERRAZ, Marcelo Carvalho. Op. cit., 2008a, p. 1.

Figura 197. Preservação dos paralelepípedos na rua central e entre os pavilhões



Fonte: Oliveira (2014)¹⁰¹⁴.

A restauração arquitetônica dos antigos galpões criou um embasamento lúdico com vistas ao envolvimento comunitário a partir da arte e da cultura popular brasileira. Um exemplo da forma como Lina Bo Bardi evocou a memória do habitante quanto à sua cultura foi a inserção de um espelho d'água que remete ao Rio São Francisco¹⁰¹⁵ (Figura 198).

O traçado sinuoso do espelho d'água – **“o rio São Francisco”** – desenhado no piso de pedra Goiás de variados tamanhos (que substitui o piso anteriormente existente, ao que tudo indica um cimentado comum), preenchido com seixos rolados (os mesmos da calçada e das canaletas) como convém a um rio, complementam a ocupação desse grande ambiente de estar que também acolhe exposições temporárias, espetáculos, salão de jogos e brinquedoteca, além da recepção ao público em geral¹⁰¹⁶. Na sequência, destaca-se a construção das arquibancadas do teatro (Figura 199).

¹⁰¹⁴ OLIVEIRA, Olívia de. Op. cit., 2014, p. 115.

¹⁰¹⁵ PADULA, Poliana. Arquitetura de Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia: a relação ambiente e usuário em centros de Cultura e Lazer. *Revista Especialize On-line IPOG*. Goiânia, dez. 2015, ed. nº 1, v. 01, p. 10. Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=poliana-padula...pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

¹⁰¹⁶ BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002, p. 113.

Figura 198. Construção do espelho d'água e o detalhe da lareira



Fonte: Ferraz (2008a)¹⁰¹⁷; Acervo da autora¹⁰¹⁸.

Figura 199. Arquibancadas do teatro e fixação do mobiliário em madeira



Fonte: Bechara (2017) e Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰¹⁹.

Ateliês e oficinas de marcenaria, cerâmica, gravura, serigrafia e gráfica são separadas por divisórias de concreto aparente (Figura 200), destacando, também, a cozinha e o restaurante/choperia¹⁰²⁰ (Figura 201).

Figura 200. Ateliês e oficinas de marcenaria, cerâmica, gravura, serigrafia e gráfica separadas por divisórias de concreto aparente



Fonte: Acervo da autora¹⁰²¹.

¹⁰¹⁷ FERRAZ, Marcelo Carvalho. Op. cit., 2008a, p. 1.

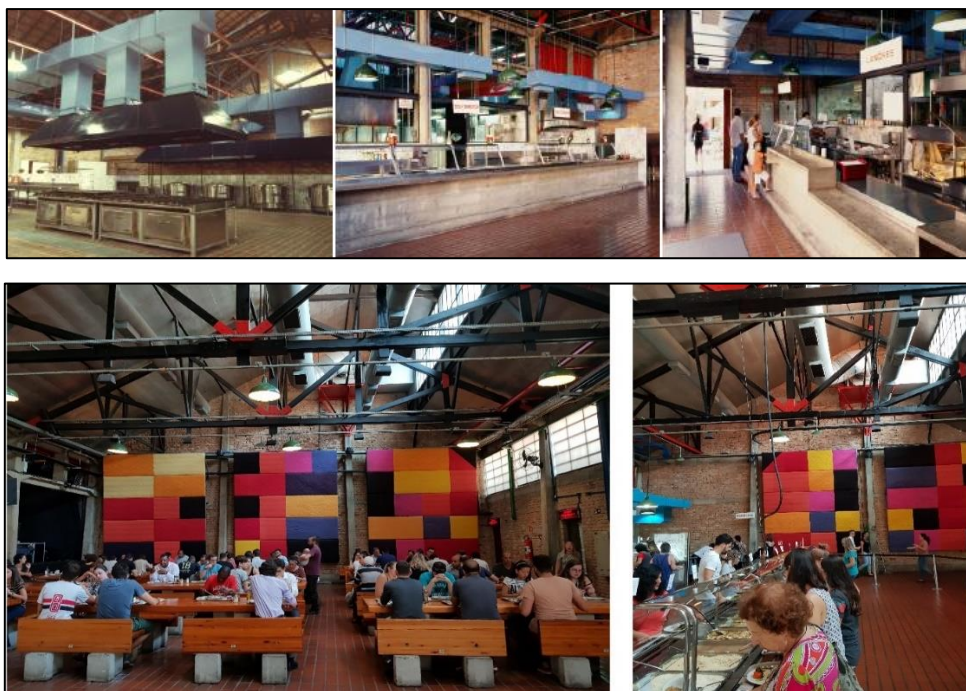
¹⁰¹⁸ Acervo da autora.

¹⁰¹⁹ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 85; FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo Carvalho. Op. cit., 2009, p. 79.

¹⁰²⁰ OLIVEIRA, Olivia de. Op. cit., 2014, pp. 126-130.

¹⁰²¹ Acervo da autora.

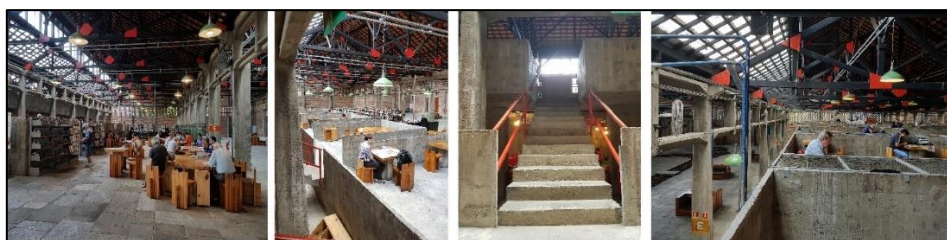
Figura 201. Cozinha, restaurante e choperia



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)¹⁰²²; Acervo da autora¹⁰²³.

Na biblioteca foram construídos módulos justapostos de concreto aparente, delimitados por muretas baixas, dispostos nos vãos entre a primeira e a terceira fileira de pilares, independentes das estruturas pré-existentes, com o objetivo de criar espaços para leitura, reunião e projeção de audiovisuais. Essa área, implantada em quotas de nível acima do piso térreo, em dois lances com alturas diferentes, como uma espécie de mezanino, possibilita uma visão de conjunto do pavilhão para quem ali se instala¹⁰²⁴ (Figura 202).

Figura 202. Biblioteca e espaço reservado à leitura e recreação



Fonte: Acervo da autora¹⁰²⁵.

¹⁰²² VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 99.

¹⁰²³ Acervo da autora.

¹⁰²⁴ BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002, p. 113.

¹⁰²⁵ Acervo da autora.

A segunda etapa do projeto foi a construção dos blocos instalados no terreno restante, que era longo e estreito e por onde passava uma galeria de águas pluviais, considerado como área não edificável. A solução da arquiteta foram dois blocos verticais conectados por passarelas que cruzam sobre a galeria de águas pluviais, recuperada como solário, transformando as passarelas no elemento mais expressivo do conjunto. São elas que “amarram” os dois blocos dissonantes. O bloco largo abriga as piscinas e os quatro ginásios superpostos; o bloco delgado concentra o resto do programa, assim como os serviços e toda a circulação vertical, de forma que para acessar qualquer uma das quadras situadas no outro bloco, é imprescindível passar pelas passarelas. Os dois blocos são absolutamente dependentes, sendo que um edifício não tem vida sem o outro. Um acontece porque existe o outro, um é o complemento enquanto aparente antônimo do outro. Isso também se expressa no tratamento diferenciado das aberturas nas fachadas: buracos regularmente alinhados no bloco largo e janelas desalinhadamente ordenadas no delgado¹⁰²⁶.

Estrutura e sistema construtivo

No período de 1982 a 1986 foram construídos três prédios novos, com três torres de concreto aparente, sendo que uma delas é a caixa d'água, o que configurou a segunda etapa do projeto de intervenção¹⁰²⁷.

Com relação à torre da caixa d'água, esta foi projetada de modo diferente. Primeiramente foi demolida a antiga chaminé da fábrica, visto que Lina Bo Bardi queria que a caixa d'água fosse o novo marco vertical do conjunto, expresso numa torre com 70 metros de altura. Os engenheiros queriam utilizar formas de aço deslizantes, como é de costume, mas Bo Bardi não queria uma coisa comum, igual a todas as torres das fábricas – lisas e sem personalidade. Queria uma torre marcada pelas etapas da concretagem, com as “rendas ou bordados” resultantes do processo¹⁰²⁸. A nova torre foi construída com apenas dois conjuntos de formas de madeira, dez vezes mais baratas do que as formas de aço, com a textura de anéis de concreto e a utilização de sacos de estopa presos às formas que, ao serem soltos, permitiam que o concreto escorresse. Com esse processo de concretagem foram construídos 70 anéis empilhados, cada um com um metro de altura¹⁰²⁹ (Figura 203).

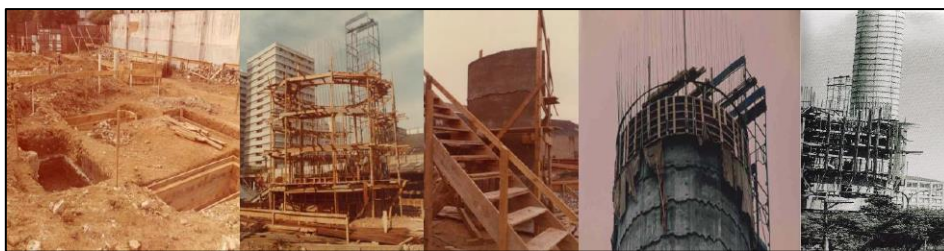
¹⁰²⁶ OLIVEIRA, Olivia de. Op. cit., 2014, p. 112.

¹⁰²⁷ Id., *ibid.*, p. 126.

¹⁰²⁸ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, pp. 141; 145.

¹⁰²⁹ RIBEIRO, Aline da Silva Escórcio. Op. cit., 2016, p. 152.

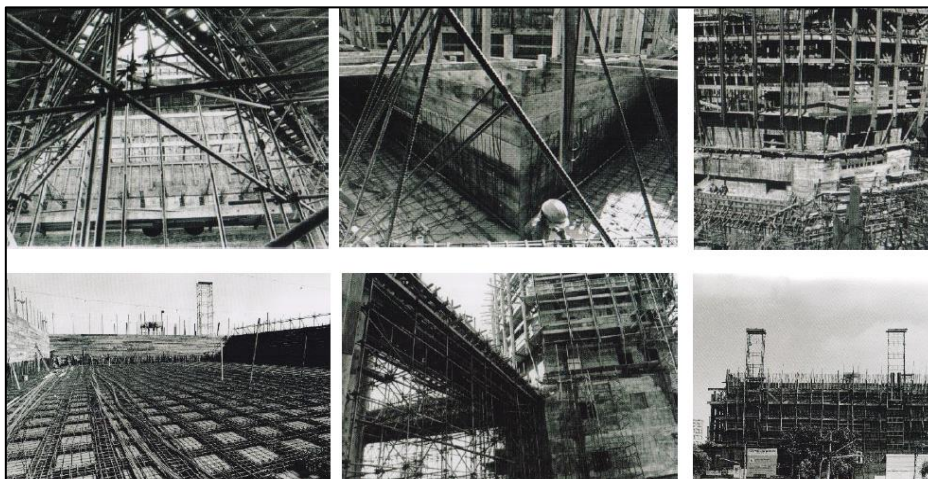
Figura 203. Detalhe da construção da caixa d'água



Fonte: Oliveira (2007); Vainer e Ferraz (2016)¹⁰³⁰.

Com relação ao conjunto esportivo, as obras seguiram com estruturas de concretagem das malhas de ferro (Figura 204). A torre maior, de cinco pavimentos e com pé-direito duplo, abriga as quadras de esportes e a piscina. As aberturas se apresentam como formas amebóides. Toda a circulação é feita pelo outro bloco, sendo que a torre menor, de 11 pavimentos, abriga a circulação vertical com dois elevadores, escada helicoidal interna e escada de segurança externa. Possui, também, lanchonete no térreo, salas de apoio ao bloco esportivo (sala de exame médico, atendimento ao público), vestiários, salas de ginástica, sala de dança e sala de palestra¹⁰³¹ (Figura 205).

Figura 204. Obras do conjunto esportivo



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)¹⁰³².

Entre os dois grupos de galpões da antiga fábrica há uma faixa de terreno que é área de várzea do córrego Água Preta, que recebe grande volume de águas pluviais de toda a região¹⁰³³.

¹⁰³⁰ OLIVEIRA, Liana Paula P. de. *A capacidade de dizer não – Lina Bo Bardi e a fábrica da Pompeia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007, p. 95; VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 81.

¹⁰³¹ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 18.

¹⁰³² VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit. 2016, pp. 80-81.

¹⁰³³ MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Op. cit., 2013, p. 14.

Figura 205. Atual visão geral das torres



Fonte: Acervo da autora¹⁰³⁴.

Devido à divisa de fundos do imóvel, perpendicular à “rua” de acesso principal, foram criadas passarelas que fazem a ligação dos dois blocos esportivos. A disposição aleatória das oito passarelas de concreto de até 25 metros, criou uma atmosfera feérica, impressionista, que interligou o sólido volume esportivo ao bloco de vestiários, tornando-se um dos elementos de maior identidade do edifício, especialmente por proporcionar um aspecto descontraído aos sóbrios volumes¹⁰³⁵. Além disso, o percurso feito nas passarelas (Figura 206) proporciona uma experiência diferente ao transeunte, tanto pela sua disposição desordenada, quanto visualização dos galpões restaurados e do entorno imediato¹⁰³⁶.

Figura 206. Passarelas que interligam os dois prédios



Fonte: Padula (2015)¹⁰³⁷.

¹⁰³⁴ Acervo da autora.

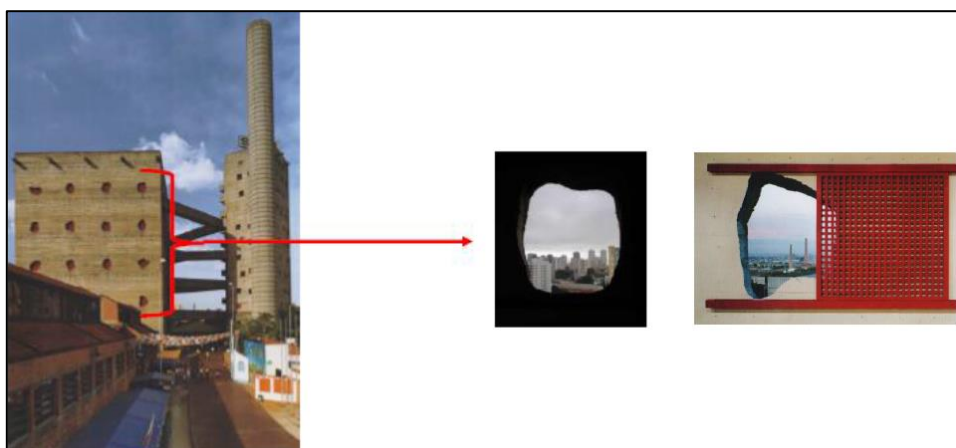
¹⁰³⁵ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 122.

¹⁰³⁶ PADULA, Poliana. Op. cit., 2015, p. 11.

¹⁰³⁷ Id., ibid., p. 11.

Esses blocos, ao invés de janelas, possuem “buracos” que possibilitam uma ventilação cruzada, apenas com treliças de madeira nas janelas como proteção (Figura 207). Além de um enquadramento muito oportuno à paisagem melancólica de São Paulo, Bo Bardi relata: “Tenho pelo ar condicionado o mesmo horror que tenho pelos carpetes. Assim, surgiram os ‘buracos’ pré-históricos das cavernas, sem vidros, sem nada”¹⁰³⁸.

Figura 207. Buracos no lugar das janelas, com treliças de madeira



Fonte: Oliveira (2014)¹⁰³⁹.

Lina Bo Bardi subverteu o programa do conjunto esportivo (Figura 208) com a defesa da ideia de que o esporte não deve ser considerado uma atividade obrigatória, mas sim uma prática prazerosa entre os integrantes da comunidade, que conta, inclusive, com a inclusão da piscina e do bar (Figura 209)¹⁰⁴⁰.

Figura 208. Quadras esportivas



Fonte: Vainer e Ferraz (2016)¹⁰⁴¹.

¹⁰³⁸ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Lina Bo Bardi: Cidade da Liberdade*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1999, p. 40.

¹⁰³⁹ OLIVEIRA, Olivia de. Op. cit., 2014, p. 117.

¹⁰⁴⁰ PADULA, Poliana. Op. cit., 2015, p. 12.

¹⁰⁴¹ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 127.

Figura 209. Piscina e bar no local



Fonte: Bo Bardi (2002)¹⁰⁴².

Durante a obra foi realizado um estudo que demonstrou que há aclave para os dois lados do Sesc Pompeia, ou seja, a área próxima é a mais baixa de toda a região da Pompeia, portanto, inundável com as águas pluviais¹⁰⁴³. Nesse sentido, foi construído um canal aberto para escoamento desse fluxo de águas de toda a região, pois consta que esta é uma área de frequentes alagamentos desde que a região da Pompeia foi urbanizada¹⁰⁴⁴ (Figura 210).

Figura 210. Construção de um canal aberto para escoamento das águas pluviais



Fonte: Bechara (2017)¹⁰⁴⁵.

A imposição da área *non-edificandi* (zona proibida para qualquer tipo de construção) foi um grande empecilho à acomodação do novo programa de uso, entretanto, transformou a área num importante espaço lúdico a partir da construção de um grande *deck* de madeira – a praia¹⁰⁴⁶ (Figura 211).

¹⁰⁴² BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002.

¹⁰⁴³ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 113.

¹⁰⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 109.

¹⁰⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 112.

¹⁰⁴⁶ BO BARDI, Lina. Op. cit., 2002, p. 116.

Figura 211. *Deck de madeira (“praia”) e os dois blocos unidos pelas passarelas*



Fonte: Bechara (2017)¹⁰⁴⁷.

Atualmente, após 30 anos de atuação, o Sesc Pompeia apresenta múltiplas atividades em todos os seus setores, utilizando, inclusive, a rua central com feiras e festas populares, sempre buscando mostrar propostas culturais inovadoras e espetáculos de vanguarda a preços acessíveis. É interessante destacar que todo o material de divulgação das atividades e eventos é impresso no próprio Sesc Pompeia, nos seus ateliês de tipografia e de gravura¹⁰⁴⁸.

¹⁰⁴⁷ BECHARA, Renata Carneiro. Op. cit., 2017, p. 163.

¹⁰⁴⁸ VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 87.

4.3.1.3 Síntese de análise

Quadro 8. Matriz de Análise de projeto de reuso – Sesc Pompeia

Parâmetros		Nível de transformação	Descrição
	1) Função	Elevado	Centro cultural, lazer e esporte (reuso).
Exterior	2) Volumetria	Elevado	Preservação dos volumes originais (Sistema hennebiqueano). Também construção de três torres: dois blocos como conjunto esportivo e uma caixa d'água; inserção de novas tipologias e redefinição das circulações e acessos.
	3) Envolvente	Baixo	Preservação das fachadas cegas e da cobertura plana; recuperação e preservação das fachadas dos volumes preservados.
	4) Materiais	Elevado	Aplicação de materiais semelhantes aos originalmente utilizados nos pavilhões fabris em estudo, aplicados de maneira distinta nas novas construções.; recursos a novos materiais e acabamentos.
	5) Imagem	Médio	Introdução e aplicação de uma linguagem estética distinta e preservação da imagem da fachada.
Interior	6) Sistema construtivo	Baixo	Recuperação e preservação da estrutura original; manutenção e construção de vários pilares nos pavilhões fabris; recuperação e ancoramento do telhado; escavações para fundações; formas de pilares nas estruturas como reforços horizontais nos pavilhões fabris existentes.
	7) Configuração espacial	Baixo	Manteve-se a matriz espacial original, que sofre poucas alterações; definição e reorganização das circulações e acessos nos diversos pavilhões, com algumas inserções de novas tipologias.
	8) Materiais	Baixo	Recurso a materiais e acabamentos distintos e novos no interior.
	9) Imagem	Baixo	Recuperação da linguagem estética nos edifícios preservados e recurso a uma imagem semelhante nos novos volumes construídos; aplicação de uma linguagem estética distinta.
	10) Patrimônio integrado	Elevado	Foram retirados qualquer tipo de maquinário e materiais existentes da antiga fábrica durante a reconversão.

Fonte: elaboração própria da autora (2018)¹⁰⁴⁹.

Constata-se, a partir da análise do estudo de caso Sesc Pompeia – antiga Fábrica Nacional de Tambores – que a reconversão dos antigos pavilhões industriais devolutos ao espaço urbano, num programa cultural, lazer e desportivo, permitiu criar uma nova dinâmica na recuperação dessa área cultural. A participação da arquiteta Lina Bo Bardi foi fundamental nesse processo, pois mediante um projeto de conservação e recuperação da estrutura existente, estabeleceu um centro ligado ao social, transferindo a cultura popular brasileira para o funcionamento do edifício.

A arquiteta manteve a estrutura original da fábrica, preservando a identidade do lugar com vistas a atender às expectativas da população. A restauração dos

¹⁰⁴⁹ Elaboração própria da autora (2018).

galpões fabris visou a mínima modificação nas suas características estruturais, entretanto, investiu em seus espaços internos e externos a fim de criar ambiências munidas de elementos estimulantes à memória e ao imaginário da população, para que essa se sinta motivada a participar das atividades promovidas no complexo.

Com relação à construção do conjunto esportivo, vestiários e recreação, bem como à torre da caixa d'água, os quais foram construídos no terreno estreito que restava do Sesc Pompeia, esses trouxeram mais-valia para o envolvente urbano. Ademais, a reconversão introduziu um elevado nível de transformação tanto no interior como exterior do Sesc Pompeia, preservando e recuperando as suas características originais, adaptando os espaços de utilização com qualidade e conforto.

Após analisar os parâmetros utilizados na reconversão do Sesc Pompeia, constata-se que a arquiteta Lina Bo Bardi e sua equipe conseguiu preservar e interpretar as características mais significativas da fábrica, salvaguardando os valores do complexo histórico industrial e cultural do local.

4.3.2 Parque do Engenho de Piracicaba – Teatro Erotídes de Campos: identificação da tipologia industrial original – imagem do local

Figura 212. Parque do Engenho de Piracicaba antes da intervenção



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁵⁰.

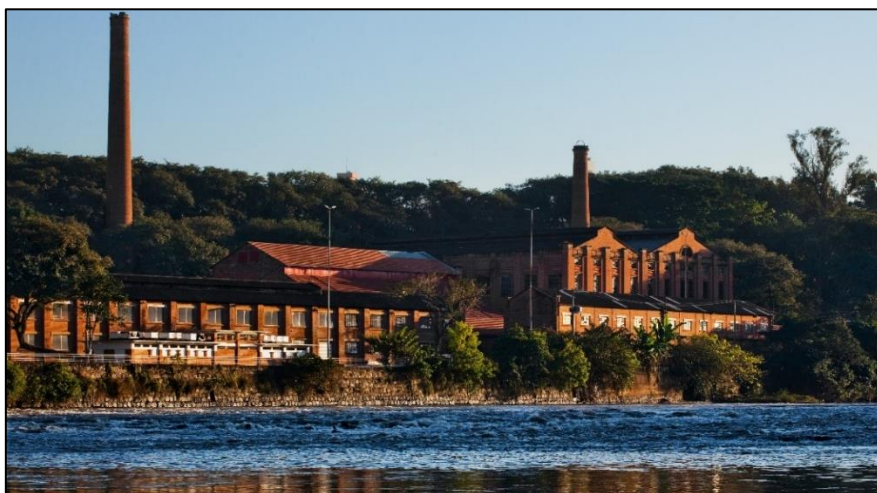
¹⁰⁵⁰ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. *Teatro Erotídes de Campos*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-78395/teatro-erotides-de-campos-engenho-central-brasil-arquitetura>>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

Figura 213. Parque do Engenho de Piracicaba antes da intervenção



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁵¹.

Figura 214. Parque do Engenho de Piracicaba atual



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁵².

Figura 215. Pavilhão industrial do Teatro Erotídes de Campos após intervenção



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁵³.

¹⁰⁵¹ Id., *ibid.*

¹⁰⁵² Id., *ibid.*

¹⁰⁵³ Id., *ibid.*

Localizado no Parque Central da cidade de Piracicaba, SP – Brasil, abrigava inicialmente uma destilaria e, após ser transformado, passou a abrigar um teatro para a comunidade. A construção é datada de 1881 e sua restauração e reuso são de 2009 a 2012. O autor do projeto é desconhecido, sabe-se apenas que o projeto foi encomendado por Estêvão Ribeiro de Sousa Resende, proprietário daquelas terras. Os autores do projeto de restauração e reuso do prédio são os arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz do escritório *Brasil Arquitetura*. O imóvel é classificado e tombado em 1989 pelo Codepac¹⁰⁵⁴ e possui uma área bruta de 2.850m².

O Teatro Erotídes de Campos consiste de uma obra de restauração e reuso de um dos prédios fabris do Engenho Central de Piracicaba. O teatro é polarizador das atividades culturais do Engenho Central, e recebe o seu público no espaço identificado como “praça”. São apresentados, também, espetáculos externos e contemplativos ao visitante e participante. O complexo do Engenho Central constitui-se num dos mais belos exemplares da indústria açucareira do final do século XIX, um cenário singular da paisagem urbana de Piracicaba, SP.

4.3.2.1 O edifício anterior ao projeto de reuso

Enquadramento histórico

A cidade de Piracicaba, em São Paulo, é pioneira no processo de industrialização e navegação fluvial, mas por certo tempo aguardou a ferrovia. À medida em que a produção agrícola crescia, a população também se desenvolvia, especialmente quando se intensificaram as correntes migratórias. Os suíços e alemães foram os primeiros a chegar, mas foram os suíços que montaram a primeira casa industrial de Piracicaba: a *Krähenbühl*, à beira do córrego Itapeva.

Outras empresas, consequentemente, surgiram e começaram a configurar um aspecto industrial à cidade, como o estabelecimento industrial de Piracicaba – o Engenho Central – o terceiro maior estabelecimento da cidade. O complexo industrial deveria processar toneladas de cana de açúcar com muito mais rapidez que os artesanais engenhos movidos à força de mula, dando conta de uma enorme produção que seria alimentado pela cana comprada de pequenos e grandes fornecedores¹⁰⁵⁵.

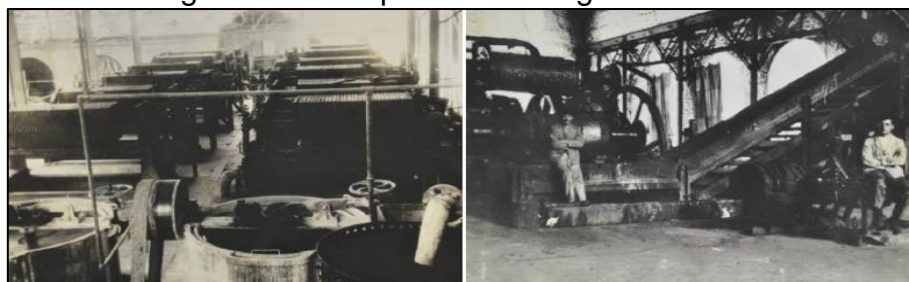
¹⁰⁵⁴ CODEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural.

¹⁰⁵⁵ IPPLAP: Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2011, p. 53. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/projetos-2/engenho-central/propostas-para-o-engenho-central-1982-2003/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

O Engenho Central de Piracicaba foi fundado em 1881 pelo Dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende – Barão de Rezende, que liderou um grupo de empresários locais e cedeu parte de sua fazenda São Pedro para instalação da companhia. A fazenda estava localizada à margem direita do rio Piracicaba, abaixo do acidente geográfico “Salto do Piracicaba”, onde hoje se encontra o centro geográfico da cidade¹⁰⁵⁶.

Estevão Ribeiro de Sousa Resende tinha como objetivo substituir o trabalho escravo pelo assalariado e pela mecanização (Figura 216). As más condições de mercado, a insuficiência de matéria prima e de mão de obra e o regime de escravidão da grande maioria dos engenhos, contudo, sucumbiu sua iniciativa e pôs fim aos “Engenhos Centrais” no Brasil. Em 1899, a central foi vendida e incorporada à *Société de Sucreries Brésiliennes*, a mais importante do país, com uma produção anual de 100 mil sacas de açúcar e três milhões de litros de álcool¹⁰⁵⁷ (Figura 217).

Figura 216. Maquinaria do Engenho Central



Fonte: Rother Júnior (2016)¹⁰⁵⁸.

Figura 217. Engenho Central nos anos finais do século XIX



Fonte: Rother Júnior (2016)¹⁰⁵⁹.

¹⁰⁵⁶ ROTHER JÚNIOR, Dirceu. *O sentido da preservação do patrimônio natural e construído*. Piracicaba, SP: Universidade Metodista Piracicaba, 2016, p. 52. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/04042017_162353_dirceurotherjunior_ok.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

¹⁰⁵⁷ RODRIGUES, Ieda. *Engenho Central, arquitetura e história*. Artigo publicado em 27 de agosto de 2009 no JCNET.com.br. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=164402&ano=2009>. Acesso em: 19 jun. 2018.

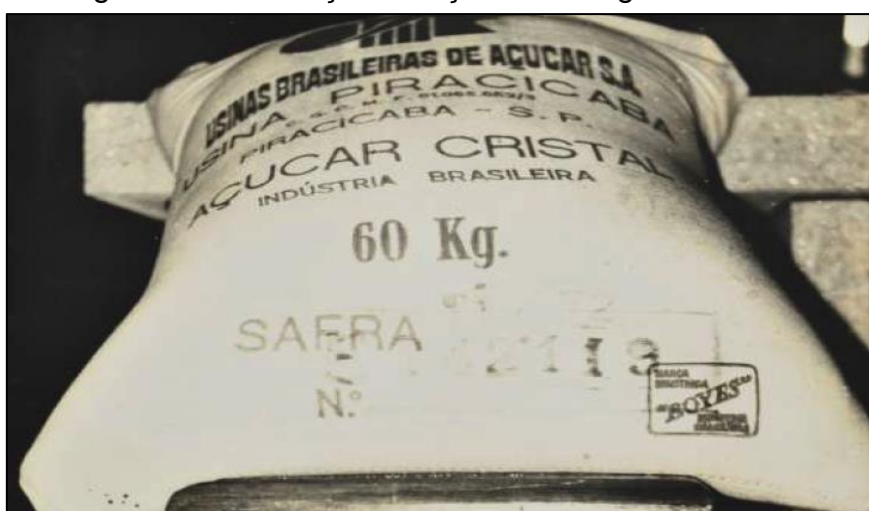
¹⁰⁵⁸ ROTHER JÚNIOR, Dirceu. Op. cit., 2016, p. 54.

¹⁰⁵⁹ Id., *ibid*.

A produção do açúcar no Brasil foi estimulada a partir da Primeira Grande Guerra Mundial, que favoreceu a instalação das lavouras de cana de açúcar em substituição às de café, potencializando as vendas para o exterior¹⁰⁶⁰. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), porém, a produção de açúcar começou a ser destinada à fabricação de álcool, e a partir da década de 1930 os engenhos começaram a ser substituídos pelas usinas de álcool. Mesmo com as mudanças de produção, nas décadas de 1940 e 1950, o engenho de açúcar ainda foi ampliado, atendendo às demandas de produção, representando até 52% do valor total da produção agrícola¹⁰⁶¹.

Em 1970, o Engenho Central foi vendido para as Usinas Brasileiras de Açúcar S/A (UBASA), que em pouco tempo encerrou definitivamente as suas atividades (Figura 218)¹⁰⁶².

Figura 218. Produção de açúcar no Engenho Central



Fonte: Rother Júnior (2016)¹⁰⁶³.

A área do engenho era composta por várias pequenas fazendas de açúcar, que foram loteadas e originaram o empreendimento “Terra do Engenho”. Mediante acordo com a Prefeitura Municipal, foi mantida a área onde se encontram os prédios do antigo Engenho Central. O imponente conjunto arquitetônico de inspiração francesa (Figura 244) foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (CODEPAC) em 11 de agosto de 1989 e em 29 de setembro de 1989 foi decretada a sua utilidade pública¹⁰⁶⁴.

¹⁰⁶⁰ A Crise de 1929 atingiu a economia do Brasil, que era dependente da produção do café.

¹⁰⁶¹ IPPLAP. Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011.

¹⁰⁶² Id., ibid.

¹⁰⁶³ ROTHER JÚNIOR, Dirceu. Op. cit., 2016, p. 58.

¹⁰⁶⁴ IPPLAP. Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011.

Figura 219. Pavilhões tombados pelo CODEPAC



Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁶⁵.

Várias propostas de intervenção foram encaminhadas ao Parque do Engenho, com programas de necessidades diferenciadas e com visões distintas quanto à preservação do conjunto edificado. Entre elas consta a proposta de Oscar Niemeyer, de 1982, que sugeria a demolição de praticamente todos os edifícios, preservando apenas os antigos pavilhões da refinaria e da fábrica. Niemeyer propôs um conjunto de novos edifícios para uso dos diversos órgãos da Administração Municipal, além de uma nova ponte de ligação das margens do Largo dos Pescadores¹⁰⁶⁶.

Em 1992, a municipalidade transferiu a Secretaria Municipal da Ação Cultural (SEMAC) para as antigas instalações do Engenho, que se tornou um magnífico parque público, sediando inúmeros eventos em seus pavilhões e áreas livres, como o Salão Internacional do Humor, as tradicionais Festa das Nações e Paixão de Cristo, dentre outros¹⁰⁶⁷. De acordo com o IPPLAP:

Fundamental à apropriação da área foi a inauguração, em 1992, da Passarela Pênsil, conectando o Engenho à área central, por meio de uma estrutura desenvolvida pelo LAMEM – Laboratório de Madeiras e Estruturas de Madeiras, da USP São Carlos. Além de permitir a integração entre as margens, constituindo um acesso de pedestres a partir do centro de Piracicaba, a passarela tornou-se um ponto privilegiado para a contemplação do salto, bem como um novo marco da paisagem¹⁰⁶⁸.

Outra proposta veio do escritório Battagliesi & Carvalho Arquitetos Associados, em 1990, que elaborou o “Programa Básico de Ocupação e Uso do Engenho Central”. O arquiteto Carlos Bratke, em 1994, também propôs para a área o “Projeto Engenho de Piracicaba”, visando aproveitar as estruturas existentes e incluir novos edifícios para compor o conjunto¹⁰⁶⁹.

¹⁰⁶⁵ FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2009, p. 4.

¹⁰⁶⁶ IPPLAP. Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011.

¹⁰⁶⁷ Id., *ibid.*

¹⁰⁶⁸ Id., *ibid.*

¹⁰⁶⁹ Id., *ibid.*

Em 2003 foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), que passou a concentrar e administrar as novas propostas para o parque do Engenho, como a do Escritório “Brasil Arquitetura”, que propôs o “Anteprojeto de Arquitetura e Plano de Uso e Ocupação do Complexo Engenho Central e Parque do Mirante”. O plano consistia em ampliar as formas de utilização da área do complexo, respeitando os diversos usos já consolidados, bem como integrar eventos e atividades comerciais, de modo a conferir sustentabilidade financeira ao complexo. Apesar de não ser implementado, o plano proposto pelo Escritório “Brasil Arquitetura” foi o ponto de partida para o desenvolvimento do estudo que deu origem ao Novo Teatro do Engenho Central, obra de requalificação do Edifício 6, elaborado pelo mesmo Escritório “Brasil Arquitetura”, cujas obras foram concluídas em 2012¹⁰⁷⁰.

Por fim, em 2006, foi aprovada a proposta do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em associação com o Escritório Piratininga Arquitetos Associados, que previa grandes transformações em termos de infraestrutura. E, em fins de 2007 deu-se início às obras de reforma do Edifício 14, adaptando-o e dando-lhe melhores condições para sediar o Salão Internacional do Humor¹⁰⁷¹.

Enquadramento urbano

O Teatro Erotídes de Campos faz parte do conjunto de edificações do antigo Engenho Central, hoje denominado “Parque do Engenho”. De acordo com o Macrozoneamento Urbano, anexo I do Plano Diretor de Piracicaba, o teatro encontra-se na Zona Especial Institucional (ZEIT 3) que integra a área do Parque do Engenho com a área do Parque do Porto, na margem oposta do rio Piracicaba¹⁰⁷².

O Engenho Central está implantado na margem direita do rio Piracicaba, e tem ao fundo uma belíssima mata preservada que se conecta longitudinalmente ao Parque do Mirante e, à sua frente, do outro lado do rio, está o centro urbano da cidade. Pelo fato de estar entre a mata e o rio, o complexo do Parque do Engenho se configura como elemento de destaque, pois inexistem edificações no entorno¹⁰⁷³ (Figura 220).

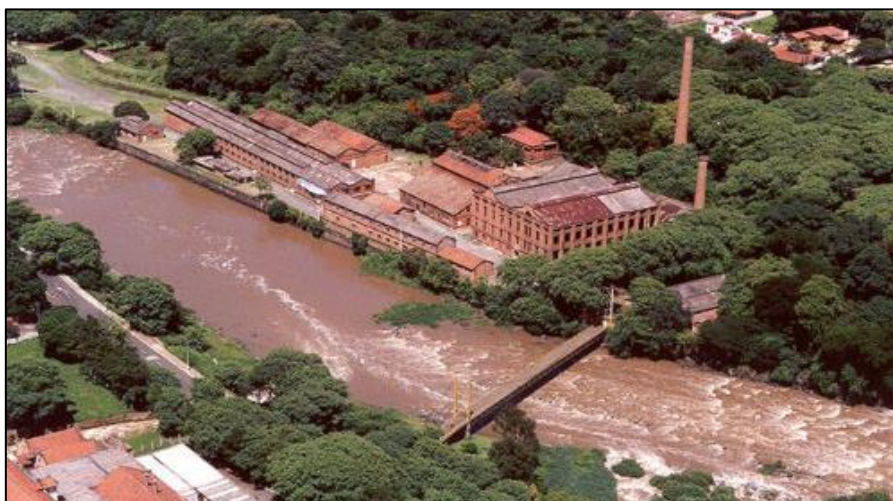
¹⁰⁷⁰ IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011.

¹⁰⁷¹ Id., *ibid.*

¹⁰⁷² Id., *ibid.*, p. 29.

¹⁰⁷³ Id., *ibid.*, p. 94.

Figura 220. Entorno do Parque do Engenho

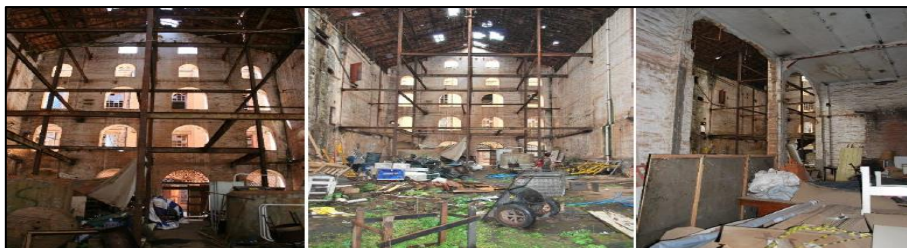


Fonte: IPPLAP (2011)¹⁰⁷⁴.

Descrição do projeto

O antigo galpão fabril era um grande depósito de tonéis gigantes e uma destilaria de álcool (Figura 221). Essa memória está presente nas dimensões industriais de seu pé direito de 18 metros de altura (Figura 222), em seu grande vão central e nos materiais empregados em sua construção (tijolos, telhas de barro, ferro e concreto)¹⁰⁷⁵ (Figura 223).

Figura 221. Antigo galpão fabril como depósito de tonéis gigantes



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁷⁶.

Figura 222. Pé direito de 18 metros de altura e vão central do pavilhão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷⁴ Id., *ibid.*

¹⁰⁷⁵ IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011, p.101.

¹⁰⁷⁶ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. *Teatro Erotídes de Campos*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-78395/teatro-erotides-de-campos-engenho-central-brasil-arquitetura>>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

¹⁰⁷⁷ Id., *ibid.*

Figura 223. Memória da origem da construção do pavilhão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁷⁸.

4.3.2.2 O projeto de intervenção

Programa

Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci trabalharam desde 2004 no projeto de requalificação do patrimônio arquitetônico do Engenho Central e Parque do Mirante, na cidade de Piracicaba, a Noroeste de São Paulo. O programa de intervenção visou a constituição de um complexo de cultura e lazer, respeitando os diversos usos já consolidados, bem como ampliar as formas de utilização, integrando eventos e atividades comerciais, de modo a conferir sustentabilidade financeira ao complexo¹⁰⁷⁹.

Num processo de intervenção, os arquitetos recuperaram um dos pavilhões desse complexo industrial – o Teatro Erotídes de Campos, com capacidade para cerca de 500 pessoas. Implantado numa das edificações de escala mediana do conjunto do Engenho Central, lindeira à praça que articula os vários galpões, o projeto foi modificado desde a concepção arquitetônica preliminar¹⁰⁸⁰.

Conforme o IPPLAP¹⁰⁸¹, o programa visou uma arquitetura restauradora, transformando os vazios do edifício fabril em *hall* público, e construindo tudo o que foi necessário para formar um teatro moderno (Figuras 224 a 229).

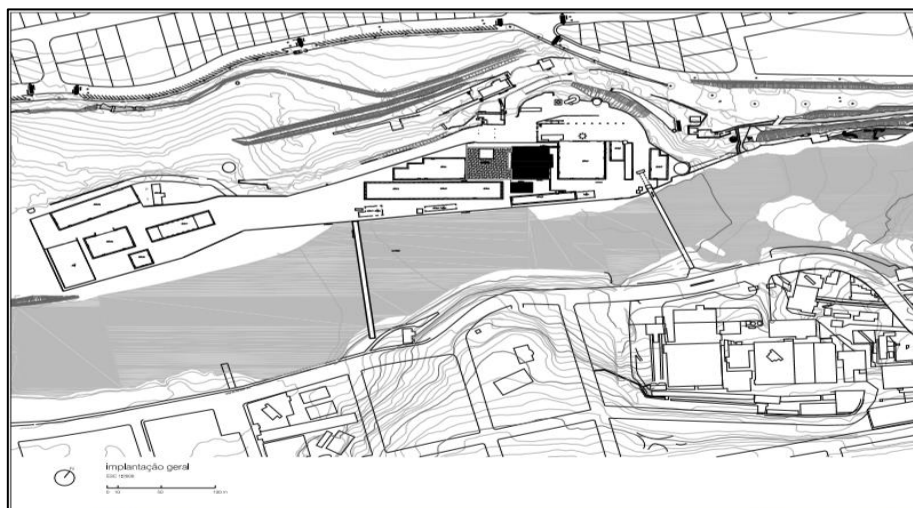
¹⁰⁷⁸ Id., *ibid.*

¹⁰⁷⁹ IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011, p. 33.

¹⁰⁸⁰ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018b.

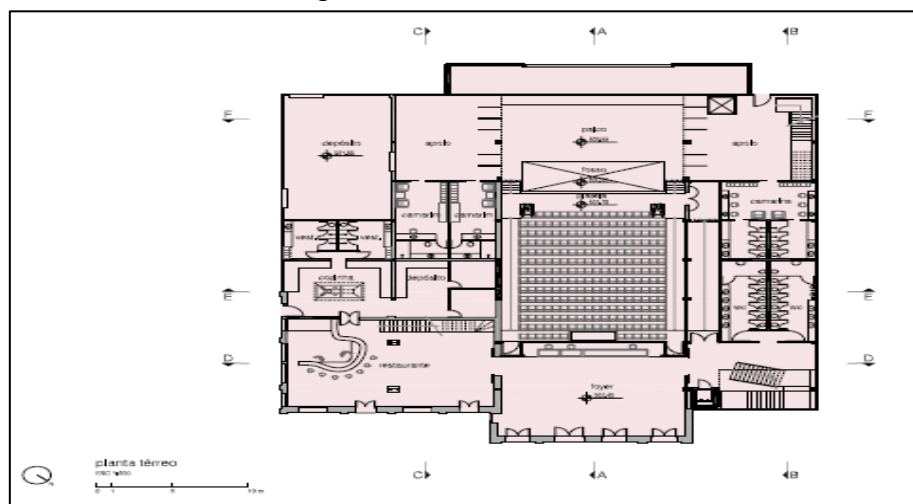
¹⁰⁸¹ IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011, p.100.

Figura 224. Implantação geral (escala 1:1000)



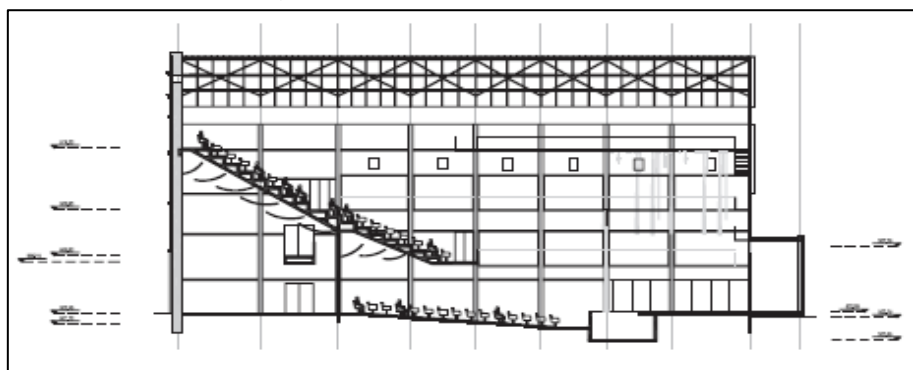
Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸².

Figura 225. Planta térrea



Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸³.

Figura 226. Planta do corte AA



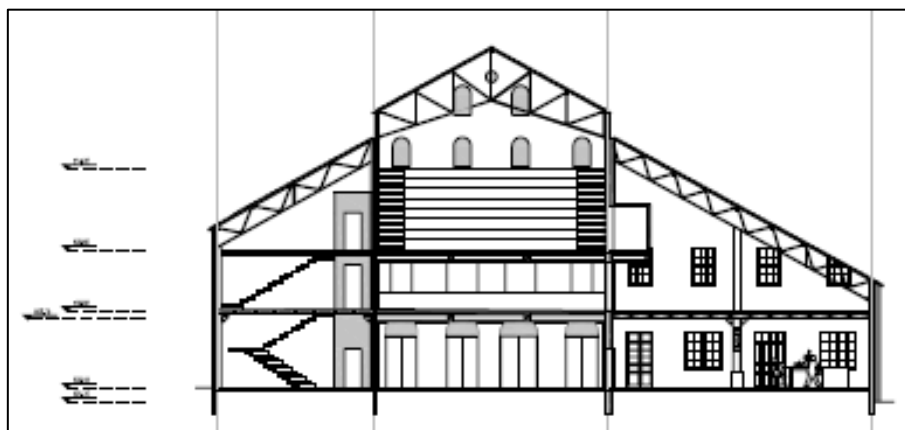
Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸⁴.

¹⁰⁸² FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. Op. cit., 2009, p. 5.

¹⁰⁸³ Id., ibid., p. 8.

¹⁰⁸⁴ Id., ibid., p. 14.

Figura 227. Planta do corte DD



Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸⁵

Figura 228. Fachada Nordeste



Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸⁶.

Figura 229. Fachada Sudeste



Fonte: Fanucci e Ferraz (2009)¹⁰⁸⁷.

¹⁰⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 17.

¹⁰⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 20.

¹⁰⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 21.

Descrição do projeto

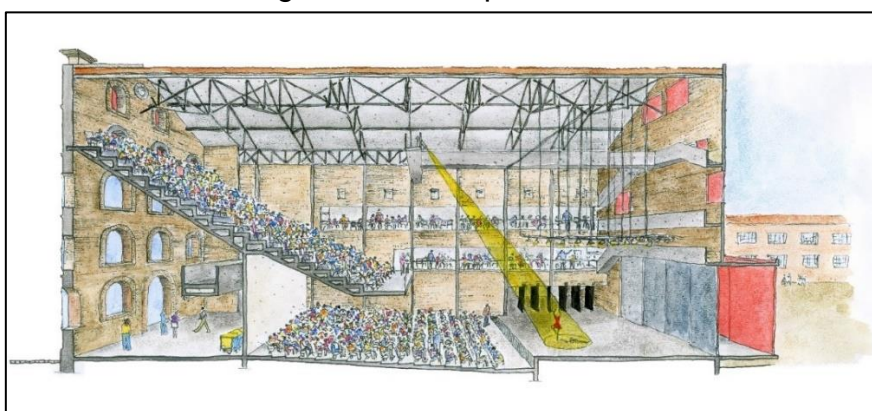
Para a elaboração do projeto foi fundamental que o restauro conservasse as marcas do tempo impressas no galpão, a fim de revelar o aspecto industrial da edificação. O Teatro deveria acomodar 500 espectadores entre os pavimentos e as galerias. As demais dependências abrigariam, de um lado, restaurante, bar, cozinha industrial, camarins, banheiros e hall e, do outro, sala de atividades multiuso, que poderia tanto servir de espaço para os ensaios como para hospedagem de escolas de música, artes cênicas, danças, salas técnicas de apoio e outras¹⁰⁸⁸.

Figura 230. Croqui da fachada



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁸⁹.

Figura 231. Croqui do corte



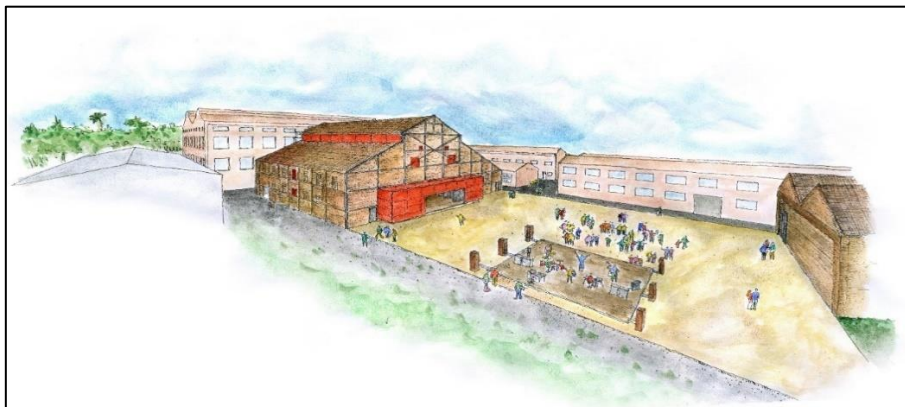
Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁰.

¹⁰⁸⁸ ROTHER JÚNIOR, Dirceu. Op. cit., 2016, p. 113.

¹⁰⁸⁹ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018b.

¹⁰⁹⁰ Id., ibid.

Figura 232. Croqui da praça



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹¹.

O projeto foi criterioso na distribuição dos espaços e eixos verticais de circulação (Figura 233), o que possibilitou a confortável inserção de um programa denso para a escala do galpão, que soma quase 3 mil metros quadrados de área construída¹⁰⁹².

Figura 233. Distribuição dos espaços para circulação



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹³.

Ademais, o projeto de intervenção manteve as características originais do prédio, o qual foi construído com vários materiais (pedra, tijolos, cimento) (Figuras 234 e 235), em respeito e valorização de sua história, bem como à sua longa e variada vida como Centro do Engenho¹⁰⁹⁴.

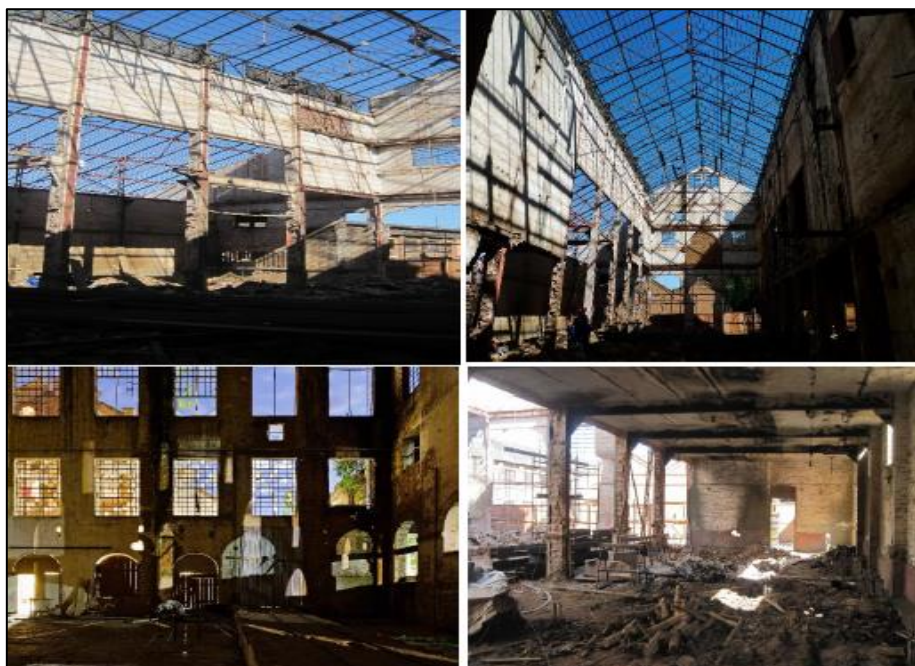
¹⁰⁹¹ Id., *ibid.*

¹⁰⁹² Id., *ibid.*

¹⁰⁹³ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018b.

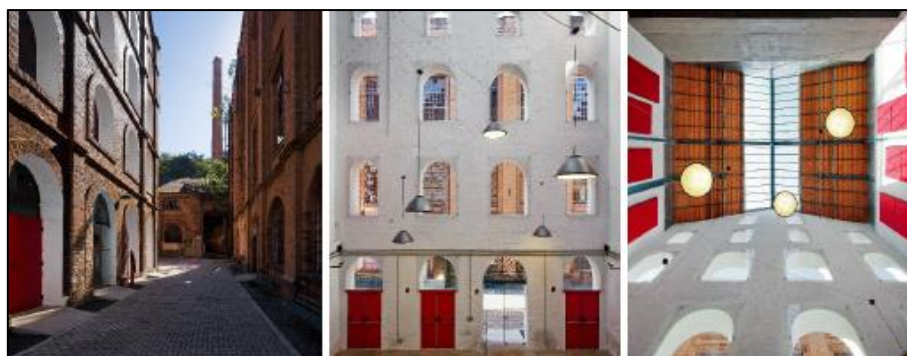
¹⁰⁹⁴ IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Op. cit., 2011, pp. 98; 100.

Figura 234. Pavilhão antes da restauração (imagem interna e pé direito de 18m de altura)



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁵.

Figura 235. Pavilhão após a intervenção (destaque do grande número de janelas)



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁶.

A entrada principal do teatro é pela parte de trás do galpão, enquanto a face voltada para a praça funciona como parede do palco (Figura 236). A iniciativa decorreu da ideia de abrir o espaço cênico para a praça, o que garantiu a expansão física do palco a partir da inserção de um módulo retangular metálico na área pública, que resultou na escada de acesso ao ambiente, conformada em volume metálico, pintada de vermelho (Figura 237).

¹⁰⁹⁵ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op cit., 2018b.

¹⁰⁹⁶ Id., ibid.

Figura 236. Entrada principal do galpão com a face voltada para a praça



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁷.

Figura 237. Escada externa de acesso ao palco



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁸.

Estrutura e sistema construtivo

Além da restauração do galpão foi necessário utilizar o sistema construtivo para dar forma de teatro à parte interna do pavilhão. As novas estruturas e a valorização do pé direito (Figura 238) equacionaram a curva de visibilidade da plateia principal (térrea) com a altura do palco e da praça pública (Figura 239).

Figura 238. Nova estrutura do Teatro Erotídes de Campos



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹⁰⁹⁹.

¹⁰⁹⁷ Id., ibid.

¹⁰⁹⁸ Id., ibid.

¹⁰⁹⁹ Id., ibid.

Figura 239. Estrutura do palco do Teatro Erotídes de Campos após a intervenção



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰⁰.

Na outra extremidade foram criados o foyer e a bilheteria, delimitados pela parede de concreto que veda as plateias superior e principal, as quais ocupam área qualificada pelo pé direito elevado e pela farta iluminação natural (Figura 240).

Figura 240. Foyer e bilheteria delimitados pela parede de concreto



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰¹.

A estrutura ideal, neste caso, exigiu que houvesse o menor desnível possível entre os pisos a fim de acomodar os assentos (Figura 241).

Figura 241. Construção das arquibancadas e colocação dos assentos



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰².

¹¹⁰⁰ Id., *ibid.*

¹¹⁰¹ Id., *ibid.*

¹¹⁰² Id., *ibid.*

As paredes longitudinais que dividem as faixas central e laterais da edificação também ganharam aberturas junto à plateia, permitindo a circulação do público (Figura 242).

Figura 242. Laterais da edificação com aberturas junto à plateia



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰³.

Nas laterais assimétricas do galpão foram inseridos, de um lado, o restaurante (Figura 243). Já a sala de controle áudio/vídeo e a iluminação ficam no pavimento superior, acima dos assentos (Figura 244), assim como a sala de dança (Figura 245).

Figura 243. Restaurante do Teatro Erotídes de Campos



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰⁴.

¹¹⁰³ Id., *ibid.*

¹¹⁰⁴ Id., *ibid.*

Figura 244. Sala de controle de áudio/vídeo e iluminação



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰⁵.

Figura 245. Sala de dança do Teatro Erotídes de Campos



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018b)¹¹⁰⁶.

¹¹⁰⁵ Id., *ibid.*

¹¹⁰⁶ Id., *ibid.*

4.3.2.3 Síntese de análise

Quadro 9. Matriz de Análise de projeto de reuso – Teatro Erotídes de Campos

Parâmetros		Nível de transformação	Descrição
	1) Função	Elevado	Centro cultural: polarizador das atividades culturais (reconversão).
Exterior	2) Volumetria	Nulo	Preservação dos volumes originais.
	3) Envolvente	Baixo	Recuperação e preservação das fachadas dos volumes preservados.
	4) Materiais	Baixo	Recurso a materiais e acabamentos semelhantes aos originais. Recuperação dos elementos decorativos.
	5) Imagem	Baixo	Preservação da imagem das fachadas e introdução de novos elementos em continuidade formal e estética com o existente.
Interior	6) Sistema construtivo	Elevado	Inserção de diversas novas tipologias; redefinição das circulações e acessos; construção de vários pilares no pavilhão fabril; recuperação e ancoramento das janelas e do telhado; escavações para fundações; construção de novas estruturas para dar forma de teatro.
	7) Configuração espacial	Elevado	Inserção de diversas novas tipologias. Redefinição das circulações e acessos.
	8) Materiais	Elevado	Recursos a materiais e acabamentos distintos e novos no interior.
	9) Imagem	Elevado	Aplicação de uma linguagem estética distinta.
	10) Patrimônio integrado	Elevado	Foram retirados qualquer tipo de maquinário e materiais existentes no pavilhão durante a reconversão.

Fonte: elaboração própria da autora (2018)¹¹⁰⁷.

Observa-se, por meio da análise do estudo de caso do Teatro Erotídes de Campos – antigo pavilhão do Parque do Engenho de Piracicaba, que o projeto de reconversão introduziu um elevado nível de transformação no interior do edifício fabril devoluto no espaço urbano. O programa cultural abriu espaço para várias atividades culturais e de entretenimento, criando uma nova dinâmica e revitalizando esta área. Além disso, a intervenção também preservou as características originais existentes do pavilhão fabril nas partes exteriores (deixando os tijolos aparentes).

A participação dos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz no projeto de intervenção colaborou para preservar as características mais significativas do local, salvaguardando os valores do complexo histórico industrial e cultural do Parque do Engenho de Piracicaba. Ambos mantiveram a estrutura original do pavilhão,

¹¹⁰⁷ Elaboração própria da autora (2018).

preservando a identidade do lugar. Nos espaços internos, porém, investiram na criação de ambiências munidas de elementos relacionados ao teatro, adaptando os espaços com qualidade e conforto à sua utilização.

4.3.3 Engenho de Farinha – Museu do Pão: identificação da tipologia industrial original – imagem do local

Figura 246. O Moinho Colognese antes da intervenção



Fonte: Nahas (2008)¹¹⁰⁸.

Figura 247. Localização da cidade de Ilópolis, RS



Fonte: Touguinha (2005)¹¹⁰⁹.

¹¹⁰⁸ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 408.

¹¹⁰⁹ TOUGUINHA, Manuel Luiz. *Caminho dos moinhos: Vale do Taquari*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Jun. 2005, p. 17.

Figura 248. Museu do Pão após a intervenção – vista dos novos prédios



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹¹⁰.

Figura 249. Museu do Pão após a intervenção – vista aérea



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹¹¹.

O Museu do Pão está localizado em Ilópolis, uma pequena cidade da região serrana do Rio Grande do Sul – Brasil. No programa original o prédio destinava-se a moinho de farinha de trigo e de milho, inicialmente chamado “Tomasini & Baú”, hoje Museu do Pão de Ilópolis. Seu projeto e construção são de 1930, pelo carpinteiro Garibaldi Bertuol. Sua restauração e reuso foram idealizados pelos arquitetos Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci e Anselmo Turazzi, em 2005 a 2007. O imóvel está classificado como tombamento pelo município, num terreno com área de 1.000 m² e área construída de 500 m².

¹¹¹⁰ Id., *ibid.*

¹¹¹¹ Id., *ibid.*

O prédio foi restaurado para reuso da comunidade, buscando valorizar a cultura arquitetônica da região. O Museu do Pão envolve o antigo Moinho Colognese, que foi restaurado e acrescido de duas pequenas edificações novas e um espaço aberto. Após a intervenção, o Museu do Pão foi composto por dois grupos de programa cultural expositivo e de oficinas, além de ter o seu equipamento recuperado para continuar com a confecção de farinha e a produção de pães. A intervenção do Museu do Pão deu origem à restauração de outros moinhos da Serra Gaúcha, surgindo, assim, o Caminho dos Moinhos.

4.3.3.1 O edifício anterior ao projeto de reuso

Enquadramento histórico

A atual configuração socioespacial do Rio Grande do Sul é resultado de longos processos de ocupação e de colonização ocorridos no extremo Sul do Brasil. A evolução da cultura gaúcha foi marcada pela inserção de diversas etnias que ao longo do tempo compuseram o atual Estado. Elas constituíram uma unidade dentro da diversidade dos povoadores portugueses, africanos, alemães e italianos e tiveram grande participação na colonização do território sulino, que inicialmente foi ocupado por etnias nativas¹¹¹².

A cidade de Ilópolis localiza-se a 192 km de Porto Alegre, na região do Vale do Alto Taquari, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Foi colonizada por imigrantes italianos que começaram a chegar no Estado por volta de 1875 e que em 1914 atingiu um contingente de 100.000 pessoas. A cidade, relativamente nova, guarda até hoje os valores da cultura italiana. Assim, é comum deparar-se com os moradores mais antigos conversando em italiano, bem como é possível encontrar alguns exemplares arquitetônicos do período de sua origem, os quais perpetuam a experiência construtiva daquela época¹¹¹³.

Segundo o censo realizado em 2010, o município de Ilópolis possuía naquele ano, 4.098 habitantes. Na região do Vale do Taquari predomina o povoamento de imigrantes italianos, vindos a partir das últimas décadas do século XIX. Pode-se dizer que os habitantes se reconhecem como gaúchos e, de alguma forma, cultuam os

¹¹¹² PACHALSKI, Glauco Assumpção. *Museu do pão: arquitetura, cultura e lugar*. Pelotas-RS: Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 103. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_o_museu_do_pao_arquitetura_cultura_lugar_glauco_pachalski.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

¹¹¹³ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, pp. 407-408.

códigos culturais que permitem identificá-los dessa forma. Mas, ao mesmo tempo, também mantêm laços com a sua cultura “original”, ou seja, a cultura da língua, com forte influência do idioma italiano, as Festas do Pão, da Uva e do Vinho e a herança da arquitetura da imigração italiana¹¹¹⁴.

O moinho, exemplar da arquitetura industrial rural, é um símbolo da colonização italiana, do seu saber popular e da técnica de construção com a madeira, cujo material é utilizado em todas as partes da edificação, desde a fundação até a cobertura. Os moinhos tornaram-se construções típicas dessa região como fonte de energia motriz para as mais diversas atividades, como para grãos, serrarias, marcenarias, etc.¹¹¹⁵.

O Moinho Colognese, construído em 1930, marca a pré-existência do Museu do Pão, e faz parte do contexto de muitas edificações do entorno de Ilópolis, construídas com influência da arquitetura da imigração italiana. O Moinho Colognese, inicialmente chamado de Tomasini & Baú, sobrenomes dos primeiros donos (irmãos José e Biaggio Tomasini e Antonio Baú), foi construído com madeira fornecida pela Serraria Araçá de Tomasini, adquirido pelos irmãos Ângelo, Savino, José Augusto e João Ernesto Colognese¹¹¹⁶. O Moinho Colognese chegou a produzir, diariamente, 20 sacos de 60 kg de farinha de trigo¹¹¹⁷.

Em 1956, o prédio foi adquirido pelos irmãos Ângelo, Savino, José, Augusto e João Ernesto Colognese, e novamente montado com a denominação de Colognese e Cia. Em 1976, contudo, os irmãos Colognese vendem a patente de registro para outro moinho, desfazendo a sociedade¹¹¹⁸.

Em 1982, João Ernesto Colognese assumiu integralmente a propriedade¹¹¹⁹. A construção que abriga o moinho tem três pavimentos e um porão que abriga o maquinário. Ele segue as características normalmente encontradas nos moinhos, as quais se “assemelham às residências de madeira” e “onde o espaço equivalente ao porão, também como aqueles, em paredes de pedra, abrigava o maquinário”¹¹²⁰. Com a morte do dono do moinho, o Moinho Colognese ficou esquecido, abandonado por um longo tempo, e corria o risco de ser demolido (Figuras 250 e 251).

¹¹¹⁴ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, pp. 103-104.

¹¹¹⁵ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 408.

¹¹¹⁶ FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Caminho dos Moinhos*. Ilópolis, RS: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2008, p. 17.

¹¹¹⁷ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 408.

¹¹¹⁸ FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Rota dos Moinhos do Vale do Taquari*. 2. ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2012, p. 8.

¹¹¹⁹ Id., *ibid.*, p. 17.

¹¹²⁰ POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 1983, p. 374.

Figura 250. Moinho Colognese abandonado – vista externa



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹²¹.

Figura 251. Moinho Colognese abandonado – vista interna



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹²².

O interesse de Marcelo Ferraz em conhecer moinhos abandonados na Serra Gaúcha¹¹²³ o levou a conhecer o Moinho Colognese, na cidade de Ilópolis. A partir daí idealizou, juntamente com Francisco Fanucci, um projeto de recuperação do espaço para uso cultural expositivo e de oficinas. Contou, para tanto, com a ajuda da

¹¹²¹ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹²² Id., ibid.

¹¹²³ Um dia (ano 2000), num almoço em minha casa, Marcelo Ferraz, Judith Cortesão (que estava lá para o lançamento da série “*O Povo Brasileiro*” feito pela Isa, minha mulher) começou a falar sobre a Serra Gaúcha na região pouco turística do Alto Taquari e citou os “maravilhosos” moinhos abandonados ou esquecidos, testemunhos importantes da saga dos imigrantes italianos vindos do Vêneto, artefatos originais que documentam o trabalho humano, a produção de alimentos em meio a um ambiente duro, cheio de adversidades. Eu não tinha a menor ideia do que se tratava. Em 2003, conheci Manuel Toguinha, amigo de Judith, que me levou para conhecer os tais moinhos, num passeio revelador e inesquecível. A partir daí começamos (Toguinha e eu) a sonhar com a criação de uma rota, um caminho dos moinhos e, mais do que isso, com a Festa do Pão. Elaboramos um primeiro estudo para ter o que mostrar, e saímos a campo numa peregrinação em busca de apoio (FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura conversável*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011, p. 66).

Associação Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, criada em 2004, cujo objetivo era representar o interesse em preservar os moinhos, com foco especial na preservação do Moinho Colognese. O grupo conversou com o prefeito de Ilópolis e procurou envolver o maior número possível de pessoas e empresas, inclusive a Nestlé que, através da Lei de Incentivo à Cultura, comprou o moinho, o doou para a Associação e viabilizou o projeto e a obra. O Moinho Colognese teve, também, o apoio da prefeitura de Ilópolis, da Universidade Caxias do Sul e do Instituto Ítalo Latino Americano (ILA), que patrocinou um curso de restauro de madeira, ministrado por professores vindos da Itália, que teve o objetivo de qualificar a mão de obra responsável pela restauração do moinho¹¹²⁴.

A intervenção do Moinho Colognese abriu interesse para conhecer e restaurar outros moinhos na Serra Gaúcha, surgindo assim o Caminho dos Moinhos (Figura 252). O antigo Moinho Colognese de Ilópolis, a constituição do futuro Museu do Pão e da Escola de Panificação e Confeitaria em seu entorno, possibilitaram um desenvolvimento sustentável na região, uma vez que a atração de novos consumidores e o prolongamento da permanência dos turistas incrementou a atividade econômica local em projetos interligados ao incremento das atividades culturais, turísticas e ao desenvolvimento da agricultura familiar¹¹²⁵.

Figura 252. O Caminho dos Moinhos



Fonte: Ferraz (2012)¹¹²⁶.

¹¹²⁴ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 120.

¹¹²⁵ TOUGUINHA, Manuel Luiz. Op. cit., 2005, p. 4.

¹¹²⁶ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 79.

Enquadramento urbano

O Moinho Colognese (Museu do Pão) possui as faces do terreno orientadas para Nordeste e Sudeste, as quais se conectam com o passeio público e com as vias de circulação. A face Noroeste limita-se com um terreno vizinho, enquanto a face Sudoeste é limitada por um riacho que, na sua porção, corta o terreno no sentido longitudinal. Uma edificação residencial ocupa o outro lado do riacho e o acesso se desenvolve pela esquina. Em relação ao sistema viário existente, uma das vias que margeia o terreno configura o principal acesso à cidade, conectando-se à sua região central. As ruas são pavimentadas com paralelepípedos, têm mão dupla e a via que margeia o terreno possui canteiro central. Com a restauração do Moinho Colognese ficou alinhado o passeio no limite Nordeste do terreno, e as duas edificações novas do conjunto foram assentadas com recuo dos limites físicos do lote e paralelas a cada uma das ruas que limitam o lote. Uma delas se encontra próxima à rua e a outra está mais recuada, localizada próxima ao riacho, potencializando o espaço ali existente, o que torna o local propício ao lazer e cultura¹¹²⁷.

Descrição do projeto

No Alto Taquari, na cidade de Ilópolis, encontra-se um dos mais relevantes monumentos históricos nacionais: um moinho de quatro andares, inteiramente construído em madeira e primorosamente polido à mão, sem uma única peça de maquinaria em metal, e ainda em condições de funcionamento¹¹²⁸.

O prédio foi construído em madeira, medindo 9,00 x 11,00 metros e constituído por dois pisos mais o sótão e o porão, onde se localizava o maquinário, o salão de expedição da farinha, o salão de processamento e armazenagem dos grãos. As madeiras utilizadas no revestimento das fachadas são tábuas de araucária de 7,00 metros de comprimento, sem emendas. A abundância da madeira proveniente da araucária esteve presente nas primeiras construções italianas do local, sendo utilizada para a estrutura das casas, paredes, pavimentos, telhados e ornamentação. O telhado é composto por duas águas e a mansarda, e coberto por telhas metálicas¹¹²⁹.

¹¹²⁷ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 125.

¹¹²⁸ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 7.

¹¹²⁹ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, pp. 409-410.

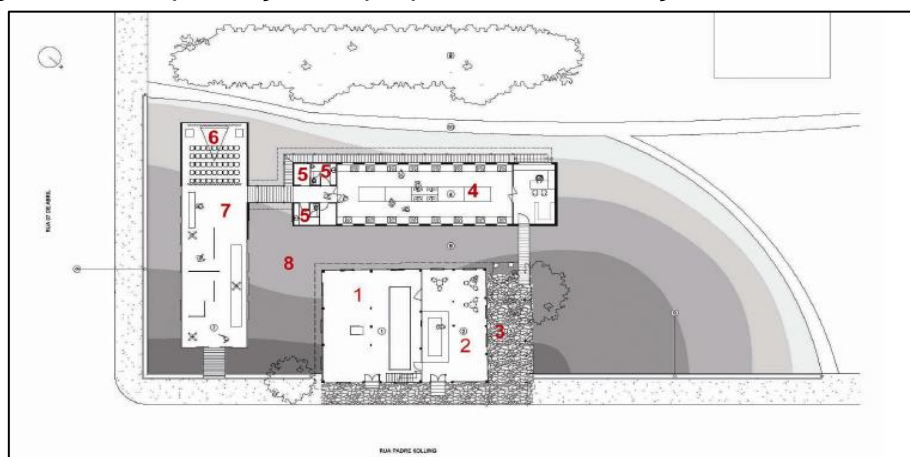
4.3.3.2 O projeto de intervenção

Programa

A ideia de recuperar e valorizar o Moinho Colongnese, criando uma rota turística dos Moinhos no RS partiu dos arquitetos Ferraz e Fanucci (do escritório paulista “Brasil Arquitetura”)¹¹³⁰. A restauração do moinho iniciou em 2005 pelos alunos do curso de Restauração e Artesanato de Madeira do Instituto Ítalo Latino-Americano (IILA), que seguiram “as regras do restauro científico, trazendo de volta seus elementos e funções originais e reincorporando-os à vida cotidiana de Ilópolis”¹¹³¹. Na ocasião, o maquinário do moinho também foi restaurado. O prédio tem três pavimentos e as novas edificações são térreas, sendo que uma delas possui depósito no porão. Os dois lados do terreno que se conectam com a rua estão orientados para Nordeste e Sudeste. O terreno possui leve declive e é cortado por um córrego na porção mais baixa (Sudoeste), na parte de trás das edificações¹¹³².

Em 2005, o escritório “Brasil Arquitetura” elaborou um projeto para restauração do moinho e criação do futuro Museu do Pão. A restauração teve início em 2006 e contou com o patrocínio da empresa multinacional Nestlé Brasil e o apoio da Prefeitura de Ilópolis, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Universidade de Caxias do Sul (UCS)¹¹³³ (Figuras 253 a 257).

Figura 253. Implantação da proposta de intervenção do Museu do Pão



Legenda: 1. Moinho; 2. Bar/bodega; 3. Varanda; 4. Escola de Panificação; 5. Sanitários/Depósito; 6. Auditório; 7. Museu do Pão. Fonte: Nahas (2008)¹¹³⁴.

¹¹³⁰ Id., *ibid.*, pp. 408-409.

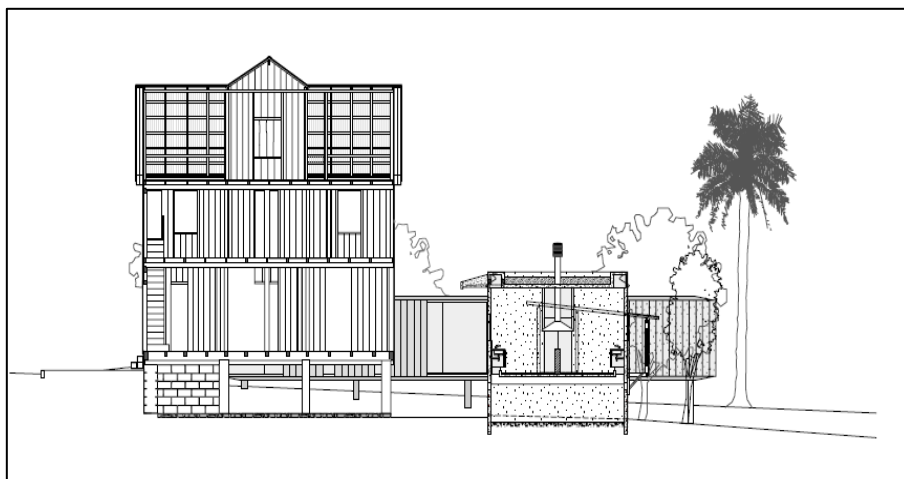
¹¹³¹ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2008, p. 18.

¹¹³² PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 94.

¹¹³³ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 8.

¹¹³⁴ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 412.

Figura 254. Corte transversal do Museu do Pão



Fonte: Ferraz (2012)¹¹³⁵.

Figura 255. Corte longitudinal do Museu do Pão



Fonte: Ferraz (2012)¹¹³⁶.

Figura 256. Elevações NE e NO



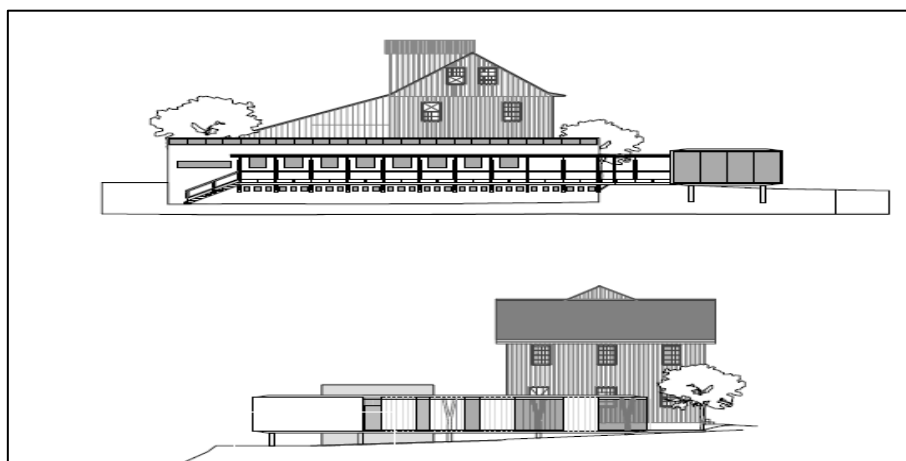
Fonte: Touguinha (2005)¹¹³⁷.

¹¹³⁵ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 21.

¹¹³⁶ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 21.

¹¹³⁷ TOUGUINHA, Manuel Luiz. Op. cit., 2005, p. 10.

Figura 257. Elevações SO e SE



Fonte: Touguinha (2005)¹¹³⁸.

O Museu do Pão é composto por dois grupos de programas que se complementam: o programa cultural expositivo e o de oficinas. O programa expositivo aborda as temáticas da imigração na região do Vale do Taquari e a participação do pão na história da humanidade. De acervo pequeno, muitas peças foram obtidas com os próprios moradores da região, que doaram as peças e auxiliaram na escolha de um tema relacionado à cultura do contexto. A complementaridade do programa pode ser entendida como uma estratégia para reforçar a diversidade e a sustentabilidade das atividades, uma vez que oferece, além do programa expositivo, um programa social, que são as oficinas, as quais buscam atrair e qualificar o público visitante e a comunidade em geral¹¹³⁹.

A edificação pode remeter à distinção, diversificação e complementaridade do programa, visto que estimula a transição ao ar-livre e remete à certa individualidade, talvez formalidade entre as partes e, principalmente, entre as existentes e as adições da intervenção. A relação de respeito ao pré-existente também pode ser identificada no tipo de restauração aplicada ao Moinho Colognese, que visou manter as suas características originais, visto que a intenção de conceber um conjunto arquitetônico integrado ao espaço público e ao entorno é sua característica marcante¹¹⁴⁰.

Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci desenvolvem a coordenação e supervisão da museografia, cuja coordenação ficou sob responsabilidade de João Grinspum Ferraz. A equipe é composta por Anne Dieterich, Carol Silva Moreira, Fabiana Fernandes Paiva, Gabriel Grinspum, Ismael Rosset, Pedro Del Guerra, Vitor Gurgel,

¹¹³⁸ Id., *ibid.*, p. 11.

¹¹³⁹ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, pp.136-137.

¹¹⁴⁰ FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2008, p. 20.

Vinícius Spira e Keli Lobo¹¹⁴¹. No ano de 2007 foi concluída a construção do conjunto, bem como o restauro do moinho e de seu maquinário, e no ano de 2008 foi realizada a inauguração do Museu do Pão, que compreende o Museu, a Oficina de Panificação e o Moinho Colognese, ponto de partida para a implantação do Caminho dos Moinhos¹¹⁴².

Descrição do projeto

O edifício do Moinho foi transformado em um museu de si mesmo, isto é, voltou a funcionar como um moinho, um documento histórico vivo, com o maquinário utilizado nas primeiras décadas do século XX. A parte anexa do moinho, composto por um pavimento, foi utilizada como padaria, bar e café. Toda a edificação foi restaurada, tanto que as partes em madeira que não puderam ser tratadas e reaproveitadas foram substituídas por madeiras novas. Os espaços internos foram reconstituídos de acordo com a sua configuração original, porém, foi acrescentada uma rampa de acesso à bodega, construída em tijolo e guarda-corpo metálico. O mobiliário da bodega também é novo. Algumas portas e janelas foram refeitas com o mesmo desenho anterior, mas com madeiras novas¹¹⁴³.

O projeto¹¹⁴⁴ de recuperação do moinho teve a colaboração do Instituto Ítalo Latino-Americano (ILLA) a partir de projeto elaborado por Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci e Anselmo Turazzi (Figuras 258 a 359), bem como da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e 12ª Seção Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os quais seguiram as regras do restauro científico, trazendo de volta seus elementos e funções originais, reincorporando-os à vida cotidiana de Ilópolis¹¹⁴⁵ (Figuras 260 e 261).

¹¹⁴¹ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 168.

¹¹⁴² FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 8.

¹¹⁴³ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 410.

¹¹⁴⁴ O Projeto foi financiado pelo Instituto Ítalo Latino-Americano (Ministério das Relações Exteriores da Itália/Direção Geral para Cooperação e Desenvolvimento), para a Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural dos países latino-americanos, em parceria com instituições públicas e privadas do Brasil: Ministério da Cultura, IPHAN, Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAEE), Prefeitura Municipal de Ilópolis, Associação dos Amigos dos Moinhos do Alto do Vale do Taquari, Brasil Arquitetura e Nestlé do Brasil (TOUGUINHA, Manuel Luiz. Op. cit., 2005, p. 16).

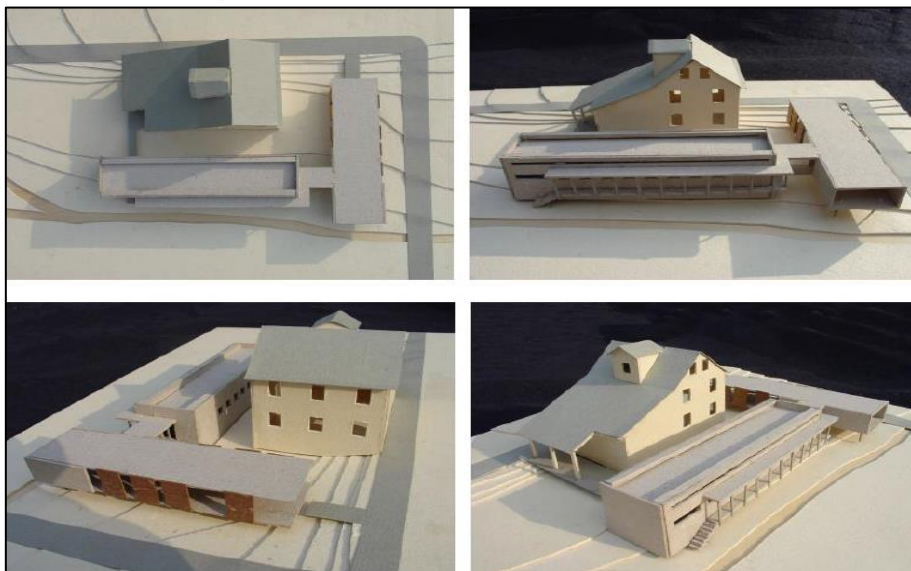
¹¹⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 6.

Figura 258. Croqui do Museu do Pão – vista posterior



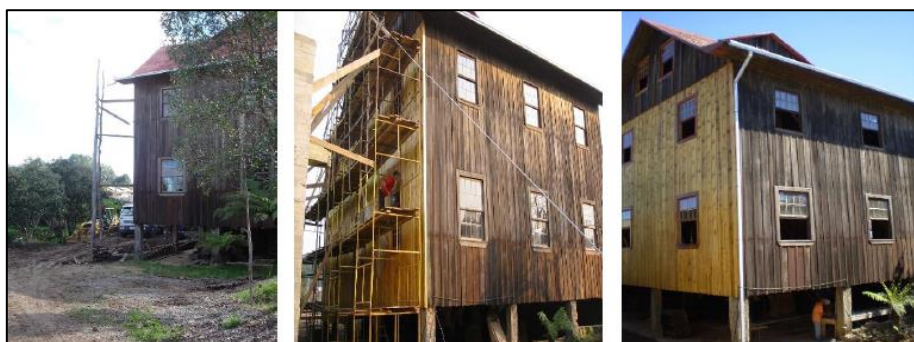
Fonte: Ferraz (2012)¹¹⁴⁶.

Figura 259. Maquete do Museu do Pão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁴⁷.

Figura 260. Restauração do Moinho Colognese



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁴⁸.

¹¹⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 18.

¹¹⁴⁷ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹⁴⁸ Id., *ibid.*

Figura 261. Restauração do Moinho Colognese – vista interna



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁴⁹.

O equipamento do Moinho Colognese foi todo recuperado e faz parte do acervo do Museu do Pão, permitindo ao visitante conhecer o processo de fabricação da farinha para a produção do pão, num típico processo da região (Figura 362).

Figura 262. Segundo pavimento Moinho Colognese após intervenção – vista interna



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁰.

No interior do moinho, o visitante se depara com a bodega, café e padaria, cujo ambiente foi recuperado com materiais novos, como janelas e mobiliário (Figura 263).

Figura 263. Bodega, café e padaria do Museu do Pão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵¹.

¹¹⁴⁹ Id., ibid.

¹¹⁵⁰ Id., ibid.

¹¹⁵¹ Id., ibid.

Além do acesso lateral (Figura 264), o moinho possui outros dois acessos na face alinhada com a rua, os quais conectam o interior do moinho com o passeio público e, na saída, o visitante pode visualizar o ponto de início do trajeto percorrido.

Figura 264. Acessos ao Moinho do Pão



Legenda: A) O acesso lateral do moinho permite acesso direto da rua à bodega; B) Ao terminar o percurso, o visitante retorna ao passeio público pela antiga porta principal do moinho e visualiza o início do percurso. Fonte: Pachalski (2012)¹¹⁵².

Estrutura e sistema construtivo

A área construída totaliza 830m², dos quais 500m² são ocupados pelo moinho. O volume expositivo – que acomoda museu e auditório – possui 140m² e a oficina de panificação ocupa 190m². A composição volumétrica de cada edificação nova é um paralelogramo retangular, cujo comprimento é sensivelmente maior que a largura. A estrutura do Moinho do Pão tem uma configuração geométrica mais quadrada, sendo a largura semelhante ao comprimento (Figura 265)¹¹⁵³.

Figura 265. Estrutura do volume expositivo



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁴.

¹¹⁵² PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, pp. 151-152.

¹¹⁵³ Id., ibid., pp. 94; 125.

¹¹⁵⁴ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

Na execução dos dois blocos – Museu e Oficina de Panificação – foram utilizados pavimentos em concreto armado (Figuras 266 e 267). Essas edificações foram instaladas no entorno do antigo Moinho Colognese e abrigam o Museu do Pão (Figura 268), auditório, sanitários, vestiários, uma cozinha e uma sala de aula¹¹⁵⁵.

Figura 266. Amarração do Museu e Oficina de Panificação



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁶.

Figura 267. Pavimentos em concreto armado das duas edificações



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁷.

Figura 268. Edificações de concreto no entorno do Museu do Pão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁸.

¹¹⁵⁵ ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS MOINHOS DO VALE DO TAQUARI. *Museu do Pão e Oficina de Panificação*. Memorial Descritivo, 2006, p. 1.

¹¹⁵⁶ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹⁵⁷ Id., ibid.

¹¹⁵⁸ Id., ibid.

Devido à declividade do terreno foi construída uma calçada que liga a entrada do museu até o fim do percurso, sempre no mesmo nível (Figura 269).

Figura 269. Novas edificações junto ao Moinho do Pão



Legenda: A) As novas edificações possuem a mesma cota de nível com o moinho (durante a intervenção); B) As novas edificações ao mesmo nível com o Museu de Pão. Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁵⁹.

Com vistas a uma melhor integração das novas edificações com o museu, foi construída uma passarela de madeira que liga esses espaços¹¹⁶⁰ (Figura 270). Após passar pela pequena sala de exposição do acervo, o visitante pode acessar o auditório, localizado na extremidade oposta em relação à entrada principal e, na sequência, acessar a passarela em madeira que conduz à segunda edificação, chegando à escola de panificação e, por fim, ao moinho. Esta configuração permite que o visitante percorra todo o museu sem que necessariamente percorra o interior da escola, o que permite a independência dos usos de cada edificação¹¹⁶¹.

Figura 270. Ligação entre os prédios por meio de uma passarela



Fonte: Touguinha (2005)¹¹⁶².

¹¹⁵⁹ Id., *ibid.*

¹¹⁶⁰ ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS MOINHOS DO VALE DO TAQUARI. Op. cit., 2006, p. 1.

¹¹⁶¹ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 144.

¹¹⁶² TOUGUINHA, Manuel Luiz. Op. cit., 2005, p. 22.

Essa passarela de madeira foi um dos poucos aspectos alterados em relação à proposta inicial, visto que foi acrescentado um gradil (Figura 271) ao longo do seu percurso, dando acesso ao pátio aberto e às edificações. A utilização de madeira nos elementos não estruturais é recorrente na arquitetura produzida por Lúcio Costa e Lina Bo Bardi¹¹⁶³.

Figura 271. O gradil da passarela de madeira



Fonte: Pachalski (2012)¹¹⁶⁴.

O programa expositivo do Museu do Pão está distribuído em uma pequena sala de exposição e em um auditório, onde é transmitido um vídeo aos visitantes sobre a temática do museu (Figura 272).

Figura 272. Programa expositivo



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁶⁵.

Na entrada da escola de panificação é possível visualizar o espaço da oficina de panificação (Figura 273), constituído por um amplo salão com uma grande mesa central, cadeiras, bancada de apoio junto às janelas e equipamentos para lavagem, preparo e cocção dos alimentos. Além disso, no local são oferecidas aulas e cursos profissionalizantes de panificação. A oficina de panificação é composta por cozinha, escola, sala de aula, bloco de sanitários e depósito no subsolo¹¹⁶⁶.

¹¹⁶³ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 165.

¹¹⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 164.

¹¹⁶⁵ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹⁶⁶ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, pp. 144; 136.

Figura 273. Oficina de Panificação



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁶⁷.

O Museu do Pão é uma pequena galeria-museu ilusoriamente solta do solo, pois está apoiada em pilares retraídos que não são visíveis da rua¹¹⁶⁸. Essa estratégia é utilizada pela tradição construtiva da arquitetura da imigração italiana, e consiste em um qualificado recurso praticado em função da umidade do solo no lugar (Figura 274A). A estratégia é essencial para evitar o apodrecimento da madeira, um dos principais materiais utilizados na arquitetura da imigração italiana e também no museu (concreto, estrutura metálica, pano de vidro e madeira), constituindo-se no elemento mais utilizado para o piso e sua estrutura¹¹⁶⁹ (Figura 274B).

Figura 274. Estrutura e manutenção do Museu do Pão



Legenda: A) O volume expositivo é elevado do solo; B) O Museu do Pão após o envelhecimento dos painéis móveis de madeira externos e os panos de vidro do volume expositivo. Uma das estratégias dos autores para aproximar a intervenção e às pré-existências. Fonte: Pachalski (2012)¹¹⁷⁰.

Os planos verticais da sala expositiva são envidraçados em quase toda a sua extensão. Os caixilhos foram fixados diretamente no concreto moldado no local (Figura 275A), aumentando a dimensão dos panos de vidro e reforçando a percepção de integração entre interior e exterior, conforme mencionado anteriormente. Painéis

¹¹⁶⁷ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹⁶⁸ NAHAS, Patrícia Viceconti. Op. cit., 2008, p. 410.

¹¹⁶⁹ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 154.

¹¹⁷⁰ Id., ibid., pp. 27; 156.

móveis de madeira e estrutura metálica deslizam paralelos aos fechamentos laterais (Figura 276B) com o objetivo de proteger os panos de vidro da incidência direta dos raios solares¹¹⁷¹.

Figura 275. Painéis de proteção do Museu do Pão



Legenda: A) Os caixilhos foram fixados diretamente no concreto moldado no local; B) Painéis móveis de madeira e estrutura metálica deslizam paralelos aos fechamentos laterais. Fonte: Pachalski (2012)¹¹⁷².

A transparência do volume expositivo foi uma estratégia do programa utilizada nos novos edifícios. Os fechamentos são de vidro, sendo que uma delas permite visualizar o fundo do terreno, o riacho e a cidade (Figura 276). Permite, também, visualizar a lateral do museu pois faz esquina com a cidade (Figura 277), enquanto a outra face (interna), separa o auditório da sala expositiva (Figura 278)¹¹⁷³.

Figura 276. O auditório que tem acesso visual ao fundo do terreno



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁷⁴.

¹¹⁷¹ Id., *ibid.*, p. 154.

¹¹⁷² Id., *ibid.*, pp. 157-158.

¹¹⁷³ Id., *ibid.*, p. 155.

¹¹⁷⁴ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

Figura 277. A transparência do volume expositivo integra o Museu do Pão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁷⁵.

Na parede lateral que separa o auditório da rua está reproduzida uma pintura encontrada na parede de uma das casas que foi demolida para fornecer a madeira para o restauro do moinho (Figura 278). Marcelo Ferraz mencionou que ao receber, em São Paulo, a imagem da pintura, tentou evitar a decisão de demoli-la, mas isto já tinha sido feito¹¹⁷⁶.

Figura 278. Pintura gravada em baixo relevo na lateral do volume expositivo



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁷⁷.

Outro detalhe é a gravação da palavra “pão” em vários idiomas nas faces internas dos painéis de madeira¹¹⁷⁸ (Figura 279).

¹¹⁷⁵ Id., *ibid.*

¹¹⁷⁶ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 155.

¹¹⁷⁷ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

¹¹⁷⁸ PACHALSKI, Glauco Assumpção. Op. cit., 2012, p. 154.

Figura 279. Nos painéis de madeira está gravada a palavra “pão” em vários idiomas



Fonte: Pachalski (2012)¹¹⁷⁹.

Cabe destacar algumas obras que serviram para diferenciar o local e lhe dar harmonia, como, por exemplo, o pilar em “árvore” (Figura 280), com a ramificação das peças a partir de um eixo central, fazendo uma associação com o modo como eram construídas as estruturas de madeira na arquitetura da imigração italiana¹¹⁸⁰.

Figura 280. O pilar em “árvore”



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁸¹.

¹¹⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 159.

¹¹⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 162.

¹¹⁸¹ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

Outro detalhe é a utilização de rodas dentadas na parte externo do Museu do Pão, onde são destacadas as diferentes rodas utilizadas para moer os grãos de trigo e fazer a farinha, agora expostas ao público¹¹⁸² (Figura 281).

Figura 281. Rodas dentadas na parte externo do Museu do Pão



Fonte: Escritório Brasil Arquitetura (2018c)¹¹⁸³.

4.3.3.3 Síntese de análise

Quadro 10. Matriz de Análise de projeto de reuso – Museu do Pão

Parâmetros		Nível de transformação	Descrição
	1) Função	Elevado	Centro cultural expositivo e de oficinas (reconversão).
Exterior	2) Volumetria	Baixo	Preservação dos volumes originais. Construção de dois prédios de concreto armado, madeira, estrutura metálica e vidros (utilizando paralelo-gramo retangular); uma passarela de madeira que ligou entre si as novas edificações ao moinho.
	3) Envolvente	Baixo	Preservação dos alçados cegos e da cobertura plana; recuperação e preservação das fachadas dos volumes preservados.
	4) Materiais	Médio	Recuperação dos elementos originais e decorativos no moinho; utilização dos recursos de materiais e acabamentos semelhantes aos originais e introdução de novos elementos.
	5) Imagem	Baixo	Preservação da imagem das fachadas e introdução de novos elementos em continuidade formal e estética com o existente nas novas edificações.
interior	6) Sistema construtivo	Médio	Manutenção, recuperação e preservação da estrutura original. Nas novas edificações utilizou-se amarrações com ferro e concreto, pavimentos em concreto armado das duas edificações; estrutura metálica e painéis de vidros e madeira.

¹¹⁸² FERRAZ, João Grinspum. Op. cit., 2012, p. 54.

¹¹⁸³ ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Op. cit., 2018c.

Parâmetros		Nível de transformação	Descrição
	7) Configuração espacial	Baixo	Mantém-se a matriz espacial original, que sofre pouquíssimas alterações; adicionando-se um acesso interligado no prédio horizontal; inserções de novas tipologias.
	8) Materiais	Médio	Aplicação de materiais originalmente utilizados no moinho; recurso a materiais e acabamentos distintos e novos no interior.
	9) Imagem	Baixo	Recuperação da linguagem estética original do moinho; aplicação de uma linguagem estética distinta.
	10) Patrimônio integrado	Baixo	As máquinas existentes foram retiradas quando da reconversão.

Fonte: elaboração própria da autora (2018)¹¹⁸⁴.

A partir da análise do estudo de caso do Museu do Pão – antigo Moinho Colognese da cidade de Ilópolis – observou-se que a intervenção do antigo prédio devoluto no espaço urbano, no programa de recuperação para uso cultural expositivo e de oficinas, permitiu uma nova dinâmica na recuperação dessa área cultural. Com a participação dos arquitetos Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci e Anselmo Turazzi desenvolveu-se um projeto de conservação e recuperação da estrutura existente para um museu e exposição. Foram criados, também, dois prédios destinados às oficinas, estabelecendo, com isso, um centro ligado ao social e urbano, com a preservação e valorização da cultura italiana do local, juntamente com a cultura do trigo da região.

Constatou-se, com isso, que a reconversão introduziu um elevado nível de transformação ao exterior do Museu do Pão, e baixo nível de transformação ao seu interior. Em ambos os casos, porém, foram preservadas e recuperadas as suas características originais, adaptando os espaços com qualidade e conforto.

Após analisar os parâmetros utilizados na reconversão do Museu do Pão constatou-se que a intervenção dos arquitetos Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci e Anselmo Turazzi permitiu, com sucesso, a integração do Moinho Colognese à vida contemporânea da cidade de Ilópolis, valorizando o prédio abandonado há vários anos e preenchendo uma necessidade local. Considera-se que as intervenções realizadas introduziram algumas modificações no conjunto histórico, as quais foram necessárias e pertinentes ao objetivo da recuperação. Além disso, a intervenção do prédio considerou não somente a preservação do local, mas também as suas características quanto aos valores e culturas italianas do moinho – Museu do Pão.

¹¹⁸⁴ Elaboração própria da autora (2018).

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA

Esta análise busca comparar os três estudos de casos apresentados nesta tese, considerando as especificidades das pré-existências e as transformações introduzidas. A base é a Matriz de Análise de Projeto de Reuso, elaborada anteriormente (Quadro 10) para estudo de um edifício reconvertido. Além de observar as características e circunstâncias das pré-existências e dos projetos de reconversão, pode-se chegar a conclusões sobre a reconversão de edifícios históricos e as suas consequências sobre a estrutura original, considerando o seu valor patrimonial e as suas especificidades quanto ao espaço industrial.

Para contribuir com a realização da Matriz da Análise foram considerados os valores nos níveis de transformação de cada caso estudado, quantificando as alterações introduzidas nas intervenções¹¹⁸⁵. Cada intervenção, no entanto, poderá ter, no máximo, 30 valores, correspondentes a uma transformação elevada nos 10 parâmetros de análise e, no mínimo, 0 valor, se não houver nenhuma alteração do edifício original. A seguir, o Quadro 11 destaca a síntese dos casos de estudo referente aos valores dos níveis de transformação obtidos em cada análise.

Quadro 11. Síntese dos casos de estudo

Parâmetros		Sesc Pompeia	Teatro Erotides de Campos	Museu do Pão
exterior	1) Função	3	3	1
	2) Volumetria	3	0	2
	3) Envolvente	1	1	1
	4) Materiais	3	1	2
	5) imagem	2	1	2
interior	6) Sistema construtivo	1	3	2
	7) Configuração espacial	1	3	1
	8) Materiais	1	3	2
	9) imagem	1	3	1
	10) Patrimônio integrado	1	0	3
TOTAL (0-30)		17	18	17
TOTAL %		56%	60%	56%

Fonte: elaboração própria da autora (2018)¹¹⁸⁶.

Observa-se no quadro anterior que nenhum dos três casos atingiu 30 valores, o que significa que os projetos de intervenção não implicaram mudanças que acarretassem alterações nos elementos estruturais e volumes originais.

¹¹⁸⁵ Definiu-se que o nível Elevado possui valor 3, Médio valor 2, Baixo valor 1 e Nulo valor 0. Cada projeto de reconversão terá, no mínimo, três valores, uma vez que implica a mudança da função original do edifício.

¹¹⁸⁶ Elaboração própria da autora (2018).

4.4.1 Os parâmetros, segundo os níveis de transformação

Destaca-se, a seguir, uma análise comparativa dos parâmetros estudados nos três casos (Sesc Pompeia – antiga Fábrica de Tambores, Teatro Erotídes de Campos – Engenho Central de Piracicaba e o Museu do Pão – Moinho Colognese), de acordo com os níveis de transformação ocorridos nas edificações e os projetos de reconversão de cada um.

4.4.1.1 Função

Com relação ao parâmetro “função” o valor obtido na análise dos dois casos (Sesc Pompeia e Teatro Erotídes de Campos) foi elevado, com valor máximo nos níveis de transformação. O programa introduzido teve como propósito alterar as funções originais dos edifícios, conferindo outro *status* à edificação. O caso do Museu do Pão obteve nível baixo de transformação, pois o projeto manteve a função original com pequena adaptação, incluindo as outras funções nos anexos ao prédio original.

Em todos os três casos as intervenções estudadas estão de acordo com as categorias de projetos de reconversão quanto à reabilitação de um edifício em abandono, preservando a sua história e adequando-o ao novo uso.

4.4.1.2 Volumetria

Quanto à volumetria, constata-se que os projetos de reconversão possuem diferentes abordagens: no caso do Sesc Pompeia foram preservadas as estruturas e os volumes originais, porém, foram construídas três torres, sendo dois blocos interligados por uma passarela e uma caixa d’água, com redefinição das circulações e acessos, razão porque esse parâmetro obteve um nível elevado.

O caso do Teatro Erotídes de Campos foi diferente, pois a volumetria do projeto de intervenção manteve preservado o volume original do pavilhão, que foi intervencionado à transformação inexistente (valor 0).

Já o projeto do Museu do Pão foi semelhante ao do Sesc Pompeia, pois manteve preservado o volume e construiu dois prédios de concreto armado, interligando o moinho e as novas edificações com uma passarela de madeira. O nível de transformação, no entanto, foi baixo, pois foram preservados, ao máximo, os elementos originais.

4.4.1.3 Envolvente

Com referência ao parâmetro “envolvente” pode-se afirmar que ocorreram transformações no exterior dos edifícios em estudo, especialmente com relação às fachadas. Constatou-se, nos três casos estudados, a preocupação em recuperar e preservar as fachadas e as coberturas mediante alterações pouco significativas. A transformação foi considerada de nível baixo (valor 1).

4.4.1.4 Materiais (Externos)

No caso do Sesc Pompeia houve elevada intervenção nos pavilhões, visto que se investiu na criação de ambiências munidas de elementos estimulantes à memória da população, criando dois novos prédios e mais uma caixa d'água com novos recursos e materiais de acabamentos. Os espaços foram adaptados de maneira distinta nas novas construções, resguardando as características culturais, porém com conforto e harmonia quanto aos valores históricos do local.

Com relação ao caso do Teatro Erotídes de Campos, o nível de transformação foi baixo na parte externa, visto que as maiores modificações aconteceram na parte interna do pavilhão. O projeto de intervenção buscou recursos de materiais e acabamentos semelhantes aos originais, recuperando os elementos decorativos, dando continuidade à essência industrial do edifício.

Quanto ao caso do Museu do Pão, houve recuperação dos elementos originais e decorativos do moinho mediante a utilização de materiais semelhantes, bem como a criação de dois prédios para oficinas e utilização de concreto armado, estrutura metálica e painéis de vidro e madeira. Foi considerado, porém, como nível médio de transformação (valor 2) devido à expressão do material utilizado e pela forma como os volumes surgiram em continuidade ao existente.

Verifica-se, porém, nos três casos estudados, que houve um expressivo esforço na recuperação da materialidade das fachadas e coberturas, bem como dos elementos decorativos externos, recorrendo-se a materiais e acabamentos que permitiram restituir tais elementos à sua imagem original.

4.4.1.5 Imagem (externa)

A imagem externa surgiu como o parâmetro que relaciona os dois pontos anteriores – o envolvente do edifício e os materiais e o modo como são utilizados. No

caso do Sesc Pompeia buscou-se a introdução e aplicação de uma linguagem estética distinta no sentido de preservar a imagem das fachadas e a identidade do lugar, bem como os seus valores culturais e histórico-industriais. Este caso foi caracterizado como uma transformação média (nível 2).

Com relação ao Teatro Erotídes de Campos, a recuperação das características originais do envolvente do pavilhão e a linguagem estética industrial permitiu manter a imagem e a essência industrial do complexo, valorizando o existente. Com relação a esse parâmetro considerou-se o nível de transformação baixo (valor 1).

Quanto ao Museu do Pão observa-se, também, que houve a recuperação da imagem original do edifício, bem como a sua transformação com a introdução de novos elementos nas fachadas e na estética, consistindo na construção de dois novos edifícios em concreto armado, estrutura metálica e painéis de vidro e madeira. Como, porém, houve poucas mudanças nas fachadas e na cobertura – apenas recuperação e preservação do moinho – o nível de transformação foi baixo (valor 1).

4.4.1.6 Sistema construtivo

No parâmetro “sistema construtivo” percebe-se que os três edifícios preservaram totalmente a estrutura original. O Sesc Pompeia teve a menor intervenção no sistema construtivo interno, no entanto, foram criados vários pilares nos pavilhões fabris para ancoramento do telhado, escavações para fundações, entre outras obras, que visaram reforços das estruturas, revelando uma alteração de baixo impacto (nível 1).

Com relação ao caso do Teatro Erotídes de Campos, houve inserção de novas tipologias, considerando as características e estruturas originais do pavilhão, as quais passaram por maiores mudanças internas. Novas redefinições de acesso e circulação, construção de vários pilares, recuperação das imensas janelas, ancoramento do telhado, escavações para novas fundações, construção de novas estruturas para dar forma de um teatro, ancoramento e recuperação do imenso pé direito, o que levou a um elevado nível de transformação (valor 3).

Quanto o caso do Museu do Pão, o sistema construtivo também foi totalmente preservado, bem como recuperada a estrutura construtiva original em madeira. Apesar de o projeto de intervenção utilizar amarrações com ferro e concreto, estruturas metálicas, vidro e madeira, foi mantida a recuperação estética, obtendo nível de transformação médio (valor 2).

4.4.1.7 Configuração espacial

Este parâmetro é indissociável da função original do edifício e do programa introduzido na intervenção. Constata-se, no entanto, que os casos que passaram por menores alterações neste âmbito foram o Sesc Pompeia e o Museu do Pão, considerando de baixa transformação (valor 1). Os grandes espaços desses edifícios foram transformados em lugares de cultura, lazer, entretenimento, lugar histórico, cujos valores e culturas foram resguardados e mantidos nas estruturas originais.

No caso do Teatro Erotídes de Campos, o interior do edifício foi completamente reformulado, preservando apenas o sistema construtivo original. As novas tipologias foram desenhadas sobre a estrutura existente, recorrendo-se a materiais que permitissem o nível de conforto exigido pelo novo programa, numa linguagem contemporânea e com tipologias distantes da essência industrial do conjunto. As exigências do novo programa levaram a profundas transformações do espaço interior do pavilhão que agora se apresenta irreconhecível na sua função original, o que foi considerado como uma transformação elevada (valor 3).

4.4.1.8 Materiais (internos) e Imagem (interna)

A imagem dos espaços interiores é definida pelo tipo de materiais utilizados e pela sua aplicação. Na análise desses parâmetros, os casos são avaliados com suas abordagens distintas.

No interior dos pavilhões do Sesc Pompeia, os materiais de acabamento foram de recuperação, ancoramento e sustentação, enquanto se preservou a estrutura e os elementos originais, mesmo ganhando uma linguagem estética contemporânea que responde diretamente às exigências do programa introduzido. Isso não eliminou, contudo, as referências à função original industrial, considerando-se uma transformação de nível baixo (valor 1).

Com relação ao Teatro Erotídes de Campos, a utilização dos materiais e acabamentos distintos surgiu como uma nova construção, pois todo o interior do pavilhão foi reconstruído, ganhando novas tipologias para lhe dar forma de teatro. A linguagem estética contemporânea respondeu diretamente às exigências do projeto de intervenção, mantendo as estruturas e elementos originais do edifício fabril. A transformação foi considerada elevada (valor 3).

Quanto ao caso do Museu do Pão, o projeto de intervenção manteve a essência original do moinho. Foram utilizados materiais relacionados com o meio rústico e valores culturais do local, o que refletiu nas dimensões, texturas, materialidade, iluminação e disposição visível das infraestruturas no interior das oficinas. Considerou-se dois níveis de transformação, sendo que no parâmetro “materiais” obteve-se nível médio (valor 2) e na “imagem” obteve-se nível baixo (valor 1).

4.4.1.9 Máquinas

Em dois casos de estudo – do Sesc Pompeia e do Teatro Erotídes de Campos – houve perda do patrimônio integrado dos edifícios industriais. A inexistência das máquinas, mecanismos e outros objetos originais traduziram perda de informação e de elementos históricos que poderiam ter sido integrados aos projetos ou num espaço expositivo que desse a conhecer as antigas atividades industriais, considerada uma transformação elevada (valor 3).

No Museu do Pão foi possível encontrar alguns elementos do antigo moinho inseridos no espaço do museu, criando um espaço histórico, resgatando a cultura e os valores locais, obtendo, assim, um nível baixo de transformação (valor 1).

Pode-se, assim, observar que a intervenção realizada no Museu do Pão introduziu o menor nível de alteração do existente (com total de 15 valores em 30), e que o Teatro Erotídes de Campos está relacionado com uma transformação mais profunda (21 no total de valores em 30). É perceptível, também, relativamente à reconversão do Sesc Pompeia, um elevado nível de transformação nos parâmetros referentes ao exterior, preservando, porém, os elementos originais. Obteve, neste caso, uma transformação média (com total de 19 valores em 30).

Verifica-se, contudo, que o nível de transformação introduzido, decorrente da adaptação dos edifícios a uma nova função, é resultado de vários parâmetros que se condicionam mutuamente e que são dependentes dos vários intervenientes no processo. Por essa razão, a seguir esses parâmetros são explorados em maior profundidade nos casos estudados.

4.4.2 Cinco pontos-chave dos projetos de reconversão

Ao selecionar alguns dos parâmetros da Matriz de Análise propõe-se estabelecer os principais condicionantes de reuso. Esses parâmetros foram

selecionados de forma a melhor elucidar as questões comparativas referentes à função, características, valor patrimonial e aos níveis de transformação relacionados com as pré-existências.

Para uma análise cruzada, foi fundamental a elaboração de uma tabela síntese dos parâmetros considerados mais relevantes, os quais foram selecionados a partir dos seguintes critérios: relação entre a função (programa inicial e final), características arquitetônicas mais relevantes, valor patrimonial e nível de transformação arquitetônica proposta no interior e no exterior dos três casos de estudos analisados.

Quadro 12. Síntese dos parâmetros de reuso

Parâmetros		Sesc Pompeia	Teatro Erotides de Campos	Museu do Pão
Função	Programa inicial	Fábrica de Tambores	Complexo do Engenho Central-Açucareiro	Moinho Colognese
	Programa final	Centro cultural, de lazer e desportivo	Centro cultural - teatro	Museu histórico e oficinas
Características da Pré-existência	Particulares	Complexos de pavilhões; densas malhas de pilares; pé direito alto; fachadas cegas	Um volume principal; grande vão central; pé direito de 18 metros de altura	Um volume principal; divisões internas de ambientes (andares superiores); pé direito baixo; fachadas cegas.
	Comuns	Edifícios monumentais; estruturas sólidas e bem preservadas; a forma segue a função; estética simples e elementar (industrial)		
Volumetria Número de edifícios	Inicial	5	1	1
	Reutilizados	5	1	1
	Demolidos	0	0	0
	Acrescentados	3 torres	0	2
	Intervencionados	5 + 3 torres	1	1+2
	Final	8	1	3
Valor Patrimonial	Valores de destaque	Centro cultural, de lazer e esportivo	Polarizador das atividades culturais e entretenimentos	Programa cultural expositivo e de oficinas
	Classificação	Não tombado	Tombado pelo CODEPAC	Tombado pelo Município
Nível de transformação	Função (0-3)	3 (Elevado)	3 (Elevado)	1 (Baixo)
	Exterior (0-12)	9 (Elevado)	3 (Baixo)	7 (Médio)
	Interior (0-15)	5 (Baixo)	12 (Elevado)	9 (Médio)
	Total (0-30)	17 (Médio)	18 (Médio)	17 (Médio)

Fonte: elaboração própria da autora (2018)¹¹⁸⁷.

¹¹⁸⁷ Elaboração própria da autora (2018).

4.4.2.1 Função

Na seleção dos casos de estudo procurou-se três tipos de reconversões com funções distintas que permitissem analisar a questão da adaptação de espaços industriais a diferentes programas: Centro cultural, de lazer e desportivo no Sesc Pompeia – Fábrica de Tambores; Centro cultural e de entretenimento no Teatro Erotídes de Campos – Parque do Engenho Central-Açucareiro de Piracicaba, e Museu do Pão, centro histórico e oficinas no Moinho Colognese – Engenho de Farinha, como já foi referido.

Constatou-se que o programa (função) que introduziu o menor nível de transformação foi o Museu do Pão, o que também pode ser verificado com relação à tipologia industrial do engenho de farinha-moinho. Verifica-se que os espaços expositivos não foram expressivos em dimensão, mas livres de compartimentação, destacando a luz natural, buscando a configuração original do edifício. Antes da intervenção o pé direito era baixo, mas o projeto tirou os andares superiores, deixando o pé direito alto. A parte restaurada do moinho se tornou um museu, que resgatou a cultura e a história do local. A parte nova construída interligou os dois edifícios com o prédio principal (museu) por meio de uma passarela de madeira, que dá acesso tanto aos edifícios como ao pátio, agregando valor aos aspectos históricos e patrimoniais.

Com nível médio de transformação encontra-se o caso do Sesc Pompeia, cuja reconversão dos vários pavilhões buscou atender as necessidades da população local, preservando e valorizando volumes originais, a cultura e os valores, bem como as características tipológicas e formais do conjunto fabril histórico, adequando-se às mudanças de recuperação do programa. Constata-se que no processo de reconversão relativo à configuração espacial interior dos pavilhões recuperados, as tipologias originais sofreram transformações mínimas e o desenho dos espaços das novas construções buscou referências nos espaços originais. Quanto à configuração externa, além de preservar os elementos originais dos pavilhões existentes, o projeto de intervenção efetivou a construção de três torres, sendo dois prédios interligados por passarelas em cada andar, e a torre caixa d'água, criando ambiências munidas de elementos estimulantes à memória e ao imaginário da população, para que essa se sentisse incentivada a realizar as atividades desenvolvidas no complexo.

O Teatro Erotídes de Campos obteve o nível elevado de transformação, ao contrário dos dois casos anteriores, que criaram outros edifícios (externos). O teatro manteve suas características originais no modo externo, valorizando os elementos e

a linguagem estética do pavilhão. Devido ao seu pé direito de 18 metros foi possível uma intervenção maior para criar o teatro, pois devido às características tipológicas e formais do conjunto histórico este se adequou facilmente às exigências do projeto de intervenção, dando formas à criação do teatro.

Pode-se afirmar, assim, que o nível de transformação introduzido depende da compatibilidade do novo uso às características do edifício. A escolha de um programa facilmente adaptável à pré-existência irá contribuir com a preservação das características e dos valores do edifício, bem como com a qualidade dos novos espaços criados.

4.4.2.2 Características arquitetônicas da pré-existência

As características arquitetônicas da pré-existência são elementos que definem a adaptabilidade ao novo programa. A compatibilidade com os espaços originais deve ser um indicador da função mais adequada a ser introduzida. Por isso, cabe destacar cada um dos casos, iniciando com as características particulares.

Características particulares

O Sesc Pompeia é formado por vários pavilhões fabris, com linguagem e volumes estéticos semelhantes, com densas malhas de pilares, compostas por fachadas cegas e pé direito alto. Como os pavilhões tinham dimensões amplas, o projeto foi facilmente adaptado, preservando os elementos originais nos interiores, utilizando ancoramentos, novos pilares, melhorias nas fundações e redefinição das circulações e acessos. Nos elementos exteriores, além da preservação e recuperação das características originais dos pavilhões fabris, foram construídas três torres, com a inserção de novas tipologias, sendo a torre da caixa d'água e dois prédios, nos quais foram criados o conjunto esportivo, vestiários e recreação, interligados por passarelas. Os espaços foram adaptados com qualidade e conforto à sua utilização, resgatando os valores do complexo histórico industrial e cultural do local.

Com relação ao Teatro Erotídes de Campos verificou-se uma transformação profunda no seu interior, mas com preservação dos elementos interiores e exteriores. O pavilhão fabril apresentava uma estrutura sólida e simples, com espaços de grande dimensão, bastante iluminados devido à quantidade de janelas enormes e pé direito generoso (18 metros). Dentre as várias possibilidades relativas de reconversão optou-se pela criação do teatro.

Quanto ao Museu do Pão, a transformação foi baixa, mas recuperou e preservou as características originais do moinho, bem como seus elementos e a sua linguagem estética. Após a intervenção foi resgatada a cultura e a história do local. Para concretizar o projeto, porém, foram construídos dois edifícios novos para as oficinas, que contaram com novos recursos e materiais para a inserção das tipologias.

Características comuns aos três casos

- Construções de aspecto funcionalista, cuja forma segue a função (industrial) para a socialização como centros culturais, de entretenimento e esportivos;
- Edifícios monumentais na sua volumetria, com tipologias e espaços interiores de grande dimensão;
- Estrutura preparada para receber grandes cargas (máquinas, produtos);
- Edifícios fabris datados no final do século XX, correspondentes ao período da industrialização.

Os casos escolhidos representam duas escalas distintas do patrimônio industrial: o Sesc Pompeia e o Teatro Erotídes de Campos surgem como espaços isolados com pavilhões fabris que ocupam lotes na malha urbana onde se inserem. Já o Museu do Pão apresenta-se como um prédio de menor escala, pois era um engenho de farinha, localizado no limite entre o espaço urbano e rural.

4.4.2.3 Volumetria

Nos três casos estudados, a abordagem projetual revelou que na reestruturação interna e externa dos pavilhões foram criados novos acessos e tipologias. No caso do Sesc Pompeia, além da preservação dos volumes originais (Sistema Hennebiqueano), foram construídas três torres: dois blocos como conjunto esportivo e uma caixa d'água, com inserção de novas tipologias e redefinição das circulações e acessos. Quanto ao caso do Teatro Erotídes de Campos, foram preservados os volumes originais, porém, no interior do espaço ocorreu a inserção de diversas novas tipologias, redefinindo a circulação e os acessos, com a construção de vários pilares no pavilhão fabril. Houve, também, a recuperação e preservação das janelas e do telhado, bem como a realização de escavações para fundações e construção de novas estruturas que deram forma ao teatro. Com relação ao Museu do Pão, além da preservação dos volumes originais, também foram construídos dois

prédios de concreto armado, madeira, estrutura metálica e vidros, e uma passarela de madeira que ligou entre si as novas edificações ao moinho.

Nos três casos estudados, portanto, pode-se constatar que as alterações introduzidas respeitaram os espaços originais, principalmente a volumetria, preservando a imagem e a configuração dos edifícios.

4.4.2.4 Valor patrimonial

Constata-se que os três casos estudados possuem distintos interesses patrimoniais, e que o seu valor cultural constituiu uma das razões para a sua salvaguarda. O Sesc Pompeia (Fábrica de Tambores) é um complexo industrial de valor cultural, de lazer e esportivo, porém, não foi tombado até o presente momento. Quanto ao Teatro Erotídes de Campos (Engenho Central-Açucareiro de Piracicaba), trata-se de um imóvel de interesse público, tombado em 1989 pelo Codepac. Com referência ao Museu do Pão (antigo Engenho de Farinha), este constitui uma importante referência histórica no âmbito industrial da farinha, ainda bastante presente na memória dos seus habitantes. O seu valor patrimonial não decorre da excepcionalidade do seu edifício ou das suas características particulares, mas da singularidade e do que representa ao meio social onde se insere. O tombamento municipal demonstrou interesse em preservar o moinho pelo valor que ele possui na memória local, na imagem urbana e na história social da região.

4.4.2.5 Nível de transformação

No caso do Sesc Pompeia as alterações introduzidas respeitaram e preservaram os volumes originais, especialmente a imagem e a configuração interior do edifício. Foram, porém, criados dois blocos (edifícios) como conjunto esportivo e uma caixa d'água, com novas tipologias e redefinição da circulação e acessos. Observou-se grande esforço na preservação da materialidade e imagem original, manifestado na recuperação do embasamento em tijolos (industrial), dos planos rebocados e dos elementos decorativos existentes. No espaço interno, porém, o nível de transformação foi considerado baixo, enquanto no espaço externo foi apontado como elevado devido à construção das três torres. Os valores do complexo histórico, industrial e cultural do local, todavia, foram resgatados.

Com relação ao Teatro Erotídes de Campos, o projeto de intervenção procurou preservar os elementos originais do pavilhão, particularmente na área externa do edifício, obtendo, assim, baixo nível de transformação. A intervenção realizada consistiu na redefinição do espaço interno do edifício, o qual foi completamente reformulado para a inserção da infraestrutura e configuração espacial necessária ao teatro. O prédio preservou, contudo, o sistema construtivo e inseriu os novos espaços do teatro, recorrendo a uma linguagem estética contemporânea e materiais correntes. Observou-se, portanto, respeito pelo valor patrimonial, sendo classificado como nível médio de transformação.

Quanto ao Museu do Pão, o objetivo principal do projeto de intervenção era retomar a simplicidade e austeridade original do moinho e de seus espaços, preservando o edifício e a sua imagem. O projeto revelou que esta foi a intervenção que mais valorizou a pré-existência, tanto no espaço interno como no externo dos edifícios (os dois novos edifícios construídos). A reconversão reinterpretou o moinho como um espaço de produção de farinha, bem como preservou a essência industrial dos espaços, quer pelos materiais escolhidos, pela configuração e dimensão dos espaços, pelas tipologias ou pela presença de alguns elementos originais da fábrica, salvaguardando a história do museu que ficou em exposição, obtendo assim um nível médio de transformação, tanto no espaço interno como externo.

4.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

De forma descritiva e exploratória, passa-se a analisar os três casos de indústrias desativadas que foram reabilitadas com projetos específicos: o Sesc Pompeia – Fábrica dos Tambores; o Teatro Erotídes de Campos – Engenho Central-Açucareiro de Piracicaba; e o Museu do Pão – Engenho da Farinha ou Moinho Colognese. O objetivo foi traçar critérios metodológicos e estratégicos para reaproveitamento de áreas industriais, neste caso, a *Metalúrgica Faulhaber*. A análise recorreu a visitas *in locus* e a fontes documentais, procurando identificar e situar as mudanças projetuais perante os diversos contextos com matriz industrial.

A metodologia utilizada nos três casos de estudo recorreu a uma matriz que reuniu 10 parâmetros considerados indispensáveis à avaliação da transformação de um edifício industrial num espaço de reuso, permitindo compreender a transformação do conjunto a partir do estudo de cada uma das partes: 1) a função; 2) relativamente ao espaço externo: a volumetria, o envolvente, os materiais e a imagem; 3) no

ambiente interno: o sistema construtivo, a configuração interior, os materiais, a imagem e o patrimônio integrado (máquinas).

Este sistema permitiu equacionar as alterações introduzidas nas pré-existências e estabelecer uma analogia entre os três casos de estudo. Conclui-se que os projetos de intervenção absorveram a pré-existência ao novo programa introduzido, obtendo os respectivos níveis de transformação no programa existente. No caso do Museu do Pão obteve-se nível médio de transformação, o que se repetiu no caso do Sesc Pompeia e no Teatro Erotídes de Campos. Em outras palavras, todos os três casos obtiveram nível médio de transformação.

Mesmo obtendo nível médio, as alterações induzidas pelos projetos não criaram rupturas na forma e no vocabulário arquitetônico dos edifícios. Instituiu-se, dessa forma, cinco parâmetros que resultaram da matéria-estudo, ou seja, do nível conceitual, a saber: projeto de reconversão – a função (programa), as características da pré-existência, a volumetria (número de edifícios), o valor patrimonial e os níveis de transformação. Esses parâmetros permitiram equacionar o processo projetual, as transformações realizadas, os objetivos, as condicionantes exteriores e o nível de transformação.

Cruzando esses cinco parâmetros com a Matriz de Análise conclui-se que o projeto de reuso mais interessante, quer do ponto de vista da qualidade arquitetônica dos espaços ou da preservação dos valores culturais da pré-existência, foi o Sesc Pompeia – Fábrica de Tambores, local onde ocorreu uma grande transformação do existente, com demolições e novas construções em seus pavilhões. A análise revelou, também, que o projeto de intervenção da arquiteta Lina Bo Bardi atendeu e interpretou com maior autenticidade a essência industrial da fábrica, respondendo simultaneamente, com qualidade e conforto de utilização, às exigências do programa.

A análise permitiu observar que o projeto de intervenção dos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz no pavilhão do Engenho Central de Piracicaba – o Teatro Erotídes de Campos – preocupou-se em preservar as características originais da parte externa do edifício. Quanto ao espaço interno do pavilhão, este foi completamente reformulado na sua configuração espacial, especialmente nos seus revestimentos e materiais. A densa malha de pilares e do pé direito com seus 18 metros de altura, condicionaram profundamente a sua adaptação para dar forma ao teatro, obtendo elevado nível de transformação.

Verificou-se, também, que o projeto de intervenção dos arquitetos Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci e Anselmo Turazzi no Museu do Pão – Engenho da Farinha

– apresentou um sistema construtivo com elementos valorizados e sofreu menos transformações. A estrutura do edifício apresentou boas condições de conservação, necessitando poucas intervenções. No projeto, porém, foram construídos dois edifícios com novos elementos: as oficinas e o museu.

As intervenções, portanto, dos três casos aqui estudados, se adaptaram ao novo programa e salvaguardaram a essência dos edifícios, tanto na parte externa como interna, evitando a sua descaracterização e a consequente perda do seu valor cultural e identidade industrial.

A partir da valorização e divulgação desse patrimônio foi possível sensibilizar e familiarizar a sociedade, inclusive os arquitetos, para os valores dos testemunhos industriais, revelando-se como um instrumento que pode diminuir e evitar ações intrusivas e destrutivas. Constatou-se, portanto, por intermédio deste estudo, que os arquitetos com seus projetos de intervenção, conseguiram preservar os elementos originais dos edifícios restaurados e revitalizados.

Nesse sentido, uma intervenção nas estruturas da *Metalúrgica Faulhaber* deverá seguir os cinco parâmetros anteriormente estabelecidos: a função (programa), as características da pré-existência, a volumetria (número de edifícios), o valor patrimonial e os níveis de transformação. Dessa forma, certamente irá contribuir com o resgate histórico da cidade e introduzir este importante patrimônio industrial na vida social da comunidade e de sua memória coletiva.

4.6 REFERÊNCIAS DO 4º CAPÍTULO

Obras publicadas

ALMEIDA, Lutero Proscholdt. *Dobras Deleuzianas, desdobramentos de Lina Bo Bardi*. Considerações sobre “desejo” e o “papel do arquiteto” no espaço projetado. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4422>>. Acesso em: 20 mar. 2018

BECHARA, Renata Carneiro. *A atuação de Lina Bo Bardi na criação do Sesc Pompeia (1977-1986)*. São Carlos-SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwjivKvUjpDaAhUIS5AKHYt9CvgQFggtMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F102%2F102132%2Ftde-11042017-111444%2Fpublico%2FCorrigida%2FRenataBechara.pdf&usg=AOvVaw1kw75ohJgxSmlqZf6OTSHU>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BO BARDI, Lina. *Sesc Pompeia*. 2002. Disponível em: <<https://we.tl/Vns24LNZ0W>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRAND, Steward. *How buildings learn, what happens after they're built*. London, England: Penguin Books, 1994.

FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. *Teatro Engenho Central – Piracicaba, SP*. São Paulo: Brasil Arquitetura. Estudo Preliminar, jul. 2009.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.) *Lina Bo Bardi: fragmento de seu Curriculum Literário*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Numa velha fábrica de tambores*. Sesc Pompeia comemora 25 anos. São Paulo: Brasilano, 08 abr. 2008a. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2008b.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura conversável*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

NAHAS, Patrícia Viceconti. *Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade*. Um percurso do Sesc Pompeia ao Museu do Pão (1977-2008). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008, v. II, p. 15. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108149.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

OLIVEIRA, Liana Paula P. de. *A capacidade de dizer não – Lina Bo Bardi e a fábrica da Pompeia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Olivia de. *Lina Bo Bardi*. Obra construída Built Work. Fotografias Nelson Kon. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PACHALSKI, Glaucio Assumpção. *Museu do pão: arquitetura, cultura e lugar*. Pelotas-RS: Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_o_museu_do_pao_arquitetura_cultura_lugar_glaucio_pachalski.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

RIBEIRO, Aline da Silva Escórcio. *Elementos da cultura popular na obra de Lina Bo Bardi*. Sesc Pompeia e Igreja do Espírito Santo do Cerrado. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-02092016-160313/pt-br.php>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ROTHER JÚNIOR, Dirceu. *O sentido da preservação do patrimônio natural e construído*. Piracicaba, SP: Universidade Metodista Piracicaba, 2016. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/04042017_162353_dirceurotherjunior_ok.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SERRANO, Ana Catarina Bispo. *Reconversão de Espaços Industriais: três projectos de intervenção em Portugal*. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, out. 2010. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142134689/Ana%20Serrano%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Cidadela da liberdade: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Lina Bo Bardi: Cidade da Liberdade*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1999.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2005.

Sites visitados

ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/>>. Acesso em: fev. 2018a.

ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. *Teatro Erotides de Campos*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-78395/teatro-erotides-de-campos-engenho-central-brasil-arquitetura>>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

IPPLAP. Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2011. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/projetos-2/engenho-central/propostas-para-o-engenho-cen-tral-1982-2003/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Fontes históricas

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS MOINHOS DO VALE DO TAQUARI. *Museu do Pão e Oficina de Panificação*. Memorial Descritivo, 2006.

FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Caminho dos Moinhos*. Ilópolis, RS: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2008.

FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Rota dos Moinhos do Vale do Taquari*. 2. ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2012.

POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 1983.

TOUGUINHA, Manuel Luiz. *Caminho dos moinhos: Vale do Taquari*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Jun. 2005.

Periódicos

MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Intervenção em pré-existência: estudo de caso do Sesc Fábrica da Pompeia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação. Santa Maria, RS, 2013, v. 14, n° 1. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PADULA, Poliana. Arquitetura de Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia: a relação ambiente e usuário em centros de Cultura e Lazer. *Revista Especialize On-line IPOG*. Goiânia, dez. 2015, ed. nº 1, v. 1. Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=poliana-padula...pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

RODRIGUES, Ieda. *Engenho Central, arquitetura e história*. Artigo publicado em 27 de agosto de 2009 no JCNET.com.br. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=164402&ano=2009>. Acesso em: 19 jun. 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Cidade longa e rica, galanteia
A margem senhoril de belo rio,
E estreita-se, e alarga-se com brio,
E sobe, e desce, e apruma-se em colmeia.

Derrama-se por ela a vasta cheia
Dos frutos do Progresso em rodopio;
Não há rua nem um ser vadio;
Em cada crânio um ideal flameia.

Fiar o tear, brutal pilão fragmenta;
A serra ringe, chium forja e forno,
Tine o martelo, atroa a ferramenta.

São tudo vozes férreas do trabalho;
Em cada porta se ouve arfar um torno;
Em cada esquina, fragorar um malho”¹¹⁸⁸.

O soneto do padre Pedro Luiz Bottari, acima transcrito, vem mais uma vez reconhecer a dimensão e a importância da expressão “Panambi, Cidade das Máquinas”. Foi a partir dessa expressão e dos significados que ela carrega consigo que a cidade de Panambi passou a ser observada e estudada nesta tese como um grande e complexo universo de investigação, trazendo como incitação e justificativa o título **“A Arquitetura Industrial da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi-RS-Brasil: um contributo à Metodologia da Reabilitação”**.

O soneto expressa duas situações distintas. A primeira remete à pujança desse povo que colonizou e cultivou a terra, e que com trabalho árduo na lavoura promoveu a base da sua vocação industrial. A importância de sua origem e cultura, expressos nos hábitos, costumes e forma de viver, constituíram a “Cidade das Máquinas”. A segunda tem origem na expressão do autor: “a margem senhoril de belo rio, e estreita-se, e alarga-se com brio, e sobe, e desce, e apruma-se em colmeia”, a qual traz a abstração de seus aspectos e aparência física, onde sua topografia interage com o rio, dando espaço à sua arquitetura e configurando a estrutura urbana. Essa dimensão assume, inevitavelmente, uma importância significativa na reconstrução da imagem da cidade de Panambi, que se constitui a partir de um contexto e de uma cultura de colonização alemã, vindo a tornar-se “cidade industrial”.

Dentro desse universo, esta investigação percorreu os caminhos ao encontro de respostas à questão: **a arquitetura industrial que surgiu na Colônia Neu-**

¹¹⁸⁸ MALHEIROS, Adil Alves. *Panambi: o vale das borboletas azuis*. 2. ed. Panambi, RS, 1990, p. 184.

Württemberg pode ser considerada patrimônio para cidade de Panambi-RS-Brasil? A partir deste questionamento definiu-se a estrutura de análise da colônia que originou a cidade de Panambi, mantendo o seu caráter industrial. A análise foi ancorada nos aspectos culturais gerados no cenário urbano e arquitetônico, tendo em vista o reconhecimento do patrimônio cultural resultante nesse processo.

Pretendia-se, deste modo, investigar a história e o desenvolvimento da colônia a partir dos aspectos descritos, identificando os vestígios remanescentes da Arquitetura Industrial produzida naquele período. Esta investigação, portanto, teve como objetivo principal **compreender o processo de assentamento da Colônia Neu-Württemberg e o seu referencial arquitetônico, identificando os remanescentes da indústria que pudessem ser considerados patrimônio para a cidade**. Para atender ao objetivo principal tornou-se imprescindível definir outros objetivos que pudessem dar suporte e trazer respostas às seguintes hipóteses:

a) A arquitetura que surgiu na Colônia Neu-Württemberg tem influência da arquitetura alemã do final do XIX e início do século XX

Esta hipótese gerou a necessidade de investigar a forma como a Colônia se inseria no contexto da arquitetura e urbanismo ocidental, com ênfase na Alemanha, país de origem do colonizador Herrmann Meyer. A compreensão do contexto histórico, urbanístico e arquitetônico do período possibilitou investigar a trajetória das cidades alemãs que tiveram seu desenvolvimento tardio, considerando a Revolução Industrial. Naquele período (1871-1914), a cidade de origem do colonizador Herrmann Meyer pertencia às regiões onde atualmente se encontram a Alemanha e a Áustria, cujos territórios eram ocupados pelos Impérios Alemão e Austro-húngaro. Meyer encontrava-se inserido num contexto de transformações oriundas da Revolução Industrial, em que as cidades se transformavam para se adequar às novas necessidades trazidas pelo surgimento da indústria. Soma-se a isso o período pós-guerra que culminou com a reconstrução das cidades.

Com o processo de colonização alemã, a vinda de imigrantes para o sul Brasil foi intensa, tanto para as colônias como para os centros maiores. Vieram muitos profissionais entre eles, jovens engenheiros e arquitetos alemães. Dentre os teutos ou brasileiros, muitos tiveram sua formação acadêmica na Alemanha no final do século XIX e início do século XX, e posteriormente atuaram como profissionais no Brasil. Para ter uma noção mais completa a respeito da presença do ideário germânico no Brasil, porém, foi necessário compreender a propagação dessas ideias no Estado

do Rio Grande do Sul. Procurou-se, então, identificar personagens vinculados à Escola de Engenharia de Porto Alegre, que tiveram alguma relação mais próxima com a Alemanha, e que conseguiram enxergar a proximidade existente entre esta Escola e a Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin). Entre eles destacou-se Rudolf Ahrons (formado com o título de *Bau-Ingenieur* – coordenador de construção, que estudou na TU Berlin entre 1890-1894), Benno Hofmann (*Bau-Ingenieur*, entre 1911-1917), Roberto Bruno de Escobar (*Bau-Ingenieur*, nos anos 1913-1915), e Ernst Woebcke (*Bau-Ingenieur*, entre 1921-1924), todos nascidos no Rio Grande do Sul, mas cada um com uma trajetória distinta.

A hipótese das prováveis influências da arquitetura alemã do final do século XIX e início do século XX foi sendo comprovada à medida em que a investigação identificou os referenciais arquitetônicos e urbanísticos da colônia Neu-Württemberg. Primeiramente, considerando o engenheiro Rudolf Ahrons, sua formação acadêmica na Alemanha e sua atuação profissional em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil. Ahrons assumiu a firma de seu pai por volta de 1908, e se tornou dono da maior construtora imobiliária do Estado. Contratou o arquiteto Theodor Alexander Josef Wiederspah, recém-chegado da Alemanha, como responsável pelo Departamento de Projetos da empresa. Paralelamente, manteve relação pessoal e profissional com o colonizador Herrmann Meyer, que em certo momento o colocou como responsável e administrador da Colônia Neu-Württemberg.

As influências do urbanismo e da arquitetura alemã na Colônia Neu-Württemberg ficam evidentes no primeiro traçado elaborado por Ahrons, em 1901, na “Planta da Povoação de Neu-Württemberg”. O traçado demonstrou a sua formação em Engenharia, com uma concepção baseada na utilização de uma malha regular e um traçado ortogonal. Ahrons teve a preocupação de organizar e demarcar os equipamentos e serviços essenciais de infraestrutura, entre eles: o *Administrat Gebäude* (edifício administrativo); o *Mühl von Karl Wagner* (moinho de Carlos Wagner); a *Ziegelei* (olaria); a *Emigrantenhaus* (casa do imigrante); o *Market-Platz*, *Kirchen-Platz* e a *Brucken-Platz* (as praças públicas do mercado, da igreja e da ponte de acesso à colônia) e o *Kirchhof* (cemitério).

A partir disso, é possível realizar uma analogia entre a planta de Ahrons e a cidade de Nuremberg. Segundo Morris¹¹⁸⁹, trata-se de um exemplo de praça do mercado do século XVII, cuja função é bem definida – espaço destinado ao serviço,

¹¹⁸⁹ MORRIS, Anthony Edwin James. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución industrial*. Barcelona, Espanha: Ed. Gustavo Gili, 2015, p. 109.

comércio e à troca de mercadorias, ou seja, a praça surgiu como elemento estruturador do espaço urbano. Ambas as praças possuem funções bem distintas, porém, são próximas uma da outra. É o que Sitte chama de “conjunto das praças”. A planta de Ahrons, contudo, existiu apenas no papel, pois de acordo com Horst Hoffmann, ela se mostrava de certa forma inviável devido à topografia acidentada do sítio, o que comprova novamente o soneto do padre Pedro Luiz Bottari: “a margem senhoril de belo rio, e estreita-se, e alarga-se com brio, e sobe, e desce, e apruma-se em colmeia”¹¹⁹⁰.

A estrutura primária e o traçado que configuram a origem do desenho urbano da colônia, portanto, foi retratada na planta do “Núcleo Fundador”, assim como na analogia que Rossi faz ao descrever o Foro Romano em seu conceito de *locus*¹¹⁹¹. A partir desses *factos urbanos*, apenas a praça do mercado se manteve com o *Administrat Gebäude* (edifício administrativo ou casa do diretor da colônia), o *Mühl von Karl Wagner* (moinho de Carlos Wagner), e a *Emigrantenhaus* (casa do imigrante), juntamente com a casa paroquial e a escola, que ficavam dispostas em linha reta, formando um eixo de ligação longitudinal com o edifício administrativo. Essas primeiras edificações permitem reconhecer as referências, ou seja, o “modelo” trazido da arquitetura alemã para a Colônia Neu-Württemberg.

Num segundo momento foi possível comprovar a hipótese anteriormente apresentada em função da arquitetura e sua tipologia. Nesse caso, é essencial estabelecer a relação que o lugar possui com sua tipologia que, segundo Rossi¹¹⁹², é o elemento característico de um lugar, de uma cultura, uma constante histórica, porém, dinâmica. A tipologia não somente pode ajudar a contar a história de um povo como, também, determinar o estilo de uma época.

No caso da Colônia Neu-Württemberg, sua tipologia foi marcada predominantemente pelos modelos da arquitetura alemã e seus aspectos destacados, principalmente, na casa do administrador da colônia, na capela e nas casas em alvenaria que começaram a surgir a partir da primeira década do século XX, com fortes influências da arquitetura europeia.

A arquitetura residencial, construída em *enxaimel*, principalmente nas linhas coloniais de Neu-Württemberg, também se manifestou principalmente a partir das atividades desenvolvidas e das relações que constituíram a formação da comunidade, permitindo-lhes construir suas edificações de acordo com as suas necessidades e da

¹¹⁹⁰ MALHEIROS, Adil Alves. Op. cit., 1990, p. 184.

¹¹⁹¹ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Cosmos, 2001, p. 176

¹¹⁹² Id., *ibid.*

colônia. Assim como na Alemanha, o *enxaimel* foi marcado por diferentes composições estilísticas que variaram em sua construção, dependendo de cada região da Europa. De acordo com Weimer¹¹⁹³, o enxaimel passou por adaptações e influências culturais nas diferentes regiões no Sul do Brasil e, por isso, ele é considerado brasileiro em sua expressão.

No decorrer da investigação deparou-se com outros fatores que podem ter influenciado a tipologia arquitetônica na Colônia Neu-Württemberg. O fato de Meyer e seu irmão Hans serem proprietários do Instituto Biográfico de Leipzig, muitas publicações realizadas no instituto eram enviadas à biblioteca da pequena colônia. Como exemplo pode-se citar as ilustrações encontradas nas páginas da *Meyers Konversations-Lexikon*, um conjunto de residências para trabalhadores – *Arbeiterwohnhäuser I* – na Colônia de Aktenhof, assim como de outros modelos residenciais que foram reproduzidos na Colônia Neu-Württemberg.

Cabe ressaltar, também, a influência dos irmãos Hans e Herrmann Meyer junto à comunidade alemã e, principalmente, junto ao *Reich* alemão. O *Reich* alemão tinha como colaboradores vários arquitetos, engenheiros e empresas construtoras que apoiavam e prestavam serviço técnico na instalação de infraestruturas das colônias alemãs, entre elas Camarões e Congo, onde coincidentemente o geógrafo e investigador Hans Meyer também atuava. Nesse caso, salienta-se os projetos da Construtora F. H. Schmidt que, devido a época e por pertencerem ao acervo do MAPH, supunha-se terem sido fonte de ilustração e utilizados como modelos na construção da primeira Capela Evangélica e da Casa do Imigrante (Barracão). Esses “modelos” constituem um conjunto de tipologias com usos diferenciados, como por exemplo: igreja, casa de administração, escola, residências, galpões, entre outros.

Pode-se considerar, ainda, como referências arquitetônicas e modelos trazidos para a colônia, o material que constitui o acervo pessoal do arquiteto Theodor Wiederspahn, que trabalhou juntamente com Rudolf Ahrons. Nesse material encontram-se modelos de verdadeiros “palacetes”, residências da classe média alta, semelhantes à linguagem e expressão arquitetônica da *Administrat Gebäude*, edifício administrativo e casa do administrador da Colônia Neu-Württemberg. O material trazido da Alemanha pelo próprio arquiteto foi extremamente utilizado em seus projetos, como no Palácio da Intendência, de Cruz Alta. O acervo é composto por bibliografias, como a obra do arquiteto alemão C. von Seyffath, “*Modell:*

¹¹⁹³ WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

*Freistehendes, Bürgerliches Einfamilienhaus*¹¹⁹⁴, datada de 1900, que se constitui numa coletânea de projetos para casas burguesas.

As casas burguesas ou “palacetes” tinham como característica fundamental encontrarem-se livres sobre o terreno arborizado e com jardins, diferentemente das casas de habitação popular, construídas em fita. Uma característica relevante desses modelos é a importância dada ao telhado no conjunto da casa. A obra *“Das Bautechnikers”*¹¹⁹⁵, editado por Hans Issel, em Leipzig (Germany), em 1912, descreve os reflexos dessa arquitetura no urbanismo das cidades na Alemanha. Quanto à volumetria dos telhados, destaca-se o grande caimento das águas, que viabiliza a utilização do sótão, e o surgimento de “Mansardas”, característica da arquitetura norte-europeia.

Outro importante material do acervo de Wiederspahn é a revista alemã *“Moderne Bauforme”*, do início do século XX, com ampla repercussão na Alemanha, que trata de assuntos relacionados à arquitetura, urbanismo e design de interiores. O que torna significativa a relação dessas revistas com a arquitetura da Colônia Neu-Württemberg é a semelhança das imagens e perspectivas de espaços interiores que são extremamente semelhantes, para não dizer iguais ao design de interiores da casa do administrador da colônia Neu-Württemberg.

São incontestáveis, portanto, as influências postas e descritas, visto a semelhança das primeiras edificações implantadas no núcleo urbano, a casa do administrador, o barracão do imigrante, a capela e a escola. Todas essas referências arquitetônicas alemãs estão descritas e devidamente documentadas no item 3.2.3 do capítulo 3 desta tese. Também foi compilada nas Tabelas 6 a 9 do item 3.7 – “Análise tipo-morfológica da Colônia Neu-Württemberg: Cidade de Panambi”, uma síntese das edificações relevantes em cada período de desenvolvimento da Colônia Neu-Württemberg até a atualidade.

É imprescindível considerar que outros fatores e atores possivelmente tenham influenciado nos referenciais arquitetônicos da Colônia Neu-Württemberg. Estes, porém, mostram-se os mais marcantes e significativos, uma vez que são visíveis na paisagem urbana ao longo dos tempos, e permanecem na memória e paisagem atual.

Consequentemente, a investigação se direcionou a verificar o caso de Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi-RS-Brasil, considerando a sua evolução

¹¹⁹⁴ “Casa da família burguesa” (tradução literal da autora).

¹¹⁹⁵ “As técnicas de construção” (tradução literal da autora).

urbana com o desenvolvimento industrial. A partir disso foi possível alcançar respostas à segunda hipótese desta investigação:

b) A indústria que surgiu na Colônia Neu-Württemberg gerou reflexos no desenho urbano e na paisagem local da cidade

Fez-se imprescindível, assim, o estudo da evolução da cidade que, de acordo com Rossi¹¹⁹⁶, “delineia-se já nas primeiras implantações”. Para que se possa constituir um tipo de análise mais global da cidade, esta análise dirige-se ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente onde esta vive. Dessa forma, o estudo da cidade foi realizado a partir de seus principais períodos de desenvolvimento, pois “com o tempo, a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória própria”¹¹⁹⁷.

O capítulo 3 desta tese – “De Colônia Neu-Württemberg a Município de Panambi: uma Cidade Industrial” – trouxe os principais aspectos que levaram a colônia a se transformar em “cidade industrial”. A abordagem dos períodos mais importantes da cidade permitiu relacionar as principais edificações dentro de determinados parâmetros e compreender as transformações do tecido urbano, resultantes de fatores diversos, como físicos, sociais e espaciais.

Esta análise seguiu uma estrutura constituída pelos seguintes aspectos tipológicos: **Cronológica**: definindo períodos em função de fatos históricos; **Sítio**: considerando as principais edificações e sua inserção na malha urbana; **Elementos primários**: constituídos pelas edificações estruturantes (edifícios públicos e privados); **Características formais**: considerando a volumetria e telhados das edificações; **Detalhes construtivos**: caracterizam o período e/ou tipo arquitetônico; **Características construtivas**: definidas pelos materiais e técnicas de construção. Acrescenta-se a esses, o **uso** e a **situação atual** das edificações, destacadas como bem preservado e/ou inventariado. Por fim, a sua referência à arquitetura alemã, de acordo com os elementos e referências arquitetônicas encontradas e comprovadas pela hipótese anterior.

A partir deste levantamento e com a sobreposição cartográfica, baseado nos estudos das principais escolas (italiana, francesa e anglo-saxônica), foi possível interpretar a cidade de Panambi, desde seu núcleo urbano, constituído por um plano ortogonal. A alteração desse plano visou a devida compatibilização com o relevo,

¹¹⁹⁶ ROSSI, Aldo. Op. cit., 2001, p. 31 .

¹¹⁹⁷ Id., ibid., p.31.

considerando a topografia acidentada do vale e a sua relação com o rio Fiuza. Além dos aspectos físicos e geográficos aponta-se as questões relacionadas à densidade populacional, ou seja, no princípio tratava-se de uma colônia agrícola constituída de várias linhas coloniais, cada qual com sua estrutura formada pela escola e igreja. A sede urbana da colônia, a *Stadtplatz Elsenau*, tinha como função abrigar a infraestrutura mínima para os imigrantes que aqui chegavam, além de ser a sede administrativa. Tratava-se, portanto, de uma colônia de iniciativa privada, cujas regras e organização ficavam por conta do administrador da colônia, ou seja, não estavam sob o regime urbanístico da cidade de Cruz Alta, da qual inicialmente era distrito.

Conclui-se que o desenvolvimento da colônia se deu a partir, principalmente, da década de 1930, com o estabelecimento das principais indústrias. Isso acarretou um aumento da população na sede urbana, que precisou se adequar às novas necessidades, muitos deles migrando das colônias para trabalhar na indústria. Assim, foi possível compreender o desenvolvimento da estrutura e da forma urbana da Colônia Neu-Württemberg, considerando os seus aspectos morfológicos desde o seu núcleo inicial e, acima de tudo, identificar a Arquitetura Industrial do período como de importância ao patrimônio histórico-cultural da cidade de Panambi.

Neste processo foi possível identificar os “elementos primários” estabelecidos no núcleo urbano e que ainda se encontram fortemente identificados com a cultura e a história da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi. Entre estes elementos destacam-se a *Praça Engenheiro Walter Faulhaber*, assim como a permanência da *Metalúrgica Faulhaber*, a casa do administrador da colônia, atual *Casa Faulhaber*, a *Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil* (IECLB) e o *Colégio Evangélico Panambi* (CEP).

Essas antigas estruturas correspondem ao período em que a Colônia Neu-Württemberg se destacou pelo grande desenvolvimento econômico e industrial, comprovando as fortes influências culturais advindas da colonização alemã no desenvolvimento e história da cidade. A partir dessa trajetória da investigação foi possível identificar os remanescentes industriais que se encontram na área central da cidade, passíveis de serem patrimônio cultural.

É possível afirmar, ainda, que a arquitetura industrial que surgiu na Colônia Neu-Württemberg pode ser considerada patrimônio para cidade de Panambi-RS-Brasil. Esse cenário é especialmente representado pelo exemplar arquitetônico da “*Metalúrgica Faulhaber*”, também considerada pelo Plano Diretor de 2008 como área

de interesse do patrimônio histórico e cultural da cidade de Panambi, além de fazer parte do Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir dessa constatação foi possível investigar estudos de casos de reuso de instalações industriais, considerando os critérios metodológicos e estratégias utilizadas para o seu reaproveitamento. Assim, potencializou-se as estratégias de reabilitação, não apenas da *Metalúrgica Faulhaber*, mas também do seu entorno, considerando as estruturas e os elementos primários que fazem parte da organização dos espaços públicos e da configuração da cidade atual.

Os casos de estudo do Sesc Pompeia, Teatro Erotídes de Campos e Museu do Pão vêm contribuir e reafirmar a importância da valorização do patrimônio industrial como forma de resgatar valores culturais. No estudo desses casos foi realizada uma avaliação a partir de uma Matriz de Análise, que possibilitou extrair as especificidades de cada caso e, dessa forma, concluir que os casos aqui estudados se adaptaram ao novo programa e, acima de tudo, salvaguardaram a essência dos edifícios, tanto no seu exterior como interior, evitando a sua descaracterização e a consequente perda do valor cultural e identidade industrial.

Conclui-se, com base no estudo desenvolvido sob o título **“Arquitetura industrial da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi: um contributo à metodologia de reabilitação”**, que os três casos estudados auxiliaram a estabelecer uma metodologia de reuso para a *Metalúrgica Faulhaber*. A metodologia, porém, perpassa a identificação dessa obra como elemento com estatuto patrimonial, considerando a análise do assentamento da Colônia Neu-Württemberg, a identificação dos referenciais arquitetônicos, sua evolução urbana e atividades industriais. Com base nisso e nos três estudos de caso, ficam estabelecidos os cinco parâmetros que resultaram da matéria-estudo, ou seja, do nível conceitual para realização de um projeto de reabilitação, entre eles: a função (programa), as características da pré-existência, a volumetria (número de edifícios), o valor patrimonial e o nível de transformação.

Arelado a estes parâmetros, o projeto de reabilitação da *Metalúrgica Faulhaber* deve propor soluções de arquitetura e urbanismo aos espaços do seu entorno e da edificação em desuso na área central da cidade de Panambi, articulando os seguintes princípios: a) reabilitação dessa estrutura urbana a fim de garantir o seu uso sustentável, valorizando e promovendo sua identidade com base nos conceitos da conservação do patrimônio edificado; b) compatibilidade de um novo uso, considerando a morfologia e o tecido urbano adjacentes com vistas à valorização da

paisagem; c) implantação de um novo uso que vise atividades socioculturais que permitam a qualificação da edificação e do seu entorno, resgatando a sua história e memória local.

É fundamental a este processo, porém, a mobilização da comunidade por intermédio dos órgãos competentes a fim de valorizar e preservar o patrimônio edificado da *Metalúrgica Faulhaber* por meio de tombamento (classificação) do imóvel como patrimônio industrial da cidade de Panambi. Essa iniciativa poderá garantir a viabilização de um projeto de reabilitação por meio de incentivo público ou privado, assegurando a qualidade arquitetônica e o sucesso dos objetivos propostos. Garantirá, também, as condições para a introdução do novo programa, além de permitir a reintegração dessa estrutura industrial obsoleta à vida contemporânea, devolvendo-a à sociedade e à cidade.

Ainda pretende-se, com os resultados desta investigação e a partir da metodologia de reabilitação por ela proposta, dar continuidade a trabalhos futuros que envolva o reconhecimento deste patrimônio junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assim como da possibilidade de possível processo de criação de uma polígona de tombamento e preservação de edificações importantes ao patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Panambi.

REFERÊNCIAS

Obras publicadas

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. *Cidade contemporânea, estrutura, plano e projeto*. 8º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, Ana Catarina Tiago de. *Indústria e Arquitectura*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/.../industria%20e%20arquitectura.p...>>. Acesso em: dez. 2015.

ALMEIDA, Lutero Proscholdt. *Dobras Deleuzianas, desdobramentos de Lina Bo Bardi*. Considerações sobre “desejo” e o “papel do arquiteto” no espaço projetado. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4422>>. Acesso em: 20 mar. 2018

ALVES, Augusto. *A construção do porto de Porto Alegre (1895 -1930): modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANTUNES, Manuel Alberto Faria. *Ícone na arquitetura: reinvenção da imagem urbana: o seu efeito na dinâmica da cidade*. Vila Nova de Famalicão: Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, dez. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/367>>. Acesso em: dez. 2015.

ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como uma história da cidade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.

AYMONINO, Carlo. El estudio de los fenómenos urbanos. In: POZO, Alfonso del (Org.). *Análisis Urbano*. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla, 1997.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC; Florianópolis: Paraula, 1997.

BAPTISTA, Maria Teresa Paes Barreto. *José Lutzenberger no Rio Grande do Sul: arquitetura, ensino e pintura (1920-1951)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <[http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view File/4180/3175](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/File/4180/3175)>. Acesso em: jan./2016.

BARBOSA, Manuel Maria Pimentel. *Espaços industriais esquecidos no tempo – Minas da Borralha*. Porto, Portugal: Universidade Lusíada do Porto, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/593>>. Acesso em: dez. 2015.

BARCELOS, Inês Figueiredo. *Projectar com o lugar: novos destinos para edifícios industriais: Fábrica Simões e Cia Ltda*. Lisboa, FAUTL: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2890>>. Acesso em: dez. 2015.

BARDESE, Cristiane Ikedo. *Patrimônio edificado, preservação e requalificação: o caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela*. Arquitetura Industrial. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19012012-135043/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

BECHARA, Renata Carneiro. *A atuação de Lina Bo Bardi na criação do Sesc Pompeia (1977-1986)*. São Carlos-SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwjivKvUjpDaAhUIS5AKHYt9CvgQFggtMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F102%2F102132%2Ftde-11042017-111444%2Fpublico%2FCorrigida%2FRenataBechara.pdf&usg=AOvVaw1kw75ohJgxSmlqZf6OTSHU>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. Lisboa: Edições 70, 1984 (Coleção Arte & Comunicação).

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BETTENCOURT, António. *Apontamentos sobre a prática construtiva com o ferro no século XVIII e XIX*. Prova de Aptidão Pedagógica. Coimbra, Portugal: Darq/FCTUC, 2001.

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município*. Panambi, RS: Emgrapan, 2013.

BO BARDI, Lina. *Sesc Pompeia*. 2002. Disponível em: <<https://we.tl/Vns24LNZ0W>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Conferência feita na exposição de Turim, em 7 de junho de 1884 (1836-1914). Tradução de Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Cordeiro. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

BOYER, M. Christine. *The City of Collective Memory: ist historical imagery and architectural entertainments*. Massachusetts: Institute of Technology, 1994.

BRAND, Steward. *How buildings learn, what happens after they're built*. London, England: Penguin Books, 1994.

BRAND, Steward. *How buildings learn: what happens after they're built*. London: Phoenix Illustrator, 1997.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração (1906-1988)*. Trad. de Beatriz Mugayar Kühl, Giovanni Carbonara, Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, v. XX.

CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CALDAS, Renata Maria Vieira; MOREIRA, Fernando Diniz. *Arquitetura Industrial: técnica, detalhe e significância*. PROARQ18, 2010. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_ArquiteturaIndustrial_CaldasMoreira.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades*. Inst. Sociedad y Cultura del Paisaje Urbano. Barcelona: Ed. del Seibal, 2013.

CARVALHO, Murilo Teixeira. *Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade*. Joinville, SC: Univille, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/servg/Downloads/Murilo%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/servg/Downloads/Murilo%20(1).PDF)>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do património*. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

CHOAY, Françoise. *As questões do património: antologia para um combate*. Arte e Comunicação. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2011.

COSTA, Rui Jorge Alves Felício Seco da. *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal: do modernismo à revisão dos modelos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/6001/1/RuiSecoTeseMestrado-Capa.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

COSTA, S. A. P. C.; MACIEL, M. C. Fringe belts no Município de Belo Horizonte. In: TÂNGARI, V. R.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. (Orgs.). *Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

COSTA, Xavier. *Ignasi de Solà-Morales Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili- SL, 2006.

D'AVILER, Augustin-Charles. *Architecte du roi en Languedoc 1653-1701*. Broché, janvier, 2003.

DELAQUA, Victor. *Cobogós: breve história e usos*. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/768101/cobogo>>. Acesso em: mar. 2018.

DERRUAU, Max. *Geografia humana*. Lisboa, Portugal: Editorial, 1977, v. II.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de Monumentos*. (1874-1921). Trad. de Valéria Alves Esteves Lima; Jens Baumgarten; Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

ESPARTEL, Lélis. *Caderneta de Campo*. Porto Alegre: Globo, 1948.

FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. *Teatro Engenho Central – Piracicaba, SP*. São Paulo: Brasil Arquitetura. Estudo Preliminar, jul. 2009.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika – III, 1990.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.) *Lina Bo Bardi: fragmento de seu Curriculum Literário*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura conversável*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Numa velha fábrica de tambores*. Sesc Pompeia comemora 25 anos. São Paulo: Brasilano, 08 abr. 2008a. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2008b.

FIGUEIRA, Jorge; VAZ MILHEIRO, Ana. *O final da fábrica, o início da ruína: a arquitetura da indústria, 1925-1965*. Barcelona, Espanha: Fundação Docomomo Ibérico, 2005.

FIGUEIREDO, Lauro César. *Memória e experiência de uma cidade do Paraná: a cidade de Maringá*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FLORES, Hilda A. Hübner. *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

FOLETTTO, Vani T. (Org.). *Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008.

FOLGADO, Deolinda; LACERDA, Manuel. Projecto de levantamento da Arquitectura Industrial Contemporânea em Portugal (1920-1965). *Estudos Património*. Lisboa, Portugal, IPPAR, nº 1, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antonio. *Os viajantes olham para Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria-RS: Anatterra, 2004.

FRANKE, Herbert. *A ocupação com a história chinês-alemã*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

FRANTZ, Walter. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. São Paulo: Livros do Brasil, 1957.
 GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/ANPUH, 2004.

GASPAR, P. *Conceitos de vida útil e de desempenho em serviço de edifícios: construção*. Lisboa, Portugal: Fundec, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

GASSMANN, Cuntram; SCHÖNWETTER, Tim. Alter Bergbau und Denkmalpflege ein Projekt in Baden-Württemberg. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

GIEDION, Siegfried. *Bauen in Frankreich*. Bauen in Eisen/Bauen in Eisenbeton. Berlin: Gebr. Mann Verlag, 2000.

GIOVANNONI, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos (1873-1947)*. Trad. de Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GRIENEISEN, Vera. *As origens de quatro arquitetos imigrantes alemães e sua obra habitacional no Rio Grande do Sul, no início do século XX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85915>>. Acesso em: ago. 2017.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.

HAASIS-BERNER, Andreas. *Innovative Wasserkraftnutzung im Mittelalter und die zugehörige wasserbauliche infrastruktur*: Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HAROUEL, J. L. *História do urbanismo*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HASCHER, Michael. Denkmalpflege und Technikgeschichte 15 Thesen und Aspekte. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HASCHER, Michael; REINHARDT-FEHRENBACH, Gitta. Kulturdenkmale der Industrie und des Handwerks zwischen Nutzung und Umnutzung kommentierte Auswahlbibliographie. Beiträgen von, Mit. *Erhaltung von Kulturdenkmalen der Industrie und Technik in Baden-Württemberg*. Arbeitsheft 31-Regierungspräsidium Stuttgart Landesamt für Denkmalpflege, 2015.

HAUSHOFER, Heinz. *Die Agrarwirtschaft in der Bundesrepublik Deutschland*. München: B.L.V., 1974.

HINING; MALHEIROS. Cine Metro, presença marcante do *Art Déco* em Panambi, RS. A Língua que Habitamos. IV Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (EAULP). *Anais...* Belo Horizonte, 2017.

HUMMEL, Carla Patrícia. *Brownfields e atores sociais no Município de Rio Claro (SP): memórias e refuncionalizações*. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp010093.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

ISSEL, Hans. *Das Bautechnikers*. Verlag von Bernh. Friedr. Voigt. Leipzig. 1912.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, 1999.

KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização: em destaque a colônia de Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade: grandeza ou o problema do grande; a cidade genérica; espaço-lixo*. Trad. de Luís Santiago Baptista. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *SMLXL*. New York: Monacelli, 1995.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Trad. de Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel/Ed. da USP, 1990.

KROPF, Karl S. *An enquiry into the definition of built form in urban morphology*. PhD thesis, Department of Geography, Faculty of Arts, University of Birmingham, 1993, v. 1 and 2.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

LADD, Brian. *Urban planning and civic order in Germany (1860-1914)*. London: Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1990.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. *Associação dos Escritores de Panambi*. Porções de Bem Querer. Panambi, RS, 1997.

LERSCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/225015.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

LIMA, Daniela Morelli de. *O Espaço Urbano de Conjuntos Habitacionais: uma visão sobre a região de Americana, SP*. Monografia (Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida) – São Carlos: EESC-USP, 2002. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/documentos/livraria/T13-OEspacoUrbanodeConjuntos.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

LOPES, Flávio. *Património Arquitetónico e Arqueológico: noção e normas de Prospecção*. Portugal: Caleidoscópio, 2012.

LOPES, Flávio. *Zonas de Proteção ao Património Arquitetónico: para que servem?* Portugal: Caleidoscópio, 2013.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Património cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Portugal: Caleidoscópio, 2014.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2014.

MALHEIROS, Adil Alves. *Panambi: o vale das borboletas azuis*. 2. ed. Panambi, RS, 1990.

MARTÍ ARIS, C. *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona: Ed. de La Universitat Politècnica de Catalunya, 1991.

MEYER, Herrmann. *Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899*. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

MORAES, George Augusto de. *A contribuição de Manoel Itaquí para a arquitetura gaúcha*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamerica/Paydós, 1968.

MORRIS, Anthony Edwin James. *Historia de la forma urbana: desde sus Orígenes hasta la revolución industrial*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2015.

MOUDON, Anne Vernez. Getting to Know the Built Landscape: typomorphology. In: FRANK, K. A. & Schneekloth. *Ordering Space: types in Architecture and Design*, 1994.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, 1997, v. 1.

NAHAS, Patrícia Viceconti. *Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade*. Um percurso do Sesc Pompeia ao Museu do Pão (1977-2008). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008, v. II, p. 15. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108149.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016.

OLIVEIRA, Liana Paula P. de. *A capacidade de dizer não – Lina Bo Bardi e a fábrica da Pompeia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Olivia de. *Lina Bo Bardi*. Obra construída Built Work. Fotografias Nelson Kon. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OSMOND, Paul. *Morphological classification as a common basis for analysis of urban metabolism and ambience*. Energy, Material, Urban Environment (EMUE). Conference, Paris, France, 2006.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

PACHALSKI, Glaucio Assumpção. *Museu do pão: arquitetura, cultura e lugar*. Pelotas-RS: Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_o_museu_do_pao_arquitetura_cultura_lugar_glaucio_pachalski.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Trad. de Francisco Leitão. Revisão técnica de Sylvia Fischer. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2014.

PEREIRA, M. *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*. São Paulo: Pro Editores, 1984.

PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia, MG, 2002, v. 4, n° 4.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo, RS: Ed. da UFRGS/Ulbra/Unisinos, 1994.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da hausmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: cosmopolitismo, racionalidade e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

POLION, Marco Lucio Vitruvio. *Los diez Libros de Arquitectura*. Madrid: Akal, 1992.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome. *Cartas a Miranda: sobre o prejuízo que o deslocamento dos Monumentos da Arte da Itália ocasionaria às Artes e à Ciência (1755-1849)*. Trad. de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

RADIG, Werner. *Die Siedlungstypen in Deutschland und ihre frühgeschichtlichen Wurzeln*. Berlin: Henschelverlag, 1955.

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

RAMOS, Silvana Pirilo. *Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003.

REBELO, Marcos André da Silva. *Arquitetura Industrial & Arquitetura Moderna: afinidades na prática arquitetônica portuense dos anos 50 e 60*. FAUP, 2011/2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80346/2/23456.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*, 1907.

RIBEIRO, Aline da Silva Escórcio. *Elementos da cultura popular na obra de Lina Bo Bardi*. Sesc Pompeia e Igreja do Espírito Santo do Cerrado. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-02092016-160313/pt-br.php>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ROBERTS, Allison Jilayne. *Brownfield Remediation In Kingston And Hamilton, Ontario: a virtuous cycle of civil society involvement*. Ontário, Canadá: Queen's University Kingston, 2009.

ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. *Urban regeneration: a handbook*. Londres: Sage, 2000.

ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>>. Acesso em: jun. 2017.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 2.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa, Portugal: Cosmos, 2001.

ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre la morfología urbana y la tipología constructiva. *Aspetti e problemi della tipologia edilizia*. Venezia: Cluva, 1964.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1969.

ROTHER JÚNIOR, Dirceu. *O sentido da preservação do patrimônio natural e construído*. Piracicaba, SP: Universidade Metodista Piracicaba, 2016. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/04042017_162353_dirceurotherjunior_ok.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RÜDINGER, Torsten; OPPERMANN, Philipp. *Kleine Mühlenkunde*: Deutsche Technikgeschichte vom Reibstein zur Industriemühle. Berlin: Edition Terra, 2012.

RUPPENTHAL, Stela Maris. *Novos cenários urbanos: reconversão e refuncionalização de brownfields em Criciúma/SC*. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000059/00005978.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALAT, Serge. *Les villes et les formes: sur l'urbanisme durable* (Hermann). CSTB – Laboratoire des Morphologies Urbaines, 2011.

SALOMON, Hermann. Gartenstädte. In: BRIX, Joseph; GENZMER, Felix (Hrsg.). *Städtebauliche Vorträge aus dem Seminar für Städtebau an der Königlichen Technischen Hochschule zu Berlin*. Berlin: Verlag von Wilhelm Ernst & Sohn, 1913. Disponível em: <<http://www.margarethe-krupp-stiftung.de>>. Acesso em: ago. 2017.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2001.

SCHEUCH, Manfred. *Historischer Atlas Deutschland: vom Frankenreich bis zur Wiedervereinigung*. Wien: Weltbild, 2008.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. e notas de Bertoldo Kingler. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976.

SEMBACH, Klaus-Jurgen. *Arte Nova: a utopia da reconciliação*. Taschen, 1993.

SERRANO, Ana Catarina Bispo. *Reconversão de Espaços Industriais: três projectos de intervenção em Portugal*. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, out. 2010. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142134689/Ana%20Serrano%20-%20Disserta%20C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

SILVA, Quentin José Manuel Blanpain. *A análise da forma urbana como instrumento de avaliação da sustentabilidade*. Lisboa: Técnico Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1970719973966053/Dissertacao%20Quentin%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SLATER, T. R. Starting again: recollections of an urban morphologist. In: SLATER, T. R. (Ed.). *The built form of western cities. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday*. Leicester University Press, 1990.

SOUZA, Celia Ferraz de. O pensamento e a atuação dos engenheiros na modernização das cidades. *IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo, 2006.

SOUZA, Celia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

STÖLZL, Christoph. *Vorwort*. Disponível em: <<http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/tsingtau/katalog/einf1.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

STRIKE, James. *De la construction a los proyectos*. La influencia de las nuevas técnicas en el diseño arquitectónico, 1700-2000. Madrid: Reverte, 2004.

STROETER, J. R. *Arquitetura e teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

STÜBBEN, Joseph. Der Städtebau. In: *Handbuch der Architektur*. 4. Teil: Entwerfen, Anlage und Einrichtung der Gebäude. 9. Halbband. Leipzig: J.M. Gebhardt's Verlag, 1924.

SUTCLIFFE, Antony. El nacimiento de una disciplina. In: DETHIER, Jean; GUIHEUX, Alain (Orgs.). *Visiones Urbanas – Europa 1870-1993: la ciudad del artista - La ciudad del arquitecto*. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Sociedad Editorial Electa España, 1994.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Cidadela da liberdade: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. *Lina Bo Bardi: Cidade da Liberdade*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1999.

VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Ulbra, 1994.

VASQUES, Amanda Ramalho; MENDES, Auro Aparecido. *Refuncionalização de Brownfields*. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2006/refuncionalizacao.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

VEIGA, Maurício Biscaia. *Arquitetura neo- enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-13022014-151829/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2015.

VIEIRA, Clarice Menezes. *A formação do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/174993945/A-Formacao-Do-Estado-e-Do-Mercado-Nacionais-Alemaes-Uma-Perspectiva-Historica>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). Trad. de Beatriz Mugayar Kühl e Renata Maria Parreira Coreiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

VITAL JR, Raul Rebello. *Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de Estado, etnicidade e transição*. 2012. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Caminhos-da-coloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul-RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/713/1/OlgarioVogt.pdf>>. Acesso em: nov. 2017>.

WAGNER, Wilhelm J. *Neuer grosser Bildatlas der deutschen Geschichte*. Gütersloh: München, 1999.

WEHRMANN, Bruno Guido. *Efemérides de Panambi-RS*. Panambi, RS: Emgrapan, 2015.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

WEIMER, Günter. *Theo Wiederspahn: arquiteto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2005.

Sites visitados

ARCHDAILY BRASIL. *Imagem enxaimel e fachada*. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ÁRVORE DE CAMES. Disponível em: <<http://www.manutencaoesuprimentos.com.br/conteudo/6145-o-que-e-uma-arvore-de-mes/>>. Acesso em: ago. 2017.

CASADUO. Arquitetas Daiane Schindler e Betina Beifuss. Disponível em: <<https://yellow.place/pt/casa-duo-panambi-brazil>>. Acesso em: mar. 2018.

CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO. Blumenau, SC. Disponível em: <<http://cc25dejulho.blogspot.com>>. Acesso em: out. 2016.

COISAS DA ARQUITETURA. *Imagem enxaimel e fachada*. 2015. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

COLUMBIA ENCYCLOPEDIA. *A Columbia Electronic Encyclopedia*. Columbia University Press, Copyright © 2004. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Columbia-Encyclopedia>>. Acesso em: 16 ago. 2018

DECRETO DE NANTES. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_Nantes>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/>>. Acesso em: fev. 2018a.

ESCRITÓRIO BRASIL ARQUITETURA. *Teatro Erotídes de Campos*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-78395/teatro-erotides-de-campos-engenho-central-brasil-arquitetura>>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Estação Belizário*. 2017. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/belisario.htm>. Acesso em: mar. 2018.

F. H. SCHMIDT BAUUNTERNEHMUNG. *Construtora alemã de Franz Heinrich Schmidt, de Altona, Hamburg*. Disponível em: <www.deutsche-digitale-bibliothek.de>. Acesso em: fev. 2018.

GALLARATI ARCHITETTI. *Scuola italiana di tipologia processuale*. Disponível em: <<http://www.gallaratiarchitetti.com/easynews/newsleggi.asp?newsid=68>>. Acesso em: maio 2018.

GOVERNO DO BRASIL. *Proclamação da República*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

GUIA DIGITAL. *Mapas de Panambi, RS*. Disponível em: <<http://www.guiadigital.info>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

HANS MEYER. Disponível em: <[https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_\(utaz%C3%B3\)](https://hu.wikipedia.org/wiki/Hans_Meyer_(utaz%C3%B3))>. Acesso em nov. 2017.

HUNSRÜCK. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hunsr%C3%BCck>>. Acesso em: 16 ago. 2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. *Censo demográfico*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panambi/panorama>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

IECLB. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Crônica histórica da Comunidade Evangélica Panambi*. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br/>>. Acesso em: maio 2018.

IPPLAP. Instituto de pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2011. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/projetos-2/engenh-central/propostas-para-o-engenh-cen-tral-1982-2003/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

KEPLER WEBER. Disponível em: <<http://www.kepler.com.br>>. Acesso em: mar. 2018.

MANSARDAS. *Tipo de tesoura (estrutura do telhado)*. Disponível em: <<http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-mansarda.html>>. Acesso em: nov. 2017).

MOINHO VELHO. *Imagem externa*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br>>. Acesso em: jun. 2018.

MURATORI, Saverio. Disponível em: <<http://saveriomuratori.blogspot.com.br/>>. Acesso em: maio 2018.

NERDPROFESSOR. Mapas Brasil, SP e RS. Disponível em: <<http://nerdprofessor.com.br>>. Acesso em: 25 fev. 2018 (alterados pela autora).

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; SAFE, Simone M.S.; CASTRO, Cleide. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: *II CONINTER*. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[http://www.aninter.com.br/ANAIIS %20II%20Coninter/artigos/876.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAIIS%20II%20Coninter/artigos/876.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PMCMV. *Programa Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: maio 2018.

RESTAURANTE MOINHO VELHO. *Imagem interna*. Disponível em: <<http://www.panambi.rs.gov.br>>. Acesso em: jun. 2018.

THYSSENKRUPP AG. Disponível em: <www.thyssenkrupp.com/en/company/history/>. Acesso em: nov. 2017.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=51393&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: jul. 2017.

UNIVERSITÄT HEIDELBERG. *Moderne Bauformen*. Revista mensal de Arquitetura. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: mar. 2018.

UNIVERSITÄTS HEIDELBERG ZUKUNGT. Universitäts Bibliothek. *Bool A Librarian*. Disponível em: <<http://www.ub.uni-heidelberg.de>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Fontes históricas

A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 30 ago. 1914. Ano XXXI, nº 205. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&PagFis=30314>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

ACERVO SATURNINO DE BRITO. *Patrono da Engenharia Sanitária do País*. Disponível em: <http://acervosaturninodebrito.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2018.

AGUILERA ROJAS, Javier; MORENO, Luis. *Archivo General de Índias*. Sevilha, 1973. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Archivo+General+de+%C3%8Dndias,+Sevilla+%5BAGUILERA,+Javier;+MORENO,+Luis,+1973%5D&sa=X&tbm=isch&tbo=u&source=univ&ved=2ahUKEwizxqCR8YDdAhWEQZAKHfJjDIAQsAR6BAgEEAE&biw=1366&bih=576>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS MOINHOS DO VALE DO TAQUARI. *Museu do Pão e Oficina de Panificação*. Memorial Descritivo, 2006.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense*. Porto Alegre: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. I.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Porto Alegre: uma história fotográfica*. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br>>. Acesso em: jul. 2017.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017.

BASTOS, Ronaldo Marcos. *Rudolf Ahrons (1869-1947)*, em fotografia de Virgílio Calegari, em 1915. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/search?q=rudolf+ahrons>>. Acesso em: ago. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CHRISTMANN, Samara Simon. *Levantamento de medidas e planta baixa para o trabalho da Disciplina Projeto V*. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Unicruz), 2013.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930*. Santo Ângelo, RS: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

DELFO. Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUC-RS. *Theodor Alexander Josef Wiederspahn*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=theo>>. Acesso em: dez. 2017.

FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer. *Cinquentenário de Panambi: 1899-1949*. Ijuí, RS, 1949.

FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Caminho dos Moinhos*. Ilópolis, RS: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2008.

FERRAZ, João Grinspum (Org.). *Museu do Pão: Rota dos Moinhos do Vale do Taquari*. 2. ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul*. 10º DR. Secretaria da Cultura, CODEC/CPHAE/SPAHN/Pró-Memória, 1964.

IHGRGS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Mapoteca digital*. Disponível em: <www.ihgrgs.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2017.

IHGRS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Planta da cidade de Porto Alegre, de 1896, produzida por Alexandre Ahrons*. CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre: IHGRS, 2005.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Planta baixa e estrutura em madeira da residência*. Disponível em: <<http://casas enxaimel.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

LANGENBRETTACH. Panfleto da cidade. *Impressum Herausgeber: Gemeinde Langenbrettach. Gestaltung: Südwest – Touristik Heilbronn*. Fotos: H. Posovszky, Ellhofen. Reproduktion: Die Repro, Tamm. Druck: Ungeheuer&Ulmer. Ludwigsburg, [s.d.].

LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002.

LIMA, Ary de Abreu. Relatório do Instituto de Engenharia. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplício Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*, 1958.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1897.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations - Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig, 1910.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Meyers Konversations – Lexikon. *Bibliograph*. Institut, Leipzig. 1913.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, s/d.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Panambi: de Colônia a Município*. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/04._Sergio_Franco.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013.

METALÚRGICA FAULHABER. Acervo documental e fotográfico. Panambi, RS, 2018.

MEYER, Herrmann. *Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906 (foto retirada do Edifício Administrativo por Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1906).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Atlas Histórico Escolar. *A Alemanha da República de Weimar (1920-1933)*. Rio de Janeiro: Fename, 1960.

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Cadastro industrial, comercial e profissional*. Panambi, 1964.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz. *Os planos diretores e as ações de preservação do patrimônio edificado em Novo Hamburgo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27781/000735164.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PANAMBI, 65 ANOS DE PROGRESSO. Município de um Decênio. História, Estatística, Indústria e Comércio. Panambi, RS: Publipan, 1964.

POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 1983.

RIBEIRO NETO, Demétrio. Expediente urbano de Panambi. Planta de implantação da cidade. In: MAHP – Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

SANTOS, António Maria. Betão armado e indústria na génese da arquitectura modernista portuguesa. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*. Actas. Segundo Seminário Docomomo Ibérico. Servilla, 11-13 nov. 1999.

THIERRY, Augustin. *Filósofo Auguste Comte, criador do positivismo*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/SaintSim.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, 2003. Disponível em: <http://www.mnartec.cat/ticcih/pdf/NTagil_Portuguese.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

TOUGUINHA, Manuel Luiz. *Caminho dos moinhos: Vale do Taquari*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Jun. 2005.

VIANNA, Manoel Theophilo Barreto. Carta ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Departamento Central. *Relatório da Escola de Engenharia referente ao ano de 1922*. Apresentado ao Conselho Universitário pelo Presidente João Simplício Alves de Carvalho. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1923.

WILIMZIG, Markus; OLIVEIRA, Suzana V. *Experiência em restauração: antigo Castelinho de Panambi – RS. Uma parceria entre autores do projeto*. Prefeitura de Panambi e comunidade interessada. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/306356107>>. Acesso em: maio 2018.

Periódicos

A FEDERAÇÃO. *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, 18 nov. 1910. Ano XXVII, nº 266. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

APPLETON, J. Obituary: M. R. Conzen. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, 2000, v. 25, nº 4, pp. 521-522.

BICCA, Paulo. Arquiteto Theo Wiederspahn: um ecletico no sul do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, out./dez. 2010, v. 45, nº 4. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiozKfu9P7cAhWEH5AKHWgHDAYQFjAAegQIABAC&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Ffale%2Farticle%2Fdownload%2F8553%2F6067&usg=AOvVaw1pqlnkP2nCJX4RmzHCJJQB>>. Acesso em: maio 2018.

CONZEN, Michael Robert Gunther. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *The Institute of British Geographers*, Pub. 1960, nº 27.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. *Revista Arquitectos*. ano 17, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.200/6398>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

EVASO, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. *Revista Experimental*. São Paulo, mar. 1999, ano 3, nº 6, pp. 34-35.

FELIZARDO, Joaquim. Rudolfo Ahrons I e II. *Correio do Povo*, 14/4/1992, nº 197; e 15/4/1992, nº 198.

FERNANDES, Sérgio Padrão. O traçado. O sítio e a forma da cidade. In: COELHO, Carlos Dias. Os elementos urbanos. *Cadernos de Morfologia Urbana*. Estudos da Cidade Portuguesa. Lisboa: Argumentum, 2013.

GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. *Arquitectos*, ano 05, abr./2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/05.059/473>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

HOFMANN, Benno. Considerações gerais sobre a água, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, v. 4, nº 1, jul./ago. 1917, pp. 34-40.

HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. *Egatea*. Porto Alegre, jan/fev. 1925, v. 10, nº 1.

MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. Intervenção em pré-existência: estudo de caso do Sesc Fábrica da Pompeia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação. Santa Maria, RS, 2013, v. 14, nº 1. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MOHR, Udo Silvio. Demétrio Ribeiro, 1916-2003. *Arquitextos*. São Paulo, ano 4, nº 041.00, out. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/643>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

O PANAMBIENSE. *Coletânea da história e guia das atividades econômicas de Panambi*. Edição especial ao ensejo do 65º aniversário de fundação da cidade e 10º de emancipação política, s/d.

OSAYIMWESE, Itohan. *Colonialism and modern Architecture in Germany*. Culture, Politics & Built Environment Hardcover, June 23, 2017.

PADULA, Poliana. Arquitetura de Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia: a relação ambiente e usuário em centros de Cultura e Lazer. *Revista Especialize On-line IPOG*. Goiânia, dez. 2015, ed. nº 1, v. 1. Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=poliana-padula...pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho; KERN, Arno Alvarez. Missões Jesuíticas coloniais: um estudo dos planos urbanos. *Revista História em Reflexão*. Dourados, MS: UFGD, jul./dez. 2008, v. 2, nº 4. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiH-uvb7oDdAhVDDJAKHW5YBLIQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fojs.ufgd.edu.br%2Findex.php%2Fhistoriaemreflexao%2Farticle%2Fdownload%2F322%2F274&usg=AOvVaw29sVwrHbc1FAMNjuLlr09>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PEZAT, Paulo Ricardo. O *club* cooperador positivista Sul-Riograndense e a propaganda da religião da humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894). *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. Rio Grande, 1999, v. 11, pp. 107-117. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006368/8b1efbf6e55db459bc1cc6db4eca931a>>. Acesso em: 21 ago. 2018).

PFISTER, Ernst. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Ministro da Economia do Estado de Baden-Württemberg. Apoio: Brasil/Alemanha, abr./2009.

REVISTA DO CENTENÁRIO DA IGREJA CATÓLICA EM PANAMBI. Panambi, RS, 1910-2010.

RODRIGUES, Ieda. *Engenho Central, arquitetura e história*. Artigo publicado em 27 de agosto de 2009 no JCNET.com.br. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=164402&ano=2009>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ROSANELI, Alessandro Filla. *A Morfologia Urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos*. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <<https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-4.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. *Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. Petrópolis, RJ: CEFET, 2010, v. 25. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2553/2049>>. Acesso em: dez. 2015.

SPOSITO, M. E. B. *A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana: território*. Rio de Janeiro, ano III, jan./jun. 1998, nº 4.

SUKOP, Dietmar; STIRNER, Ewald. Baden-Württemberg - Especial Baden-Württemberg: um lugar para viver e fazer bons negócios. *Revista – Brasil – Alemanha*. Edição especial. Apoio: Brasil/ Alemanha, abr./2009.

WHITEHAND, J. W. R. British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, 2001a, v. 5, pp. 103-109;

WHITEHAND, J. W. R. Obituary: M. R. Conzen, 1907-2000. *Journal of Historical Geography*, 2001b, v. 27, nº 1, pp. 93-97.

WHITEHAND, J. W. R. Recent Advances in Urban Morphology. *Urban Studies*, 1992, v. 29, nº 3/4, pp. 619-636.

Legislações

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estabelece o registro e transmissão de imóveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017. Publicação original em Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. 1, fasc. V.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Promulga o regulamento para execução do Decreto nº 451B, de 31 de maio do corrente ano, que estabeleceu o registro e transmissão de imóveis pelo systema Torrens. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 ago. 2017 (Coleção de Leis do Brasil, 1890, v. XI).

MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA. *Lei nº 24, de 6 de junho de 1948*. Código de Construções e Reconstruções do município de Cruz Alta. Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1948.

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 123, de 8 de setembro de 1959*. Institui a Lei do Urbanismo de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1959 (arts. 4º e 5º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 01, de 23 de dezembro de 1993*. Instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art. 2º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Complementar Municipal nº 02/93*. Dispõe sobre o Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Panambi. Câmara de Vereadores de Panambi, 1993 (art 1º).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Lei Municipal nº 22, de 1º de julho de 1955*. Promulga o Código de Posturas do Município de Panambi (revogada pela Lei Complementar nº 11, de 18/08/2008).

MUNICÍPIO DE PANAMBI. *Relatório da Administração Municipal*. Panambi, RS, 1958.

OBRAS CONSULTADAS

Obras publicadas

BREGATO, Paulo Ricardo; KOTHER Maria Beatriz Medeiros; FERREIRA, Mario dos Santos (Orgs.). *Arquitetura & Urbanismo*. Posturas, Tendências & Reflexões. Volume 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B.B. *Fundamentos da Pesquisa Científica: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, Jorge. *Formas urbanas*. Coimbra, Portugal: Ed. Minerva, 2003.

COELHO, Carlos Dias (Coord.); COSTA, João Pedro; LEITE, João Silva; SILVA, José Miguel; TRINDADE, Luisa; PEREIRA, Paulo; PROENÇA, Sergio Barreiros; FERNANDES, Sergio Padrão; MONTEYS, Xavier. Os elementos urbanos. *Cadernos de Morfologia Urbana*. Estudos da Cidade Portuguesa. Lisboa: Argumentum, 2013, v. I.

COELHO, Carlos Dias (Coord.); AMADO, Ana Martinho; COSTA, João Pedro; SANTOS, João Rafael; MARTINS, Pedro; JUSTO, Rui; PROENÇA, Sergio Barreiros; FERNANDES, Sergio Padrão; ROSSA, Walter. *Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma*. Lisboa: Argumentum, 2014, v. II.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2017.

FERNANDES, José Manuel. *Arquitetura e Indústria em Portugal no século XX*. Lisboa: Secil, 2003.

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge. *Caminho do Oriente: Guia do Patrimônio Industrial*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1999.

GRANAGNUOLO, Benedetto. *História del urbanismo em Europa 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipe, 2006.

KONG, Mário. *Central Tejo: uma abordagem à Arquitetura Industrial*. Lisboa, Portugal: Insidecity, 2013.

LIMA, Daniela Morelli de. *Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio*. Pinheiros: Annablume, 2002.

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Orgs.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas, RS: Ed. Ulbra, 1994.

MORAIS, João Sousa. *Metodologia de projecto em arquitectura: organização espacial na Costa Vicentina*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1995.

MORAIS, João Sousa; MALHEIRO, Joana Bastos. *São Tomé e Príncipe – As cidades Patrimônio Arquitetônico*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

QUINTELA, Antônio de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel; ANDRÉ, Maria da Conceição. *A fábrica da pólvora de Barcarena e seus sistemas hidráulicos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Palmas, 1998.

QUINVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2005.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1986.

WEIMER, Günter. *Arquitetura*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades riograndenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Periódicos

ARQUITETURA IBÉRICA. *Recuperar Recuperar*. Casal da Cambra, Portugal: Caleidoscópio, nº 24, 2005/2006.

PER, Aurora Fernandes; ARPA, Javier. *a+t. Reclaim. Remediat Reuse Recycle*. Espanha: Gráficas Dosbi, 2008.

RP-REVISTA PATRIMÔNIO. Direção Geral do Patrimônio Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática. Lisboa, nov. 2013.

RP-REVISTA PATRIMÔNIO. Direção Geral do Patrimônio Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática. Lisboa, nov. 2014.

RP. REVISTA PATRIMÔNIO. Direção Geral do Patrimônio Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática. Lisboa, dez. 2015.

Sites visitados

WÜRTTEMBERGISCHE LANDESBIBLIOTHEK STUTTGARD. Disponível em: <<https://www.wlb-stuttgart.de/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNIVERSITÄT LEIPZIG BIBLIOTHEK. Disponível em: <<https://www.ub.uni-leipzig.de/start/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GLOSSÁRIO

Casa: edifício de formatos e tamanhos variados, geralmente de um ou dois andares, quase sempre destinado à habitação.

Habitação: lugar ou casa onde se habita; morada; vivenda.

Edifícios: obra arquitetônica, de certa importância, destinada a abrigar os diversos tipos de atividades humanas; edificação; casa; prédio; imóvel.

Prédio: construção de vários andares; industrial; comercial ou residencial.

Construção: conjunto de atividades necessárias para se construir algo.

ANEXOS

ANEXO 1




Tabela dos Índices Urbanísticos Plano Diretor 2008

ÍNDICES URBANÍSTICOS	ÁREAS					
	Mista 1		Mista 2	Áreas Industriais	Residencial	ZEIS Lot. Pop.
	Ocupação Intensiva	Ocupação Semi-intensiva				
PARCELAMENTO DO SOLO						
Lote mínimo (m²)	360	360	1000	2000	250	160
Testada mínima (m)	12	12	20	30	12	8
Índice de Aproveitamento	6	6	1	1	4	4
Taxa máxima de Ocupação (%)	70	70	70	70	70	65
Taxa mínima de Permeabilidade (%)	15	15	20	20	20	15
OBSERVAÇÕES						
Os lotes já existentes ou submetidos a desdobro que devem atender a área mínima de 250m², com testada mínima de 10 m. Em todos os casos os terrenos de esquina devem ter testada mínima de 15 m. (exceção § 1º art. 211)						
ÍNDICES URBANÍSTICOS	ÁREAS					
	Mista 1		Mista 2	Áreas Industriais	Residencial	ZEIS Lot. Pop.
	Ocupação Intensiva	Ocupação Semi-intensiva				
RECUOS E AFASTAMENTOS MÍNIMOS						
Frontal (m)	Isento	Isento	2	6	6	2
Lateral (m)	1,5m para paredes com vãos de iluminação e ventilação até dois pavimentos e 1/6 da altura total da edificação, a partir do terceiro pavimento, e 3m a partir do 5º pavimento. Serão permitidas edificações na divisa se as paredes forem cegas	1,5m para paredes com vãos de iluminação e ventilação até dois pavimentos e 1/6 da altura total da edificação, a partir do terceiro pavimento, e 3m a partir do 5º pavimento. Serão permitidas edificações na divisa se as paredes forem cegas	3	3	1,5m para paredes com vãos de iluminação e ventilação até dois pavimentos e 1/6 da altura total da edificação, a partir do terceiro pavimento, e 3m a partir do 5º pavimento. Serão permitidas edificações na divisa se as paredes forem cegas	1,5m para paredes com vãos de iluminação e ventilação até dois pavimentos
Fundos (m)	Idem lateral	Idem lateral	6	6	Idem lateral	2

ANEXO 2

Fichas do Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul¹¹⁹⁸

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CODEC – CPHAE
MINISTÉRIO DA CULTURA – SPAHN/PRÓ-MEMÓRIA 10º DR

<p>1. MUNICÍPIO: <u>Panambi</u> DENOMINAÇÃO: <u>Família Wegerman</u> ENDEREÇO: <u>Rua do Recreio</u> URBANO (X) RURAL ()</p>	<p>2. PRS/89-0017-00113</p>																		
<p>4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA (X) OBS.: _____ HETEROGÊNEO () DESCARACTERIZADO ()</p>	<p>3. TIPOLOGIA <u>Arg. Civil Priv</u></p>																		
<p>6. FACHADA PRINCIPAL: _____ DATAÇÃO: _____ MATERIAL PREDOMINANTE: _____</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">verga</td> <td style="width: 15%; text-align: center;">RETA</td> <td style="width: 15%; text-align: center;">A. ABAT.</td> <td style="width: 15%; text-align: center;">A. PLENO</td> <td style="width: 15%; text-align: center;">A. OGIVAL</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">OUTROS</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">JANELA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">PORTA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA	X					PORTA	X					<p>5. USO ATUAL: <u>Comercial</u> DESOCUPADO () RUÍNA ()</p>
verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS														
JANELA	X																		
PORTA	X																		
<p>8. COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: <u>02</u> COM BEIRAL (X) COM PLATIBANDA ()</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 60%;">Telha CANAL</td> <td style="width: 40%;"></td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td></td> </tr> </table>	Telha CANAL		Telha FRANCESA	X	Telha de ZINCO		<p>7. Nº DE PAVIMENTOS: <u>01</u> PORÃO (X) SOTÃO (X) OUTROS ()</p>												
Telha CANAL																			
Telha FRANCESA	X																		
Telha de ZINCO																			
<p>10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:</p>	<p>9. ESTRUTURA: <u>Alvenaria de pedra e madeira</u></p>																		
<p>12. OBSERVAÇÕES:</p> <div style="text-align: center;">  <p>MAHP MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO Professor Hermann Wegermann</p> </div>	<p>11. SITUAÇÃO:</p> 																		
<p>13. FOTOS:</p> 	<p>14. LOCALIZAÇÃO:</p> <p>Mapa nº 01 Nº 113</p>																		
	<p>15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA:</p>																		
<p>DATA: 20.02.92</p>																			

¹¹⁹⁸ Acervo MAHP.

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CODEC - CPHAE

MINISTÉRIO DA CULTURA - SPAHN/PRÓ-MEMÓRIA 10º DR

1. MUNICÍPIO: <u>Panambi</u> DENOMINAÇÃO: <u>Museu Municipal</u> ENDEREÇO: <u>Rua General Osório, esq. Pai Tomás</u> <div style="text-align: right;">URBANO (X) RURAL ()</div>						2. PRS/89-0017-00117																						
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA () OBS.: _____ HETEROGÊNEO (X) DESCARACTERIZADO ()						3. TIPOLOGIA <u>Arq. Civil Priv.</u>																						
6. FACHADA PRINCIPAL: _____ DATAÇÃO: _____ MATERIAL PREDOMINANTE: _____						5. USO ATUAL: <u>Museu</u> DESOCUPADO () RUÍNA ()																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 10%;">aberr.</th> <th style="width: 10%;">verga</th> <th style="width: 10%;">RETA</th> <th style="width: 10%;">A. ABAT.</th> <th style="width: 10%;">A. PLENO</th> <th style="width: 10%;">A. OGIVAL</th> <th style="width: 10%;">OUTROS</th> </tr> <tr> <td>JANELA</td> <td></td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>						aberr.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA		X					PORTA		X					7. Nº DE PAVIMENTOS: <u>01</u> PORÃO (X) SÔTÃO (X) OUTROS ()	
aberr.	verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																						
JANELA		X																										
PORTA		X																										
8. COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: <u>02</u> COM BEIRAL (X) COM PLATIBANDA ()						<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Telha CANAL</td> <td style="width: 50%;"></td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td></td> </tr> </table>		Telha CANAL		Telha FRANCESA	X	Telha de ZINCO																
Telha CANAL																												
Telha FRANCESA	X																											
Telha de ZINCO																												
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:						9. ESTRUTURA: <u>Alvenaria tijolos</u>																						
12. OBSERVAÇÕES: Ano de Construção: 1912						11. SITUAÇÃO: 																						
13. FOTOS: 						14. LOCALIZAÇÃO: Mapa nº 01 Nº 117																						
15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA:						DATA: 18.01.92																						



INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CODEC - CPHAE

MINISTÉRIO DA CULTURA - SPAHN/PRÓ-MEMÓRIA 10º DR

1. MUNICÍPIO: PANAMBI

DENOMINAÇÃO: Farmácia HISSERICH LTDA

ENDEREÇO: Praça Engº Walter Faulhaber

URBANO (X) RURAL ()

2.

PRS/89 - 00 17 - 00049

3. TIPOLOGIA Arq. Civil Priv

4. ENTORNO:

HOMOGÊNEO DE ÉPOCA () OBS.: _____

HETEROGÊNEO (X)

DESCARACTERIZADO ()

5. USO ATUAL: Comércio
DESOCUPADO () RUÍNA ()

7. Nº DE PAVIMENTOS: 01

PORÃO (X)

SÓTÃO (X)

OUTROS ()

6. FACHADA PRINCIPAL:

DATAÇÃO: _____

MATERIAL PREDOMINANTE:

abers. verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS
JANELA	X				
PORTA	X				

8. COBERTURA:

Nº DE ÁGUAS: 02

COM BEIRAL ()

COM PLATIBANDA (X)

Telha CANAL

Telha FRANCESA

Telha de ZINCO

X

9. ESTRUTURA:

Alvenaria de Tijolos

10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:

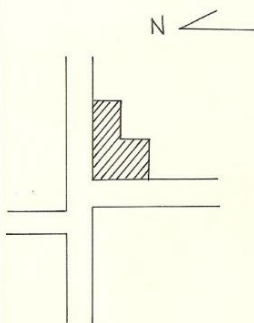
Trabalhos em reboco na fachada principal.

12. OBSERVAÇÕES:

Ano de construção : 1900 1916/1917

Proprietário: Margareth Luise Schweitzer

11. SITUAÇÃO:



13. FOTOS:



14. LOCALIZAÇÃO:

Mapa nº 01

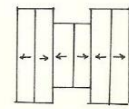


Nº 49



15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA:

DATA: 28/11/91

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CODEC – CPHAE
MINISTÉRIO DA CULTURA – SPAHN/PRÓ-MEMÓRIA 10º DR

<p>1. MUNICÍPIO: <u>Panambi</u></p> <p>DENOMINAÇÃO: <u>Metalurgica Faulhaber</u></p> <p>ENDEREÇO: <u>Hermann Faulhaber</u></p> <p style="text-align: center;">URBANO (X) RURAL ()</p>	<p>2. PRS/89-0017-00112</p>																		
<p>4. ENTORNO:</p> <p>HOMOGÊNEO DE ÉPOCA () OBS.: _____</p> <p>HETEROGÊNEO (X)</p> <p>DESCARACTERIZADO ()</p>	<p>5. USO ATUAL: Indústria</p> <p>DESOCUPADO () RUÍNA ()</p>																		
<p>6. FACHADA PRINCIPAL: _____ DATAÇÃO: _____</p> <p>MATERIAL PREDOMINANTE: _____</p>	<p>7. Nº DE PAVIMENTOS:</p> <p>PORÃO ()</p> <p>SÓTÃO ()</p> <p>OUTROS ()</p>																		
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%;">verga</th> <th style="width: 15%;">RETA</th> <th style="width: 15%;">A.ABAT.</th> <th style="width: 15%;">A. PLENO</th> <th style="width: 15%;">A. OGIVAL</th> <th style="width: 30%;">OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		verga	RETA	A.ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA	X					PORTA	X				
verga	RETA	A.ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS														
JANELA	X																		
PORTA	X																		
<p>8. COBERTURA: _____</p> <p>Nº DE ÁGUAS: <u>02</u></p> <p>COM BEIRAL (X)</p> <p>COM PLATIBANDA ()</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 60%;">Telha CANAL</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telha FRANCESA</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> <tr> <td>Telha de ZINCO</td> <td></td> </tr> </table>		Telha CANAL		Telha FRANCESA	X	Telha de ZINCO													
Telha CANAL																			
Telha FRANCESA	X																		
Telha de ZINCO																			
<p>10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:</p>																			
<p>11. SITUAÇÃO:</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black; margin-top: 10px;">Rua H. Faulhaber</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">N </p>																			
<p>12. OBSERVAÇÕES:</p> <p style="margin-top: 20px;">Ano de construção 1920</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  </div>																			
<p>13. FOTOS:</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  </div>																			
<p>14. LOCALIZAÇÃO:</p> <p style="margin-top: 20px;">Mapa nº 01</p> <p style="margin-top: 20px;">Nº 112</p>																			
<p>15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA:</p>																			

DATA: 18.01.92